



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ALLAN RAFAEL VEIGA FEITOSA

ATOPIA CONSUMÍVEL DO PATRIMÔNIO MUNDIAL:

Sintra como lugar de consumo cultural

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2018

ALLAN RAFAEL VEIGA FEITOSA

**ATOPIA CONSUMÍVEL DO PATRIMÔNIO MUNDIAL:
Sintra como lugar de consumo cultural**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial e final para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rogerio Proença Leite

Prof. Dr. Paulo Jorge Marques Peixoto

Prof.^a Dr.^a Joseane Paiva Macedo Brandao

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2018**

ALLAN RAFAEL VEIGA FEITOSA

**ATOPIA CONSUMÍVEL DO PATRIMÔNIO MUNDIAL:
Sintra como lugar de consumo cultural**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito parcial e final para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

São Cristóvão, 21 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Rogerio Proença Leite (UFS) – Orientador

Prof. Dr. Paulo Jorge Marques Peixoto (Universidade de Coimbra - UC)

Prof.^a Dr.^a Joseane Paiva Macedo Brandao (Iphan)

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon (UFS)

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes (UFS)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

F311a Feitosa, Allan Rafael Veiga
 Atopia consumível do patrimônio mundial : Sintra como lugar de
 consumo cultural / Allan Rafael Veiga Feitosa ; orientador Rogério
 Proença Leite. – São Cristóvão, SE, 2018.
 502 f.

 Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de
 Sergipe, 2018.

 1. Sociologia. 2. Cultura. 3. Patrimônio mundial. 4. Unesco. 5.
 Sintra (Portugal). I. Leite, Rogério Proença, orient. II. Título.

CDU 316.7:725.94(469)

Chegamos aqui, porque viemos até aqui.

AGRADECIMENTOS

Embora fruto de reflexões particulares e escrito de forma individual, um trabalho intelectual como este, em que foram empregados anos de dedicação, sem dúvida, não é resultado tão somente de um esforço individual, ainda que o reconhecimento pela empreitada possa recair somente sobre um indivíduo. Este trabalho, certamente, tem, na sua concepção, muitas mãos, cada qual, atuando, de algum modo, sobre algo que, em boa medida, nos foi bastante útil. Portanto, antes mesmo de mencionar, nomeadamente, alguns destes personagens, em virtude de alguma ligação mais direta, pessoal ou mesmo formal, deixo registrado que estou imensamente gratificado com todos, que de algum modo participaram dessa caminhada.

Isto dito, entrego os seguintes agradecimentos:

À minha família, por me dar entendimento e conforto de que uma longa caminhada é sempre melhor do que os atalhos propostos;

À minha querida amiga de todos os momentos, Simone de Araújo Pereira, cujas angústias e tranquilidades, tristezas e alegrias, dores e prazeres, derrotas e vitórias, enfim, quaisquer que sejam os sentimentos e seu antagônicos, compartilhamos;

Ao professor e orientador Dr. Rogerio Proença Leite, a quem louvo pela postura acadêmica e intelectual, agradecendo pela persistência e paciência para o desenvolvimento deste trabalho e enquanto entusiasta de minha carreira acadêmica. O tempo de caminhada que tenho como acadêmico se entremeia ao período de tempo que o tenho como sendo seu aluno e/ou orientando. De modo que, neste breve momento de agradecimento, torna-se inviável mencionar o que das minhas reflexões teóricas, advém do que por ele me foi sugerido ou instigado à leitura. Para além dos ensinamentos acadêmicos que não estão nos manuais, e que só são transmitidos quando se há o respeito profissional e a confiança no trabalho desenvolvido. Muito obrigado;

Ao Prof. Dr. Paulo Peixoto, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o qual assumiu a condição de "orientador externo" durante o Estágio de doutoramento (DSW/CAPES) na Universidade de Coimbra - CES-UC (2015), e que lá me recebeu de um modo bastante gentil, o que lhe é peculiar. Para além de ter se constituído como um dos grandes pilares de sustentação teórica deste trabalho;

Aos professores do Doutorado em Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia, na pessoa do Prof. Dr. Franz Brüseke, o qual me ofereceu bases teóricas para que eu pudesse repensar sobre pontos que já estavam fixos em minhas reflexões, trabalho que um sociólogo parece não poder descuidar de fazer constantemente;

Aos colegas do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais, na pessoa de Saulo Barbosa, que, embora recém-chegado, me fez crer, que a ciência brasileira, em especial a sociologia, tem um futuro promissor;

Aos meus colegas de doutorado da turma de 2013, pelas prontas e pertinentes observações feitas à minha pesquisa, nos colóquios de doutorando ou quando por mim, diretamente, solicitadas;

Aos membros da banca, Prof. Dr. Paulo Jorge Marques Peixoto (UC), Profa. Dr.^a Joseane Paiva M. Brandao (IPHAN), Prof. Dr. Frank Nilton Marcon (PPGS) e Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes (PPGS), que se dispuseram à leitura deste texto e que, de certo, oferecerão importantes e estimulantes considerações.

Ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia – PPGS/UFS.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Agradeço-os e saúdo-os.

RESUMO

A UNESCO, em 1995, chancelou como Patrimônio Mundial a “Paisagem Cultural de Sintra - PCS” (Portugal), primeiro item no mundo inscrito, de forma direta, nesta categoria. O fez, pontuando as características e elementos singulares daquela espacialidade, especialmente a forte relação, considerada harmoniosa, do homem com o meio, testemunhado em diversos contextos socioculturais, por distintos povos, desde a pré-história até o século XX, comportando um emaranhado de dinâmicas socioculturais que imprimiram sobre Sintra sentidos de misticismo e magia, compondo um todo sociocultural que denominamos de “Aura de Sintra”; parte do alicerce que, no século XIX, fez surgir o romantismo português, representado no “Palácio da Pena”, de estilo arquitetônico singular e original, que, para muitos, influenciou a arquitetura paisagística de parte da Europa. Na interação dos personagens do Romantismo português com Sintra, havia um sentido de compreensão sobre aquela espacialidade que, filosoficamente, remetia a um *tópos*, num sentido aristotélico, e de “lugar”, de caráter sociológico. Da forma como analisamos o discurso da ONU/UNESCO, tal chancela não deve ser vista como apenas mais um mecanismo de salvaguarda cultural, esta titulação constitui-se como parte das ações que permeiam a missão da entidade; de “promoção da cultura de paz entre os povos”, incumbindo estes patrimônios numa tarefa de ser uma espécie de “testemunho vivo [...] de que nenhuma cultura cresceu de forma isolada, e que a diversidade é uma força, [...] para buscar na nossa diversidade os laços que unem a humanidade.” (UNESCO), extraindo deles uma qualidade patrimonial, por assim dizer, humanitária, visando o contato, num certo estranhamento, do *eu* visitante com o *outro* visitado. Embora a proposta comporte um caráter de “recurso humanitário”, embasada em premissas conceituais e filosóficas adjacentes à entidade, a abordagem mercadológica neste tipo de patrimônio é bastante forte e recorrente, valendo-se do prestígio da instituição e pelas características dos itens patrimoniais. Para além dos questionamentos e ruídos sobre um certo “valor excepcional universal”, evidencia-se que o “patrimônio mundial” é, inescapavelmente, mais um “processo de patrimonialização”, sujeito às investidas econômicas já observadas em outros processos. Nesse sentido, entendemos que conquanto os patrimônios da humanidade estejam sendo revestidos, discursivamente, para uma “promoção de cultura de paz”, inclinados sobre um sentido de evidenciar que todos os povos teriam um algo cultural produto de um amalgama da “comunidade humana”, além das particularidades que os afirmam e os delimitam, possibilitando a percepção e compreensão de alteridades, numa espécie de “ética da alteridade” no sentido de Emmanuel Lévinas (2010), essa proposta tem tido seus efeitos discutidos, muito em função do empenho de agentes alistados numa “lógica de consumo”, em bases do “consumo cultural” e do “turismo de massa”, tendendo a esmaecer as diferenças (“negatividades”) culturais que conformam alteridades em direção de um fluxo de “positividade”, permitindo melhor condição para o consumo exótico da “Aura de Sintra”, subtraindo, em boa medida, a experiencia relacional com o que Byung-Chul Han denomina de “imunologia do *outro* atópico”, i.e., a “negatividade do *outro*”, configurando Sintra no que entendemos como uma espécie de “lugar do igual”, incluindo num fluxo de “positividade” as “negatividades do *outro* atópico”, num processo que chamamos de “Atopia consumível do patrimônio mundial”. Sendo a “ética da alteridade” um fundamento observável na “missão” da UNESCO, tem-se como necessário estabelecer uma relação do *eu* com o *outro*; uma relação num contexto muito próprio do *outro*, em que o *eu* possa, no contato “face-a-face” com o *outro*, apreendê-lo, dotado de uma postura de busca a relacionar e perceber seu *eu* com este *outro*, em termos de alteridade. Assim, discutimos sobre o modo e a medida como as premissas e fundamentos da UNESCO, no âmbito da PCS, têm pertinência e efeito prático, desenvolvendo uma tese que assinala a PCS como um recurso de fundamentação humanitária fortemente disposto ao consumo cultural, com contradições entre os propósitos da entidade e as práticas mercadológicas que prejudicam e desvirtuam conformações de alteridades.

Palavras-Chave: Patrimônio Mundial; Atopia; UNESCO; Sintra; Consumo cultural.

ABSTRACT

In 1995, UNESCO designated the "Cultural Landscape of Sintra-PCS" (Portugal) as World Heritage, the first item in the world to be directly registered in this category. He did it, punctuating the characteristics and singular elements of that spatiality, especially the strong relation, considered harmonious, of the man with the environment, witnessed in diverse sociocultural contexts, by different peoples, from prehistory to the twentieth century, entailing a tangle of socio-cultural dynamics that gave Sintra senses of mysticism and magic, composing a sociocultural whole that we call "Aura of Sintra"; part of the 19th-century foundation of Portuguese Romanticism, represented in the "Pena Palace", a unique and original architectural style that, for many, influenced the landscape architecture of part of Europe. In the interaction of the characters of Portuguese Romanticism with Sintra, there was a sense of understanding about that spatiality that, philosophically, referred to a topos, in an Aristotelian sense, and of "place", of sociological character. As we analyze the discourse of the UN / UNESCO, such a seal should not be seen as just another mechanism of cultural safeguard, this titulación constitutes as part of the actions that permeate the mission of the entity; of "promoting a culture of peace among peoples," entrusting these patrimonies with a task of being a kind of "living testimony ... that no culture has grown in isolation, and that diversity is a force. .] to seek in our diversity the ties that unite humanity. "(UNESCO), drawing from them a patrimonial quality, so to speak, humanitarian, aiming at the contact, in a certain strangeness, of the visitor and the other visited. Although the proposal has a character of "humanitarian resource", based on conceptual and philosophical premises adjacent to the entity, the market approach in this type of equity is quite strong and recurrent, using the prestige of the institution and the characteristics of the patrimonial items. In addition to the questions and noises about a certain "universal universal value", it is evident that the "world patrimony" is, inescapably, a "patrimonialisation process", subject to economic investments already observed in other processes. In this sense, we understand that while the patrimonies of humanity are discursively clad in a "culture of peace promotion", inclined to a sense of showing that all peoples would have something cultural product of an amalgam of "human community" in addition to the particularities that affirm and delimit them, enabling the perception and understanding of otherness, in a kind of "ethics of otherness" in the sense of Emmanuel Lévinas (2010), this proposal has had its effects discussed, much as a function of the commitment of agents in a "consumption logic", on the basis of "cultural consumption" and "mass tourism", tending to blur the cultural differences ("negativities") that conform alterities towards a "positivity" flow, allowing a better condition for the exotic consumption of the "Aura of Sintra", subtracting, to a great extent, the relational experience with what Byung-Chul Han calls "immunology of the other atopic, "ie, the" negativity of the other, "configuring Sintra in what we understand as a sort of" place of equals, "including in a stream of" positivity "the" negativities of the other atopic "in a process we call "Consumable World Heritage Atopy". Since "ethics of otherness" is an observable foundation in the "mission" of UNESCO, it is necessary to establish a relation of the self to the other; a relation in a very specific context of the other, in which the self can, in face-to-face contact with the other, apprehend it, endowed with a search posture to relate and perceive its self with this other, in terms of otherness. Thus, we discuss the way and the extent to which the premises and foundations of UNESCO within the framework of the PCS have relevance and practical effect, developing a thesis that points to the PCS as a resource of humanitarian foundation heavily prepared for cultural consumption, with contradictions between the purposes of the entity and the market practices that harm and detract from the conformation of alterities.

Key words: World Heritage; Atopia; UNESCO; Sintra; Cultural consumption.

LISTAGEM DE FIGURAS, GRÁFICOS, IMAGENS E MAPAS

Figura 1: Banner de apresentação da parceria estratégica entre Panasonic e UNESCO.....	126
Figura 2: Calendário “Patrimônio Mundial” Panasonic 2013.....	127
Figura 3: Screenshot do website do programa “The world Heritage special”, promovido pela Panasonic, veiculado na “National Geographic”, desde 2011.....	128
Figura 4: Screenshot do website da Samsung, mostrando reprodução de foto do evento demonstração do aplicativo “Culture Explorer”.....	129
Figura 5: Screenshot da aba “join challenge” do website da Go UNESCO, em que se pode ver os desafios abertos (open challenges) Reino Unido, Índia (2016), Desafio Cultural e o Desafio Épico (consiste em visitar todos os patrimônios da Lista UNESCO), bem como, os desafios já encerrados (closed challenges), Índia (2012, 2013, 2014), Estados Unidos, Alemanha, África do Sul.....	139
Figura 6: Convite para cerimônia de premiação dos vencedores do desafio Go UNESCO do ano de 2013, com a presença de nomes da ciência arqueológica indiana e representantes de entidades que promovem a cultura naquele país (INTACH - Indian National Trust for Art and Cultural Heritage).....	140
Figura 7: Screenshot do sítio eletrônico GoUNESCO, em que se vê a reprodução de publicação do jornal indiano de língua inglesa Deccan Chronicle, destacando os vencedores do challenge travel, do ano de 2013.....	141
Figura 8: Screenshot do sítio eletrônico Go UNESCO, da divulgação dos “vencedores” dos desafios de 2014, à esquerda e de 2013, à direita. Observar que o número de “vencedores” dobrou, de 6 para 12, pois o número de desafios saltou de 2 para 5 e a notoriedade passou a ser dada também aos que terminaram na segunda colocação.....	141
Figura 9: Vista aérea em “3D”, do maciço da Serra de Sintra, no Concelho de Sintra, PT. Pontuado, a Vila Velha de Sintra (núcleo do centro histórico do Concelho).....	205
Figura 10: Representação do tipo de formação rochosa da Serra de Sintra, o “Caos de Blocos”.....	211
Figura 11: Representação gráfica do que seria o Santuário dedicado à Lua, no “cabo da Roca”, Sintra.....	250
Figura 12: Capa do periódico português, “O Panorama. V. 01, n. 01 de 06 de maio de 1837.....	323
Figura 13: Obras pioneiras do romantismo artístico em Portugal, que retratam Sintra, de modo bucólico por motivos sentimentais. A obra acima e a da esquerda, destacam o “Palácio da Pena”. A obra da direita, destaca um plano mais aberto da paisagem sintrense, voltada para o centro histórico do concelho, mostrando o “castelo dos mouros” à esquerda e, bem ao fundo, à direita o “Palácio Nacional de Sintra”.....	338
Figura 14: Considerado o primeiro cartaz turístico de Portugal, datado de 1907, destacado em vermelho, uma ilustração paisagística de Sintra.....	371
Figura 15: Considerado o primeiro cartaz turístico de Sintra, datado de 1920. O apelo já estava focado num certo caráter de misticismo e magia, porém sem claro enfoque no romantismo.....	372
Figura 16: Cartaz promovendo a caminhada “Sintra Assombrada”.....	373
Figura 17: mosaico de screenshots de alguns websites que comercializam a “Paisagem Cultural de Sintra”.....	374

Figura 18: Método de gestão da PSML.....	380
Figura 19: Logomarca do “Programa de promoção turística e cultural Sintra - Capital do Romantismo”.....	394
Figura 20: Reprodução de obra de arte, em cores. Vista de Cintra, de um ângulo que observa o início da calçada de S. Pedro. Arista: Domingos Schiopetta.....	419
Figura 22: Reprodução de obra de arte, em cores. Vista de Cintra: Da frente do tanque que fica no jardim superior da quinta. Artista: Domingos Schiopetta.....	419
Figura 21: Reprodução de obra de arte, em cores. Vista de Cintra: Da estrada denominada as Murtas. Artista: Domingos Schiopetta.....	419
Figura 23: Screenshot do sítio eletrônico “Ghosty Sintra”	422
Figura 24: Screenshot do sítio eletrônico de operadora de turismo, em inglês,.....	431
Figura 25: Screenshot do sítio eletrônico de agência de turismo, em francês,.....	431
Figura 26: Screenshot do sítio eletrônico de agência de turismo, em português,.....	432
Figura 27: Infográfico de divulgação do itinerário turístico “de Sintra até ao mar” na publicação “Itinerários de Portugal” (2015).....	437
Figura 28: Infográfico demonstrando o padrão de atividades da visita, quando do pacote day trip para Sintra (8 horas).....	442
Figura 29: capa do flyer informativo do “Sintra Green Card”, com chamada destacando o caráter day trip e as “facilidades” do uso bilhete: “Um dia, um destino, múltiplas vantagens.”.....	446
 Gráfico 1: Distribuição percentual das propriedades listadas como Patrimônio Mundial por tipologia (2017).....	116
Gráfico 2: Evolução da distribuição percentual das propriedades listadas como Patrimônio Mundial por tipologia (décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010).....	117
Gráfico 3: indicadores econômicos e turísticos, relativos à ligação com a classificação patrimonial da UNESCO em cidades portuguesas.....	123
Gráfico 4: Evolução do número de visitas aos itens patrimoniais sob gestão da PSML (2005 – 2016)...	385
Gráfico 5: Evolução do montante de receitas, em milhões de euros (2005 – 2016).....	385
Gráfico 6: total de visitantes (turistas) em 2015 (Área metropolitana de Lisboa).....	390
Gráfico 7: Estatística de visitantes nos itens patrimônios geridos pela PSML, quanto as suas nacionalidades.....	391
Gráfico 8: Evolução do número de residentes no Centro Histórico de Sintra (2001 – 2011, por localidade).....	408
Gráfico 9: Taxa de variação do número de residentes no Centro Histórico de Sintra (2001 – 2011, por localidade). Em verde o total de todo o concelho.....	408
Gráfico 10 - Evolução populacional do Concelho de Sintra (Série Histórica [INE] 1801 – 2011)	410
Gráfico 11: Evolução populacional nas freguesias que consignam parcelas do perímetro “zona inscrita” da PCS. (Série Histórica [INE] 1801 – 2011).....	410
Gráfico 12: Percentual de visitas, por mês, aos itens da PCS (valores fundamentais) e demais itens patrimoniais de Sintra (2015).....	433

Gráfico 13: Itinerário da linha turística de Sintra nº 434 (Circuito da Pena).....	445
Gráfico 14: Itinerário da linha turística de Sintra nº 435 (Villa Express).....	445
Imagem 1: Templo de Preah Vihear, Camboia.....	97
Imagem 2: Soldado cambojano num dos lados do templo Preah Vihear.....	98
Imagem 3: Soldado tailandês do outro lado do templo Preah Vihear.....	98
Imagem 4: Anfiteatro de Palmira parcialmente destruído por grupos do “Estado Islâmico”	100
Imagem 5: “Soldado” do “Estado Islâmico”, destruindo ornamento da fortaleza da cidade de Hatra (Patrimônio Mundial), Iraque.....	100
Imagem 6: Patrimônio Mundial Natural China Danxia.....	107
Imagem 7: Turistas fotografando e realizando selfies no “Conjunto arquitetônico da Piazza dei Duomo”, em Pisa Itália. Inscrito na lista da UNESCO em 1987.....	147
Imagem 8: Turistas fotografando e realizando selfies na parte interna da Universidade de Coimbra, Portugal. Inscrita na lista em 2013.....	147
Imagem 9: Turistas fotografando e realizando selfies com a Torre Eiffel ao fundo, objetivando, claramente, que este item esteja em seus enquadramentos, pertencente ao patrimônio mundial denominado “margens do Rio Sena”, em Paris, França. Inscrito na lista da UNESCO em 1991.....	148
Imagem 10: Vila “velha de Sintra em primeiro plano, vista do Castelo dos Mouros.....	203
Imagem 11: Passagens subterrâneas na Serra de Sintra, sob o “Palácio da Regaleira”.....	212
Imagem 12: “Quinta da Regaleira”. Ao lado direito o “Palácio da Regaleira”. O conjunto está inscrito na Paisagem Cultural de Sintra.....	214
Imagem 13: “Poço iniciático”, localizado na “Quinta da Regaleira”	215
Imagem 14: Mosaico, visto de cima, no fundo do “Poço iniciático”, lado esquerdo da imagem; nível do chão do paço, em que se pode ver uma passagem que conduz o visitante a uma abertura de um outro poço, ainda na “Quinta da Regaleira”	215
Imagem 15: “Anta de Adrenunes”, localizada numa das porções mais altas da Serra de Sintra, inscrita no âmbito da PCS.....	227
Imagem 16: “Tholos do Monge”, construção megalítica, encontrada na Serra de Sintra, inscrita na área considerada “patrimônio mundial” pela UNESCO.....	228
Imagem 17: Um dos acessos ao “poço iniciático”, no “Palácio da Regaleira”, disposto, propositadamente, num formato que evoca a forma de um “tholos” ou mesmo de uma “anta”, da época megalítica.....	232
Imagem 18: “Castelo dos Mouros”, Sintra.....	262
Imagem 19: “Paço Real - Palácio Nacional de Sintra”, elemento arquitetônico central do centro histórico.....	277
Imagem 20: Entrada da “quinta da penha verde”, Sintra.....	285
Imagem 21: “Palácio da Pena”, um dos elementos arquitetônicos de maior destaque, inscrito no perímetro da Paisagem Cultural de Sintra.....	289
Imagem 22: Foto da capa do livro “Sintra Patrimônio da Humanidade”, publicado pela CM-Sintra, em 1996.....	361

Imagem 23: Foto da capa do volume 1 do dossiê de candidatura de Sintra a Patrimônio Mundial, enviado à UNESCO em 1994.	361
Imagem 24: “Arte da Guerra Medieval – recriação histórica no castelo dos mouros”	377
Imagem 25: Fotografia de “cartaz”, assinado pelos “amigos da vila velha”, afixado em edifício abandonado no Centro histórico de Sintra, precisamente na “Vila Velha”	420
Imagem 26: Fotografia de “cartaz”, assinado pelos “amigos da vila velha”, afixado em edifício abandonado no Centro histórico de Sintra, precisamente na “Vila Velha”	421
Imagem 27: Foto de edificação abandonada, no centro histórico de Sintra, com “cartaz” afixado à porta, assinado pelos “amigos da vila velha”, com o dizer: “Esta casa valiosa também quer ‘entrar’ num dos mais belos lugares da terra”	421
Imagem 28: Placa informativa sobre os “autocarros” das linhas turísticas 434 (circuito da pena) e 435 (villa express).....	445
Imagem 29: Av. Dr. Miguel Bombarda, estação de Comboio de Sintra, centro histórico de Sintra.....	450
Imagem 30: Rua Dr. Alfredo da Costa, centro histórico de Sintra, imediações do Hotel “Sintra Bliss House”	451
Imagem 31: fast food de uma grande rede multinacional, instalado dentro das dependências da estação de Comboio, centro histórico de Sintra.....	451
Imagem 32: Lojas turísticas de “artesanato”, centro histórico de Sintra.....	453
Imagem 33: Loja “Ale-Hop”, centro histórico de Sintra.....	453
Imagem 34: “Volta duche”, no período de “baixa temporada” turística, centro histórico de Sintra.....	454
Imagem 35: “Volta duche”, no período de “alta temporada” turística, centro histórico de Sintra.....	454
Imagem 36: Placas e letreiros de lojas turísticas de artesanatos e de culinária típica na “rua das padarias”, centro histórico de Sintra. A esquerda, destaca-se, em amarelo, a placa da fábrica de queijadas da “Piriquita”, em atividade desde 1862.....	457
Imagem 37: Turistas aguardando entrada na casa de queijadas “Piriquita”, centro histórico de Sintra.....	457
Imagem 38: Placa descritiva da Sala das Galés, no “Palácio Nacional de Sintra”	460
Imagem 39: Loja de artigos locais e souvenirs do “Palácio Nacional de Sintra”	460
Imagem 40: Fila para adentrar à Loja de artigos locais e souvenirs do “Palácio Nacional de Sintra”	461
Imagem 41: Fachada do edifício que abriga o “Centro Interativo e Interpretativo Sintra Mitos e Lendas”, centro histórico de Sintra.....	462
Imagem 42: Visitação ao “Palácio da Pena”, na “baixa temporada” turística.....	466
Imagem 43: Visitação ao “Palácio da Pena”, na “alta temporada” turística.....	466
Imagem 44: Turistas no restaurante do “Palácio da Pena”	467
Imagem 45: Turistas em momento de fotografar, no “Palácio Nacional da Pena”	468
Imagem 46: Turistas em momento de fotografar, “Castelo dos Mouros”	469
Imagem 47: Sintra à noite, na “baixa temporada”, Volta Duche, há 50 metros da “Praça República” e do “Palácio Nacional de Sintra”	470
Imagem 48: Sintra à noite, na “baixa temporada”, “Praça República”	470

Mapa 1: Concelho de Sintra e suas divisões político-administrativas (freguesias), antes da Reorganização Administrativa do Território de 2013. Em destaque, a localização da “Vila de Sintra”	202
Mapa 2: Perímetro do Concelho de Sintra, inscrito, pela UNESCO, como “Paisagem Cultural”. Em destaque a localização da sede da Vila de Sintra, a área “Zona Inscrita”, propriamente o perímetro inscrito e a “zona tampão”	204
Mapa 3: Locais e/ou achados de/em sítios arqueológicos, em Sintra. Percebe-se uma considerável recorrência desses itens, inscritos na área Paisagem Cultural de Sintra, tanto “zona inscrita”, como “zona tampão”	222
Mapa 4: “Paisagem Cultural de Sintra” e suas três zonas de proteção. Fonte: Dossiê de candidatura de Sintra.	365
Mapa 5: Lista dos “Valores fundamentais constantes na área classificada como patrimônio mundial paisagem cultural”	369
Mapa 6: Localização das áreas e propriedades sob gestão da PSML (2015)	383
Mapa 7: Distribuição populacional do Concelho de Sintra (Freguesias antes da Reorganização Administrativa do Território de 2013)	412
Mapa 8: Representação gráfica do perímetro do centro histórico de Sintra e seus itens patrimoniais mais relevantes, em destaque a representação da “Vila velha” de Sintra e seus itens patrimoniais mais ressaltantes.	443
Mapa 9: Percursos realizados no trabalho de campo, em função das duas formas de estruturação das visitas e de seus roteiros e itinerários. Com marcações dos locais visitados.	449
Mapa 10: Em destaque, itinerário turístico “Sintra - O monte da Lua”	449

LISTAGEM DE TABELAS

Tabela 1: Os 10 países com o maior número de propriedades inscritas na lista do patrimônio mundial, até 2017	109
Tabela 2: Maiores PIB (nominalmente) em bilhões de US\$, em 2016.....	111
Tabela 3: Os 10 países com o maior número de chegadas de turistas internacionais, em 2015	112
Tabela 4: Número de propriedades inscritas na Lista do Patrimônio Mundial por regiões, até 2017....	114
Tabela 5: Maiores PIB (nominalmente) em bilhões de US\$, em 2016.....	120
Tabela 6: Comparativo de visitas entre o 1º semestre de 2016 e o de 2017, das propriedades patrimoniais da PCS, sob gestão da PSML	387
Tabela 7: Evolução de alojamentos familiares vagos por freguesia (2001-2011) e suas taxas de variação percentuais.....	417
Tabela 8: Quantitativo de Alojamentos familiares e familiares vagos, por localidade, do Centro histórico de Sintra. (2015).....	418

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 Construção do Objeto e Caracterização do Problema de Pesquisa	21
2 Procedimentos Metodológicos.	35
I CAPÍTULO – PATRIMÔNIO MUNDIAL: UM RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO HUMANITÁRIA DISPOSTO AO CONSUMO CULTURA.....	40
1.1 Notas e apontamentos pertinentes aos processos de patrimonialização: considerações fundamentais à análise.	45
1.2 Preparações, corridas e tropeções tangentes à obtenção do <i>status</i> de Patrimônio Mundial da UNESCO.....	91
1.2.1 Documentos referenciais e balizadores sobre questões do patrimônio e tangentes ao patrimônio mundial: proposituras, avanços, contradições e incongruências.	150
1.2 “Atopia Consumível do Patrimônio Mundial”: sobre um certo “lugar do igual”.	171
II CAPÍTULO – NA “AURA DE SINTRA”: UM PERCURSO ATÉ A PATRIMONIALIZAÇÃO MUNDIAL.	186
2.1 Uma biografia de Sintra: uma jusante em direção ao patrimônio mundial.	190
2.1.1 Enquadramentos e caracterizações.	195
2.1.1.1 Designações administrativas.	195
2.1.1.2 Sobre a lendária etimologia de Sintra.....	198
2.1.1.3 Aspectos sociopolíticos, geografia, clima e biodiversidade.	201
2.1.2 A nascente ancestral do patrimônio mundial de Sintra: elementos da sacralidade primitiva do <i>Tópos</i> sintrense.	216
2.1.3 A meio termo do Patrimônio Mundial: ocupações romanas e muçulmanas – misticismo e magia.	235
2.1.3.1 A rendição do império romano ante a ancestralidade sacra: o “misticismo” e a “magia” do <i>Tópos</i> sintrense em pleno desenvolvimento.....	239
2.1.3.2 Alguma continuidade imperial: alta idade média e a ocupação do império mouro	257
2.1.4 Fluxo final a caminho do patrimônio mundial: a baixa idade média, movimentos artístico-filosóficos do renascentismo e o período romântico.	269
2.1.4.1 A reconquista cristã e seus desdobramentos: o paço real por entre os séculos XII a XV	273
2.1.4.2 Entre os séculos XVI e XVIII: das agitações ao pré-romantismo ou ao <i>Locus amoenus</i>	280
2.1.4.3 Sintra entre os séculos XIX e XX: o <i>Locus amoenus</i> do excessivo romantismo fundado no <i>tópos</i> clássico.....	287
III CAPÍTULO – SOB O SIGNO DA “AURA DE SINTRA”: DE UMA U-TOPIA ROMÂNTICA À “ATOPIA CONSUMÍVEL DO PATRIMÔNIO MUNDIAL”.	297
3.1 “Romantificação de Sintra”: Uma <i>u-topia</i> romântica sob o signo da “Aura de Sintra”.....	306
3.2 Sob o signo da “aura de Sintra”: marca estratégica para o “consumo cultural” em uma “atopia consumível do patrimônio mundial”.	359
3.2.1 Visitando a “Paisagem Cultural de Sintra” - UNESCO: um recurso de difusão da cultura outro, sem o <i>outro</i> , e o consumo cultural.	441
CONSIDERAÇÕES FINAIS	474
REFERÊNCIAS	483
ANEXOS	497

INTRODUÇÃO

Pensando nos aspectos mais gerais da noção de patrimônio, indubitavelmente, o Estado é um dos principais e recorrentes agentes que dinamizam e influem nas questões patrimoniais, atuando, principalmente, através das chamadas “políticas patrimoniais”, quais, no decurso do tempo, têm apresentado distintas disposições. Apesar de demarcadas formas de apresentação, tais políticas, de certo modo, consecutivamente, estiveram interligadas com alguns aspetos que recorrentemente pautam o cenário patrimonial, tais como, a construção e/ou consolidação do Estado-Nação, a atribuição de algum valor à história, natureza e cultura humana e, só um pouco mais recente que estas outras, sobre o uso mercadológico de bens patrimoniais; todas estas formas, de todo modo, estiveram envoltas em uma gama de interesses de agentes de cunho político e/ou econômico.

A noção de patrimônio, passou, no decurso de sua construção, por diversas sucessões de pensamentos, as quais culminaram por se desdobrar em uma ruptura de entendimento, crucial para as orientações e deliberações dos processos de patrimonialização mais recentes, caminhando por uma noção de patrimônio voltada a interesses predominantemente de preservação e conservação da história e da cultura de determinado grupo social, em direção a uma propositura que dá à noção de patrimônio uma perspectiva eminentemente econômica, através da exploração mercadológica de seus valores culturais.

As convenções internacionais sobre o patrimônio, iniciadas em 1931 em Atenas, vêm, de certo modo, estabelecendo e demarcando os eixos de patrimonialização; produzindo documentos e “cartas patrimoniais¹”, que apontam as diretrizes a serem adotadas e quais concepções devem nortear os doutrinamentos jurídicos e legislações sobre o patrimônio. O atual eixo dos processos de patrimonialização é marcado, sobretudo, pela abordagem de uma “dimensão econômica” do patrimônio, que atende interesses diversos, porém, muitas com saldo positivo para um grupo restrito de pessoas, e negativo para um todo social, uma vez que, conforme as “Normas da convenção de Quito”, realizada na capital do Equador em 1967, o bem patrimonial cultural e/ou natural de toda nação estaria passível de exploração econômica.

1 Cartas patrimoniais são: “as cartas, recomendações e declarações construídas com o fim de trazer considerações sobre aspectos relativos à conservação do patrimônio. Em sua maior parte, essas cartas são produzidas em encontros de entidades internacionais, como o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e nas sessões da UNESCO, órgão integrante da ONU, que tem como uma de suas atribuições a identificação e proteção de bens considerados patrimônio da humanidade” (CURY, 2004, p. 12).

Tal entendimento, atraiu para sobre os processos de patrimonialização, agentes com interesses diversos daqueles que, propriamente, de um jeito ou de outro, se debruçavam sobre seus aspectos históricos e/ou culturais, e que, até então, se mantinham como os tradicionais e mais típicos da noção patrimonial. O desenvolvimento da noção, até este ponto, oportunizou que organizações com amplos aportes financeiros se envolvessem, com seus próprios interesses, nas questões patrimoniais, especialmente pela exploração econômica dos produtos das indústrias do turismo cultural.

Diante deste cenário e em meio aos debates que se estabelecem sobre as questões que envolvem o patrimônio, notadamente o de tipologia cultural, a sociologia, em especial a sociologia urbana, sobre a qual nos associamos em agenda de pesquisa, tem se disposto a conferir ao caráter sociocultural da vida urbana um dos mais fortes e importantes elementos para o entendimento, avaliação e análise das dinâmicas que movimentam e animam a cidade contemporânea, situando-se, analiticamente, de um modo a assinalar na direção de uma atual tendência de estetização das estruturas sociais e da vida cotidiana nas cidades, que encontrou nas questões patrimoniais um importante meio de orientação deste cenário.

Para tanto, a sociologia tem se infletido sobre postulados que alertam, sobretudo, para as ressonâncias sociais dessas práticas, principalmente as que fomentam a expansão e o entrelaçamento de aspectos da vida econômica por entre os mais variados *campi* da vida cultural das cidades. Ainda que assim não o façam, em primeira instância, ou que discurssem assim não oportunizar. No que entendemos ser o caso, em boa medida, dos “processos de patrimonialização mundial”, de chancela da UNESCO.

Observando um todo contextual, nas últimas décadas, as cidades têm submergido numa lógica de construção de cenários para o consumo cultural (ZUKIN, 2000, 2000b; FEATHERSTONE, 1995, 1995b), que as aloca como grandes produtos mercadológicos, que, recorrentemente, são escoadas para diversos mercados, em especial os que se valem e se relacionam com o turismo cultural. As cidades, assim, têm se empenhado em se estabelecer dentro de um contexto, que possibilite com que seus patrimônios históricos e culturais adentrem nos mais procurados itinerários e/ou roteiros turísticos, especialmente, do turismo cultural, sem descartar outras categorias deste meio. Este é um cenário com tamanha intensidade, num tal ponto que Carlos Fortuna (1997b), entende que há uma disputa crescente pela exploração deste mercado, entre as cidades, constituindo o que ele denominou de “concorrência intercidades”, amplamente subsidiada por novas políticas urbanas e culturais, envoltas em interesses políticos e econômicos de agentes públicos e privados.

De tal modo, proporcionar às cidades condições de ingressar e/ou se manter na concorrência por esse mercado, tem sido um importante desígnio das políticas patrimoniais e de seus agentes promotores. Nisso, a intervenção nos espaços urbanos, denominada *gentrification*², tornou-se um dos principais meios de sustentar uma certa inserção neste cenário, tão amplamente investigado por pesquisadores como: Sharon Zukin (2000, 2000b), Mike Featherstone (1995), Neil Smith (1996), David Harvey (1994), Carlos Fortuna (1997, 2002), Paulo Peixoto (2009), Rogerio Leite (2007) e Silvana Rubino (2009), para só citar alguns.

Observando os agentes e os mecanismos dispostos para a promoção e manutenção das cidades nas agendas de visitação para o consumo cultural (*modus operandi*), notamos que, em boa medida, estes recaem, ainda que com feições próprias, por sobre os processos que buscam promover a patrimonialização universal de bens culturais, i.e., sobre os “processos de patrimonialização mundial - UNESCO”. Objeto de nossa investigação. Sobre os processos de promoção do patrimônio como recurso econômico que se valem das políticas de *gentrification*, os estudos dos autores supracitados apontam largamente e com considerável reincidência para importantes reverberações nas dinâmicas sociocultural da área enobrecida, com custos sociais de sobremaneira elevados, sem mencionar que os resultados a médio e longo prazo são insatisfatórios, no tocante a presumível elevação do desenvolvimento econômico das cidades. Mais uma vez, configura-se um todo contextual que já adiantamos que se inclina com similares reverberações quando o processo é o de chancela da UNESCO.

Uma característica comum e de sobremaneira importante para as análises sociológicas das atuais políticas patrimoniais, assenta-se na tendência que tem estes processos em desviar a lógica do patrimônio de uma ideia de preservação da cultura, para uma concepção orientada para fins mercadológicos, em que a salvaguarda de um item cultural, tem como primeira finalidade sua “comercialização cultural”. Vale salientar, que, *per si*, o consórcio entre os espectros culturais e econômicos, que supostamente contém um bem patrimonial, não traria/traz, *priori*, grandes reverberações sociais, isto se dá, sobretudo, na medida em que a caneta dos interesses econômicos inflete sua tinta muito mais sobre a “dimensão econômica” do patrimônio, do que sobre a inquietação com os *campi* sociocultural do item em si e do entorno em que se inscreve.

Sobre isso, Leite (2007), assinala importante problemática:

2 Trata-se de políticas de intervenções urbanas voltadas à transformação do espaço urbano, pautado no forte apelo visual, característica peculiar a todo tipo dessas ações, “cujas práticas compreendem um conjunto de intervenções voltadas à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural” (LEITE, 2007, p. 79).

Falar do patrimônio como mercadoria cultural significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando em uma espécie de ‘fetichização’ da cultura. (p. 81)

De certo, o que já está bem demarcado, para a sociologia, é que esta característica basilar nesse eixo de patrimonialização, recursiva sobre muitas formulações e execuções de diversas políticas patrimoniais em todo mundo, tem os interesses de ordem política e especialmente econômica de agentes públicos e privados, fortemente tencionando para um efeito de comercialização do patrimônio, por vezes imprudente e indiscriminado. O que para nós, em certa medida, ainda ganha uma espécie de reforço estrutural e recursivo, quando, após os desdobramentos resultantes das “Normas de Quito”, estabelece-se, em 1972, a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação - UNESCO³, que, por mais que seus fundamentos e princípios basilares advoguem em contrário, entendemos que já se constituiu em um outro grande veio recursivo da indústria do turismo pela dimensão econômica, no âmbito do que já estava em curso nos processos de patrimonialização. E, neste caso, talvez o de maior qualificação para capitalização.

A partir de então, entendemos que se iniciou o forjamento de uma ideia que assegura que a humanidade tem um patrimônio cultural comum a todos os povos, cuja salvaguarda seria fundamental para a promoção de um reconhecimento, entendimento e conformação das alteridades entre as diversas culturas, que assim, é importante frisar isto para o entendimento do que estou propondo nesta tese, antes de ter e ser apenas mais uma qualidade de tombamento patrimonial, numa outra certa instância, que para além das locais, por assim dizer, é mundial, numa defesa e salvaguarda de um certo contexto sócio-histórico, é tanto mais uma tentativa da UNESCO, consequentemente da ONU, de dar cumprimento aos seus princípios basilares, pelos quais foi fundada, assinalando aqui, especialmente, a promoção, pretendida pela entidade, daquilo que denomina de “cultura de paz entre os povos”. Sempre destacado pelos agentes mais importantes da entidade, em diversos eventos e/ou oportunidades de o fazer.

3 A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 199 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. [...] (UNESCO, 2007, p. 05).

Como destacou, para citar, neste momento, apenas um exemplo mais recente, a diretora da área programática da organização, Marlova Jovchelovitch Noletto, em entrevista ao “Jornal do Brasil” de 23 de maio de 2015, ao ser questionada sobre algumas ações da entidade e os seus objetivos, sobre o que afirmou que “a UNESCO tem muitos objetivos, mas apenas uma missão: construir a **cultura de paz entre os povos do mundo** [...]”⁴ (grifo da publicação)

No entanto, acreditamos que, de um modo geral, os processos de patrimonialização mundial estão imersos em arranjos políticos e econômicos com interesses diversos do espectro cultural, que, de uma certa forma, deturpam os propósitos mais fundamentais da UNESCO, causando reverberações que, por ser esta entidade e a patrimonialização proposta de caráter mundial, estão para além de serem apenas locais, podendo mesmo ter efeitos que são de ordem da mesma abrangência de suas iniciativas. Portanto, é para este tipo de processo de patrimonialização que recai o interesse de nossa investigação, com especial atenção aos efeitos que se distanciam, em boa medida, dos propósitos mais essenciais e filosóficos, por assim dizer, da entidade com a atribuição deste título. E sobre este tipo de processo, os estudos realizados por Paulo Peixoto (2000, 2001, 2002, 2003), Carlos Fortuna (1997, 1998), José Manuel Pureza (1993, 1995), Néstor Garcia Canclini (1997), em referência a apenas alguns deles, nos dão importantes contribuições para aprofundarmos as discussões.

Sobre isso, ainda é importante reforçar, de modo a esclarecer ainda mais, que a questão que se põe em discussão nesse nosso debate, está relacionada menos ao caráter histórico e cultural de um item chancelado e mais aos efeitos adversos dos propósitos iniciais da entidade, que os arranjos políticos e econômicos que permeiam os processos de patrimonialização mundial têm, de acordo com o que entendemos, causado. Ainda que, também pensemos, que o pretenso “valor cultural universal” que é atribuído a determinados patrimônios seja, em certa medida, produto das dinâmicas e práticas desses arranjos, e não contemple efetivamente tal caráter. Ou seja, cremos, para além do que daremos ênfase como nossa problemática, que tem se estabelecido interesses outros envolvendo estes processos que não estão exclusivamente ligados à nomeação de um item patrimonial que melhor seria “testemunho único da diversidade da criação humana” (IPHAN, 2008, p. 04), mas sim ligados a fatores predominantemente políticos e, sobretudo, econômicos. Neste sentido, já nos dá pistas importantes, o pertinente trabalho de tese de doutorado de Elaine Ferreira Lima (2014), que verifica este cenário, no processo de patrimonialização em São Luís do Maranhão, Brasil.

⁴ <http://www.jb.com.br/cultura/noticias/2015/05/23/respeito-paz-e-necessidade-de-avancos-marcam-dia-mundial-da-diversidade-cultural/>

Por certo, não estamos pretendendo afirmar que os patrimônios, símbolos de determinadas culturas, dispostos em todo globo, não contenham efetivamente uma dimensão sociocultural que possa auxiliar, de algum modo, numa entendida “cultura de paz entre os povos”, da forma como a UNESCO intui. Nosso campo empírico, p.ex., a “Paisagem Cultural - Patrimônio Mundial de Sintra”, em Portugal, nos parece ser uma espacialidade, que, como tal, em virtude de uma série de conformações sócio-históricas e culturais, ocorridas naquela localidade, as quais serão discutidas analiticamente no nosso segundo capítulo, em certa medida, guarda aspectos e elementos de caráter sociocultural, fortemente associados ao elemento natural, que, enquanto patrimônio mundial, acionada recursivamente aos propósitos da entidade, não seria demais pensar que poderia prestar importantes auxílios, sobretudo, através de um determinado tipo de contato entre o “eu” visitante e o “outro” visitado.

No entanto, o que cremos é que diante de um cenário de um eixo de patrimonialização disposto a pôr o patrimônio como um forte recurso mercadológico, como já vinha acontecendo nos processos mais locais de patrimonialização, é pertinente observar que os processos de patrimonialização mundial, contraíam em algum medida, esta mesma condição, vilipendiando com isso, em alguma medida, essa outra disposição recorrida sobre o patrimônio, o de servir como uma espécie de “recurso de caráter humanitário”, por assim dizer, através do “patrimônio mundial” da UNESCO, associando-se aos propósitos mais gerais da entidade. Situação que entendemos estar ocorrendo na “Paisagem Cultural de Sintra”.

Pensamento que encontramos associação, em parte, nos postulados de Paulo Peixoto (2000), especialmente porque, como ele, entendemos que,

[...] é evidente que o patrimônio urbano, mesmo quando adquire o estatuto de patrimônio mundial, não está, acima de tudo, a reforçar a imagem de identidade da espécie humana. Pelos usos que permite, o patrimônio urbano certificado pela UNESCO adquire mais facilmente uma imagem ligada aos processos mercantis e políticos, do que uma imagem associada a uma comunidade humana. (p. 10).

Embora os propósitos da UNESCO, de ordem mais filosófica, que são os basilares da entidade, possam tentar revestir sobre estes processos um caráter de uma espécie de recurso humanitário ao entendimento e conformação das alteridades culturais; em meio a um contexto patrimonial que possibilita atribuir sobre um item cultural e/ou natural, uma finalidade mercantil, através do consumo cultural desses espaços (Normas de Quito, 1967), que a convenção de 1972, na esteira desse entendimento, veio permitir uma certa atribuição de

estatuto forjada, nos parece que o resultado mais intenso e também o preocupante, tem sido uma insensata busca ao título de patrimônio da humanidade, que Paulo Peixoto bem discute e classifica como “corrida ao *status* de patrimônio mundial” (PEIXOTO, 2000), observando uma “[...] dinâmica patrimonial que não pode deixar de ser vista como resultado do crescimento e da amplificação de um espírito de concorrência mercadológica entre diferentes espaços, em relação aos quais o status de patrimônio mundial se apresenta como mais-valia [...]” (p.23), reforçando o entendimento de Carlos Fortuna (1997), no qual, sugere que os atuais processos de patrimonialização, e o “patrimônio mundial” não escapa ao entendimento, constantemente, voltam-se “à captação e fixação de fluxos de investimentos financeiros, num contexto de forte competitividade” (p. 03-04).

Em vista do breve exposto, buscaremos estabelecer, nesta empreitada, uma investigação analítica de caráter complementar aos elogiáveis trabalhos, de um conjunto de autores da sociologia urbana, já realizados sobre o atual eixo de patrimonialização, em suas diversas facetas, características e aspectos, assumindo que os “Processos de Patrimonialização Mundial da UNESCO”, são os que se constituem como nosso objeto de pesquisa, bem como, que a “Paisagem Cultural de Sintra”, será nosso campo empírico, sobretudo por conter uma condição sociocultural e espacial que entendemos ter alguma plausibilidade para auxiliar a entidade na sua “única missão”, pelo modo que estamos entendendo, de uma certa conformação de alteridades entre os visitantes e o visitados, na relação turistas e residentes. Levantando, para tanto, questionamentos e apontando hipóteses que entendemos poder auxiliar numa maior elucidação do cenário que se estabelece atualmente. Para tanto, nesta introdução, ainda nos cabe, explanar de modo conciso e acabado, a constituição e caracterização de nosso objeto e da problemática de pesquisa intuída. Sobre o que discorreremos deste ponto em seguida.

1. Construção do Objeto e Caracterização do Problema de Pesquisa

Não nos parece ser absurdo afirmar, que aquilo que se convém estabelecer como patrimônio cultural de um determinado grupo social, não retém, em si, a tendência de assentir homogênea comunhão e compartilhamento entre seus atores. Em contextos socioculturais muito amplos, como, p.ex., os de um país, ou mesmo o de uma grande cidade, observamos

grupos sociais distintos entre si e que por mais que estejam dispostos e compartilhando um mesmo espaço físico, têm suas diferentes formas de apropriação da cultura, de pensamento e de agir, desenvolvendo técnicas com nuances específicas e adquirindo seus próprios conhecimentos, através de seus respectivos processos de ajustamento social.

Como sugere Antonio Augusto Arantes (2009), qualquer que fosse o juízo sobre um possível patrimônio comum a todos, ainda assim poderia ser facilmente modificado ou abandonado, em meio as dinâmicas culturais e sociais do local. Pois,

Os grupos humanos atribuem valor diferenciado a estruturas edificadas e a elementos da natureza que balizam seus territórios, ancoram suas visões de mundo, materializam crenças ou testemunham episódios marcantes da memória coletiva. Cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer que, ao mesmo tempo, servem a fins práticos e identificam, diferenciam e hierarquizam categorias e estratos sociais, participando da estruturação da vida em sociedade, da formação das identidades e da alimentação do sentimento de pertença.

Essas realidades são inseparáveis dos meios sociais que as produzem, pois deles recebem sua seiva, vitalidade e razão de ser. Mas assim como são criadas, nutridas e aprimoradas, elas podem ser modificadas ou abandonadas no constante fluxo da vida coletiva, onde preservação e destruição são faces da mesma dinâmica pela qual as estruturas sociais se reproduzem e se transformam. (ARANTES, 2009, p. 11)

Já nos parece plausível pensar, que atribuir, de uma forma institucional qualquer, à distintos grupos sociais, um dado item patrimonial que busque os representar como uma coletividade, somente por estes grupos estarem dispostos em um determinado espaço e/ou compartilharem de alguns aspectos e características socioculturais, muito provavelmente não irá tornar esse patrimônio próprio e/ou compartilhado por estes grupos.

Os legítimos itens que carregam algum valor sociocultural, em referência aos distintos grupos sociais que compõem, p.ex., uma cidade, dificilmente convergem numa única percepção da sua relevância, que possa expressar uma patrimonialidade uníssona, sem ruídos de ausências ou excessos, mesmo porque, como pensa Eunice Durham (1984), “essas diferenças culturais são frequentemente muito valorizadas pelos grupos em relação uns aos outros [...]” (p. 31).

No entanto, a noção de patrimônio moderna, ludicamente, tende a compor os itens patrimoniais numa base que busca estabelecê-los com uma capacidade de criar e fortalecer sentimentos de pertencimento e/ou de recobrar os nexos entre distantes temporalidades e diferentes gerações, e, mais recentemente, como recurso para tentativa do estabelecimento de conformações de alteridades culturais, entre os distintos povos do globo; constituindo-se, para

tanto, por elementos tangíveis da cultura e da história, resultantes de projetos arquitetônicos, da inventividade e/ou da obra de arte do homem em determinada cultura, como também dos elementos intangíveis, tais como, os modos de fazer, enraizados no cotidiano, as celebrações, os rituais e as manifestações, e os espaços destinados às práticas culturais coletivas e saberes, cujos valores, assim, perpassariam pela “memória coletiva”.

A tentativa de tornar um determinado objeto, local ou mesmo cidade em um item patrimonial que represente uma coletividade e que por esta seja compartilhado, tem, segundo Néstor Garcia Canclini (1997) propósitos predominantemente políticos, por uma espécie de “idealização dogmática” dos setores oligárquicos, os quais disseminam marcadores históricos para a todo o momento reviver e reafirmar que os grupos que, de algum modo, se ligam à determinando bem, são os criadores e/ou os precursores daquele espaço; e, assim, “os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem realmente a todos, mesmo que formalmente pareçam ser de todos e estejam disponíveis para que todos os usem.” (p. 194).

Embora não discordemos do pensamento do autor, entendemos que há uma determinação flexibilização a ser observada, especialmente se verificarmos os “processos de patrimonialização mundial”, que, ao menos por fundamentos e princípios basilares da entidade, intui questões patrimoniais que passam ao largo desse tipo de tombamento político patrimonial oligárquico, rechaçando claramente, em seus postulados, os arranjos políticos e econômicos que possam causar esse outro tipo de efeito semelhante.

Porém, esse nosso pensamento, não invalida um tipo de nuance que se pode depreender do raciocínio de Canclini (1997), uma vez que entendemos ser apropriado pensar que em muitos casos, os processos de patrimonialização, sobretudo os de âmbito local, ainda que busquem agregar valores polissêmicos, tendem a impor uma forma singular, única e exclusiva de compreensão da cultura e da história de determinando contexto a serviço de interesses próprios de alguns grupos. E, então, como veremos em nosso primeiro capítulo, não há “patrimônio mundial” sem que antes se tenha algum tipo de tombamento local, sendo assim, mais uma vez pensando no que expôs Canclini (1997), ponderando com o que intuímos do seu pensamento em relação aos processos da UNESCO, nos vemos na obrigação de questionar provocativamente se seriam estes, assim, do modo que salientou o autor, os patrimônios representativos de um “valor excepcional universal” e de uma diversidade cultural da humanidade?

De certo, as questões que envolvem os desígnios das ações e das questões patrimoniais, atualmente, estão para além de uma exaltação e/ou sublimação de um objeto, espaço ou cidade

pelos seus supostos valores, histórico e/ou cultural, com finalidades dispersas de uma noção mais clássica de patrimônio (CHOAY, 2001; POULOT, 2009) Imbricados às questões políticas se verificam os interesses de ordem econômica, trazidos à baila, sobretudo, pelo incremento recursivo possibilitado pelos desdobramentos resultantes das “Normas de Quito”, já mencionados introdutoriamente, os quais tem se estabelecido, comum e fortemente pela captação de recursos financeiros, orquestrado, em boa medida, pelas indústrias do turismo, através da disponibilidade e viabilidade de um item patrimonial qualquer para o turismo de consumo cultural.

É evidente que, se pensarmos através do que foi, brevemente, exposto, um compartilhamento social de um determinado patrimônio por significativa parte dos grupos inscritos em um demarcado espaço já seria, *per si*, inexecutável, uma vez que a complexidade da formação cultural e valores de um povo não admite tal partilha, isto, só tende a ter sua potência aumentada, se pensarmos em um campo universal mundial de partilhamento, isto, sem descuidar de incluir neste raciocínio os trabalhos que são realizados por grupos com maior capital simbólico e socioeconômico, que, pensando no que salienta Canclini (1997), podem barganhar que itens que os representem estejam dispostos nesta categorização, de um modo mais categórico, e isto, atualmente, já não seria apenas para uma demarcação sócio simbólica, as questões de ordem econômica, muito provavelmente, já estariam sendo observadas neste cenário, de modo premente.

Não que entendemos que não seja possível observar importantes valores de caráter sócio-histórico-cultural em determinados itens patrimoniais, e que, eventualmente, possam ser considerados de algum efeito universal, sobretudo os de efeito pensando nas premissas de ordem mais filosóficas da UNESCO, como já introduzimos. No entanto, pensamos ser razoável, também, observar, analiticamente, o patrimônio como um campo de disputas políticas e como fonte importante de captação de recursos econômicos, atentando para os arranjos que nele se entremeiam, pois muitos destes, de algum modo, tendem a desviar a lógica de qualquer que seja o caráter patrimonial, causando, entre outros impactos, importantes reverberações nas dinâmicas socioculturais das localidades envolvidas em tais processos, com efeitos que entendemos que podem ser para além do âmbito local.

Uma delas, seria as deturpações que parecem atingir os fundamentos da UNESCO, para com esse tipo de patrimônio, fundamentos que entendemos que se apropriam de alguns elementos patrimoniais como que um “recurso de caráter humanitário”, na tentativa de

desenvolvimento e promoção de uma “cultura de paz mundial” pela “difusão das diversas culturas e povos” (UNESCO, 2000).

Sobre o patrimônio mundial da humanidade, Paulo Peixoto (2000) assinala que “a definição de um patrimônio comum da humanidade e a luta pela sua preservação é uma questão do século XX” (p. 04), apontando que tais processos se acentuaram rapidamente, verificando-se através destes, recorrentes usos econômicos, “como recurso das indústrias culturais urbanas”, o autor salienta ainda, em um comentário citando Dominique Poulot, que “a vocação do patrimônio mundial consiste em levar os Estados a subscreverem a noção de universalidade da cultura através do reconhecimento de culturas específicas.” (Ibid. p. 08), acrescentando também, ainda comentando Poulot, que,

A perspectiva de um relativismo de culturas, difundida pela filosofia de um *patrimônio comum da humanidade*, afirma-se como uma figura patrimonial plenamente democrática e instigadora do multiculturalismo [...]. As novas finalidades da patrimonialização não têm apenas uma existência formal limitada ao regime jurídico protector de um *patrimônio comum da humanidade*. Têm também, segundo alguns autores, uma dimensão prática que conduz ao reconhecimento e respeito de subjectividades que, sendo interdependentes, configuram experiências sociais mais democráticas e emancipadoras (p. 08, grifos do autor).

Este, é um entendimento possível de ser observado, de forma diluída, em documentos balizadores da ONU, bem como nos da UNESCO, especificamente os que abordam este tipo de processo de patrimonialização, e ainda em oportunidades públicas como eventos e entrevistas, como a que já mencionamos na nossa introdução. Sabemos que a ONU/UNESCO é criada num contexto de pós-guerra, sob o entendimento de que o conflito se estabeleceu pela intolerância com as diferenças culturais.

Assim, a entidade tem como fundamento primeiro, a busca e a promoção de uma relação de respeito e tolerância entre os diversos povos. De todo modo, as inquietações sobre as quais a entidade se lança, relacionam-se diretamente com a questão da alteridade cultural. E assim, como discutem alguns autores, aos quais, pela proximidade de entendimento, nos associamos, o instituto do Patrimônio Mundial da UNESCO é tangente a premissa filosófica da entidade, tratando os bens culturais, que recebem tal chancela, como recursos ilustrativos de diferentes culturas, que, para tanto, são entendidos como de “valor excepcional universal”, na tentativa de consolidar uma comunidade internacional que se estabeleça numa relação entre o

eu e o *outro*, que entendemos de um modo que tem considerável proximidade com a “ética da alteridade”, pensada por Emmanuel Lévinas (2010).

Na esteira de todo esse cenário conjuntural, o certo é que os processos de patrimonialização mundial vem tendo ampla recorrência, como demonstra Peixoto (2002).

Se nos fixarmos na figura emblemática do patrimônio mundial, [...] verificamos que, durante os anos 90, emergiu uma espécie de corrida cujo objetivo é a aquisição do status de patrimônio mundial. [...] Na verdade, a intensificação da patrimonialização resulta, em larga medida, da necessidade de atuar e de reagir localmente em face de processos que são estruturais em termos econômico e global em termos de escala [...]. Com isto, queremos dizer que as transformações ocorridas no seio das estruturas da economia mundial, caracterizadas pela crise das economias industriais, pelo crescimento do consumo e pela generalização dos lazers, têm obrigado muitas cidades dominadas por economias industriais ou agrícolas a reconverterem-se. Os elementos disponíveis para promover essa reconversão (sobretudo em relação às pequenas e médias cidades) são a cultura, o passado e o patrimônio (p. 24-25).

Essa intensificação, de que Peixoto (2002) comenta, nos põe em observação ao fomento promovido pelas indústrias culturais para o consumo cultural das cidades, através desse tipo específico de patrimônio, sobretudo no continente europeu, disparadamente onde mais se observa patrimônios da humanidade e cuja a curva ascendente de novas chancelas é a maior entre todos os continentes, e, relacionalmente, a Europa constitui-se no continente de maior chegada para a prática do turismo cultural, números que nos debruçaremos em análises no capítulo 1 deste texto.

Paulo Peixoto (2002), reúne dados que nos permitem apontar em direção a uma recorrente, urgente e porque não dizer inapropriada patrimonialização mundial de bens culturais e naturais, de intensa relação com a obtenção de recursos e fluxos econômicos, em consonância com a já citada “corrida ao *status* de patrimônio mundial”.

Em finais dos anos 80, o número de cidades patrimônio mundial inscritas pela UNESCO, era de 71, enquanto que, em finais dos anos 90 (apenas dez anos passados), esse número se elevava a 164. Tão ou mais significativo quanto este crescimento é o fato de a percentagem de cidades patrimônio mundial situadas na Europa ter passado, na última década do século XX, de 45,1%, em 1989, para 57,3%, em 1999. Este fato revela que o status de cidade patrimônio mundial se tornou um alvo de estratégias de regiões onde estão localizados os principais destinos do turismo histórico e patrimonial. A mudança de identidade simbólica provocada pela obtenção deste status funciona como uma bandeira que é agitada para atuar como imagem de marca de lugares que

procuram tornar-se mais competitivos, sobretudo ao nível da captação de recursos económicos pelos fluxos do turismo histórico e patrimonial. (p. 27).

Estes dados, aparentemente, indicam-nos uma espécie de intenção recursiva em demarcar as cidades com tal estatuto, de modo que funcione tal qual “uma bandeira que é agitada para atuar como imagem de marca de lugares que procuram tornar-se mais competitivos, sobretudo ao nível da captação de recursos económicos pelos fluxos do turismo histórico e patrimonial” (p. 27)

Dito isto, vale salientar, que a “Lista do Patrimônio Mundial”, criada sob os termos da convenção da UNESCO de 1972, inclui atualmente, 1073 itens, dispersos em 167 países, com o continente europeu sendo o de maior número destes patrimônios, compreendendo mais de 50% do total, todos elencados pelo Comitê do Patrimônio Mundial⁵, que os “considera de valor universal inestimável e de interesse excepcional, as quais justificam que toda a humanidade se empenhe em sua preservação, enquanto testemunhos únicos da diversidade da criação humana.” (UNESCO, 2007, p. 08). Já a “lista indicativa ao patrimônio da humanidade”, processo pelo qual todo o patrimônio que recebe o título é obrigado a transcorrer, tem hodiernamente 1679 itens, espalhados em 177 países⁶.

Portanto, pensando no cenário estabelecido, especialmente nas premissas e fundamentos assumidos pela UNESCO, que levam o estatuto do patrimônio mundial a um patamar de um certo “recurso de características humanitárias”, por assim dizer, e diante da intensa carga de empenho que exercem alguns agentes econômicos sobre esse tipo de patrimônio, entendemos que cabe ao cientista social tencionar o cenário para entender, por uma fresta de observação própria nossa, um determinado recorte desse contexto, que pensamos ter desdobramentos estruturais aos propósitos da entidade. Portanto, reforçamos que este é o nosso objeto de pesquisa, intuído, em boa medida, ainda que brevemente apresentado aqui, deste modo.

Nessa empreitada de investigação científica, pensando no objeto apresentado, as contribuições analíticas de importantes referenciais teórico-metodológicos, nos serão de grande

5 O Comitê do Patrimônio Mundial é um corpo técnico colegiado que estabelece os locais que devem ser listados como Patrimônio Mundial da UNESCO. Este colegiado é responsável pela implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, define a utilização do Fundo do Patrimônio Mundial e aloca assistência financeira aos Estados-Membros. É composto por 21 Estados-Membros, o Brasil é um dos membros, que são eleitos pela Assembleia Geral dos Estados-Membros para um mandato de quatro anos. [...] O Comitê do Patrimônio Mundial se reúne uma vez por ano, desde 1977, para discutir a gestão dos atuais Sítios do Patrimônio Mundial e a inclusão de novos bens culturais e naturais nessa Lista. (UNESCO, 2007, p. 02).

6 Os dados apresentados foram extraídos do sítio eletrônico da Central do Patrimônio Mundial, departamento da UNESCO para gerir o Patrimônio da Humanidade. <<whc.unesco.org/>> Consultado em: 13.12.2016

relevância, tais como: Sharon Zukin (2000, 2000b); Neil Smith (2005); Mike Featherstone (1995); Theodor W. Adorno, Max Horkheimer (1947); Rogerio P. Leite (2005; 2007); Paulo Peixoto (2000, 2002, 2009); Carlos Fortuna (1997, 2002); Antonio A. Arantes (2009); Néstor García Canclini (2000), citando apenas alguns.

Demarcado nosso objeto de pesquisa, o “Patrimônio Mundial da UNESCO”, discorreremos sobre a constituição de nossa problemática de investigação, ao passo que iremos também delimitando, de forma breve, nosso campo empírico: a “Paisagem Cultural – Patrimônio Mundial de Sintra”.

Partimos de um entendimento sobre a sociedade contemporânea que aponta no sentido de que os indivíduos têm recebido fortes estímulos para atividades de consumo de massa, em que os aspectos particulares de cada cultura, que os diferencia, são acionados como um dos principais produtos a ser escoado para tal consumo, bem como, que dentro das políticas econômicas dos Estados, a cultura é tratada como um componente de expressiva importância para o desenvolvimento socioeconômico.

Isto, associado aos avanços das comunicações e dos meios de transporte, oferece um cenário ideal para que políticas patrimoniais adotem e aprimorem mecanismos que permitam acionar uma certa dimensão econômica dos bens culturais, possibilitando e aperfeiçoando suas inscrições numa lógica de “consumo cultural”, que os despertam para “missões”, que, diferentemente da missão da UNESCO, mencionada pela Sr.^a Marlova Jovchelovitch Noleto, diretora da entidade, como vimos na nossa introdução, mais facilmente estão relacionadas a algum conceito mercadológico de desenvolvimento socioeconômico de uma região, do que propriamente como uma valorização de um certo aspecto cultural.

Num contexto como esse, as reverberações sociais são dadas às análises das ciências sociais. Sendo a cultura pauta de várias reflexões. As que encontram maior eco atualmente, apontam no sentido de que está em curso uma fragmentação da cultura, em que, assim, se atende determinados mercados de bens culturais (FEATHERSTONE, 1995; CANCLINI, 2016; WARNIER, 2003). Estas análises abordam as repercussões da fragmentação cultural sobre vários aspectos e de vários ângulos.

Um desses aspectos é a questão da alteridade cultural, em que se observa e analisa os indivíduos no processo de percepção e acomodação relacional do *eu* e do *outro*, no contexto de suas culturas sob as circunstâncias da fragmentação cultural. Nos vinculamos a uma corrente de pensadores, que entende que a lógica do consumo cultural tem tido importantes repercussões

nas dinâmicas socioculturais das cidades e dos *lugares*, podendo afetar múltiplos *campi* da vida social, que, em última instância, contém o indivíduo. Como num efeito dominó, pode atingir a “segurança ontológica” (GIDDENS, 1991), dos indivíduos, repercutindo na identidade cultural e inevitavelmente nas compreensões e percepções necessárias à relação de alteridade.

Em Sintra, a oferta de “produtos culturais”, decorrentes da lógica de consumo, conta com um amplo portfólio, especificamente sob o distintivo de patrimônio mundial da UNESCO, com implicações que, de distintos modos, ressoam sobre as dinâmicas socioculturais do “lugar”, bem como, sobre aspectos e componentes que se adensaram na trama do tecido urbano de Sintra, ao longo de milhares de anos, o que veremos no capítulo 2, que, reunidos, são os que respondem como os principais conteúdos da cultura sintrense, aqueles pelos quais se expressa a singularidade e a diferenciação da cultura sintrense. Um cenário que para os propósitos da UNESCO ilustra um “excepcional valor cultural universal”, sobre o qual a entidade forjou a chancela de “Paisagem Cultural”, que, neste caso, como já adiantamos, entendemos ter certa plausibilidade.

Embora o expediente do Patrimônio Mundial seja visto com entusiasmo aos propósitos de consolidação de uma comunidade internacional, promotora e zeladora da paz e da tolerância entre diferentes povos e culturas, tem-se notado algumas circunstâncias que põem sob tensão e em questionamento tal recurso. Pensamos ser possível dizer que não se verifica uma convergência entre os fundamentos e propósitos da entidade e os objetivos dos agentes que promovem o patrimônio mundial em Sintra.

Este é um todo contextual que tem sido abordado pela agenda de discussões da sociologia urbana e das cidades, notados em provocações como, p.e., a de Boaventura de Sousa Santos (1997), quando ressalta que o “*patrimônio comum da humanidade* (*“common heritage of humankind”*), indubitavelmente [foi] a doutrina substantiva mais inovadora, e também mais vilipendiada, do direito internacional na segunda metade do século XX.” (p. 122, grifos do autor). Colocações como esta, de certo modo, repercutem sobre o alcance da efetividade dos “fundamentos e propósitos” da UNESCO com o patrimônio mundial, e considerando que o interesse da entidade, com tal ação, é de amplitude global, e quando ocorrem efeitos diversos do pretendido, talvez, possamos pensar que a mesma escala deva ser observada. Portanto, numa análise sobre esse contexto em Sintra, buscamos dar uma compreensão que possa auxiliar discussões para além dos limites físicos do nosso campo.

Desse modo, a pesquisa buscou dar resposta à indagação que trouxemos como nosso **Problema de pesquisa**, pelo que, buscamos compreender de qual modo e em que medida a

patrimonialização de Sintra à “Paisagem Cultural da UNESCO”, como um recurso ao “propósito norteador das ações da entidade” de “praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros” nas diferenças culturais, tem sido desenvolvida, considerando a incidência de atividades, ali praticadas, e, em boa medida, incrementadas por tal *status*, que se assentam numa lógica de “consumo cultural”, e que tende a esmaecer assimetrias culturais e normalizar diferenças, em favor de aprimorar e potencializar a exploração da dimensão econômica do patrimônio, num caminho diverso aos propósitos da entidade?

O trabalho de responder esse questionamento, perpassou por uma observação analítica que levou em consideração as implicações e efeitos de um entrelaçado ordenamento de disposições. Que envolve: 1) **a singularidade cultural vista na espacialidade sintrense e o status de patrimônio mundial – “paisagem cultural”**. Uma categorização diferenciada no âmbito deste tipo de patrimonialização, que verifica aspectos e elementos de ordem sociocultural complexos, bem demarcados e peculiares, pela “interação entre a humanidade e seu ambiente natural, [...] levando em consideração as características e limitações do ambiente natural em que estão estabelecidos, e uma relação espiritual específica com a natureza.”⁷. O que, de algum modo, afiança forte diversidade e destaca a singularidade do “lugar”;

2) **os propósitos e fundamentos que entendemos poder serem caracterizados como de caráter humanitário, por assim dizer, que incidem sobre o patrimônio mundial**, através do qual, entre outras iniciativas, a ONU/UNESCO discursa sobre “a promoção do espírito da tolerância, fonte e o propósito das ações da UNESCO”⁸, como assevera a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova. A qual argumenta que,

Ao utilizar o testemunho vivo dos sítios do patrimônio mundial, podemos mostrar que nenhuma cultura cresceu de forma isolada, e que **a diversidade é uma força**, não uma fraqueza. [...] **a tolerância não é a aceitação ingênua ou passiva da diferença**: é uma luta pelo respeito aos direitos fundamentais. **A tolerância não significa relativismo ou indiferença**. É um compromisso renovado todos os dias, para **buscar na nossa diversidade os laços que unem a humanidade**. (Ibid., grifos nossos)

Um argumento, em que, notoriamente, se verifica o propósito da entidade de que o “Patrimônio Mundial” sirva como um recurso auxiliar à consignação de uma comunidade internacional humana compreensiva às diferenças, bem como, é possível perceber, especialmente retratado nos grifos, um certo fundamento filosófico adjacente, que trata a

[7] Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>> (tradução nossa), acessado em 12.01.17.

[8] Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/message from ms irina bokova director general of unesco on-95/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/message%20from%20ms%20irina%20bokova%20director%20general%20of%20unesco%20on%2095/)>, acessado em 12.01.17.

relação *eu* e o *outro* por um entendimento mais alargado do que um mero estranhamento e respeito para com um *outro*, como no sentido mais formal e tradicional da alteridade. Há uma ideia, talvez, para a época da convenção de 1972, inovadora, que trata de um nexo entre todos, de uma responsabilidade com o *outro* e da percepção de que somos um todo, feitos de partes, que, então, não haveria como encerrar-se *em-si-mesmo*; numa noção que entendemos ter certa aproximação da concepção de “ética da alteridade” de Lévinas (2010).

Por fim; 3) **os usos do patrimônio mundial**, que pelo entendimento de Paulo Peixoto (2000), exame do qual, em boa medida, compartilhamos,

[...] não está, acima de tudo, a reforçar a imagem de identidade da espécie humana. Pelos usos que permite, o património urbano certificado pela UNESCO adquire mais facilmente uma imagem ligada aos processos mercantis e políticos, do que uma imagem associada a uma comunidade humana empenhada em fomentar relações internacionais emancipadoras (p. 10).

Os “processos mercantis e políticos” oblíquos ao “Patrimônio Mundial”, aos quais se refere Peixoto (2000), também são observados em Sintra; determinados por uma lógica de consumo que vê, no *status* atribuído, um forte estímulo potencializador de um *marketing* patrimonial cultural, que recorre aos elementos e aspectos associados ao simbolismo de misticismo, magia e romantismo de Sintra, para criar diversos “produtos culturais”, demarcando sobre Sintra uma própria e relevante “marca cultural”, para escoar nos fluxos turísticos do consumo simbólico e cultural.

Isso, se realiza através de um *modus operandi* já conhecido, em que se recorre, com frequência, à busca por normalizar diferenças, ajustando assimetrias culturais do *lugar*, forjando-lhe com “características culturais locais atenuadas; [...] mais propícias às práticas extensivas de consumo, na medida em que a ausência de fortes características tradicionais possibilitaria um fluxo mais eficaz de componentes globais da cultura.” (LEITE, 2005, p. 79).

Ora, fazer uso mercadológico, extensivo, de componentes de determinada cultura, que de tão singulares foram chancelados pela UNESCO, como de interesse à toda humanidade por seu “valor excepcional universal”, normalizando e/ou equalizando suas diferenças e assimetrias culturais, em favor de um consumo cultural, como entendemos se verificar em Sintra, nos faz pensar que o *outro*, que pode ser observado no conjunto desses componentes culturais, pode estar sendo convertida no que Han (2012) chama de uma “positividade” de um “*outro* igual”,

onde não há uma carga imunológica pela diferença, de um “*outro* atópico”, isso se dá, através de pequenos fragmentos admissíveis do *outro*, “de modo a poder tornar-se objeto de consumo”. (HAN, 2012, p. 10), que, por assim dizer, podem ser mais bem ingeridos e, conseqüentemente, digeridos; em atendimento ao fluxo de um consumo cultural de massa.

Portanto, no entrelaçamento das disposições que observamos no atual cenário patrimonial cultural de Sintra, nos lançamos a um exame sociológico, que teve como eixo analítico um desdobramento das formulações teóricas de Byung-Chul Han (2004, 2009, 2012), que, de todo modo, estão direta e especialmente relacionadas às ideias de outros autores, como Heidegger (1981, 2012), Jean Baudrillard (1995) e Emmanuel Lévinas (2010), os quais, também nos deram contribuições reflexivas fundamentais.

Na abordagem, tomamos que o estabelecimento do “patrimônio mundial” da UNESCO, tem sido acionado por, pelo menos, dois modos de fundamentos e propósitos antagônicas entre si, situação que entendemos estar em curso em Sintra, com efeitos que podem incidir para além das dinâmicas socioculturais deste ou de outros *lugares* com processos semelhantes, pois, se a proposta de usar o patrimônio mundial, como recurso meio de promoção de diversidade cultural para o estabelecimento de uma cultura de paz, exige dois interlocutores – o *eu* e o *outro* – os efeitos controversos, que estamos assumindo haver, nunca serão apenas sobre o *outro* e o seu *lugar*, mas também sobre o *eu*, que então é de fora do *lugar*.

Assim, buscamos observar o que pensamos se tratar de um recorte de uma certa conjuntura; que Han (2012) nos tem convidado à provocação, quando formula que há, em curso, uma “cultura de um constante igualar que não permite a negatividade do outro” (p. 10), através da qual, se nota que “o sujeito não é capaz de reconhecer o outro na sua alteridade, nem de o reconhecer na alteridade” (Ibid.), nos vários *campi* da vida social. Este igualar, referidamente ao campo da cultura, não estaria assentado numa uniformização das culturas, como entendiam os estudiosos da Escola de Frankfurt, mas, de um igualar do *eu* em relação ao *outro*, formula que pensamos poder, também, recair por sobre os *lugares*, onde são produzidas e mantidas suas raízes indentitárias, tudo isso por um caráter de deterioração imunológica da “dialética da positividade”, que tem que ver com a imanência dos indivíduos, em que, de algum modo, a fragmentação da cultura, para atender certos mercados culturais de consumo, tem sido requerida e então contribuído para esse igualar, para um “inferno do igual” (Han, 2014).

Nisto, desenvolvemos nossa investigação, tomando que o patrimônio mundial da UNESCO, tem tido seus usos extensivamente subvertidos dos seus fundamentos (SANTOS,

1997), verificados à máxima potência em sítios da categoria “paisagem cultural”, pelas suas características de forte singularidade, que nos debruçaremos em análise no capítulo 2 desta tese.

E que assim, de um propósito de funcionar como uma espécie de elixir para uma comunidade internacional humana, oferecendo auxílio a um certo modo de relacionar-se, nas diferenças culturais, do *eu* com o *outro*, num fundamento que condiz, semelhantemente, com aquilo que Lévinas (2010) denominou de “ética da alteridade”, mas também que pode ser percebido como um elemento que conduz no sentido de uma “dialética da negatividade”, nessa mesma relação do *eu* e do *outro*, do modo como entende Han (2004), mas, que, no entanto, tem se comportado, convertidamente, em elevada marca de distinção comercial. De certo modo, com a autoridade da UNESCO, para impulsionar o consumo simbólico cultural, através de fragmentos de componentes culturais, que têm suas assimetrias culturais equalizadas, “em favor de diferenças consumíveis” (HAN, 2012, p. 10), não havendo espaço para os ruídos da negatividade, tão próprios e, em certa medida, salutareos para a aproximação e na experiência com o *outro*. Atingindo significativamente, se pensarmos por Han (2004), as circunstâncias de uma qualquer relação de alteridade. Uma vez que,

A alteridade é, contudo, hoje em dia, substituída pela *diferença*, categoria que já não pressupõe qualquer reação imunológica. A diferença pós-imunológica, ou pós-moderna, já não é sinónimo de doença. No plano da imunologia, ela corresponde ao *idêntico*. É como se à diferença faltasse o agulhão da estranheza, capaz de desencadear uma forte reação imunológica. Assim, a estranheza se reduz a uma fórmula de consumo. O estranho dá lugar ao exótico. E o *turista* visita-o. O turista e o consumidor deixaram de ser *sujeitos imunológicos* (p. 11).

Assim, foi possível pensar que o Sintra, com toda sua carga de singularidade cultural, marcado como “paisagem cultural”, pela chancela institucional da UNESCO, quando acionado, como tal, tem estado como apenas mais um elemento entre “uma série de projeções de si mesmo”, para a sociedade de consumo. Em que “o sujeito não é capaz de reconhecer o outro na sua alteridade, nem de o reconhecer na sua alteridade. [...] É como uma sombra de si mesmo que deambula por todo lado, até se afundar em si mesmo.” (Ibid., p. 10). Assim, atende as mais diversas formas de estratégias do consumo pelo turismo cultural, num *modus operandi* que não tende a permitir desenvolver-se uma relação mais duradoura e aberta com aquela ou outra determinada espacialidade, dispondo-a apenas para o célere e conduzido consumo, características que Han (2009, 2010, 2012) também tem apontado como próprias do “excesso

de positividade”, em que o autor pensa estar inscrita a atual sociedade, e que nós pensamos que o patrimônio mundial da UNESCO é, em certa medida, participe desse cenário.

Assim, a “paisagem cultural” de Sintra, que, para a UNESCO, deve ser entendida como de “excepcional valor universal”, expressão, de algum modo, de um todo cultural de uma comunidade humana, em que o testemunho desse *lugar* de cultura do *outro*, num certo sentido atópico, pode servir para uma relação do *eu* com o *outro* por um mecanismo próximo de uma “ética da alteridade”, está mais relacionada com um certo consumo dos elementos culturais mais “exóticos” do planeta, ou mais “famosos”, acenados pela autoridade da UNESCO. Em que, assim, tomando de empréstimo o pensamento sobre a imunologia de Han (2010), não haveria a possibilidade de uma relação de negatividade pelo estranhamento do *outro*. O que nos faz pensar em dizer sobre estes sítios, que estão servindo mais como uma espécie de “lugares do *igual*”, do que como um, pensando pela UNESCO, por assim dizer, lugares do *outro*. Isso, possível através do que entendemos tratar-se de uma “atopia consumível do patrimônio mundial”, que nos debruçaremos à uma maior conformação de entendimento, ao longo do capítulo 1, como também do capítulo 3. E, então, recoberto de todos estes postulados e pensamentos, conduzimos nossa investigação, ao longo dos três capítulos que vêm a seguir.

Ainda, para esta introdução, entendemos ser pertinente apresentar uma breve revisão literatura científica, dos autores e trabalhos que, de algum modo, já tenham versado, especificamente, sobre os atores e as estratégias que se ligam com o processo de mercantilização do patrimônio cultural sintense. Para isto, realizamos, *in loco*, pesquisas nas distintas bibliotecas da Universidade de Coimbra, além de uma verificação, em meio aos repositórios eletrônicos de suas parcerias institucionais, o que nos deu a possibilidade de consultas em universidades para além das inscritas no território de Portugal, especialmente as de idioma distinto do português; bem como, adicionalmente, executamos investigações nos repositórios *on-line* das diversas universidades portuguesas, contando para isso, com o recurso eletrônico do “Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal” (RCAAP), que é o “portal agregador (meta-repositório) que reúne a descrição (metadados) dos documentos depositados nos vários repositórios institucionais em Portugal”, e alguns brasileiros. (Num total de 114 instituições, até por volta de agosto de 2016).

De todo esse exame, fora observado o que nos aparentou se tratar de uma escassez de estudos e pesquisas específicos sobre nossa temática e objeto de investigação, notadamente por uma reflexão de base sociológica, sobre a qual não encontramos qualquer referência, e no campo das ciências sociais, somente um trabalho de investigação para formulação de uma tese

com cunho antropológico. O campo de pesquisa da “gestão do turismo”, foi aquele que verificamos ter maior recorrência de trabalhos. Sobre isso, estamos cientes que nossa pesquisa não esgotou as possibilidades de prospecção da literatura, uma vez que, há ainda, um aberto número de bibliografia não publicada em meios eletrônicos, em ferramentas que, por questões outras, ainda não comportam um conteúdo com cronologia mais pregressa, muito embora, a chancela de Sintra ao patrimônio mundial seja datada de 1995. Portanto, ainda assim, é razoável pensar, que em virtude da especificidade da temática e sua relevância numa agenda de estudos da sociologia urbana e das cidades, possam haver trabalhos cujos os quais não tivemos contato.

Em que pese a já mencionada aparente carência de estudos sociológicos, ou ainda, como uma outra possibilidade, a restrição do contato sobre bibliografia pertinente. Os trabalhos encontrados, frutos, em sua maioria, de investigação de mestrado, com poucas exceções, que tangem pesquisas de doutoramento e alguns artigos científicos, de certo modo, corroboraram, através de seus referenciais bibliográficos, com a hipótese da escassez levantada, para além de que, foram relevantes como fontes secundárias, no que acreditamos, auxiliar a pôr qualidade em nossa pesquisa. Cabe então, nosso reconhecimento aos trabalhos do Antropólogo Cláudio Emanuel Cardoso Marques (2012), o da Arquiteta Ana Filipa Rodrigues Moreira Leite (2013), o da Mercadóloga Ana Rita Fernandes Cebola (2014), o da Geógrafa Luciana Rachel Coutinho Parente (2015), e, os dos Gestores de Turismo Inês Cláudia Rijo de Carvalho (2009), Marta Gonçalves de Almeida Duarte (2010), Sabrina Pereira Vida Larga (2012) e Nuno André Inverno Ribeiro (2014).

2. Procedimentos Metodológicos

A investigação de tese, que ora apresentamos, tem sua filiação ao campo de pesquisa científica da Sociologia urbana e das Cidades, por um âmbito de investigação mais circunscrito às pesquisas sobre patrimônio cultural, que devido ao caráter de necessária compreensão analítica de um cenário estabelecido, exigiu que o foco metodológico fosse, prioritariamente, fundamentado em análises de cunho qualitativo, sem descuidar das bases quantitativas, complementares à análise.

Assim, propusemos um plano investigativo analítico por duas dimensões, uma de contornos descritivos, abrangendo um recorte longitudinal para uma apreensão e compreensão das conformações sócio-histórica do objeto estudado, bem como, as inflexões filosófico-científicas que já recaem sobre eles, e uma outra de caráter analítico explicativo, de recorte transversal, que se constituiu, basicamente, por uma “observação direta participante”, tendo como objetivo apreender e compreender as relações e interações sociais que se dão no âmbito da visita à Sintra, especificamente entre o “eu” visitante e o “outro” visitado, num contexto de dinâmicas socioculturais de uma vida cotidiana, na espacialidade em que se inscrevem os itens patrimoniais que compõem a “Paisagem Cultural de Sintra – PCS”.

Para atender a execução do plano de pesquisa, em sua dimensão de caráter descritiva, foram consultadas diversas fontes primárias e secundárias de cunho bibliográfico, documental e estatístico, tanto para a apreensão do desenvolvimento sócio-histórico e cultural de Sintra, pelo qual, posteriormente, nos foi possível dar compreensão analítica do seu processo de patrimonialização, em seus aspectos e elementos. O que, em tese, a distingue de outras localidades, ao menos na tipologia de sua chancela (Paisagem Cultural), fundado nos propósitos da UNESCO, pelo que justificou o *status* atribuído, como também, para ter um apropriado entendimento da noção de “valor”, de “memória”, de “indústria cultural”, “consumo cultural”, entre outros que, de algum modo, permeiam, com necessidade de observação à temática. Observando ainda, documentos da entidade sobre a referência e a apropriação institucionais do caráter de universalidade e excepcionalidade que, ao menos virtualmente, contém um patrimônio mundial. Para além de, por esta dimensão, ter sido possível apreender todo um entendimento dos tramites processuais da UNESCO e de suas atuações, com especial atenção aos documentos emitidos pelo “Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO⁹” sobre o processo de patrimonialização mundial de Sintra.

Já para cumprir o plano de investigação, em sua dimensão analítica explicativa, nos coube realizar investigações empíricas, através do método de pesquisa da “observação participante” para uma apreensão do cenário, pontuando-nos pelas formas de análises propostas e postulados filosóficos discutidos. A “observação participante”, consolidada inicialmente como método de pesquisa próprio da antropologia, surgiu pelo reconhecimento da necessidade de ida à campo para o desenvolvimento de uma pesquisa, expandindo-se para outras áreas de conhecimento. No âmbito da sociologia, enfatizando-se sobre o urbano, a “observação

9 Fundado em 1992, o Centro do Patrimônio Mundial é o ponto de coordenação no âmbito da UNESCO para todos os assuntos relacionados ao patrimônio mundial. (Site Eletrônico do Centro do Patrimônio Mundial - UNESCO, 2012).

participante” apresenta-se pela peculiaridade e complexidade de se estar e vivenciar o campo como requisito necessário ao pertinente entendimento das relações e interações sociais mencionadas anteriormente.

Neste sentido, pensando a “observação participante” como uma forma de análise que também é da sociologia urbana, buscamos o trabalho desenvolvido por William Foote White (2005), um dos precursores da Escola de Chicago, “Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada”, através do qual tivemos uma forma sistemática acerca do desenvolvimento de uma pesquisa urbana a partir da utilização dessa forma de apreensão da realidade, servindo-nos como parâmetro de como se estar em campo, como um pesquisador que, buscando reconhecer profundamente seu objeto de pesquisa, não apenas observa, mas também participa. Para Tim May (2001), o observador participante testemunha "a 'racionalização reflexiva' da conduta: ou seja, a interpretação e a aplicação contínua de novos conhecimentos pelas pessoas (incluindo eles mesmos) nos seus ambientes sociais como um processo permanente” (p. 180).

May (2001) apresenta uma tipologia de observadores participantes que nos serviu para pensar nossa relação, enquanto pesquisador, com o campo. Definindo quatro circunstâncias posturais de pesquisa de campo, pelo método da “observação participante”, através das quais o autor pôde desenvolver quais são os aspectos específicos de cada, na relação que é estabelecida entre o investigador e os participantes da pesquisa. Sem pormenorizar cada uma delas, já assinalamos que nossa postura se deteve na de “participante completo”, que foi pelo autor definida como “quando há um engajamento completo nas atividades do grupo”, que neste caso, é importante ressaltar que não se trata de um grupo social coeso, pois a sua formação é em função das compras dos pacotes turísticos, portanto, bastante aleatória, i.e., não prejudicando, assim, nossa inserção nele, pelo contrário, reforçando ainda mais a postura, uma vez que somos parte do grupo pelo mesmo processo de entrada dos demais.

Ressalta-se, ainda, que a prática da visita turística, em certa medida, se equipara a de um pesquisador, na medida em que sua forma de estar em público é a de um observador, curioso e atento ao que de mais interessante os sentidos lhe voltar. Situação ideal para apreender e compreender o cenário e o aspectos que queríamos. Assumir a postura de um turista em Sintra, na condição de turista-pesquisador, deu-me a condição, de em certa medida, observar o que o turista, enquanto turista observa e relaciona-se.

Considerou-se ainda, as ponderações apresentadas por White, o qual nos informa como o próprio campo nos sugere os parâmetros de entrada em determinada comunidade. Revela-nos

uma situação específica na qual o próprio informante o atentou da necessidade da sutileza nas perguntas, diz-nos que recebeu o seguinte alerta de seu principal interlocutor: “Vá devagar, Bill, com essa coisa de ‘quem’, ‘o quê’, ‘por quê’, ‘quando’, ‘onde’. Você pergunta essas coisas e as pessoas se fecharão em copas. [...] basta que você fique por perto e saberá as respostas a longo prazo, sem nem mesmo ter que fazer perguntas” (p. 304). Foi precisamente postado dessa forma que nos lançamos à campo, apenas observando e nos relacionando com os turistas de um modo bastante casual, sem formular perguntas e sem querer ouvir determinadas respostas, apenas aguardando o que do campo nos chegasse. Melhor do que perguntar, foi saber nos colocarmos, e, como observador participante, as respostas às perguntas foram surgindo a medida em que aprendi a me posicionar adequadamente no campo.

A partir desta orientação de White, pudemos conduzir a pesquisa com discrição e, em algumas vezes, principalmente em situações de primeiro contato com determinada situação, permitindo-nos que a postura de turista assumisse o controle sobre a de pesquisador, o que, para nós, se mostrou bastante proveitoso, pois, ora, também estávamos visitando o patrimônio mundial da humanidade de Sintra pela primeira vez e o encantamento, atenção e qualquer outra reação natural de um ser humano nos foi pertinente e de auxílio à pesquisa.

Assim estive em campo, como um observador participante, transitando entre os residentes de Sintra e demais turistas, observando e conversando de forma natural e assim as “respostas” às perguntas que minha pesquisa exigia foram surgindo. Transitei pelas ruas de Sintra como um turista, deixando-me conduzir exatamente pelos espaços que são orientados ao turista. O qual é guiado pelos itinerários dos operadores e agências de turismo, ou pelas publicações de guias turísticos, não me permitindo ir além das ruelas e dos itens culturais que foram os de definição nos roteiros. Afinal, busquei vivenciar Sintra a partir daquele que é guiado, um turista que vivencia a Sintra comercializada pelos operadores do turismo, que, como veremos, são os mais recorrentes. Assim, pude observar dinâmica sociocultural do “lugar”, tanto pelo olhar daquele que consome os monumentos selecionados pelos guias, bem como, pelo olhar do pesquisador, para além das relações e interações pertinentes ou não à conformações de algum contato entre o “eu” visitante e o “outro” visitado.

Neste momento do nosso plano investigativo analítico, ainda se constituiu como nosso foco de análise, apreender na dinâmica sociocultural do lugar algumas reverberações e ressonâncias pertinentes, as quais, já tínhamos conhecimento quando do trabalho realizado no plano de análise descritivo, além de, observar qualquer atuação e o *modus operandi* dos agentes (públicos e/ou privados) envolvidos neste processo.

Para obtenção de uma análise cientificamente satisfatória, buscamos atingir os objetivos das dimensões analíticas propostas, cumprindo de forma rigorosa as etapas previamente estabelecidas e bem delimitadas dos nossos procedimentos metodológicos; ainda que, no percurso de nossa investigação, em meio a dinâmica natural que se verifica num trabalho de pesquisa científica, tenhamos acurado a necessidade de alterar e/ou adequar tais procedimentos. Num todo investigativo e analítico sobre o qual damos início à explanação a partir deste ponto.

CAPÍTULO I

PATRIMÔNIO MUNDIAL: UM RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO HUMANITÁRIA DISPOSTO AO CONSUMO CULTURAL

É conhecido que as discussões e os debates conceituais envolvendo a noção de patrimônio vêm se estabelecendo por muitos anos, numa série de mobilizações de grupos e atores das mais variadas esferas e contextos sociais, constituídas num grande campo de disputas. Neste cenário, verifica-se, quase que invariavelmente, a presença de algum tipo de ator estatal e/ou governamental, como tutor e/ou seu principal operador, através de políticas de salvaguarda, intervenção e preservação de um dado item e/ou sítio; o que tem sido denominado, de um modo geral, como “processos de patrimonialização”¹⁰ ou “processos patrimoniais”, que, na maioria das vezes envolve atores outros, além do Estado, com distintos interesses, conformando e acessando dessemelhantes dimensões do patrimônio.

Os diversos contextos temporais em que se estabeleceram as discussões sobre a questão do patrimônio, acabaram por produzir assinaladas fases do pensamento patrimonial, com definições e conceituações próprias, que sucintamente podemos classificar em três importantes “eixos de patrimonialização”: o primeiro, constituiu-se pautado em meio a consolidação dos Estados-nação, para embasar uma certa ideia de unidade nacional; o segundo, esteve majoritariamente associado às cidades e seus patrimônios históricos e culturais, como recurso para delimitação e distinção de uma identidade cultural e memória coletiva; e um terceiro, que surge imerso no bojo de uma “sociedade de consumo” (BAUDRILLARD, 1995), em que uma lógica de consumo utiliza-se dos recursos matérias, naturais e intangíveis, da

10 De acordo com Paulo Peixoto (2006), entendimento do qual compartilhamos, “processos de patrimonialização” são “todas as iniciativas que visam a aquisição de um estatuto patrimonial formal, nacional ou internacional” (p. 49). Acrescentando que alguns destes, podem se dar por sobreposição, ou em complementação um ao outro; como se observa, geralmente, nos processos de patrimonialização mundial, em que os itens e/ou sítios já foram previamente empreendidos por algum tipo de processo de patrimonialização, de âmbito nacional.

identidade e da memória, histórico e cultural, de qualquer sociedade, inserindo-os num tipo específico de atividade mercadológica, ao nível do consumo simbólico, que Néstor Canclini (1986, 1997) denominou de “consumo cultural”.

Inserido neste último “eixo de patrimonialização” encontra-se nosso objeto de estudo – os processos de patrimonialização mundial – instituídos pela UNESCO, sobre os quais discorreremos numa análise que tem como campo a “Paisagem cultural de Sintra”, chancelada como Patrimônio Mundial em 1995, cuja a qual entendemos que tem sido foco da ação, já conhecida em seu *modus operandi*, de agentes políticos e econômicos, imbuídos de interesses que já estão bem sedimentados em análises realizadas em diversos contextos de patrimonialização cultural (ZUKIN, 2000, 2000b; FEATHERSTONE, 1995; SMITH, 1996; HARVEY, 1994; FORTUNA, 1997, 2002; LEITE, 2005, 2007; PEIXOTO, 2009; RUBINO, 2009), em que o “consumo cultural” se apresenta com importantes reverberações sobre as dinâmicas socioculturais das espacialidades em que se circunscrevem o patrimônio.

De um modo geral, os interesses desses agentes não se associam primária e exclusivamente à dimensão sociocultural patrimonial, estando mais relacionados com a dimensão econômica do patrimônio (PEIXOTO, 2002; SANTOS, 1997), e, no caso específico do Patrimônio Mundial, entendemos que as atuações destes agentes, acabam por ter seus efeitos para além das delimitações espaciais da localidade do sítio ou propriedade tombada, alcançando extensões globais, por um caráter de deturpação e inversão dos efeitos anunciados e desejados nos pressupostos da ONU/UNESCO, que embasam a conferência desse estatuto a esse tipo de patrimônio, em especial a disposição humanitária de orientar a cultura e a educação não como fins, mas como um meio a serviço do desenvolvimento da cultura de paz mundial, pela difusão da diversidade cultural e da prática da alteridade entre os povos, do modo como nos inclinaremos a analisar.

Neste ponto, é importante salientar, que não queremos aqui discutir a conformidade técnico-legal das nomeações de tais patrimônios, tampouco se um valor qualquer que receba, no âmbito local, e até mesmo para além de suas fronteiras, dá respaldo ou não para classificá-lo com um item relevante e de excepcional interesse universal, embora, de forma ligeira, já deixamos exposto, na introdução deste texto, o que pensamos sobre tal situação, não obstante retomaremos esta discussão no primeiro tópico deste capítulo, quando, entre outras aspectos e elementos, trataremos sobre a noção de valor, no contexto patrimonial, relacionando ao modo como a UNESCO tem discorrido sobre este conceito. O que estaremos discutindo, são os efeitos, observados através de um ponto focal, decorrentes de uma forte comercialização de

sítios e propriedades classificadas como patrimônio da humanidade, que, em nosso modo de entender, deturpam alguns aspectos dos pressupostos da UNESCO tangentes a este tipo de patrimonialização, notadamente sobre aqueles que revestem o patrimônio mundial de um caráter de recurso humanitário.

Contudo, para dar suporte à nossa análise, como primeiro tópico deste capítulo, nos debruçaremos para uma compreensão pontuada de alguns aspectos e elementos que estiveram e/ou permanecem ligados aos processos patrimoniais nos distintos eixos de patrimonialização, tratando sobre os implicadores que levaram a noção de patrimônio de um viés histórico e cultural à um viés eminentemente econômico, abordando a ligação política e econômica em alguns eixos de patrimonialização, em especial o que atribui a ideia de um patrimônio comum da humanidade, tudo isso através de notas, apontamentos e alguns pares de categorias e conceitos, que consideramos fundamentais à análise. Embora as transformações do pensamento patrimonial sejam importantes, não se constitui em proposta fulcral deste primeiro tópico, e em nenhum momento do desenvolvimento desta tese, o detalhamento dos diferentes eixos e linhas de pensamento da noção de patrimônio, nem, tampouco, analisar as adequações ou incongruências dos posicionamentos sobre as questões patrimoniais de cada período, uma vez que cada eixo traz consigo um tipo de abordagem compatível com o interesse que para ele se associe, seja político, econômico, social ou misto, concorrentes ao tempo e as características das dinâmicas sociais em que se desenvolviam.

Nisso, detidamente estaremos abordando a noção de patrimonialização e o contexto em que surgiu e se desenvolveu, algumas de suas predisposições, dimensões e transformações, determinados enfoques sobre os agentes promotores e alguns desdobramentos decorrentes dos debates que, de algum modo, envolvem e/ou se entrecruzam nesse cenário (ARANTES, 1997; DURHAM, 1984; CHOAY, 2001; FUNARI, 2004; POULOT, 2009), especialmente a “indústria cultural” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) e o “consumo cultural” (CANCLINI, 1986, 1997; ZUKIN, 2000, 2000b; FEATHERSTONE, 1995, 1995b), bem como, alguns elementos das dinâmicas sociais que têm no patrimônio um importante vetor, tais como, a memória social ou coletiva (MARCUSE, 1981; BENJAMIN, 1984, 1989; HALBWACHS, 2006, SANTOS, 2003) e a identidade cultural (HALL, 2002).

Superada esta etapa, como segundo item do capítulo, há a necessidade de nos debruçarmos sobre o objeto central de nossa investigação – o Patrimônio mundial – abordando as premissas e filosofia adjacente, bem como alguns aspectos e dados relativos a esse tipo de processo de patrimonialização, especialmente os que nos indicam incongruências referentes as

premissas estabelecidas pela UNESCO para com esse tipo de processo. Discutiremos ainda sobre a associação desse tipo de patrimonialização com os dispositivos inerentes a lógica de consumo cultural, tratando detidamente do modo como estes processos estão sendo recorridos com frequência pelas cidades, naquilo que Paulo Peixoto tem denominado de “Corrida ao status de patrimônio mundial”.

Para nós, isso, em parte, tem oportunizado a constituição de um fenômeno que, entre outros acontecimentos decorrentes desses processos, leva um considerável contingente de turistas e/ou viajantes, a ingressarem no que também assemelhasse com uma corrida, porém, nesta, o escopo é visitar o maior número de itens classificados Patrimônio Mundial da UNESCO, em meio aos denominados, por um grupo destes “entusiastas” ou “coleccionadores” (assim autodenominados), *travel challenge*, em desafios de viagem ao maior número patrimônios da UNESCO e em menor tempo, em que se atribuem pontuação sobre determinados destinos, de acordo com o grau de dificuldade da visita, o que, por diversos modos, nos faz pensar numa desvirtuação dos propósitos da entidade para com o patrimônio mundial, distanciando-se, por um lado, de uma filosofia que entendemos análoga àquela de Emmanuel Lévinas, quanto a uma “ética da alteridade”, em que os patrimônios de “valor excepcional e universal” teriam papel fundamental como exemplos da comunhão entre os povos, e, conseqüentemente, aludindo à uma “necessidade” tácita da prática da alteridade, e, por outro lado, aproximando-se, como veremos, do entendimento de Byung-Chul Han (2012 [2014]) sobre uma “sociedade do cansaço”, em que para o “[...] consumo visa[-se] eliminar a alteridade atópica a favor de diferenças consumíveis” (p. 10)

Ainda neste tópico, nos debruçaremos sobre alguns documentos da ONU/UNESCO e de instituições acessórias a estas entidades, os quais entendemos fundamentais, isto incide diretamente sobre determinadas “cartais patrimoniais”, mas, especialmente, sobre os dois documentos balizadores e norteadores das premissas e fundamentos do patrimônio mundial, do documento de “Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura”¹¹ e a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da UNESCO, analisando e refletindo, em ambos, os dispositivos que sustentam a apropriação de um patrimônio como um “recurso humanitário” na promoção de uma cultura de paz entre os

11 Vale observar, que a ONU, é uma organização internacional cujo objetivo é possibilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança, desenvolvimento econômico, progresso sociocultural, direitos humanos e uma cultura de paz mundial, Nessa gama de questões que a ONU se propôs a abranger, a UNESCO é o braço da ONU responsável pelas questões de ordem socioculturais, tendo uma das mais importantes atuações na execução dos propósitos da entidade madrinha (ONU), portanto, entendemos que tal documento deve ser levado em consideração nesta análise, em virtude, do seu caráter fundante e balizador das ações de todas as entidades acessórias

povos, relacionando com pontos que nos parecem incongruentes e/ou descompassados com tal fundamento, sobretudo, mas não somente, aqueles que dizem respeito a uma oportunização destes bens cancelados, de estarem, de algum modo, associados ou relacionados como produtos da indústria do turismo, no âmbito de arranjos políticos e econômicos, de certo modo, avalizados nos dispositivos destes documentos.

Como conclusão deste capítulo, cabe-nos discutir e aprofundar nosso entendimento sobre o cenário que pensamos estar sendo observado em determinados sítios forjados com o status de patrimônio da humanidade. Especialmente verificado naqueles que recebem a denominação de “paisagem cultural”¹², pois, pelas características que através delas são elencadas, aparentam conter uma disposição mais apurada, por assim dizer, para reificar os fundamentos e propósitos que a UNESCO pronuncia querer trazer à tona com os processos de patrimonialização mundial; como um “testemunho vivo, [em que] podemos mostrar que nenhuma cultura cresceu de forma isolada, e que a diversidade é uma força, não uma fraqueza”¹³, abordando assim a questão do *Eu* e do *Outro*, debruçando-se sobre uma tentativa de dar condição a uma prática da alteridade entre os povos, enfatizando que “as culturas são enriquecidas pelo intercâmbio mútuo”.

Então, pelas características e qualidades que, comumente, a paisagem cultural apresenta, notadamente a singularidade da relação de integração das dinâmicas socioculturais de determinado povo, ou mesmo de diversas culturas, com os elementos naturais de uma localidade, como é o caso de nosso campo de pesquisa, a “Paisagem Cultural de Sintra”, estariam estas, e, portanto, Sintra também, inseridas numa lógica de consumo, iniciadas desde a corrida para alcançar o status do patrimônio mundial (PEIXOTO, 2000), até a oferta turística que põe diversos dos elementos que compõem estas paisagens como estandartes para promover um “consumo cultural”, que entendemos subverter de forma contundente os fundamentos da instituição, do modo como já introduzimos em parágrafo anterior e que desenvolveremos mais apropriadamente neste terceiro tópico.

12 A UNESCO (2012), define paisagem cultural da seguinte forma: “As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica.” (p. 70).

13 Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/message-from-ms-irina-bokova-director-general-of-unesco-on-95/>, acessado em 12.01.17.

1.1. Notas e apontamentos pertinentes aos processos de patrimonialização: considerações fundamentais à análise.

Em breves consultas a alguns exemplares de almanaques e dicionários da língua portuguesa, podemos verificar que há uma considerável recorrência em definir literalmente a palavra “Patrimônio” como herança paterna e/ou bens de família, numa clara associação ao contexto familiar, se buscarmos a etimologia da palavra, podemos inferir que isso se deve ao significado atribuído por suas origens greco-romana, pois, “*patrimonium*, se referia entre os antigos gregos e romanos a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família” (FUNARI, 2006, p. 10).

É comum percebermos que, na constituição do patrimônio familiar, especialmente sobre os hábitos e costumes, aquilo que é elencado para se transmitir a seus sucessores é valorado como algo positivo, ao menos por quem está transmitindo, já do ponto de vista de quem o recebe, tal patrimônio só continuará a ter valor profícuo se assim desejarem, ainda que para tal, costumeiramente haja, de algum modo, um processo de doutrinação. No entanto, ainda assim, é da vontade de quem recebe, determinado bem patrimonial, manter seu valor – sem pormenores – de outra forma, o que se apresenta como referencial de estima à um grupo familiar, em uma geração, tenderia a tocar a próxima geração de modo diferente, por vezes até de forma negativa ou nula. Portanto, em linhas gerais, observamos um entendimento bem dialogado e restrito ao seio dos grupos familiares sobre o referencial do patrimônio de cada família.

Nesse sentido, contribui a favor do processo de transmissão de bens e valores, a capacidade de pensar, própria do ser humano, bem como, sua biologia genética diferenciada, que para além de nos distinguir evolutivamente dos outros animais, nos dá o potencial único entre estes de interferir de maneira direta e racional no meio em que vivemos, ao passo que nos permite, também, organizarmo-nos em coletividade, criando, aprimorando ou modificando modelos de padrões comportamentais instituídos por e pelo grupo, o que nos outros animais são apenas geneticamente transportados, sem reflexão. Essa percepção, discutida por Eunice R. Durham (1984), mostra-se importante na medida em que ponderamos que a “Cultura”, tomando os sentidos sócio antropológicos desse termo, só pode ser descrita da forma que é, justamente porque os seres humanos têm a capacidade de refletir sobre determinados hábitos, costumes

e/ou tradições, possibilitando-nos transforma-los ou abandoná-los, se necessitarmos, em um curto intervalo de tempo.

Para tanto,

[os seres humanos] organizam suas condutas através de sistemas simbólicos que criam e transmitem sobre a forma de regras. Produz-se, assim, uma forma específica de adaptação e utilização do ambiente que envolve tanto a produção de conhecimentos como a de técnicas, isto é, comportamentos padronizados, que são apreendidos e transformados por cada geração. (Ibid., p. 26)

Essa capacidade “cultural” inerente a raça humana, lança sobre o patrimônio um elemento, que entendemos, bastante perturbador aos propósitos de preservação da história ou da cultura de determinado grupo social, ainda que sejamos cientes que o “patrimônio cultural” das políticas patrimoniais não tange concisamente tal entendimento, no entanto, pensamos que a intenção de atribuir à determinado item uma característica que valha o esforço de conservação cultural que toque uma maioria de indivíduos em um determinado contexto, não tende a obter o alcance pretendido, uma vez que os modos de saber fazer, as técnicas empregadas em construções, ou nos plantios e colheitas, entre tantos outros aspectos, são conhecimentos desenvolvidos no seio de uma geração e que, não necessariamente serão passados às próximas, ou por elas absorvidas, nem tampouco, invalida a hipótese de que de uma geração para outra novos elementos da cultura podem surgir se sobrepondo de maneira forte aos antigos, isso, pensando, ainda, que o legado patrimonial de características contemporâneas, não mais se limita ao grupo familiar, até mesmo por uma questão de sobrevivência dos grupos sociais, há que se difundir e permutar os conhecimentos desenvolvidos e, portanto, renová-los.

Portanto, a “cultura” adquirida, transmitida e por vezes cultuada como patrimônio não está isenta de sofrer ocultações, oscilações e perdas do seu valor, uma vez que o grupo que a desenvolveu e os quais a utiliza podem, a qualquer tempo, desconsiderá-las. Tal qual explicita a reflexão de Antonio A. Arantes (2009):

Os grupos humanos [...] cultivam atividades, conhecimentos e modos de saber-fazer [...] essas realidades são inseparáveis dos meios sociais que as produzem, pois deles recebem sua seiva, vitalidade e razão de ser. Mas assim como são criadas, nutridas e aprimoradas, elas podem ser modificadas ou abandonadas no constante fluxo da vida coletiva, onde preservação e destruição são faces da mesma dinâmica pela qual as estruturas sociais se reproduzem e se transformam. (Ibid., p. 11)

Não obstante, reforça-se a ideia por meio da qual introduzimos a discussão, quando afirmamos que o patrimônio familiar é legado, de modo geral, em comum aceitação,

previamente estabelecida por regras sociais ou transposto gradativamente ao longo de uma duração e, a rigor, não se constitui objeto de legado aquilo que um grupo familiar não queira transmitir e que o mesmo não queira receber, portanto, há certa comunhão no entendimento do “bem”, seja ele material ou intangível, que como bem salientou Arantes (2009), pode ser modificado ou abandonado, como típica condição no contexto das dinâmicas culturais e sociais.

Entretanto, o referencial de patrimônio ao qual queremos focar neste trabalho, não traz em si a condição de homogeneidade entre os atores que a ele são associados, essa que se faz presente na patrimonialidade familiar, nem há uma hierarquia estabelecida por princípios biológicos, referendada socialmente como se vê num grupo familiar, trata-se, pois, de grupos sociais distintos, e que por mais que estejam dispostos num mesmo espaço físico, têm suas diferentes formas de cultura, no pensar e no agir, já que desenvolveram suas próprias técnicas, adquiriram seus próprios conhecimentos, por suas bases culturais. Portanto, atribuir-lhes um patrimônio que busque os representar em uma coletividade, provavelmente, não irá tornar esse bem reconhecido, como tal, pelos diversos grupos inscritos numa cidade, pois os bens patrimoniais válidos, dos distintos grupos, dificilmente convergirão num ponto único, que possa expressar uma patrimonialidade compartilhada sem ausências ou excessos.

Dito isto, do ponto de vista sociocultural, pensar num objeto ou local que possa ser um “bem patrimonial de relevância e interesse universal” (UNESCO, 2007), é, em nosso entendimento, forjar algo insustentável e inexequível, pois, são bastante distintos os grupos sociais, especialmente se pensarmos em escala global, pois, um compartilhamento social de um bem cultural, de qualquer que seja a sociedade, exigiria um esforço de entendimento entre culturas jamais visto, especialmente pela complexidade das formações culturais e valores dos diferentes povos. Compartilhando da ideia de que estes “diversos grupos se apropriam de formas diferentes e desiguais da herança cultural” (CANCLINI, 2004, p. 194). Ainda assim, caso fosse notado um “bem “com tal compartilhamento, Antonio Arantes (2009) salienta que o juízo sobre este poderia ser prontamente relegado.

Porém, é precisamente num aspecto deste entendimento, que parece ser insuperável, que a ONU/UNESCO tem concebido a ideia de um patrimônio mundial, com uma filosofia subjacente que põe o patrimônio da humanidade como um elemento que firma a união das culturas entres distintos povos. Em nosso modo de entender, esta tarefa está sendo deturpada pelos usos que estão sendo feitos sobre esse tipo de patrimônio. Precisamente como estaremos discutindo aqui e em outras partes desse texto.

Mesmo de tal modo, diante de uma condição epistemológica quase que incontornável, os processos de patrimonialização vêm a longos anos se estendendo, em distintos eixos, em meio a diversos contextos sociais, remetendo suas origens à criação dos Estados nacionais no século XIX, apesar de que, já no século XV a igreja passou a “proteger” edificações clássicas da Roma e da Grécia Antiga com o intuito de associar sua imagem aos clássicos, pois, de algum modo, pensava-se estimular através dos monumentos romanos um reencontro com os textos clássicos (CHOAY, 2001), verificando-se já nesse momento interesses de cunho, detidamente, políticos na promoção do patrimônio.

Destarte, Choay (2001) sugere que no início do século XIX, na Itália, é possível observar uma relação cuidadosa entre preservação da história de uma nação e o patrimônio, pois, naquela altura, em que o iluminismo, em certa medida, influenciava as concepções da vida urbana, o rompimento com a arquitetura do passado era pujante e ameaçava os monumentos nacionais italianos. Segundo Choay (2001), somente na França, no final do século XIX, surgem as primeiras instituições voltadas à preservação do patrimônio com legislação específica para tal fim, visando, primordialmente, a conservação de edificações danificadas no processo da Revolução Francesa, num enfoque sobre o patrimônio que embora de ordem manifesta sócio histórica, não podemos deixar de observar o seu caráter político-ideológico adjacente.

Desde então, a concepção de Patrimônio vem enfrentando diversos embates conceituais, em âmbito acadêmico, civil, institucional, mas, sobretudo, contando com a figura do estado, sistematicamente tutoreando seus caminhos e descaminhos, que, de tudo, tem resultado em adequações das noções patrimoniais para com as políticas oficiais de salvaguarda, reificadas nos “processos de patrimonialização”, num cenário de interesses que ressoa para além do contexto local, atingindo o âmbito global. Habitualmente as atuações do Estado e dos outros agentes que orbitam sobre e para o patrimônio, são cultivadas através do uso dos “bens” por distintas dimensões. Pensamos que podemos tratar de três dimensões totais, que servem como ponto de encontro para outras vertentes dimensionais que o patrimônio possa comportar, pois, como tais, podem tanger um espectro maior das faces da vida social. Seriam elas: a dimensão sociocultural (histórico-artística), a dimensão política e a dimensão econômica. Brevemente descrevemos aqui o modo como as pensamos.

Dimensão Sociocultural (histórico-artística): é a dimensão da concepção mais geral de um “bem” patrimonial, em que um determinado item adquire caráter de “bem”, tangível ou intangível, cultural ou natural, seja ele um objeto, monumento, edificação, rio, um modo de saber fazer, etc.; precisamente porque possui algum valor histórico e/ou artístico, que, em certa

medida, é compartilhado no âmbito de um grupo social, sociedade e/ou nação, e sua apropriação está relacionada com um caráter de identidade cultural, associado na mesma medida que evocado à memória e ao passado, o patrimônio, então, assume a posição de ser a ligação entre o presente e o passado, para um determinado grupo, ainda que saibamos, que nem sempre o que um grupo considera como um “bem” seja consagrado como patrimônio pelo Estado, ao menos até a consagração do patrimônio cultural imaterial¹⁴.

Dimensão Política: Nesta dimensão, da forma como pensamos, investir no patrimônio pelo uso do seu viés político se confunde com sua própria origem, e, então, com a mais primária noção institucional de patrimônio, em que, para tanto, aciona-se um certo ponto da dimensão sócio histórica, de acordo com os interesses dos grupos que o fazem, em geral para reforçar e/ou demarcar algum entendimento deste grupo social sobre outros grupos. Pois, como nos dizem alguns autores, ao longo da história, o patrimônio vem sendo operado pelo Estado, em uma forma de compreensão única e exclusiva da cultura e da história, a serviço de interesses próprios de grupos estritos. Para Néstor Garcia Canclini (1997), “o patrimônio existe como força política do Estado na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus, [...] a história de todas as sociedades mostra os ritos como dispositivos para neutralizar a heterogeneidade, reproduzir autoritariamente a ordem e as diferenças sociais (p. 192); e, por fim, a

Dimensão Econômica: A mais recente dimensão do Patrimônio, pensando por um viés institucional, foi objeto de discussão e definição na Convenção Patrimonial de Quito – Equador, lá estabeleceu-se que “os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que os recursos naturais de um país” (p.4), logo, passíveis de exploração mercadológica, em que, para nós, um dos maiores problemas em se acionar essa dimensão do patrimônio, usando as palavras de Rogerio P. Leite (2007), está “na redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural [dimensão cultural] do patrimônio, resultando numa espécie de fetichização da cultura.” (p. 65).

Visto dessa forma, vale notar, que é natural que a dimensão sociocultural tenha destaque nas políticas patrimoniais, em meio as dimensões políticas e econômicas do patrimônio. Afinal, a propositura pública primeira de qualquer que seja o processo de patrimonialização, continua a ser para um efeito de conservação e preservação sociocultural

¹⁴ Cf. BERTRAND, Clara. Patrimônio cultural imaterial: convenção da Unesco e seus contextos. Edições70. 2011.

(histórico-artística), de determinado valor relativamente compartilhado num dado grupo. Desse modo, é viável justificar o empenho e a aplicação de recursos de toda ordem na empreitada da patrimonialização, e, atualmente, pautando-se também fortemente, mas, ainda assim, de segunda ordem, num discurso do desenvolvimento econômico, em prol da sociedade, posicionamentos que temos visto que possibilitam inebriar os usos das dimensões política e econômica do patrimônio, para, de algum modo, beneficiar, os arranjos de agentes públicos e privados com interesses correlatos.

Tratando um pouco sobre as questões do uso político do patrimônio, Arantes expõe importante reflexão, que entendemos apontar para a necessidade de uma eleição patrimonial, com fundamentos distintos de como se dá:

[...] penso que a conservação de itens culturalmente e historicamente relevantes resulta de uma configuração mais complexa de forças sociais do que aquela que tem sido indicada pela literatura. A meu ver, a significação social desses bens não pode ser mecanicamente deduzida de estruturas macropolíticas, nem tampouco decodificada dos significados simbólicos que habitariam permanentemente tais estruturas. (ARANTES, 1997, p.277)

Um dos prejuízos que essa forma de escolha patrimonial, acarreta, repousa, como destaca Leite (2007),

Na predominância dos monumentos que reafirmam os poderes políticos, religiosos e militares [...] [excluindo] um conjunto diverso de minorias étnicas e culturais que demandam formas peculiares de inserção e pertencimento (Ibid., p. 51).

Portanto, nos parece manifesto que a salvaguarda do patrimônio configurando ícones oficiais que expressam o poderio e a influência de uma camada dominante da sociedade, o que aponta em direção a um uso detidamente político do patrimônio (CANCLINI, 1997), prejudicou e ainda tem prejudicado, sobremaneira, a indicação do que poderia se configurar, de modo mais legítimo, num “patrimônio nacional”, ou mesmo, pensando no âmbito global e trazendo para o cenário mais próximo, num suposto “patrimônio mundial”.

A partir de meados do século XX, observamos uma certa redefinição da postura institucional para com as políticas de patrimônio de uma forma global, intuída, em parte, pelas abordagens e discussões do modo de vida mental deste século, notadas nas proposições de conferenciais mundiais sobre a temática de entidades intergovernamentais e transnacionais surgidas nesse contexto, as quais, invariavelmente, lançaram diversas recomendações e

proposituras, especialmente através das “cartas patrimoniais”, consideradas inovadoras, embora de efeitos contundentemente discutíveis.

Algumas dessas inovações, reverberaram como importantes mudanças nas bases essenciais da noção de patrimônio, conseqüentemente nas dinâmicas patrimoniais, das quais destacamos: a compreensão de que um determinado objeto patrimonial não é um elemento isolado, mas, sim, que deve ser verificado como inserido num contexto social em que está circunscrito¹⁵, que, assim, dele não se dissocia, mas extrai e entrega características e aspectos que se retroalimentam, sob pena de se assim não for observado, constitui-se numa mutilação do patrimônio (Carta Patrimonial de Veneza, 1964), bem como o conceito de que há no patrimônio, para além de seu caráter clássico de portador de traços da história e de representante de originalidades artísticas de uma época, e da dimensão política, ainda que de forma velada, também, um espectro econômico, passível de ser explorado comercialmente (Carta Patrimonial de Quito, 1967), e, mais recentemente, a ideia de se forjar, com finalidades que estamos destacando aqui como humanitárias, um patrimônio de interesse e valor excepcional para toda humanidade (Carta Recomendação de Paris, 1972).

Estas novas concepções foram sendo adotadas de modo encadeado, conferindo ao patrimônio um formato que mais se dispunha a servir interesses políticos e econômicos do que propriamente socioculturais. Reificado nas políticas de preservação do patrimônio, este novo formato tendeu para um aumento significativo sobre o número de edificações que podiam e deviam ser tombadas, basicamente em duas frentes. A primeira, ao se permitir submeter à salvaguarda o espaço em torno das edificações históricas, e, uma segunda, ao admitir como necessário o tombamento daquelas edificações mais simples, i.e., observando e ressaltando a arquitetura vernacular, que, vale observar, enquanto tal, foram aos poucos sendo subsumidas¹⁶. No entanto, em nosso modo de entender, ambas foram e são recorridas com um forte empenho de atribuir valor econômico aos patrimônios, convertendo-os de uma instancia prementemente sociocultural, em objetos para o consumo cultural, como mais um item derivado da lógica de consumo da atual sociedade.

¹⁵ Trata-se, do que se designa como *patrimônio por proximidade*, ou *patrimônio difuso*, de objetos sem expressão monumental e que decorre do reconhecimento experienciado: estruturas produtivas implantadas nos solos, marcações territoriais, fontes, tanques, marcos de propriedade, ou mesmo ainda, de marcos na terra que evidenciam a passagem do tempo e da natureza como são exemplo aglomerados de árvores que assinalam a passagem de uma linha de água ou trilhos pela passagem de gentes ao longo de diferentes épocas. (CANEIRA, 2014, p. 12)

¹⁶ Sobre isto recomendamos a leitura de ZUKIN, S. Paisagens Urbanas Pós-Modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.) O Espaço da Diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Então, os agentes públicos e privados, centraram seus esforços sobre os conjuntos arquitetônicos e urbanísticos passíveis de sofrer a atribuição e a conversão referidas, num dado cenário de maior amplitude espacial, que, para o dito entendimento, em que não se discute aqui a sua validade epistêmica, é não menos histórico do que o das propriedades singulares, de caráter monumental e/ou artística-histórica, e que, portanto, mereceriam estar descritas sob a denominação de “Centro Histórico”¹⁷, ou mesmo “Cidade Histórica”, numa equação que se leva em consideração a dimensão espacial e a amplitude de seu caráter histórico.

Se considerarmos o estabelecimento de um cenário com base no que salientamos, auxiliado no que têm revelado distintas pesquisas, no campo da sociologia urbana, que tendem a pacificar nosso entendimento, podemos perceber que, não por acaso, este eixo marcou o início de uma abordagem turística do Patrimônio de um modo mais enfático em muitos países. Viuse, a partir da década de 1970, um forte incremento dos processos de patrimonialização, recorrendo ao novo mote desse eixo de patrimonialização, para adaptar as novas políticas patrimoniais às necessidades econômicas de cada nação, dispondo uma abordagem patrimonial que teve e tem no turismo um intenso objetivo.

Nisso, entendemos que os processos de patrimonialização, a partir desta década, tiveram uma importante e decisiva virada em seu direcionamento, desligando-se de uma perspectiva que privilegiava as questões socioculturais (histórico-artística) do patrimônio, ainda que entrelaçada por questões de instâncias políticas, partindo em direção à uma perspectiva patrimonial ligada à interesses de ordem prementemente econômica, e então, como reflexo contíguo desse processo, observamos a busca, prioritária, dos agentes estatais, alavancada por investimentos e aportes financeiros de agentes privados, com interesses diversos do sociocultural, em tornar os bens patrimoniais de algum modo “acessíveis” para visita do público, especialmente de turistas, através de reformas, restauros e melhorias no entorno da área que se quer explorar com fins mercadológicos, através dos conhecidos processos de gentrificação ou enobrecimento urbano (ZUKIN, 2000, 2000b; FORTUNA, 1997, 2002; LEITE, 2005, 2007; PEIXOTO, 2009; RUBINO, 2009; BARREIRA, 2007), animados no contexto de uma “sociedade de consumo”, em que se busca oferecer as singularidades culturais

¹⁷ “No que tange a parâmetros oficiais na definição de centros, em especial a definição e preservação do tecido histórico urbano, destaca-se a Recomendação de Nairóbi – cunhada pela UNESCO em 1976. Tais conjuntos, segundo a Recomendação, podem ser sítios pré-históricos, cidades históricas, bairros urbanos antigos, aldeias e lugarejos, assim como conjuntos monumentais homogêneos. A “ambiência” é definida como ‘o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais’”. (MENEQUELLO, 2005, p. 02-03)

como um produto para o consumo de massa, fenômeno que nos debruçaremos a discutir de modo um pouco mais aprofundado logo adiante.

Este cenário, continua a ter contundente recorrência nas cidades, produzindo alguns importantes meios de comercialização e de consumo cultural, a bem do melhor dito, esse cenário tem se desenvolvido de forma exponencial, alargando-se tanto em volume como nos seus meios, acirrando o que Fortuna denominou de “concorrência intercidades”, num arranjo de agentes públicos e privados que envolve interesses políticos e econômicos, especialmente porque esse mercado constitui-se como parte importante da economia de diversos países.

Com as proposituras da Carta Recomendação de Paris, 1972, entendemos que se inaugura um novo nicho (meio) desse tipo de abordagem patrimonial, através do forjamento da ideia de um Patrimônio comum a Humanidade, o qual “é suposto funcionar como acervo de uma herança comum e indivisível, que sendo insubstituível é, também, indissociável quer da História da humanidade, quer do seu futuro.” (PEIXOTO, 2000, p. 04), porém, que “pelos usos que permite, o património [...] certificado pela UNESCO adquire mais facilmente uma imagem ligada aos processos mercantis e políticos, do que uma imagem associada a uma comunidade humana empenhada em fomentar relações internacionais emancipadoras.” (Ibid., p. 10). O ponto temporal em que melhor se reifica este cenário é a partir dos anos da década de 1980, perdurando hodiernamente, sobre o que discutiremos no segundo tópico deste capítulo.

No entanto, temos a ciência de que o problema do “consumo cultural”, não é relativo aos conteúdos culturais propriamente ditos, não se trata de que se emane espontaneamente de um determinado objeto um “valor de uso”, em que daí se ponham para o consumo. O valor, como veremos mais adiante, em suas diversas facetas é criação cognoscente do homem, portanto, um item, em si, a rigor, não tem qualquer valor até que lhe atribuam um tal, e com ele as possibilidades relacionadas da aquisição de um *status* que do consumo desse valor pode ser visibilizada.

Porém, ainda assim, aí não reside necessariamente o problema, embora já se apresente como parte dele. O que nos parece decisivo é que um item cultural ou mesmo natural, (nos casos do consumo do patrimônio natural chancelado pela UNESCO), tal como um novo sedan e suas versões luxo, *standard* e popular, ou como um novo laptop ou smartphone que são agrupados numericamente a cada ano, que usando lançados são os melhores e mais excepcionais dispositivos do mundo, ao menos daquele ano, estejam condenados a ser apenas um signo efêmero, ou uma alegoria, “produzidas”, deliberadamente, nos termos da indústria do

turismo cultural¹⁸, com uma tal imperativa qualidade primeira, e, hoje, universal. (BAUDRILLARD, 1995).

Estamos considerando esse um aspecto padrão nas políticas hodiernas de patrimônio, em cujo os elementos patrimoniais estão dispostos, de um modo muito incisivo, aos interesses de ordem política e econômica, por agentes públicos e privados que recorrentemente entremeiam-se nesses processos, sobre várias vertentes. No entanto, agindo por um *modus operandi* hegemônico e relativamente similar, em diversos contextos, para fomentar o consumo desses patrimônios, que com quão maior for seu *status* de referência cultural, mais retorno financeiro tende a garantir a estes agentes.

Sobre essas dinâmicas, pensamos que estão, atualmente, em forte recorrência através dos processos de patrimonialização mundial. Pois, se julgarmos que o estatuto de patrimônio da humanidade atribui um valor de troca impar ao item patrimonializado, por certo um valor excepcional, destacado para um seletivo grupo de, neste momento, 1073 itens patrimoniais, estaríamos então nos referindo a um tipo de “produto” de alta grife. Portanto, considerando a abordagem que corre intrínseca a este cenário, de um produto disposto ao mercado de massas, numa “cultura de consumo” (FEATERSTONE, 1995) cabe que sigamos em nossa análise, atentando a alguns pares de conceitos e categorias de análise que nos são essenciais ao entendimento e apreensão de nossa problemática.

Tratando detidamente de discutir a indústria e o consumo cultural, temos inicialmente que explicitar, que ao transcorrer de meio século, fomos sendo confrontados com a realidade de que os caminhos reflexivos lançados pela escola de Frankfurt, a partir das compreensões de Adorno e Horkheimer, sobre uma modernização que levaria progressivamente as culturas do mundo a convergir num modelo único, não eram, de todo modo, observáveis, e, então, as críticas quanto a incapacidade de parte de suas teorias focar práticas e experiências reais de consumo foram sendo cada vez mais recorrentes. (FEATERSTONE, 1995). A indústria cultural não teve êxito em homogeneizar a cultura, contudo, aparentemente, a lente dos autores não estava de todo embaçada, especialmente quando se voltam para o que chamaram de “Indústria cultural”; o que eles parecem não ter percebido, foi que tal indústria, impossibilitada de produzir uma homogeneidade, em virtude das características da humanidade, poderiam empenhar-se a

¹⁸ O conceito de “Turismo Cultural” da Organização Mundial de Turismo, nos parece poder ser assumido por nós, para este trabalho, sem prejuízos de outros entendimentos ou adequações, que, porventura, sejam necessários, e que anunciaremos. De tal modo, fica o entendimento de que o “Turismo Cultural” é todo “movimento das pessoas em busca de motivações essencialmente culturais, tais como excursões de estudo, teatralizações e excursões culturais, viagens para festivais e outros eventos culturais, visitas a localidades e monumentos, viagens para estudar a natureza, folclore ou arte e peregrinações” (OMT, 2004)

produzir diferenças consumíveis, com finalidades que tangem as da uniformização das culturas. Portanto, ainda assim, alguns conceitos desta escola nos servem como importantes elementos reflexivos para contribuir na abordagem de nosso problema de pesquisa, e, assim, devemos compreender as formulações daqueles que nos serão uteis.

Dentre os vários elementos que caracterizam a sociedade contemporânea, um nos põe atenção para o contexto que estamos investigando, dizendo respeito à vinculação, por vezes indiscriminada, do espectro sociocultural de uma cidade, com um tal subjacente espectro econômico desse último, notadamente por agentes de interesses políticos e econômicos arranjados em diversos *modus operandi*, em função de uma lógica de consumo, para provimento de um consumo cultural. Nesse sentido, os processos de patrimonialização mundial nos parece evidenciar bem este cenário, uma vez que, no desenvolvimento desses processos observam-se o entrelaçamento desses espectros (PEIXOTO, 2002), em cujo, notamos haver certo predomínio do caráter econômico por sobre o caráter histórico cultural, sem mencionar o dissenso que entendemos ter sobre a “revelação” de determinando bem, como de valor e interesse para toda humanidade (UNESCO, 1972), quando no ambiente em que circunscrevem-se, nem sua legitimidade como patrimônio cultural local é uniforme.

Ao utilizarmos a expressão “valor universal”, como apregoa a UNESCO, por sobre determinados elementos patrimoniais, estamos impetrando um entendimento para tais patrimônios que vibram questões bastante complexas, inclusive paradoxais, no entanto, estes questionamentos parecem ser negligenciados pela formalidade legalista e pelos interesses políticos e econômicos dos agentes promotores desse tipo de patrimônio. Pois, se por um lado o termo valor expressa um entendimento que tange à uma escolha, em geral e por definição própria, e/ou algum tipo de hierarquização, de outro, o caráter universal de determinando valor, qualquer que o fosse, buscaria, assim, expressar uma totalidade de máxima amplitude, portanto, nesse sentido, nos vemos diante de um elemento de características e entendimento particulares, imbuído de uma espécie de “poder” universalizante.

Definir uma noção de valor não é das tarefas mais fáceis, especialmente em meio a questões que envolvem contextos sociais, no entanto, entendemos ser mais complexo ainda, atribuir valor a algo, especialmente se este demandar um alcance universal. De tal modo, é inteligível a recorrência de ações na tentativa de valorar determinado item com um suposto caráter universal que precisamente desloquem os sentidos atribuídos no âmbito do reconhecimento social dos seus críveis aspectos culturais, em direção a um entendimento que priorize o espectro econômico, em nosso entendimento, forjando por sobre determinando bem

patrimonial um valor excepcional e universal de seus aspectos culturais, apoiados nos processos que passam a reconhecê-lo como mercadoria voltada ao consumo simbólico de determinada cultura.

Pensando de tal modo, somos forçados a nos debruçar, para a análise em questão, na compreensão daquilo que, em boa medida, ancora o empreendimento do forjamento da ideia de um patrimônio comum da humanidade, o qual traz consigo a pretensão institucional de ser entendido como de interesse e valor universal. Para tanto, pensamos que a perspectiva teórica que situa a sociedade contemporânea no âmbito de uma “sociedade de consumo”, pode nos por entendimento, ainda que parcialmente, sobre este cenário, através de uma análise de tais processos de patrimonialização que realce os elementos que fomentam e sustentam o consumo desse tipo de patrimônio, detidamente estamos tratando da ideia de *Kulturindustrie* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

No bojo dos meios que nos dão maior nitidez sobre o cenário, observamos os elementos da “estetização” e da “standardização” (FEATHERSTONE, 1995), aspectos inerentes aos processos de patrimonialização, ligados às estratégias do consumo cultural, que, em nosso entendimento, buscam tornar qualquer patrimônio homogêneo e hegemônico, uma vez que imputam a estes um caráter de objeto de consumo passível de ser consumido por distintos grupos sociais e, assim, de certa forma, anulam o valor crítico individual, pois, os atores que de algum modo se ligam, direta ou indiretamente, aos contextos patrimoniais, são recorrentemente excluídos dos procedimentos de nomeação de um bem, relegados à meros “espectadores” de tais processos, portanto, incapacitados de produzir uma crítica valorativa e legitimadora de determinando bem patrimonial.

A despeito desse entendimento, Adorno e Horkheimer (1985) apresentam percepções críticas sobre a sujeição do homem àquilo que teria como princípio a sua libertação, portanto, “o esclarecimento”, de modo contextualizado no âmbito da crítica à racionalidade instrumental moderna, numa análise na qual, também, se insere a percepção sobre a comercialização da cultura na contemporaneidade, que os autores denominaram de “indústria cultural”.

As proposituras analíticas e teóricas de Adorno e Horkheimer (1985) trazem como elemento central a autodestruição do esclarecimento, o que implica, de certa forma, na autodestruição da reflexão individual e própria sobre a valoração¹⁹ dos elementos da cultura,

¹⁹ Aqui, cabe já uma rápida nota, apenas para referir que o vocábulo “valorar” e “valoração”, aparecem, nesse texto, com semântica distinta dos vocábulos “valorizar” e “valorização”, embora, tenhamos visto, ao longo de nossas investigações,

pois, a crítica que os autores lançam, de modo sintético, e direcionado ao campo cultural, vai no sentido de que, se a percepção do esclarecimento punha o homem diante de uma dimensão que libertá-los-ia de suas ilusões mitológicas, a crítica agora, aponta em direção a decadência de um modelo de cultura, pois, não dá relevância nem ao erudito e nem ao popular, apenas convencionava o entendimento por sobre elementos escolhidos da cultura, através da dominação ideológica e destruidora. Vejamos um extrato de Adorno e Horkheimer (1985) que nos aponta a discussão:

O segmento sobre a “indústria cultural” mostra a regressão do esclarecimento à ideologia [...] O esclarecimento consiste aí, sobretudo, no cálculo da eficácia e na técnica de produção e difusão. Em conformidade com seu verdadeiro conteúdo, a ideologia se esgota na idolatria daquilo que existe e do poder pelo qual a técnica é controlada. No tratamento dessa contradição, a indústria cultural é levada mais a sério do que gostaria. Mas como a invocação de seu próprio carácter comercial, de sua profissão de uma verdade atenuada, há muito se tornou uma evasiva com a qual ela tenta furtar-se à responsabilidade pela mentira que difunde, nossa análise atém-se à pretensão, objectivamente inerente aos produtos, de serem obras estéticas e, por isso mesmo, uma configuração da verdade. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 04)

Portanto, entendido assim, o esclarecimento não comportaria a perspectiva emancipatório à qual lhe é atribuído como função, a qual se anunciou inicialmente. A forma como entendemos, pelo que assevera Adorno e Horkheimer (1985) é que, de forma desviada, da intenção de possibilitar autonomia ao sujeito, o esclarecimento acaba por adquirir um carácter meramente instrumental, não induzindo à reflexão sobre algo; por exemplo o valor que pode ou não ter determinando objeto de referência patrimonial, mas sim servindo para uma espécie de dominação de outro sujeito, ou mesmo, para manobras de promoção ao consumo de massa, tornando-se, assim, uma “razão instrumental”, pela qual, aquilo que se deveria conhecer, descobrir ou experimentar, pautado numa lógica do esclarecimento, então é visto como subordinado à técnica desenvolvida em meio a sociedade moderna. Permitindo, assim, apreender que,

O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu *em-si torna para-ele*. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 07)

referências em que os primeiros eram tomados de igual sentido como os segundos. Para nós, isto poderia, se não explicado, gerar incompreensões.

Pois, de acordo com alguns dicionários da língua portuguesa brasileira, “valorar”, quer dizer “atribuir certo valor a alguma coisa ou a alguém”, já a palavra “valorizar”, diz respeito ao aumento de um valor, importância ou de qualidade de alguém ou de alguma coisa, já estabelecido anteriormente, i.e., incrementar uma dada grandeza, previamente “valorada”.

Em meio a esta forma de apreensão do cenário da modernidade, pela qual os autores sustentam importantes argumentações críticas sobre as “ilusões da modernidade”, as quais se vertem de modo semelhante para o espectro cultural da sociedades modernas, oportunizando a criação de itens culturais, por uma espécie de indústria da razão instrumental específica para a cultura; que, recorrentemente, busca, promove e cria elementos culturais, para fomentar uma discussão em torno de apreensões para o consumo de determinado elemento cultural, no caso de nossa investigação, pensamos servir para a promoção de tombamento de bens com características patrimoniais, que, em tese, seria um ponto inicial para posteriormente alicerçar um suposto caráter de universalidade.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o elemento – técnica – sobressai na modernidade, e através deste, observa-se uma condição de submissão de outros elementos da vida em sociedades modernas, inclusive dos seus aspectos culturais, bem como da característica emancipatória do sujeito, pois,

[...] a técnica da indústria cultural levou apenas à padronização e à produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica da obra e a do sistema social. Isso, porém, não deve ser atribuído a nenhuma lei evolutiva da técnica enquanto tal, mas à sua função na economia actual. A necessidade que talvez pudesse escapar ao controle central já é recalcada pelo controle da consciência individual. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.37)

Do modo como ajuízam os autores, percebe-se uma inversão na função do “esquematismo”²⁰ kantiano, “que ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, [que, no entanto,] é tomada ao sujeito pela indústria” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 59), e asseguram que por essa forma de “esquema” deu-se o primeiro serviço prestado pela indústria ao cliente. Posto que, se Kant defendia a existência de um mecanismo secreto que preparava os dados imediatos que se ajustavam ao sistema de razão pura, hoje o segredo estaria decifrado e catalogado, através de

20 O entendimento de Kant acerca do “Esquema” ou “Esquematismo” decorre de sua reflexão sobre o conhecimento em “Crítica a Razão Pura”. Reflete sobre o lugar da intuição diante de conceitos puros e empíricos, desta forma parte do seguinte questionamento: “Como, pois, é possível a subsumação dessas intuições sob esses conceitos, e, por conseguinte, a aplicação das categorias aos fenômenos, posto que ninguém pode dizer de tal categoria, por exemplo:~a causalidade se percebe pelos sentidos e que está contida no fenômeno?”. Kant entende que os objetos só nos são dados quando há uma modificação de nossa sensibilidade, e, ainda, que os conceitos puros devem conter “a priori” a função do entendimento na categoria e certas condições formais da sensibilidade – condições que permitiriam a aplicação das categorias a qualquer objeto. Desta forma, Kant chama esta condição formal e pura da sensibilidade de esquematismo do entendimento puro. Assim, o que denomina de esquema de um conceito “é a representação de um processo geral da imaginação que serve para dar sua imagem a esse conceito” (p.75) Versão eletrônica do livro “Crítica da Razão Pura” Créditos da digitalização: Membros do grupo de discussão Acrópolis (Filosofia)

um outro tipo de mecanismo, e, nesse sentido, organizado pela indústria cultural, a qual, segundo Adorno e Horkheimer (1985), executariam este “esquema” de modo a constituir uma tendência irrevogável. Executados, especialmente, através dos agentes promotores do capital, ou, da maneira como refletimos, dos agentes promotores dos processos de patrimonialização mundial. Portanto, não há nada para o consumidor, por reflexão própria, valorar ou “classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção” das indústrias culturais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 59).

Tomando o modelo analítico da inversão do “esquematismo” proposto por Adorno e Horkheimer (1985), é plausível discorrer por uma reflexão sobre a relação do espectro econômico de um bem patrimonial cultural e a valoração crítica por sobre esse bem, ou melhor dizendo, a anulação da crítica ao valor do patrimônio, fomentada, em certa medida, pela promoção, em alto grau, da indústria cultural, para sobre seu aspecto econômico.

Um dos importantes elementos ressaltados na análise de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural, para além do “consumo de massa”, diz respeito a como esta indústria desenvolve o controle de seus clientes, ou seja, de seus consumidores ou poderíamos, ainda, dizer “espectadores”, pois, cria-se, sobre estes, não apenas uma necessidade de consumo, como também, indica o que se deve consumir. Desse modo, o caráter pedagógico processual de reconhecimento por parte do indivíduo, de sua cultura ou mesmo o estranhamento de outras, tende a ser negligenciado, estimulando uma espécie de valor padrão, atribuído pela indústria cultural, a qualquer patrimônio cultural, e no caso do patrimônio cultural da humanidade, pensamos que esse mecanismo tem forte execução, ao estimular um reconhecimento universal de determinadas culturas.

Assim sendo, umas das premissas básicas do patrimônio mundial, sobre as quais discorreremos detidamente no próximo capítulo, que é a promoção da cultura de todos os povos com o objetivo do reconhecimento mútuo fica, em nosso juízo, comprometida, pois, estaria, antes de tal propósito, por agraciar uma preferência da indústria cultural em sua busca pelo “consumo de massa”, num processo de fomento, de algo, tal qual postais colecionáveis, que entendemos responder precariamente as premissas do patrimônio da humanidade.

Para além das ilações que temos sugeridos, por certo, a indústria cultural desenvolve seus meios de trabalho de forma a manter e ampliar sua clientela, aparentemente sem estabelecer diálogos sobre as demandas do consumidor, mesmo porque, do modo como, Adorno e Horkheimer (1985), pensam a racionalização da vida moderna, qualquer que fosse a demanda do consumidor, seria antes a do interesse da indústria cultural, ou seja, nenhuma demanda seria

genuinamente inferida e gerida pelos consumidores, sendo estes apenas agregados das demandas da indústria cultural. Acerca dessa visão, Adorno e Horkheimer afirmam que:

O princípio impõe que todas as necessidades lhe sejam apresentadas como podendo ser satisfeitas pela indústria cultural, mas, por outro lado, que essas necessidades sejam de antemão organizadas de tal sorte que ele se veja nelas unicamente como um eterno consumidor, como objecto da indústria cultural. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 67)

Diante desta lógica de consumo, não seria conveniente para a indústria cultural apreender todos elementos culturais provenientes das demandas dos grupos sociais, mesmo porque estes elementos, segundo os autores, seriam apenas reflexo da promoção sobre determinados itens, exercida através dos meios de comunicação de massa que fomentam gostos e delineiam necessidades. Nesse sentido, pensamos que estaríamos diante de uma racionalização instrumental técnica ao extremo e, de certa maneira, exagerada em seu entendimento, já que é difícil compreender que ao passo que a indústria cultural homogeneiza o entendimento dos valores culturais dos sujeitos e de determinados grupos, também não permite emergir resistência a tais imposições, considerando para essa crítica que os autores entendem, para além do que foi exposto, que “A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.63)

No entanto, apesar da ponderação, percebemos alguns importantes elementos, na teoria dos autores, as quais possibilitam auxiliar o entendimento do forjamento da ideia de um patrimônio mundial. Um destes, se apresenta precisamente por uma espécie de neutralização da crítica valorativa, uma vez que, como essência para tal, “os dominados sempre levaram mais a sério do que os dominadores a moral que deles recebiam” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 63), ou seja, aquilo que a indústria cultural criva como patrimônio, foge, em larga escala, da reflexão pelos indivíduos do plausível valor que foi atribuído a determinado item, sem que, de um modo mais geral e pragmático de se ver, hajam grandes questionamentos nem ações no sentido de rejeitar tais valores, especialmente se observarmos isso buscando encontrar uma tentativa deliberada de transgredir a uma norma de valor imposta, por vezes, não é de se estranhar, há até mesmo uma “defesa e reconhecimento” daquilo que se impõe, mas também não podemos deixar de dizer que um contrarrevanchismo, como anunciaram Leite e Peixoto (2008), também já é verificável.

De todo modo, é razoável pensar que a indústria cultural em sua lógica para produzir consumo, não está, em, pelo menos, última instância à apreender os elementos culturais de

determinado contexto, com o intuito exclusivo de refletir, fielmente a percepção dos grupos sociais sobre tais elementos, torna-se mais nítido que os interesses ligam-se mais aos fatores de ordem econômica, que propriamente aos de cunho sociocultural, através de, quando possível, realçar os distintivos aspectos culturais para o consumo (DENORD, 1967), ao passo que esmaece as diferenças ao ponto de torná-las possíveis de serem consumidas (HAN, 2009, 2010).

Portanto, se deslocarmos tais entendimentos para a percepção do patrimônio mundial da UNESCO, podemos intuir que a aproximação de agentes públicos e privados, é motivada, em boa medida, pela lógica do consumo cultural das indústrias culturais, ressaltando e é importante fazer isso, que o propósito da UNESCO (1972), como discutimos na introdução e discutiremos outras vezes ao longo da tese, é, de um certo modo, pelo que consideramos, nobre, e sem dúvida humanitário; na tarefa de promover uma cultura de paz entre os povos pelo entendimento e reconhecimento mútuo de suas culturas, dentro do que pensamos estar filosoficamente próximo a uma “ética da alteridade” (LÉVINAS, 2010), porém, pelos usos que estes patrimônios estão dispostos, através do mecanismo discutido nos parágrafos anteriores, não pode deixar de ser observado sem que se faça alguns questionamentos sobre sua validade.

Através da lógica de consumo cultural, das indústrias do turismo, os bens patrimoniais considerados universais estariam alocados à condição de produtos, que, a cada nova inscrição pela UNESCO, entrariam no hall de produtos oferecidos, para suprir a demanda, em diversas frentes, hodiernamente a oferta apresenta-se também de uma forma personalizada, garantido que o recurso patrimonial seja explorada de outros modos, admitindo que todo bem e ou serviço tem o cumprimento de um ciclo de consumo, numa noção de relação mercantil onde o “cliente é o produto”²¹ e as ofertas, diante de tantos cenários culturais, podem ser formatadas de acordo com o perfil do cliente, garantindo a máxima utilização do recurso. O turismo de experiência é um bom exemplo disso, e os patrimônios da UNESCO, dão forte apoio a esse cenário, o patrimônio cultural imaterial classificado pela entidade é um forte catalisador para atrair turistas ávidos, ou levados a crer que estão, em viver “experiências culturais únicas”.

Tudo isso, nos parece ter, em certa medida, correlação com a percepção de Adorno e Horkheimer de que a indústria cultural tem forte interesse no sujeito moderno como clientes, podemos entender que a alocação de determinando bem patrimonial como de relevância global é instruída para uma clientela que consome esse tipo de produto, ou ainda, que de certa maneira,

²¹ Cf. Joseph Pine e James Gilmore (1999), na obra “A Economia da Experiência”, sem versão traduzida ao português. (PINE, B. Joseph. e GILMORE, James H. The experience economy: work is theatre & every business a stage. Boston: Harvard Business School, 1999.)

é estimulada a consumi-lo, numa espécie de fórmula que envolve fornecimento de demanda e de consumo que se retroalimentam. Numa exaustiva relação de consumo que cria necessidades e fomenta a sua satisfação, ao tempo em que gera novas necessidades, para satisfazer nova clientela. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Embora, como já havíamos alertado, a noção de “industrial cultural” vista na dialética do esclarecimento receba duras críticas, sobretudo quanto a uma tal homogeneização da cultura, pela globalização, que os autores disseram estar em progresso, no ponto em que atentam para um conjunto de ações que pretendem estimular um consumo de massa cultural, encontra, inegavelmente, importantes elementos que reverberaram fortemente nas formulações de teorias de autores, como Sharon Zukin (2000; 2000b), Fredric Jameson (2007), Mike Featherstone (1995), entre outros, sem as quais, reflexões analíticas sobre a “lógica de consumo”, “Cultura de Consumo” e “Consumo Cultural”, p.ex., talvez não tivessem sido concebidas do modo que foram; todas esses que nos dão importante aporte teórico para nossa investigação, inclusive alguns aspectos da “indústria cultural”.

Já nos debruçando sobre alguns destes entendimentos, temos que a sociedade atual, para Mike Featherstone (1995), expõe características singulares como a “transformação da economia em cultura e a cultura em economia” (JAMESON, 2007), bem como a produção de “simulacros” (BRAUDRILLARD, 1991), o que para o autor evidencia uma cultura voltada ao consumo (FEATHERSTONE, 1995).

Bebendo diretamente em Fredric Jameson (2007), o que observamos é que o autor tem bastante inclinação por sobre alguns aspectos da contemporaneidade, especialmente os que relacionam elementos da cultura e do mercado, levantando questões e reflexões sobre as mudanças socioeconômicas fundamentais. Para o autor, observam-se, a partir da década de 1960, mudanças políticas e culturais diretamente relacionadas à economia, sobretudo, através da produção de mercadorias culturais e do consumo destas. Todavia, Jameson (2007) nota que, mesmo diante de um quadro de importantes transformações, pautadas, especialmente, por um espírito de pós-modernidade que surge em meio as sociedades, o modo de produção não sofre importantes alterações, mas sim, a forma como o social é reproduzido, uma vez que, “o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova (...), mas é apenas reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo” (JAMESON, 2007, p. 16), o que para ele está estritamente ligado à produção de valores culturais, os quais se voltam necessariamente ao consumo.

As reflexões que guiam o entendimento de Frederic Jameson (2007), sobre o cenário do consumo da cultura na contemporaneidade, são pautadas, notadamente, na percepção do autor de uma adequação da economia para comportar a cultura, que considera ser bastante evidente, apontando, também, em direção as teorias “pós-industriais”, as quais definem a sociedade como sociedade de consumo, das mídias, da informação – pois têm uma “missão ideológica de demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece as leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes” (JAMESON, 2007, p. 29). Portanto, Jameson (2007) sugere que o capitalismo tradicional se modificou, dando lugar a um capitalismo que se vale de elementos constituídos na própria sociedade, sendo estes elementos, predominantemente, sociopolíticos e/ou culturais.

De tal maneira, para Jameson (2007), a transformação da cultura em economia, seria apenas mais um estágio do capitalismo, tal qual sugeriu Ernest Mandel, num registro de divisões temporais por três estágios do capitalismo, cada um marcado por um tipo próprio de produção cultural. Sem pormenorizações sobre tais estágios, Fredric Jameson (2007), entende que o atual estágio do capitalismo, da forma como pensou Mandel, associa-se ao pós-modernismo, especialmente pelo modo como se configuram os elementos sociais. Nesse sentido, a proposta de Jameson (2007) aponta a cultura como elemento motriz do capitalismo, para tanto, o autor analisa alguns conjuntos de produções artísticas, e infere que o modelo de sociedade que o capitalismo fomenta, hodiernamente, exige o consumo de imagens, como tentativa de resolução de suas próprias contradições, argumentando que a economia se encontra numa espécie de retroalimentação com a cultura.

Para o autor, o capitalismo, em seu último estágio, tornou a cultura um produto, e isso, de certo modo, promoveu “o fim do ego burguês, ou da mônada, sem dúvida traz[endo] consigo o fim das psicopatologias desse ego – o que [chamou] de esmaecimento dos afetos” (JAMESON, 2007, p. 43), por conseguinte, implicou, também no “fim [...] do estilo, no sentido do único e do pessoal, o fim da pincelada individual distinta” (p. 43).

Assim, tomando esses entendimentos, em análise dos processos de patrimonialização mundial, não seria grosseiro, num primeiro momento, relacioná-los, precisamente, ao tipo de produto que este último estágio do capitalismo vem se esforçando em produzir, uma vez que esse tipo de patrimônio tem a intenção de ser consumido por todo o globo, eliminando, de certa forma, o ego de consumo exclusivo da burguesia, para além de promover uma espécie de padronização no valor das culturas, pois, toda cultura que detém um bem patrimônio mundial,

independentemente do caráter e do grau de importância que contenha tal bem, naquele determinando âmbito, passa a ter um valor único e uniforme de suposto excepcional interesse para humanidade, não comportando outros tipos de valoração.

No entanto, antes de analisar os processos de patrimonialização mundial por tal formulação teórica, é cautelar ponderar com as críticas que Fredric Jameson recebe, especialmente as de Mike Featherstone (1995). Na principal delas, Featherstone (1995) aponta na direção de uma cultuação do elemento cultural, ao nível de estabelecê-lo como uma superestrutura. Para esse momento da investigação, não nos aprofundaremos em tais críticas, que serão retomadas em momento oportuno.

Empenhado em discutir a “cultura de consumo” e seus efeitos e desdobramentos, em meio a sociedade contemporânea, Mike Featherstone (1995) propõe três perspectivas analíticas para apreender o cenário. Num primeiro momento, o autor sugere que “a cultura de consumo tem como premissa a expansão da produção capitalista de mercadorias, que deu origem a uma vasta acumulação de cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo” (p.31). Numa segunda análise, o autor lança um olhar sociológico conciso, entendendo que “a relação entre a satisfação proporcionada pelos bens e seu acesso socialmente estruturado é um jogo de soma zero, no qual a satisfação e o status dependem da exibição e conservação das diferenças em condições de inflação” (p. 31). Num terceiro momento analítico, o autor enfatiza que em meio a sociedade contemporânea “há a questão dos prazeres emocionais do consumo, os sonhos e desejos celebrados no imaginário cultural e em locais específicos de consumo que produzem diversos tipos de excitação física e prazeres estéticos” (p.31).

Na primeira perspectiva de análise, o autor busca compreender a sociedade a partir de uma ênfase crescente sobre o lazer e as atividades de consumo, que permite dupla percepção, uma positiva e outra negativa. De anotação sucinta, na positiva a sociedade de consumo possibilita a liberdade individual e o igualitarismo, já na visão negativa, a sociedade alimenta uma possibilidade de manipulação ideológica e sedução controladora da população. Na segunda, as pessoas acabariam utilizando os bens consumidos como elementos de distinção social e mesmo como forma de vínculo, enquanto que no terceiro modo analítico, o autor expõe os sentidos aguçados dos processos midiáticos, que buscam animar o consumidor, através dos meios de comunicação. (FEATHERSTONE, 1995)

Apesar de distintas propostas de análise, de modo geral, Featherstone (1995) argumenta que o diagnóstico de uma sociedade moderna deve levar em consideração seus campos de consumo, investigando a recorrência do elemento cultural disposto ao consumo, e

considerando que o consumo não deriva apenas da produção tal qual conhecíamos. Pensando, na problemática desta pesquisa, o autor nos atenta para a oferta excessiva de bens simbólicos e a tendência para uma espécie de desclassificação e desordem cultural resultante dessa oferta, nos fazendo pensar na corrida para atingir o estatuto de patrimônio mundial e a recorrência com que os agentes envolvidos nestes processos conseguem alçar patrimônios à tal *status*, situação que iremos demonstrar estatisticamente no próximo tópico deste capítulo.

Featherstone (1995) tece, ainda, críticas ao modelo analítico sobre as indústrias culturais da Escola de Frankfurt, atentando aos problemas do reducionismo, sejam eles de característica psicológica ou econômica, salienta também para o caráter radical do entendimento que aponta em direção à extrema manipulação e controle dos indivíduos pela indústria cultural, além de criticar, ainda, a forte tendência de observação analítica dos prazeres do consumo como algo proibitivo, no entanto, entende que não é mister, de outro modo, recair em outro extremo de uma análise que celebre o populismo dos prazeres de massa.

Por certo, os aspectos e características, da sociedade moderna, ressaltados por Featherstone (1995) nos põem no cerne da reflexão discursiva por ora proposta: a “lógica do consumo”, especialmente do “consumo cultural”. Notadamente, quando o autor refere que a lógica do capital deriva da forma como se dá a produção, infere também ser plausível pensar numa lógica do consumo, ditada pelos “modos socialmente estruturados de usar os bens para demarcar relações sociais” (p. 35), que acabam por organizar a vida social, especialmente pelas interações que proporcionam.

Ora, se percebermos os bens patrimônio mundial como dispostos a uma indústria cultura do turismo, ponderada às devidas proporções, mas evidentemente voltada à uma lógica de consumo, ditada, em certa medida, por agentes imbuídos em suas promoções, como apelo de uma forte concorrência econômica intercidades (FORTUNA, 1997), fomentador de um turismo cultural, de importante fluxo de visitas, como assinalam estudos que demonstram que as economias apresentam ganhos significativos com a implantação e manutenção do cenário (PEIXOTO, 2002, 2009; UNESCO - Portugal, 2014), por que não assumi-los, como produtos de importante capacidade para o consumo cultural?

Evidentemente que os desdobramentos disso, como os que nos moveram a desenvolver esta pesquisa, são sobremaneira elevados num contexto mais social, seja na deturpação de um pretenso caráter humanitário intuído para com estes elementos, seja no que tange as dinâmicas socioculturais do lugar que contem a propriedade inscrita na lista da UNESCO, bem como na distinção social simbólica que pode se originar por esse tipo de patrimônio no âmbito do

consumo cultural turístico, e a questão de ser possível assim constituir uma certa hierarquia cultural, em escala global, ainda que simbolicamente, determinando que certo tipo de cultura tem mais valor excepcional cultural que outras. O que vai inteiramente de encontro aos propósitos da entidade braço da ONU para a educação e cultura.

Sobretudo se levarmos em consideração certos dados, alguns dos quais poremos em análise no tópico seguinte, como os que dão conta de que a Europa e a América do Norte são responsáveis por quase metade dos itens patrimoniais inscritos na lista do patrimônio mundial, e que, de um montante de 7,2 bilhões de pessoas habitantes do globo terrestre em 2016, apenas 1,2 bilhões destas viajaram como turistas internacionais neste mesmo ano, o que representa apenas 17% do total, com uma taxa de crescimento desse contingente, de um ano para o outro, que vem reduzindo, enquanto que outros 83% não saíram, por motivos diversos, de seu país, para visitar uma outra nação com finalidades turísticas, reconhecendo que o fluxo turístico é, talvez, o mais formidável meio de conectividade global para o contato direto com outras culturas, se não o maior, ao menos um dos mais importantes.

Consequentemente, este contingente populacional não estaria em possibilidade de contato direto com o cotidiano de outras culturas, o que não parece contribuir, em alguma medida, com os interesses da ONU/UNESCO de harmonizar os diferentes povos através de um intercâmbio cultural, conhecimento e estranhamento de outras culturas e da prática da alteridade cultural. Isso, sem levar em consideração, ainda, para efeito de cruzamento de dados, as estatísticas que pronunciam que a população fora desses dois continentes (Europa e América do Norte) é de aproximadamente 6 bilhões, que precisariam, então, se deslocar para estes dois continentes, caso estejam dispostos a visitar a maior parcela de itens cancelados como de valor cultural excepcional universal. O que, a julgar pelos números ditos sobre o turismo internacional, não nos aparente ser algo de fácil e rápido contorno.²²

Sobre o aspecto da dimensão simbólico do consumo, Featherstone (1995), mais uma vez, pondera a teoria da Escola de Frankfurt, no que tange o entendimento da imposição da indústria cultural sobre as massas apenas pelo espectro psicológico, pois, apresenta um duplo aspecto simbólico do consumo cultural: 1) aqueles que serão consumidos de fato e 2) aqueles que serão consumidos simbolicamente, seja pela contemplação ou mesmo pelo desejo.

²² Todos os dados apresentados nesta passagem, referentes ao turismo, são provenientes do documento elaborado pela Organização mundial de turismo, intitulado "*Tourism Highlights 2017 Edition*". Disponível em: << <http://mkt.unwto.org/publication/unwto-tourism-highlights> >>, acessado em 14 de fevereiro de 2017.

Já os dados relativos ao contingente populacional, foram extraídos do sítio eletrônico "*Our world in data*", mantido pelo Universidade de Oxford. Disponível em: << <https://ourworldindata.org> >>, acessado em: 14 de fevereiro de 2017

Pensando detidamente no aspecto simbólico de determinado item patrimonial, em relação ao espectro econômico criado sobre ele, e, ainda, deslocando, para entendimento destes, as formulações teóricas de Featherstone, ressaltamos que, no âmbito de uma cultura de massa, a arte, apresentada pelo autor como um modelo que agrega grande carga simbólica, tende a não se sustentar por muito tempo na condição de mercadoria, o que, segundo ele, agrega ainda mais valor sobre o objeto.

Portanto, se pensarmos que um patrimônio mundial, tende a ser visto como um elemento cultural que agrega grande carga simbólica, visto que, supostamente, carrega em si “excepcional valor de interesse universal” (UNESCO) e ainda em referência, mais uma vez, aos estudos que verificam altas medidas de consumo turístico desses itens, nos parece que se o juízo que faz Featherstone (1995) estiver correto, esses elementos, dispostos ao consumo cultural, tendem a ser mais valorizados, na medida em que vão atenuando sua capacidade de comercialização, de modo que entendemos poder haver acentuação e uma modificação, tanto das suas promoções, quanto no modo como os agentes que os promovem lhes empreendem economicamente.

Para Featherstone (1995), “em algumas sociedades, sistemas estáveis de status são protegidos e reproduzidos mediante a restrição das possibilidades da troca ou da oferta de novos bens”, em outras, “há uma oferta de mercadorias em constante renovação, o que dá a ilusão da completa trocabilidade dos bens e do acesso irrestrito a eles”. Nos parece que a UNESCO, associada direta ou indiretamente aos agentes tangentes as suas nomeações ao patrimônio mundial, tende a reproduzir e mesmo a estimular, através de uma “ilusão” de um patrimônio comum a todos, a mercantilização restrita a certos grupos, o que é, ao nosso ver, contraproducente para atender a premissa básica do patrimônio mundial, de promover o reconhecimento mútuo das culturas entre os povos. No entanto, para afirmarmos isso, entendemos que precisamos de incursões à campo, as quais, analisaremos adiante, e então, retomaremos essa e outras questões, especialmente deste tópico, que também anseiam de pesquisa empírica.

Sabemos que as discussões que se constituem fundamentais à análise dos diversos aspectos dos processos de patrimonialização mundial não terão sua plenitude alcançada neste trabalho, bem dizendo, elas poderiam demandar um outro esforço de pesquisa apenas com tal propósito, e essa não é nossa proposta. No entanto, observando especificamente nosso objeto e campo de pesquisa, e a problemática que apresentamos sobre estes, entendemos que ainda nos cabe trazer à baila a discussão sobre a noção de valor, especialmente por Sintra ter sido o sitio

que primeiro foi considerado, na Europa, “paisagem cultural” de “valor excepcional” para a humanidade, bem como, pelas características que entendemos realmente singulares daquele cenário, como estaremos demonstrando ao longo de toda nossa escrita.

O esforço em abordar a noção de valor, terá como pauta teórica não apenas as de cunho sociológico, mas, pelas características que recaem sobre esse aspecto, as de caráter filosófico nos serão de suma importância. (ABBAGNANO, 1998; RIEGL, 2014; NIETZSCHE, 1998; PEDRO, 2014; BOLTING, 1953). Porém, antes disso, ainda temos que abordar a “memória coletiva” e a “identidade cultural”, importantes em qualquer contexto patrimonial cultural, mas que em Sintra, veremos, especialmente no segundo capítulo, que estes componentes sociais tiveram e, em boa medida, se mantêm, como fator irrevogavelmente estruturante do que se consubstanciou Sintra, sobretudo das suas características mais sobressaltadas, tanto para a exploração turística, quanto nas dinâmicas socioculturais, que é sua “aura”, de misticismo e de magia.

O patrimônio, de um modo geral, é um vetor de dois componentes sociais bastante pertinentes à nossa análise, a saber: a identidade cultural e a memória coletiva e/ou social. O primeiro desses componentes, como já discutimos, tem um caráter bastante subjetivo, especialmente quando verificado em relação ao segundo, bem como, necessariamente, é temporal, pois, depende de uma série de questões socioculturais que estão imersas num constante fluir histórico, ao sabor das dinâmicas socioculturais (ARANTES, 2009), além do que, mais recentemente, a identidade cultural tem sido subtraída do âmbito das amarras de um campo coletivo de definições, para o campo da individualidade, moldando-se, com tendência à intermitência, à diversos contextos; do modo como se discute sobre o “sujeito pós-moderno” (HALL, 2002).

Já a memória, nos parece um componente que apresenta um caráter um pouco mais durável, por assim dizer, menos volátil, ao menos no que tange o campo das memórias sociais e/ou coletivas, sem querer dizer com isso que estas memórias são imutáveis, pelo contrário, pois, os esquecimentos também podem ter causas sociais e/ou coletivas; porém, as suas durações, e estas são de sobremaneira importantes, nos parece que são menos afetadas pelos trabalhos das dinâmicas sociais da pós-modernidade. Pois, segundo as teorias sociais de caráter pós-moderno (BAUMAN, 2001; HALL, 2002; HARVEY, 1994; KUMAR, 1997) a duração da identidade cultural de um indivíduo pode ser o tempo de um encontro virtual, num *chat*, entre membros, de distintas nacionalidades, de um grupo paramilitar de extremistas islâmicos, em que muitos destes não são reconhecidos socialmente como judeus, ou, da passagem pela

adolescência de um jovem, que sofre a influência do modo e estilo de vida Emo ou Punk, mas que, quando adulto, pode ter se tornado um importante membro de uma congregação cristã, tomando estes apenas como exemplos; já a memória social e/ou coletiva não nos parece contar com esta volatilidade.

Portanto, por ser a memória um outro importante vetor do patrimônio, tanto material como imaterial, e contando com esta característica mencionada anteriormente, é um destes pontos que entendemos fundamentais à análise, em meio as discussões de nosso objeto de pesquisa, exigindo uma abordagem, ainda que de forma concisa, sem intenção de esgotar a temática, sobre o pensar e os pressupostos que a teoria social apresenta no que tange à memória enquanto categoria analítica da vida social, relacionalmente a espacialidade de um lugar e aos seus bens culturais, em nosso caso, especialmente os de ordem material, num contexto de uma paisagem cultural.

Nesses termos, o sociólogo Francês Maurice Halbwachs (2006) dá um importante contributo, ao afirmar que toda memória tem origem social, sendo uma construção psíquica e intelectual, que ocasiona, em última instância, uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas deste com as inserções do contexto familiar, social, nacional, advertindo sobre a forte influência dos meios físicos nas ações sociais, bem como, do seu contrário, que podem gerar ou condicionar a memória coletiva; tratando, de certa forma, do conforto referencial e memorial do indivíduo no bojo de um determinado espaço físico e de sua paisagem física. Nos fazendo pensar nas análises sobre as influências dos espaços e elementos físicos nas dinâmicas sociais, apresentadas por Michel Foucault (1975), bem como, sobre a “segurança ontológica”, intuída por Anthony Giddens (1991), a qual teria através da memória coletiva uma determinação precípua para suas reflexões. A julgar pelo entendimento de Halbwachs (2006), a necessidade de uma relação direta dos grupos sociais com os elementos físicos de uma dada ambientação, em determinado espaço, é crucial para constituição da memória coletiva e conseqüentemente para sua melhor adequação neste espaço.

A noção de memória sempre permeou os debates teóricos envolvendo o passado, com grandes e densas repercussões nas áreas da psicologia, filosofia e da história, principalmente através dos pressupostos das explicações historiográficas, somando-se às discussões sobre liberdade e moral advindas da filosofia, no bojo das reflexões acerca das sociedades pós-industriais. Contudo, correlata e intrinsecamente ao passado e a memória está o patrimônio e suas questões, com discussões que tradicionalmente abrangem fortemente as ciências sociais. Assim, a memória, como conceito, discutido nas teorias sociais, ganha importância para

compreensão do patrimônio. No contexto sociológico, as formulações teóricas sobre memória acenam de forma distinta das correntes que foram majoritárias sobre o entendimento da memória na teoria social, com discussões envolvendo a memória num contexto sociocultural, com considerável curvatura sobre a espacialidade em que se inscrevem os grupos sociais, tanto sobre os elementos físicos naturais, quanto sobre os arquitetônicos, entre outros que atuariam como base para o trabalho de definição e/ou reconstrução da memória individual, a depender do referencial teórico.

Numa obra de referência nas ciências sociais, a Socióloga e Historiadora, Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), num esforço de análise de boa parte da revisão literária sobre memória na teoria social, aborda os postulados fundamentais para compreender e pensar a memória e sua relação com a sociedade. Para tanto, nos fornece elementos que possibilitam “ampliar as fronteiras da teoria social no que diz respeito à memória” (p. 12). De acordo com a autora, a memória, enquanto objeto de análise das ciências sociais, segue duas tradições distintas. Por um lado, a escola frankfurtiana apresentou, por meio de seus principais expoentes, Walter Benjamin e Herbert Marcuse, a memória enquanto “sujeito do conhecimento”, ou seja, um meio que possibilitasse reconhecer e tornar inteligível o mundo que a constitui.

Por outro lado, a tradição francesa, teve em Maurice Halbwachs a concepção da memória enquanto “objeto de estudo sistemático e comparativo de padrões de comportamento” (2006, p. 38), o que estaria sendo entendido como a “memória coletiva”, que, de certo modo, possibilitaria o entendimento dos movimentos e das dinâmicas sociais de determinados grupos, em que os elementos físicos espaciais destes grupos são parte importante deste processo, tanto como produtos ou como animadores da memória, tornando-se, em alguns casos, seus bens patrimoniais, e ainda que assim não sejam classificados, assumindo um papel de destaque para a formação e coesão dos laços sociais que advêm pela memória compartilhada, ajudando também na abordagem daqueles bens patrimoniais que não gozam de tal compartilhamento, mas que recebem o crivo como tal, especialmente por questões de ordem política e/ou econômica.

Assim, nos parece plausível, para a análise que estamos debruçados, de um campo de pesquisa classificado como patrimônio mundial, do tipo paisagem cultural, em que a espacialidade assume protagonismo, apresentar e compreender, concisamente, as bases e os pensamentos que sustentam a formulação da noção de uma memória socialmente compartilhada, tanto pelas formulações da Escola de Frankfurt, por onde primeiro se discute a

memória dentro de um contexto social, bem como pela “memória coletiva” de Halbwachs, que, em boa medida, teve como diálogo reflexivo as postulações dos frankfurtianos.

As formulações teóricas de dois dos mais expoentes pensadores da memória, enquanto questão do social, Herbert Marcuse e Walter Benjamin expressam-se a partir da tradição do pensamento social alemão da “Dialética do Esclarecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), especialmente pautada na “perda de autonomia do indivíduo em sociedades de massa” (SANTOS, 2003, p. 97), o que, como um de seus resultados, afetaria a memória social e, num todo, como vimos anteriormente, teria na “indústria cultural”, o maior problema para a manutenção das identidades culturais e, portanto, causando reverberações importantes nas condições de praticar a alteridade. Elementos centrais de nossa discussão.

Segundo os autores, a “racionalização”, tornaria a vida moderna guiada pela previsibilidade e pelo cálculo, em detrimento da tradição e da “mitologização do mundo”. A razão tornou-se o centro do conhecimento e as crenças são colocadas de lado, evidenciado na problemática da análise macrosociológica a “razão instrumental”, que teria como fim o “desencantamento do mundo”, negando todas as crenças e costumes de uma sociedade, tornando suas percepções unívocas, através da razão, reificada na “indústria cultural”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Todo esse processo foi apresentado reverberando diretamente sobre o tempo e seus derivantes e, então, a memória é um destes. Pois,

[...] com o enrijecimento da consciência do tempo, o evento foi fixado como tendo ocorrido uma única vez no passado, e tentou-se apaziguar ritualmente o medo da morte em cada novo ciclo das estações com o recurso a algo ocorrido há muito tempo.

[...] a subsunção do factual, seja sob a pré-história lendária, mítica, seja sob o formalismo matemático, o relacionamento simbólico do presente ao evento mítico no rito ou à categoria abstracta na ciência, faz com que o novo apareça como algo predeterminado, que é assim na verdade o antigo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.19).

A crescente uniformidade da mentalidade racional apresentava-se como “repressão à subjetividade em sociedades de massas” (SANTOS, 2003, p. 97). Isso, para os membros daquela escola, refletia-se numa contradição entre sociedade e indivíduo, discutida pelos frankfurtianos com fundamentos extraídos da teoria de Sigmund Freud acerca da repressão dos instintos. Tal discussão fora passível de desentendimentos entre seus membros. A relação entre a psicologia e a sociologia tornava-se discutível, tanto para uma aproximação como para um afastamento. Alguns frankfurtianos entendiam ser preciso construir uma relação entre ambas – através da relação entre estrutura da personalidade e as condições sociais – outros,

neorrevisionistas, criticavam “todos aqueles que reduziam os indivíduos às determinações sociais”. (Ibid., p. 98)

Herbert Marcuse (1981) é um dos que assume dura posição, criticando o neo-revisionismo da teoria de Freud. A crítica estendia-se àqueles que entendiam o indivíduo como uma “personalidade total”, e que rejeitavam todas as compreensões da psicanálise referentes aos impulsos e instintos. Assim, Marcuse (1981), compartilhando dos entendimentos de Max Horkheimer e Theodor Adorno acerca da irracionalidade da sociedade de massa e da razão instrumental, porém crítico ao neo-revisionismo psicanalítico, apresenta como alternativa à ruptura de uma sociedade unidimensional a partir de uma prática política, o que deveria ocasionar algum tipo de ruptura essencial nessa sociedade.

Tal entendimento revestiu-se nos pressupostos de sua fundamentação teórica sobre memória, pois, julgava ser esta “capaz de trazer, para o presente, verdades que estariam sendo reprimidas pela sociedade” (Ibid., p. 100), pela simples recuperação de um passado no qual o indivíduo agia por suas vontades e necessidades de maneira livre. Esse contexto, permaneceria, segundo ele, encerrado em sua memória e sustentado por seu subconsciente.

Porém, isso, em certa medida, lhe fazia romper com um dos importantes aspectos da teoria crítica, encontrando nos postulados de Heidegger um recurso para dissolver suas questões. Santos (2003) salienta a importância que este pensador teve para uma readequação do pensamento de Herbert Marcuse, fundamental para a formulação de sua teoria sobre memória social:

[...] a partir de sua aprendizagem com Heidegger, Marcuse substituiu a preocupação com a noção de “sentido do Ser” pela de “Ser-no-mundo”, isto é, passou da filosofia da história hegeliana para a filosofia da historicidade heideggeriana.” (1981, p. 101).

Tal adesão e substituição de um ponto específico, ao seu entendimento, sobre a “teoria crítica”, o fez transitar entre a dialética hegeliana e a alienação heideggeriana; desse modo, Marcuse, então, atribui à alienação a fusão de dois pressupostos, um como “resultado do modo de produção capitalista” e outro como “resultado da falta de percepção de si mesmo em relação ao mundo” (Ibid., p. 102). Para Marcuse (1981), teria a memória a condição capaz de romper com a alienação do homem moderno: “Uma vez que ela não depende dos fundamentos estruturais e normativos, porque é pensada como uma condição inerente ao sujeito que se realiza historicamente através do fazer” (SANTOS, 2003, p. 102). De tal modo raciocina o teórico:

A sua verdade, embora repelida pela consciência, continua assediando a mente; preserva a memória de estágios passados do desenvolvimento individual [...]. E o passado continua a reclamar o futuro: [...]. a função terapêutica da memória deriva do valor de verdade da memória. (MARCUSE, 1981, p. 38)

Pensando assim, o autor conclui que a memória, “embora seja pensada a partir de sua condição histórica, não tem apenas uma fundação normativa como o conceito de alienação marxista: ela aproxima-se da ideia de que indivíduos são capazes de descobrir e perceber sua natureza através da autointerpretação” (MARCUSE, 1981, p. 42). Esta era então a “função” dada à memória pela sua teoria, para uma espécie de libertação da alienação da razão instrumental.

A teoria da memória de Marcuse (1981) aprofunda-se, exatamente com a extração de parte do debate da teoria de Sigmund Freud, ao lançar entendimentos acerca dos sentidos naturais humanos e ao defini-los como “aspectos que podem aproximar indivíduos, sem serem compelidos por formas de consciências convencionais forjadas por uma época” (SANTOS, 2003, p. 107). Vejamos como o autor trata a questão:

É como se o olfato e o paladar dessem um prazer não-sublimado *per se* (e uma repulsa irreprimida). Relacionam (e separam) os indivíduos imediatamente, sem as formas generalizadas e convencionalizadas de consciência, moralidade, estética. Tal imediatismo é incompatível com a efetividade da dominação organizada, com uma sociedade que “tende para isolar pessoas, para distanciá-las e impedir as relações espontâneas e as expressões ‘naturais’, à semelhança dos animais, dessas relações” (MARCUSE, 1981, p. 54).

Assim, um fato nunca poderia ser apenas um fato, ou seja, sempre ter-se-ia uma verdade para além das configurações sociais, que, deveria ser buscada fora das “malhas sociais”, pois estas já estariam consolidadas em torno de uma verdade (MARCUSE, 1981). Assim, Marcuse (1981) não reduziu o indivíduo a determinações sociais, e o compreendeu enquanto relativamente autônomo. Em seu trabalho distingue dois tipos de memória, “uma relacionada aos atos de construção social e outra relacionado à liberdade dos impulsos” (SANTOS, 2003, p. 108),

Ambas seriam capazes de “reestabelecer um vínculo entre os homens e seu mundo, violentamente quebrado pela sociedade estabelecida” (Ibid., p. 113). Embora, nas leituras que fizemos, Herbert Marcuse (1981) não tenha feito referências a questões patrimoniais, se pensarmos em bens culturais histórica e tradicionalmente partilhados no seio de uma sociedade, não sobre aqueles forjados e/ou demarcados por grupos com interesses políticos e/ou

econômicos, talvez, não seja demais pensar que podem ser eles um destes elementos que “despertariam” os indivíduos da racionalidade exacerbada, pois, de algum modo, são “atos de construção social”, decorrentes, em algum ponto da história (passado), da “liberdade de seus impulsos”.

De forma semelhante ao que apostou Marcuse, Walter Benjamin seguiu com a intenção de que pela memória poder-se-ia romper com algumas condições socialmente estabelecidas, e, nele, podemos ver claramente a importância da espacialidade e de elementos arquitetônicos para esta tarefa. Benjamin (2000) buscou desenvolver uma ideia que pudesse abranger de forma mais ampla a experiência humana; procurou demonstrar que as expressões da vida mental humana poderiam ser entendidas como um tipo de linguagem, sendo esta um fenômeno social, “considerada tanto uma entidade em si mesma quanto veículo do sentido de um ‘ser mental’” (SANTOS, 2003, p. 118),

A linguagem desponta como o mais importante dos elementos que envolvem a compreensão do pensamento de Walter Benjamin no processo de construção de sua noção de memória, com reflexões sobre conceitos e suas críticas que de algum modo tangenciam por sobre a espacialidade e aspectos de seus elementos físicos, tais como: imagem e dialética, alegoria e crítica redentora, arquitetura e ruína. Todo esse conjunto, de conceitos e críticas, levaria ao entendimento das limitações concernentes ao conhecimento, o que, de acordo com os postulados da Escola de Frankfurt, se deu, inicialmente, pela perda do mito e do divino, passando a ser justificado pela “dimensão de fetiche inerente às sociedades modernas” (Ibid., p. 119).

A análise de Benjamin sobre o drama barroco alemão, em sua obra *Origem do drama barroco alemão*, possibilitou a definição de uma figura de linguagem – a alegoria – que se diferenciava da ideia de símbolo, por entender que a alegoria, grosso modo e sem reter todos os seus entendimentos “expressa algo diferente daquilo que representa” (Ibid., p. 121). Seria, assim, o drama alemão uma alegoria, havendo a substituição da arte simbólica pela arte alegórica. Talvez, isso auxilie num mais próprio entendimento do que quis expressar Françoise Choay ([1992] 2001), na sua célebre obra, *A alegoria do patrimônio*, quando proferi que “não quis fazer da noção de patrimônio histórico e de seu uso o objeto de uma pesquisa histórica, mas o sujeito de uma alegoria” (p. 29), uma vez que o patrimônio, do modo como aborda Choay e que, em certa medida fez Benjamin ao discutir sobre a ruína como uma arquitetura através da qual se sustenta um contexto social ainda vivo, pode funcionar como uma memória revestida

de significações simbólicas ou alegóricas, a depender de quem atribua seus sentidos e com quais propósitos.

Diferentemente dos demais frankfurtianos, que buscavam a correspondência entre o mundo real e o mundo das representações, Benjamin percebe esta relação como um advento histórico, como sendo uma das possibilidades da vivência, da experiência no mundo, podendo ser compreendida nas tensões e possíveis correlações através da história. Temos a nítida impressão ser esse o ponto onde o autor solidifica as bases do seu referencial de memória, mesmo porque, a alegoria, em seus limites, seria sua representação de sua significação histórica. Sendo assim, considera-se ela mesmo a representação do mundo real, percebendo assim que “a relação entre forma e conteúdo é aquela entre matéria e verdade” (SANTOS, 2003, p. 122).

No entanto, preocupado com a perda do significado verdadeiro, fruto das alegorias compostas na sociedade iluminista, Benjamin, oferece, através da memória, uma alternativa, pressupondo seu papel de reconstrução ativa e revolucionária do mundo; estaria, então, na relação do passado com o presente o entendimento necessário às mudanças sociais (BENJAMIN, 2000). O passado, para ele, era “não como origem no sentido de princípio ou início que antecede o presente e que com ele se articula, mas como um fenômeno arcaico (“ur-fenômeno”) [proto-fenômeno] que pode ser encontrado no momento do presente” (SANTOS, 2003, p. 131). Não haveria, portanto, com o passado e o presente uma relação de antes e depois, o que se propõe é um “passado” que tenha ação prática no “presente”, numa espécie de confronto; de tal forma “a memória, compreendida como mônada rompe com o contínuo linear da tradição” (Ibid., p. 132). Papel que o patrimônio edificado, especialmente a ruína, segundo o autor, faz de maneira eficaz.

Temos aqui que rapidamente nos adiantar, sobre as discussões analíticas que ainda faremos, para destacar que em Sintra, as ruínas são bastante presentes, como testemunhos de várias épocas da constituição da dinâmica sociocultural da localidade, desde ruínas megalíticas da pré-história, passando por ruínas romanas e mulçumanas até ruínas de tempos mais recentes, associadas a aristocracia portuguesa, em que se pode configurar, através de todas elas, uma trama de fios condutores que tecem a história e a identidade de Sintra.

Nesse sentido, vale ressaltar que para Benjamin (1989), a ruína seria

[...] algo do tecido urbano [que] está por desaparecer e esse desaparecimento ilumina, com uma luz singular e poética, tudo aquilo que o condenou, seu outro e seu contrário. [...] possibilitando a fantasmagoria daquelas lembranças ou memórias que, como lacunas da história, permanecem para assombrar o presente e alertar sobre o futuro (p. 85).

É sabido que a teoria social de Walter Benjamin tem forte reflexão em postulados filosóficos. O autor ressalta que a filosofia procura atingir a verdadeira experiência, ao contrário do que passou a se sedimentar a partir da existência controlada das “massas civilizadas” (BENJAMIN, 2000). E então, especialmente tomado por reflexões e discussões por meio de Henri Bergson e Marcel Proust, assinala a “estrutura da memória como decisiva para a experiência” (p. 34), considerando que a memória define o caráter da experiência numa determinada duração.

Intuído por reflexões de aproximações e distanciamentos dos pensamentos destes autores, tanto entre eles, como de modo relacional a ele próprio, Walter Benjamin (2000) oferece duas explicações interpretativas sobre dois tipos de memória que, de algum modo, já tinham sido discutidas por estes filósofos, a saber: a “memória voluntária” e a “memória involuntária”; definindo a primeira como “a lembrança voluntária da qual se pode dizer que as informações que nos proporciona sobre o passado, não conservam nada dele”. (p.35-36), ligando-se a uma consciência desperta, limitada a responder ao chamado da atenção; e a segunda, “a memória involuntária”, “correspondendo ao repertório íntimo da pessoa, isolada em todos os sentidos. Onde há experiência, no sentido próprio do termo, certos conteúdos do passado individual entram em conjunção na memória com elementos do passado coletivo”. (Ibid., p. 37), em que estes elementos, do passado coletivo, seriam capazes de conservar as impressões da situação em que esta memória foi criada.

Com o intuito de pôr melhor entendimento aos termos, Santos (2003) argumenta que a “memória voluntária” seria “aquela que se coloca a serviço do intelecto e que traz para o presente, eventos passados pela ação intencional daquele que lembra” (p. 141), esta seria uma memória, por assim dizer, mais fraca, do ponto de vista de recobrar a consciência do indivíduo para despertá-lo do “transe” da racionalidade instrumental, enquanto a “memória involuntária” seria “aquela em que as experiências anteriormente vivenciadas surgem sem serem produtos de uma ação intencional” (Ibid., p. 141), ou seja, a experiência adquirida do convívio com outras pessoas de um grupo social, na vivência do dia-a-dia de um dado grupo num *continuum* temporal e na relação com aspectos e elementos físicos de determinado espaço em que se inscreve um grupo social; tudo isso poderia trazer o despertar do subconsciente, de forma involuntária, e, com isso, o libertar da razão instrumental.

Tanto Herbert Marcuse (1981) quanto Walter Benjamin atentam à “perda de elos comunitários e de vínculos entre pessoas a partir de tradições estabelecidas, o que foi associado

ao crescimento das grandes cidades, a processos de industrialização e ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção” (Ibid., p.145). Notadamente, apontam que tais aspectos se apresentam no contexto das mudanças geradas na sociedade pela modernidade. Isso afeta desde a transmissão oral de conteúdo produzido coletivamente, atingindo também o tempo e o espaço, e sobre este último, o quadro de referências arquitetônicas e de espacialidade de um determinado lugar, provenientes de contextos sociais compartilhados, i.e., daquilo que podemos denominar de bens históricos e/ou culturais, é duramente afetado, tanto pela ocultação de alguns destes no subconsciente coletivo e, conseqüentemente, individual, como pela promoção de outras referências espaciais, forjadas em contextos de interesses dos agentes da “indústria cultural”.

De certo modo, o pensamento proposto pela Escola Francesa compartilha de alguns dos pressupostos da Escola de Frankfurt, especialmente na referência de que a memória é um instrumento fundamental de laço social, tendo na espacialidade e em objetos referencias no espaço importantes vetores de lembranças. Contudo, seguem entendimentos diferentes na compreensão e no alcance da memória enquanto elemento de integração e coesão social. A Escola Francesa tem como seu principal expoente Maurice Halbwachs (2006), cuja a principal contribuição à discussão é focar e carregar a análise sobre o eixo da coletividade, subtraindo do indivíduo o centro das implicações da memória.

A reflexão proposta pelo autor repousa na compreensão da sociedade a partir da análise de sua memória coletiva, pelo entendimento de que os indivíduos só se lembram de seu passado e do passado do contexto social em que estão inseridos, sob o ponto de vista do pensamento coletivo, de modo que o que lembramos tem grande repercussão pelo constructo das representações sociais, estabelecidas no grupo ao qual pertencemos no presente.

Com a publicação de *Les Cadres Sociaux de La Mémoire*, obra sem tradução para o português, o autor busca demonstrar de “forma sistemática o caráter social da memória” (SANTOS, 2003); nesta obra Halbwachs defende a tese de que “grupos sociais deveriam ser considerados a partir do estudo empírico sobre sua formação e não a partir de determinações ou causalidades constituídas nos campos da religião, política e economia” (p. 45). Tal pensamento levou-o a defender que “o estudo da memória deve ser o estudo do confronto de diversas esferas de interação” (p. 39). Assim, Halbwachs vertia sua preocupação de análise sobre as representações coletivas das práticas sociais, atentando não para as causas e conseqüências dos fenômenos sociais, mas, sim, para as representações sociais que estes

tiveram e sua duração no tempo e no espaço, as quais estariam conformadas no que chamou de “quadros sociais de memória”.

Relatando uma caminhada pelas ruas de Londres, em sua primeira visita à capital inglesa, Maurice Halbwachs (2006), em sua obra mais célebre, *A memória coletiva*, introduz a essência de sua teoria. Acompanhado, em momentos diferentes, por pessoas que assumem posições diversas na sociedade londrina, é guiado a perceber características distintas da cidade. Na companhia de um arquiteto atraiu-se em atenção aos edifícios, às suas proporções e disposições; com um historiador apreendeu as épocas dos traçados das ruas; com um pintor, tornou sensível aos olhos as cores do parque e as linhas das fachadas; um amigo comerciante, guia-o aos centros populares, às grandes lojas e às feiras. Porém, segundo o autor, com alguma leitura descritiva prévia sobre Londres, tomando como referência os pontos de vista das pessoas mencionadas, uma caminhada pela cidade, ainda que desacompanhado, teria um efeito semelhante de percepção da espacialidade londrina.

O esforço de Halbwachs (2006) tinha a finalidade de trazer um entendimento de que fosse numa caminhada acompanhado ou posteriormente a leituras de descrições, as percepções sobre aquela espacialidade não poderiam ser relacionadas, tão somente, a um trabalho cognitivo de natureza autônoma e individual. O autor entende não ser possível dizer que refletia sozinho em tal caminhada, considerando que em pensamento, seja pelas palavras ditas pela presença das pessoas, ou ainda das publicações lidas, transitava entre laços de memória dos grupos sociais ali inscritos.

Ancorado em tal entendimento, Halbwachs (2006) buscava refutar a ideia de que a memória só poderia existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual; construção essa que limitava a apreensão de tal fenômeno, restringindo-o ao indivíduo e eliminando qualquer possibilidade de compreensão da memória no âmbito de reflexões das ciências sociais, uma vez que a relação feita, em primeira instância, era de um elemento biológico natural.

A ideia de uma memória coletiva não é entendida por Halbwachs como o fim da memória individual, ambas existiriam e não se confundiriam, embora a memória coletiva, de algum modo, circunscreva a memória individual. Considerando que a memória de uma coletividade se desenvolve a partir de suas próprias leis, entende ainda que "se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam realocadas num conjunto que não é mais o da consciência pessoal" (HALBWACHS, 2006, p. 66).

Entre os questionamentos reflexivos do autor, esteve presente a indagação ao seu próprio entendimento de que a memória é constituída em contextos sociais: não haveria assim nenhuma possibilidade de construção individual da memória? Halbwachs admite que sim, e até aponta algumas condições para isso e o alcance e função dessa memória individual. Porém, segundo ele, “compõe-se de uma ilusão”, i.e., seria um engano pensar que o indivíduo, na figura de uma unidade de pensamento, no convívio diário com o grupo social ao qual pertence, seria capaz de intuir e estabelecer uma memória própria, baseado única e exclusivamente nas suas percepções e sentimentos. Isto porque, Halbwachs assevera que as lembranças de um indivíduo estão compreendidas entre as formações de “quadros sociais”, e, condicionalmente, são acessadas, sobretudo, no contato com os grupos sociais aos quais pertence; a espacialidade nesse sentido é fundamental, tanto para estabilização do “quadro social”, quanto para percepção do intercalar entre os grupos.

Halbwachs defendia a tese de que a memória deveria ser compreendida a partir dos “quadros sociais” que a constituem, atribuindo a estes um sentido imanente nos desdobramentos da prática e dinâmicas sociais, para tanto, busca descrever, ao longo de sua obra, os papéis desenvolvidos pelos quadros sociais, nas determinações do que se é lembrado do passado, bem como, o “esquecimento pelo desapego de um grupo”, em que ambos são fletidos na memória individual. Para Santos (2003), uma das grandes contribuições de Halbwachs, talvez a maior delas, repousa na possibilidade de compreensão da formação e do funcionamento da memória, ao demonstrar que “elementos da tradição, isto é, de quadros coletivos anteriores à tomada de decisão pelos indivíduos, eram incorporados às novas configurações que eram feitas sobre o passado” (Ibid., p. 48). Assim sendo, “a relação entre indivíduos e os quadros sociais [equação geradora da memória] foi compreendida fundamentalmente como uma relação de manutenção de estruturas já dadas [...]” (Ibid., p. 48)

Portanto, a memória individual, “tem necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 66), pois, segundo o autor, ao lembrar-se de algo o indivíduo o faz, em grande medida, pelas memórias coletivas, entendendo que essa determinação, da memória coletiva sobre a individual, acontece, sobretudo, porque o indivíduo se “reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (Ibid. p. 66). Estes pontos de fixação teriam abrigo no tempo e no espaço, sobretudo, no espaço, pois, para ele, o tempo da memória é concretizado no espaço, ou seja, quando há uma sustentação espacial, o tempo pode ser recordado, complementando os pontos de ancoragem para imergir nos “quadros sociais da memória”.

Assim, o espaço é entendido como dotado da capacidade de evocar a memória do indivíduo que, de algum modo, relaciona-se com determinado grupo social, pois, tal espacialidade está resguardada na “Memória Coletiva” deste grupo. “Assim se explica que de edifícios demolidos, de caminhos desfeitos, deles sobrevivem por muito tempo alguns vestígios materiais, nem que seja apenas o nome tradicional de uma rua, de um lugar, ou a tabuleta de uma loja: ‘pela antiga porta’, ‘pela antiga porta de França’ etc.” (HALBWACHS, 2006, p. 96).

Halbwachs (2006) assegura que, um indivíduo com algum contato com o grupo social de uma determinada cidade, ao percorrer bairros antigos desta, experimenta uma satisfação particular de se estar “ouvindo” e “vendo”, por entre as estruturas arquitetônicas e os seus espaços, novamente a “história” da cidade. De tal modo, a “história” da cidade, não estaria sendo contada, mas sim lembrada, não como uma história, mas sim como memória, pois, Halbwachs (2006) entende que a “Memória Coletiva” é distinta da história, ao tempo em que a define, sob dois aspectos. Inicialmente assegurando que a “Memória Coletiva” é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (p. 75), e um segundo aspecto está no seu limite, pois, “ela não ultrapassa os limites deste grupo” (Ibid., p. 94).

Desse modo a Memória Coletiva estará sempre presente “em um sistema de signos fixado no tempo e no espaço social, pelo grupo a que pertence” (SANTOS, 2003, p. 40), assim, admitindo-se várias memórias coletivas, desde que o indivíduo se ligue a múltiplos grupos sociais, mas sempre observando o cenário espacial e temporal de um dado grupo. Halbwachs (2006) define a relação da Memória Coletiva com o espaço em que ocorre da seguinte forma:

"[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreendemos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembrança reapareça." (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Ao abordarmos as memórias individual e coletiva, observamos que, tanto pelo entendimento de Marcuse (1981) e Benjamim, e mais ainda pelo pensamento de Halbwachs, elas estão intrinsecamente relacionadas, na sua estruturação, pela ancoragem no tempo em um

dado espaço, o que nos faz pensar na paisagem cultural de Sintra, como uma espacialidade que diante da longa cronologia de dinâmicas socioculturais ali estabelecidas, em relação harmoniosa com o espaço, que veremos no capítulo 2, permita, de forma bastante importante, um enraizamento estrutural das memórias, tanto coletivas, quanto individuais. Ainda que, nas duas escolas observadas, uma certa condição de fim, se é que assim podemos dizer, da memória possa encontrar disparidades entre elas, mas que mesmo assim, de forma pontuada, cada uma delas nos faz perceber relações teóricas com práticas, nas dinâmicas socioculturais de Sintra, em distintas épocas, e que, de algum modo, são acionadas no cenário patrimonial daquele lugar.

Posto que, para o raciocínio dos frankfurtianos, a memória serviria, numa finalidade, como algo que pode “despertar” o indivíduo de uma certa condição de alienação, precisamente por poder, por assim dizer, recobrar a consciência individual do seu passado e, conseqüentemente, de sua identidade, o que, em certa medida, nos faz pensar que todo um forte e demarcado passado de um contexto espacial, referindo, p.ex., como o de nosso campo de pesquisa, firmaria, segundo este pensamento, a identidade, que, para nós é condição *sine qua non*, quando se pensa num exercício da alteridade, uma das finalidades que entendemos que recorre a UNESCO ao elencar itens patrimônio mundial como meios para tanto.

Já no pensamento do francês Halbwachs, um grupo social constituído num bairro, num conjunto ou numa cidade, devem atender condições socioespaciais e temporais semelhantes para terem suas memórias individuais “alimentadas” pela memória coletiva, então, podemos pensar numa “memória das cidades”, entendida como a memória de um grupo de pessoas que, ligadas entre si, num espaço geograficamente definido como uma cidade, intercruzam-se e percebem-se na experiência de suas vidas juntamente as de outras que ali já viveram, durante uma relativa e estável duração de tempo. Associando, assim, à permanência nos lugares, e dos elementos físicos e espaciais que os constituem, como uma forma de preservação da memória coletiva e afirmação da identidade cultural. Características que nos parecem encontrar extraordinária representatividade no decorrer de toda formação de Sintra, através da relação das dinâmicas socioculturais que ali foram desenvolvidas.

Assim, se pensarmos nestes dois modos de reflexão sobre a memória (individual e coletiva/social), a valorização do passado no património material, e em alguns casos, como o de Sintra, também no imaterial, adquirem importante relevância para a sociedade contemporânea, especialmente se considerarmos os processos de patrimonialização que estão ocorrendo em diversas cidades, precisamente abordando o patrimônio como meio para o consumo cultural, com significativas ressonâncias socioculturais, entre elas as que atingem a

segurança ontológica do modo de vida cotidiano dos habitantes, conexo a apropriação de diversos elementos espaciais de uma determinada área para a comercialização cultural. E, por óbvio, uma outra ressonância importante, pelo modo que discutimos a sua condição de estruturação, se dá no campo da memória coletiva. Ambas as reverberações mencionadas, tendem a infletir decisivamente sobre a identidade cultural dos grupos sociais de determinado espaço.

Portanto, a memória pode ser vista como um componente social que auxilia na coesão social, iluminando o presente com uma luz do passado, através de lembranças que determinado grupo considera ser de seu pertencimento e, então, constituinte de sua identidade. Isso, parece auxiliar os grupos sociais na tarefa de distinguir o que os une e o que os diferencia, pontos de referência quando se quer tornar plausível a prática da alteridade cultural e a manutenção de uma imunologia entre o *Eu* e o *Outro*, necessária à alteridade (HAN, 2012 [2014]).

Sendo assim, nos parece salutar que se permita o processo de curso espontâneo das dinâmicas que instituem novas ou reafirmam as já existentes características, aspectos e valores socioculturais que configuram um grupo em um dado lugar, sem que se amortize ou esmaça valores culturais, para facilitar a prática do consumo cultural, ou que se atribua, de fora para dentro, novas referências e simbologias de importâncias culturais. Dito isso, podemos passar a tratar da noção de valor, que pelo que temos demonstrado até aqui, tem tido presença constante nos debates que estamos fomentando, demarcando a importância que tem para nossa análise.

Sabemos que para o chanfro de um item ou sítio como sendo de “interesse comum para a humanidade”, pela UNESCO, i.e., a consagração de um Patrimônio com o *status* de mundial, é questão fulcral que seja observado ou melhor dizendo, atribuído, a este, algum “valor excepcional”, que assim o qualifique como sendo de alcance universal. Sendo assim, o estudo dos valores - a axiologia - no campo da conservação do patrimônio cultural tem sido de suma importância para uma reflexão crítica sobre a noção e o significado do patrimônio, principalmente pela compreensão de que as ações de conservação são significativamente influenciadas por uma faixa mais extensa de interesses vinculados aos diferentes atores envolvidos no processo, sobretudo por atores que se arranjam em interesses políticos e econômicos, em detrimento dos valores socioculturais de uma forma autêntica.

O patrimônio material tem sido tradicionalmente avaliado e posto sobre proteção por seus atributos culturais, como a beleza, apuro artístico, significação para grupos sociais ou qualquer concepção que privilegiei, ao menos na forma do discurso, a dimensão sociocultural do bem patrimonial. No entanto, como já dissemos anteriormente, tem se observado que

motivações que tangem as dimensões econômicas e políticas de um dado item, tem se tornado importantes como fator de decisão para a salvaguarda e gestão patrimonial.

Em meio as transformações conceituais ocorridas no campo do patrimônio, que deram vazão a sua exploração econômica, e a emergência do relativismo cultural, das questões da diversidade cultural e do multiculturalismo, que trazem consigo a luta pelo reconhecimento, tal como postula Axel Honneth (2003), não é raro observar de um lado o afloramento e do outro um forjamento de valores nas ações das políticas patrimoniais, que se conflitam de forma a divergir dos valores que então se estabeleceram no contexto das dinâmicas socioculturais. Isso gera tensões ainda mais elevadas quando essa atribuição de valor recai para um patrimônio cultural, de suposto compartilhamento comum à humanidade, de valor excepcional e universal.

No bojo das discussões institucionais sobre o patrimônio, cabe salientar que os valores patrimoniais têm sido vistos como “contingentes”, e, portanto, subjetivos, ou, então, como “objetivamente” dados, numa lógica que muitas vezes não fica bem observável nos processos de patrimonialização atuais, dado um inebriamento de interesses. Na primeira percepção, os valores não são encontrados nos objetos, assim como não seriam vistos como “imutáveis”, já na segunda, o discurso que predomina se pauta na noção de que o “valor” seria uma qualidade “intrínseca” dos objetos, ou seja, sua suposta patrimonialidade estaria dada objetivamente, sendo necessário apenas demonstra-la. Estamos inclinados a dizer que nenhuma concepção que aborde o valor patrimonial, dentro dos processos de patrimonialização, parece poder estar inteiramente apoiada quer seja numa visão subjetivista, quer seja numa visão objetivista, pensando de modo institucional, qualquer uma delas, funcionando como pilar das políticas patrimoniais, pode gerar disputas que não interessam a condição do Estado de gerir recursos e atender demandas sociais.

No entanto, se tratarmos o item patrimonial em meio ao seu contexto e dinâmica sociocultural, nos quais diversos são os componentes sociais que inflem, como, p.ex., a memória, discutida anteriormente, é fundamental observar um hipotético valor patrimonial como sendo um resultado de um complexo jogo de interações, onde o valor não emana do objeto em si mesmo, mas, representativamente, estaria apenas respaldando um valor culturalmente compartilhado, em meio ao jogo de interações. Assim, se faz fundamental compreender a origem dos valores e quão enraizados estão seus fundamentos. A contingência do valor, enfatiza a importância da observação do processo social de formação deste valor, pois, como pondera Arantes (1997), o que é valor para um grupo social hoje, em algum outro ponto da história pode não ser observada com a mesma noção.

Contudo, isso não implica em dizer que a contingencia do valor exclui a possibilidade eventual, e essa também é contingente, de que alguns valores, e não necessariamente itens, possam ser em larga escala partilhados, como p. ex., a ideia dos direitos humanos como um valor, ainda que saibamos que há os que por eles não se associem. O que estamos querendo chamar a atenção aqui é sobre a dificuldade, de denominar, ainda que simbolicamente, um item, ou muitos que sejam, como representantes de um valor excepcional universal, sem acionarmos para essa tarefa nenhum componente econômico, que possa entremear de outros interesses a empreitada. Embora reconheçamos o caráter humanitário da UNESCO, em tentar proceder esse esforço apoiada em causa nobre, de buscar promover, em última instância, uma cultura de paz e um bem-estar entre os povos, nos parece ser uma tarefa que não tende a surtir os efeitos desejados, o que entendemos que em certa medida já está em prejuízo.

Portanto, pensando em como a UNESCO trata essa questão do “Valor excepcional universal”, para discutirmos conceitualmente paralelo a noção de valor nas ciências humanas, recorremos, primeiramente, às “Orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial”, pensadas e elaboradas para definição de um bem como Patrimônio Mundial da UNESCO, em que a entidade apresenta, entre os critérios, a peculiaridade de expressar um “Valor Universal e Excepcional”, sendo considerado, como tal, a partir da observação da história, da arte ou da ciência.

Desta forma, congrega uma série de requisitos para se pensar a possibilidade de qualificação de determinado bem ao patamar de Patrimônio. Contudo, aponta a um questionamento necessário à contextualização dos pressupostos que ordenam e fundamentam o sentido atribuído pela Unesco a esta expressão, que é o próprio entendimento da ideia de “Valor” enquanto capacidade representativa universal. Neste sentido, a presente reflexão busca identificar os fundamentos que sustentam a ideia de “Valor” apresentados pela própria instituição e, em seguida, apresentar uma reflexão que evidencia a problemática expressa na noção de valor e seu contingenciamento mediante a possibilidade de atribuição valorativa de aspectos histórico, artístico e científico.

Observa-se, ao que importa para nossa análise, que operam uma transição na percepção da noção de valor. Se no campo filosófico tem-se uma transição na percepção valorativa de um objeto enquanto útil ao econômico, seguindo ao estético, no âmbito da administração pública universal, opera-se a uma transição valorativa social. Fala-se, assim em Valor de Utilidade, Valor Econômico, Valor Artístico (estético) e Valor Social, que transborda ao um Valor Social universal.

Observa-se que a Unesco, em documento sobre as “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial”²³, de 2013, expõe uma definição Estética de um determinado bem e opera sobre este valor o seu caráter social universal. Diz-nos que a “Definição de patrimônio mundial”, elenca os tipos e as definições de patrimônio mundial e, meio as estas definições, expõe o que entende por “Valor Universal e Excepcional”. Segundo a Unesco o Patrimônio Mundial pode ser do tipo Cultural, Natural ou Misto. As definições destas categorizações resultam, em fundamento, à possibilidade de expressar um “Valor Universal e Excepcional”. Os monumentos, conjuntos, sítios, monumentos naturais, formações geológicas e fisiografias e sítios naturais etc., devem conter uma representatividade do ponto de vista da história, da arte, da ciência, estética, etnológico, antropológico, da conservação, ou da beleza natural, desde que fundamentalmente quaisquer destes aspectos correspondam a um “Valor Universal Excepcional”²⁴. Entende-se para esta reflexão que a ideia de um Valor Universal e Excepcional corresponde, no bojo da discussão, a um valor estético.

Nesse mesmo item sobre a “Definição do Patrimônio Mundial”, a Unesco nos apresenta a definição de “Valor Universal e Excepcional”, o qual, por definição:

significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional²⁵.

Atenta-se que a Unesco, na apresentação da definição, acaba por apresentar o termo “importância”, alocando mais uma vez uma categoria que necessita definições e entendimentos acerca da atribuição a determinado bem de seu “Valor Universal e Excepcional”, expondo, assim, duas categorias que envolvem um caráter fragmentário ao processo de patrimonialização mundial. Corroborar a este entendimento o item 50, ao afirmar que a Unesco convidará os Estados, que são partes, a apresentar propostas de patrimonialização de bens que considerem de “Valor Universal e Excepcional”. E, caberá a própria Unesco definir seu caráter universal a partir da emissão de uma declaração que atesta o “Valor Universal e Excepcional” de um determinado bem. Atenta-se que o valor do bem é uma atribuição e não uma constatação, ou seja, a Unesco não realiza pesquisa ou análises sobre a compreensão das pessoas acerca do bem, que necessariamente deveria ser em um universo que correspondesse a representatividade de

²³ Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf>

²⁴ Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf>

²⁵ Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf>

todos os países. Assim, quando se observa a objetivação do entendimento valorativo de um determinado bem, pode-se falar de imputação da coletivização de um valor, ou seja, a definição por um grupo específico que não corresponde ao universal; e não de um valor coletivo, ou seja, a constatação de um valor global sobre um bem.

O documento informa ainda que o objetivo da Unesco não “é o de assegurar a proteção de todos os bens de grande interesse, importância ou valor, mas apenas os de uma lista selecionada dos mais excepcionais do ponto de vista internacional”²⁶, ou seja, entre aqueles entendidos como de valor, deve-se escolher os mais excepcionais. Revela-se, então, um duplo caráter valorativo de um bem. Neste sentido, questiona-se sobre a possibilidade de se valorar algo do ponto de vista universal, o que está além de uma condição de escolha subjetiva, que passa a se impor como algo capaz de objetivar um valor com caráter universal. Embora comumente se entenda o valor por uma condição de se definir entre uma ou outra coisa, ou mesmo a aceitação ou não de uma coisa, no âmbito reflexivo reveste-se de uma problemática que se apresenta como necessária ao desenvolvimento da presente tese. Assim, questiona-se o que é o valor e em quais pressupostos se sustentam as atribuições de valor a um bem universal.

O valor de algo está sempre atrelado à condição humana de atribuir a algo um *status*, qualidade que diferencia de um outro algo. A escolha de um objeto, seja ele uma arquitetura, um sítio ou um modo de fazer, recobre-se da noção valorativa que recai sobre determinada coisa. Porém, não é a simples escolha que se problematiza, não é a identificação da utilidade ou de seu preço que coloca a noção de valor no âmbito da problemática reflexiva, mas “quando seu significado é generalizado para indicar qualquer objeto de preferência ou de escolha” (ABBAGNANO, 1998, p. 989). A generalização nem sempre esteve presente nos processos de valorar, sendo Nicolau Abbagnano (1998), isto aconteceu inicialmente entre os estóicos, “que introduziram o termo no domínio da ética e chamaram de valor os objetos de escolha moral, podendo assim considerar os bens e suas relações hierárquicas como objetos de preferência ou de escolha” (ABBAGNANO, 1998, p. 989). Esclarece, ainda, que isso decorre das atribuições subjetivas das hierarquias dos bens de suas preferências. Posteriormente, a noção de valor, como escolha de um bem, ou mesmo como noção de “bem” para a vida, muda, o que acontece apenas no século XIX, passando, então, a ser discutido no âmbito da moral.

A palavra valor advém do grego *ἄξια*, *axion*, que significa “valor, preço, mérito, dignidade e recompensa” (BÖLTING, 1953, p. 78). Mas, ao longo das discussões filosóficas,

²⁶ Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide13-pt.pdf>

adquire considerações que complexificam seu fundamento e ampliam a capacidade de entendimento. Do valor monetário, ao valor de bem, a percepção enquanto um dado moral, fixa nas reflexões filosóficas.

Segundo Ana Paula Pedro (2013), a palavra “valor” surge no contexto das ciências econômicas com Adam Smith, mas apenas se torna um ramo de estudo da filosofia a partir de Friedrich Nietzsche, quando passa a corresponder conotativamente à axiologia, ou seja, enquanto um ramo específico de estudo da filosofia. Porém, acrescenta que o valor esteve presente em outros teóricos, apenas como objeto de estudo, tais como, Sócrates, Platão, Aristóteles e Kant. Diferentemente dos demais filósofos, apenas em Kant o valor se desloca para o indivíduo, sendo relacionada ao domínio da consciência moral. Assim, transfere a noção de valor de uma condição que caracteriza o próprio indivíduo ao entendimento que este indivíduo tem para com as coisas do mundo. Os fundamentos apresentados à noção de valor passam a corresponder à subjetividade humana, é a descoberta de que cabe ao homem a atribuição de valores às coisas do mundo. O valor enquanto moral corresponde a pessoa humana, o início e o fim da moral é sempre a própria pessoa, um ser racional capaz de delimitar seus valores para a vida.

Em Nietzsche, a concepção de valor apresentada à época é submetida a sua análise. Segundo o autor, a teoria apresentada por Herbert Spencer, embora mais razoável, não é verdadeira, pois entende que:

estabelece o conceito "bom" como essencialmente igual a "útil", "conveniente", de modo que nos conceitos "bom" e "ruim" a humanidade teria sumariado e sancionado justamente as suas experiências inesquecidas e inesquecíveis acerca do útil-conveniente e do nocivo-inconveniente. Bom é, segundo essa teoria, o que desde sempre demonstrou ser útil: assim pode requerer validade como "valioso no mais alto grau", "valioso em si". Também essa via de explicação é errada, como disse, mas ao menos a explicação mesma é razoável e psicologicamente sustentável. (1998, p.08)

Desta forma, para Nietzsche a noção de utilidade do valor coloca-se em análise. Passa a identificar a origem de “bom” e percebe que:

O exemplo mais eloqüente deste último é o próprio termo alemão schlecht [ruim], o qual é idêntico a schlicht [simples] - confira-se schlechtweg, schlechterdings [ambos "simplesmente"] - e originalmente designava o homem simples, comum, ainda sem olhar depreciativo, apenas em oposição ao nobre (1998, 08).

Não expõe este entendimento a partir da ideia de discriminação, ao contrário de uma condição social, pois apenas àqueles que estão em condição superior estão aptos a apresentar e atribuir valor. Estes valores fundamentam-se na necessidade de diferenciação “perante o homem comum mentiroso” (p.09). Esta concepção contrapõe ao entendimento dos pensadores ingleses, para os quais a utilidade é o fundamento do valor, para Nietzsche advém de um impulso do homem nobre que defende o bom, contrário ao homem vulgar que prima pelo ruim. O que nos é importante para a pesquisa, é a colocação sobre o indivíduo do caráter de valorar, seria então, uma condição do indivíduo atribuir valor as coisas, porém, pondera que nem todos podem valorar, estando alguns subordinados a valoração de outros poucos.

Pensando a possibilidade de valoração de um monumento, é esta a perspectiva que Riegl segue à análise da possibilidade de valoração de um bem de valor universal. Riegl, redesenha-se a complexidade em apontar em valores comuns universais. Diz-nos o autor que: “A denominação de “monumentos”[...]deve ser entendida não em sentido objetivo, mas em sentido subjetivo. Seu significado e importância não provêm da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles” (2014, p.36). Argumenta que esta subjetividade decorre do valor da memória capaz de ser reconhecida em cada monumento. Porém, afirma que “no seu conjunto, os valores da atualidade podem ser confrontados com os valores de passado ou de memória”. O autor dispõe-se a apresentar as distinções dos valores atribuídos a um bem a partir das adjetivações que recebe, diferencia, no âmbito da memória, os valores de antiguidade, histórico e rememoração intencional; enquanto no âmbito da atualidade, reconhece os valores de uso e artístico.

No âmbito da discussão sobre a percepção da ideia de monumento enquanto criação humana ao longo da história, Riegl apresenta a distinção entre o valor histórico e o valor artístico. Para o autor, o valor histórico é mais abrangente e corresponde ao aspecto evolutivo; não carregaria apenas a ideia do que foi um dia e não se é mais na atualidade, mas acrescenta uma percepção moderna da “ideia mais ampla de que aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais e tudo o que foi forma um elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução, em outras palavras, tudo que tem uma sequência, supõe um antecedente e não poderia ter acontecido da forma como aconteceu se não tivesse sido antecedido por aquele elo anterior” 32. Desta forma, quaisquer atividades humanas teriam a possibilidade de adquirir o status de valor histórico, o que, segundo o autor, leva-nos a “limitar a nossa atenção apenas aos testemunhos que nos parecem representar etapas mais evidentes no processo de evolução de um determinado ramo da atividade humana” (2014, p. 33)

Dentre os testemunhos, pode-se encontrar um monumento escrito ou artístico, enquanto o primeiro desperta a memória, o segundo tem o seu conteúdo percebido pelos sentidos. O autor argumenta que todo monumento histórico resguarda em si o aspecto artístico e vice-versa, o que se torna latente a caracterização de algo como artístico é sua unicidade, seu caráter de ser único, embora não seja valorado, segundo o autor, enquanto valor artístico, mas pelo seu valor histórico, pois representa “um elo indispensável da corrente evolutiva da história da arte” (2014, p. 33). Denega da possibilidade de diferenciação entre monumentos artísticos e históricos por considerar que o artístico está contido no histórico ao tempo em que se confundem.

A crítica feita por Riegl aponta à impossibilidade de um modelo universalizante, ou seja, não seria possível a atribuição do caráter universalizante a um bem a partir de uma valoração, considerando o fator subjetivo dessa conduta. Ciente desta impossibilidade, a partir da década de noventa, a Unesco passa a ampliar as possibilidades de patrimonialização, ou seja, se o caráter universal é impossível pelo que se apresenta, essa generalização se dará pela composição diversa de vários patrimônios. Neste sentido, a Unesco recobre-se da diversidade patrimonial como justificativa de valor universal, embora saiba da impossibilidade de um monumento adquirir tamanha representatividade.

Faz-se ainda importante ressaltar uma breve distinção entre valor e bem. Ana Paulo Pedro, citando Cabanas, informa que “los valores no son bienes, sino una consecuencia de esos bienes referidos a la persona” (1998, p. 120). Um bem só adquire um valor quando submetido a uma apreciação subjetiva, “o objeto só passa a ter valor de uma forma derivada; i.é., a partir do momento em que o sujeito lhe reconhece” (1998, p. 492).

Observa-se que há uma transição na percepção da ideia de “valor”, operada a partir do pensamento de Nietzsche, o que deixa de ser correlacionado essencialmente à ideia de útil e passa ao caráter moral. Para a Unesco, recobre-se uma percepção estética do bem, enquanto valor universal. Assim, transita-se de uma percepção de utilidade à subjetividade de um objeto artístico. O problema torna-se latente quando há, entendo, uma tentativa de apropriação da noção de valor à concepção de valor social, transcendendo para a ideia de um valor social universal. Para tanto, torna um bem capaz de objetivar seu caráter estético e cultural, impondo-se às diversas culturas a necessária aceitação da cultura do outro, negando a possibilidade subjetiva de valoração diante de um bem.

Portanto, se levarmos em consideração toda a discussão realizada até aqui, podemos entender que o valor é fruto da cognição humana, concebido, consolidando-se e modificando-

se, única e estritamente “no” e “pelo” constructo do homem. Queremos ressaltar então, que qualquer que seja o valor atribuído a algo, é somente numa construção que tange o intelecto e não está dada sobre o objeto, obviamente que está pode ser num nível individual, mas também, e nos casos do patrimônio, com mais importância, no âmbito da coletividade, porém, por vezes, é importante salientar também, que essa valoração ocorre numa relação única e com determinada duração, que pode não se repetir, nem com mesmo sentido, especialmente de modo universal, onde seus bens objetivos podem tornar-se valiosos, para si, porém com toda carga subjetiva que tange cada um.

Destarte, se levarmos em consideração toda a discussão realizada até aqui, nos parece ser pulsante que as ações de determinados agentes no campo patrimonial, e isso dirige-se em parte para a UNESCO e em parte para os arranjos de agentes políticos e econômicos que orbitam estes processos, estão irrevogavelmente revestidas e orientadas por diferentes interesses, pautando-se em distintos valores que lhes sejam ontológicos ou meramente uteis, os quais, por sua vez, tendem a garantir a manutenção dos interesses da forma como foram planejados, variando segundo diferentes contextos culturais que os envolvem.

Sobre a UNESCO, isto nos parece ser um problema de dupla ordem.: 1º) por atribuir, de forma unilateral, sendo que o valor é dado localmente, num contexto em que grupos sociais locais por seus interesses assim os fazem, dando a um bem um “valor excepcional e universal”, tomando pelo que debatemos isto não se sustenta, mesmo para efeitos de interesses políticos e/ou ideológicos é questionável, e; 2º) na permissibilidade de na diversificação dos bens apresentados, com tantos valores e interesses postos em discussão, alinhá-los, para todas as culturas, através de uma régua que os torne com um mesmo valor, “excepcional e universal”, o Patrimônio nos aparenta ser uma noção antiontológica, e, sendo assim, jamais condensaria uma generalidade, tanto em nível local, sobretudo em nível global.

Assim, nos parece ser imperioso sobre os processos de patrimonialização, especialmente os que se propõem a cobrir de caráter universal determinado valor cultural local, repensar os processos de ajuizamento sobre os contextos da valoração que determinado bem patrimonial cultural se encontra, e como isso pode ser interpretado num âmbito global, isso, se a intenção for antes de qualquer exploração sobre a dimensão econômica do patrimônio, tentar-se a salvaguarda e valorização de um item sociocultural e/ou natural, como principal causa dos processos. Desconsiderando aqui, o que se tem observado nos processos de patrimonialização mundial, cuja a tentativa de atribuir valores universais, está sendo mais facilmente relacionada ao atendimento de interesses de arranjos políticos e econômicos.

Portanto, não seria inoportuno pensar que ao invés de afirmar ser um determinado bem patrimônio da humanidade, com valor excepcional e universal, em todos os povos devam se esforçar em preservá-lo, poderia ser pensado em considerar, tão-somente, e já seria importante, sobre o ponto de vista dos propósitos da UNESCO, que um determinado bem, claramente deliberado por grupos sociais, constituídos e instituídos de seus interesses e valores, podem representar para a humanidade, de forma iconográfica e simbólica, determinada cultura, numa tentativa de mimetizá-las, enquanto mais um elemento da produção humana, sendo que, representativa de determinada cultura, sem intenção de torna-lo de “ímpar singularidade”.

Considerando, portanto, o que de fato os colocam em condição de igualdade, i.e., são todas produções humanas, sobre a alcunha das diferentes perspectivas de formação cultural. A forma como temos visto ocorrer sobre os processos de patrimonialização mundial, como um todo, desde as candidaturas, até a consagração de um determinado item patrimonial com a chancela de patrimônio da humanidade, para nós, tem dado a oportunidade de se verificar cenários como os que entendemos estar ocorrendo em Sintra – paisagem cultural da UNESCO – extensível a muitos outros contextos de Patrimônio Mundial, do modo como discutiremos a seguir, em discussões e análises de plano geral.

1.2 Preparações, corridas e tropeções tangentes à obtenção do *status* de Patrimônio Mundial da UNESCO.

[...] Que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;

Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras [...]

(Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Como vimos anteriormente, Choay (2001) indica que a noção moderna de patrimônio nasce junto com a criação dos Estados-Nação, no fim do século XVIII e início do século XIX, momento em que surgem as primeiras instituições especificamente voltadas ao patrimônio,

visando, primordialmente, a preservação, conservação e restauro de edificações danificadas em batalhas e conflitos armados, decorrentes da instituição dos estados nacionais. Desde então, os elementos materiais, considerados de valor patrimonial, têm sido postos como merecedores de atenção à segurança, especialmente dentro dos processos de conflitos e guerras, bem como nos pós-guerras.

Nesse contexto, é de fundamental importância frisar que as convenções patrimoniais, com raríssimas exceções, são o resultado das discussões e debates que permeavam as preocupações com os bens naturais, artísticos, históricos e culturais das várias nações que estiveram, direta ou indiretamente, imersas no âmbito das duas grandes guerras mundiais, ou mesmo vislumbrando a possibilidade de se envolverem em situações semelhantes no futuro, alargando-se ainda por sobre outras inquietações, como p.ex., as catástrofes e as causas naturais, a ação predatória da especulação comercial da construção civil e mais recentemente as atividades nocivas do consumo cultural, promovido pela indústria do turismo de massa.

Desse modo, os agentes promotores das mais significativas convenções patrimoniais, foram e continuam sendo instituições intergovernamentais que têm como principal objeto o fomento e a promoção da paz mundial e da segurança e garantia da diversidade cultural entre os povos. Estamos pensando aqui, num primeiro momento, na Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações (1919 - 1946) e, atualmente, na ONU (1945 -), ambas, estas instituições intergovernamentais surgiram num contexto de pós-guerra, em que a finalidade máxima assumida encontrava-se, e assim se preservou, no campo da busca de resolução de conflitos para a manutenção da paz entre os povos, respeitando-se o pluralismo e a diversidade cultural, sendo que este último aspecto recai com mais intensidade no bojo das ações da ONU.

Há ainda os organismos acessórios e entidades parceiras nesses propósitos. Fundamentalmente a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1946 –), ICOMOS - *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (1965 –), ICCROM – Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (1956 –), IUCN - União Internacional para Conservação da Natureza (1948 –), CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (1928 – 1959), entre outros, só para citar algumas.

Porquanto, uma vez que a raça humana conheceu os efeitos devastadores de conflitos bélicos de proporções mundiais, decorridos de questões não consensuadas no âmbito dos interesses socioeconômicas e culturais, este último visto especialmente na segunda guerra, na ocorrência de uma forte e violenta intolerância cultural e religiosa, os líderes mundiais então

estiveram abertos ao diálogo, pautados, com grande ênfase, naquilo que podemos elencar como a questão do *Eu* e do *Outro*, i.e., num princípio de tornar a alteridade um fundamento da convivência humana, e assim, no cerne de todo esse processo, os bens patrimoniais assumiram importante papel, numa via de mão dupla, tanto por estes serem um dos elementos que mais são atingidos pelas guerras, depois de obviamente a própria humanidade, pois são vetores da identidade cultural e da memória de determinados grupos sociais.

Então, segundo estas entidades, seriam estes os elementos merecedores de especial atenção, bem como, mais recentemente, a partir da convenção de 1972, atuariam de um modo a servirem como recurso humanitário dos propósitos da ONU/UNESCO, em parte discriminado num pequeno trecho de um discurso²⁷ do ex-diretor-geral da UNESCO (1999 e 2009), Koichirō Matsuura, no qual afirma: “que se ha visto qué importante es el papel del patrimonio cultural em la construcción de la paz y en su mantenimiento, después de situaciones de conflicto armado.” (MATSUURA, 2004, p. 376).

Cabe bem demarcar aqui, que, de acordo com o ato constitutivo da UNESCO (2012), a entendida surge com “o propósito de fazer avançar, através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, os objetivos da paz internacional e do bem-estar comum da humanidade” (UNESCO, 2002, p. 2), e que, desde então, atua nas questões culturais com o intuito de preservação e difusão da cultura dos povos, em seus vários aspectos, e, assim, ambiciona estabelecer uma percepção global de uma diversidade cultural que de forma universal sejam vistas como constituintes de uma comunidade humana internacional.

Portanto, nesse sentido, a entidade empenhou-se em estabelecer diversos mecanismos que pudessem atuar como uma espécie de recursos humanitários relacionados aos seus propósitos, tecendo um conjunto de alegorias e símbolos, além de documentos e tratados, que, de algum modo, têm sido alocados como sustentáculos de seus ideais. Indubitavelmente, um destes recursos é o Patrimônio, tanto cultural, como natural, que, tratados dessa forma, “[...]balizam a formação de uma esfera pública mundial [...]” (ARANTES, 2009, p. 12).

Pautado dessa forma, e como única entidade intergovernamental com tais propósitos a atuar nessa área, a entidade tem buscado criar uma rede de ativos, posicionando-se numa condição de coordenar diversas entidades de várias nações, que têm em seus propósitos de surgimento e de suas ações, de algum modo, as questões culturais. Dentre elas, o patrimônio

²⁷ Discurso proferido na primeira sessão plenária do ICC (Comitê internacional de coordenação para salvaguarda do patrimônio cultural do Afeganistão) UNESCO, 16 de junho de 2003.

cultural aparece de um modo que diríamos com grande destaque, possivelmente não estaríamos exagerando se disséssemos que o patrimônio cultural ocupa hoje um papel de protagonismo, em que pese entendermos que suas “aparições” andam um tanto quanto deturpadas dos propósitos da UNESCO.

Nesse contexto, o patrimônio cultural tem estado ligado diretamente aos entendimentos de apoio e garantia à diversidade cultural, o que, desde final do século XX, vem sendo visto, com muita ênfase, como um direito social, e, como consequência, o patrimônio é visto como um elemento que deve ser articulado no bojo das políticas estatais, em âmbito local, que assumem como causa a pluralidade e o multiculturalismo. Numa esfera mais internacionalizada, a UNESCO tem atuado no sentido de promover a cooperação e a solidariedade internacional, pautada nas premissas de sua fundação, especialmente a de integrar a humanidade numa comunidade internacional, tendo o bem-estar desse grande grupo social como finalidade. Nisso, a cultura e o reconhecimento de sua diversidade são elementos centrais, e os patrimônios culturais da humanidade são utilizados com um teor de recurso humanitário, enquanto exemplos de que a diversidade pode ser o laço que nos une enquanto humanidade.

O advogado e sociólogo José Manuel Pureza (1993) tem se dedicado aos estudos do direito internacional, especialmente sobre os mecanismos que visam dar sustentação a uma “construção teórica da paz”, no âmbito de uma “comunidade internacional global”, em que um novo paradigma do direito internacional, tratado assim ao menos naquele momento, estaria se lançando. Uma “comunidade internacional global”, edificada de um tal modo, que “o quadro individualista do direito internacional clássico”, estaria em transformação. Num contexto em que “a Humanidade parece sofrer um impulso que visa a sua transformação, de referência valorativa mitigadora do império individualista da reciprocidade, em sujeito activo de direitos, de uma capacidade de gozo e de exercício própria [...]” (1993, p. 19). O que, de um modo mais institucional, podemos observar numa passagem de um documento da UNESCO, emitido na ocasião da comemoração do ano de 2010, cuja a entidade tratou como o “Ano Internacional das Nações Unidas para a Aproximação das Culturas”, segue o texto:

The main goal of the Year will be to demonstrate the benefits of cultural diversity by acknowledging the importance of the constant transfers and exchanges between cultures and the ties forged between them since the dawn of humanity. As cultures encompass not only the arts and humanities, but also lifestyles, different ways of living together, value systems, traditions and beliefs, the protection and promotion of their rich diversity invites us to rise to new challenges at the local, national, regional and international levels. This will involve integrating the principles of dialogue and mutual knowledge in all policies, particularly education, science, culture and communication

policies, in the hope of correcting flawed cultural representations, values and stereotypes. (p. 2)

Nesse sentido, tal viragem estaria sendo, segundo o autor, “consubstanciada na titularidade de um património próprio: o património comum da humanidade.” (p. 19). Em que pese o autor assumir que movimentação semelhante já podia ser verificada em outras convenções anteriores a de 1972, especialmente na Convenção de Haia de 1954, que tratou sobre a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, não se rescinde de intensidade para reconhecer que é no âmbito da atuação da UNESCO, notadamente pela formulação de uma lista de patrimônios de “interesse e excepcional valor para a humanidade”, que essa ideia tem tentado se materializar, de modo mais profícuo, alargando a noção de valor do patrimônio para uma esfera de interesse coletivo global.

A Convenção de 1972, através da ideia de salvaguardar e formalizar a defesa de bens pautado por tais propósitos, consolida, até este momento, a noção de um Patrimônio que deva ser partilhado, ao menos em que todos sejam coparticipes da proteção de elementos que representam um povo e a diversidade cultural dos povos, desse modo, definindo-os como bens/itens e/ou propriedades, de “valor excepcional universal”, que, de um modo inovador, “busca conduzir a uma ruptura com os anteriores processos de patrimonialização, uma vez que fomenta uma apropriação específica dos bens pertencentes à humanidade (são de todos e não são de ninguém), [encerrando] um potencial contra hegemônico.” (PEIXOTO, 2002, p. 32), em que pese, do ponto de vista jurídico, a situação ainda demande mais ações para que se complete o cenário, e o do ponto de vista prático uma percebida “contra hegemonia” salutar, aparentemente vem ganhando revestimentos que ressoam de um modo global e de forma contraproducente ao intuito da UNESCO, pelo modo que aqui estamos discutindo.

No entanto, o preambulo mínimo de preservação de um patrimônio universal apresentado sobre uma noção de patrimônio da humanidade, não nos aparenta ser o ponto onde a UNESCO busca carregar a tinta da escrita deste tipo de processo de patrimonialização, pois, o que temos observado, e expresso em distintos documentos e pronunciamentos da entidade e de seus representantes, é o tratamento desse tipo de patrimônio como uma espécie de recurso humanitário. De um modo muito próximo a como pensamos, Paulo Peixoto (2000), aborda esta situação.

[...] as mudanças não ocorrem apenas na forma da patrimonialização, manifestando-se também, e claramente, nas suas finalidades.

A perspectiva de um relativismo de culturas, difundida pela filosofia de um *património comum da humanidade*, afirma-se como uma figura patrimonial

plenamente democrática e instigadora do multiculturalismo [...]. As novas finalidades da patrimonialização não têm apenas uma existência formal limitada ao regime jurídico protector de um *património comum da humanidade*. Têm também, segundo alguns autores, uma dimensão prática que conduz ao reconhecimento e respeito de subjectividades que, sendo interdependentes, configuram experiências sociais mais democráticas e emancipadoras. (p. 8)

Do ponto de vista filosófico, não podemos deixar de mencionar que é inegável o avanço e o desígnio que subjaz o processo de patrimonialização materializado dessa forma, porém, é importante retomar uma discussão já disposta neste texto, em que, como já alertava Canclini (1997), e outros estudiosos do patrimônio, a rigor nenhum bem é partilhado por todos, bem como, nem todos relacionam-se com determinado item patrimonial de um mesmo modo Arantes (1997), ainda que revestidos de uma filosofia inovadora e reconhecidamente com pressupostos salutareis, como é a do Patrimônio comum da humanidade, já são conhecidos muitas questões que tangem precisamente o ponto em que os povos não estão dispostos em reconhecer materialmente a excepcionalidade de um dado bem de uma outra cultura, sem mencionar os efeitos diversos que decorrem do consumo cultural do patrimônio mundial.

Portanto, determinado item chancelado e garantido como de excepcionalidade universal, acenado para o mundo, pode ter um efeito contrário ao pretendido pela UNESCO, reacendendo e/ou recobrando lembranças na memória coletiva de um determinado grupo social, que não necessariamente entendam que devam ser tomados como referenciais de valores universais e excepcionais. Para nós, não resta dúvida de que a percepção das diferenças culturais, num campo filosófico, para uma certa prática de alteridade deve ser aplaudida e incentivada, porém, não podemos esquecer que, como Han (2009, 2010) compreende, a negatividade do outro, também é salutar, e seria precisamente esse, um importante elemento que poderia manter as bases ontológicas de certos grupos antagônicos, queremos dizer que um certo etnocentrismo, em doses homeopáticas, não pode ser desconsiderado na relação de convivência entre certos grupos culturais.

Se levarmos isso em consideração, jamais teríamos um patrimônio de representatividade cultural universal. Ao contrário, o patrimônio, em alguns casos em que se observe tal contexto, por vezes é peça chave para um deflagrar de conflitos, ou para incrementá-los, especialmente se estiver posto em questão a abordagem do valor de autenticidade e excepcionalidade de um bem. A reificação desses critérios, através da chancela da UNESCO, em determinados itens, pode levar a contundentes contestações.

Pensamos ser válido ilustrar aqui, rapidamente, dois casos que tangem diretamente o Patrimônio Mundial da UNESCO, como uma espécie de catalisador de conflitos. No primeiro deles, foi precisamente a partir da inscrição do Templo Preah Vihear²⁸ (ver imagem 1), no Camboja que um conflito com histórico de mais de um século, abrandado desde 1962, reacendeu-se na fronteira entre Tailândia e Camboja, de acordo com o cientista político e especialista em paz e segurança internacional Javier Gil Pérez (2011). O conflito se resume “por el contencioso histórico entre ambos países por la posesión del templo de Preah Vihear en la frontera común, y también por todo el área que rodea al templo y que Tailandia reclama como suya y no camboyana.” (p. 250)



Imagem 1: Templo de Preah Vihear, Camboia.
Fonte: UNESCO Autor: Julia Thomsen

A UNESCO, quando do processo de patrimonialização, em 2008, posicionou-se de acordo com a sentença previamente proferida pela Corte Internacional de Justiça em 1962, e,

²⁸ “Situada à beira de um platô que domina a planície do Camboja, o Templo de Preah Vihear é dedicado a Shiva. O Templo é composto por uma série de santuários ligados por um sistema de pavimentos e escadas sobre um eixo de 800 metros de comprimento e remonta à primeira metade do século 11 dC. [...] O local é excepcional pela qualidade da sua arquitetura, que se adapta ao ambiente natural e à função religiosa do templo, bem como a excepcional qualidade da ornamentação da pedra esculpida.” Disponível em << <http://whc.unesco.org/en/list/1224>>> Acessado em 12 de junho de 2017.

assim, reconheceu e outorgou ao Camboja a tutela deste patrimônio, concedendo-lhe o status de patrimônio da humanidade, como um bem de valor excepcional e universal, que, então, estava ligado à cultura Cambojana e não à cultura Tailandesa. Isso, deflagrou um conflito de potencial bélico (ver imagens 2 e 3), que, de acordo com a própria entidade, deixou os dois países muito próximos de declarem guerra.



Imagem 3: Soldado cambojano num dos lados do templo Preah Vihear. Fonte: CBSNews Autor: Tang Chhin



Imagem 2: Soldado tailandês do outro lado do templo Preah Vihear. Fonte: CBSNews Autor: Tang Chhin

A situação é sucintamente expressa por Pérez (2011):

Desde el fallo del Tribunal Internacional de Justicia en 1962 hasta el año 2008, la situación en torno al templo de Preah Vihear ha sido tranquila, en el sentido de que no ha habido choques diplomáticos entre ambos países y sobre todo no ha existido ningún tipo de enfrentamiento armado entre soldados de Camboya y Tailandia. Sin embargo en 2008, después de que la UNESCO (Organización de las Naciones Unidas para la educación, la ciencia y la cultura), a petición de Camboya, declarara al templo de Preah Vihear como patrimonio de la humanidad el conflicto volvió a resurgir al mismo tiempo que la crisis política en Tailandia se agravaba. Por ello, ambas situaciones tienen que ser analizadas conjuntamente. (p. 255)

De acordo com a ONU²⁹, em novembro de 2013 a Corte Internacional de Justiça de Haia, reiterou a decisão, proferida em 1962, conferindo ao Camboja a soberania sobre o Templo Preah Vihear, bem como da área de seu entorno. No veredito, a corte ordenou que a Tailândia retirasse da área suas forças militares e/ou policiais e qualquer tipo de mecanismo de segurança implantado no local. Em pesquisas realizadas, não encontramos caminhos que pudessem nos dizer que os conflitos não foram cessados ou foram retomadas, sobre essa justificativa. Aparentemente a situação se normalizou.

No entanto, o processo de patrimonialização mundial do templo, para além de reacender um conflito cultural, aparentemente deixou marcas de destruição no próprio

²⁹ Disponível em: << <http://www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=27976#.WbQyOMiGMdX> >>

patrimônio, é o que indica uma matéria³⁰ veiculada pela *Agence France-Presse*, citando um comunicado do governo, através de uma autoridade militar do Camboja, em que diz que "uma ala de nosso templo de Preah Vihear foi derrubada". Tornando assim, nesse caso, a patrimonialização mundial foi causa e consequência daquilo que a entidade mais busca combater.

A destruição de parte da Cidade de Palmyra³¹ (ver imagem 4), na Síria, promovida pelo grupo intitulado "Estado Islâmico", pode ser vista como uma questão que tem no *Status* de Patrimônio Mundial, atribuído pela UNESCO em 1980, um dos fatores estratégicos de eleição para a ação do grupo. Alguns pesquisadores da região, discutem que Palmyra foi alvo dos ataques, em boa medida por seu destaque, como Patrimônio da humanidade. Numa estratégia que, pautando-se nesse estatuto, demonstra-se por três vertentes, duas de cunho propagandísticos e uma outra como defesa, que por mais contraditório que pareça ser, atacando Palmyra, de um certo modo, estariam se protegendo de ataques do governo Sírio, pelo caráter de patrimônio da UNESCO que a cidade retém. De acordo com estes pesquisadores, estas estratégias, foram observadas também em outras cidades, que, igualmente, possuem o chanfro de patrimônio da humanidade, a exemplo de Alepo, Basra e Hatra³² (ver imagem 5).

O professor de Antropologia e História do Oriente Médio, Amr Al Azm, da Shawnee State University, Ohio, dispõe sobre esse entendimento de um modo pragmático.

O EI [Estado Islâmico] está longe de ser composto por "bárbaros incultos" que desconhecem o valor do patrimônio que têm nas mãos. Tratam, aliás, esta herança cultural como um recurso que pode ser muito rentável a vários níveis, e fazem-no de forma "ponderada", o EI tem saqueado o que pode vender e destruído o que não pode para efeitos de propaganda. E a sua propaganda funciona em dois sentidos – por um lado mostram poder perante os seus opositores no terreno e, por outro, dizem à comunidade internacional que não vai conseguir detê-los por mais que se esforce, [arregimentando mais "soldados"]. Em Palmira já não há estátuas de divindades para destruírem [tudo isso foi tirado e escondido em lugar seguro, provavelmente nas imediações de Damasco, a capital], mas a cidade tem outra grande utilidade que, espero, venha a protegê-la – é um lugar a salvo de ataques aéreos.

³⁰ Disponível em: << <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/871571-apos-confrontos-com-a-tailandia-camboja-pede-ajuda-a-onu.shtml> >>

³¹ "Localizada a nordeste de Damasco, no deserto da Síria, o oásis de Palmira abriga as ruínas monumentais de uma grande cidade que era um dos mais importantes centros culturais da antiguidade. Sob a influência de várias civilizações, a arquitetura e as artes de Palmira combinaram técnicas greco-romanas com tradições artísticas nativas e persas no primeiro e segundo séculos." (Tradução nossa). Disponível em: << <http://whc.unesco.org/es/list/23> >> Acessado em: 04 de fevereiro de 2017.

³² "Grande cidade fortificada, de influência do Império Parto e capital do primeiro reino árabe, Hatra resistiu aos ataques dos romanos nos anos 116 e 198, graças a sua fortaleza. Os restos da cidade, especificamente os de seus templos de arquitetura greco-romana com ornamentações orientais, testemunham a grandeza dessa civilização." (Tradução nossa) Disponível em: << <http://whc.unesco.org/es/list/277> >> Acessado em: 04 de fevereiro de 2017.

Difícilmente o exército de Assad [Síria] se atreverá a bombardear uma cidade património mundial.³³



Imagem 4: Anfiteatro de Palmira parcialmente destruído por grupos do “Estado Islâmico”
Foto: Agência France Press Autor: Desconhecido

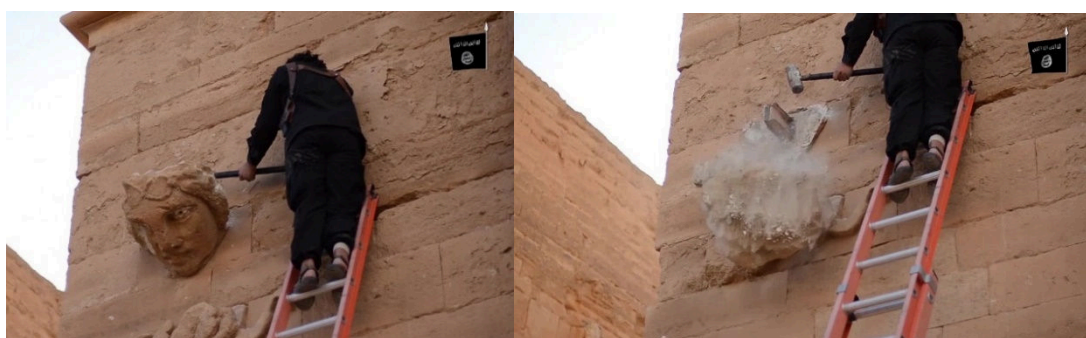


Imagem 5: “Soldado” do “Estado Islâmico”, destruindo ornamento da fortaleza da cidade de Hatra (Patrimônio Mundial), Iraque. Foto: dailymail.co.uk Autor: Desconhecido

Contudo, embora essas ilustrações possam levantar grandes discussões sobre diversas situações tangentes aos processos de patrimonialização mundial, temos entendimento de que situações como estas, diante do número de itens inscritos na lista, são pontuais, porém, obviamente devem ser observadas. No entanto, nossa questão, posta como problemática de nossa tese, supera uma certa pontualidade dos casos descritos, pois, de acordo com o modo como estamos entendendo, as ressonâncias podem ser verificadas em grande parte dos itens inscritos na lista do patrimônio mundial, especialmente naqueles em que o consumo cultural está intrinsicamente relacionado, o que, pelos dados que apresentaremos em seguida, inclina-se com força sobre a maioria dos bens estatuídos como patrimônios da humanidade.

³³ Disponível em: <<

<https://www.publico.pt/2015/08/24/culturaipilon/noticia/quando-se-quer-mandar-um-aviso-nao-se-destroia-a-joia-da-coroa-destruise-o-que-ha-de-mais-proximo-1705886> >> Acessado em 03 de fevereiro de 2017.

Dito isso, e para continuarmos no escopo que temos com este capítulo, aprofundando na análise do instrumento recursivo patrimônio mundial, enquanto processo político, bem como de dimensão econômica, cabe lembrar aquilo que já apontamos sobre o Patrimônio Mundial da UNESCO, o qual tem o intuito de promover um movimento de solidariedade entre os povos, num programa que pode ser encarado como de agrupamento e exposição da diversidade cultural, para a promoção de uma “cultura de paz”, pautada numa prática de alteridade, em que os bens culturais dos diversos povos, preservados e numa certa autenticidade, atuariam como meio dos fins propostos pela entidade.

Assim, a divisão das, por assim dizer, tarefas desse tipo de patrimônio recursivo humanitário, tem sido realizada, no âmbito da UNESCO, por duas categorias tipológicas: uma que abrange o aspecto sociocultural, em que elementos e aspectos das dinâmicas sociais de diversos grupos são elencados como exemplos únicos e excepcionais de contribuição à humanidade, e embora tal disposição possa parecer conflitante, no contexto das proposituras da entidade, é exatamente aí que reside o caráter de universalidade, intuído pela UNESCO, bem como, de uma outra que inclina-se por sobre os elementos de caráter natural, cuja importância se dá no campo da vitalidade e necessidade irrevogável para a própria sobrevivência da humanidade, a exemplo dos oceanos e das florestas.

Há ainda uma terceira categoria tipológica, sem que necessariamente tenha-se acrescentado um novo aspecto a ser observado, que seria a mista, nessa, o item candidato precisa atender simultaneamente os critérios tanto de ordem cultural, tanto quanto os de caráter natural, no entanto, a classificação por essa categoria tipológica, desde 1992, desdobrou-se, por assim dizer, em mais uma tipologia, embora não esteja descrita formalmente como tal, sendo apenas um tipo da já descrita categoria mista.

A bem dos fatos, o que ocorre na categoria incorporada em 1992, é um amalgamento das duas anteriores, que a rigor e oficialmente não pode ser vista como mista, pois é exatamente observando as condições e características em que ocorrem uma miscigenação do elemento cultural com o natural que se chega ou não às chamadas “paisagens culturais”, as quais consideram “interações significativas entre o homem e o meio natural”³⁴. Sendo este o caso de nosso campo de pesquisa, a “Paisagem Cultural de Sintra”, em momento oportuno, no nosso segundo capítulo, trataremos pormenorizadamente das especificidades que subjazem à esta tipologia do Patrimônio da Humanidade.

³⁴ <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>

Do exposto, vê-se que a dimensão econômica de um patrimônio que recebe o chanfro de Patrimônio Mundial não está evidenciada como pauta da lógica filosófica empregada sobre este instrumento, assim, observando o contexto de um modo puritano, o Patrimônio Mundial, como um recurso humanitário, não aparenta poder estar fundamentalmente, de modo teórico-ideológico, disposto às relações de cunho econômica. No entanto, desde o final do século XX as nações vêm intensificando os processos de patrimonialização mundial, numa lógica que os estudiosos do assunto (PEIXOTO, 2003, 2009; SANTOS, 2013) têm demonstrado que está mais ligada a dimensão econômica do patrimônio, do que propriamente à sua dimensão cultural, culminando naquilo que vimos ser denominado por Peixoto (2003) como a “corrida ao *status* de patrimônio mundial”. Esse movimento de interesse acelerado em inscrever patrimônios culturais sob a tutela estatutária da UNESCO, tornou-se tão manifesto que, em 2003, o Comitê do Patrimônio Mundial³⁵, limitou o número dessas inscrições a 30 por ano.

Elaine Lima (2014), num estudo sobre os arranjos políticos e econômicos no processo de patrimonialização mundial da cidade de São Luís do Maranhão, traz argumentações pertinentes à discussão por nós proposta, sobre as quais somos de entendimento comum. Numa delas, aponta que:

o uso mercadológico exacerbado dessa categoria de patrimônio resultou em uma contradição bastante interessante quando pensamos que uma das intenções de salvaguardar um bem como um Patrimônio da Humanidade é gerar uma solidariedade mundial e pertença comum [...]. No entanto, a disputa das cidades e lugares por um lugar ao sol no circuito turístico mundial gera muito mais competitividade que solidariedade. (p. 19)

Assim, Lima (2015), pautada nas reflexões sobre seu campo de pesquisa, ainda complementa atentando que:

Na lógica da competição, e principalmente por meio do *citymarketing*, [...], ao qualificarem de forma exacerbada o “nós”, acabam causando, de maneira indireta ou não, a desqualificação do “outro”.

A narrativa da peça trabalha, portanto, em cima de pares de oposição que apresentam o Maranhão de maneira altamente positiva e minimizam os outros lugares. Se o Maranhão é lugar como “nenhum outro”, incluem-se nessa generalização aqueles que também detêm o título concedido pela Unesco. Termos como “único”, “reverenciado”, “inesquecível” e “extraordinário” são utilizados em oposição a “comum”, “lugar qualquer”, “bom” e “ordinário”, em um movimento que qualifica o “nós” e desqualifica o “outro”.

³⁵ O Comitê do Patrimônio Mundial, entidade da UNESCO que delibera, através de convenção anual, sobre as candidaturas à Patrimônio Mundial, também define a utilização do fundo patrimonial mundial e a alocação da assistência financeira aos Estados-Membros, suas decisões devem ser pautadas em critérios estabelecidos nos documentos balizadores da entidade.

Isso, *per se*, já seria o suficiente para rediscutir os processos de patrimonialização mundial. No entanto, ter o nome inscrito na lista do Patrimônio da UNESCO, mais do que configurar-se em um poderoso acúmulo de capital simbólico, como marco de distinção, das políticas de *citymarketing*, na disputa dentro de um circuito mundial de lugares e de cidades consumíveis culturalmente (LIMA, 2014; PEIXOTO, 2002; FORTUNA, 1997), é contando com isso como um fim, que, no âmbito, dos propósitos humanitários da UNESCO, vemos a deturpação e por conseguinte, a sua mais preocupante reverberação, em esfera global.

Pelos usos que tem sido recorridos sobre o patrimônio mundial, tem-se corrompido, em nossa forma de compreensão, os propósitos de auferir ao patrimônio mundial um caráter de recurso humanitário para a difusão da diversidade cultural, e, assim, gerar uma solidariedade entre os povos, através da prática da alteridade cultural, no âmbito de uma comunidade humana internacional, que culminaria com a propagação da cultura de paz e do bem-estar entre as civilizações. Nessa deturpação, o recurso humanitário que estaria disposto à difusão das diferentes culturas, como meio de fomentar a percepção do *Eu* no *Outro* e do *Outro* no *Eu*, de um modo próximo ao que Lévinas (2010) argumenta em sua “ética da alteridade”, estaria sendo consumido culturalmente, precisamente pelas suas assimetrias culturais (HAN, 2009, 2010), como um lugar, que, embora diferente, torna-se igual pela forma como é consumido, assim como um novo modelo do análogo iphone 5, 6, 7 ou 8, atingindo não somente o contexto das disputas locais entre cidades, mas reverberando em escala global, sobre a fundamental relação, nesses tempos, do *Eu* e do *Outro*. Numa discussão que é o ponto central de nossa tese, sobre a qual nos dedicaremos no próximo tópico.

Por agora, nos deteremos a aprofundar sobre a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, nomenclatura oficial, também referida comumente como “Convenção do Patrimônio Mundial de 1972”, destacando alguns pontos, dados e estatísticas pertinentes à nossa análise. Ela é hoje o instrumento internacional da UNESCO que conta com a adesão de mais Estados-Membros, sendo que todos os 193 países que constituem a ONU/UNESCO ratificam a convenção³⁶, e, assim, filiaram-se como “parte de uma comunidade internacional unida pela missão comum de identificar e salvaguardar os sítios do Patrimônio Cultural e Natural mais significativos do mundo.”³⁷. Para se ter uma ideia da notável situação de adesão dos países a esta convenção, como comparação, pensamos ser válido trazer

³⁶ <http://whc.unesco.org/en/statesparties/>

³⁷ <https://www.icomosbr.org/blank-1>

números tangentes a adesão para os instrumentos que compõem a “Carta Internacional dos Direitos Humanos”³⁸, um conjunto de instrumentos normativas internacionais, de âmbito de uma comunidade humana, considerados os mais importantes da ONU.

De acordo com o sítio eletrônico da ONU, intitulado “PAINEL INTERATIVO DE STATUS DE RATIFICAÇÃO”³⁹, em que apresenta o “*Status da Ratificação dos Tratados de Direitos Humanos*”, a Carta Internacional dos Direitos do Homem, atualmente conta com todos os Países-Membros da ONU ratificando ao menos um de seus instrumentos e 82% ratificaram quatro deles ou mais, porém, nenhum dos documentos é ratificado por todos os membros ao mesmo tempo, devemos salientar que isso garante que nem mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem a totalidade dos membros da ONU ratificando-a, o que reforça o caráter de notabilidade quanto a ratificação da Convenção para o patrimônio de 1972.

A julgar pelos manuais de orientações técnicas, o processo de patrimonialização mundial consiste numa atividade de alta complexidade do ponto de vista técnico, em que o país no qual o patrimônio está localizado é o responsável pela produção de um dossiê, com toda documentação necessária para análise, em que busca comprovar as condições de integridade, excepcionalidade e o seu valor universal, juntamente com um plano de gestão e um regime de proteção jurídica adequado, computando também um cumprimento rigoroso de outras etapas, nas quais recebe avaliações e ajustes de membros de diversos países, tornando o processo, de certa forma, internacional, porém, não desvinculando com isso a condição controversa de que é o país em que está inscrito a propriedade ou o bem que deve ser o proponente da indicação, tendo que, necessariamente, ter a qualidade de Estado-Membro signatário da Convenção.

Isso torna fato que o primeiro critério para apresentação da candidatura pelo qual um patrimônio sujeita-se é de ordem local, o que já expõe o título a uma instância de interesses políticos e mercadológicos internos, e, conseqüentemente, abre um leque de críticas sobre sua validade enquanto de “valor excepcional universal”. Uma outra crítica incisiva, é que a vinculação de um determinado bem ou propriedade como de excepcionalidade universal, só seria possível se advinda de um Estado-membro que ratificou a convenção, i.e., países em que propriedades atendessem os critérios de excepcionalidade e universalidade, mas que não fossem signatários da convenção, não teriam seus bens patrimoniais inscritos nesta lista, trazendo a

³⁸ “A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos.”

Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/cessado> em 02 de fevereiro de 2017,

³⁹ <http://indicators.ohchr.org/>

questão do patrimônio mundial para o campo dos interesses políticos, no campo dos arranjos internacionais. Porém, essa censura já não é mais possível de ser discutida, ao menos do ponto presente em diante, uma vez que, desde 2016, talvez não de forma incidental, não se observe mais países que não assinam tal convenção.

Sobre as etapas do processo, inicialmente, ocorre a análise de um pedido, em forma de dossiê, por um comitê nacional, que pode ser realizado por “gestores de sítios, autoridades locais e regionais, comunidades locais, ONGs e outras partes e parceiros interessados”, o qual determina sua viabilidade ou não para que o item seja incluído numa chamada “Lista Indicativa”⁴⁰ do país, para que só então sejam enviados ao “Centro do Patrimônio Mundial”, que verifica se o dossiê contém os itens necessários e o inscreve numa “Lista de tentativas”⁴¹. Em seguida, o dossiê é enviado para uma análise técnica, que verifica especialmente se o bem apresenta valor universal, ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS e à União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN), seguindo, se aprovado, para o Escritório do Patrimônio Mundial, o qual fará a análise dos pareceres emitidos pelos técnicos do ICOMOS. Por fim, a deliberação final é emitida pelo Comitê do Patrimônio Mundial, que conta com 21 representantes dos países-membros. Outro aspecto passível de críticas, uma vez que sendo o patrimônio a ser classificado, um futuro representante de uma comunidade internacional, a representatividade da decisão final é expressa por apenas 10,88% do total de estados-parte signatários da convenção. Mesmo atentando para o fato de que a rotatividade dos que constituem esse comitê é realizada a cada 4 anos.

Verificados e atendidos todos esses critérios, que abrangem um aspecto mais teórico-subjetivo do processo, em que se verifica a validade da formulação de uma certa excepcionalidade e universalidade, é necessário, ainda, observar, de modo objetivo, o atendimento dos requisitos quanto as suas condições de integridade e autenticidade, bem como, as diretivas sobre a proteção e a administração adequadas, de forma a garantir sua preservação. Uma vez que a Convenção do Patrimônio Mundial tem como objetivo preservar os “melhores bens” (VAN DER AA, 2005), ou seja, bens que correspondam a determinados aspectos qualificadores antes dos quantificadores, tornando a lista de bens culturais patrimônio mundial, para além de valoráveis, quanto aos supostos aspectos de excepcionalidade e universalidade,

⁴⁰ “Uma Lista Indicativa é um inventário dos bens situados no território de cada Estado parte e que este considera suscetíveis de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Os Estados-parte deverão por isso incluir na sua Lista Indicativa os nomes dos bens que consideram ser patrimônio cultural e/ou natural de Valor Universal Excepcional e que têm a intenção de propor para inscrição nos próximos anos.” [Artigos 1º, 2º e 11º(1) da Convenção do Patrimônio Mundial]

⁴¹ A UNESCO, quando do recebimento das listas indicativas de cada país, as condensa numa lista que denomina de “lista de tentativas”.

notadamente, representativa por critérios de qualidade, não cabendo dois representantes de um determinando aspecto ou elemento cultural correlato, tampouco um bem que não observe uma certa integridade e autenticidade preservadas.

Assim, é de se pensar que tudo isso demande vultosas quantias de recursos, tanto financeiros, bem como os de caráter humano, em posições operacionais, técnicas e administrativas, nem sempre disponíveis para todos os países, embora a UNESCO mantenha um fundo para estes casos, no entanto, obviamente uma nação que necessite previamente de recursos para atender estes requisitos básicos, larga numa posição bastante desprivilegiada em relação a uma outra que contenha recursos para já estar em pleno atendimento dos requisitos apresentados, sobretudo aqueles que dizem respeito a integridade e autenticidade. Mesmo em países com economias em franca performance, como é o caso da China, o financiamento desse tipo de “projeto”, repercute com fortes discussões.

Um caso emblemático é o do “Patrimônio Mundial Natural China Danxia”⁴², “nomeado na China a paisagens desenvolvidas em leitos sedimentares terrígenos vermelhos continentais, influenciados por forças endógenas e forças exógenas”⁴³, únicos no mundo (ver imagem 6). Este patrimônio teve sua inscrição no ano de 2010, desde então,

As autoridades da China central estão enfrentando questionamentos sobre o porquê de terem gastado 450 milhões de yuans (US \$ 67 milhões) nos preparativos para obter a inclusão na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, enquanto que os moradores do município [onde encontra-se a paisagem natural], ainda estão lutando contra a pobreza.

Os aldeões do condado de Xinning, província de Hunan, ficaram felizes por receber o reconhecimento global da Lang Mountain [China Danxia]. Mas a exaltação tornou-se preocupação quando souberam dos custos para alcançar esse status, já que a receita anual do município, em 2008, foi de apenas 200 milhões de yuans.

A partir de 2006, foram aplicados estes recursos para proporcionar que esta paisagem se juntasse à lista do Patrimônio Mundial, como uma das seis áreas de Danxia Landform da China, [...].

O governo financiou a empreitada através de fundos públicos, doações privadas, empréstimos bancários e subsídios do próprio governo.

Depois que a empreitada foi bem-sucedida, ainda mais dinheiro foi gasto em infraestrutura e anúncios na mídia. Muitos funcionários que trabalharam no processo acreditam que a despesa proporcionará um retorno econômico para a região a longo prazo⁴⁴. (Tradução nossa)

⁴² Essas paisagens acidentadas ajudaram a conservar florestas perpétuas sub-tropicais de folhas largas e hospedam muitas espécies de flora e fauna, cerca de 400 das quais são consideradas raras ou ameaçadas. (Sítio eletrônico UNESCO)

⁴³ <http://whc.unesco.org/en/list/1335/>

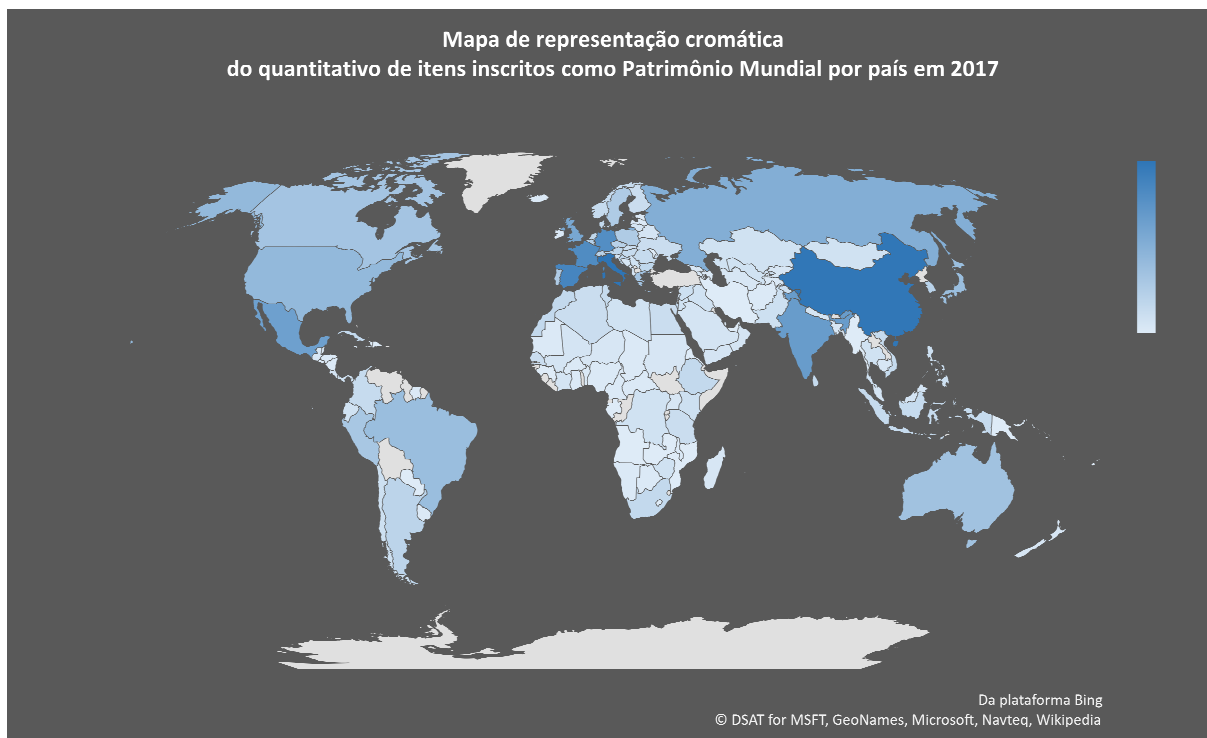
⁴⁴ Texto extraído de matéria publicada no sítio eletrônico www.china.org.cn Acessado em 08/05/2016 disponível em: http://www.china.org.cn/china/2010-09/28/content_21024000.htm



Imagem 6: Patrimônio Mundial Natural China Danxia
Fonte: UNESCO, 2012 Autor: Desconhecido

Está é uma entre tantas situações conhecidas que poderíamos mencionar aqui tangentes apenas ao aspecto dos altos custos relacionados aos processos de patrimonialização mundial. À medida que formos avançando na discussão, destacaremos ilustrações tangentes a outros aspectos relevantes à nossa investigação.

Alguns dados e estatísticas nos ajudam a pensar e analisar os processos de patrimonialização mundial nos seus vários aspectos. Iniciaremos destacando que a Lista do Patrimônio Mundial, atualmente (2017), inclui 1073 propriedades classificadas, sendo 832 culturais, 206 naturais e 35 mistas, distribuídas em 167 Estados-partes. Para facilitar a visualização do total de itens classificados (1073), produzimos o mapa a seguir, que nos ajuda também a demonstrar, cromaticamente, o modo com que a lista do Patrimônio Mundial, 45 anos após seu lançamento, conta com aberrantes desnivelamentos, (p.ex., observar Europa em face a África) sobre os quais abordaremos no decorrer deste tópico.



Fonte: UNESCO. Autor: edição do autor

Para efeito de dar maior percepção daquilo que dizíamos sobre a questão de a lista ser representativa por critérios de qualidade; podemos tratar que se a lista fosse representativa de um modo equitativo⁴⁵, com o número de inscrições que temos hoje, cada Estado-parte, já contemplado com bens na lista (167), deveria ter algo em torno de 7 propriedades incluídas na lista. Hodiernamente, apenas 52 países-membros têm 7 ou mais itens tombados como patrimônio mundial, o que corresponde a apenas 31% do total de 167 membros que já possuem propriedades listadas, se somarmos aí aqueles que ainda não possuem tal status (+26), esse número reduz-se a 27,5%, um número que entendemos inexpressivo e deixando evidente a desigualdade entre as nações, tomando como entendimento que a intenção é constituir um portfólio de elementos e aspectos culturais e naturais que possam servir de testemunhos de como as diversas culturas têm importâncias similares para a humanidade, enquanto intercruzamento ou mesmo como pontos de referência da diferença entre o *eu* e o *outro*, especialmente na medida em que são singulares.

Esta desigualdade fica ainda mais evidente quando observamos que os 10 países com mais itens classificados pela UNESCO (ver tabela 1), correspondem a apenas 5,18% do total de países signatários da convenção, e, mesmo assim, detêm um total de 388 bens inscritos, o

⁴⁵ Embora a lista não reflita esta preocupação, “o Comité do Património Mundial recomenda atualmente que sejam desenvolvidos esforços para alcançar uma distribuição geográfica e tipológica mais equitativa dos bens na Lista do Património Mundial, que seja dada primazia à classificação de bens situados em países pouco representados e também que seja dada preferência a candidaturas em série e transnacionais” (UNESCO, 2002, p. 227).

que corresponde a 36,16% do total de propriedades, o que implica em refletir que a cada 100 itens que foram incluídos como de “valor excepcional e universal” para humanidade, dentro dos critérios estabelecidos pela UNESCO, ao longo destes, hoje, 45 anos da convenção de 1972, 36 distribuíam-se entre apenas 10 países.

Desse modo, recorreremos a crítica de que não nos parece ser possível pensar numa harmoniosa ilustração patrimonial, para uma comunidade humana internacional, em que um de seus mais conhecidos recursos a este propósito, tenha tamanha desigualdade em suas atribuições de nomeações. Sempre pensando aqui, no que estes elementos estão dispostos a vincular-se, dentro do cenário estabelecido pelos propósitos da ONU/UNESCO, num cenário do pós-guerra de 1945.

Tabela 1: Os 10 países com o maior número de propriedades inscritas na lista do patrimônio mundial, até 2017

Estado-parte		Nº de inscrições do patrimônio mundial
1º	Itália	53
2º	China	52
3º	Espanha	46
4º	França	43
5º	Alemanha	42
6º	Índia	36
7º	México	34
8º	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	31
9º	Federação Russa	28
10º	Estados Unidos	23
TOTAL		388

Fonte: UNESCO, 2017

Dentre esses países, 6 (seis) (60%) estão localizados na Europa, e se somarmos com os Estados Unidos, que pertence ao mesmo grupo regional da UNESCO⁴⁶, teremos um total de 7 (sete) países de um mesmo bloco contando com grande número de elementos que se associam

⁴⁶ Os 193 Estados-parte da UNESCO, estão organizados em cinco grupos regionais, seguindo “definições que não são somente geográficas” (UNESCO, 2010), divididos da seguinte forma: 1. África; 2. América Latina e Caribe; 3. Ásia e Pacífico; 4. Estados Árabes; 4. Europa (incluindo a Federação Russa) junto a América do Norte.

com um certo “valor excepcional universal” da humanidade. Essa hegemonia, dos países do Norte na Lista, atenta o geógrafo Everaldo Batista Costa (2009), reflete um “ideário de valores construídos e mundializados sob bases de uma hegemonia político-econômica construída no cenário internacional do pós-guerra” (p. 5), fazendo com que, dessa forma, a distribuição espacial dos bens possa ser entendida especialmente no plano da política e da economia mundial (COSTA, 2007, p. 5).

Apenas para efeito de ilustração de nossa análise, observando os países que contam com 10 ou mais bens inscritos como patrimônio da humanidade, o que corresponde aos 30 primeiros países de melhor ranqueamento dessa lista, podemos ver que a Europa continua ocupando o mesmo lugar de destaque, são 17 países entre os 30 referidos, correspondendo a, aproximadamente, 57% do total desse universo, o que reforça a observação de que a Europa é o continente que mais tem sua imagem ligada a um contexto de bens culturais e naturais de um valor excepcional representantes da humanidade, que devem ter seu conhecimento, proteção e conservação universalizados.

Em 2002, Paulo Peixoto analisou as estatísticas do Patrimônio Mundial do ano de 1990, e o cenário que ele demonstrou tem estrita relação de similitude com o observado atualmente, a bem da verdade, o panorama indicado se intensificou e, conseqüentemente, reforçou a análise.

Em 1990, entre os países que contavam mais bens sancionados pela Unesco, figuravam a Bulgária (em oitavo lugar), o Peru (em décimo lugar), a Etiópia (na décima terceira posição), a Argélia (em décimo oitavo lugar), o Egito, a Líbia e o Paquistão (na vigésima posição). Em 2001, nenhum destes países “periféricos” ocupava uma posição entre os vinte primeiros da lista do patrimônio mundial. Em contrapartida, a Itália, que, em 1990, ocupava a décima oitava posição na lista da Unesco, em 2001, subiu ao segundo lugar. Este fato permite-nos afirmar que não nos encontramos apenas perante uma corrida ao status de patrimônio mundial. O fenômeno parece ser mais complexo. Encontramo-nos, na verdade, em face de uma corrida que se intensificou fortemente à medida que as cidades dos países que dispõem de conjuntos patrimoniais mais valiosos ou mais valorizados pela indústria turística, animadas pela retórica da concorrência e pela densificação dos fluxos turísticos, se empenharam profundamente na transformação da sua identidade simbólica. (p. 28-29)

Nesse sentido, ainda é plausível observar, que todos os 10 países que em 2017 detêm o maior número de propriedades inscritas na lista do patrimônio mundial, figuram entre os 15 maiores Produtos Interno Bruto do mundo (ver tabela 2). E reforçando o argumento, observando os cinco países restantes da lista do PIB, também ocupam lugar de destaque na listagem de

nações que contêm mais patrimônios da humanidade. São eles: o Japão, ocupando a 12º (décima segunda) posição dos países de maior número de bens da UNESCO, contando com 21 itens; o Brasil, em 13º (décimo terceiro), também com 21 artigos; a Austrália, em 14º (décimo quarto), com 19 propriedades; o Canadá, em 16º (décimo sexto), com 18; e a Coreia do Sul, que figura na 22º (vigésima segunda) posição em número de propriedades patrimoniais de “valor excepcional e universal”, classificando até aqui 12 itens.

Tabela 2: Maiores PIB (nominalmente) em bilhões de US\$, em 2016
(até o instante de nossa análise, os últimos dados conhecidos eram os do ano de 2016)

	País	US\$ bilhões
1º	Estados Unidos	18.569,10
2º	China	11.218,28
3º	Japão	4.938,64
4º	Alemanha	3.466,64
5º	Reino Unido	2.629,19
6º	França	2.463,22
7º	Índia	2.256,40
8º	Itália	1.850,74
9º	Brasil	1.798,62
10º	Canadá	1.529,22
11º	Coreia do Sul	1.411,25
12º	Rússia	1.280,73
13º	Austrália	1.258,98
14º	Espanha	1.232,60
15º	México	1.046,00

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database (abril de 2017).

Mais um dado que nos faz pensar numa forte relação de um maior fluxo turístico em virtude de um aceno, por assim dizer, mais “qualificado” dos países que contam com uma maior quantidade de patrimônios com o status de “valor excepcional e universal”, especialmente no continente europeu e sobretudo para atividades ligadas ao consumo cultural, é o de que, no ano de 2015, o número de chegadas de turistas internacionais alcançou a marca de 1,186 bilhões de pessoas⁴⁷, sendo que apenas 10 países foram responsáveis pela recepção de 510,1 milhões desse

⁴⁷ Todos os dados relativos ao turismo mundial aqui apresentados, foram extraídos de documentos da Organização Mundial de Turismo, dos anos de 2015 e 2016.

contingente (ver tabela 3), entre eles, 9 estão entre os 10 primeiros na lista de patrimônios da UNESCO, e não nos aparenta ser uma mera casualidade que, novamente, 6 desses estejam situados no continente europeu.

Excluindo a Turquia dessa contagem, pois não figura na lista dos 10 primeiros da UNESCO, vamos ter um fluxo turístico de 478,6 milhões. (Somados aos 8,1 milhões de turistas internacionais da Índia, única entre os países com mais patrimônios da humanidade, que não figura entre os 10 maiores destinos internacionais.), isso corresponde a 43% de todo o número de chegadas de turistas internacionais, concentrados apenas em dez países, que, como vimos anteriormente, possuem 36,16% do total de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Sabemos que nem toda chegada turística internacional está conectada ao “Turismo Cultural”, sendo difícil mensurar esses eventos. No entanto, temos estimativas da OMT, de 2007 (as mais recentes encontradas), assinalando que “o turismo cultural representava 40% de todo o turismo internacional”⁴⁸, números que, a julgar por outros dados que conhecemos e transcorridos 10 anos, já podem estar ultrapassando a casa dos 50%.

Tabela 3: Os 10 países com o maior número de chegadas de turistas internacionais, em 2015

País		Nº de turistas internacionais (milhões)
1º	França	84.5
2º	Estados Unidos	77.5
3º	Espanha	68.2
4º	China	56.9
5º	Itália	50.7
6º	Turquia	39.5
7º	Alemanha	35.0
8º	Reino Unido	34.4
9º	México	32.1
10º	Federação Russa	31.3
TOTAL		510,1

Fonte: UNESCO, 2017

Embora saibamos não ser possível afirmar que todo ou boa parte desse contingente segue para estes destinos turísticos atraídos pelos patrimônios da humanidade, podemos dizer

⁴⁸ Disponível em: << <https://www.publituris.pt/2015/06/05/todo-o-turismo-e-cultural/> >> Acessado em: 24 de junho de 2016.

com maior propriedade, que os países têm se empenhando para construir suas marcas turísticas ressaltando sobretudo estes itens patrimoniais (PEIXOTO, 2000), caso de Portugal, que têm em Sintra e na sua Paisagem Cultural um de seus principais recursos turísticos, para além de seus outros 14 itens elencados como Patrimônios da Humanidade, o que acaba fazendo com que o turista de uma forma ou de outra saiba, pela preparação e/ou pela escolha do destino, sobre.

E de tal modo, outro ponto que podemos dizer com mais convicção, é que estes bens, sejam culturais, naturais e/ou mistos, de uma forma bastante comum, estão inseridos dentro dos roteiros e itinerários de visitação, com grande destaque, programados pelos agentes turísticos das mais variadas formas possíveis de serem abordados, realidade igualmente vista em Portugal e mais particularmente em nosso campo de pesquisa Sintra, que abordaremos em nosso último capítulo. Sendo assim, ainda que a ida ao destino turístico desse grande contingente de visitantes não esteja pautada primariamente por estes itens patrimoniais, a relação entre eles, visitantes e patrimônio mundial parece ser inevitável. Num contexto que evidenciasse ser largamente conhecido, ilustrado nas palavras de Fernando Seara, então Presidente da Câmara Municipal de Sintra (2002 -2013), num evento realizado em Lisboa sobre Patrimônio Mundial, no âmbito dos “Colóquios e Conferências Parlamentares”, no qual diz: “hoje em dia, se um sítio for classificado, entra nos diferentes guias internacionais de turismo, e passa a ser um elemento de atracção” (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2008, p. 40)

E, assim, verificado este quantitativo de visitas, extremamente representativo do ponto de vista do total de movimentações turísticas anuais, associado a um outro importante quantitativo, agora de número de sítios europeus da UNESCO, não seria demasiado pensar que pode estar a ocorrer uma forte associação imagética de que bens de “valor excepcional e universal” para a humanidade, especialmente os do tipo cultural, materializados pela UNESCO na figura emblemática do “Patrimônio Mundial”, foram concebidos, em larga escala no continente europeu, por uma base cultural que teria “melhores” e “maiores” ofertas de elementos culturais. Desse modo, contrariara-se incontestavelmente não somente as proposituras da UNESCO para com o Patrimônio Mundial, mas, sobretudo, as premissas fundadoras da ONU.

Como reforço a este entendimento, de uma forte europeização da lista, e ainda trazendo dados pelos quais busco problematizar alguns importantes aspectos inerentes a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, podemos observar que a desigualdade que, na análise anterior, era relacionada entre os estados-parte da convenção de 1972, vê-se também, de um outro modo, naquilo que Costa (2009) denominou como uma “geografia desigual da Lista”, em

que a perspectiva de análise centra-se na distribuição dos itens cancelados pela UNESCO em virtude de sua localização regional, de acordo com os critérios de classificação da entidade. Desse modo, temos, em números atuais, o seguinte cenário:

Tabela 4: Número de propriedades inscritas na Lista do Patrimônio Mundial por regiões, até 2017

Regiões	Total	%	Estados-parte com propriedades inscritas
África	93	9%	35
América Latina e Caribe	139	13%	28
Ásia e Pacífico	253	24%	36
Estados Árabes	82	8%	18
Europa e América do Norte	506	47%	50
Total	1073	100%	167

Fonte: UNESCO, 2017

Mais uma vez, o que se vê é uma contundente desigualdade da Lista, configuração que quando observamos dados de anos anteriores, ao menos a partir de 2010, vem se reproduzindo linearmente, não nos sendo possível, assim, pensar, por uma primeira análise, tratar-se de um acontecimento pontual, sem relação com uma lógica preexistente. Em boa medida, o que temos entendido é que há uma lógica influente nessas determinações, que oscilam entre o campo político e o econômico, quando não de uma forma mesclada, porém, com a “lógica de consumo”, da sociedade contemporânea, dando seu forte tom, especialmente através do “consumo cultural”, operando através de relações de arranjos de ordem política e econômica (PEIXOTO, 2000; 2009), que, por diversas formas, oportunizam a chancela da UNESCO para uns e, de certo modo, podem desprivilegiar a candidatura de outros, dentro de uma dinâmica dicotômica do *nós* e do *outro*, que parece recair sobre os processos de patrimonialização mundial, como apontado por Lima (2014).

Embora entendemos que os dados apresentados necessitam do cruzamento com outros grupos de informações, especialmente índices e indicadores sociais dos países e das regiões alcançadas, para um maior aprofundamento analítico dos cenários de desequilíbrios e desigualdades entre os Estados-parte da convenção da UNESCO de 1972, bem como entre as regionais classificadas pela entidade, num trabalho que, sem dúvida, exigiria o esforço de uma pesquisa equivalente a uma outra tese, por ora, para o que tange o nosso problema de pesquisa,

desenvolveremos apenas até este ponto, em que temos tentado demonstrar as imprecisões e incongruências que este tipo de patrimônio contem, referencialmente aos seus próprios fundamentos de funcionar como um recurso humanitário ao fomento de uma cultura de paz, como elementos que juntos podem tratar das representações culturais símbolos de uma comunidade humana, no entanto, as desigualdades e disparidades verificadas parecem não serem o modo efetivamente mais profícuo de contribuição à essa ideia.

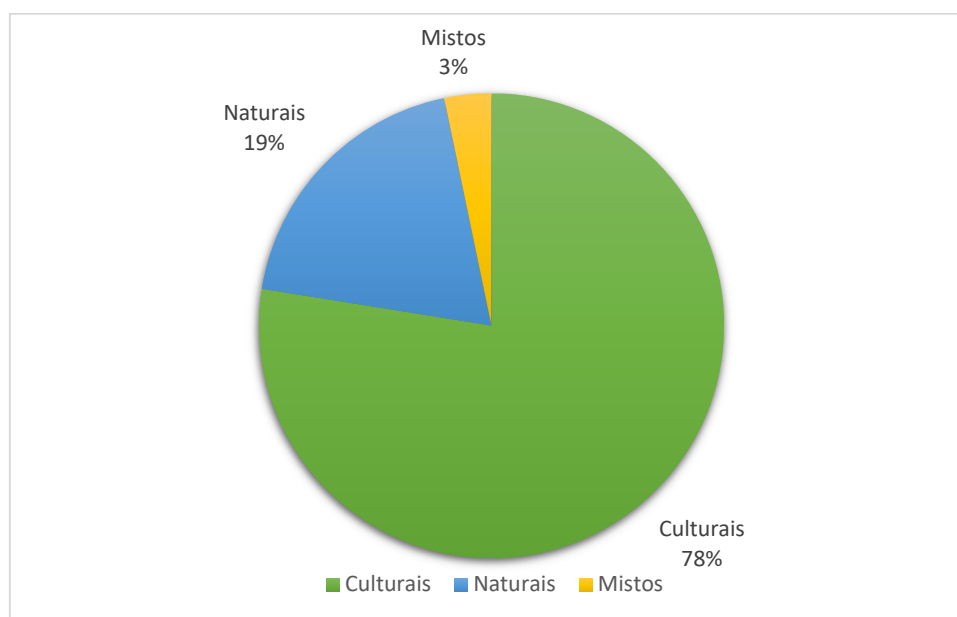
Somos cientes que a UNESCO tem expressado preocupação com as questões aqui apresentadas e, ao menos a partir de meados da década de 1980 (PEIXOTO, 2002), tem envidado alguns esforços no sentido de minorar ou mesmo dirimir estes desequilíbrios. Nos últimos anos, quando verificamos alguns documentos resultantes das sessões do comitê do patrimônio mundial, especialmente daqueles que tratam da “Estratégia global para uma Lista do Patrimônio Mundial representativa, equilibrada e credível” (UNESCO, 2011), vimos que além dos desnivelamentos que já discutidos, há uma atenção recorrente sobre a baixa verificação de bens não-ocidentais na lista, pautados no mesmo princípio de que uma lista de bens que visa configurar o que seria um “patrimônio da humanidade”, de acordo com a UNESCO (2011), só será razoavelmente validada quando todos os países e culturas estiverem inclusos nela. Assim, novamente insistimos em lembrar que a propositura em que se revestiu esse tipo de patrimonialização, exige que se observe urgentemente o equilíbrio geográfico da lista, sendo ponto que não pode encontrar discussão para justificar seus desequilíbrios, i.e., não haveria de ter maneira razoável de se justificar os desequilíbrios que demonstramos, se julgarmos dentro do instituto recursivo humanitário em que se configurou o patrimônio mundial da UNESCO.

No entanto, não podemos nos furtar em raciocinar, que toda essa preocupação e ações para garantir a equidade representativa da lista, pode estar tendo um efeito que contradiz a filosofia acionada neste processo, pois, se há uma necessidade premente de se incluir bens patrimoniais de determinadas culturais para contemplá-las e enquanto uma manutenção de uma certa equidade representativa da Lista, podemos pensar que a prudência e o rigor no atendimento dos critérios estabelecidos, especialmente daqueles que são de ordem mais subjetiva, ligados ao entendimento de um suposto valor excepcional, bem como de uma presumida autenticidade, podem estar sendo prejudicados.

Observando novamente os dados estatísticos emitidos pela UNESCO, podemos notar uma outra importante desigualdade, agora referente a tipologia do patrimônio mundial, em que se verifica uma soberania dos bens culturais sobre os classificados na tipologia de naturais e/ou

mistos (ver gráfico 1), que, para nós, só tende a reforçar, de forma remanescente, uma ligação dos processos de patrimonialização com interesses de ordem política e econômica. A quantidade de itens cancelados por suas características exclusivamente culturais é, hodiernamente, de 832, superando em mais de três vezes a soma dos outros dos tipos de itens patrimônios da humanidade.

Gráfico 1: Distribuição percentual das propriedades listadas como Patrimônio Mundial por tipologia (2017)



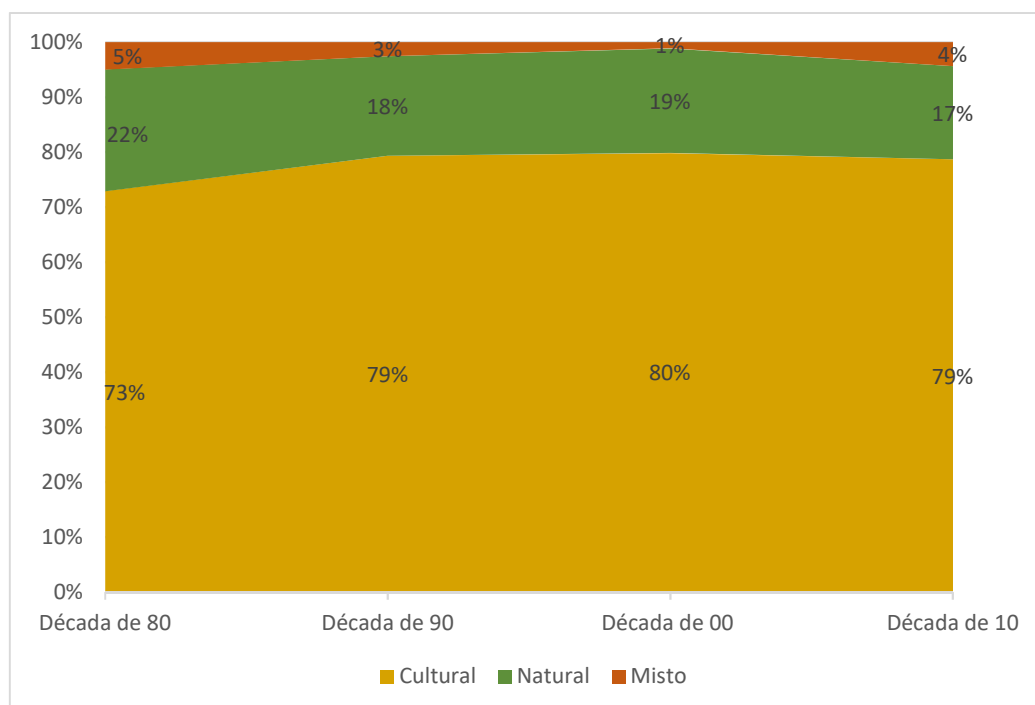
Fonte: UNESCO, 2017

Pelas características que possuem, especialmente as de facilidade de apresentação urbana, ligando-se e auxiliando a constituir a identidade cultural, bem como a memória coletiva de uma determinada cultura, os patrimônios da humanidade do tipo culturais materiais, sob a ótica dos arranjos políticos, são frequentemente acionados no âmbito de sua dimensão política, pela determinação pedagógica das elites, como campo de disputas simbólicas, intuídas por Canclini (1997), em que uma retórica nacionalista tende a forjar imagens e mensagens sobre o que deve ser considerado como símbolo de determinada nação, geralmente ligado às elites nacionais, estratégia que em um patrimônio mundial de tipologia natural, até mesmo mista em alguns casos, é de improvável ou de difícil aplicação, por não se tratar de um constructo social. Já sob a ótica dos arranjos econômicos, o acesso e permanência à itens de caráter cultural material, são bem mais fáceis do que um item patrimonial natural, para se fazer acionar a sua dimensão econômica. Elencamos apenas algumas situações que podem ajudar a explicar essa

desigualdade na lista, as quais contribuiriam para que o patrimônio mundial cultural material seja o tipo de item de “valor excepcional e universal”, que hoje é mais cancelado pela entidade.

“Neste sentido, para diminuir o desequilíbrio entre bens culturais e bens naturais, a UNESCO tem encorajado a selecção de novos parques naturais em África.” (PEIXOTO, 2000, p. 16). Com estas palavras, Paulo Peixoto, no ano de 2000, referia-se a um documento lançado em 1994, para demonstrar que a preocupação, e, as consequentes, ações da UNESCO, sobre o desnivelamento entre patrimônios culturais e naturais, estavam em curso. No entanto, decorridos 17 anos da referência feita por Paulo Peixoto (2000) e 23 anos da apresentação da ideia no documento referido por ele, podemos notar a queda proporcional de bens naturais ao longo dos anos, em relação ao total de itens classificados, passando de algo em torno de 22%, durante os anos de 1980, chegando a 17%, até meados de 2017. Talvez sem essas medidas os números seriam ainda menores, mas o que é fato é que a disparidade permanece, melhor visualizada no gráfico a seguir. (ver gráfico 2)

Gráfico 2: Evolução da distribuição percentual das propriedades listadas como Patrimônio Mundial por tipologia (décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010)



Fonte: UNESCO, 2017

Pelo que temos observado, dos dados apresentados, o patrimônio mundial da UNESCO, dado a ser um recurso humanitário para o fomento de uma cultura de paz entre os

povos, pelo exercício da alteridade, difundidas as peculiaridades culturais de cada povo e assim ressaltando a diversidade cultural e uma relevância tácita de todas elas, para a constituição de uma comunidade internacional humana, tem obrigado a quem esteja disposto a dedicar-se à prática da alteridade cultural, a inclinar-se, sobretudo, tendo como referência mais aguda os bens de caráter cultural europeus e/ou os das nações mais ricas do mundo, em que, de um modo geral, uma está pela outro.

Não estamos negando com isso a intensidade e a amplitude dos feitos culturais que se desenvolveram a partir de solo europeu, em que pese essa escala tenha efeitos importantes também considerados negativos, na própria Europa, sobretudo na América do Sul e na África; efeitos estes, ironicamente postos, pensando no escopo do patrimônio da humanidade, em discussão no campo das questões do multiculturalismo, que nos parece conter um potencial de crítica enorme, voltado aos princípios balizadores da ONU/UNESCO e nos pressupostos que justificam a inscrição de bens na lista de patrimônios da humanidade, tampouco queremos dizer que há que se patrimonializar com o chanfro da UNESCO, itens patrimoniais que não correspondam, ou que não atendam, com qualidade, aos critérios de tombamento definidos pela entidade, apenas para que haja um equilíbrio da lista.

A crítica é mais à doutrina que subjaz à noção de patrimônio mundial, do que aos critérios técnicos e a prática do tombamento em si, que advém desses critérios. Não obstante, não nos parece que deve haver dúvidas de que as desigualdades vistas na lista e as intensidades destas, prejudicam, o uso do patrimônio como recurso na forma como se diz pretender. Embora, como já salientamos, reconheçamos o caráter nobre da tentativa, nos parece que a execução da proposta, ao menos observando os propósitos e premissas, nos parece equivocada, por entendemos ser de complexa e difícil exequibilidade, para além do componente econômico do patrimônio, que tem subtraído, de um modo ativo, das ações e intenções humanitárias, o extrato para alimentar o fluxo turístico e, conseqüentemente, o consumo cultural.

A “corrida ao status do patrimônio mundial”, é um fenômeno que tem demonstrado a hegemonia do interesse sobre a dimensão econômica do patrimônio por sobre qualquer outra dimensão patrimonial, embora o *modus operandi*, tem sido, por óbvio o de exaltar o valor das “diferenças” culturais, pois afinal, o consumo se dá, precisamente, pelo oferecimento da cultura do outro. Isso tem sido possível de ser observado também, porque, a rigor, os itens que atualmente têm o estatuto de patrimônio mundial não passaram a ter um determinado valor cultural apenas quando da inclusão do seu nome na lista da UNESCO. Nem também, com

algumas exceções, foi a partir dessa inclusão que eles puderam ser preservados e salvaguardados.

Pois ora, qualquer que seja o item que recebe o status de universal pela entidade, precisa antes ter sido posto em proteção por algum instrumento legal local, as ressalvas que coloquei não se dão pela exclusão dessa exigência de algum item, mas sim, pela dificuldade de ordem financeira que algum país pode observar na manutenção de tal item, e, então, o apoio do fundo da UNESCO para esse fim, pode ser fundamental, embora, como vimos, os países que respondem pela maior quantidade de patrimônios na lista, a julgar pelo PIB, não devem, num primeiro momento, ter grandes problemas quanto a recursos monetários para gestão e salvaguarda de seus bens patrimoniais.

Reforçando nosso entendimento, não se observa, na “lista de tentativas”, que neste momento conta com 1677 itens à espera da classificação, distribuídos em 166 Estados-parte, países considerados de economia frágil, as 15 primeiras nações que figuram com maior número de inscrições nesta lista, com algumas exceções, figuram também entre as maiores economias do mundo, cenário que, como vimos, é muito similar sobre os países com maior número de bens já classificados.

Isso, poderia se justificar, em parte, pela necessidade de recursos que precisam ser empregados para salvaguarda de seus bens patrimoniais e das exigências da UNESCO para a classificação, no entanto, sabemos que somente a tentativa de incluir o nome na lista, já pode gerar captação de ordem financeira, tanto por iniciativa institucional, pelos fundos da UNESCO, como por parte de investidores privados, contudo, não parece ser por acaso, que os países com fraco desempenho do PIB, não figuram de forma contundente na lista de tentativa, pois, atrair recursos de setores privados, para esta finalidade, fora do eixo Europa e América do norte, que são também os de maior fluxo turístico, e, conseqüentemente, os que podem gerar maior retorno sobre os recursos investidos, não tem sido o que se observa. Para melhor visualizar esse cenário, vejamos os dados da tabela 5.

Tabela 5: Maiores PIB (nominalmente) em bilhões de US\$, em 2016
(até o instante de nossa análise, os últimos dados conhecidos eram os do ano de 2016)

	País	Inscrições na “lista indicativa” da UNESCO	Classificação do PIB (Bilhões de dólares)	Posição no ranking de “chegadas de turistas internacionais” (Valores em milhões)
1º	Turquia	71	17º (857.43)	6º (39.5)
2º	China	60	2º (11.218,28)	4º (56.9)
3º	Irã	56	29º (376.76)	44º (5.23)
4º	Índia	42	7º (2.256,40)	36º (8.0)
5º	Itália	40	8º (1.850,74)	5º (50.7)
6º	França	37	6º (2.463,22)	1º (84.5)
7º	Egito	33	30º (332.35)	33º (9.1)
8º	Uzbequistão	30	72º (66.50)	-(*)
9º	Espanha	29	14º (1.232,60)	3º (68.2)
10º	Paquistão	26	42º (284.16)	-(*)
11º	Brasil	23	9º (1.798,62)	39º (6.3)
12º	México	22	15º (1.046,00)	9º (32.1)
13º	Portugal	21	47º (204.76)	31º (10.2)
14º	Federação Russa	21	12º (1.280,73)	10º (31.3)
15º	Guatemala	21	71º (68.17)	80º (1.5)
	TOTAL	532		

Fonte: UNESCO, FMI, World Economic Outlook Database (abril de 2017), UNWTO (OMT) 2015.

Os 15 países listados são responsáveis, juntos, por 32% das tentativas de inscrições, num universo de 166 Estados-parte com itens pleiteantes a lista, mas uma vez vemos uma desigualdade, até mesmo na lista de tentativas, o que matematicamente, faz com que, necessariamente, as chances desses 15 países de ver um item classificado como patrimônio mundial da UNESCO aumentem. Desses países, 11 figuram entre as 30 maiores economias do mundo e 8 são os que estão entre as 30 nações que mais recebem turistas internacionais. Atualmente, as políticas econômicas dos países comportam, numa maior ou menor aposta, o componente cultural, como um dos seus maiores potenciais de receita ou já consolidado como tal. Desse modo, o balanço é similar ao do cenário visto nos países com itens já classificados na lista e apoia o entendimento de estar em curso uma “Corrida ao Status de Patrimônio Mundial”, nos termos que sugeriu Paulo Peixoto (2002).

Numa rápida pesquisa na *web*, alternando idiomas, por termos como “cidade lança candidatura à Patrimônio da Humanidade”, “Cidade quer tornar patrimônio cultural

reconhecido pela UNESCO” ou ainda “Candidatura ao selo da UNESCO não vai à frente” e “Cidade não consegue o título de Patrimônio Mundial”, vamos ver que as autoridades responsáveis pela recepção dos documentos para candidaturas em âmbito local, em diferentes países, têm recebido pedidos de diversos agentes, públicos, privados e por vezes de organizações civis, buscando os benefícios e as garantias de tal inclusão, tanto pela tipologia do patrimônio mundial material, como também pelo imaterial.

O envolvimento de múltiplos agentes, pode ser um indicativo da tentativa de usar esses itens tanto como incremento do fluxo turístico (dimensão econômica), sobretudo pelos agentes públicos e privados, tanto como um “capital simbólico” (dimensão política), por entidades civis e estatais, fazendo com que, muito diversamente da filosofia subjacente da ONU/UNESCO, o *status* do patrimônio mundial ou mesmo antes, no processo de candidatura, torne-se uma arena de disputas, na qual diferentes agentes com interesses e expectativas igualmente distintas, almejam alcançar seus objetivos.

Ressaltamos que a questão que tratamos aqui, está atrelada sobre as motivações que estão por detrás dos movimentos que sustentam a ideia de uma corrida ao patrimônio mundial, e, embora, tais motivações não estejam explícitas, através de dados, declarações de um ou outro agente público ou mesmo privado e até dos documentos das entidades e autoridades podemos deduzir e até concluir, que, ao menos uma das grandes finalidades dessa “corrida”, talvez, em muitos casos, a maior delas, é aumentar o fluxo do turismo cultural, incrementando o valor de troca do item patrimonial, para o consumo cultural acenando com a marca da UNESCO nos guias turísticos e pacotes de viagem, que para nós, pelas características das implicações deste empenho no uso da dimensão econômica de um patrimônio mundial, estaria, em alguns casos, como pensamos ser o de Sintra, invertendo os propósitos humanitários que fundamental as ações da ONU/UNESCO

Os dados que apresentamos são apenas alguns dos indícios, de ordem mais geral, que mostram e sustentam a ideia de uma “Corrida ao Status de Patrimônio mundial”, pautada no escopo de aumento da captação do fluxo turístico para um incremento significativo da arrecadação econômica, que beneficiam em primeira instancia agentes privados e estatais, sendo mais evidente quando nos debruçamos sobre algumas ilustrações do campo real e focalizadas.

Um recente “Estudo sobre o valor económico da ligação às redes da UNESCO em Portugal”⁴⁹, publicado em 2015 e produzido pela Comissão Nacional da UNESCO – Portugal (CNU), numa parceria com a Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, conclui que:

O impacto na atividade económica decorrente da chancela UNESCO é positivo na generalidade dos indicadores nos grupos de bens em consideração, sendo plausível concluir que as classificações UNESCO propulsionam benefícios para a região envolvente. (CNU, 2015, p. 62)

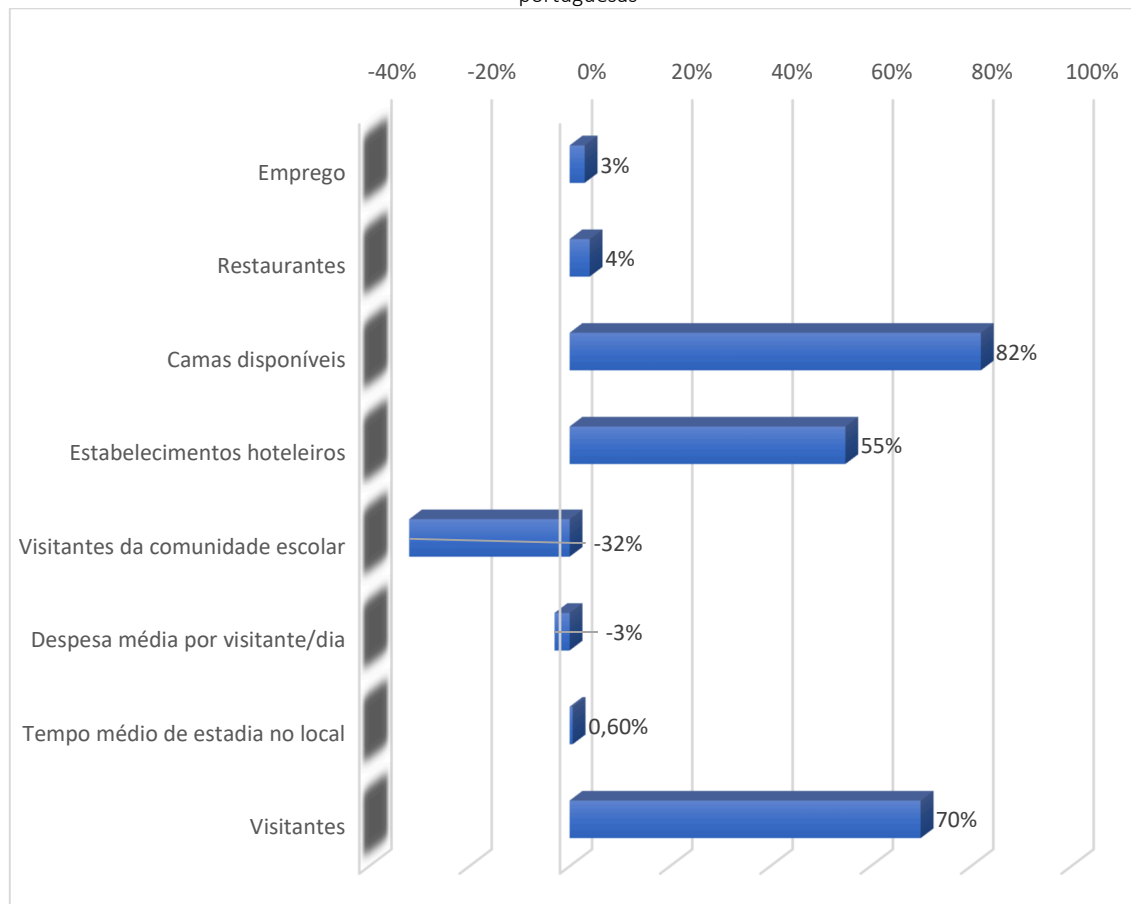
Os indicadores que a passagem anterior está se referindo, trazem números sobre o impacto da chancela na atividade económica e turística do cenário português, (ver gráfico 3). Nesses, pode-se ver um aumento extraordinário no número de visitantes, da ordem dos 70%, isso, associado a observação deste contexto em outras pesquisas sobre processos de patrimonialização e mesmo apenas analisando os dados oficiais de outras cidades, nos parece que não deve haver mais pontos de dúvidas sobre a regularidade de tal situação. O gráfico a seguir, e outras abordagens, mais ao nível das cidades, que faremos adiante, tendem a demonstrar os efeitos em cenários de patrimonialização mundial, atentando especialmente para o crescimento de visitantes.

Embora não contenha dados de cunho eminentemente sociais, alguns dos que constam, podem nos dar uma boa noção de como a causa humanitária da UNESCO, que tem o patrimônio mundial como um importante recurso, meio de reificar as filosofias da entidade, aparenta estar sendo confiscada pelo fator econômico, ligado ao incentivo das indústrias culturais para o consumo cultural. Numa análise direta, podemos perceber, que o setor de hotelaria (82%) e acomodações (55%), de um modo geral, cresceram, talvez esperando receber um importante incremento de contingente, devido ao real aumento de volume dos visitantes (70%), o que pode ser a causa também do crescimento do número de restaurantes (4%), ainda que em bem menor

⁴⁹ Esta Comissão, foi criada em 1979, pelo Decreto-Lei Nº218/79 de 17 de julho, sob a égide do Ministério dos Negócios Estrangeiros, portanto, trata-se de um órgão estatal português. Cabe salientar, que em virtude do enfoque da pesquisa ser sobre uma dimensão do patrimônio da humanidade que não é o objetivo primeiro dos fundamentos e premissas da ONU/UNESCO para com este tipo de patrimônio, o texto inicia apresentando considerações de um modo que aparenta querer se justificar com estas instituições, indicando, através de uma hiperligação, uma outra pesquisa dessa natureza, realizada no Reino Unido, sobre a qual não tivemos acesso, pela indisponibilidade do caminho de hiperligação fornecido, continuando essas considerações nos seguintes termos: “A Comissão Nacional da UNESCO de Portugal (CNU), à semelhança de Comissões Nacionais de outros países, com o apoio da Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO e seguindo uma prática reconhecida pela UNESCO, pretendeu, com o presente trabalho, levar a cabo um estudo sobre o valor económico que resulta da ligação às redes da UNESCO. Não descurando os propósitos da referida Organização Internacional e o seu contributo para a manutenção da paz e da segurança, através da cooperação internacional nas áreas da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, nem desvalorizando os valores imateriais da pertença às redes da UNESCO, o objetivo deste estudo foi o de procurar quantificar pela primeira vez, em termos de custos e benefícios, o valor económico da ligação às redes dos sítios do Património Mundial, dos geoparques, das reservas da biosfera e das cátedras UNESCO em Portugal.” (CNU, 2015, p. 3)

escala do que os índices referidos anteriormente, e, nisso, o emprego (3%) segue um discreto aumento.

Gráfico 3: indicadores econômicos e turísticos, relativos à ligação com a classificação patrimonial da UNESCO em cidades portuguesas



Fonte: "Estudo sobre o valor económico da ligação às redes da UNESCO em Portugal, 2015."

Autor: reprodução, com adaptações do autor.

Isto pode nos sugerir que as vagas de emprego criadas pelos incrementos mencionados, estão sendo preenchidas por pessoas que não são da região, ou mesmo que estes incrementos não demandam novos postos de trabalho, no entanto, isto não está diretamente relacionado com as questões que ponderamos sobre a UNESCO, mas não deixa de estar ligado a uma clarificação do cenário que assevera que há um importante desenvolvimento socioeconômico em locais com tais patrimônios sobre os cidadãos, e assim, indiretamente a ideia de fazer com que o patrimônio mundial possa servir como um elemento de ligação da cultural local, consequentemente dos habitantes de certa espacialidade, com indivíduos externos ao contexto, numa forma de promover o encontro dos diferentes, do *eu* e do *outro*, visando certa prática de alteridade, nesse sentido pode ter, em parte, um prejuízo de tais ideais.

Sobre isso, é importante ainda observar, que embora a rede hoteleira se prepare e cuide dos seus incrementos, bem como os restaurantes observem algum parco crescimento, o “tempo médio de estadia no local” (0,60%) e as “despesas média por visitante/dia” (-3%), não acompanham o desenvolvimento dos indicadores anteriores, e, no caso deste último, o que se verificou foi um decréscimo; estes dois últimos dados, somados ao expressivo declínio dos “visitantes da comunidade escolar” (- 32), contrapondo-se ao igualmente significativo, só que dessa vez crescimento dos visitantes (70%), nos faz nos inclinar, mais uma vez, dessa vez fortemente, em reforço do entendimento de que, da forma como estamos pensando, há uma distorção das premissas fundamentais da ONU/UNESCO sobre o patrimônio que classifica, que tende a distensionar e até mesmo anular uma certa reação imunológica, necessária para o exercício da alteridade cultural, que poderia ser proporcionada e/ou estimulada no contato direto com o cotidiano habitual e tradicional da cidade e no face-a-face com os seus habitantes.

No entanto, a julgar por estes dados, e do modo que iremos observar e tentar demonstrar pela pesquisa de campo em Sintra, no capítulo 3, a situação é diametralmente inversa. Pois, embora os visitantes estejam chegando, a disposição para a prática da alteridade é mitigada por mecanismos do *modus operandi* das indústrias do consumo cultural que fazem com que o visitante vá ao local, mas não permaneça nele e, mais, tampouco, queira permanecer nele, outras diferenças precisam ser consumidas ainda. Por sua vez, do lado dos habitantes, até mesmo as escolas perdem a condição de poder visitar seus próprios patrimônios, pois o acesso do cidadão é dificultado, em Sintra p.ex., a entrada gratuita, em seu próprio bem cultural, é permitida somente aos domingos, sem mencionar aqui os roteiros e itinerários turísticos que não privilegiam este contato. No entanto, a abordagem desse cenário, em Sintra, é tema do capítulo 3.

Sobre o já cada vez mais improvável de ser questionado, ao menos de um modo geral, incremento significativo dos números de visitantes em contextos de classificação da UNESCO, podemos tomar como um importante exemplo a cidade de Coimbra, que teve sua universidade classificada pela UNESCO em 2013, em que se verifica uma clara evolução desse contingente, dobrando seu montante de visitantes. Senão vejamos, o que assevera o Vice-Reitor da instituição, Luís Filipe Menezes, em entrevista à Agência Lusa”:

O número de turistas que visitam a Universidade de Coimbra mais do que duplicou em quatro anos, passando de 160 mil em 2012 para 355 mil em 2015 [...].

Neste ano [2015], 355 mil turistas de mais de 60 países diferentes visitaram a Universidade de Coimbra (valor contabilizado até 21 de dezembro),

registrando-se um aumento de cerca de 20% face a 2014, em que passaram pela instituição 293 mil visitantes.⁵⁰

Tal contingente, já vem causando preocupação.

Para 2016, a Universidade de Coimbra já tem 150 mil pré-reservas. No entanto, o vice-reitor considera que não é sustentável continuar a crescer a um ritmo de dois dígitos por ano (nos últimos anos o número de visitantes tem crescido cerca de 20% ao ano).

"É demais [esse crescimento]", apontou, sublinhando que o crescimento será feito [conduzido] com a abertura "de novos espaços e novos programas" para "diluir um pouco a pressão nos meses mais críticos" de afluência de turistas.

Este é um cenário que tem se repetido em alguns locais que detém, por algum modo, o título de Patrimônio Mundial. Caso da área costeira do noroeste da Itália, Cinque Terre⁵¹, declarada Patrimônio Mundial da Unesco em 1997, "também foi obrigada a se proteger [do turismo]. [...], em fevereiro de 2016 Cinque Terre introduziu um sistema de emissão de ingresso e limitou a venda a 1,5 milhão de pessoas por ano."⁵² Processo similar ocorreu na cidade de Dubrovnik⁵³, na Croácia, listada como patrimônio da humanidade em 1994, "registrou em 2016 um recorde insustentável: 10 mil visitantes em apenas um dia. [...]. O então prefeito [...] decidiu implementar um teto de visitantes: 6 mil turistas por dia [...]. O pedido de limitar o acesso à cidade veio diretamente da UNESCO."⁵⁴

Sobre os dados de Coimbra, vale observar ainda, que as origens dos visitantes, reforçam nosso entendimento de que há um contingente de pessoas que não visitam os patrimônios da humanidade, por não poderem se enquadrar na categoria turistas internacionais, pois quando o patrimônio se encontram em continentes diversos do que estão o contato com um dado item fica impossibilitado, e a Europa, como vimos, é local de presença de quase que a metade dos itens assim classificados. O que, em tese, não é um facilitador dos fundamentos humanitários intuídos pela UNESCO para com este tipo de patrimônio, especialmente o de difundir as culturas entre diferentes povos. Pois, observando como exemplo os números da Universidade de Coimbra, vamos perceber que os povos, enquanto cultura, que mais visitam a universidade, são os próprios europeus, como refere o vice-reitor da instituição:

Quanto à origem dos visitantes, em primeiro lugar surge **França**, que representa 23% do total de visitantes, seguida depois do Brasil e **Itália** com 10%, segundo e terceiro respetivamente, **Espanha** com 09%, **Alemanha**

⁵⁰<https://www.dn.pt/sociedade/interior/a-universidade-de-coimbra-esta-na-moda-numero-de-visitantes-duplicou-4953659.html>

⁵¹ <http://whc.unesco.org/en/list/826>

⁵²<https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/conheca-os-destinos-turisticos-que-querem-receber-menos-visitantes.ghtml>

⁵³ <http://whc.unesco.org/en/list/95>

também com 09% e em sexto **Portugal**, com 08% dos visitantes [...]. (Ibid., grifos nossos)

Apenas para efeito de reforço da análise e já anunciando as observações sobre o nosso campo de pesquisa, rapidamente, podemos dizer que o cenário observável em Coimbra, é também percebido, de modo muito similar, sobre a “Vila de Sintra”, que somente num de seus itens patrimoniais, entre tantos, o Palácio Nacional da Pena, registrou “mais de 1,3 milhões de entradas, um aumento de 22,5% em comparação ao ano de 2015”⁵⁴. Sobre a nacionalidade dos visitantes, a abordagem analítica que fizemos sobre Coimbra pode ser facilmente transportada para recair sobre Sintra, pois, “os países estrangeiros com maior expressão em termos de visitas foram o Reino Unido (19,49%), França (16,48%) e Espanha (14,92%). ‘Este património foi ainda amplamente visitado por brasileiros, norte-americanos, alemães, italianos, russos e chineses’”⁵⁵, sendo observável o domínio de visitantes de povos culturalmente semelhantes, os europeus.

A problemática que estamos levantando nesta investigação, tem observado mais dinâmicas e componentes que, para nós, servem como reforço para fomentar as discussões analíticas que estamos percorrendo, uma delas é a ligação que grandes empresas, especialmente as de tecnologia para o consumo de massa, têm buscado realizar com a UNESCO, no campo do “Patrimônio mundial”, que, por certo, trazem ganhos para a entidade, sobretudo no alcance promocional destes itens patrimoniais, mas que, também, não podemos deixar de pensar que como apelo de *marketing* social e mesmo tecnológico, bem como, para capitalização de clientela, interessada no consumo cultural, associar-se à este selo pode significar grandes benefícios. A Google, a Panasonic e a Samsung, são 3 exemplos de gigantes do setor de tecnologia, que já firmaram e vêm se mantendo em “parcerias estratégicas”⁵⁵ com a entidade para, de algum modo, estarem vinculadas aos patrimônios da humanidade.

Figura 1: banner de apresentação da parceria estratégica entre Panasonic e UNESCO



Fonte: <http://whc.unesco.org/en/partnerships/>

⁵⁴ <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/parques-de-sintra-atrairam-26-milhoes-de-visitantes-em-2016>

⁵⁵ Ao menos estas três empresas referem-se as associações firmadas como “parcerias estratégicas”.

A Panasonic é uma das que, aparentemente, mais tem tido êxito nestas associações (ver figura 1), ao menos se julgarmos pelo número de iniciativas que tem desenvolvido em parceria com o Centro do Patrimônio Mundial UNESCO, são diversas ações⁵⁶, que vão desde o lançamento de um calendário exclusivo (ver figura 2), distribuído na versão *online* e impressa, este último vendido, porém ambos contam, em todos os meses, com a logomarca da empresa associada a algum patrimônio da humanidade; passando pelo recebimento de licença da UNESCO para divulgar alguns de seus produtos, especialmente as televisões, aplicando imagens desses locais nas *demos* para pré-visualização da resolução dos seus televisores⁵⁷; chegando até a promoção de um programa de tv (ver figura 3) voltado, exclusivamente, para a apresentação dos patrimônios da UNESCO, em 183 países, numa das mais importantes emissoras de documentários do mundo, atingindo, segundo dados da própria organização, algo em torno de 440 milhões de famílias, em todo o mundo^{58,59,60}, em que, a cada intervalo, seus produtos são oferecidos nas propagandas.



Figura 2: Calendário “Patrimônio Mundial” Panasonic 2013
Fonte: <http://whc.unesco.org/en/news/964/>

⁵⁶ Detalhes da parceria com a Panasonic disponível em: <<https://www.panasonic.com/global/corporate/profile/ad/pdf/UNESCO_brochure_English_120914.pdf>>

⁵⁷ Diversos são as *demos* que podem ser vistas numa rápida pesquisa na web, uma delas, promove o televisor “4K 2160p UHD”, trazendo imagens em alta definição (4k) do patrimônio mundial do Camboja. Possível de ser visualizado em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=xidMhYh4OuU>>>

⁵⁸ <http://www.inteligencia.com.br/nat-geo-lanca-o-programa-the-world-heritage-special-em-parceria-com-a-panasonic/>

⁵⁹ <http://whc.unesco.org/en/news/819>

⁶⁰ <http://whc.unesco.org/en/news/1032/>

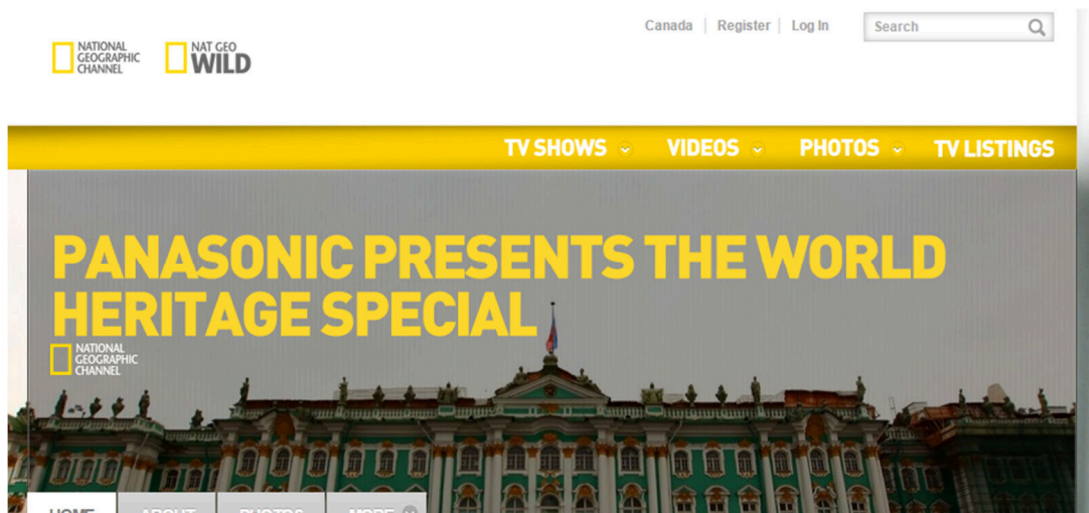


Figura 3: Screenshot do website do programa “The world Heritage special”, promovido pela Panasonic, veiculado na “National Geographic”, desde 2011. Fonte: <http://whc.unesco.org/en/news/964/>

A Samsung, uma das principais concorrentes da Panasonic, também está desenvolvendo iniciativas de projetos de suporte ao Patrimônio mundial. Nas nossas pesquisas, pudemos observar, que a Panasonic apoia e fomenta iniciativas voltadas ao patrimônio cultural material, já à Samsung, coube a fatia de desenvolvimento em atividades sobre o patrimônio cultural intangível, em ambos os patrimônios elegidos são aqueles cancelados pela UNESCO. De acordo com o comunicado emitido no *website* da entidade,

Em dezembro de 2004, a UNESCO e a Samsung [...] assinaram um acordo para a promoção e salvaguarda do patrimônio cultural intangível, tendo em vista o interesse da Samsung em disponibilizar seus recursos e redes corporativas em prol da diversidade cultural e, em particular, para o patrimônio mundial intangível.⁶¹ (Tradução nossa)

A parceria repete a fórmula, para atingir um grande público, vista com a Panasonic. Pois, ainda segundo o website referido,

O acordo incluiu a produção e a transmissão pela BBC World de vinhetas curtas sobre patrimônio intangível em todo o mundo e um documentário de 45 minutos de duração sobre elementos selecionados de patrimônio imaterial que figuram agora na Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade. (Tradução nossa)

A empresa também desenvolveu um *app*, para o sistema *android*, (ver figura 4) que, através de um recurso de realidade aumentada (virtual), permite que o usuário que instalar este aplicativo “simule a experiência de voltar no tempo”⁶² (tradução nossa), visualizando o item

⁶¹ <https://ich.unesco.org/en/samsung-00113>

⁶² <http://www.samsung.com/sg/news/local/samsung-launches-culture-explorer-mobile-application-to-connect-communities-and-drive-appreciation-for-singapores-heritage-landmarks/>

classificado pela UNESCO como em tempos distantes. Vale salientar, que embora o aplicativo seja gratuito, na data de seu lançamento, a Samsung era a única empresa que detinha a tecnologia⁶³, sendo assim, aqueles que quisessem experimentar o aplicativo, precisavam adquirir o dispositivo da fabricante. O aplicativo iniciou disponibilizando o recurso para apreciação dos patrimônios de Cingapura, mas logo em seguida, estava disponível para Malásia, Filipinas, Vietnam e Tailândia, até o momento dessa escrita.

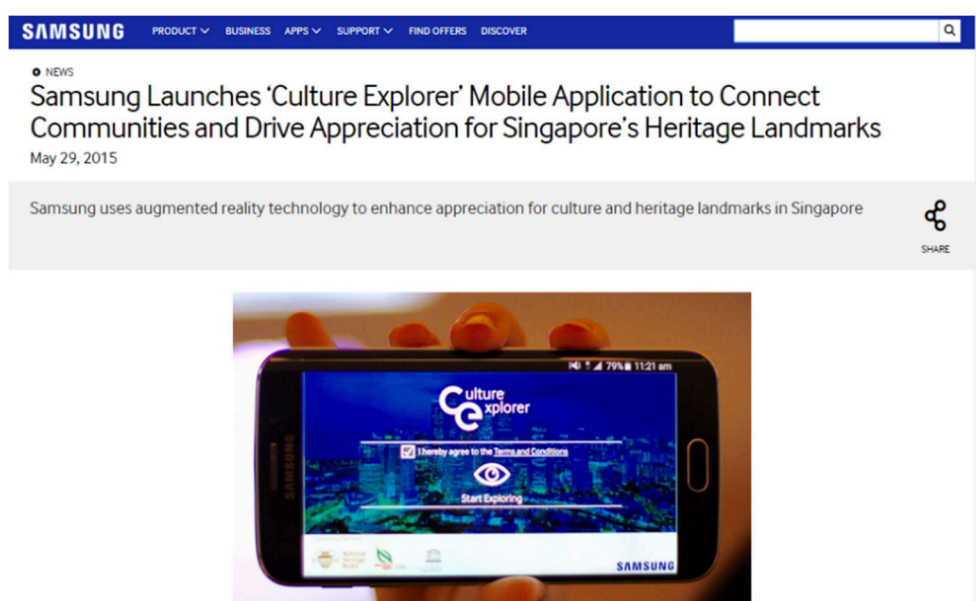


Figura 4: Screenshot do website da Samsung, mostrando reprodução de foto do evento demonstração do aplicativo “Culture Explorer”.

Há outras “parcerias estratégicas”, de grandes empresas, mas, para o momento, os exemplos citados nos parecem ser suficientes para demonstrar o modo como o patrimônio mundial alcança um *status* que, de uma forma ou de outra, atrai projetos e empenhos de diversos agentes, com variados interesses; o que, em parte, tem sido verificado analiticamente como o esclarecimento daquilo que Peixoto (2000) denominou de “Corrida ao *status* de patrimônio mundial”. Contudo, esta corrida não parece que tem sido a única em andamento em torno do cenário das patrimonializações da UNESCO, notamos que tem se constituído grupos de pessoas que se empenham em jornadas em busca da maior quantidade de visitas aos patrimônios da humanidade. Numa corrida que, como veremos, não aparenta poder causar, sobre os seus “participantes”, o efeito desejado pela UNESCO.

Em pesquisas que realizamos, em fóruns *online* sobre patrimônio mundial, para além de debates sobre diversos espectros destes itens, encontramos, também, recorrentes referências

⁶³ <http://gq.globo.com/Prazeres/Tecnologia/noticia/2014/09/samsung-apresenta-o-oculos-de-realidade-virtual-gear-vr.html>

ao que nos pareceu se tratar de uma espécie de disputa que envolve firmar o maior número de sítios e propriedades visitadas, visitas estas em que são fundamentais fotos e/ou souvenirs, como se fossem peças de comprovação, muitas vezes complementadas por comentários em plataformas próprias, em que se busca, entre outros propósitos, demonstrar conhecimento sobre, p.ex., os motivos que levaram a UNESCO a realizar a classificação, os valores e importâncias socioculturais do item tombado, ou apenas com comentários sobre amenidades quando da visita; ressalte-se que, sobre o primeiro tipo de anotação referida, nestes comentários, quando comparadas aos relatórios oficiais da UNESCO, em que se apresentam as motivações que ensejaram a classificação, as alegações oferecidas pelos visitantes, de um modo geral, divergem sobremaneira da peça relatoria conclusiva.

Assim, talvez, o patrimônio mundial, possa estar funcionando também, como uma espécie de “marcador e/ou comunicador social” (FEATHERSTONE, 1995; BOURDIEU, 1999), constituindo grupos de pessoas que buscam se destacar e definir-se em certo *status* social, podendo estar sendo associado a qualidade de possuir um padrão econômico privilegiado, uma vez que estudos como o que mencionamos anteriormente (CNU), mostram que a ligação de um patrimônio com a rede UNESCO, torna esses itens comercialmente mais valorizados para o consumo, ou ainda por uma tentativa de se lançar ou manter-se num certo *cult status*, como um grupo de indivíduos que são apreciadoras e conhecedoras de várias culturas, e que, portanto, estariam destacados intelectualmente de outros, evidentemente esses juízos necessitam de mais estudos.

No entanto, tal entendimento, para nós, já encontra importante verificação, na tomada de conhecimento que tivemos, através da *web*, de, pelo menos, dois grupos, que têm como prática a visitação, de forma sistemática, de locais patrimônios da humanidade, com sítios eletrônicos que, entre outros pontos, destacam, em um deles, a posição, numa listagem geral, de seus membros (ora autodenominados de viajantes, ora de entusiastas) nessa corrida, bem como, referindo-nos ao outro, atribui pontos⁶⁴ para os itens patrimoniais, por critérios que não foram encontrados, mas que servem à finalidade de que assim poder computar, quando da comprovação da visita, aquele que somou a maior quantia de pontos, e, então, ser declarado o

⁶⁴ Em virtude de que entendemos ser necessário esta nota, nos adiantaremos aqui a uma breve menção do sítio eletrônico Go UNESCO, sobre o qual iremos debater detidamente nas próximas páginas deste trabalho. Sobre a atribuição de pontuação relativa ao patrimônio visitado a que nos referíamos, encontramos na aba *Join Challenge* o seguinte texto: “Como faço para participar de um Desafio? Viaje para qualquer Patrimônio Mundial da UNESCO e faça o upload da sua lá. Uma vez que os moderadores aprovam e marcam o nome do item patrimônio da humanidade e do país corretos, você receberá os seus pontos. Os pontos para cada local são decididos com base no método descrito na página de detalhes.” (cabe observar, como já dissemos, que não encontramos o método referido) Disponível em: <<<http://www.gounesco.com/challenges/>>> Acessado em 04 de setembro de 2016.

vencedor do desafio. Isso, para além das hipóteses que sugerimos anteriormente, é um fato que põe o “Patrimônio Mundial” como um campo que gera o interesse de indivíduos que se conectam em grupos para, por um algum pretexto, tê-los como objeto de suas motivações, além do que nos fornece pistas para nossa investigação, sobre alguns aspectos que aqui nos debruçaremos.

Um destes sítios eletrônicos referidos é o “*World Heritage Site - for World Heritage Traveller*”⁶⁵ (WHS), fundado em 1997 pela senhora Els Slots, holandesa, formada em história e operadora de TI, numa empresa multinacional, este sítio conta com pouco mais de 4 mil visitantes únicos, por dia, à plataforma⁶⁶, atualmente registra quase 2 mil membros, dos quais 798 disponibilizam seus relatos de viagens sobre os patrimônios da UNESCO, e, assim, ingressam na listagem geral de “Entusiastas do Patrimônio Mundial”, a qual contabiliza os que mais visitaram estes itens, sendo que o primeiro, até o instante da escrita desse texto, disse ter visitado 860 patrimônios com o selo da UNESCO. De acordo com os dados fornecidos pelo próprio *website*, somente seus membros, são responsáveis, juntos, por 92086 vistas a sítios classificados como patrimônio da humanidade. Na aba “Sobre”, traz a informação, em nota, através da qual assegura que “este *site* é uma iniciativa privada e não tem nenhuma conexão com a UNESCO ou o Comitê do Patrimônio Mundial.”.

Após algumas tentativas frustradas, conseguimos contato, por e-mail, com a senhora Els Slots e discutimos alguns pontos sobre seu sítio eletrônico e os patrimônios da humanidade que visitou, que são 646 até este momento. Desse breve diálogo, nos ficou claro de que a Sr. Els Slots, mantinha um considerável contato com alguns dos “entusiastas” do grupo, especialmente aqueles que mais computavam visitas, bem como, o seu entendimento de que esta iniciativa estava ajudando a “reunir pessoas com um mesmo objetivo, de conhecer os patrimônios da UNESCO” (tradução nossa). Para além disso, conversamos sobre a possibilidade de que nos respondesse alguns questionamentos, de modo formal, na configuração de um questionário com respostas abertas (ver anexo 1), o que foi prontamente e gentilmente aceito e autorizado ao uso científico.

⁶⁵ “The “World Heritage Site” is a website for travellers dedicated to visiting the locations listed on the UNESCO World Heritage List. The website is a fully independent source of information about World Heritage Sites (WHS) and does not intend to make a profit. We value open discussion at the Forum, the exchange of personal travel experiences via reviews of WHS visits and enhancing our knowledge, regardless of a contributor's origins or how many WHS he or she has visited. The website was founded in 1997, and nowadays attracts some 4,000 unique visitors a day”. Disponível em: <http://www.worldheritagesite.org> Acessado em: 26 de Agosto de 2016.

⁶⁶ Dados obtidos através do website www.semrush.com

Algumas perguntas desse questionário, elaborado no idioma inglês, com um total de 8 questões, foram realizadas com a intenção de captar a compreensão e a percepção da importância e da disposição que os patrimônios da humanidade têm para os propósitos da UNESCO, objetivando verificar a presença do entendimento destes patrimônios supostamente funcionando como recursos humanitários, bem como, verificar alguma menção que pudesse nos fazer apreender a sua percepção sobre a ideia de “valor excepcional e universal” de um item patrimonial chancelado pela entidade.

Sobre isso, reportamo-nos à quarta pergunta:

4. Veiga: Conhece os propósitos e objetivos gerais da UNESCO com a nomeação de alguns patrimônios como de “valor universal e excepcional” para a humanidade? Se a sua resposta for sim, poderia comentar um pouco sobre o que você pensa desses objetivos e propósitos; se for não, poderia dizer o que entende que a UNESCO deseja ao fazer essas nomeações?

Slots: Claro. Os objetivos da UNESCO são bastante nobres, embora o que é de “valor universal e excepcional para a humanidade” seja difícil de responder objetivamente. Entrar na Lista do Patrimônio Mundial é tanto uma questão de dinheiro (as nomeações são muito caras) quanto política (você precisa que outros países do Comitê do Patrimônio Mundial se voltem para você). (Tradução nossa)

Embora a fundadora do *website* mencionado tenha dito que os “objetivos da UNESCO são bastante nobres”, não explicita, como foi solicitado, quais sejam esses objetivos, e completa assumindo o entendimento de que tratar sobre o “valor excepcional e universal”, é de difícil entendimento objetivo, o que não parece ser um problema para a entidade.

Sobre isso, cabe uma pequena interrupção no curso da análise desta entrevista, para destacarmos que no *website* citado, há uma aba de conteúdo intitulada *top lists*, que traz, numa listagem ranqueada, uma classificação, votada pelos membros da plataforma, dos sítios que estes consideram os mais valiosos do ponto de vista cultural⁶⁷, sem deixar claro se este valor é reflexivo para a humanidade ou somente sobre suas características e aspectos socioculturais, porém, pensando na proposta do *site*, provavelmente se trate da primeira situação, embora qualquer que seja a inflexão, para nossa análise é relevante.

Tal listagem é referente a 2015, portanto, são possíveis de figurar na lista 1031 propriedades patrimônio mundial, no entanto, apenas 938 receberam pelo menos 1 voto, num universo de votantes que beira os 2 mil, portanto, 93 patrimônios da humanidade, ao menos

⁶⁷ <http://www.worldheritagesite.org/ranking/most+valuable+sites>

para este grupo de pessoas, entusiastas do patrimônio mundial da UNESCO, parecem não ter considerável importância, ainda que para a humanidade ou mesmo como produto de determinada cultura, outro dado interessante é que os 50 primeiros receberam entre 608 a 262 votos, já os 400 finais, receberam entre 60 e 1 voto, numa proporção claramente desequilibrada, para valores de itens que, em tese, deveriam ser portadores de importâncias semelhantes para a humanidade. A julgar por este grupo de entusiastas, não o são.

Cabe ainda salientar, que, nesse mesmo ranqueamento, encontramos mais um importante reforço para a ideia que já lançamos e discutimos, de que o patrimônio considerado de “valor excepcional e universal”, a julgar pela classificação da UNESCO, está majoritariamente disposto em território europeu, pois, dos 50 primeiros itens dessa lista, considerados os “mais valiosos”, 27 estão localizados na Europa, 11 na Ásia, 6 na África e 6 no continente americano, situação que é reforçada quando observamos um outro ranqueamento, classificado pela quantidade de vistas dos membros deste *website*,⁶⁸ tomando como parâmetro os 50 primeiros patrimônios do *ranking*, 43 estão em território europeu, 4 estão na Ásia (todos na China) e 3 nos Estados Unidos. Como já discutimos, esse desequilíbrio já nos parece consequência do desarranjo da classificação da UNESCO, o que, para nós, reverbera de forma importante na ideia de estimular uma cultura de paz, pela difusão das culturas dos diferentes povos, que assim demonstre a importância que todas tiveram no intercâmbio que constituiu a “comunidade humana”.

Retomando a análise da entrevista, temos que a Sr.^a Els Slots, complementando a resposta, ainda que não tenha sido o foco da pergunta, com uma percepção de que a nomeação de um item como patrimônio mundial é uma situação que envolve recursos financeiros, bem como questões políticas, sem que possamos concluir que entende haver associação, de algum modo, com os “objetivos nobres” que havia mencionado, mas ciente de que tais nomeações para além de um valor como intuído pela UNESCO, tangem outros propósitos e finalidades. Isso nos faz retomar o entendimento, que a chancela de patrimônio da humanidade, de certo modo, é tão ou mais política e econômica, do que própria e exclusivamente sociocultural, o que, sendo assim, a classificação de um item como patrimônio da UNESCO, já se inicia desviando-se de seus propósitos e fundamentos.

⁶⁸ <http://www.worldheritagesite.org/ranking/most+visited+sites>

Também tentamos apreender o modo como ela sistematiza ou não sua visitação aos locais chancelados pela UNESCO, bem como, a relação com os povos e as culturas visitadas, no curso da atividade da visitação. Nesse sentido, recorreremos às respostas das perguntas 2 e 3:

2. Veiga: Em geral, como são suas visitas a um patrimônio mundial? Faz isso através de uma rota/itinerário pré-estabelecido por uma agência de turismo ou algo assim, ou você prefere se deixar "perder" pelos caminhos que vêm até você durante a visita, ou existe uma outra maneira não mencionada aqui? Seja qual for a forma, se possível, relate um pouco sobre isso.

Slots: Eu sou uma grande planejadora, então faço minhas próprias rotas, voltadas principalmente para incorporar tantos quanto forem os patrimônios mundial no meu itinerário. Normalmente, eu reservo hotéis e às vezes transporte público de antemão pela internet. Eu costumo usar agência de turismo. (Tradução nossa)

3. Veiga: Gostaria que você explicasse como geralmente ocorre a relação entre você e os habitantes da localidade em que o patrimônio mundial está inserido?

Slots: Honestamente, eu teria que dizer que eu sou uma turista como qualquer outra pessoa. Então, as relações com os habitantes são uma troca entre alguém que quer ver ou experimentar e aqueles que querem mostrar seus patrimônios. (Tradução nossa)

É possível notar, que embora a influência de caminhos e rotas predeterminados por agências de turismo pareça ser pouca sobre o modo com que visita os locais de ligação à rede UNESCO do patrimônio, o que difere da maioria dos turistas que são conduzidos à visitas num roteiro que, em geral, atende interesses dos mais diversos, do que deve ser visto ou não, há uma necessidade principal de incorporar o máximo de itens patrimônio mundial, de determinado país ou região, talvez como numa analogia de consumir a maior quantidade de produtos possíveis em um supermercado, em determinando tempo.

Isso, para nós, pode gerar uma importante descontextualização e ausência de percepção do cotidiano e do dia a dia do modo de vida da cultura local, mesmo porque, sabemos que em contextos como estes, de consumo cultural, há diversos processos de dinâmicas patrimoniais, como p.ex., de um lado, um processo de esterilização do espaço, retirando dele aspectos e elementos que, em tese, não sejam agradáveis à visitação do turista (Harvey, 1994; Featherstone, 1995; Zukin, 2000; Smith, 1996), e de outro lado uma “espetacularização da cultura”⁶⁹, que busca comercializar alguns aspectos da cultura local, de um modo por vezes encenado. E tudo isso, parece desvirtuar fortemente dos propósitos que a UNESCO incumbiu

⁶⁹ Aqui, estamos entendendo essa categoria como um desdobramento de Leite (2008) sobre a “sociedade do espetáculo”, de Guy Debord (1997). Num processo de construção de espaços de consumo onde se reifica, de forma espetacularizada, algumas práticas e costumes socioculturais locais, imagetivamente forjados e equalizados para mercantilização.

para tais itens patrimoniais, especialmente prejudicando o exercício da alteridade cultural, sobretudo se pensarmos essa atividade através do face-a-face no cotidiano local, pensada por Lévinas (2010) na sua “ética da alteridade”.

O entendimento sobre tal desvirtuamento, nos parece ter um reforço importante, quando a entrevistada menciona, questionada sobre a relação que mantem com os habitantes locais na visita, que é “uma turista como qualquer outra pessoa. Então, as relações com os habitantes são uma troca entre alguém que quer ver ou experimentar e aqueles que querem mostrar seus patrimônios.”, quando temos a convicção, pelos estudos de autores que já mencionamos, de que essa relação tem se configurado, de um modo amplo, como comercial, em que pessoas estão dispostas a pagar para consumir determinado aspecto da cultura do *outro*, ainda que espetacularizada, enquanto que terceiros, que, em geral e com grande recorrência, não são os habitantes locais, empenham-se em vender determinadas características culturais locais, prejudicando sobremaneira uma relação ética entre o *eu* e o *outro* (LÉVINAS, 2010), em determinados sítios que, para a UNESCO, ganham contornos fundamentais num processo como esse.

Nesse sentido e finalizando a discussão sobre essa entrevista, buscamos apreender a percepção dela sobre os itens patrimoniais em si, como itens que supostamente carregam um “valor excepcional e universal”. Acreditamos que a resposta à pergunta de número 5, nos deu importantes pistas a este respeito.

5. Veiga: De acordo com o seu *website*, você visitou mais de 600 sítios do patrimônio mundial, isso corresponde a quase 60% do número total de inscrições. Você poderia dizer se, graças a essas visitas ou muito em função delas, conseguiu ter um conhecimento das culturas que você visitou até o ponto de compreender seus hábitos e costumes e como estes, de algum modo, entrelaçam-se à sua cultura, percebendo assim sua importância e "valor excepcional e universal" para a humanidade, do modo como destaca a UNESCO?

Slots: Esta é uma pergunta difícil de responder. Por um lado, a seleção de sítios do Patrimônio Mundial por um país mostra claramente como ele quer ser percebido pelo resto do mundo e o que é importante para eles a partir de uma visão nacionalista.

Por outro lado, o "conhecimento das culturas" (hábitos, costumes) na maioria das vezes não é um efeito direto da visita ao “patrimônio mundial”. Estes itens, são objetos tangíveis e apenas em alguns casos, como das paisagens culturais contínuas ou associativas, é que se pode observar aspectos diretamente ligados aos habitantes que vivem na região. Então, eles contam muito sobre uma história, mas não tanto sobre os costumes cotidianos. (Tradução nossa)

Aqui, nos parece que o efeito de visitar mais de 600 itens do patrimônio mundial, classificado pela UNESCO, não pode ser necessária e prontamente associado com a atitude de “buscar na nossa diversidade os laços que unem a humanidade.”, e assim, entender e adotar o compromisso “da tolerância, [que] não significa relativismo ou indiferença”, mas sim, numa aproximação epistemológica que estamos fazendo, por uma espécie de “ética da alteridade”, nos termos que sugere Lévinas. Quando a entrevistada dá importância, na sua resposta, aos fatores políticos que envolvem a motivação dos itens chancelados pela UNESCO, assumindo que “a seleção de sítios do Patrimônio Mundial por um país mostra claramente como ele quer ser percebido pelo resto do mundo e o que é importante para eles a partir de uma visão nacionalista”.

Isso, a julgar pelo entendimento de Slots, do qual, em boa medida, compartilhamos, não aparenta poder pôr legitimidade e credibilidade para uma tentativa de tratar sobre os laços que unem a humanidade, através de itens culturais que representem o que de mais excepcional determinado povo produziu, e que assim, de algum modo, deva ser ponto de referência para toda humanidade, uma vez que, segundo ela, num entendimento do qual compartilhamos, os bens patrimonializados pela UNESCO, constituídos, segundo a entidade, de um caráter e “valor excepcional e universal”, são elegidos, localmente, em detrimento de outros, da mesma região, por interesses, muitas vezes, mormentemente político e em que não se observa o valor crível para uma qualquer cultura, sendo conduzido ao sabor de uma visão nacionalista.

Para além disso, há ainda nesta passagem, a observação da viajante “entusiasta” do patrimônio mundial, sobre a tangibilidade dos patrimônios culturais da UNESCO, que, como vimos, responde por quase 80% do total de itens classificados, o que, de acordo com as suas percepções, por se tratarem de itens únicos, materiais, geralmente produtos de uma determinada cultura, em uma dada época, a associação destes com uma prática cotidiana de dinâmicas socioculturais no cenário que estão inseridos, que possa viabilizar uma mais próxima relação com o cotidiano, parecem ficar prejudicadas, atentando que, em alguns casos, “as paisagens culturais [...], é que se pode observar aspectos diretamente ligados aos habitantes que vivem na região”, o que, como veremos no capítulo 2 e 3, entendemos ser o caso da “paisagem cultural de Sintra”.

Por fim, a “entusiasta” ainda nota que os itens patrimônio da humanidade do tipo cultural, “contam muito sobre uma história, mas não tanto sobre os costumes cotidianos.”, numa percepção que, como dissemos, não é de um visitante dos patrimônios da UNESCO qualquer, trata-se de um dos que mais se tem relato de ter visitado estes pontos. Assim, considerando o

que fora discutido, não estamos certos de que estes itens facilmente podem assessorar os propósitos da UNESCO ao classificá-los como tal; pelo contrário, a impressão que estamos tendo até aqui, é de que os usos da patrimonialização mundial podem gerar efeito inverso dos fundamentos da entidade, através de um conjunto de ações de agentes políticos e, sobretudo, econômicos, também já observadas por Peixoto (2000, 2009) e Santos (1997).

Trataremos agora, num apanhado geral, do “Go UNESCO - Make Heritage Fun”⁷⁰, o outro *website* a que nos referíamos. Este, iniciou suas atividades em 2012, fruto da iniciativa do indiano Ajay Reddy, formado em tecnologia da informação e que se autodenomina empreendedor⁷¹. Hodiernamente, a plataforma tem recebido uma média de 4 mil visitantes únicos por dia⁸, contando com, até este momento, 4964 “viajantes” cadastrados⁷². Após algumas tentativas de contato, por diversos meios, com o Sr. Reddy, finalmente conseguimos um breve diálogo via sua página pessoal no *facebook*. Por lá, acertamos uma entrevista, por e-mail, nos mesmos moldes da que realizamos com a Sr.^a Slots. Elaboramos um questionário composto de 9 perguntas (ver anexo 2), que buscava apreender as percepções e os entendimentos do Sr. Reddy, de modo semelhante ao que fizemos com a Sr.^a Slots. No entanto, até o momento em que estamos escrevendo este texto, já se passaram quase 4 meses do envio por e-mail, autorizado por ele, do questionário e não obtivemos as respostas, tampouco foram respondidas as mensagens que o encaminhamos solicitando algum retorno.

Retomando à discussão da plataforma *online*, diferentemente da primeira, esta, assume abertamente que é apoiada pela UNESCO, com acordo firmado, nesse sentido, através de ofício, em 21 de março de 2014 (ver anexo 3), inclusive com “concessão financeira e suporte técnico da UNESCO Nova Deli”⁷³, destaque-se aqui, que o apoio da UNESCO é dois anos posterior ao surgimento da iniciativa, portanto, a entidade já conhecia a proposta e as atividades do *website*.⁷⁴ Tal plataforma conta ainda com a parceria de outras três instituições e se declaram “abertos a trabalhar em conjunto com instituições, marcas e universidades de todo o mundo.”¹².

⁷⁰ “The global, participative, engagement platform for everything heritage. GoUNESCO is an UNESCO supported umbrella of initiatives that make heritage more engaging. Started in January 2012 by Ajay Reddy as a travel challenge with the goal of visiting all world heritage sites in India, GoUNESCO now has grown to a multitude of initiatives.”

<https://www.gounesco.com>

⁷¹ <http://www.ajaymreddy.com/about/>

⁷² <http://www.makeheritagefun.com/>

⁷³ <https://www.gounesco.com/about-us/>

⁷⁴ O ofício mencionado expõe claramente que a UNESCO, através de seu escritório em Nova Deli, “expressa sincera apreciação pela iniciativa GoUNESCO.” E elogia a ideia dos desafios que detalharemos a seguir. “A ideia de incitar o ‘diálogo’ das pessoas sobre o patrimônio através de um jogo participativo *on-line* é verdadeiramente criativa e gostaríamos de parabenizá-lo por sua inventividade para aplicar suas habilidades de TI sobre a conscientização do patrimônio, tanto quanto sua dedicação para apoiar a causa da UNESCO. A UNESCO Nova Deli, por meio de seu setor cultural, ficará feliz em ampliar nosso suporte técnico ao GOUNESCO como um exemplo modelo de ferramenta de conscientização do patrimônio.” (Tradução nossa).

Esta plataforma tem ainda mais dois domínios na *web*, que representam duas outras iniciativas vinculadas à primeira, ambas pautadas sobre os patrimônios da humanidade classificados pela UNESCO, são elas: “*Go Heritage Runs - Fun, run-vacations at heritage sites in India*”⁷⁵, *website* em que são encontrados diversos conteúdos sobre as corridas promovidas pelo “GoUNESCO” e onde se reúnem virtualmente os participantes dessas corridas. Os eventos, inicialmente, foram realizados em locais patrimônios da humanidade no território indiano, e, atualmente, podem ocorrer em qualquer local que tenha itens do patrimônio mundial. Em 2017, o calendário oficial de corridas, previa a realização de 10 etapas. Estes eventos, de acordo com o organizador, “farão você explorar a beleza e a variedade cultural de rica herança.”, para tanto, há a necessidade de se inscrever e efetuar o pagamento de uma taxa de 500 rúpias, o que equivale a cerca de 20 dólares.⁷⁶

O *Go heritage store*⁷⁷, um outro domínio desdobramento do *Go UNESCO*, “oferece uma gama seleta de produtos temáticos do patrimônio, feitos à mão ou inspirados em artes e ofícios tradicionais.”¹⁶ São camisetas, *souvenirs*, *pins* e artefatos com preços que variam entre 5 e 11 dólares, todos licenciados pela UNESCO. Iniciativas que, de todo modo, nos parecem recorrer, em última instância, à dimensão econômica do patrimônio mundial, ainda que acionando, como primeira instância, sua dimensão sociocultural, tendo como justificativa a promoção de uma herança cultural, num *modus operandi* que já é conhecido nesses processos de patrimonialização, o que tende a desviar a ideia de valorização da cultura de um povo como elemento constituinte de uma “comunidade humana”, para uma lógica de consumo cultural, um consumo que tem na diferença do *outro* seu valor de mercado, que cria mecanismos para mercantilizar a cultura das mais diversas formas.

O *Go UNESCO*, ainda é responsável pelos chamados *travel challenges*, (ver figura 5) desafios de viagem, que, segundo a plataforma,

[...] promovem o turismo patrimonial e a sua compreensão. [Pois,] Os participantes nos desafios dos países são desafiados a visitar todos os sítios do Patrimônio Mundial em um país dentro de um ano civil. [Contando] também com desafios ao longo da vida, onde o objetivo é visitar todos os patrimônios da humanidade e experimentar todos os elementos culturais intangíveis das listas da UNESCO. (Tradução nossa)

⁷⁵ <http://www.goheritagerun.com/>

⁷⁶ <http://youtoocanrun.com/races/?ee=972>

⁷⁷ <http://www.goheritagestore.com/>

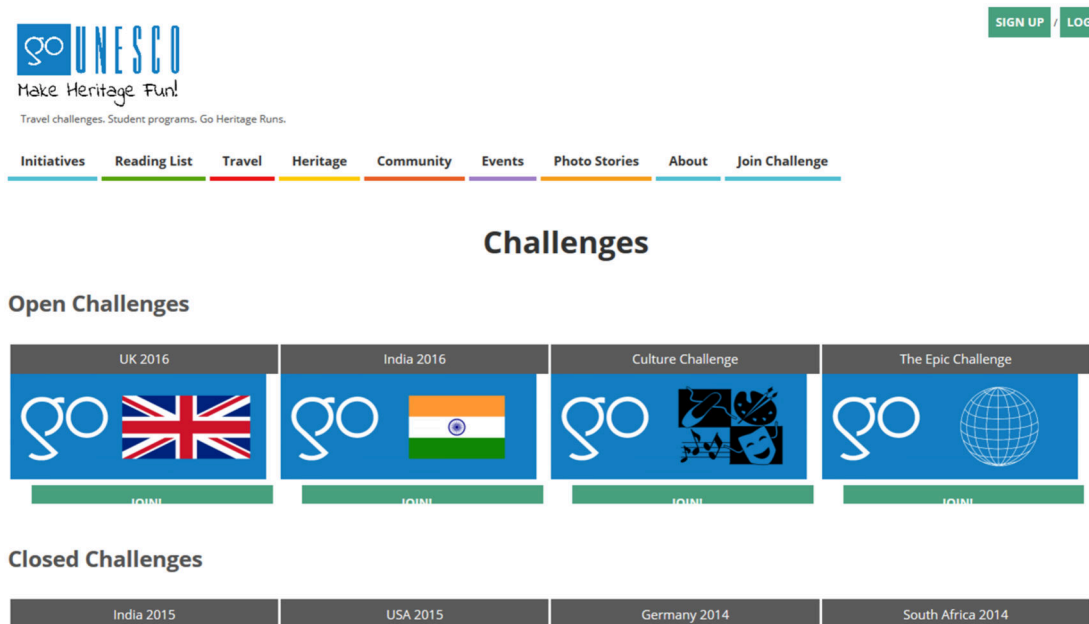


Figura 5: Screenshot da aba “join challenge” do website da Go UNESCO, em que se pode ver os desafios abertos (open challenges) Reino Unido, Índia (2016), Desafio Cultural e o Desafio Épico (consiste em visitar todos os patrimônios da Lista UNESCO), bem como, os desafios já encerrados (closed challenges), Índia (2012, 2013, 2014), Estados Unidos, Alemanha, África do Sul. **Fonte:** <http://www.gounesco.com/challenges/>

Portanto, sobre estes desafios, julgando pelos fóruns online em que pesquisamos, tanto do sítio anteriormente referido como do próprio Go UNESCO, bem como refletindo também pela entrevista concedida pela Sr^a Els Slots, que não é demais relembrar, visitou 60% dos itens cancelados pela UNESCO, e, ainda, apoiado nos dados que já analisamos aqui, nos parece ser aceitável pensar que podem estar reduzindo os patrimônios classificados pela UNESCO a itens de alta distinção e que funcionam como objetos de metas de conquistas, em competições que premiam (ver figura 6) e dão notoriedade (ver figuras 7 e 8) àqueles que “num período de 1 ano [...] [visitem] todos os patrimônios da humanidade de um país, [...] [contabilizando] o máximo de pontos [...]”⁷⁸, o que entendemos não poder deixar de ser visto como uma situação que desvirtua os propósitos institucionais visto nos fundamentos da UNESCO.

⁷⁸ <http://www.gounesco.com/challenges/>

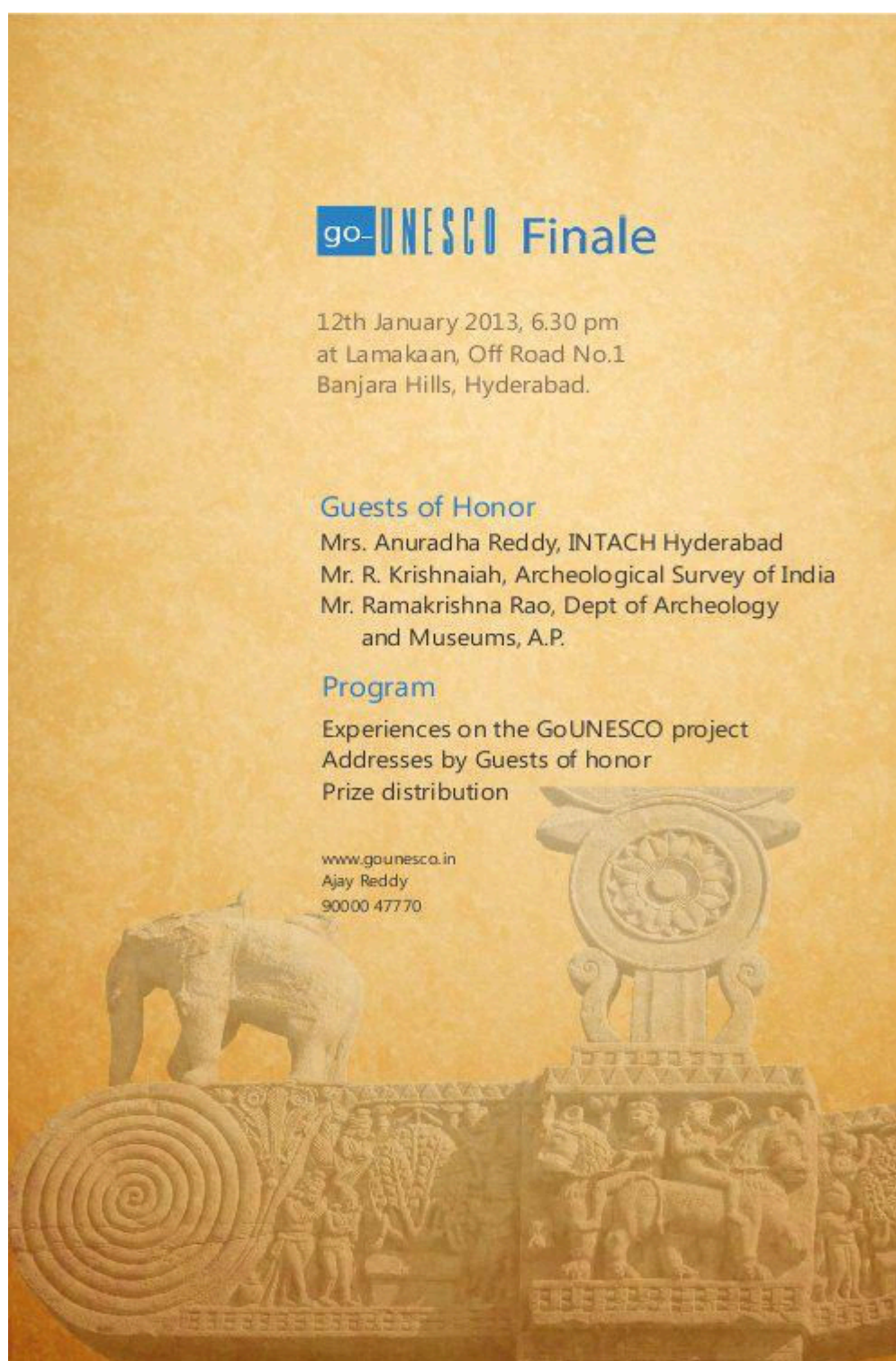


Figura 6: Convite para cerimônia de premiação dos vencedores . do desafio Go UNESCO do ano de 2013, com a presença de nomes da ciência arqueológica indiana e representantes de entidades que promovem a cultura naquele país (INTACH - Indian National Trust for Art and Cultural Heritage). Fonte: slideshare.net/ajyrdsgounesco-presentation



Figura 8: Screenshot do sítio eletrônico GoUNESCO, em que se vê a reprodução de publicação do jornal indiano de língua inglesa Deccan Chronicle, destacando os vencedores do *challenge travel*, do ano de 2013. Fonte: gounesco.com/gounesco-winners-deccan-chronicle/

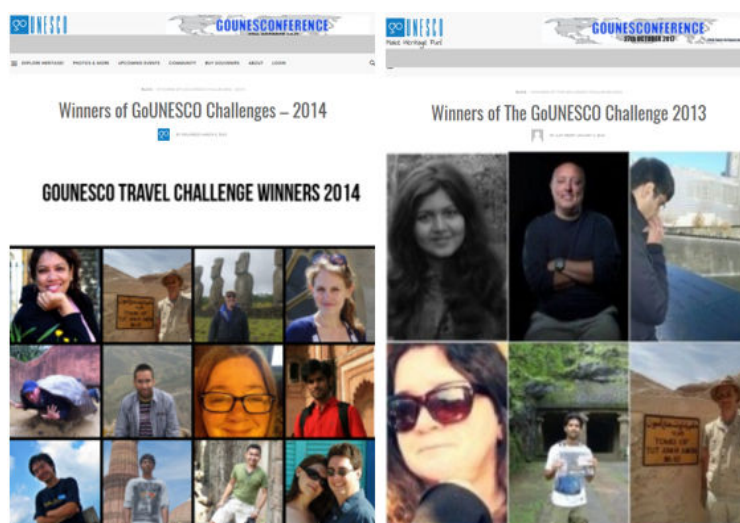


Figura 7: Screenshot do sítio eletrônico Go UNESCO, da divulgação dos “vencedores” dos desafios de 2014, à esquerda e de 2013, à direita. Observar que o número de “vencedores” dobrou, de 6 para 12, pois o número de desafios saltou de 2 para 5 e a notoriedade

Estas plataformas, juntas, somam quase 7 mil membros empenhados em visitar os patrimônios da UNESCO, de um modo que pelo que temos analisado, bem ou mal, nos permite pensar que estão a reunir a maior quantidade destes sítios, como se estivessem somando itens valiosos às suas coleções, de distintos itens chanfrados pela UNESCO. E ainda que não possamos, de forma convicta, tratar a motivação destes membros de tal modo, é inegável que, pelas características de suas localizações e o apelo comercial que têm, colocam estes itens patrimoniais num patamar de mercado mais elevado do que outros itens que não contam com o selo da entidade, o que, como desdobramento, também faz se destacar grupos de indivíduos como estes que mencionamos, podendo, então, estes itens serem percebidos como comunicadores de distinção social.

Obviamente que a amostragem que estamos aqui nos referindo recai especialmente aos grupos analisados, no entanto, já tivemos conhecimento de pesquisas estatais, privadas, técnicas e científicas, que têm demonstrado que as percepções apreendidas sobre estes patrimônios referente ao que intui a UNESCO, bem como, o entendimento das motivações que desdobram nas suas designações, seguem muito próximo do que vimos nos grupos analisados, por um modo bastante desinformado e, por vezes, deturpado. Não podemos, para analisar estas percepções e o entendimento de suas designações, nos afastar dos propósitos e fundamentos da UNESCO, que tem tratado estes itens como meios, como aquilo que estamos aqui nos referindo de “recursos humanitários”, em que a entidade intui funcionar como um elemento, entre outros, porém dos mais importantes, que auxiliaria numa conscientização mundial da necessidade de perceber e praticar uma certa alteridade cultural, com empréstimo de seus resultados a uma cultura de paz entre os povos.

Do modo como estamos entendendo aqui, a “corrida ao status de patrimônio mundial”. (PEIXOTO, 2002), é intensa, recorrente e tem sua curva de evolução acentuando-se desde a década de 1980, e que não podemos recusar o entendimento, de vários autores, de que esse fenômeno está majoritariamente ligado com uma captação política, mas, sobretudo, com a intenção do incremento econômico que, apoiados no selo UNESCO de patrimônio da humanidade, os agentes que orbitam estes processos podem obter. As estratégias são diversas para exploração das dimensões políticas e econômicas desse tipo de patrimônio, embora o *modus operandi* tenha uma mesma linha de ação, que basicamente se resume a diversificar a oferta de produtos e serviços culturais associados a estes itens, o que configura a variedade das estratégias que mencionamos.

Contudo, o efeito nos visitantes parece não compartilhar da mesma variação assinalada, ao contrário, temos pensado que está em curso um efeito unísono, e que, a despeito dos propósitos humanitários da UNESCO, para com estes itens patrimoniais, sobre os quais já discorreremos, não nos aparenta estar se configurando num cenário sequer de razoabilidade, mas sim, num quadro de mera consumação da cultura do *outro*, por um modo muito semelhante em diversos contextos de patrimônios da humanidade, sem observação do espaço e, especificamente no nosso campo, também sem a apropriação do tempo, como veremos no ultimo capítulo, para desenvolver uma aproximação com o cotidiano das dinâmicas socioculturais do *outro*, tão necessário ao estranhamento que importe num exercício de alteridade, pensando aqui nos postulados de Lévinas (2010).

Isso, nos tem permitido um pensamento de que um lugar (Leite, 2007) que comporte uma clara diferenciação cultural, como um *tópos*, num certo sentido aristotélico, e aqui já estamos pensando especialmente em Sintra, que buscaremos demonstrar ter esse sentido no próximo capítulo, mas que pode ser percebido em diversos outros “lugares”, é consumido como mais uma espacialidade *igual*, esse, num certo sentido de Han (2012), que têm elementos apenas “exóticos”, analogamente como num “inferno do igual”⁷⁹.

Um “consumo igual”, a que nos referimos, é num sentido relativo à postura como os indivíduos estão se direcionando ao *outro*, à sua cultura, aludida aqui pelos patrimônios da humanidade, quando estão em atitude de “consumo cultural”, i.e., o tempo da visitação, a abordagem sobre os elementos e dinâmicas socioculturais, ao tratamento que a estes damos, ao modo como, realizados estes enfoques ditos anteriormente, percebemos o seu contexto, e até mesmo como sentimos dado cenário, que, pelo consumo de uma maneira *igual*, torna um item desse porte, como mais um entre tantos, precisamente 1073 itens UNESCO, quando a proposta da entidade, sobre estes bens patrimoniais, nos parece estar direcionada em sentido precisamente oposto; em percebê-los e, como dissemos, até mesmo senti-los, como itens de um *átomos*⁸⁰ excepcional, realmente admiráveis do ponto de vista cultural, notadamente as

⁷⁹ Mais uma vez, reforçamos que quando Byung-Chul Han (2012) trata pela denominação “inferno do igual”, uma situação que diz estar presente na sociedade contemporânea, ele entende que esta sociedade está enferma pela ausência da imunologia do outro enquanto um *átomos* (um estranho um singular, um próprio, um particular, um diferente, [...]), sobretudo por alguns mecanismos de equalização de diferenças, próprios da razão moderna. E, então, sem um contato do “eu” com o “outro”, que, para ele, melhor poderia ser nas bases dessas singularidades ou das particularidades, o mundo se torna o que sugere ser “um inferno do igual”, no qual não há lugar para a diferença, em que “A negatividade do outro e do estranho, ou a resistência do outro, perturba e atrasa a comunicação lisa do igual. A transparência estabiliza e acelera o sistema através da eliminação do outro ou do estranho. Esta coação sistêmica torna a sociedade da transparência uma sociedade uniformizada” (Han, 2012, p. 12)

⁸⁰ De acordo com o filósofo, André M. Decotelli da Silva (2017), “O termo *átomos*, se apresenta como um dos favoritos de Platão, ocorrendo 230 vezes em suas obras. Ele pode significar algo que está fora do lugar, fora do caminho, estranho,

“paisagens culturais” pelas qualidades que reservam, que assim seriam essenciais ao conjunto da humanidade, num entendimento que, pelo estranhamento que poderiam causar na percepção do *eu* para com o *outro*, poderiam dar alcance a um entendimento de que o enlace de culturas e povos distintos é o que constitui a humanidade e não os conflitos.

Contudo, essa nossa forma de compreensão, do que entendemos se tratar de uma problemática que envolve os processos de patrimonialização mundial, será detidamente explicitada no último item deste capítulo. Fizemos esta abreviada discussão, pelo imperativo que se impôs em virtude da forma de abordagem sobre estes itens patrimoniais que vimos refletida nos grupos que mencionamos, bem como e também como mais um reforço de nosso entendimento, para anunciar uma breve análise de um estudo que entendemos bastante pertinente em nossa investigação.

Trata-se de um projeto de levantamento exploratório, realizado em diferentes países, que tem como foco investigar sobre as “percepções dos visitantes de Patrimônios Mundial da Humanidade e sobre o entendimento das suas designações”⁸¹ (tradução nossa), e que assim é intitulado. Tivemos acesso a uma nota de pesquisa, integrante desse levantamento, que fora realizado em Israel, em 2011, e publicado na revista “Tourism Management”⁸², em abril de 2013, de autoria de Yaniv Poria, Arie Reichel e Raviv Cohen.

Sobre Israel, nesse contexto patrimonial e de turismo, vale mencionar tratar-se de um país que, até 2017, teve 9 itens culturais chancelados pela UNESCO, e aguarda a classificação de outros 18 itens constantes na “lista de tentativas”, números expressivos, se considerarmos sua extensão territorial, aproximadamente 4,5 vezes menor que a de Portugal, que tem 15 inscrições UNESCO e 21 na listagem de tentativas, e, que, embora não seja um dos líderes mundiais em número de visitas de turistas, de acordo com dados da OMT, é uma das cinco

paradoxal e absurdo. [...] é aquilo extraordinário, insólito e extravagante. [...]” (p. 123). Em Han (2012), o autor associa o erótico (Eros) como uma espécie de *átomos* necessário, afirmando que ambos pressupõem uma “assimetria e exterioridade do outro” (p. 10), complementando, que, não por caso, Sócrates, era conhecido como um ser *átomos*. Acenando que a sociedade atual, sofre de uma patologia, em virtude de uma ausência ou anemia de um “outro atópico” que auxiliaria, assim, a nos emancipar, por assim dizer, do “cansaço” da sociedade. Desdobra desses pensamentos o termo “atopia” que estamos usando.

⁸¹ [...] De acordo com a natureza exploratória deste estudo, foi adotada uma metodologia qualitativa. Foram realizadas quinhentas e setenta entrevistas semi-estruturadas com turistas internacionais e domésticos em Israel. Para enriquecer e validar os dados, foram realizadas entrevistas com profissionais envolvidos no turismo patrimonial. Essas entrevistas abertas em profundidade incluíram guias turísticos, agentes de viagens, bem como profissionais que trabalham e gerenciam sites de turismo patrimonial. Para fins de diversidade, as entrevistas ocorreram em vários locais em Israel. As entrevistas com os turistas foram realizadas enquanto estavam envolvidas em atividades de turismo. A taxa de participação foi de 70% (a falta de resposta foi atribuída a restrições de tempo). As entrevistas foram registradas depois que os participantes deram permissão. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.02.011>

⁸² “A ‘Tourism Management’ é uma revista internacional para todos os interessados no planejamento e gestão de viagens e turismo.” (<https://www.journals.elsevier.com/tourism-management/>), que conta com um dos maiores índices “fator de impacto” de sua área.

nações que, em 2015, teve um crescimento desse volume na casa de dois dígitos decimais, figurando, expressivamente, no mesmo ano, entre os 50 primeiros nesse ranqueamento, tendo no turismo uma de suas principais fontes de renda⁸³ e contando com uma variedade de itens culturais considerados sagrados para as três grandes religiões monoteístas: Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, sendo, portanto, um dos destinos mais importantes quando nos referimos ao turismo religioso.⁸⁴

A pesquisa,

utilizou uma abordagem baseada no contato de aproximação, este estudo se concentrou nos visitantes e suas percepções [sobre o patrimônio mundial]. [...] Foram realizadas quinhentas e setenta entrevistas semi-estruturadas com turistas internacionais e domésticos em Israel. [...] Os tópicos incluíram o processo de nomeação, os significados atribuídos à designação e os possíveis impactos da designação de um bem Patrimônio Mundial na experiência da visita. Os participantes foram convidados, em respostas abertas, a listar sítios designados em todo o mundo, bem como sítios que deveriam ser considerados candidatos potenciais para serem excluídos da lista. Além disso, eles foram apresentados a uma lista de sítios e foram solicitados a escolher quais deveriam ser designados como Patrimônio Mundial. Cada escolha exigiu uma explicação, para tentar capturar o significado que os participantes atribuem ao patrimônio mundial. Os entrevistados também foram questionados sobre os possíveis efeitos de uma designação “Patrimônio Mundial” sobre a experiência da visita. (PORIA et al, 2013, p. 272, tradução nossa)

Tal estudo, nos evidenciou, em boa medida, a postura (percepções e compreensões) de visitantes de patrimônios da humanidade, debruçando-se, nesse contexto, em determinados aspectos, “[...] alguns dos quais se relacionam com a experiência da visita, enquanto outros com a própria designação [nomeação] e, especificamente, com a conceituação sobre patrimônio mundial.” (Ibid., p. 272, tradução nossa). Questões que permeiam à nossa problemática, especialmente quando tomamos como ponto de referência os propósitos e fundamentos da entidade para com este tipo de patrimonialização.

De tal modo, pudemos examinar que as percepções e compreensões sobre o patrimônio mundial, no grupo de pessoas que os visitam como turistas, verdadeiramente guardam restritas e, por assim dizer, deslocadas conformidades com o que se intenciona por sobre estes itens. Verificável, p.ex., quando “os participantes associaram o conceito de “Patrimônio Mundial”, com um sítio [que já é] ‘culturalmente famoso’ e de grande ‘significado para a humanidade’” (Ibid., tradução nossa), podendo nos fazer pensar que a ideia de um sítio “famoso”, esteja

⁸³ <http://www.heraldsun.com.au/ipad/israel-experiencing-tourist-boom/news-story/7c1c3984bdbcd4bc35d360081e5c8cb>

⁸⁴ <http://www.euromonitor.com/euromonitor-internationals-top-city-destinations-ranking/article>

associado à popularidade de mercado que determinado item comporta. Ademais, os entrevistados compreenderam um sítio como de "significado para a humanidade" através do argumento de que para ser um item patrimonial UNESCO, que contenha esta qualidade, este deveria ser um local ou um item signatário de uma multiculturalidade, multinacionalidade ou mesmo multireligiosidade.

“Por exemplo, um sítio predominantemente judeu, cristão ou muçulmano não deveria ser designado como patrimônio mundial, a menos que seja considerado significativo e apreciado pelas outras religiões.” (Ibid., tradução nossa), ou mesmo que tenha na mescla de duas ou mais destas a sua constituição, o que nos parece ir de encontro aos fundamentos da entidade, pois, é precisamente na singularidade de um item culturalmente bem delimitado, do ponto de vista de sua etnologia, que mais bem reside o apelo humanitário do patrimônio mundial, embora, somos cientes de patrimônios UNESCO que, de certo modo, acomodam esse entendimento, ainda que representam parcela ínfima do total da lista.

Além disso,

os participantes argumentaram que um candidato a designação de patrimônio mundial não precisaria ser, necessariamente, antigo ou objetivamente autêntico. Destacando que os pertences de autenticidade, não seriam necessários que estivessem presentes no sítio. Por exemplo, os participantes se referiram ao “Ground zero” [local onde ficavam as torres gêmeas do World Trade Center] como um sítio em potencial para receber a classificação, apesar do fato de que a maioria de suas ruínas já foram removidas. Eles também indicaram que um sítio UNESCO não deva ser necessariamente *in situ* onde ocorreram os eventos que representa. Alguns entrevistados referiram-se, por exemplo, aos museus do Holocausto, localizados em diferentes cidades ao redor do mundo para exemplificar sua visão. (Ibid., tradução nossa).

Mais uma vez, podemos observar uma dissensão entre a percepção dos visitantes do patrimônio mundial e as concepções da UNESCO, especialmente sobre a autenticidade e integridade, subsídios que sem dúvida são fundamentais para dar sustentação ao propósito de, por elementos físicos, tornar possível a compreensão da cultura do outro e perceber-se numa relação de alteridade. Uma vez que, pela autenticidade, questionada não ser necessária pelos entrevistados, a UNESCO intui que se possa dar “a capacidade de compreender o valor atribuído ao patrimônio” (UNESCO, 2012, p. 17).

Bem como, pela integralidade, que, de igual modo à autenticidade, também, segundo os visitantes abordados, não há de ser pela falta dos elementos físicos, por assim dizer, “vivos” que não se pode pensar num item cultural que represente um determinado povo, que contenha, ainda que na memória de um povo, ou dos povos, o entendimento de relevante “significado

para a humanidade", percepção por entendimento que nos parece oposto ao que diz a UNESCO, quando assume que, para avaliar o “valor excepcional universal”, deve-se observar a integridade, que é “uma apreciação de conjunto e do carácter intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos.” (Ibid., p, 18), em que várias vezes no documento “Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial”, está associado a uma situação qualitativa de “viva”.

Portanto,

Estudar as **condições de integridade** exige que se examine em que medida o bem: a) **possui todos os elementos necessários para exprimir o seu valor universal excepcional**; b) **é de dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem**; [...] o **tecido físico** do bem e/ou as suas características significativas **devem encontrar-se em bom estado**, e o impacto dos processos de deterioração devem estar controlados. **Deve existir uma percentagem importante de elementos necessários à transmissão da totalidade dos valores que o bem representa.** (Ibid., p. 18-19)

Vê-se então a importância de ser e estar, de algum modo, “vivo” daquilo que será patrimonializado, e não estamos aqui discutindo se esse entendimento tem ou não cabimento, apenas estamos analisando a contradição sobre a percepção dos visitantes e o que intui a UNESCO. Obviamente que, para além de outras questões, um item patrimonial UNESCO que não se materialize em algo, não tende a permitir, da forma como conhecemos hodiernamente, a apropriação de sua dimensão econômica para a exploração da indústria do turismo, viabilizando-se pela lógica do consumo cultural.

Ademais, os visitantes, de certo modo, têm nessa materialidade, boa parte das motivações de suas visitas. Pois, não podemos nos esquecer que, como já nos referimos, as fotos desses itens, ou, ainda mais contundentemente as fotografias “com” estes bens



Imagem 7: Turistas fotografando e realizando *selfies* no “Conjunto arquitetônico da Piazza dei Duomo”, em Pisa Itália. Inscrito na lista da UNESCO em 1987. Fonte: Google Autor: Desconhecido.



Imagem 8: Turistas fotografando e realizando *selfies* na parte interna da Universidade de Coimbra, Portugal. Inscrita na lista em 2013. Fonte: Google Autor: Desconhecido.

patrimoniais, nas conhecidas *selfies* (ver imagens 7, 8 e 9), têm sido um importante elemento comunicador social, sobretudo quando se trata especificamente desses itens, que são revestidos de um *status* maior, que, como consequência, revertem-se também sobre o grau de distinção social daqueles que os visitam. Portanto, no sentido do consumo cultural, a materialidade, observada pela autenticidade e integridade é também fundamental.

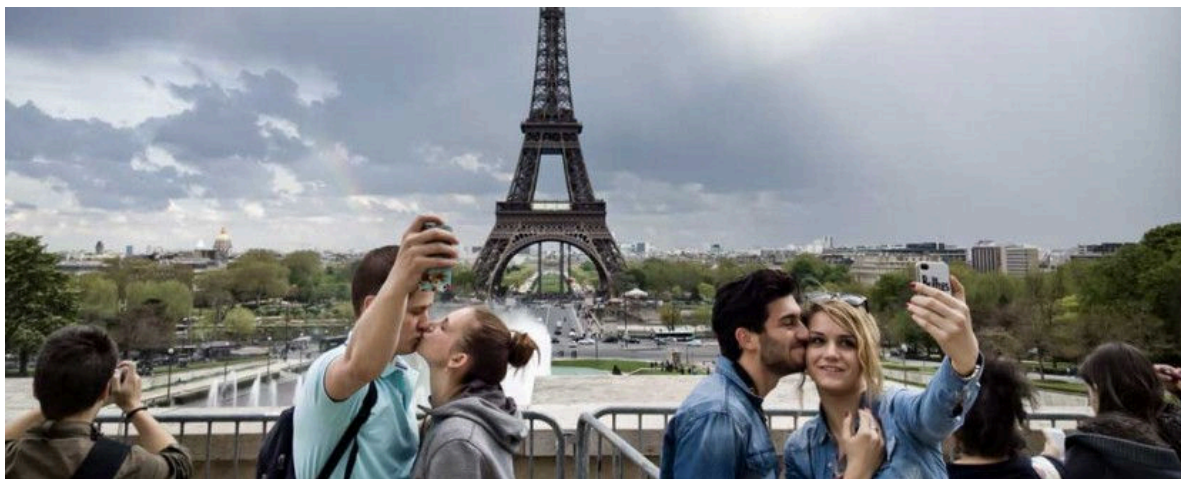


Imagem 9: Turistas fotografando e realizando *selfies* com a Torre Eiffel ao fundo, objetivando, claramente, que este item esteja em seus enquadramentos, pertencente ao patrimônio mundial denominado “margens do Rio Sena”, em Paris, França. Inscrito na lista da UNESCO em 1991. Fonte: Google Autor: desconhecido.

Outrossim, ainda de acordo com o levantamento referido, a percepção sobre a nomeação específica de um item, sofre de questões semelhantes quando se busca observar o entendimento que permitiu o Comitê do Patrimônio Mundial UNESCO receber e justificar a patrimonialização, tampouco para a compreensão dos critérios em que se inscreve tal classificação, demonstrando que o referente institucional sobre o suposto “valor excepcional universal” é desconhecido. Pois, “os participantes também foram convidados a se referir ao processo de designação, [e] os achados indicam que a maioria dos entrevistados não estava ciente dos critérios ou do processo de designação, com exceção do fato de que a UNESCO era o órgão responsável.” (PORIA et al, 2013, p. 273, tradução nossa).

É importante salientar ainda, um outro aspecto levantado nesse estudo, que nos faz pensar o quão a marca UNESCO, associada em caráter de patrimônio da humanidade, está fortemente ligada como um demarcador e impulsionador de *status*, no âmbito do consumo cultural, como numa espécie de estampa de alta grife dos patrimônios culturais, que tende a reforçar nosso entendimento sobre o patrimônio chancelado pela entidade, parece estar sendo percebido pelos seus visitantes, mais como um item de alta linhagem, consumido como “marcadores sociais”, do que apreciados e/ou contemplados como itens que servem, de algum modo, a um propósito de auxiliar a exercer uma “ética de alteridade” cultural, sobretudo nos

termos que sugestionou Lévinas (2010), como já brevemente anunciamos, que discutiremos no último tópico deste capítulo.

Dizemos isto, apoiando-nos, entre outras situações, no fato de que os entrevistados, quando questionados sobre o caráter do emprego do título de patrimônio mundial da UNESCO, responderam alegadamente que,

[...] serve como uma recomendação global para visitar e apreciar o sítio, [ainda que] nenhum dos participantes tenha reconhecido a logomarca do patrimônio mundial [...]. [Frequentes] foram as referências às taxas de entrada, sugerindo que, devido ao crescimento da demanda, as taxas são maiores em comparação com os sítios não designados [...]. Além disso, os participantes mencionaram que os valores imobiliários podem aumentar nas áreas dos sítios designados. (PORIA et al, 2013, p. 273, tradução nossa)

Complementando e alargando sobre este aspecto, ainda temos a observação de que, “foram feitas [...] perguntas relacionadas às vantagens e desvantagens da designação do patrimônio da humanidade, [e], a principal vantagem relatada é um aumento na popularidade do sítio, resultando em mais receitas. [...] (Ibid., tradução nossa). Para nós, uma expressão muito evidente de que, ao menos no universo dos visitantes do patrimônio mundial entrevistados nesta pesquisa, não se observa, por assim dizer, concordância epistêmica com as inclinações humanitárias da entidade, para com estes itens, está no fato de que,

[...] apesar do potencial aumento do valor imobiliário, a maioria dos entrevistados foi favorável às designações do patrimônio mundial, desde que o sítio não estivesse em seus ‘próprios quintais’, preferindo não viver perto ou dentro de uma área designada pela UNESCO. A principal razão declarada [...] foi o medo da multidão devido ao trânsito turístico.” (Ibid., tradução nossa).

O que nos parece ser uma outra problemática, que, de todo modo, se associa com a que intuimos para nossa investigação. Pois, pensar que o selo UNESCO de patrimônio mundial está causando nos indivíduos que visitam estes patrimônios e suas localidades a ideia de uma alta grife patrimonial que se desdobra em valorização mercantil, mas não necessariamente numa percepção de um “valor excepcional universal” cultural e/ou natural para a humanidade, bem como, que há uma repulsa de se ter um item com tal *status* nas proximidades de onde residem, precisamente pelas visitas de turistas, o que, em tese, para os propósitos da UNESCO é algo desejável, ainda que até certo ponto, nos parece ser algo que foge completamente a filosofia adjacente, não apenas, do patrimônio mundial, mas com os próprios princípios basilares da ONU, que não se demonstra interessada nem em arranjos para amealhar interesses econômicos,

nem em arranjos de interesses políticos, tampouco em situações que possam dar margem a ideias de separatismo, repulsa deliberada do *outro* ou de restrição à cultura.

Para além de qualquer questão metodológica que se possa levantar aqui, sobre a validade do alcance explicativo dos grupos e das amostragens aqui retratadas, embora sejam trazidas mais como efeito ilustrativo do cenário, que assim não deixam de ter grande importância à nossa hipótese, do que propriamente com a intenção de explicação definitiva, visto que iremos tratar, buscando dar explicação à nossa problemática, no campo empírico de eleição que, como já justificamos, é a “Paisagem cultural de Sintra”, o que nos tem sido de muita evidência, nesse contexto, é que se a UNESCO não mercantiliza o patrimônio diretamente, se não patrimonializa com tal intenção, e não podemos levantar, nessa investigação, essa hipótese, por certo, alça elementos de grande estatuto distintivo sobre estes itens patrimoniais, como, p.ex., um novo modelo de *smartphone* da apple ou de um novo sedan de luxo da Hyundai, que acabam suscitando o interesse de agentes políticos e econômicos, públicos e privados, com tendência a, pela lógica do consumo cultural, uma deturpação de sentidos e percepções que envolve tanto os operadores e agentes do turismo cultural, bem como, os turistas, que se debruçam em consumir estes itens, desencadeado um processo que estaremos chamando de “atopia consumível do patrimônio mundial”, do modo como iremos discutir no último tópico deste capítulo.

1.2.1. Documentos referenciais e balizadores sobre questões do patrimônio tangentes ao patrimônio mundial: proposituras, avanços, contradições e incongruências,

As cartas patrimoniais, embora não tenham um caráter legal normativo, são documentos que refletem as ideias consensuadas pelos corpos técnicos de diversos países, sobre os entendimentos da noção de patrimônio, instruídas no campo institucional das entidades já mencionadas no início do tópico anterior, em que se destaca, pela centralidade que assumiu nestas questões, a UNESCO, confortando e rearranjando compreensões anteriores a respeito do Patrimônio, com novas concepções decorrentes do modo de vida mental de cada época, enfocando num meio mais técnico, mas, sobretudo, pautadas nos pressupostos, já discutido, que foram desdobrados das preocupações observadas no pós-guerra, servindo assim, como uma

espécie de fundamentação teórica para as formulações das políticas patrimoniais em todo o globo.

Portanto, podemos dizer que as definições e recomendações apontadas nesses documentos, são como referências e pontos balizadores, para diversas aplicações dos processos de patrimonialização. Desse modo, são indispensáveis para a compreensão de como foram institucionalizadas e como são acionadas as dimensões que recaem sobre o patrimônio, pois assinalam os consentimentos, flexibilizações, alargamentos e as abrangências de seus usos socioculturais, políticos e econômicos, indicam, também, as necessidades e as formas concebidas de preservação, conservação e salvaguarda, bem como, deliberam sobre noções que, a partir de então, ficam sendo consideradas “oficiais”, para o modo como podem ser observados os valores histórico, cultural, natural e também o econômico, dos itens patrimoniais, incluindo aí o “valor universal excepcional”, intuído pela UNESCO.

Contudo, mesmo contando com estes pressupostos e preocupações, norteando o sentido a ser percorrido por tais entidades, nas discussões e debates para confecção das cartas patrimoniais, e que é inegável que trouxe, em boa medida, avanços nas questões patrimoniais, entendemos ser possível verificar contradições e incongruências, que, para nós, têm, em certa medida, tido importantes efeitos em alguns aspectos de diversos tipos de processos de patrimonialização contemporâneos. E como as hodiernas patrimonializações não podem ser vistas como uma invenção de tabula rasa, uma vez que a noção de patrimônio e suas abordagens são decorrentes de um encadeamento de ideias, alguns desses efeitos e suas causas, são verificados também nos “processos de patrimonialização mundial”. Assim sendo, nos debruçamos para esta análise, que iniciamos aqui, levando em consideração as questões referidas, em observação à algumas cartas patrimoniais e outros documentos correlatos.

Em 1931, sob a égide da Sociedade das Nações, envolvendo apenas países europeus, é lançado a primeira carta patrimonial significativa para uma abrangência de efeito global, a Carta de Atenas⁸⁵, que trouxe a necessidade de salvar os itens patrimoniais da destruição, notadamente vertendo sobre as destruições ocasionadas pela Primeira Grande Guerra. O valor dessa Carta, portanto, é representado como uma primeira etapa da mobilização entre agentes com o intuito de preservar o patrimônio.

⁸⁵ No âmbito do 4º Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), ou, como também é chamada, Conferência de Atenas.

Esta carta apresentava caráter monumentalista e extremamente técnico, privilegiando monumentos específicos e/ou isolados em detrimento do conjunto, e desconsiderando as dinâmicas socioculturais existentes em seu entorno, como pode ser visto nesse trecho, em que aborda a necessidade de “supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes e fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos de arte ou história” (C.At., 1931, p. 2)⁸⁶.

Desse modo, a noção de patrimônio apresentada, nesta carta, sofre duras críticas, que foram condensadas como contributos para a formulação, em 1933, do que seria a segunda Carta de Atenas, tendo como principal objetivo, aquilo que não fora observado na sua antecessora, as questões que envolviam as dinâmicas socioculturais. Então, é possível observar um princípio de percepção da relevância de uma certa, como discutimos anteriormente, “memória das cidades” na relação com suas estruturas arquitetônicas, que, se estivermos apropriados, parece que foi tratada, na carta, como o “espírito da cidade”, ao sugerirem que “a história está inscrita no traçado e na arquitetura das cidades” (C.At. II, 1933, p. 4). Sobre isso, vejamos o que assinala a carta:

À medida que o tempo passa os valores indubitavelmente se inscrevem no patrimônio de um grupo, seja ele cidade, país, ou humanidade; [...] O **espírito da cidade** formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a **alma coletiva**; constituem o arcabouço de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude dos progressos futuros, **condiciona a formação do indivíduo**, assim com o clima, a região, a raça, o costume.”. (Ibid., p. 04-5, grifos nossos)

Isso se segue em outros trechos da carta, como o que afirma que “a vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emane pouco a pouco a sua alma” (Ibid., p. 25). Portanto, confirma-se o valor do patrimônio material para um grupo, uma coletividade, posto que assumem que os elementos espaciais interferem, de algum modo, na “formação do indivíduo”, o que nos parece guardar um entendimento muito próximo da teoria formulada por Halbwachs (2006).

A Carta de Veneza, publicada em 1964, no âmbito de uma reunião do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), é o documento-chave para a ampliação da noção de patrimônio, como também para abertura da possibilidade de um importante

⁸⁶ As citações das Cartas Patrimoniais são identificadas por siglas de seus respectivos nomes, que podem ser consultadas na “Lista de Abreviaturas e Siglas”.

incremento dos processos de patrimonialização. A Carta estabelece-se como um ‘divisor de águas’, recomendando que se observe o patrimônio irrevogavelmente em conjunto como seu contexto social, sendo necessário verificar não somente a monumentalidade de um item ou propriedade, mas também aquilo que o envolve, incluindo, assim, na patrimonialização, as dinâmicas socioculturais do contexto em que este se encontra o “bem”. Vejamos o que orienta o artigo 1º da Carta:

O conceito de monumento histórico engloba, não só as criações arquitetônicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável, quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas que tenham adquirido significado cultural com o passar do tempo. (C. V., 1964, p. 01).

Nesse sentido, não podemos deixar de observar, que da forma como o texto está abordando, parece haver uma filosofia muito próxima à da noção de “paisagem cultural” da UNESCO, especialmente quando trata de que sejam observados, para efeito de processos de patrimonialização, espacialidades em que se verifiquem testemunhos de uma significativa evolução da dinâmica sociocultural de uma dada civilização.

O documento ainda traz uma abordagem sobre a memória, que reforça a aproximação com o entendimento da “memória das cidades”, já relatado na carta de Atenas II, orientando que as obras da arquitetura de cada povo são “portadoras de mensagens espirituais do passado[...] [e] perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares” (Ibid., p. 01). Assim, considera algumas estruturas e conjuntos arquitetônicos como “unidades de valores humanos”, entendendo que essas retêm, em si, uma espécie de memória que particulariza cada sociedade, independentemente da “grandeza” de sua obra.

Tal instrumento, ainda trouxe a ideia de que, em linhas gerais, um monumento é um bem da humanidade e não apenas do local onde se encontra. Portanto, defende que os princípios de conservação e restauração de tais arquiteturas sejam elaborados em comum acordo por um plano internacional, cabendo à “cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições” (Ibid., p. 01), talvez aqui estejamos observando o embrião de parte da filosofia empregada no Patrimônio Mundial, ao menos do componente que lança a ideia de que a humanidade teria um patrimônio comum a todos, suposto funcionar como um elemento de ligação entre todos os povos, e de esforço de preservação universal.

O caráter inovador da carta não possa ser rejeitado, especialmente quanto as preocupações com o contexto das dinâmicas socioculturais, sobretudo das dinâmicas que são as que, de algum modo, compuseram e estabeleceram como tal um dado patrimônio. No entanto, se dissermos por uma outra visão, e assim já observando uma contradição dos efeitos desta carta, em que o caráter inovador da carta, por certo atribuiu para um determinado item patrimonial um entorno consumível, trazendo maior conforto e possibilidades de ofertas para a visitação turística, temos aí, do mesmo modo que se pensarmos pela “versão oficial”, um “divisor de águas” nas políticas patrimoniais, do modo como pontuamos no primeiro tópico deste capítulo, em que dizíamos estar pautado nessa inovação e na abertura do uso de uma dimensão econômica do patrimônio, boa parte das problemáticas sobre os processos de patrimonialização, como as que, em boa medida, recaem sobre nosso campo de pesquisa.

Esta carta, então, nos parece oportunizar, ao menos uma contradição, ainda que incidental, entre os seus propósitos e as suas práticas. Pois, se a intenção era a de preservar e valorizar, em boa medida, as dinâmicas socioculturais contextuais de um certo perímetro orbital do item/propriedade/sítio, o que temos visto, por diversos estudos e na observação direta de campo, é que os efeitos, nem sempre positivos, ressoam precisamente sobre estes componentes sociais, muitas vezes ocasionando implicações diametralmente inversas às pretendidas, em que além de não se preservar o contexto sociocultural adjacente ao patrimônio, há uma desvalorização deste, ou, ainda, uma valorização orientada a determinados fins mercadológicos.

Nesse sentido, o documento que entendemos completar a constituição do cenário em que se desdobram as problemáticas referidas, é datado de 1967, a Carta (Normas) de Quito, que diz respeito a um certo incremento de uso do patrimônio, discutido no âmbito dos países do continente americano, que destinou dois tópicos à definição do termo “Valorização”: no primeiro, intitulado “Valorização Econômica do Monumento”, aponta as caracterizações econômicas que podem ser atribuídas ao monumento; e, no segundo, “A valorização do Patrimônio Cultural” congrega os entendimentos expostos no primeiro item, atentando ao conteúdo cultural presente nas estruturas arquitetônicas. Em ambos os tópicos o que se verifica é uma forte inclinação política e econômica; aliás, devemos destacar, que esta carta teve, diferentemente de anteriores, um envolvimento muito mais político do que técnico.

No que tange a uma “Valorização Econômica do Monumento”, parte-se do “pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos, da mesma forma que as riquezas naturais do país” (N.Q., 1967, p. 4) e, imbuída da noção de “desenvolvimento”, atrelado diretamente à necessidade de se

operar isso no continente americano, assinala que “as medidas que levam a sua preservação e adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento econômico, mas fazem ou devem fazer parte deles” (Ibid., p. 04). Aqui, encontramos declaradamente as movimentações e orientações para o uso do patrimônio por uma dimensão econômica.

Destaca-se, ainda da citação anterior, a ideia de “utilização” que começa a ser formulada na “Reunião dos Chefes de Estado”, realizada em Punta Del Este, em 1967, convocada no âmbito das discussões do “Programa Aliança para o Progresso”⁸⁷, em que, a partir desse momento, a “utilização” dos bens monumentais de cada país como forma de extrair recursos econômicos é defendida e passa a fazer parte do documento “Declaração dos Presidentes”, e, então, a “utilização” comercial dos monumentos passa a estruturar-se fortemente na política econômica de várias nações. Tratou-se “de mobilizar os esforços no sentido de procurar o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, como meio de favorecer o desenvolvimento econômico do país.” (Ibid., p. 05).

Desde então, temos visto uma corrida para elaborar propostas e executar intervenções patrimoniais, que assegurem o consumo cultural; o status de patrimônio mundial tem gerado também uma corrida (PEIXOTO, 2000), que temos entendido estar inserida num mesmo contexto de interesses. Aqui, embora não pareça haver contradição entre a premissa e a prática, o que podemos ver é uma incongruência, pois, se de um lado o patrimônio pode servir de motor para um desenvolvimento econômico, especialmente aos agentes que operam a indústria do turismo, localmente, os efeitos desse desenvolvimento, em muitas vezes não são tão importantes como imagina-se ser, para além das importantes reverberações negativas nas dinâmicas socioculturais do lugar, como p.ex., aquelas de caráter da segurança ontológica.

Em 1968, fruto das discussões da 15ª Conferência das Nações Unidas, nasce o documento “Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas”, atentando, entre outras coisas, para a necessidade de “harmonizar a preservação do patrimônio cultural com as transformações exigidas pelo desenvolvimento social e econômico”, e instruindo a adoção de medidas de proteção ao patrimônio, pois, de acordo com a carta, “urge desenvolver os maiores esforços para responder a essas duas exigências em um espírito de ampla compreensão e com referência a um planejamento apropriado”, numa evidente disposição a ordenar os processos de intervenções e restauro decorrentes da condição de “utilização” do valor econômico dado aos

⁸⁷ O Programa “Aliança para o Progresso” surgido no contexto da guerra fria, lançada nos anos 60, durante o governo de J. F. Kennedy, “se constituía de um plano de cooperação decenal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político” (MATOS, 2008, p. 359). O Projeto relacionava três elementos de forma interdependente: “o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política. (SCHLESINGER apud MATOS, 2008, p. 360)

monumentos pelas Normas de Quito (1967), como uma espécie de meio institucional de tentar equalizar os efeitos da abertura da dimensão econômica do patrimônio.

Na sequência, em 1972, a UNESCO lança a Carta que baliza e orienta os “processos de patrimonialização mundial”, incumbindo, em grande medida, os patrimônios elencados com um apelo universal, para servirem como um importante auxílio à promoção de uma cultura de paz mundial entre os povos, considerando, para isso, alguns pontos, dos quais destacamos alguns que analisaremos detidamente um pouco mais a frente. São eles:

[...] que as convenções [...] dedicadas à proteção dos bens culturais e naturais **mostram a importância que constituem, para os povos do mundo, a salvaguarda desses bens únicos e insubstituíveis** [...],
 [...] que **determinados bens do patrimônio cultural e natural são detentores de excepcional interesse**, que exige sua preservação enquanto elemento do patrimônio de toda humanidade, [...],
 [...] que para isto é indispensável adotar novas disposições convencionais, que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de **valor universal excepcional** [...] (UNESCO, 1972, p. 01, grifos nossos)

Já a carta “Declaração de Amsterdã”, de 1975, afirma, entre outras coisas, que o conhecimento do passado, através do espaço que o cerca e no qual habita, transmite-lhes certa segurança, o que, em boa medida, nos faz pensar, em parte, na “segurança ontológica” intuída por Giddens (1991), bem como, na “memória coletiva”, de Halbwachs (2006). Pois,

[...] sabe-se que a preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para, manutenção ou a criação de um modo de vida a que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mutações brutais da sociedade (D.A., 1975, p. 03).

Em 1976, através da 19ª conferência geral da UNESCO, a Carta patrimonial “Recomendação de Nairóbi”, avança, no sentido de considerar que os “Conjuntos Históricos” percebem algo mais do que apenas suas estruturas, e aponta para uma globalidade da obra, compreendendo o conjunto como um todo coerente cujo equilíbrio depende da síntese dos elementos que os compõe e que o envolve, tanto as atividades humanas, como as construções, a estrutura espacial e o perímetro à sua volta. À essa compreensão tratou por “Ambiência”, que definiu como “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais” (Ibid., p. 03).

A configuração dessa carta, nos faz recorrer novamente à percepção da “paisagem cultural”, que só seria instituída como tipologia do patrimônio mundial em 1992, sendo que o

ajuste teórico-filosófico visto na carta de Nairóbi, em relação as “Orientações técnicas” da UNESCO que trazem a definição de “paisagem cultural”, nos faz entender ser a primeira mais bem concluída, do ponto de vista da abordagem sobre os elementos e aspectos das dinâmicas socioculturais, especialmente porque trata do conceito de “ambiência”, que entendemos fundamental para poder compreender a amplitude e a conformação de uma “paisagem cultural”, tal como é a de Sintra. Em momento oportuno, no segundo capítulo, discutiremos o conceito de ambiência.

No bojo das discussões sobre a percepção de um patrimônio de caráter universal, de valor e autenticidade que o distinga de outros, de distintas culturas, a “Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial”, realizada na cidade de Nara (Japão), em 1994, instaurada de forma conjunta pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS, produz um documento que entendemos de grande relevância, especialmente à nossa discussão. Uma vez que se abriram os debates no intuito de elaborar caminhos e meios, no sentido de promover um maior respeito aos valores culturais e sociais de todas as sociedades e às diversidades do patrimônio cultural para as práticas de conservação, abordando justamente a complexidade de uma classificação que caminhasse no sentido existente, como a do “Patrimônio Mundial”.

Nesse sentido, foram reconhecidos alguns “desafiantes do pensamento tradicional a respeito da conservação” (C.N., 1994, p. 01), pondo em questão a “autenticidade” atribuída aos patrimônios culturais de determinada sociedade, uma vez que diante de um alargamento da noção de cultura, principalmente para atender as questões sobre a diversidade cultural, a atribuição de um determinado item ou sitio, como sendo a identidade de um povo, ou uma característica muito relevante, e mais, que, de algum modo, estes seriam excepcionais e universais, poderia gerar desencontros de entendimentos dentro de um mesmo grupo e até mais em âmbito global, e então, a carta encoraja a realização do que chamou de “teste de autenticidade” pelo “Comitê do Patrimônio Mundial”, instrumento que assim estaria “examinando o valor extrínseco universal atribuído aos bens culturais listados pelo patrimônio mundial.” (p. 01)

Portanto, entendemos que tal documento procura, de certo modo, rediscutir o modelo de patrimonialização de bens que recebem um caráter de universalidade, apresentando por dentro das próprias entidades promotoras, contradições e incongruências sobre o “patrimônio mundial”, embora reconheça a necessidade de se respeitar a pluralidade de culturas e de suas importâncias para aquilo que chamam de comunidade humana, a proposta é de tornar isso mais claro e objetivo. Em que pese, aparenta referir como difícil a tarefa de estabelecer patrimônios

culturais comuns a todos, sem que sejam observadas criteriosas e ao mesmo tempo relativas categorizações e parâmetros. Pois, de acordo com a carta,

todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos (Ibid., p. 03).

O ponto contextual da globalização em que a Carta de Nairóbi foi emitida, é o mesmo em que diversos grupos sociais estão cada vez mais propensos a demarcar suas características socioculturais, quer seja por uma questão de ordem ontológica, quer seja com vistas aos recursos que podem ser captados, frutos da comercialização de suas distinções socioculturais, ou por uma mescla desses e de outros⁸⁸. O fato é que o domínio patrimonial, com as constantes pressões desses grupos, não resistiu a limitar-se somente ao patrimônio de pedra e cal, diversos tipos de manifestações populares, pediram espaço com a intenção de serem patrimonializadas, através da noção de patrimônio imaterial ou intangível.

Com o respaldo de cartas patrimoniais que já apontavam nessa direção, como a Recomendação da UNESCO para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore de 1989, a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001 e a Declaração de Istambul de 2002, a UNESCO, marca um novo momento das abordagens do patrimônio, quando da “Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial Paris, em 2003, estabelece o “Patrimônio Cultural Imaterial Mundial”. Destacando-se que esta convecção, diferentemente da sua congênere, sobre o patrimônio cultural material mundial, deixa claro as considerações observadas para esta proposta patrimonial, salientando que para tanto, esta “*Considerando a importância do património cultural imaterial, principal gerador da diversidade cultural e garantidor do desenvolvimento sustentável*” (CPCI., p. 2).

Segundo esta carta,

1. Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os

⁸⁸ De acordo com Abreu e Peixoto (2014), mais alargadas são as motivações das pressões que deram vazão à Constituição do Património Cultural Imaterial, das quais não discordamos, porém, entendemos que as mencionadas parecem, passados 14 anos, as mais evidentes. O que autores verificam é que este documento “emerge num contexto marcado por várias tendências: i) a importância da cultura como resposta a um economicismo galopante; ii) o reforço dos sentimentos de identidade particular contra os grandes rótulos estatutários; iii) os desejos de autodeterminação das comunidades contra as manifestações de colonialismo; iv) a reivindicação dos direitos ecológicos contra o desenvolvimento económico promovido pelos Estados; v) a afirmação das capacidades e vontades individuais contra o determinismo de base estatal; vi) a oposição entre os ideais de autenticidade e de integridade (Bortolotto, 2011; Alivizatou, 2012; Arizpe e Amescua, 2013; Cominelli e Greffe, 2013; Santos e Peixoto, 2013; Blake, 2014).” (p. 5)

instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interacção com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Para os efeitos da presente Convenção, tomar-se-á em consideração apenas o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos do homem, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável. (Ibid., p. 4).

De acordo com o documento, este tipo de património, em que finalmente aparentasse assumir o carácter transitório do valor de certo item cultural, já que se diz que podem ser “recriados pelas comunidades e grupos em função do seu meio”, deve ser categorizado das seguintes formas: a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial; b) Artes do espetáculo; c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos; d) Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; e, e) Aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

Alguns autores (COSTA, 2009; ABREU e PEIXOTO, 2014) já apontam no sentido de estabelecer o património cultural imaterial como uma espécie de revanchismo direccionado contra as nações ocidentais, sobretudo as europeias, como forma de demarcar-se culturalmente, mas também de melhor posicionar-se nas disputas pelo mercado do consumo cultural. Uma vez que,

No ocidente, o património, por longo tempo, esteve ligado à materialidade; a preservação foi vinculada à [...] conservação do património edificado. [...] na metade do século XX as manifestações populares começaram, gradualmente, a serem vistas como bens patrimoniais em si, sem que objetos fossem convocados a retificá-las. [...] Essa prática de preservação não tem origem primária na Europa, mas em países Asiáticos e no então chamado Terceiro Mundo, cujo património, em grande medida é constituído das criações populares (COSTA, 2009, p.44).

Este é um entendimento do qual compartilhamos, embora, os dados que apresentaremos a seguir, sobre o fluxo turístico, nos mostram que o efeito, ao menos sobre a questão econômica, parece ser ainda incipiente. Evidentemente que se observámos para o campo da garantia da diversidade cultural, provavelmente iremos encontrar o testemunho de consideráveis avanços, que, em certa medida, estão de acordo com as premissas mais fundamentais da ONU/UNESCO, embora, ainda tenhamos que aguardar outras pesquisas e seus

resultados que possam indicar ou não desdobramentos próximos desses que estamos tentando evidenciar nesta tese.

Os avanços, incongruências e contradições que apreendemos aqui, apontam em direção a uma intencionalidade de “patrimonializar” de forma intensa, seja pelo fator econômico, no discurso do desenvolvimento, seja pelo anseio de resguardar o que se entende ser o autêntico, o próprio, ou o legítimo de alguma sociedade, mas também para o mundo, mas que identifique essa ou aquela sociedade, como componente global de uma comunidade interligada pela cultura humana.

Para tanto, de modo geral, vimos que tais processos são executados, frutos de determinações técnicas, e isso, por si só, parece ser uma problemática, pois definir valores e interesses socioculturais por mecanismos técnicos, nos assemelha se tratar de mais uma incongruência sobre as questões patrimoniais institucionais, pois, especificamente, o valor de uma propriedade patrimonial, não parece poder ser dito estar nele, não recaindo sobre sua beleza, nem sobre as técnicas e estilos empregados. Porquanto, lembrando Canclini (1997), “toda operação científica [técnica] ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala delas e sobre elas.”, portanto, seu valor, quando o recebe, deve ser determinado na relação que mantém com o grupo social do qual é parte.

A partir da análise de algumas relevantes Cartas Patrimoniais, pudemos perceber como a ideia de uma comunidade internacional humana foi configurando-se no âmbito das instituições intergovernamentais, tendo no patrimônio um importante instrumento reificador dessa ideia. Superada a análise de alguns desses documentos, debruçamo-nos agora sobre dois documentos que entendemos ser de caráter essencial e balizador para a ideia do “Patrimônio Mundial”: o documento de constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura⁸⁹ e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural⁹⁰.

⁸⁹ Apesar de não se tratar de um documento emitido diretamente pela UNESCO é o documento fundante da ONU, e esta é uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso sociocultural, direitos humanos e a realização da paz mundial, Nessa gama de questões que a ONU se propôs a abranger, a UNESCO é o braço da ONU responsável pelas questões de ordem socioculturais, portanto, entendemos que tal documento deve ser levado em consideração nesta análise.

⁹⁰ Talvez, pudéssemos trazer para essa análise o documento sobre as “Orientações técnicas da UNESCO”, no entanto, após sua minuciosa leitura, não o entendemos como um documento balizador da ideia de um patrimônio mundial, através do qual pudéssemos buscar compreender os entendimentos, digamos, filosóficos da ONU/UNESCO e observar o que consideramos avanços, contradições e incongruências, que podem estar contribuindo para a problemática que apontamos. Embora, pelo caráter obviamente técnico que tem, nos ajuda, em outras passagens de nossa tese, até mesmo aqui, com claras definições e diretrizes da UNESCO para com as nomeações e a gestão dos bens patrimoniais mundial. Assim, não nos debruçaremos sobre esse documento com o intuito de tal análise, mas o retomaremos quando necessário em passagens esparsas..

Faremos isso, imbuídos dos mesmos propósitos explicitados anteriormente, acrescentando o desígnio de compreender os dispositivos e os modos que dão sustentação institucional ao Patrimônio de interesse universal e valor excepcional cultural e/ou natural, levando em consideração que a propositura institucional dorsal do patrimônio mundial é de cunho eminentemente humanitário, na promoção de uma cultura de paz, através da difusão das culturas dos povos com finalidade de reconhecimento e respeito mútuo, compete uma análise dos documentos que balizam a invenção do patrimônio mundial, com empenho em apreender aspectos, que, de algum modo, possam oportunizar e fomentar a ação de agentes públicos e privados, com interesses políticos e econômicos, o que estamos entendendo como um importante desvirtuamento dos propósitos da entidade.

Tratando então sobre o documento de Constituição da Organização das Nações Unidas, nas condições de nossa pesquisa, sempre vale a lembrança de que se trata de um documento elaborado em novembro de 1945, meses após o termino da segunda guerra mundial. Diante dos efeitos devastadores que a guerra provocou, 51 nações inicialmente, juntaram-se em um esforço de entendimento e tolerância mútua entre os povos, produzindo um documento em que se afirma que a guerra é um produto humano, pela vontade de domínio do semelhante e em desrespeito às diversidades. Portanto, este tipo de conduta deveria ser combatida, através do respeito e reconhecimento mútuo entre os povos, i.e., da “prática da alteridade”.

Nesse contexto as questões culturais, aqui focalizadas na “ampla difusão da cultura” seria um eixo de grande importância na tentativa de promover uma cultura de paz mundial e o bem-estar comum da humanidade, uma vez que através da cultura e outros elementos seria plausível ter um “verdadeiro e mais perfeito conhecimento das vidas uns dos outros” (ONU, 1945, p. 02).

Neste documento, a Organização das Nações Unidas – ONU admite, às claras, que a paz mundial não conseguiria ser plena caso fosse promovida através de arranjos políticos e econômicos, precisamente os tipos de arranjos sobre os quais somos tangentes, nesta investigação, pois, segundo a entidade,

[...] uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que, portanto, a paz, para não falhar, precisa ser fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade. (ONU, 1945, p. 02)

Já de início, a pensar por este documento, nos parece que ao menos dois aspectos inerentes e empregados nos atuais processos de patrimonialização mundial são incoerentes e conflitantes com o que se desejava em 1945, quando da criação da ONU, especialmente pelo que se intencionava obter através da “ampla difusão da cultura” dos diversos povos.

O primeiro aspecto que entendemos apresentar o tipo de incoerência mencionado, diz respeito ao esforço, que se revela fazer, à lógica dos processos de patrimonialização mundial, para imprimir por sobre um ou em alguns bens o caráter de “relevância e interesse universal” (UNESCO, 2007). Esta característica dos processos de patrimonialização mundial, como vimos, em capítulos anteriores, não aparenta ter sustentação real, haja visto o que asseveram as reflexões de Fortuna (1997; 1997b), Canclini (1997) e Arantes (1997), tampouco se tomarmos os argumentos constantes do próprio documento constituinte da ONU, pois, atribuir tal característica à determinados patrimônios, nos parece não refletir o modo aludido para difundir a cultura dos povos, tomando como base os objetivos que devem ser perseguidos. Uma vez que,

[...] a ampla difusão da cultura, [...] para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar [...] e no livre intercâmbio de ideias e conhecimento, acordam e expressam a sua determinação em desenvolver e expandir os meios de comunicação entre os seus povos, empregando esses meios para os propósitos do entendimento mútuo. (ONU, 1945, p. 02)

Pensando, ainda, nesse primeiro aspecto, e em continuidade a nossa argumentação, o documento também apresenta um outro importante artifício, que nos permite, perceber que há incongruências basilares nos termos do patrimônio mundial. Refere-se à fundamental motivação para a constituição da ONU – A guerra – o documento deixa evidente que a guerra é um produto humano, advindo da vontade do homem em se sobrepujar ao seu semelhante, desrespeitando as diversidades que nos é intrínseca, segundo o documento este tipo de conduta deve ser combatido através do respeito e reconhecimento mútuo. Senão, vejamos.

[...] uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz;
Que, através da história da raça humana, foi a ignorância sobre as práticas e sobre as vidas uns dos outros uma causa comum da suspeita e da desconfiança entre os povos do mundo, através das quais suas diferenças com enorme frequência resultaram em guerras;
Que a grande e terrível guerra que acaba de chegar ao fim foi uma guerra tornada possível pela negação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo dos homens, e através da propagação, em seu lugar, por meio da ignorância e do preconceito, da doutrina da desigualdade entre homens e raças. (ONU, 1945, p. 02)

Sobre este primeiro aspecto dos processos de patrimonialização mundial que pensamos ser desconexo com o que se observa no documento de constituição da ONU, saltam aos olhos o descompasso entre, por um lado, as premissas para criação da ONU, as quais se preocupam em evitar as sobreposições tiranas que, especialmente no contexto histórico do período de criação da entidade, vinham ocorrendo, sobretudo, através do preconceito e pela tentativa, em alguns contextos sociais, de uniformização das culturas, e por outro lado, a instituição unilateral pela UNESCO de bens patrimoniais culturais e/ou naturais que passam a ser assumidos como de relevância e interesse universal, sem qualquer tipo de consulta às sociedades, ou algum tipo de processo de aclamação popular, que pudesse legitimar tais nomeações, mesmo que pensemos que a ONU/UNESCO mantém como membros, atualmente, quase que a totalidade dos estados-nação, ainda assim, entendemos ser uma ação intransigente, pesando a relação propósito e justificativa.

Ora, se para que haja a promoção de uma cultura de paz mundial e do bem estar da humanidade, tal qual sugere o documento constituinte da ONU, é preciso garantir que todos os povos conheçam e respeitem mutuamente suas culturas, assumindo, assim, que há uma diversidade sociocultural, e que, portanto, deva se garantir que os distintos grupos sociais são livres na sua forma de agir e de pensar mediante ao modo com que de suas bases culturais extraíam sua seivas (ARANTES, 1997; DURHAM, 1984), como é possível pensar num bem cultural patrimônio mundial ou num conjunto restrito destes, que seja de interesse e excepcional valor universal, diante de toda uma diversidade sociocultural da humanidade?

Desse modo, pensamos que adotar tal instituto como uma das formas de buscar promover o entendimento e/ou conhecimento entre os povos, ou ainda mesmo, que em última instância, percebamos que há uma espécie de matriz(es) sociocultural(is) que nos aproxima e, que portanto, tais patrimônios serviram para nos reconhecermos, é, em nosso entendimento, no mínimo contraditória, por estes intuitos ou outros quaisquer que caminhassem em uma direção semelhante a estes, que lembramos, são do entendimento da ONU/UNESCO, como vimos anteriormente e ainda retomaremos em outros momentos.

Deixando o primeiro aspecto apontado nos processos de patrimonialização mundial, que elencamos para observar analiticamente as divergências entre as características dos processos e o preconizado no documento balizador de criação da ONU/UNESCO, tratamos de argumentar por um segundo aspecto observado nestes processos, que entendemos também não convergir com este documento, pois, nossa investigação de campo, juntamente com

observações de outros pesquisadores (PEIXOTO, 2000, 2002; FORTUNA, 1997; SANTOS, 1997), apontam que os processos de nomeação ao patrimônio mundial, estão, em importante medida, relacionados com os interesses políticos e econômicos de agentes públicos e privados que se entremeiam nestes processos, por vezes esses arranjos ganham relevo institucional, de modo legalizado, outras vezes ocorrem por processos escusos e/ou nebulosos.

Segundo Paulo Peixoto (2000), os agentes da indústria do turismo têm interesses próprios nos bens que se configuram como patrimônio mundial, os quais convergem em pontos semelhantes com os interesses dos agentes públicos governamentais, especialmente na promoção em maior quantidade de bens e de maneira mais célere, visando maior captação e fluidez de recursos econômicos. Sobre isto, vale lembrar que os bens ingressantes da lista de candidatura a patrimônio mundial, são, segundo Peixoto (2000), em sua grande maioria indicados pelos agentes públicos das nações nas quais se localizam. Ainda que o pedido de inclusão na lista do patrimônio comum universal não parta dos administradores públicos, “nenhum bem será inscrito na lista do patrimônio mundial sem que haja o consentimento do Estado interessado” (art. 11, convenção de 1972), ficando evidente que o Estado tem participação ativa nesses processos.

Independentemente da forma como os arranjos políticos e econômicos em favor do patrimônio mundial se deem, a intenção de proporcionar ao mundo uma concepção de paz e bem-estar, por estes patrimônios, nos parece que, desejosamente, não devesse estar pautada, ou, mesmo que fosse em pouca medida, escorada em interesses de grupos de cunho política ou econômica, pensando, também, segundo o entendimento dos termos balizantes da ONU, uma vez que,

[...] uma paz baseada exclusivamente em arranjos políticos e econômicos dos governos não seria uma paz que pudesse garantir o apoio unânime, duradouro e sincero dos povos do mundo, e que, portanto, a paz, para não falhar, precisa ser fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade. (ONU, 1945, p. 02).

De tal modo, pensamos que não seria plausível para o que apregoa e se intenciona a ONU, que bens patrimoniais de qualquer nação sejam elegidos como expressão da cultura de interesse universal, entendemos que assim, abre-se espaço para questões que apontem no sentido de privilegiar uma cultura em detrimento de outras, o que de qualquer modo hierarquiza culturas, agora de forma institucional, avalizada por especialistas e promovido globalmente, o que pode, em nosso entendimento, ainda que em última instância, ao invés de promover a paz

e o bem estar mundial, reforçar sentimentos ultranacionalistas, alimentando tensões entre culturas já dispostas ao dissenso.

A análise até aqui realizada, levou em consideração um documento que apresenta aspectos mais gerais, que norteia qualquer ação da ONU/UNESCO, não só os referentes ao patrimônio mundial, no entanto, como já nos referimos a UNESCO tem seu documento próprio para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, o qual fundamenta toda a construção desse tipo de patrimônio. Vale lembrar que a UNESCO é o órgão da ONU para desenvolver as questões de ordem educacional e cultural, e então os objetivos da entidade mãe, estão irrevogavelmente presentes nos da entidade filha, por assim dizer, para tanto, utilizam a educação e a cultura como meios, atuando de diversas maneiras.

Em 21 de novembro de 1972 era finalizada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural e o produto dessa convenção é o documento que baliza os processos de patrimonialização mundial, a chamada “Carta Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”. Neste documento fica evidente a preocupação central e irrefutável da UNESCO com a diversidade cultural, o que reflete e ratifica um posicionamento da ONU. Portanto, entendemos que as mesmas críticas tecidas ao documento da ONU são perfeitamente aplicadas a este documento, com a adição de alguns pontos, que recaem diretamente sobre a concepção de um patrimônio passível de ser valorado como de interesse excepcional para toda humanidade.

Não nos parece demais lembrar, que ambos os documentos citados, são taxativos em prescrever o desejo de difundir as diversas culturas do mundo. Sendo possível evidenciar tal pretensão, no documento da convenção da UNESCO, por essa passagem:

Lembrando que o Ato constitutivo da Organização prevê que a ONU apoiará a conservação, o avanço e a promoção do saber voltadas para a conservação e a proteção dos diversos patrimônio cultural e natural [...] Considerando [...] a importância que constitui, para os povos do mundo, a salvaguarda destes bens únicos e insubstituíveis, independentemente do povo ao qual pertençam, (UNESCO, 1972, p. 01)

Sendo assim, novamente, fica evidente a impropriedade de tratar algum patrimônio, de qualquer nação como de excepcional interesse universal, pois, se assim o for, é possível desdobrar disso que há culturais que são mais admiráveis que outras para a humanidade, evidentemente que se estivéssemos tratando apenas de patrimônios naturais, seria plausível falar em patrimônios de excepcional valor para toda humanidade, como exemplo a água doce dos rios, ou mesmo vários elementos químicos, no entanto, a discussão pautada aqui se volta

para os bens culturais e pensamos que por sobre estes, a excepcionalidade e o valor universal, ainda que na melhor acepção dos termos, não é difusora de uma diversidade cultural em salutareos termos.

Se estivéssemos pensando de modo diferente da propositura da UNESCO, em perceber não a excepcionalidade cultural supostamente disposta em um determinado bem patrimonial, que inevitavelmente aciona, como de maneira modelar, determinado grupo social que produziu tal patrimônio, mas sim em apontar à algum elemento da natureza humana que toque de maneira irrestrita todos os povos e que seja de interesse e uso universal, assim, talvez fosse possível pensar num patrimônio mundial cultural de excepcional valor e interesse para a humanidade, tal quais, por exemplo, a linguagem e a escrita, elementos vistos e utilizados, ainda que de modos distintos, por todos os povos e culturas e por isso de interesse universal, e que nos distingue de maneira decisiva de qualquer outra espécie de ser vivo que habita nosso planeta, assim, portanto, de excepcional valor para a humanidade.

No entanto, a exigência da UNESCO é que somente bens patrimoniais culturais, produzidos em um contexto social por um grupo determinando, seja por um tipo de povo, etnia ou nação, com suposto “excepcional valor universal”, devam ser salvaguardados como Patrimônio Mundial. Pois bem, ocorre que em nenhuma passagem deste documento, datado de 1972, fica definido o que se entende pelo termo “excepcional valor universal”. Somente em 2005 a UNESCO pronunciou-se definindo o que entendia por valor universal excepcional, através do documento “Orientações técnicas para aplicação da Convenção para o Patrimônio Mundial”, sobre o que nós já nos referimos quando discutimos sobre a noção de valor, mas que, em virtude dessa nova discussão, entendemos caber mencionar, brevemente, novamente aqui.

O valor universal excepcional significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste patrimônio é da maior importância para toda a comunidade internacional. (UNESCO, 2012, p. 12).⁹¹

Somos do entendimento que tal definição tem alto grau de subjetividade, uma vez que, para além do que sugerimos anteriormente, como hipótese razoável de um patrimônio mundial, além de alguns outros restritos elementos de característica e abrangência semelhante, que não citamos como exemplo, que bem patrimônio cultural pode extrapolar suas fronteiras, com a

⁹¹ Precisamos deixar registrado, que este documento tem sido atualizado com certa frequência, no documento mais recente, de 2012, a definição é dada pela redação transcrita.

mesma, ou apenas semelhante, importância para outros povos, isso, quando já vimos que mesmo em seus limites, nenhum patrimônio é de todos, e tampouco tende a representar a grande maioria em um qualquer contexto social (CANCLINI, 1997), e que ainda, em observação ao trecho do documento citado, atenda a característica de se perpetuar e ultrapassar gerações, não somente em seus limites mas para toda a humanidade, quando sabemos que “[estes] podem ser modificadas ou abandonadas no constante fluxo da vida coletiva, onde preservação e destruição são faces da mesma dinâmica pela qual as estruturas sociais se reproduzem e se transformam.” (ARANTES, 2009, p. 11).

No entanto, superadas, por não serem observadas, essas pontuações, o patrimônio cultural candidato ao título de universal, após ser julgado, de modo subjetivo, como de caráter excepcional inestimável, que extrapole os limites nacionais, pelo entendimento do “comitê para o patrimônio mundial”, deverá, ainda, recursivamente, por uma maior credibilidade à nomeação, satisfazer a um ou mais dos seguintes critérios⁹², como requisito parcial para ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial:

[...] o Comitê considera um bem como possuidor de valor excepcional universal quando:

- (i) representar uma obra-prima do gênio criador humano;
- (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens;
- (iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;
- (iv) representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- (v) ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis;
- (vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério deve de preferência ser utilizado conjuntamente com outros);
- (vii) representar fenômenos naturais notáveis ou áreas de beleza natural e de importância estética excepcionais;

⁹² Estes critérios eram anteriormente apresentados sob a forma de dois conjuntos separados de critérios: os critérios (i) – (vi) para o patrimônio cultural e (i) – (iv) para o patrimônio natural. A 6ª sessão extraordinária do Comitê do Patrimônio Mundial decidiu classificar conjuntamente os dez critérios (Decisão 6 EXT.COM 5.1).

(viii) ser exemplos excepcionais representativos dos grandes estádios da história da Terra, nomeadamente testemunhos da vida, de processos geológicos em curso no desenvolvimento de formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos de grande significado;

(ix) ser exemplos excepcionais representativos de processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e desenvolvimento de ecossistemas e comunidades de plantas e de animais terrestres, aquáticos, costeiros e marinhos;

(x) conter os habitats naturais mais representativos e mais importantes para a conservação *in situ* da diversidade biológica, nomeadamente aqueles em que sobrevivem espécies ameaçadas que tenham um Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. (UNESCO, 2012, pp. 16-17).

Em nosso entendimento, continua evidente, no documento referido, que há uma subjetividade incontornável proveniente dos critérios para se apreender um bem como de interesse universal, e sobre estes critérios, nos debruçaremos em uma detida observação, pois, serão analisados em paralelo às investigações de campo, em que pese não somos por um entendimento de que não possa haver um item patrimonial que comporte uma certa dimensão de universalidade, as pirâmides do Egito, p.ex., certamente são partilhadas em muitas culturas como exemplos de uma monumentalidade magnífica, mas também, de um certo exotismo e excentricidade, o que para um egípcio, talvez já não possa estar no hall de compartilhamento de valores sobre este item, bem como os valores socioculturais que os egípcios podem ter para com as pirâmides, não podem ser compartilhadas para além dos limites físicos de onde elas se inscrevem, de acordo com diversas postulações teóricas, como, p.ex., a “memória coletiva” de Halbwachs (2006) ou a “segurança Ontológica” de Giddens (1991).

A alta subjetividade nas nomeações do patrimônio mundial, em nosso modo de perceber, tende a se agravar, por um mecanismo que está pronunciado claramente neste documento, ao dispor que a única forma de um bem patrimonial ser considerado patrimônio da humanidade, é através do entendimento do comitê, em percebê-lo como de valor universal excepcional, posto o que vemos a seguir:

2. Com base nas listas apresentadas pelos Estados, [...] o Comitê estabelece, atualiza e divulga, sob o nome “Lista do Patrimônio Mundial”, os bens do patrimônio cultural e de patrimônio natural, [...] que considere de valor universal excepcional com a aplicação dos critérios por ele estabelecidos, e divulga a lista atualizada pelo menos a cada dois anos. (UNESCO, 2012, p. 07)

Este documento, de um modo geral, reforça a argumentação que viemos apontando até aqui, pois, classificar um bem patrimonial como de interesse universal, sob a premissa básica,

instituída pela própria ONU/UNESCO, de promover o conhecimento entre os povos e seu reconhecimento mútuo na intenção de promover a paz mundial e o bem-estar da humanidade, não nos parece ser plausível, especialmente, pelo modo como tal documento delimita e reconhece o suposto patrimônio mundial de excepcional interesse.

Em outro ponto do documento da UNESCO, fica evidente que o comitê deste órgão, responsável pelas deliberações sobre o patrimônio mundial, particulariza e exclusiviza suas nomeações, preterindo outros tantos bens patrimoniais, senão vejamos:

O objetivo da *Convenção* não é o de assegurar a proteção de todos os bens de grande interesse, importância ou valor, mas apenas os de uma lista selecionada dos mais excepcionais do ponto de vista internacional. Não se deve presumir que um bem de importância nacional e/ou regional será automaticamente inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. (UNESCO, 2012, p. 12)

Em nosso modo de entender, as questões pontuadas até esse momento, extraídas dos documentos balizadores da ONU/UNESCO, são bastante inconsistentes para a missão de promover um bem patrimonial à um *status* que se anuncia com tamanha importância, especialmente se considerarmos a tarefa de fomento à paz e ao bem estar mundial, tais inconsistências, para além de pôr em risco o propósito institucional da congregação e do reconhecimento mútuo entre os povos, torna a tarefa da decisão para a patrimonialização mundial imersa em alta subjetividade, produzindo, em certa medida, espaço para questões de ordem política, especialmente advinda de agentes públicos, em meio à uma forte concorrência entre as cidades (FORTUNA, 1997b).

Pensando assim, podemos perceber que vários são os aspectos institucionais referentes a patrimonialização mundial que permitem oportunizar o envolvimento de agentes públicos embebidos de interesses políticos, isso para ficar apenas nesse campo, visto que percebemos elementos nos documentos da ONU/UNESCO que propiciam o forte envolvimento de agentes privados com interesses prioritariamente econômicos, e que de algum modo, ligam-se aos agentes públicos para desenvolver atividades de “negócios” que não estão, em primeira instância, voltados à promoção cultural *per si*, assim, entendemos que é preciso atenção sobre esse tipo de processo patrimonial, observando que estes podem estar, acima de tudo, oportunizando arranjos políticos e econômicos.

Sobre as questões analisadas nos documentos, que, em certa medida, aproximam do patrimônio mundial agentes com interesses econômicos, observamos que qualquer bem patrimonial que tenha passado pelo processo de patrimonialização mundial, ou seja,

“[...]considerado de Valor Universal Excepcional, [...] deve também responder às condições de integridade e/ou de autenticidade e beneficiar de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda” (UNESCO, 2012, p. 20), tanto previamente à nomeação tanto quanto, ou mais, depois de concedido tal título.

De tal modo, os governantes das nações em que estão inscritos os bens patrimoniais devem promover e assegurar essa estrutura para proporcionar o cumprimento de tais requisitos. Em nosso entendimento, a partir desse instante, oportuniza-se os arranjos de ordem econômica, pois, alguns países não conseguem, com recursos próprios, arcar com tal estrutura ou mesmo utilizam-se desse expediente para captar recursos da iniciativa privada. Assim, os investimentos da indústria cultural, tendem a pôr os bens culturais, na lógica do consumo cultural.

Observamos, ainda, nos elementos textuais documentais, um mecanismo instituído pela UNESCO que, em nosso modo de pensar, desperta fortes interesses econômicos sobre o Patrimônio Mundial, e que tende a pôr em marcha a urgência e recorrência dos processos de patrimonialização mundial em diversos países: a “Assistência Internacional Econômica e Técnica”, dispositivo que permite a “todo Estado-Parte da presente Convenção poder solicitar assistência internacional em favor dos bens do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional situados em seu território.” (UNESCO, 2012, p. 13).

A assistência Internacional prestada pela UNESCO, aos países com patrimônio mundial ou mesmo que lancem candidaturas à tal patrimônio, poderá ocorrer das seguintes formas:

Artigo 22

- a. estudo dos problemas artísticos, científicos e técnicos levantados quanto à proteção, à conservação, à valorização e à reabilitação do patrimônio cultural e natural [...];
 - b. disponibilização de peritos, técnicos e mão-de-obra qualificada para garantir a correta execução do projeto;
 - c. formação de especialistas em todos os níveis na área de identificação, proteção, conservação, valorização e reabilitação do patrimônio cultural e natural;
 - d. fornecimento de equipamento que o Estado interessado não possui ou não tem condições de adquirir;**
 - e. empréstimos com juros reduzidos, sem juros, ou reembolsáveis em longo prazo;**
 - f. concessão, em casos excepcionais e especialmente motivados, de subvenções não reembolsáveis.**
- (UNESCO, 2012, p. 14, grifo nosso).

Observando o grifo no trecho citado, é notório que há diversas formas de se envolver, nestes processos, grandes quantias de recursos financeiros; a crítica aqui não se dirige

necessariamente e nem prioritariamente ao mecanismo de auxílio da UNESCO, pois, entendemos que como propósito de salvaguarda da cultura de determinado povo, independentemente que seja nomeado como patrimônio mundial, por vezes, se observa países que assim não priorizam, e que, portanto, o auxílio, nesse sentido, é razoável. No entanto, não podemos deixar de notar que, invariavelmente, com o incentivo econômico envolvido nestes processos, “a corrida ao *status* de patrimônio mundial” (PEIXOTO, 2002), por parte de várias nações, de forma urgente e recorrente tem relação com os mecanismos e artifícios de caráter econômico, que para esse tipo de patrimônio se disponham. De uma tal maneira, que essa assistência, formada de recursos oriundos de um fundo criado e destinado pela ONU para esse fim, pode ser um dos pontos para a inversão da lógica do patrimônio.

1.3 A Atopia Consumível do Patrimônio Mundial: sobre um certo “lugar do igual”

A vita activa, que desde a modernidade tem vindo a ganhar em intensidade em detrimento da vida contemplativa, tem uma participação essencial na compulsão à aceleração moderna [Sociedade de Consumo]. Também a degradação do homem em animal laborans é uma consequência deste novo desenvolvimento. Tanto a intensidade do trabalho como a da ação remetem para o primado da *vita activa* na modernidade. (HAN, 2016, 131)

Cena 5: “o inferno são os outros”. Quando Jean Paul Sartre teatraliza esta frase em 1944, em um único “ato”⁹³, *Huis Clos*, apresenta-nos olhares que se inter cruzam para ver o “outro” pelas suas íris, explicita-nos a apreciação e verificação do diferente. Lá, na cena, as diferenças se acentuam, mostram-se, e com isso aproximam e repelem os corpos que a compõe. São faces distintas que se observam para a apreciação e questionamento do “outro” na medida em que cada “eu” se revela. Aqui, no mundo da vida, o olhar para o “outro”, para ver a “si” e o “outro”, precisa encontrar o olhar do outro, exige uma contemplação, ao imprescindível dispor de tempo, não necessariamente de todo o tempo eterno da morte que Sartre nos permite seguir

⁹³ Em teatro o Ato é marcado pela mudança de ambientação, enquanto a cena corresponde aos momentos de alteração de atores.

pelas cenas, mas muito mais tempo do que a *vita activa* nos permite dispor na contemporaneidade.

Segundo Byung-Chul Han (2016), a *vita activa* caracteriza-se pela intensificação do trabalho e da ação na modernidade. Em uma interlocução com o pensamento de Hannah Arendt, interrompe uma narrativa apresentada pelo raciocínio da autora acerca dos pressupostos que orientam seu entendimento correspondente à *vita activa*. Han inicialmente nos apresenta o argumento de Arendt acerca da “degradação da vida activa” para posterior questionamento. Diz-nos, assim, que Arendt se equivoca diante da constatação de que a degradação se dá em decorrência do primado da contemplação que era tradicional na sociedade greco-romana. Defende a autora, posteriormente, diante da atrofia resultante, a necessidade de uma revitalização da *vita activa*. Ao retomar o argumento de Arendt em “A Condição Humana”, o qual sustenta que o peso da contemplação apagou as diferenças e as articulações da *vita activa*, Han discorda ao nos informar que:

É um erro crer que o primado da contemplação é o responsável pela degradação da *vita activa* em trabalho. Antes cabe supor que o fazer humano, ao perder a sua dimensão contemplativa, se degrada em pura atividade e trabalho. Mas Arendt, entendeu a contemplação como uma detenção (*Stillelegung*) de todos os movimentos e atividades, como uma tranquilidade passiva, que faz com que qualquer forma da *vita activa* se apresente como inquietação. (HAN, 2016, p. 121-122)

Assim, atenta-nos, que Arendt percebe que a *vita contemplativa* só se apresenta como uma forma de quietude porque repousa em si próprio, ou seja, independente do exterior, colocando-a na condição de não necessitar de movimento nem de atividade. Han esclarece que Aristóteles, e mesmo Thomas de Aquino, são autores que colocam a vida contemplativa no bojo da vida ativa.

[...] Aristóteles descreve claramente a vida contemplativa (*bios theoretikos*) como uma vida ativa. O pensador enquanto teoria é, com efeito, uma energia – o que significa literalmente “atividade da obra” (*en ergô einai*). Trata-se de um ponto em que Tomás segue também Aristóteles: “Os movimentos corpóreos externos opõem-se ao repouso da contemplação, que consiste em ser-se alheio a ocupação exteriores. Mas o movimento que as operações da inteligência implicam faz parte do próprio repouso”. (HAN, 2016, p.122)

Desta forma, os argumentos que nos ajudam a pensar o problema inicialmente colocado para esta tese, que se delimita ao entendimento da *vita activa* para Han na modernidade, contrapõe-se ao entendimento de Arendt de que a reabilitação da *vita activa* direciona-se especialmente ao agir, numa percepção deste agir enquanto a possibilidade de

começar um algo novo. Isto, para Han (2016), sem a determinação do agir, reduz o homem ao *homo laborans*: “[...] [o] animal laborans moderno não reflete a nossa atual sociedade de produção. O animal laborans tardo moderno não renuncia, de forma alguma, à sua individualidade ou ao seu ego[...]” (p. 33), pois, este é “[...] dotado de um ego tão grande que quase transborda [...]” (p. 33). Este homem é tudo, menos um animal, defende o entendimento de que é hiperativo e hiperneurótico. Desta forma, apresenta seu entendimento de que “não é a vida ativa, mas sim a contemplativa, que transforma o homem naquilo que ele deve ser.” (p. 37)

Tal contemplação não é possível em uma sociedade que cresce em um constante igualar-se pela “positividade” da *vita aticva*. Estar-se, assim, diante do que Han entende por sociedade atópica, que elimina polaridades opostas mediante a evidência de um apenas um polo, o da positividade, o qual desfavorece a possibilidade da atividade de uma *vita contemplativa*:

A atual cultura de um constante igualar não permite negatividade alguma do átopos. Comparamos continuamente tudo com tudo, e assim tudo nivelamos a fim de o tornar igual, uma vez que precisamente perdemos a atopia do outro. A negatividade do outro atópico subtrai-se ao consumo. (HAN, 2010, p. 10, grifos nossos)

Este entendimento, de que vivemos uma sociedade do igualar onde não se pode vivenciar a atopia, dar-nos argumentos-chave para pensar e problematizar acerca da inscrição de propriedades como Patrimônio Mundial. Como já verificado anteriormente, ao que se entende como “corrida ao status de Patrimônio Mundial” (PEIXOTO, 2000), coloca-nos diante de um duplo caráter da patrimonialização que se desenvolve na presente reflexão. Se, por um lado, a patrimonialização se dá a partir dos pressupostos apresentados pela ONU/UNESCO, inclusive de forma explícita em atos de fundação da própria entidade, como também já discutido no capítulo anterior, que buscam evidenciar o caráter singular das diferentes culturas do mundo buscando promover a prática da alteridade entre os povos; por outro, expõe e coloca determinadas particularidades culturais em sua excepcionalidade à uma lógica de consumo cultural.

Passemos inicialmente a problematizar o primeiro caráter que se verifica como inerente ao processo de inscrição de uma propriedade ao *status* de Patrimônio Mundial. Segundo a ONU/UNESCO, o propósito fundante da aquisição deste status repousa em sua capacidade de promoção de uma paz mundial na medida em que se tornassem (as propriedades) meios para o desenvolvimento de uma prática da alteridade. Fala-se inicialmente de uma paz mundial pela alteridade, neste sentido, sugiro que pensemos um pouco no que o próprio

conceito de alteridade nos informa. Emanuel Lévinas (2010) apresenta uma noção de alteridade que, considerando as devidas ponderações necessárias a uma correlação conceitual de entes distintos, recobre-se da possibilidade do entendimento de que, conceitualmente, segue ao encontro dos objetivos fins da ONU/UNESCO com a patrimonialização.

Vejamos, para ONU/UNESCO uma rota de patrimônio, ou “itinerário cultural”, que é entendida como parte integrante do patrimônio cultural, “é composta de elementos materiais que devem o seu valor cultural às trocas e a um diálogo multi-dimensional entre países ou regiões, e que ilustram a interação do movimento, ao longo de toda a rota, no espaço e no tempo”⁹⁴. É possível extrair do conteúdo exposto que é relevante a diversidade cultural que se reconhecerão, clarificada pelas palavras multi-dimensional e trocas, as quais expressam que são faces distintas que dialogam.

Enquanto que, para Lévinas (2010), a noção de alteridade reveste-se de uma “ética da alteridade”, isto porque, ao postular uma crítica a filosofia primeira do ocidente, que encontra no ser seu fundamento analítico, desenvolve uma filosofia egocêntrica, a qual parte do “eu” para se chegar ao entendimento das disposições do próprio “eu”. Para pensar uma filosofia relacional, Lévinas encontra, no meio da relação do “eu” com o “outro”, a alteridade, em seus termos, uma “ética da alteridade”. Nutrido pelas reflexões de Edmund Husserl e Martin Heidegger, questiona-os e diverge de seus pensamentos:

Se Heidegger elabora uma filosofia que se desarraiga da metafísica e se constitui como ontologia auto-sustentada e auto-suficiente, retirando o ser do esquecimento em que tombara na filosofia ocidental, Lévinas, por sua vez aventura-se a dar um novo passo: desarraigar-se das amarras da ontologia para libertar o homem, constituir a ética como filosofia primeira sobre a relação absoluta da alteridade (PIVATTO, 2010, p. 14-15)

Este “Outro”, importa evidenciar, nem sempre esteve posto nos debates filosóficos, para alguns, implicava apenas como possibilidade de conhecimento na medida em que interfere em nas consciências, observemos que “foi em primeiro lugar, tanto para Hegel quanto para Husserl, um problema epistemológico posto pela consciência – como se me apresenta o outro, de que maneira o conheço e até onde me leva esse conhecimento – sem ou com a interferência de sentimentos específicos” (NUNES, 2001, p. 52). As discussões seguem sobre o outro enquanto *outro* até a propositura relacional apresentada por Max Scheler:

A penetração intencional de um *ego* por outro, a que Husserl faz expressa referência, remete-nos ao encadeamento dos atos de consciência visando o

⁹⁴ Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, 5ª edição, p. 131.

outro como outro. Porém, contrariando Husserl, Max Scheler atribuiu intencionalidade aos estados afetivos, aos sentimentos. A simpatia põe-me em unísono com o *páthos* de outrem, o amor é o *páthos* da união a outrem que o singulariza ou exalta, o ódio, o sentimento de repulsa que o anularia em sua existência. Mas na união do amor e na repulsa do ódio há uma nova espécie de descontínuo intuitivo. Quem ama intui da. A apreensão do outro seria inseparável da penetração nesse flutuante reino dos valores – profanos e sagrados, estéticos, científicos, jurídicos e morais –, constitutiva, para Scheler, de uma ética material, oposta ao chamado formalismo da moral kantiana. (NUNES, 2001, p. 56)

A partir de então está posto o debate sobre a posição do Outro no encontro com o Eu e no resultado da sociedade que este encontro provoca. Debate este que encontra em Martin Heidegger o afastamento da metafísica e a colocação na ontologia em sua percepção hermenêutica-fenomenológica. Tomando o *Dasein* como nuclear de sua teoria, coloca o homem em contato com o Outro, diferentemente de Husserl e Scheler, distancia-se da intuição e do sentimento, o “Eu” e o “Outro” encontra-se na “co-presença” no mundo.

Mas, nele, a intuição fenomenológica capta o ser do *Dasein*, isto é, o ser desse ente tal como se mostra ou tal como, por si mesmo, desencobre-se de seus disfarces, que são maneiras de interpretar-se. A fenomenologia e a hermenêutica aqui se juntam; a primeira preside a descrição do que se mostra como ser, a segunda continua, modifica ou ratifica o nexos interpretativo do próprio *Dasein*. Mais relevante do que os sentimentos é o que eles, por si mesmos, mostram-nos: a relevância da afetividade (*Stimmung*), pois é verdade que sempre vivemos numa determinada disposição de ânimo (*Befindlichkeit*) (NUNES, 2001, p. 56).

São estes os sentimentos que nos invade e se propaga nas relações, é isto, entende Heidegger, que está implícito nas relações que estabelecemos com o outro. Compreende, assim, que o relacionar-se não é mais do que uma extensão do *Dasein* como ser-no-mundo:

Quem diz *Dasein* também diz ser-no-mundo, e quem diz ser-no-mundo também diz ser-com-o-outro. E se posso afirmar que o *Dasein* é, em cada caso, meu, cabe-me igualmente afirmar, do ser com-o-outro, que se alia ao *Dasein* ou a ele se acha co-presente, concretizando, mesmo quando este alcança o autêntico si-mesmo (*das eigentliche Selbst*), um estar de companhia, que Sartre considerou semelhante à coesão de uma equipe. De certa forma, no sentido eminente do sou, eu sou os outros e os outros não são propriamente eu, pois se conectam, por baixo da reflexão, em surdina, com o mim, essa parte pré-reflexiva do eu que adere ao que já está aí comigo, no mundo, antes de qualquer indagação nas primeiras palavras do meu discurso como fala (*die Rede*). (NUNES, 2001, p. 56).

Importa-nos a discussão posta por Heidegger na medida em que corresponde ao questionamento posto por Lévinas. Se, para Heidegger, “Eu” é o “Outro”, mas este “Outro” não

é necessariamente o “Eu”, Lévinas radicaliza a posição ontológica do ser na filosofia contemporânea e aponta à Epifania do Rosto, do reconhecimento e entendimento do outro, no lugar do distanciamento relacional nutrido pelas teorias anteriores.

Tal epifania constitui uma ética necessária à sociedade contemporânea, diz-nos o autor que: “Esta alteridade e esta separação absoluta manifestam-se na epifania do rosto, no face-a-face. Reunião completamente diferente da síntese, ela instaura uma proximidade diferente daquela que regula a síntese dos dados e os reúne em um ‘mundo’, partes num todo” (LÉVINAS, 2010, p. 239). Questionando a tradição filosófica apresentada até então, defende que o pensamento despertado ao/ou pelo rosto não pode ser entendido por um comando de diferença irreduzível: “pensamento que não é pensamento de, mas, imediatamente, pensamento para..., não-in-diferença pelo outro, rompendo o equilíbrio da alma igual e impassível do conhecer” (LÉVINAS, 2010, p. 237). Entende, desta forma, que a significância do rosto implica em “despertar para o outro homem na sua identidade indiscernível para o saber, aproximação do primeiro, vindo em sua proximidade de próximo, comércio em ele, irreduzível à experiência” (LÉVINAS, 2010, p.237). O rosto reveste-se, para Lévinas, da mortalidade do próprio homem, esta morte suplica e questiona o Outro, argui-se se não seria responsabilidade também desse Outro, a indiferença o torna cúmplice, e diferentemente disso, responder por esta morte e não o deixar morrer só.

Nesta perspectiva, evidenciando contornos apresentados pela ONU/UNESCO acerca dos propósitos da inscrição de propriedades como Patrimônio Mundial, ao afirmar, pelo seu conceito de “rotas do património”, o qual entende ser rico e fértil, que oferece “um quadro privilegiado no qual é possível desenvolver uma compreensão mútua, uma abordagem plural da história e a cultura da paz” (p. 131), vê-se a evidência da “ética da alteridade” na prática do compreender um Patrimônio Mundial. Senão, vejamos. Pensemos que um Patrimônio oferece uma singularidade cultural e possibilita o reconhecimento pelo “Outro” de uma Outra cultura, i.e., do “Eu”. Pelas reflexões postas até aqui, a possibilidade de compreensão do outro encontra em Lévinas seu melhor argumento. Considerando a inscrição de uma propriedade como Patrimônio Mundial, que, de um propósito de funcionar como uma espécie de elixir para uma comunidade internacional humana, oferecendo auxílio a um certo modo de relacionar-se, nas diferenças culturais, do Eu com o Outro, num fundamento que condiz, semelhantemente, com aquilo que Lévinas (2010) denominou como prática da “ética da alteridade”.

Para Lévinas (2010), o “rosto é a própria identidade de um ser” (p. 59), o qual se manifesta sem conceitos. O contato face-a-face da pele, dos olhos, do nariz, da boca, é

apresentado pelo autor, não como um signo que te guiaria a um significado, muito menos uma máscara que dissimula, é a presença do rosto, que apresenta é a presença de um ser a si. Neste sentido, a prática da alteridade, nos limites do face-a-face, diz-nos Lévinas (2010), que:

O rosto que me olha me afirma. Mas, face a face, não posso mais negar o outro: somente a glória numenal do outro torna possível o face-a-face. O face-a-face é assim uma impossibilidade de negar, uma negação da negação. A dupla articulação desta fórmula significa concretamente: o "não cometerás homicídio" se inscreve no rosto e constitui sua própria alteridade. A palavra é, portanto, relação entre liberdades que não se limitam nem se negam, mas se afirmam reciprocamente. Elas são transcendentais uma em relação à outra. (p. 61)

A alteridade apresentada por Lévinas, que condiz com uma condição ética, exige uma relacionar-se, um contactar-se, um verificar-se, um olhar-se, um falar-se, isto porque, a prática da alteridade encontra na linguagem seu instrumento, não de uma linguagem trocada a distância, mas que se concretiza de forma ética a partir do face-a-face. Apenas um interlocutor coloca-se em face, é esta uma condição para o face-a-face, exige-se uma presença sensível:

A linguagem, em sua função de expressão, é endereçada a outrem e o invoca. [...] A relação da linguagem não se reduz àquela que conecta ao pensamento um objeto que lhe é dado. A linguagem não pode englobar outrem: outrem, cujo conceito utilizamos neste preciso momento, não é invocado como conceito, mas como pessoa. Na palavra, não somente pensamos no interlocutor, mas falamos a ele, dizemos-lhe o próprio conceito que podemos ter dele como "interlocutor em geral" (LÉVINAS, 2010, p.58)

O interagir pela fala com o Outro remete a um caráter específico, como assegura ao autor, que remete ao respeito, o que resultará em uma responsabilidade mútua com o outro: “O termo respeito pode ser retomado aqui; desde que se sublinhe que a reciprocidade deste respeito não é uma relação indiferente, como uma contemplação serena e que ela não é o resultado, mas a condição da ética. Ela é linguagem, ou seja, responsabilidade” (LÉVINAS, 2010, p. 61). Quando evidenciamos a fala, a linguagem, como substancial ao processo de alteridade, ao que interessa ao desenvolvimento da tese, questiona-se sobre estes que interagem. Aos propósitos da ONU/UNESCO, quem poderiam ser estes que se diz à uma prática de alteridade apoiado no instituto do Patrimônio Mundial?

Partindo daqueles que visitam uma propriedade inscrita como Patrimônio Mundial, que passa a ter a irrevogável tarefa de auxiliar nos propósitos humanitários da ONU/UNESCO, tomados a partir de fundamentos que versam no sentido do estabelecimento de uma cultura de paz entre os diferentes povos, pelo reconhecimento e entendimento da cultura do *outro*,

observa-se a presença daqueles que viajam e se dispõem a conhecer essas propriedades. Apresenta-se, assim, duas espécies de visitantes, sendo eles, o “viajante” ou “*backpacker*” e o “turista”. Neste sentido, a reflexão volta-se a análise da distinção conceitual dessas espécies, as quais se tornam frutuosas na observação da dinâmica que se estabelece em Sintra e, neste momento, para contribuir com a análise dos limites dos objetivos da patrimonialização pela ONU/UNESCO e os processos resultantes desta chancela que foge a tutela da própria instituição.

Deste modo, entende-se por viajante àquele que é reconhecido como o *backpacker*⁹⁵, ou seja, que direciona o viajar ao seu turno, ao seu direcionamento, distanciando-se de roteiros pré-estabelecidos e de alto custo. É compreendida com uma viagem *low-cost*, é a figura do mochileiro, que carrega todos os seus pertences em uma mochila, em variantes que comportam àquele que dispõe de recurso para se manter em toda a viagem com baixo custo ou que cobre pequenos custos e dependem de contribuições para deslocamento, alojamento e alimentação. O viajante adentra as cidades por suas trilhas, cria seu itinerário no caminhar que aos poucos revela variados lugares, segue, repete e se perde.

Lembra-nos a figura do *flâneur* descrita por Walter Benjamin a partir de particularidades que coloca o homem na cidade que vaga, mas não qualquer cidade, Paris é uma dessas cidades que permitiu, no século XIX, perder-se entre os outros, que observa o rosto

A categoria da semelhança que, para a consciência desperta, tem apenas uma significação muito restrita, ganha no mundo do haxixe uma irrestrita. Nele tudo é, de fato, rosto; todas as coisas têm o grau da presença encarnada que permite perseguir em tudo, como num rosto, os traços manifestos. Mesmo uma frase em tais circunstâncias ganha um rosto (para não falar de uma palavra isolada) [...] (1989, p.187)

A figura contraditória do *flâneur* não recepciona a multidão aos seu perder-se no espaço da cidade, mas é algo que o entorpece. Diz-nos Benjamin que:

A multidão não é apenas o mais novo refúgio do proscrito; é também o mais novo entorpecente do abandonado. O *flâneur* é um abandonado na multidão. Com isso, partilha a situação da mercadoria. Não está consciente dessa situação particular, mas nem por isso ela age menos sobre ele. Penetra-o como um narcótico que o indeniza por muitas humilhações (1989, p.50)

⁹⁵ A person who travels or hikes carrying their belongings in a rucksack. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/backpacker>

Quando as cidades se adensam o *flâneur* compromete-se, compromete seu olhar, compromete sua essência. Para o autor, “quando a multidão se congestiona, não é por que o trânsito de veículos a detenha [...] mas sim porque é bloqueada por outras multidões. Numa massa dessa natureza, a *flânerie* não podia florescer (BENJAMIN, 1989, p. 50). Podemos pensar que se é verdade que o *flâneur*, em tempos de sociedades de consumo, perde a sua ação, é provável que a prática da alteridade pelo visitante de patrimônios culturais em especial os de status universal, esteja proporcionalmente prejudicada. Este *flâneur* que as multidões inibem, remete, sob outra perspectiva à figura do turista, que passa a compor a multidão, que se encontra entre percursos pré-estabelecidos, que coleciona paisagens disponíveis ao consumo, que não se perde, que não encontra rostos na paisagem e que, muitas vezes, veem a paisagem pelas lentes das câmeras fotográficas.

O turista inaugura uma forma de estar nos lugares que, guiado por agentes promotores do turismo, refletindo sobre os propósitos da ONU/UNESCO, não permite alteridades. Segundo Wladimir Kryszynski (2007), a “viagem orientada para um objetivo é distanciada do cotidiano” (p. 25). Neste sentido, o turista reflete uma lógica de consumo de massa que coleciona paisagens como cartões postais e pouca vivência cultural das cidades que visita, e, muitas vezes, nula, quando pensamos esta vivência a partir da prática da alteridade, do necessário contato face-a-face, como nos apresenta Lévinas (2010).

Observamos que a sociedade contemporânea, que aponta no sentido de que os indivíduos têm recebido fortes estímulos para atividades de consumo de massa, em que os aspectos particulares de cada cultura, são acionados como um dos principais produtos a ser escoado para tal consumo, bem como, que dentro das políticas econômicas dos Estados, a cultura é tratada como um componente de expressiva importância para o desenvolvimento econômico. Isto, associado aos avanços das comunicações e dos meios de transporte, oferece um cenário ideal para que políticas patrimoniais adotem e aprimorem mecanismos que permitam acionar a dimensão econômica dos bens culturais, possibilitando e aperfeiçoando suas inscrições numa lógica de “consumo cultural”, que os despertam para “missões”, que mais facilmente estão relacionadas a algum conceito mercadológico de desenvolvimento socioeconômico de uma região, do que propriamente como uma valorização de um certo aspecto cultural.

A partir destas observações, e dos últimos entendimentos postos, debruçamo-nos ao segundo caráter da inscrição de propriedades como Patrimônio da Humanidade, observa-se a inserção das propriedades que adquirem tal *status* em uma lógica de consumo mundial. Embora

seja evidente que a ONU/UNESCO, importa evidenciar, apresente o primeiro caráter como norteador de sua atividade, impõe, necessariamente, à propriedade, sua inserção em uma lógica de consumo, expondo-lhe a uma “positividade” que contrasta diametralmente, sem nenhum ponto de convergência, com a prática da alteridade. Como será verificado, em Sintra, há uma promoção, prioritariamente, à visita do turista e não do viajante. Alguns aspectos que serão agora apresentados, fazem-se necessários diante da complexidade que se coloca a uma propriedade quando adquire o *status* de Patrimônio Cultural de expressão universal em uma sociedade de consumo.

A noção desenvolvida sobre a ideia de sociedade de consumo decorre de uma análise minuciosa realizada por Jean Baudrillard (1995), nos conduzindo a uma compreensão das nuances de um modelo de sociedade que olha para o indivíduo como consumidor e para todos os elementos da sociedade com potencial de se transformar em uma mercadoria, não lhe escapa. Em uma sociedade que automatizou o sistema de produção, as relações passam a ser estabelecidas pela repetição do consumo. Falta a Baudrillard um termo capaz de definir melhor as práticas que resultam de uma “culturalidade industrial”, mesmo porque a própria cultura torna-se objeto de consumo, ao optar por Sociedade de Consumo e como isso expõe seu entendimento de como se apresenta esta sociedade:

Nós não temos um termo para designar essa substância funcionalizada de mensagens, textos, imagens, obras-primas clássicas ou histórias em quadrinho, essa “criatividade” e “receptividade” codificadas que substituem a inspiração e a sensibilidade, esse trabalho coletivo dirigido sobre as significações e a comunicação, essa “culturalidade industrial” que vem assombrar confusamente todas as épocas e que nós continuamos por ausência de um termo melhor a chamar “cultura”, ao preço de todos os desentendimentos. (BAUDRILLARD, 1995, 165)

Partindo das relações estabelecidas entre os indivíduos, ao que interessa a análise da pesquisa, verifica-se em Baudrillard (1995) que esclarece como o indivíduo se relaciona como as coisas em uma sociedade voltada ao consumo, na qual as relações se desenvolvem a partir da mediação realizada pelos objetos.

Ao expressar em tom irônico que “dentro em breve, seremos classificados como monumentos artísticos, pelo Ministério dos Assuntos Culturais”, discorre sobre seu entendimento acerca desta sociedade que descreve em minúcias, por entender que:

Chegamos ao ponto em que o “consumo” invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o

“envolvimento” é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado. Na nomenclologia do consumo, a climatização geral da vida, dos bens, dos objetos, dos serviços, das condutas e das relações sociais representa o estágio completo e “consumado” na evolução que vai da abundância pura e simples, através dos feixes articulados de objetos, até ao condicionamento total dos actos e do tempo, até à rede de ambiência sistemática inscrita nas cidades futuras que são os *drugstores*, os *Parly 2* ou os aeroportos modernos. (2008, p. 18-19)

Sem negar uma “ordem de produção” da sociedade contemporânea, afirma a proeminência de uma “ordem do consumo”, a qual se manifesta como uma ordem específica, que é a de manipulação dos signos. Ao traçar um paralelo com o pensamento mágico, por considerar que ambos vivem de signos e ao abrigo de signos, entende que:

Determinados aspectos das nossas cidades contemporâneas realçam cada vez mais uma lógica das significações, uma análise dos códigos e dos sistemas simbólicos – sem que, no entanto, sejam sociedades primitivas e permanecendo inteiramente de pé o problema da produção histórica de semelhantes significados e códigos – análise essa que deverá articular-se na do processo da produção material e técnica como seu prolongamento teórico (BAUDRILLARD, 1995, p. 24)

As consequências disto para uma propriedade inscrita como Patrimônio da Humanidade, se realiza através de um *modus operandi* já conhecido, em que se recorre, com frequência, à busca por normalizar diferenças, ajustando assimetrias culturais do *lugar*, resultando, como nos atenta Rogério Proença Leite (2005), em “lugares com características culturais locais atenuadas seriam mais propícios às práticas extensivas de consumo, na medida em que a ausência de fortes características tradicionais possibilitaria um fluxo mais eficaz de componentes globais da cultura” (p.79). E que há, assim, uma “necessária flexibilização dos conteúdos culturais, que permite a inserção desses espaços no fluxo mundial de consumo simbólico” (LEITE, 2005, p. 79-80). Coloca-se uma propriedade no fluxo do consumo mundial, correlato à ideia de positividade da vida contemporânea que fala Han (2012).

Especificamente sobre a genealogia da hostilidade de Jean Baudrillard, Han contrapõem-se com a genealogia da violência, pois, para ele, “a violência da positividade não pressupõe qualquer hostilidade. Pelo contrário, ela desenvolve-se numa sociedade permissiva e satisfeita” (p. 16). E, tomado por tal entendimento, trata de assegurar que “a violência da positividade, não é privativa, mas saturativa, não é exclusiva, mas exaustiva” (p. 17), o que acaba pondo no indivíduo, a controversa, responsabilidade de ser explorado por si próprio, uma vez que o Eu, está sempre em alerta e em atenção, para uma performance, que de algum modo

lhe permita usar da positividade, retroalimentando-se também por dar prosseguimento a tal positividade.

Nestes moldes, verifica-se que há um gênero, no âmbito da sociedade de consumo, que se mostra importante e necessário à reflexão da presente tese, sendo este especificamente, o “consumo cultural”. Nestor Garcia Canclini (1997), chama-nos atenção da necessidade de um estudo que se delimite pela análise do “consumo cultural”. Isto porque entende que as variadas perspectivas de estudos realizados sobre a sociedade de consumo não são autossuficientes e que são difíceis de correlacioná-los para uma análise. O autor cita seis modelos que são utilizados em análises do consumo nas sociedades contemporâneas: 1) “el consumo es el lugar de reproducción de la fuerza de trabajo y de expansión del capital”; 2) “el consumo es el lugar donde las clases e los grupos compiten por la apropiación del producto social”; 3) “el consumo como lugar de diferenciación social e distinción simbólica entre los grupos”; 4) “el consumo como sistema de integración y comunicación”; 5) el consumo como escenario de objetivación de los deseos”; 6) “el consumo como processo ritual”. Apresenta uma percepção crítica, ao afirmar sutilmente que tais modelos são entendidos como gerais e capazes de analisar quaisquer tipos de consumo.

Ao se questionar se o consumo chamado de cultural tem um problema específico, entende que: “si la apropiación de cualquier bien es un acto que distingue simbólicamente, integra y comunica, objetiva los deseos y ritualiza su satisfacción, se decimos que consumir, en suma, sirve para pensar, todos los actos de consumo – y no sólo las relaciones con el arte o el saber – son hechos culturales” (CANCLINI, 1997b, p. 33). A justificação principal decorre do fato de que, na modernidade, os campos artísticos e intelectuais – arte, literatura, ciência - se tornaram parcialmente independentes, isto, em sua percepção, exige teorias e metodologias específicas. Junto a isto, há um conjunto de instituições especializadas que oportunizam circuitos independentes para a produção e circulação de bens, sendo elas, as galerias de artes, os museus, revistas, os centros de pesquisas e as próprias universidades. Atenta, ainda, que existem conjuntos de consumidores com formação específica na história de cada campo cultural, os quais se orientam ao consumo a partir de uma aprendizagem de um gosto que é regido por prescrições especificamente culturais. Neste sentido, define a particularidade do consumo cultural como sendo: “el conjunto de procesos de apropiación e usos de productos en los que el valor simbólico prevalece sobre los valores de uso e de cambio, o donde al menos estos últimos se configuran subordinados a la dimensión simbólica” (CANCLINI, 1997b, p.

34). O “consumo cultural” revela a face consumível das propriedades inscritas como Patrimônio Cultural no âmbito da sociedade de consumo.

Neste sentido, vale-nos a reflexão acerca do paradoxo colocado mediante o uso, extensivo de componentes de determinada cultura, que de tão singulares foram chancelados pela UNESCO, em seus propósitos, como de interesse à toda humanidade por seu “valor excepcional universal”, na medida em que a propriedade, inserida em uma lógica de consumo, acaba por normalizar e/ou equalizar as diferenças e assimetrias culturais, em favor de um consumo, como verificaremos em Sintra, nos faz pensar que a “negatividade” do *outro*, que poderia ser observada no conjunto desses componentes culturais, pode ser convertida no que Han (2012) chama de “positividade” de um outro igual, através de pequenos fragmentos admissíveis do *outro*, “de modo a poder tornar-se objeto de consumo”. (HAN, 2010, p. 10), que, por assim dizer, podem ser mais bem ingeridos e consequentemente digeridos; em atendimento ao fluxo de um consumo cultural de massa. Observa-se, com isso, que o instituto do “patrimônio mundial” da UNESCO, tem sido acionado por, pelo menos, dois modos de fundamentos e propósitos antagônicas entre si, com efeitos que podem incidir para além das dinâmicas socioculturais do *lugar*.

Assim, buscamos observar o que pensamos se tratar de um recorte de uma certa conjuntura, que Han (2012) nos tem convidado à provocação, quando formula que há, em curso, uma “cultura de um constante igualar que não permite a negatividade do outro” (p. 10), através da qual, se nota que “o sujeito não é capaz de reconhecer o outro na sua alteridade, nem de o reconhecer na alteridade” (p. 10.), nos vários *campi* da vida social. Este igualar, referidamente ao campo da cultura, não estaria assentado numa uniformização das culturas, como entendiam os estudiosos da Escola de Frankfurt, mas, de um igualar do *eu* em relação ao *outro*, por um caráter imunológico, na “dialética da positividade”, que tem que ver com a imanência dos indivíduos, em que, de algum modo, a fragmentação da cultura, para atender certos mercados culturais de consumo, tem sido requerida e então contribuído para esse igualar.

Evidencia-se, assim, que o patrimônio mundial da UNESCO, tem tido seus usos extensivamente subvertidos dos seus fundamentos (SANTOS, 1997), verificados à máxima potência em sítios da categoria “paisagem cultural”, pelas suas características de forte singularidade em um amplo conjunto de componentes culturais. Que, de um propósito de funcionar como uma espécie de elixir para uma comunidade internacional humana, oferecendo auxílio a um certo modo de relacionar-se, nas diferenças culturais, do *eu* com o *outro*, num fundamento que condiz, semelhantemente, com aquilo que Lévinas (2010) denominou de “ética

da alteridade”, tem se comportado, convertidamente, em elevadas marcas de distinção comercial – magia, misticismo e romantismo – de certo modo, com a autoridade da UNESCO, para impulsionar o consumo simbólico cultural, através de fragmentos de componentes culturais, que têm suas assimetrias culturais equalizadas, “em favor de diferenças consumíveis” (HAN, 2012, p. 10), não havendo espaço para os ruídos da negatividade, tão próprios e, em certa medida, salutares para a aproximação e na experiência com *o outro*. Atingindo significativamente, segundo Han (2012), as circunstâncias de uma qualquer relação de alteridade. Uma vez que,

A alteridade é, contudo, hoje em dia, substituída pela *diferença*, categoria que já não pressupõe qualquer reação imunológica. A diferença pós-imunológica, ou pós-moderna, já não é sinónimo de doença. No plano da imunologia, ela corresponde ao *idêntico*. É como se à diferença faltasse o aguilhão da estranheza, capaz de desencadear uma forte reação imunológica. Assim, a estranheza se reduz a uma fórmula de consumo. O estranho dá lugar ao exótico. E o *turista* visita-o. O turista e o consumidor deixaram de ser *sujeitos imunológicos* (2012, p. 11).

Para Han, antes de chegarmos nessa época, todas as outras patologias de outras épocas estavam relacionadas a uma imunologia do outro, uma vez que, a negatividade advinda do outro lhe causava, em seu sistema imunológico algum mal. Nessa perspectiva, na configuração da sociedade atual, o que causa a patologia, não seria a negatividade do outro imunológico, mas sim o excesso de sua positividade, ou seja, não há um agente negativo que cause no outro uma negatividade, é a positividade do outro que lhe causa tais transtornos neuronais, “o objeto da defesa imunológica é a estranheza enquanto tal. Mesmo que o estranho não tenha qualquer intenção adversa, mesmo que não represente nenhum perigo, a sua alteridade conduzirá a sua eliminação”, (2012, p. 10), por apenas não estar, em determinado momento, desempenhando “o excesso de positividade”.

Para ilustrar como o paradigma da imunologia entre o Eu e o outro, vem sendo substituída aos poucos, sobretudo depois da guerra fria, Han, apresenta que até mesmo a medicina já percebe esse movimento, e não mais trata o sistema imunitário entre o self e non-self, mas sim, entre *friendly* e *dangerous*. Desse modo, a sociedade “tende, cada vez mais, a identificar-se com uma constelação, que subtrai totalmente ao esquema imunológico de organização e defesa. Essa constelação definisse pela supressão da alteridade e da estranheza” (p. 11). A alteridade é então substituída pela diferença, e esta não contém reação imunológica.

Aqui, é importante ressaltar, que diferentemente do estranho, onde há uma reação imunológica, nos termos clássicos, adequada aquele que não se reconhece, o diferente é aquilo

que reconhecemos, e exatamente por isso que o classificamos de diferentes porque sabemos quem ou o que são. De modo semelhante, Han classifica o diferente mais próximo ao idêntico (Heidegger) do que ao estranho.

Assim, foi possível pensar que o *lugar*, com toda sua singularidade cultural, marcado como “paisagem cultural”, pela chancela institucional da UNESCO, quando acionado, como tal, tem estado como apenas mais um elemento entre “uma série de projeções de si mesmo”, da sociedade de consumo. Para atender as mais diversas formas de estratégias do consumo pelo turismo cultural, num *modus operandi* que não tende a permitir desenvolver-se uma relação mais duradoura e aberta com aquela espacialidade, dispondo-a apenas para o célere e conduzido consumido, características que Han (2009, 2010, 2012) também tem apontado como próprias do “excesso de positividade” em que pensa poder estar inscrita a atual sociedade.

Cena 1073: O “ato” de patrimonializar da ONU/UNESCO oferece ao mundo 1073 cenas, ao que entendemos, mediante os propósitos da instituição, e considerando o exposto sobre a “sociedade de consumo” e “consumo cultural”, teatralizadas ao consumo, colocando a atopia em condição de ser consumível, resultado que torna a cultura do *outro*, e quanto mais este for outro, enfaticamente, um desses de “valor excepcional e universal”, são quão mais distintos e desejáveis ao consumo. Diz-nos Han, que “a sociedade de consumo visa eliminar a alteridade atópica a favor de diferenças consumíveis, heterotópicas. [Sendo assim,] a diferença é uma positividade, no que se contrapõe a alteridade”. Igualadas em consumos da teatralização das diferentes culturas, o pitoresco inigualável de uma prática cultural em diversas partes do mundo, supprime-se pelo “inferno do igual”, o inferno, que mais uma vez, no mundo do consumo cultural de massa, não oferece ao outro o contato face-a-face à identificação do respeito ao outro.

Diante do exposto, torna-se prudente afirmar que fica evidente que a ONU/UNESCO, em tese, a partir da verificação de documentos e falas oficiais da própria instituição, expressa o interesse por uma dinâmica social correspondente à negatividade, necessária ao fim esperado, possível ao pleno exercício da prática de alteridade; mas que, em se perdendo a tutela da dinâmica que se desenvolve a partir da inscrição na lista de Patrimônio Mundial, o que obviamente distância do dever ser documental, coloca o bem em um igualar consumível que revela, de forma generalizante, o consumo da cultura em referência a uma sociedade que se expressa por uma cultura de consumo, tornando as propriedades inscritas como patrimônio da humanidade uma “atopia consumível”, desvelando o que temos um entendimento de que pode ser chamado de “Lugares do Igual”.

CAPÍTULO II

NA “AURA DE SINTRA”: UM PERCURSO ATÉ A PATRIMONIALIZAÇÃO MUNDIAL

O caráter particular do tombamento de um sítio como Patrimônio Mundial – UNESCO, demanda que, ao nos debruçarmos em qualquer tipo de análise que permeie tais processos, compreendamos o cenário histórico contextual que, de algum modo, oportunizou o forjamento⁹⁶ de determinado sítio como patrimônio de interesse universal da humanidade. É, portanto, categórico que nos afastemos temporalmente do produto patrimonializado contemporaneamente, imbuídos da tarefa de examinar os elementos e aspectos, em meio ao contexto histórico, que foram empregados para justificar a inscrição.

A qualificação de Sintra, em Portugal, nosso campo empírico, como paisagem cultural - patrimônio mundial⁹⁷, foi realizada em 1995, como uma das pioneiras neste tipo específico de inscrição – Paisagem Cultural. Neste expediente, as características de tombamento são, em certa medida, distintas das que mais comumente são realizadas pela UNESCO. Uma vez que, neste tipo de registro, não há tombamentos isolados de determinados

⁹⁶ Em determinados momentos, em toda pesquisa, estaremos tratando, propositalmente, por *forjamento* aquilo que a UNESCO chama de *inscrição* ao Patrimônio Mundial, pois entendemos que a semântica do vocábulo forjar é mais bem adequado, de forma geral, aos processos de patrimonialização mundial, uma vez que, como discutimos no capítulo anterior, um “Patrimônio da Humanidade”, sob a chancela da UNESCO, é atribuído como tal por um ato, por assim dizer, unilateral do estado-membro solicitante, validado tão somente pelos indivíduos que representam os outros estados-membros da UNESCO, do que propriamente pelo entendimento comum e compartilhado da humanidade sobre a excepcionalidade e o interesse universal de determinado item cultural; sendo assim, nos parece mais bem adequado, tratar esse processo como um forjamento, no sentido de fabricar e modelar, um “produto” (finalidade recorrente sobre o patrimônio que recebe tal *status*), do que como uma inscrição, que semanticamente está mais facilmente associada à registrar ou listar algo que previamente existe, quase que como num processo de catalogação. Mesmo porque, temos concordado, até aqui, com a afirmação de Canclini (1997), em que assevera que “toda operação científica ou pedagógica sobre o patrimônio é uma metalinguagem, não faz com que as coisas falem, mas fala dela e sobre elas [...] qualquer política patrimonial trata os objetos, os edifícios e os costumes de tal modo que, mais que exibi-los, tornam inteligíveis as relações entre eles e propõem hipóteses sobre o que significam para nós [...]” (p. 202); assim, nos parece que estamos tratando mais de um forjamento, no sentido de fabricar hipóteses e significados universais, do que uma mera inscrição, que não envolveria nenhum tipo de adjetivação unilateral.

⁹⁷ “A paisagem cultural de Sintra”, [é considerada] de valor universal, pois representa uma abordagem pioneira do paisagismo romântico que teve uma influência notável sobre o desenvolvimento do Romantismo em outras partes da Europa, é também um exemplo único da ocupação cultural de um local específico que tem mantido a sua integridade essencial, bem como a representação dos diversos povos e das culturas sucessivas” (UNESCO, 1995, p. 48). Tradução nossa, do original: Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage (1995).

bens patrimoniais, mas sim de toda uma ambiência⁹⁸, que envolve vários elementos de cunho cultural e natural, por considerá-los representativos da trajetória biográfica de uma determinada sociedade, em suas sucessivas ocupações por diversas culturas, desde as mais remotas, no processo de assentamento sobre determinado espaço, observando as influências contingenciais do meio natural, em relação com as dinâmicas socioculturais que naquele espaço interferem, se complementam, e, eventualmente, se fundam.

A UNESCO (2012), assenta paisagem cultural da seguinte forma:

As paisagens culturais frequentemente refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para técnicas modernas de utilização sustentável das terras e para a manutenção dos valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras mantém a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica. (p. 70)

Em meio a esse tipo específico de configuração e por essa, em Sintra entende-se que se fundou um movimento pioneiro no mundo, pelo qual, temos uma paisagem arquitetônica representativa do movimento romântico, que teve influência direta e indireta de diversos aspectos dessa sucessão de povos e culturas, assim, desse modo, tem-se nessa relação, importância capital na justificativa para a patrimonialização mundial. Portanto, quando o produto tombado pela UNESCO, justifica-se por tais características, a tarefa de exame para compreensão, pede que sejam analisadas, de modo mais cuidadoso, a trajetória biográfica de ocupação e formação de Sintra.

Antes mesmo da salvaguarda da UNESCO, o concelho de Sintra, na verdade uma boa parte de seu termo, já era amplamente anunciado como detentor de uma aura de caráter místico, mágico e de romantismo. Esta última é de cronologia mais recente, se comparada as outras duas. Toda essa aura, ao que se observou, é reflexo simbólico de uma continuidade

⁹⁸ Por ambiência, queremos nos referir a um conjunto de características e aspectos socioculturais, econômicos, políticos, geográficos, climáticos e ambientais, que em aproximação e relacionados entre si, num processo de retro-interação, que tem forte carga nas percepções sensoriais dos indivíduos, em meio ao contexto de um ou de vários grupos sociais, dispostos em um mesmo espaço físico, e numa temporalidade ajustada; produzindo como resultado, um tipo próprio e único de cenário sociocultural, ou seja, uma ambiência. Das poucas noções de ambiência, com viés nas ciências humanas, que encontramos, uma nos chamou atenção para nos apoiar a dar maior compreensão ao que queremos nos referir pelo nosso entendimento de ambiência; recaindo sobre o pensamento do sociólogo e arquiteto Jean-Paul Thibaud (2010), de onde parte que “um dos aspectos fundamentais da noção de ambiência é que ela postula a unidade do mundo sensível ao invés de, primeiramente, dissociar os sentidos e depois buscar uni-los novamente. [...]. Em suma, ambiência é definida como o espaço-tempo experimentado pelos sentidos” (p. 9), para nós, as ambiências observadas na biografia de Sintra, comungaram, em boa medida, desta noção, o que, em muito, contribuiu para seu tombamento pela UNESCO.

biográfica, fruto de uma convergência das dinâmicas socioculturais do homem com os elementos da natureza, particulares daquela região, e do somatório das convergências de cada época, que de algum modo, vieram estabelecendo em Sintra, antes mesmo de ter ela este nome, em tempos remotos, uma dada “Aura”, que chamaremos de “Aura de Sintra”. Tratamos de tempos remotos, pois, esta região, é testemunha transicional de diversas épocas da história e da pré-história, estimada como “um achado de vestígios da própria história da Humanidade⁹⁹”, o que, para além de socioculturalmente ser, talvez, a mais importante sustentação de toda construção dessa aura, acrescenta significativo valor como elemento patrimonial, o que, por conseguinte, incrementa a dimensão da exploração econômica desse patrimônio.

Observando sua biografia, somente com as denominações de vila e/ou município, Sintra tem aproximadamente nove séculos. Porém, se adotarmos os datados de marcas de ocupação humana, a região tem entre três e cinco milênios de ocupação. Portanto, como é de se pensar, não discutiremos pormenorizadamente, a extensa linha cronológica de sua ocupação, pois, ainda que tentássemos, não conseguiríamos esgotar tamanha biografia. Faremos, então, um sobrevoo de plano geral, tratando de algumas passagens históricas que entendemos que dão auxílio ao escopo da pesquisa. Assim, quando julgarmos necessário, nos deteremos em discussões sobre algumas características que compõem o cenário, especialmente sobre aquelas que, de algum modo, foram e/ou são apropriadas como recurso patrimonial, como expediente de aprofundamento da compreensão.

Para tal empreitada, fez-se obrigatório recorrermos à bibliografia de origem portuguesa sobre a pré-história e história de Portugal e Sintra, bem como, investigações de dados estatísticos e fontes primárias e secundárias que tratam, ainda que tangencialmente, do nosso objeto. Desse modo, encontramos valiosos referenciais bibliográficos, aos quais devemos prestar os agradecimentos. Nesse sentido, cabe o registro da contribuição das investigações realizadas por historiadores, arquitetos e arqueólogos, como Afonso Manuel Alves; Luís Leiria de Lima; Margarida Bico (1988), Vítor Serrão (1989), Manuel Justino Maciel (2007), Maria Teresa Caetano (2007), Ana Raquel da Costa Caetano (2015), Maria Luíza Zanatta de Souza (2011), Miguel Boim (2014), em citação de alguns. Todos acabaram por trazer maior robustez à empreitada. Há ainda, alguns pares de conceitos e categorias analíticas, que foram de fundamental importância para compreensão do que o conteúdo

⁹⁹ Sítio eletrônico da Câmara Municipal de Sintra – (CM-Sintra). Acessado em: 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cm-sintra.pt/historia/louvar-amar>>

histórico nos revelou. Sobre isto, nos deram sustentação, Levi Strauss (2008), Rudolf Otto (2007), José Manuel Anes (2010), Jean-Paul Thibaud (2010), só para citar alguns.

Cabe salientar ainda, que o contato com estes autores, foi possível graças ao período de estágio de doutoramento que realizei na Universidade de Coimbra, especificamente em seu Centro de Estudos Culturais, o que possibilitou consultar referências disponíveis nos acervos de suas bibliotecas, bem como, adquirir alguns exemplares da bibliografia descrita. Ainda sobre isso, devemos registrar que considerável parcela das referências bibliográficas utilizadas neste capítulo, tiveram a contribuição, pela indicação, do Prof. Dr. Paulo Peixoto (CES/UC).

Também obtivemos importantes contribuições advindas das documentações e informações encontradas nos sítios eletrônicos da Gestora do Patrimônio de Sintra - Parques Sintra-Monte da Lua (PSML), da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), da Câmara Municipal de Sintra (CM-Sintra), do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), do Jornal Diário de Notícias (DN), do Turismo de Portugal, entre outros, do Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal (INE), da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA), citando alguns entre outros. Outras importantes fontes de consultas foram os sítios eletrônicos de empresas e agências, que promovem, empreendem e exploram o turismo patrimonial em Portugal, detidamente as que exercem estas ações em Sintra e seus arredores.

2.1 Uma biografia de Sintra: uma jusante em direção ao patrimônio mundial.

Mais do que uma morfologia, [...] as paisagens geográficas continham uma espessura antropológica, uma memória reveladora de diversas sedimentações ou marcas deixadas por sucessivas transformações.¹⁰⁰

Ao iniciar esta atividade, vale evidenciar o caráter de complexidade de estender uma linha cronológica para retomar e compreender o cenário biográfico contextual de Sintra, da forma e com o intuito que descrevemos. Isso não se dá, essencialmente, pelas dificuldades usualmente encontradas nesse tipo de investigação, sobretudo daquele tipo que envolve algum

¹⁰⁰ “O Conceito de Paisagem como Architectura ou o de Architectura como Paisagem geram um equívoco do qual ambas saem maltratadas.” In Tainha (2000, p. 90)

desinteresse e/ou negligência pela história do sítio em questão, o que acarreta num reduzido volume e conteúdo escasso da revisão literária. Definitivamente este não é o caso da bibliografia sobre Sintra.

Aqui, porém, a complexidade da operação, está na característica diametralmente oposta da enunciada. O volume de literatura sobre Sintra é diverso, extenso, controverso e por vezes carregado no tom de romancismo, tornando a tarefa de selecionar o referencial bibliográfico, para além de cuidadosa, como é de praxe, também atenta. Pelas referências que tivemos ingresso, pensamos que isso tem relação direta com a longa cronologia da região, em uma equação que envolve agendas de áreas de pesquisas diversas, bem como, interesses sobre enfoques temáticos distintos, em meio a uma vasta diversidade de culturas e povos que ocuparam e deixaram suas marcas na biografia da região. Aparentemente, as mais volumosas são: a história dos povos que habitaram a região, e as pesquisas de suas dinâmicas culturais, o entusiasmo sobre suas lendas e mitos, e a compreensão da formação sociocultural do povo português.

Assim, seria possível, por um lado, tecer críticas, à alguns textos da literatura científica, que se permitem envolver com a atmosfera do misticismo, da magia e do romantismo, que se admite na região, dando, por vezes, um caráter romanceado à obra, de outro, é ponderadamente compreensível, pelo que optaremos, abrigar, por tais obras, esse modo de versar sobre Sintra, uma vez que, com isso, muitas vezes, os autores aparentam estar usando um recurso para introduzir o leitor nesta aura, pois, enfim, a biografia de Sintra, ao que se sabe, experienciou todos os elementos desta atmosfera, o que, também, é plausível como efeito de refletir sobre a ocupação e formação de Sintra, bem como o desenvolvimento de suas dinâmicas socioculturais, uma vez que tiveram, de algum modo, nos elementos assumidos nestas obras, uma espécie de bússola norteadora.

Refletindo sobre isto, a urbanista historiografista Maria Luiza Zanatta de Souza (2011), num trabalho revisional de uma célebre obra sobre Portugal; “Da fabrica que falece à cidade de Lisboa”¹⁰¹, de Francisco de Holanda (1571), assevera que, “existe todo um patrimônio literário, que transformou Sintra numa referência quase lendária” (p. 268), que assim, em formato de literatura, parece ter tido início por volta dos séculos XIII-XIV, porém,

¹⁰¹ “*Do Fabrica que falece à cidade de Lisboa*” (1571), de autoria do arquiteto iluminador Francisco de Holanda, [esteve] inédito até meados do século XIX, quando foi descoberto pelo conde Athanasius Raczynski (1788-1874), na Biblioteca de Jesus em Lisboa, resgatando o artista-teórico do anonimato para ser devidamente reconhecido pela historiografia da arte e da arquitetura, como figura central para a compreensão dos novos valores estéticos propostos em Portugal no século XVI. “(DE SOUZA, 2011, p. 10)

mitos revestidos de um aspecto lendário, por uma tradição oral; pelo que verificamos, já se podia observar na antiguidade clássica, período de ocupação romana de Sintra, que pelo que discutiremos reverberou por séculos à frente.

No primeiro capítulo de uma obra considerada de referência sobre a história de Sintra, do historiador Vitor Serrão (1989), professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e propositor da primeira candidatura de Sintra, em 1988, à patrimônio Mundial da UNESCO, o autor tece uma espécie de resumo sobre a história da localidade, que, em nosso modo de ver, demonstra, em certa medida, o que nos referíamos. Tingindo Sintra com ares de magia, misticismo e romantismo. Chanfrando, ao final, sua predileção sobre esta, como “autentico patrimônio da humanidade” (SERRÃO, 1989, p. 12). No entanto, isso não parece pôr em prejuízo a qualidade biográfica do trabalho, que em muito nos auxiliou. Com a palavra, Serrão (1989).

Sintra, com o espaço urbanístico da Vila Velha, o seu acervo de igrejas, palácios, conventos, quintas senhoriais e edifícios civis de artístico perfil, e o seu fascinante envolvimento natural que se estende pelos parques frondosos da Serra e se espraia até ao oceano, constitui sem a mínima dúvida um *sítio monumental por excelência* do nosso país. É ainda hoje a ‘nobre villa cercada de muitas quintas, amenos bosques com muitas fontes de excelente água’ [...], com a sua vasta serra verdejante e roqueira envolta por eterna bruma de indizível mistério, [...] multiplicam-se os *sinais de deslumbramento*, acentuando ora as suas preciosas relíquias arqueológicas e monumentais, ora a largueza generosa das paisagens matizadas de verdes, ora ainda a selvática imponente da serra envolta por neblinas seculares. [...] características essas que não deixaram de se perpetuar, imutáveis, ao longo de um devir histórico [...], num lento fluir de homens e de ideias que sempre se moldou à contagiante magia do sítio [...]. Todo esse surto de intervenções [referindo-se a uma série de comentários de outros autores que cita], resultante colectiva de uma sensibilidade apaixonada pela fragrância do solo e pela constância maravilhosa da atmosfera feita de matizes de verdes, de ventos marinhos e de renques de bruma, se consubstancia, hoje, numa *unidade patrimonial* cujos contornos valorativos não são apenas para consumo interno, antes se assumem como autêntico *Patrimônio da Humanidade* (SERRÃO, 1989, págs. 9, 10 e 12, grifos do autor).

Portanto, ao passo que, assim, a tarefa pede criteriosidade, na eleição da literatura, também é relevante e revelador, para a investigação. Precisamente porque alguns dos aspectos que tangem as ambiências de Sintra, que são relatados nestas obras, os quais podem ser entendidos como constituintes da “Aura de Sintra”, foram apropriados e empreendidos no processo de forjamento do sítio como de “excepcional valor universal” para a humanidade, como também, porque são capitalizadas das mais diversas formas, por agentes que desenvolvem distintas atividades econômicas, especialmente as relacionadas ao turismo.

Ao nos debruçamos numa análise biográfica para a percepção e o entendimento dos aspectos que foram arregimentados para justificar a inscrição de Sintra como Patrimônio Mundial, percebemos no seu contemporâneo cenário sociocultural, ou seja em sua atual ambiência, o que entendemos ser, em alguma medida, um produto biográfico de outras ambiências que esta região conheceu, no decorrer de um alongado processo de formação, revelando alguma continuidade de características socioculturais que estiveram presentes em diversos grupos sociais, em meio a um processo de retro-interação com o ambiente particular de Sintra, onde a mais longínqua passagem que se tem conhecimento, ou se supõe, do ser humano envolvido nesse processo naquela região, data da pré-história, que, de algum modo, emoldurou um cenário místico, magico e romântico, que recai imagética e culturalmente sobre Sintra, em sua ambiência atual, ou contemporânea.

Isto, numa espécie de evolução de movimento de fluir descendente pela serra de Sintra, numa movimentação que mais lembra o percurso jusante de um rio, que desce suas águas por sobre a serra, a partir de suas nascentes, que no caso estão localizadas em seus cumes, até sua foz, que poderíamos pensar como sendo aqui representada pelo centro histórico e patrimonial da vila de Sintra, o núcleo populacional fulcral do processo de patrimonialização mundial. Aliás, sobre as águas, veremos que estas também são importante aspecto na composição desse cenário.

Em observação a este trajeto, temos que, de acordo com as pesquisas de nossos referenciais, os primitivos habitantes pré-históricos ocupavam os cumes do maciço, com uma dinâmica social repleta de envolvimento sacro-simbólico, misticismo e magia, tendo a serra, a lua, o sol e outros astros, como elementos alicerçantes e fundamentais na sua formação sociocultural, o que, de algum modo, veio sendo conduzido num percurso de declive sobre suas encostas, passando pelas ocupações de alguns povos e suas culturas, especialmente os romanos politeístas e os mouros islâmicos, que no caso dos primeiros, interagiram com o sacro-simbolismo daquele *tópos*, num processo que parece ter resultado numa reconfiguração de seus cultos, e que no caso dos mouros, as investigações ainda não revelam muito, ainda que haja indícios de interseção semelhante, que por enquanto se vê um respeito a tal simbolismo, até chegar na fixação da vila de Sintra, no sopé da Serra, que conhecemos hoje como “Vila Velha de Sintra”, ou como “Centro histórico da vila de Sintra”, com a maior parte de todo seu conjunto de elementos materiais, sendo expressões das dinâmicas socioculturais que se iniciaram no século XV, e se estenderam até pelo menos o século XVIII, num processo

que teve nas concepções humanistas-renascentistas da idade moderna uma forte inspiração de nova reinterpretação da topografia de Sintra.

Pensando nessa movimentação, é que propusemos, para atingir os objetivos deste capítulo, um esquema de apreensão de toda essa evolução biográfica que, pelo modo como entendemos constitui a “Aura de Sintra” e oportunizou uma Sintra Patrimônio Mundial. Neste esquema, classificatório e analítico, dividimos a biografia de Sintra até por volta de meados do século XX, em três momentos históricos, ou melhor dizendo, três ambiências, de ao menos dois elementos comuns em todas elas, a presença física da serra de Sintra, bem como, uma presença constante de algum envolvimento sociocultural, alternando-se e por vezes imbricando-se entre o sacro, o místico e mágico, marcados, em todo caso pela serra, mas encontrando em certa medida e em algumas ambiências os elementos astrolátricos.

Na primeira, faremos uma remontagem de aproximadamente 5 a 6 mil anos, onde por volta de 3 mil a.C. os ditos primeiros habitantes da região que conhecemos hoje como Sintra, davam seus primeiros passos, especialmente nos cumes da serra, por uma dinâmica sociocultural própria e peculiar daquele lugar (*tópos*), na constituição de uma ambiência ancestral, que entendemos que, em certa medida, fincaria as bases socioculturais, que, de algum modo, assistiria no desenvolvimento de outras dinâmicas, repercutindo pelos outros períodos e até hoje.

Num segundo momento, por volta do século II a.C., até o século XII, observaremos uma espécie de meio termo dessa movimentação, no qual, empreenderemos compreensão ao período em que as ocupações e as dinâmicas socioculturais dos impérios, sabidamente dos povos romanos e posteriormente dos islâmicos, desenvolveram-se e distribuíram-se com naturalidade ao longo das encostas da serra e planícies próximas, sem, contudo, abandonar definitivamente os cumes, porém já com presença mais rarefeita, delineando o fluir de jusante, i.e., um caminho de descida; como mencionamos, sendo possível avistar, em certa medida, um envolvimento de dinâmicas socioculturais de uma ambiência ancestral, numa ligação com os aspectos sacro-simbólicos, na constituição de uma ambiência mística e mágica; aqui podemos dizer que se inicia a consolidação de um todo conjuntural, que analiticamente estamos nos referindo como a “Aura de Sintra”.

Por fim, classificamos um terceiro momento, numa ambiência de grande apetência poético-artística e filosófica, no período de ocorrência do humanismo renascentista, que podemos dizer de forte ligação e de destaque ao romantismo, porém com mais características para além dessa. No intercurso desse período, Portugal se forma e se funda como nação, tendo

muitos representantes dos diversos movimentos culturais que ocorriam pela Europa, alguns destes movimentos, encontraram no ambiente de Sintra um importante local para se fazer expressar, e é pois, neste momento, que o cenário se completa, a parte cultural material da construção imagética de Sintra, que a forja como patrimônio mundial, está fundamentalmente assentada nesta ambiência, que assim poderíamos chamar de ambiência artístico-filosófico, porém, para efeito de maior propriedade à nossa investigação, neste momento, daremos ênfase ao período do romantismo que se instaurou em Sintra, a partir do século XIX, perdurando até início do século XX, ocupando posição de destaque para o tombamento de Sintra como “paisagem cultural de valor excepcional universal”, período que, como veremos, quase 5 mil anos depois, guarda alguma relação com a ambiência ancestral.

Pelo que entendemos, é sobre este percurso que se convencionou, atribuir, hodiernamente, como de valor excepcional universal, em meio a uma restrita delimitação territorial, que envolve uma infinidade de elementos, aspectos e circunstâncias, todos convergindo, de algum modo, para o processo de patrimonialização mundial, tendo em alguns elementos desse transcurso alguma maior expressão, como é o caso do romantismo, e dos elementos de misticismo e de magia. Porém, esta atribuição, em nosso modo de observar, aparentemente veio subtraindo alguns fundamentais aspectos da relação que o ser humano, por muito tempo, estabeleceu em Sintra, desde tempos mais recuados, e, que, de certo modo, influenciou numa ambiência contemporânea; esta, que se entendeu como patrimônio da humanidade, sobretudo daquele tipo que tange alguma contemplação de todos os elementos anteriormente descritos.

Tais características e relações, deverão estar, a partir deste ponto, sendo postos em discussão, num enquadramento teórico com o objetivo que nos propusemos, mencionado anteriormente, sobre os quais, nos esforçaremos para dar a esta empreitada características distintas das contextualizações realizadas pelos nossos referenciais.

2.1.1 Enquadramentos e Caracterizações

2.1.1.1 Designações administrativas

Como parte do trabalho de enquadramento e caracterizações, e por se tratar de localidade situada em território português, pensamos que são merecedores de alguns cuidados de anotações, determinados aspectos distintos da estrutura político-administrativa do Brasil e de Portugal, necessários a pôr melhor entendimento ao nosso campo empírico. Assim, cabe-nos esclarecimentos sobre as distinções das designações que recaem sobre Sintra, e sobre como iremos nos referi-la.

Contemporaneamente, a referência à Sintra pode estar associada, fundamentalmente, sobre duas designações de classificações oficiais, para situações e delimitações distintas, não complementares, não substitutivas entre si, e não excludentes. São elas: município (concelho)¹⁰² e vila. Ambas, de “acomodação na divisão administrativa de Portugal. Em uma estrutura administrativa complexa, fruto de quase um milénio de diversas divisões territoriais”¹⁰³, pela qual, as classificações são realizadas, basicamente, de duas formas, instituídas por lei.

Uma, referente ao nível das competências administrativas, onde se observam três classificações de autarquias, que marcam a divisão administrativa de Portugal, descritas pela ordem hierárquica de: Distrito¹⁰⁴, Município (Concelho) e Freguesia¹⁰⁵. Nesta estrutura, o município de Sintra está inscrito como uma das 16 subdivisões administrativas municipais do

¹⁰² Oficialmente, “em 2006, a designação do 2º nível do Código da Divisão Administrativa, é alterada de ‘concelho’ para ‘município’”, portanto, diversos dos nossos referencias, anteriores a esta data, como de óbvio, fazem menção pelo termo de concelho, e, mesmo, os que foram escritos posteriormente também se valem da expressão, o que, de modo semelhante, observamos ocorrer usualmente no cotidiano dos portugueses.

¹⁰³ Sítio Eletrónico “formas de Portugal e suas Divisões Administrativas” Acessado em: 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.mslima.com/sop/divisoaes/>>

¹⁰⁴ “Os distritos, embora já gastos e desatualizados no presente enquadramento, permanecem como a mais relevante subdivisão do país, servindo de base para uma série de utilizações da divisão administrativa, que vão desde os círculos eleitorais, aos campeonatos regionais de futebol, por exemplo. Desde 1976, Portugal está dividido em 18 Distritos e 2 Regiões Autónomas insulares (Açores e Madeira), que englobam 308 Municípios (Concelhos) e que se subdividem em 3092 Freguesias.” (Sítio Eletrónico “formas de Portugal e suas Divisões Administrativas”) Acessado em: 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.mslima.com/sop/divisoaes/>>

¹⁰⁵ “As freguesias são as menores divisões administrativas de Portugal, é governada por uma Junta de Freguesia, um órgão executivo que é eleito pelos membros da respectiva Assembleia de Freguesia, à exceção do presidente. A Assembleia de Freguesia é um órgão eleito diretamente pelos cidadãos recenseados no território da freguesia.” (Sítio Eletrónico “formas de Portugal e suas Divisões Administrativas”) Acessado em: 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.mslima.com/sop/divisoaes/>> Grosso modo, o similar no Brasil da freguesia, seria o que chamamos de bairros, porém, sem poder de autoridade administrativa ou jurídica, como se observa em Portugal.

Distrito de Lisboa, ao mesmo tempo em que, onze freguesias¹⁰⁶ estão distribuídas espacialmente pelos limites territoriais do município, como suas subdivisões administrativas.

Uma outra forma de classificação, observa a tipificação categórica de aglomerados populacionais. Os quais, podem, assim, receber a designação de aldeia, vila ou cidade, detendo-se para isto na qualificação do povoamento, numa observação que leva em consideração a quantidade de determinados aspectos destes adensamentos. Por uma equação que envolve a verificação da elevação da notoriedade e da importância da povoação, essencialmente, pela quantidade de eleitores e a presença ou não de determinada contagem de equipamentos urbanos¹⁰⁷, num processo que, após a passagem de aldeia para vila, pela mesma sistemática, pode alçar a vila ao estatuto de cidade.

A denominação de vila é bastante antiga, remontando ao período de fundação do estado português. Em 1147, o mais importante aglomerado de povoamento da região de Sintra, foi elevado à categoria de vila, pela carta de foral¹⁰⁸, concedida por D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. Atualmente, a Vila (velha) de Sintra não é o maior aglomerado populacional do município, ainda que seja considerado o mais importante, pelo caráter histórico. Mesmo assim, há muito já preenche os pré-requisitos para ascender à categoria de cidade, porém, vem sistematicamente recusando tal designação, ao que se discute, por questões associadas ao estatuto de patrimônio mundial que adquiriu, sobre o que trataremos em seguida.

¹⁰⁶ Nomenclatura das Freguesias do Município de Sintra, a partir de 2013: União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim); União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; União das Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro; União das Freguesias de Cacém e São Marcos; União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão; União das Freguesias de Queluz e Belas; União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; Freguesia de Algueirão - Mem Martins; Freguesia de Casal de Cambra; Freguesia de Colares; Freguesia de Rio de Mouro.

¹⁰⁷ Desde a fundação do estado português, a designação de Aldeia, Vila e Cidade era usada, primeiramente de acordo com a vontade do Rei, e posteriormente, seguindo uma série de ordenamentos jurídicos. O último destes é o referente a Lei da República de Portugal n.º 11/82, de 2 de Junho, que Designa e Determina a Categoria das Povoações, por Aldeia, Vila ou Cidade, que, em seu "Artigo 12.º [diz que] uma povoação só pode ser elevada à categoria de vila quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 3000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: a) Posto de assistência médica; b) Farmácia; c) Casa do Povo, dos Pescadores, de espectáculos, centro cultural; d) Transportes públicos colectivos; e) Estação dos CTT [Correios]; f) Estabelecimentos comerciais e de hotelaria; g) Estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória; h) Agência bancária. [e, em seu] Artigo 13.º [diz que] uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 8000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: a) Instalações hospitalares com serviço de permanência; b) Farmácias; c) Corporação de bombeiros; d) Casa de espectáculos e centro cultural; e) Museu e biblioteca; f) Instalações de hotelaria; g) Estabelecimento de ensino preparatório e secundário; h) Estabelecimento de ensino pré-primário e infantários; i) Transportes públicos, urbanos e suburbanos". Acessado em: 25 de maio de 2016. Disponível em: <http://terrasportuguesas.parlamento.pt/Legislacao/Lei11_82.pdf>

¹⁰⁸ "Uma carta de foral é um documento concedido por um rei ou por um senhorio a uma povoação onde se estabelecem as normas de relacionamento dos seus habitantes, entre si e com o senhor que lhes outorgou o documento. É concedido como uma carta de privilégio, concedendo aos moradores da terra que a recebe um estatuto privilegiado ou de excepção." Acessado em: 04 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.csarmento.uminho.pt/ndat_421.asp>

Em 2013, por determinação de uma Lei¹⁰⁹ da república portuguesa, que reorganizou a administração do território das freguesias do continente português, houve uma redução destas subdivisões administrativas, pela qual, algumas foram extintas e outras agregaram-se, formando uma “união de freguesias”, como no caso de três freguesias contíguas do município de Sintra “criadas durante a Idade Média, que são Santa Maria, S. Pedro de Penaferrim e S. Martinho. [Nelas] se concentra o grosso dos valores histórico-artísticos, etnográficos, arqueológicos e naturais” (SERRÃO, 1989, p. 13), que, hodiernamente, após a unificação de todos os seus limites territoriais, sem extrapolá-los ou diminuí-los, passou-se a chamar de “União das Freguesias de Sintra”.

Assim, o aglomerado populacional da Vila de Sintra, incluindo seu centro histórico, vila que anteriormente constitui-se pelas três freguesias medievais citadas, com esta reorganização, passou, integralmente, a estar situada, por nomenclatura, na “União das Freguesias de Sintra”. Ademais, a Vila de Sintra, que já foi a sede de povoação e administrativa do Município de Sintra, algo semelhante, por assim dizer, a como, usualmente, acontece no Brasil com as cidades, que são as sedes urbanas dos municípios englobando aí suas zonas rurais, até pouco tempo, antes da reorganização mencionada, era somente sede administrativa da Freguesia de São Martinho. E hoje, a “União das Freguesias de Sintra”, é o onde está situada a câmara municipal de Sintra, que, por sua vez, situa-se na antiga vila de Sintra, portanto, de certo modo, é o local de sede administrativa do município, uma vez que a câmara do município de Sintra nesta espacialidade se encontra.

Entendemos que estas divisões políticas administrativas, são algo que exige cuidadosa compreensão num primeiro momento, especialmente, para quem, como eu, não esteja familiarizado. No entanto, com a evolução do texto e as caracterizações mais específicas e demarcadas sobre estes espaços e suas designações, esperamos que seja possível deixar o leitor mais à vontade sobre esses entendimentos.

Isto posto, e diante dos diferentes modos que podemos nos referir a Sintra, em distintas análises, para efeito de maior entendimento de nossa investigação, faremos distinções de chamamento, sempre que a ocasião necessitar. Usaremos as denominações de vila, município (concelho) ou serra, quando for necessário citá-los, assim, isoladamente, fazendo referência ao que, pelo uso da designação invocar, ou assinalando-a apenas por Sintra, sempre que quisermos nos referir ao cenário sociocultural conjuntural, que fora

¹⁰⁹ Lei da República Portuguesa, n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. Acessado em: 02 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.citius.mj.pt/Portal/article.aspx?ArticleId=1439>>

calcificada em torno daquela região, já quando precisarmos cita-la, em referência a sua área inscrita como patrimônio da humanidade, ou para outras situações distintas das mencionadas, faremos isso claramente.

2.1.1.2 Sobre a lendária etimologia de Sintra

A pesquisa sobre as designações oficiais de Sintra, acabou por nos fazer observar, já na busca em apreender nuances do cenário histórico, que somente sobre sua etimologia, há diversas argumentações que tangem as mais distintas abordagens. Corroborando com o que já mencionamos sobre a vasta bibliografia. A maioria, como já se poderia esperar, envoltas em uma atmosfera de caráter lendário, de domínio popular, que, de modo geral, e em importante medida, são atreladas e referendadas com o expediente da longínqua ocupação humana daquela região e a heterogeneidade dos povos e culturas confirmados e mesmo os de suposições duvidosas, que ali teriam habitado, em épocas distintas (Primitivos do neolítico, Vikings, Romanos, Visigodos, Mouros, Fenícios, Celtas e Lusitanos), que, de algum modo, se entrelaçam entre aspectos do misticismo, da magia, bem como do romantismo.

Desse modo, se adotarmos a gama de culturas que são referenciadas, é possível que, em meio a fixação espacial de todos esses povos, as denominações para aquela região foram tão amplas quanto o número das culturas que ali se estabeleceram, ou, ao menos, como argumenta Miguel Boim (2014), que cada uma tenha tentando adaptar à sua expressão linguística sobre a denominação do povo anterior, e assim, como num processo comumente observado de dominação de territórios, sobrepunham, também na designação do local, a cultura dos que então anteriormente ocupavam o sítio.

Dos Celtas e dos Lusitanos, perdurou "Cynthia", mesmo passando pelo "*Mons Lunae*" do domínio romano que acabou por entrar em declínio, tendo passado - supostamente - "Cynthia" por esses, e chegado até aos Mouros, que segundo alguns, a chamaram de Zintira, Chinra, Xintrá, até chegar a Xentrá. (BOIM, 2014, p. 13)

Segundo Boim (2014), o termo Cynthia, teria sido atribuído pelos Celtas e adotado também pelos lusitanos, “numa devoção à lua”, em que pese a presença dos Celtas na península ibérica ser considerada duvidosa, e a designação encontrar equivalente entre os

povos romanos, os quais sabidamente povoaram a região. No entanto, o termo escrito assim, refere-se a um mito grego, que cunhou, como espécie de gentílico, àquele que é natural do Monte Cintos, na ilha de Delos, na Grécia (CM-Sintra). Portanto, a alusão à lua, desta forma, não parece encontrar explicação satisfatória, porém, se a observarmos por uma relação com o monte (*Mons Lunae*), de uma suposta atribuição romana, este poderia representar-se pela serra, trazendo-lhe algum sentido plausível.

A literata inglesa, Marianne Baillie ([1823]2002), afirma que “a ideia surgida no século XVII, da ligação de Sintra à falsa etimologia Cynthia, vulgarizou a grafia Cintra” (p. 49). Isto é, o C de Cintra, como em algum momento foi escrita a palavra, fora transportado de maneira inadvertida por uma etimologia falsa, de Cynthia. Interessante ressaltar, que a autora faz esta afirmação em observação a uma descrição sobre Sintra, realizada por ela própria, onde faz referência tanto a um caráter mágico, quanto aos cultos que afirma terem sido proferidos para a lua, pelos romanos, falando ela do século XIX.

Visto à luz do luar é um verdadeiro cenário de conto de fadas! Dificilmente terei alguma vez visto uma lua tão soberba como a que nesta altura nos olha lá de cima! Não me admiro do culto antigo desta ‘rainha do céu’ – o que me faz lembrar que este sítio foi antigamente chamado pelos romanos ‘o promontório da lua’, sendo o nome de Sintra uma corrupção disparatada de Cynthia. (p. 49)

Portanto, é importante atentar que a relação mística e mágica entre a serra e a lua, ainda que possa não ter motivado o nome de Sintra, aparece recorrentemente, transpassando as narrativas de várias épocas, perdurando até os dias de hoje. De modo semelhante a como a autora menciona, e também Boim (2014), ainda que, com outra significação. É recursivo, porém não como de origem primária, atribuir-se ao período de ocupação romana, o encargo de associar a lua numa aura daquela região, notadamente por ser em linguagem romana, uma designação bastante conhecida e usual da serra, qual seja: “*Mons Lunae*”, isto é, Monte da Lua, sem contudo, deixar de mencionar que já se atribuía a Ptolomeu, que teria vivido durante o século 1 d.C., o feito de designar a região de Sintra como “Serra da Lua” (CM-Sintra), o que, independentemente de sua origem, tornou-se, como veremos, um aspecto basilar para uma apresentação imagética de Sintra, em sua propalada aura mística e mágica, amalgamante ao processo de patrimonialização mundial.

Sobre isso, cabe ainda observar, que,

De acordo com alguns autores, também vários escritores clássicos, gregos e latinos mencionavam a Serra de Sintra como “*Mons Sacer*”, ou Monte

Sagrado, chegando a dizer (Sílio Itálico) no texto "Púnicas", que o vento de Sintra era tão fértil que emprenhava as éguas, que desse modo davam à luz a pequenos e velozes cavalos. (BOIM, 2014, p. 14)

Aparentemente, envolver a serra de Sintra, numa relação com a lua e o sol, em forma de rituais sacros a estes astros, foi recorrente para os povos que ali habitaram, tendo essa característica chegado até nós, por vezes, sob a forma de lendas e mitos, que em muito servem para reforçar o aspecto de misticismo e de magia, peculiar daquele lugar, de outro modo teve boa assimilação no processo de patrimonialização mundial, servindo então nas estratégias de promoção ao consumo cultural de Sintra. Há também, quem argumente que sobre essa etimologia, repousa ainda uma relação, não explicada, sobre um ser mitológico em formato de serpente, que também seria cultuado, de modo semelhante ao sol e a lua (BICO; ALVES; DE LIMA, 1988).

Boim (2014), observa por um extrato da *Chronica Gothorum*¹¹⁰, em Latim, de 1147, “Mense Julio capta fuit **Sintria** a comitê D. Henrico. Audientes enim sarracem mortem regis D. Alfonsi coeperunt rebellare”, referida na obra de Alexandre Herculano, que ao menos a partir do século XII, quando da reconquista de Sintra da dominação dos Mouros, a menção àquela região se fazia por *Sintria*, com escrita do latim, atentando que, para alcançar o termo Sintra como temos hoje, não demoraria, possivelmente ainda naquele século. Vitor Serrão (1989), reforça a argumentação do termo em latim, ao pronunciar que é “*Sintria*, a forma latina e arcaica do topónimo com que surge na documentação coeva ou próxima da reconquista cristã” (p. 23), sem mencionar quaisquer outros ensaios de explicação etimológica.

Ainda na esteira da etimologia do termo, José Cardim Ribeiro (1995), oferece, uma outra argumentação, de modo bastante objetivo. Cogitando que a "mais antiga forma medieval conhecida, [seria] "Suntria", [que] contém o radical Indo-Europeu sun-, ‘astro luminoso’, ‘sol’" (p.16). Esta versão etimológica foi utilizada no segundo dossiê de candidatura ao patrimônio mundial da UNESCO. Assim, talvez possamos pensar que se trata de uma versão oficial, ou, certamente, a versão que se sustentou para a candidatura. O autor, já parte do termo *Suntria* como o que originou Sintra, e não procura remontar sobre a pré-história para pôr explicação ao termo, embora seja um dos mais célebres arqueólogos pesquisadores de Sintra, e defensor de um forte envolvimento das dinâmicas socioculturais primitivas como

¹¹⁰ É parte de um conjunto de produções cronísticas portugalenses, sendo os registros mais antigos a contarem a história da fundação do reino de Portugal, e assim, acabam sendo os referenciais basilares para as pesquisas que se debruçaram sobre a temática.

causa do que Sintra se notabilizou, por todas as épocas; aparentemente o autor dá uma elucidação mais lógico do que lendária, remetendo ao período medieval, ainda que, a referência ao sol, não fuja, também, a alguma origem lendária.

No entanto, sobre esta explicação etimológica, encontramos quem a refute categoricamente, alegando que “a questão ganha estranhos contornos, visto que a origem dos étimos de ‘sol’ nos ramos Indo-Europeus, quer bretões, eslavos, romances, afastam de ‘Suntria’ qualquer aproximação a ‘sol’, a não ser o Gótico ‘Sunno’, já depois de várias alterações nos ramos ascendentes” (BOIM, 2014, p. 14). Embora, para alguns pesquisadores a origem elencada por Cardim Ribeiro (1995), é vaga e não encontra explicação plausível, é oportuno dizer que, de igual modo ao que ocorre com a relação que se estabelece com a lua, são muitas, como já salientamos, as passagens na literatura portuguesa, que associam a serra de Sintra com rituais e cultos ao sol.

Portanto, as explicações etimológicas que se ligam, de algum modo, ao elemento sol, não aparentam poder serem tratadas como menos prováveis. Neste caso específico, o que se é refutado, é uma adequação temporal da significação do radical “sun-”, que se supõe não ser possível relaciona-lo a etimologia de Sintra, dessa forma, de acordo com a época, sem relação com alguma origem lendária do termo.

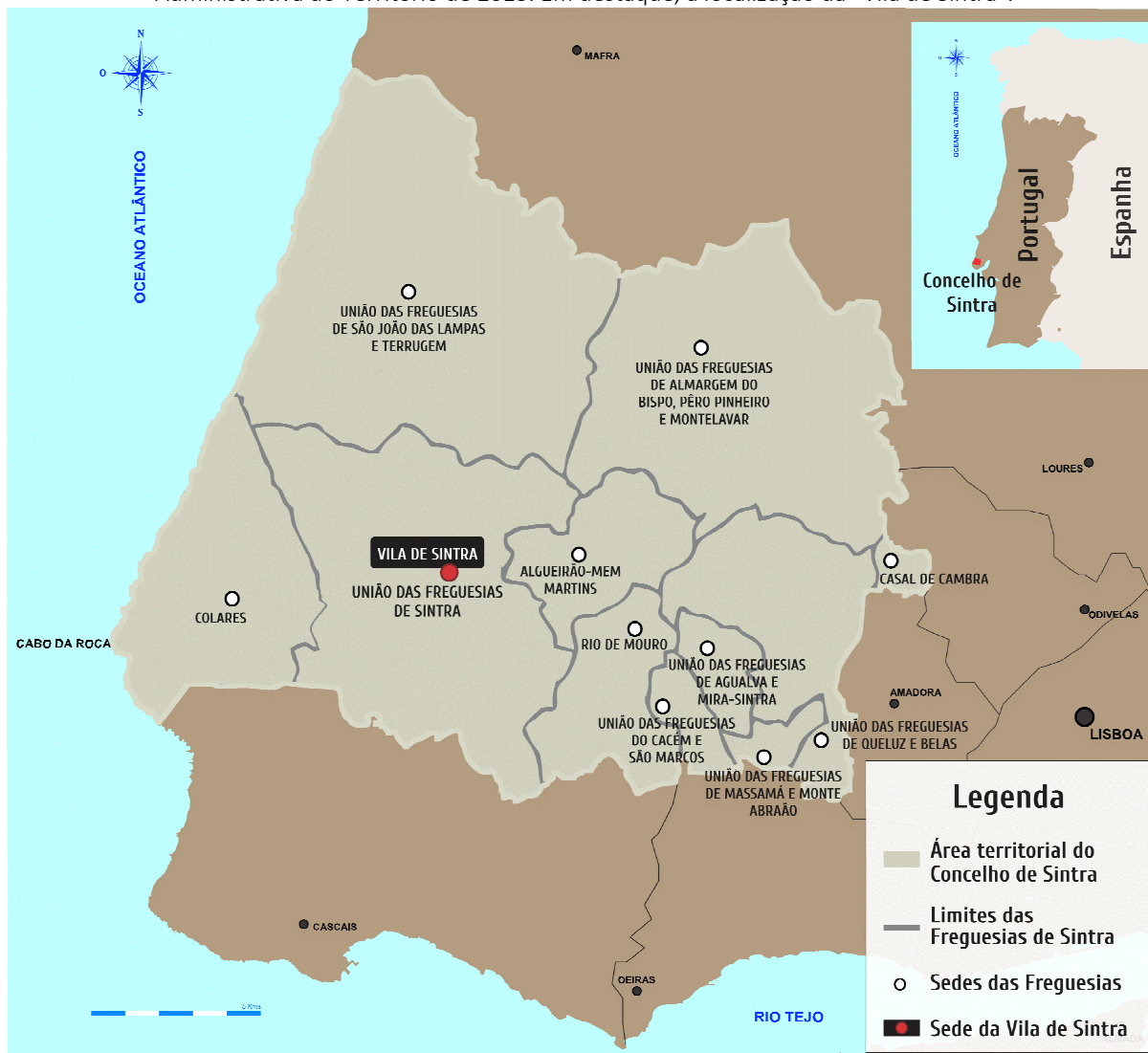
Contudo, e já superando essas questões, o que se observa, ainda que não propositadamente, é que a etimologia do termo Sintra, em suas discussões literárias, é mais um expediente que, de certo modo, auxilia no preenchimento de um cenário lendário. Somando-se aos elementos e características geográficas, climáticas e da biodiversidade, que são bem peculiares, os quais estiveram e ainda estão presentes por toda a biografia da ocupação daquele sítio, que como veremos a seguir, contribuíram, de sobremaneira, para o que chamamos de “Aura de Sintra”.

2.1.1.3 Aspectos sociopolíticos, geografia, clima e biodiversidade

O município de Sintra, está situado geograficamente na porção centro-sul de Portugal, ao extremo oeste do país. Nesta posição, detém o posto de ponto mais ocidental do

continente europeu, precisamente o Cabo da Roca, bastante referenciado, desde idos tempos, como *finis terrae*. O concelho de Sintra é limitado a sul pelos concelhos de Oeiras e Cascais, a norte pelo concelho de Mafra, a leste pelos concelhos de Odivelas, Loures e Amadora, e a oeste pelo Oceano Atlântico, com uma extensão costeira de aproximadamente 25 km (CM-Sintra). (ver mapa 1)

Mapa 1: Concelho de Sintra e suas divisões político-administrativas (freguesias), antes da Reorganização Administrativa do Território de 2013. Em destaque, a localização da “Vila de Sintra”.



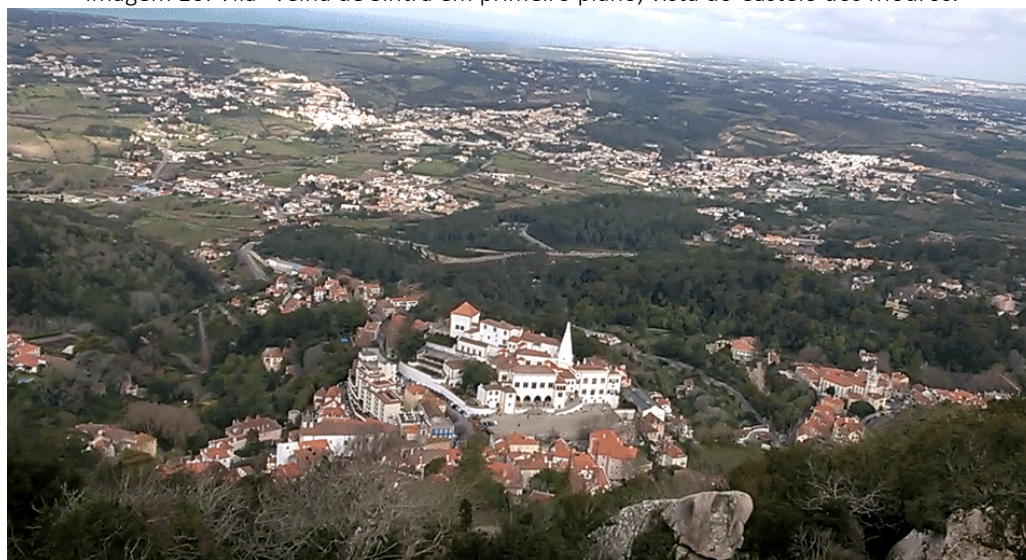
Fonte: CM-Sintra, Autor: Adaptado pelo próprio autor.

É um dos doze municípios integrantes da região administrava do distrito de Lisboa, distando 25 quilômetros da capital de Portugal, bem como, está inscrita na chamada área

metropolitana de Lisboa (AML)¹¹¹, da qual, são também componentes outros dezoito concelhos. Ocupa uma extensão territorial de 319,2 km² de área. Segundo dados do mais recente recenseamento populacional português, realizado em 2011, são residentes no Concelho de Sintra, 377.835 pessoas (INE, 2011), o segundo mais populoso de Portugal, atrás apenas do Concelho de Lisboa. Apesar disto, tem densidade populacional de 1184 hab/Km², e não figura como uma das maiores densidades dos municípios do território português, tampouco da AML, ocupando, respectivamente, as posições intermediárias e finais. A Câmara Municipal de Sintra, atribui boa parte desta situação à grande diversidade paisagística do Município de Sintra, que apesar de um importante componente urbano, tem extensa área rural e florestal, pouco habitada (Sítio eletrónico, CM-Sintra).

Sobre a distribuição etária da população, a pirâmide apresenta-se como uma das mais equilibradas da região do distrito de Lisboa, com as faixas etárias bem regulares e ajustadas entre si, e proporcionalmente bem distribuídas pelas áreas povoadas (CM-Sintra), ainda que a “predominância de população com 65 e mais anos, apresenta uma distribuição mais dispersa no território do município concentrada em dois tipos de território distintos: os núcleos urbanizados mais antigos (p.e.: Vila de Sintra) e nas áreas rurais”¹¹².

Imagem 10: Vila “velha de Sintra em primeiro plano, vista do Castelo dos Mouros.



Fonte: Acervo Pessoal

Nos limites da atual vila de Sintra, está situado o “centro histórico da Vila de Sintra”, também conhecido como “vila velha de Sintra” (ver imagem 10), um pequeno aglomerado de

¹¹¹ “A Área Metropolitana de Lisboa é uma área metropolitana que engloba 18 municípios da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. É a área metropolitana mais populosa do país, com 2 821 876 habitantes, e a segunda região mais populosa, a seguir à Região do Norte.” Disponível em: <<<https://www.aml.pt/index.php>>> Acessado em: 12/05/2016.

¹¹² Acessado em: 29 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.cm-sintra.pt/concelho/caracterizacao-de-sintra#conclusão>>

poucos edifícios e residências, que estendesse pelo sopé de parte da encosta norte da Serra de Sintra. Por todo este capítulo, veremos que a morfologia da vila de Sintra, e sobretudo de seu centro histórico, estão intrinsicamente relacionadas à serra, numa relação considerada harmoniosa, que faz com que aquela localidade, por vezes, seja traduzida como uma espécie de elemento natural da paisagem. Na passagem seguinte, podemos perceber, resumidamente, sua morfologia.

Construída numa zona de menor declive, no sopé da Serra, a “Vila velha” desenvolve-se entre o Palácio Nacional, antigo Paço real, e a própria Serra, adaptando-se com flexibilidade morfológica dos terrenos. Uma vasta praça pública está adjacente ao Palácio e organiza o tecido urbano, pois é aqui que converge a principal estrutura viária da “Vila Velha”. Sublinhe-se, ainda, a presença de pequenas praças, cujo traçado é irregular e espontâneo.

O núcleo mais antigo do Centro Histórico, de assentamento medieval, conserva um traçado relativamente homogêneo, sem grandes alterações. Constituído por um parcelamento pequeno e irregular, é densamente ocupado. À volta deste núcleo antigo e à medida que se vai caminhando para a periferia, modifica-se o tecido urbano, com arruamentos mais largos e menos sinuosos, tornando-se o parcelamento cada vez maior e mais irregular. As habitações ganham em dimensão e recolhem-se para o interior de propriedades mais amplas, isoladas pelo arvoredo e por muros cobertos de musgo e fetos, que a sombra e o clima húmido favorecem. Esta vegetação faz parte integrante da imagem e da especificidade do Centro Histórico de Sintra. [...]

Existem na “Vila Velha”, cerca de 100 imóveis e 380 fogos [residências familiares]. A população, de cerca de 400 habitantes, pertence na sua maioria a um grupo etário idoso, sem grandes recursos financeiros. (CM-Sintra, 1996, p. 125)

Em 1995, uma parte do município de Sintra, que se estende, exclusivamente, pelas Freguesias de Colares e União das Freguesias de Sintra, fora Qualificada pela UNESCO, como Patrimônio Mundial da Humanidade, incluído aí a zona tampão (ver mapa 2) e uma outra zona, chamada de transição, que veremos no próximo capítulo. A inscrição se restringe a uma importante parcela da Serra e inteiramente sobre a vila velha de Sintra,



Mapa 2: Perímetro do Concelho de Sintra, inscrito, pela UNESCO, como “Paisagem Cultural”. Em destaque a localização da sede da Vila de Sintra, a área “Zona Inscrita” propriamente o perímetro inscrito e a “zona tampão”

como um conjunto de elementos indissociáveis, e não todo o Município, ou alguns bens e/ou sítios culturais ou naturais isoladamente.

A Serra de Sintra (ver figura 9), é um maciço rochoso que está localizada nos concelhos de Sintra e de Cascais, com mais de dois terços de sua área total nos limites do Município de Sintra. A vertente sul de suas encostas, está voltada para o município de Cascais, e no sopé da vertente norte encontra-se a vila de Sintra, incluindo aí, como já dissemos, o seu centro histórico. Segundo dados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a serra ocupa cerca de 34 km² de área, algo correspondente a 10% de todo o território do Concelho de Sintra, sendo considerada um dos acidentes geológicos mais importantes do território português, “de declives pronunciados e altitude máxima de 528 metros, desenvolve-se na direção nascente-poente, junto à Costa Atlântica” (CM-Sintra – GPDM, 2014, p. 13), que só se deita por sob as águas deste oceano. Está integralmente inscrito dentro dos limites da área de proteção ambiental do Parque Natural de Sintra-Cascais¹¹³.



Figura 9: Vista aérea em “3D”, do maciço da Serra de Sintra, no Concelho de Sintra, PT. Pontuado, a Vila Velha de Sintra (núcleo do centro histórico do Concelho). Fonte: Google Maps.

A literatura de distintas áreas de conhecimento, consultadas para esta pesquisa, é quase que unânime, em apontar que a geografia e os fatores ambientais, reunidos em Sintra, foram fundamentais para a fixação de diversos povos ali, desde as ocupações mais recuadas,

¹¹³ O Parque Natural de Sintra-Cascais, foi criado em 1994, pelo Decreto Regulamentar nº 8/94, de 11 de março, abrangendo 14 583 hectares, distribuídos pelos concelhos de Sintra e Cascais, numa região sensível, condicionada pela intensa pressão humana. Surgiu da necessidade de intervenções apropriadas na gestão e salvaguarda do rico património natural, arquitectónico, histórico e tradicional, favorecendo uma arquitectura integrada na paisagem, promovendo o desenvolvimento económico e o bem-estar das populações, fazendo frente às crescentes e intensas pressões turísticas e urbanas que ameaçavam uma zona de grande sensibilidade e repleta de valores naturais, culturais e estéticos a preservar. Acessado em 03 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnsc/class-carac>>

que remetem ao período de povoação pré-histórica, até a que resultou na configuração atual da Vila de Sintra, especialmente a do seu centro histórico, além das acomodações de diversos outros povos. O que ilustramos numa passagem de Serrão (1989).

De facto, Sintra, sob o majestoso enquadramento natural, define-se como uma *situação* de impar especificidade no tecido geográfico de Portugal, até pelo facto de não existir nenhuma fase do fluir histórico que nela se não encontre contemplada com espécimes de evidenciada qualidade. (SERRÃO, 1989, p. 10)

A julgar pelas narrativas de historiadores, sobre a biografia de Sintra, observadas nos nossos referenciais bibliográficos, bem como, considerando alguns aspectos de estudos arqueológicos sobre Sintra, que em breve nos deteremos, a proximidade com o oceano atlântico e a presença do maciço serrano, tiveram papéis fundamentais, talvez até determinantes, para o surgimento, formação e desenvolvimento socioeconômico e cultural daquela localidade, nas mais diversas passagens de ocupações. Ambas estão relacionadas tanto com a definição climática da região, quanto com a morfologia das ocupações, para além de serem elementos fundamentais na construção do imagético sobre Sintra, em muito proveniente de como estes elementos, sobretudo a serra, são simbolizados em mitos e lendas daquela região.

Na costa litorânea, as ocupações mais destacadas foram as dos povos pré-históricos e dos romanos, nos cumes das serras são relatadas também a presença de povos primitivos, e, mais para as faldas, os mouros, romanos e lusitanos (CM-Sintra), sem prejuízo de citar outros povos que, por outras fontes, foram verificáveis nestas áreas. Sobre estes aspectos, é importante salientar, que mesmo no extremo oeste de Sintra, ou seja, na costa litorânea, a serra se faz presente, pois, como já observamos anteriormente, o maciço só termina na medida em que o oceano se inicia, isto é, as ocupações pré e proto-históricas, bem como as do perdido histórico desta região, estiveram estabelecidas invariavelmente em relação com o monte, tanto a oeste, quanto a leste, o que nos permite pensar, que a serra, tem uma importância acentuada nos processos de povoamento daquele sítio, sobretudo para os povos que estiveram fixados à leste.

Sobre os fatores geoclimáticos, o trabalho de influência, em conjunto, que ambos, oceano e serra, exercem, produz distinções de condições climáticas importantes da região. Detidamente sobre o maciço, as peculiaridades e aspectos geomorfológicos, influem decisiva e diferentemente no clima de toda área de Sintra, provocando o que se chama de microclimas. Assim,

[No município,] o clima é ameno, com invernos chuvosos e verões secos. Contudo, [...] [sobre o clima da serra], quando os ventos sopram do sector Norte, aliás dominante, a barreira orográfica marcada que constitui a Serra de Sintra força o ar para cima, originando condensação - nebulosidade e nevoeiros - e muitas vezes, precipitação, em particular na vertente Norte [onde também está a vila de Sintra]. Por outro lado, as altitudes maiores da Serra são suficientes para intersectar a base da camada de nuvens, de forma que mesmo quando a condensação orográfica localizada não ocorre, as zonas mais altas ficam muitas vezes imersas em nevoeiro. De forma que toda a zona da Serra de Sintra é mais fria, húmida e sombria que o resto do território do Município¹¹⁴ (p. 10).

Estas e outras características geomorfológicas, sobre as quais discutiremos a diante, de algum modo, parecem ter servido de estruturação natural para os povos que ali habitaram. A serra, assim, parece mesmo ter uma qualidade de fator estruturante das dinâmicas sociais ali estabelecidas. Especialistas (SIAM; PSML) assinalam, que a distinção de características climáticas, provocada, sobretudo, pela presença do maciço, é responsável pela paisagem constantemente enevoadas na região da Vila de Sintra, pois “a Serra mantém sempre, no decorrer do ano, humidade em alto grau, resultante dos ventos [...] portadores de humidade que ao ficar retida na cumeada condensa dando origem a densos nevoeiros” (PSML, 2010, p. 04).

Em grande medida, estas características fazem com que o volume de água que dali brota seja bastante intenso, pois, “a densa rede hidrográfica no interior da montanha encontra-se definida por linhas de água que, por vezes, entalham profundamente os vales”, (SIMÕES, 1999, p. 20), “constituindo-se numa área de dispersão da rede hidrográfica, que daí irradia em todas as direcções” (RAMOS PEREIRA, 2003, p. 47).

Sobre estas águas, há estudos técnicos e referências (SIMÕES, 2003; RAMOS PEREIRA, 2003) que, afirmam que são admiravelmente benéficas à saúde, pois são puras e ricas de diversos elementos e propriedades minerais. Que desde muito, no mínimo a partir do período da reconquista cristã de Sintra, em 1147, criou-se o mito de se dizer, sobre estas águas, serem milagrosas, como revela um excerto de texto, comentado pela historiadora de arte antiga Maria Teresa Caetano (2007):

[...] os cristãos assumiram estes mitos como verdadeiros, [por narrações de] prevalência histórica, que, em Sintra, existia ‘uma fonte puríssima, cujas águas, a quem as bebe, dizem, abrandam a tosse e a tísica; por isso quando

¹¹⁴ Projecto SIAM, que teve “como objectivo a realização da primeira avaliação integrada dos impactos e medidas de adaptação às alterações climáticas em Portugal Continental no século XXI”. Acessado em 08 de junho de 2016. Disponível em: <<http://siam.fc.ul.pt/siam-sintra/pdf/SIAMSintra-03CenariosClimaticos.pdf>>

os naturais dali ouvem tossir alguém, logo depreendem que é um estranho’ (in Oliveira 1936, 59) (p. 60).

Sem a intenção de julgamento da eficácia de alguma implicação terapêutica de tais águas, não se pode dizer diferente, que, por vários séculos, a rigor até atualmente, este é um dos muitos aspectos da Serra de Sintra que, por certo, pôde ser usufruído desde sempre por quem por ali habitasse, o que, em certa medida, possibilitou que ao longo da extensa biografia de Sintra, fossem narradas lendas que têm esta característica como fundamento, oferecendo, em boa medida, sustentação, ainda hoje, a uma atmosfera de misticismo e magia, em que pese, atualmente, como entendemos, tem sido instruída em estratégias de valorização e mercantilização do patrimônio mundial.

Na bibliografia elegida, encontramos alguns exemplares de narrativas envoltas de algum caráter lendário, que se referem às tais capacidades curativas das águas da serra de Sintra. Em uma delas, Caetano, M., (2007) alude um trecho de José Cardim Riberio; pelo que nos chamou atenção, tanto o envolvimento de um personagem clérigo, que contrastantemente está à procura de uma cura de cariz místico e mágico, bem como, como pela movimentação que realizou para encontrar as águas, já debilitado. Segue o trecho:

{...} reportando-se ainda acerca da antiguidade da actual fonte de Santa Eufémia que ‘Castro (1842 359, 2.^a col.) refere que o bispo D. Luís Coutinho, personagem falecido em meados do século XV, se retirou a dada altura para a villa de Cintra, a fim de buscar allivio ao seu mal de lepra [já muito adiantado] no uso dos banhos, que há na serra, denominados hoje de St.^a Eufémia; porém, como era seu (mau) hábito, {...}’. (RIBEIRO, 1983, p. 350, apud CAETANO, M., 2007, p. 61).

Ainda como repercussão da presença do maciço, associado as características geoclimáticas, que em boa parte disso decorrem, a flora de Sintra é apresentada como uma das mais diversificadas de Portugal, tanto nas planícies que ladeiam a serra, como, com maior pujança, nos seus cumes, o que, consequentemente, acaba por enriquecer os espécimes de sua fauna, também considerada uma das mais diversas do território português.

[...] A exuberância da vegetação pode ser explicada pelo clima típico da Serra, que por sua vez se deve ao seu relevo, que intercepta a humidade proveniente do Atlântico. [...] A evapotranspiração gerada pela floresta ajuda a manter um elevado nível de humidade. [...] criou-se, desta forma, uma espécie de ciclo, em que a humidade vinda do oceano permite a existência de muita vegetação que, por sua vez, mantêm as condições para a permanência de um nível quase constante de humidade na Serra, o que vai beneficiar a manutenção do coberto vegetal. (PSML, 2002, p. 08)

É importante observar, que as denominações de Monte da Lua, Serra do Sol, entre outras já explicitadas, mas que ainda serão fruto de discussão, em conjunto com o clima que oportuniza nevoeiros, brumas, e a diversidade da fauna e da flora deste sítio, resultantes tão somente da correlação processual dos aspectos brevemente descritos, são simbioticamente relacionados, nas narrativas lendárias: místicas, mágicas e românticas, produzidas pelas diversas literaturas, e difundidas local e globalmente. O que, por vezes, parecem contar um enredo que poderia instigar, os mais aventureiros e/ou entusiastas a penetrar num ambiente de experiência exótica e lendária, de misticismo e magia.

Aliás, sobre isto, a Serra e suas peculiaridades, são frequentemente relatadas, na literatura poética e não-poética de todas as épocas. Para efeito de uma observação estatística, que nos dá ilustração; num quadro sinóptico, “Sintra na Literatura Europeia”, apresentado no livro-dossiê da candidatura de Sintra ao Patrimônio Mundial, de 65 obras que mencionam Sintra de forma pontual ou se detém numa abordagem sobre algum aspecto de Sintra; dessas, 40 fazem referência a algum aspecto da Serra, especialmente relacionado com seus dotes de flora e/ou fauna envoltos numa condição geoclimática que se entrelaçam numa formação dessa que chamamos “Aura de Sintra” (CM-Sintra, 1996).

Tal cenário, é possível de ser visualizado, mesmo em obras mais recentes, como é o caso de, “Sintra: à sombra da serra”, de Margarida Bico (1988), que para além do aspecto mencionado, revela uma outra característica bastante presente nas narrativas que envolvem uma “aura de Sintra”, qual seja, uma certa harmonia entre os elementos da natureza e a obra da cultura humana. Tudo isto, como veremos, é fortemente aplicado nos processos de promoção turística do patrimônio mundial.

O acidente da Serra, [...] leva o viandante a uma constante vertigem de panoramas e altitudes, ao abismar da alma na vastidão do universo. A sua proximidade do mar e a humidade que daí lhe advém dão início à mais verdejante aventura. Musgos aveludados cobrem a superfície das casas e dos muros, onde a terra se mistura à cal e ao cimento, invadindo o tronco das árvores, numa luta incessante pelo verde. O sol do meio-dia mal penetra sob as copas do arvoredor secular, originando verões de amenas temperaturas, propícios à mansidão e ao repouso. A água jorra das fontes em tal abundância que dir-se-ia ser o próprio Oceano o lençol líquido onde se abastecem. A neblina cobre frequentemente o horizonte e esbate os contornos da paisagem em jogos de luz e névoa que por instantes fantasiam a realidade (p. 5).

Assim, como este, há outros tantos excertos de textos, que poderíamos expor que empregam sobre a paisagem de Sintra um contorno de local mágico, excêntrico e

indescritível, somente passível de ser sentido e apreendido pessoalmente, recorrendo a pelo menos um dos nossos sentidos. Efeito que parece ter acontecido com alguns dos “ilustres viajantes”, de diferentes épocas, que por ali transitaram, que, pelos relatos, permaneceram entorpecidos pelo cenário. Onde ora encantavam-se com o esplendor e a vastidão da natureza, ora deslumbravam-se com as relíquias arqueológicas e a monumentalidade das construções, em diversas passagens citadas frequentemente, (BICO et al, 1988; SERRÃO, 1989; FERREIRA, 1994; FRANÇA, 1995; MUCHAGATO, 1995). Dessa forma, fascinados pelas suas belezas, apresentaram-na, em certa medida, romantizadamente.

Desde Gil Vicente, que a descreveu como ‘um jardim do paraíso terreal’, até Robert Southey, que a considerava ‘o mais abençoado lugar de todo o globo habitável’, passando pelos românticos oitocentistas (com destaque para Lord Byron, que sentia o ‘Glorious Eden’ de Sintra como o sítio ‘mais aprazível da Europa’ (SERRÃO, 1989, p. 10)

Serrão (1989), menciona, ainda, que Sintra seria, para muitos autores, uma espécie de “terreno do idílio”, o que, tomado conotativamente, podemos traduzir como um sítio que permite fertilizar os sonhos e as fantasias, produzidas pelo imaginário. Ele mesmo, tece anotações que demonstram que se permitiu envolver-se por tal paisagem de um modo sensorial. Tal como faz, por exemplo, ao comentar uma afirmação da escritora Dora Wordsworth, na qual diz que ‘Sintra é um lugar mais para sonhar do que para descrever’. O autor corrobora afirmando que,

de tal modo é verídica essa constatação que, face à beleza selvática dos bosques, à imponência dos monumentos, às matizes cromáticas da vegetação, ao húmido silêncio das fragas, à serena sabedoria das pedras dispostas por gerações sucessivas de homens, muitas vezes temos a impressão de que as palavras bonitas não são necessárias, e que o *idílio* se consubstancia sobretudo em impressões tácteis – ora de palpitante sensualidade pelo enredo das formas, ora de recolhido intimismo face às mil solicitações dos percursos. (SERRÃO, 1989, p. 13)

É bem verdade, que não nos parece que somente sobre Sintra recai esse tipo de comportamento literário. Nas consultas bibliográficas, encontramos um caso que aparenta ter alguma semelhança com Sintra. A Vila de Sesimbra, que se situa ao sopé da Serra da Arrábida, aparentemente também tem nesse elemento da natureza, um importante fator para o desenvolvimento de suas dinâmicas sociais. Vejamos um pequeno fragmento de texto do Geógrafo e historiador Orlando Ribeiro ([1935]1998), que já em 1935 fazia referência, comparativamente, aos dois casos.

Sintra, envolta em névoas e afogada de arvoredos frondosos, rica de águas e de sombras musgosas, é uma recorrência do Norte; a Arrábida e Sesimbra, nos campos de calcário, no soberbo matagal mediterrâneo, na serenidade das águas onde a serra se despenha quase a pique, um fragmento de Riviera isolado à beira do Atlântico (p. 154).

No entanto, não é parte de nosso esforço, pôr em análise eventuais percepções sensoriais, sobre Sintra, e as traduções para a literatura, dos autores. O que nos é importante, em meio a isto, é observar que toda aura que se diz sobre Sintra, idílica ou não, fantasiosa ou plausível, é, em alguma medida, apropriada e capitalizada, na busca de empreender economicamente sobre os aspectos que estão nesta atmosfera. Especialmente, e mais recentemente, pela promoção do consumo cultural, pelo viés do patrimônio mundial; que neste caso, acaba sendo também, do consumo de suas características naturais, o que não torna sem efeito outras dimensões que eventualmente existam, bem como de outras apropriações.

Para além destas reflexões, desenvolvidas pelas características de ordem mais geoclimáticas, observadas em Sintra, as quais, certamente, dão contorno visual sobre todas as ambiências observadas em Sintra. Há um outro aspecto, de cunho físico geológica, constantemente descrito, junto a diversos mitos e lendas, que também faz parte da difusão imagética patrimonial e promocional sobre Sintra. Referimo-nos ao tipo de rocha da serra.

Basicamente, os tipos de rochas encontradas no maciço de Sintra, são as magmáticas, sedimentares e as metamórficas (PSML, 2002). Do entrosamento dessas rochas, durante milênios, surge o que os geólogos chamam de “Caos de Blocos¹¹⁵”, (ver figura 10) que seriam fendas (diáclases) abertas por entre a serra, que podem tomar o aspecto de passagens e/ou grutas (ver imagem 11), provocadas, sobretudo, pela erosão e pelas intempéries, as quais, foram, em meio ao processo de povoamento da região, empregadas, de diversas formas por distintos povos, e, então, possivelmente conheceram também a ação do homem, em algum momento da história, culminando na aparência que pode ser visualizada no maciço de Sintra.

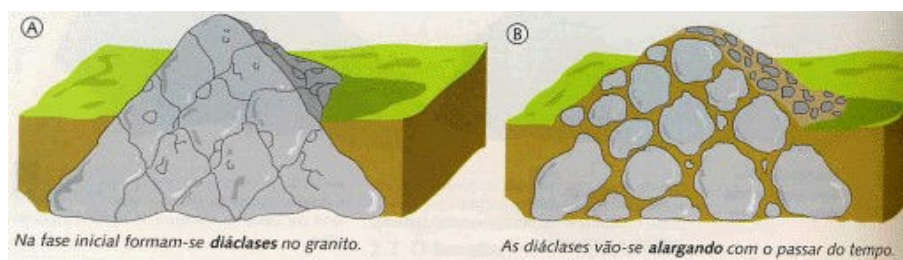


Figura 10: Representação do tipo de formação rochosa da Serra de Sintra, o “Caos de Blocos”.
Fonte: CM-Sintra.

¹¹⁵ Os caos de blocos são o resultado da erosão do granito durante milhões de anos. As variações de temperatura a que as rochas e a água, nelas infiltrada, estão sujeitas, com o passar do tempo e das estações vão provocando alterações de volume que acabam por provocar fracturas e fendas. (PSML, 2010, p. 9)



Imagem 11: Passagens subterrâneas na Serra de Sintra, sob o “Palácio da Regaleira”. Fonte: CM-Sintra. Autor: Desconhecido

“A vertente que se desenvolve do Castelo dos Mouros até à Vila Velha de Sintra é um bom exemplo de caos de blocos” (PSML, 2010, p. 9). Talvez, não por acaso, seja neste trecho, que, em boa parte da biografia, são relatadas periódicas ocupações, bem como, as maiores concentrações de povoamento de Sintra, sobretudo, as historicamente mais recuadas, uma vez que, como veremos, utilizavam-se de forma mais recorrente e apropriada desta característica da rocha, mas que também se verifica nas ocupações mais recentes.

São muitas as narrativas que se desenvolvem sobre este aspecto da serra. “A Tradição portuguesa é fecunda quanto a referências sobre as grutas e túneis sintrenses, chegando a fazerem parte das lendas do povo de regiões afastadas da ‘Montanha da Lua’”. (MENDANHA, 1985)¹¹⁶. De forma geral, o que observamos é que o modo como o imaginário mítico se refere à esse maciço, assinala que “[...] o seu interior é oco, formado por vários túneis e grandes galerias, construídas ao que se diz pelos Mouros e pelos Templários há cerca de oito séculos, fazendo com que a Serra de Sintra se pareça mais com um enorme queijo “Gruyère” do que com uma montanha [...]” (Ibid.), embora, muitas destas supostas “passagens”, não estejam acessíveis, pois, “[...] encontram-se obstruídas, nas suas entradas, por grandes porções de terra e entulho de vária ordem” (Ibid.)

Vale salientar, que muito desse imaginário mítico, é relativamente recente, se comparado as lendas ancestrais que se observa em Sintra, e se valem, como toda estrutura que cria mitos, de acontecimentos do passado (Lévi-Strauss, 2008), o que em Sintra é latente, sobretudo pelas dinâmicas de ocupações dos povos primitivos, que serão discutidas mais adiante, que mantinham com os elementos astrais e com a serra importantes dinâmicas.

¹¹⁶ Reportagem de Victor Mendanha no "CORREIO DA MANHÃ", 13.10.1985 <http://www.imagick.com.br/?p=14009>

Todavia, não é somente sobre a serra de Sintra que recai esse imaginário, inebriado de lendas e construções de mitos. Na literatura sondada, encontramos dois outros maciços, em Portugal, com citações semelhantes. Um ao norte de Sintra, Montejunto, e outro ao sul, Arrábida. Em que pese a distância que os separam, estariam eles relacionados com a serra de Sintra, em um contíguo de lendas e mitos, que tangeriam uma espécie de mundo subterrâneo, por onde transitariam serpentes, e/ou se estabelece um “centro espiritual do mundo”, que os ocultistas e outros entusiastas denominam de Reino de Agharta¹¹⁷. Vejamos como explicita e comenta esta passagem, o historiador de esoterismo e ocultismo, em Portugal, Victor Mendanha (1985).

A Serra de Montejunto, localiza-se a cerca de cinquenta quilómetros a Nordeste da Serra de Sintra mas os seus habitantes, [...] pensam e garantem: A terra e o mar interpenetram-se. De uma ponta à outra, da serra de Sintra à serra de Montejunto, a montanha está rota por baixo e o mar chega a entrar por ela dentro. Será esta Montanha, [...] uma das Cem Portas do mais fabuloso que mítico Reino de Agharta, onde "reside" o Rei do Mundo?

Tal como a serra de Sintra, a Serra da Arrábida é oca no seu interior, dirão os cépticos que isso é impossível devido ao facto de existir o Rio Tejo entre ambas, mas estou falando de um túnel que liga as duas serras a vários Kms de profundidade.

Dizem também alguns teosofistas e ocultistas que a Montanha Sagrada pode ser uma das Cem Portas que dá acesso a um mítico Reino no interior da Terra onde reside o “Rei do Mundo”. (Ibid.)

Através de narrativas como estas, vários são os patrimônios de pedra e cal de Sintra, especialmente alguns circunscritos na área que fora inscrita como Patrimônio Mundial, que se diz haver túneis e/ou caminhos secretos que fazem ligação com as galerias subterrâneas (diaclasses) da serra, em associações das mais diversas, a grande maioria carregadas de mistérios, enigmas e misticismo, por vezes relacionando o produto cultural humano em uma aproximação quase que amálgama com o ambiente natural.

Deste modo, verificamos passagens de textos que sugerem tal relação sobre o “Convento de Santa Cruz dos Capuchos”, “Palácio Nacional de Sintra”, “Palácio Nacional da Pena”, “Quinta da Penha Verde”, “Quinta da Regaleira” e o “Castelo dos Mouros”, sobre o qual, entre outras passagens de texto se diz que,

¹¹⁷ “O Reino de Agharta seria, então, uma cidade subterrânea e iniciática onde viveriam milhões de pessoas” (MENDANHA, 1985). “De acordo com alguns textos da religião do Budismo, é um Mundo que se encontra abaixo da superfície do planeta Terra, e mundo no qual, [...] Shambhala é a principal cidade [...] de Agharta, onde nessa se encontra o mítico reino da Terra Pura, para onde o espiritual e o físico se conseguem passar, através da forma mais pura de Budismo, alcançável pela meditação”. (BOIM, 2014, p. 59)

[...] quando D. Afonso Henriques tomou o Castelo dos Mouros situado no alto da serra próximo do Palácio da Pena ou do Graal, quando ali chegou já não se encontrava nenhum Mouro pois todos se tinham evadido por uma passagem secreta na serra que vai dar a um de muitos lugares no sopé e outras que se estendem por vários quilómetros até ao mar. (MENDANHA, 1985)

O professor de História e Filosofia Vitor Manuel Adrião (2000), pesquisador da História Medieval do Sagrado, em Portugal, salienta que: “O Castelo dos Mouros, localizado no cimo da Montanha da Lua (Serra Sagrada de Sintra), tem sido assinalado, ao longo dos tempos, como uma das entradas para o lendário Reino de Agharta”. (ADRIÃO, 2000, p. 201).

O autor também indica que,

Outras galerias, afirmam texto vetustos, descem pelo interior da montanha até ao Palácio da Vila, edificação mais moderna, mas não menos enigmática [...], para já não falar no Palácio da Penha [Pena], mandado edificar por D. Fernando II, verdadeira jóia de simbologia oculta, igualmente provida de longos subterrâneos que ninguém sabe onde levam. (Ibidem. 202)

Alguns dos mais emblemáticos elementos arquitetônicos de Sintra, narrados, em grande medida, com teor de misticismo, estão situados na Quinta da Regaleira, nome que se dá em Portugal, a um sítio, chácara ou fazenda, onde temos como estrutura central, desta quinta, o palácio da Regaleira (ver imagem 12), “usualmente designado por ‘Palácio do Monteiro dos Milhões’ (do nome do seu proprietário, o capitalista Carvalho Monteiro)” (SERRÃO, 1989, p.78). Trata-se de uma construção, sobre a qual muitos atribuem um caráter sagrado, localizada no centro histórico,

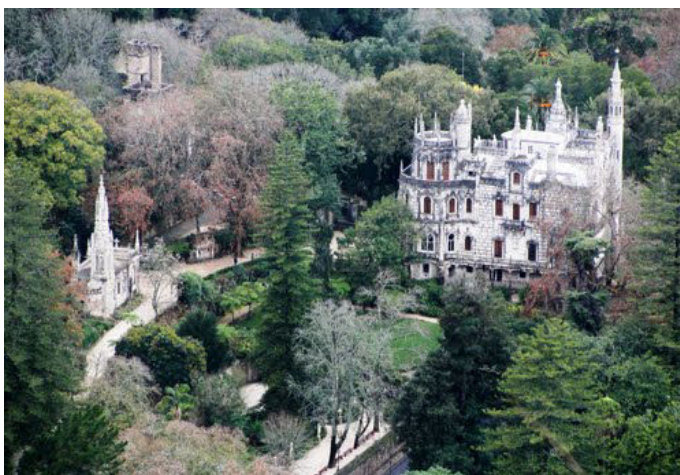


Imagem 12: “Quinta da Regaleira”. Ao lado direito o “Palácio da Regaleira”. O conjunto está inscrito na Paisagem Cultural de Sintra. Fonte: CMA Sintra. Autor: desconhecido

datada entre 1904 e 1910, que se diz ter passagens subterrâneas que formam uma rede de túneis, que se ligam com as fendas das rochas da serra de Sintra. Numa espécie de portal para o reino mítico de Agharta.

Todo o cenário do Palácio é imerso em narrativas de caráter místico e lendário, no entanto, as estruturas com maior recorrência de tal envolvimento enigmático, são duas, que têm, priori, uma aparência de poço, poderia se pensar em uma cisterna tradicional, dessas para captação e armazenamento de água, impressão que num primeiro contato visual, mais atento, tende a rapidamente se desfazer, especialmente quando se observa o maior deles, conhecido como “poço iniciático” (ver imagem 13). No



Imagem 13: “Poço iniciático”, localizado na “Quinta da Regaleira”.
Fonte: Acervo pessoal.

referencial bibliográfico acurado, não conseguimos

inferir para que serviriam, a rigor, estas construções. Mendanha (1985), menciona que há relatos de que o “proprietário resolveu mandar abrir duas passagens do subsolo para ligar o palácio à capela e à casa do guarda. Talvez sem surpresa do milionário, estas obras foram desembocar numa rede de túneis antigos”. Versão que o próprio autor reconhece, que ainda que seja verídica, tende a não convencer, especialmente pelo formato da construção.

Há entendimentos que os referem em um ritual de iniciação da Maçonaria, outras que afirmam se tratar da representação dos círculos do Inferno da divina comédia de Dante Alighieri, e alguns pesquisadores que apontam para associação referencial da Terra como útero materno, entre outras. O certo é que o poço maior, tem 27 metros de profundidade e 6 metros de largura, tem escadas que descem em forma de espiral até o fundo, e em seu piso, tem-se grafado “uma Rosa dos Ventos – no centro da qual se encontra uma Cruz Templária” (ANES, 2010, p. 114). Ao nível do piso, tem-se acesso a uma pequena abertura lateral que dá acesso para alguns túneis, que seguem para outros locais do Palácio, e algumas passagens fechadas (ver imagem 14), possivelmente de associação com as fendas da serra de Sintra.

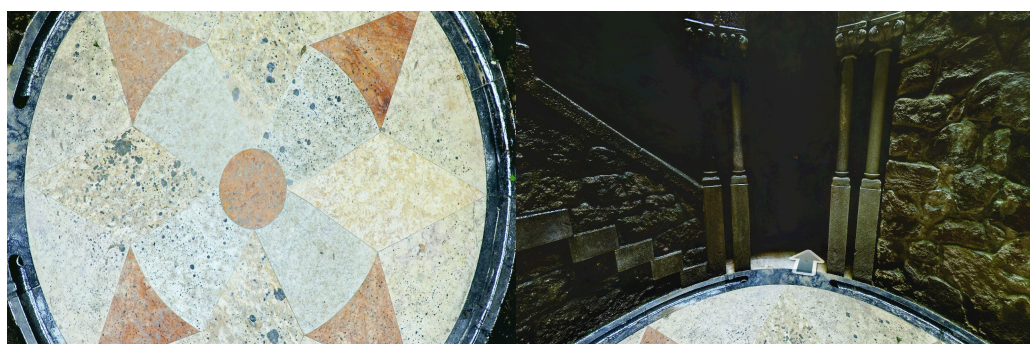


Imagem 14: Mosaico, visto de cima, no fundo do “Poço iniciático”, lado esquerdo da imagem; nível do chão do poço, em que se pode ver uma passagem que conduz o visitante a uma abertura de um outro poço, ainda na “Quinta da Regaleira”. Fonte: Google Maps.

O antropólogo José Manuel Anes (2010), é categórico em dizer que esse poço “não têm qualquer utilidade prática”, sugestão semelhante a de outros autores. As narrativas que mais se destacam, tentando dar compreensão para esta construção, tratam-na como sendo um “poço iniciático¹¹⁸”, de rituais maçônicos. O que para Anes (2010), não deve ser entendido apenas sobre o poço, para ele, todo o palácio foi construído com propósitos de rituais maçônicos iniciáticos, como passa o autor a relatar:

[...] não hesitamos em considerar a Quinta da Regaleira e os seus jardins, [...] como um exemplo tardio, mas destacado, desta significativa linhagem espiritual de “jardins iniciáticos” ocidentais que contêm todos os “ingredientes” simbólicos necessários a essa denominação. Recordemos que, [...] nela se encontram elementos tais como um parque muito arborizado, lagos e grutas [...], dois poços que dão acesso a túneis subterrâneos [...], numa entrada monumental para os ‘mundos subterrâneos’, um ‘zigurat’, uma capela ‘templária’ (melhor, neo-templária) com cripta, etc. (p. 107)

Como dissemos, anteriormente, são muitos os elementos da arquitetura antiga de Sintra, que se ligam, de algum modo, com narrativas de caráter enigmático, talvez, essa característica não seja um acaso. Para Anes (2010), isso se deve em muito porque “a Arquitectura sagrada assenta na criação de um espaço sagrado (edifícios, jardins, etc.) onde se reproduzem mitos e símbolos [...]” (p. 107), arquitetura essa, que se assume de características e estruturas próprias, observadas tanto no caso da Quinta da Regaleira, como também em estruturas pré-históricas que serão objeto de discussão no próximo tópico deste capítulo, onde, oportunamente, retomaremos à Regaleira, mas que antecipadamente, já dizemos que entendemos haver uma estreita relação, que em boa medida auxilia a emoldurar toda uma ambiência relacionada com milhares de anos atrás, e que pode nos fazer perceber a recorrência de estruturas embebidas de uma “Aura de Sintra”.

2.1.2 A nascente ancestral do patrimônio mundial de Sintra: elementos da sacralidade primitiva do *Tópos* Sintrense

Os lugares de grande significado são, desde o início da aventura humana, os que marcam territórios e horizontes, como sejam os mares, os rios, os promontórios e os montes. À medida que a evolução das sociedades permitiu o desenvolvimento de cidades e demarcação clara dos seus territórios, esta

¹¹⁸ O poço diz-se iniciático porque se acredita que era usado em rituais de iniciação à maçonaria (ANES, 2010)

paisagem, fruto da evolução e da transformação da própria natureza, vai sendo igualmente transformada pelo Homem, que não só a condiciona, como também a marca com monumentos construídos pela sua própria mão. (MACIEL, 2007, p. 29)

Desde sempre, e em cada época a seu modo, a humanidade busca o conhecimento de tudo com o que estabelece alguma relação. O entendimento sobre as coisas, sempre exigiu respostas às perguntas, que a humanidade se fazia (faz) sobre as mais diversas questões. Uma destas questões, diz respeito a compreensão da origem das coisas: dos animais, das plantas, dos astros, da terra, da água, do fogo, enfim, de todas as coisas, inclusive de sua existência. O homem tem por definição, a curiosidade em saber, em conhecer; sobretudo, os pontos de partidas de qualquer que seja a matéria de que tenha conhecimento, e por vezes até daquilo que não conhece pelo olhar, mas que, de algum modo, sente. Sendo assim, ele, basicamente, observa, reflete e conclui.

A busca ancestral por estes conhecimentos, ou por estas conclusões, chegou até a Grécia antiga, fonte, como sabemos, de uma das formas de pensamento mais profícuas já conhecidas, que influenciou todo um pensamento moderno e contemporâneo. Aristóteles, ao buscar sistematizar uma forma de pensamento para melhor compreensão das coisas e, conseqüentemente, dar respostas reais, “concretas” aos questionamentos, criou, o que denominamos de “lógica aristotélica”. Neste sistema de pensamento, Aristóteles, classificou tudo aquilo sobre o que era possível conhecer concretamente, a matéria e a forma (*Hylé* e *Morphé*), e, portanto, a substância (*ousia*). Descrevendo-as em campos básicos de investigação da realidade.

Neste sistema, Aristóteles categorizou sobre aquilo que é predicado da substância, isto é, sobre aquilo que se pode dizer da essência de algo, e, que se constituem da forma de algo. Dito de outro modo, daquilo que se pode aprender para compreensão do ser. Nesse sentido, Aristóteles atribui a possibilidade de se conhecer algo, através de 10 categorias, uma delas é o tempo (*chrónos*), sobre a qual define como "o número do movimento segundo o antes e o depois", isto é, na observação de um movimento, numa “relação de sucessão”, podemos ordenar, por uma lógica numérica, seu desenvolvimento, ou, sua sucessão, e assim, podemos saber sobre a ordem dos eventos deste movimento. Uma outra é o “lugar” (*Tópos* filosófico), por onde o filósofo, numa reflexão de natureza lógica, filosófica, e também retórica, busca explicitar que através desta categoria específica da substância é que podemos conhecer o ponto de partida dela própria (substância), sendo que, por esta categoria podem se compreender e falar do sujeito por distintas formas, mas que, invariavelmente, há um único

ponto de partida (*tópos*) (Aristóteles, 2007), como uma espécie de *locus ipsum*, isto seria algo como um lugar essencial, que serve à sua essência. Aristóteles não define claramente o que entende por *tópos*. No entanto, deixa pistas quando utiliza o termo por diversas vezes em sua obra, e pelos comentários de seus interlocutores. Como numa dessas passagens,

[...] mencionada por Alexandre de Afrodisiade no seu comentário ao livro I dos Tópicos: ‘o *tópos* é um-ponto-de-partida, ou um elemento do qual nós tomamos os-pontos-de-partida referidos a toda e qualquer matéria, concentrando nele o nosso pensamento. [O *tópos*] é delimitado na sua abrangência [...], mas ilimitado quanto ao número de casos individuais que possam nele caber’ (ARISTÓTELES; CAMPOS; MESQUITA; CONDINHO, 2007, p. 110).

Estas duas, tornaram-se marcos epistemológicos da ciência na reflexão gnosiológica clássica, e por elas, segundo Aristóteles, podemos conhecer de forma mais apurada a verdade. Com efeito, não pretendemos dar às definições aristotélicas, sobre estas categorias, as de único entendimento, apenas estamos buscando demarcar, que, para a nossa pesquisa, estas, da forma como estão, nos são importantes; ademais, somos cientes de alguns avanços sobre estas definições, especialmente com as reflexões de Santo Agostinho, Immanuel Kant, Edmund Husserl e Martin Heidegger, para só citar alguns. Porém, sobre estas, entendemos que não inviabilizam uma apropriação analítica pela compreensão oferecida por Aristóteles.

Com isso, para este momento, queremos observar que o lugar (*Tópos*) e o tempo (*Chrónos*), têm uma pertinência mister, que remonta já a antiguidade grega, para a compreensão de uma “verdade científica”. Adiante, num momento propício, já mais próximo do fim deste capítulo, retomaremos a estas categorias, valendo-nos de apropriações reflexivas mais recentes, buscando comportá-las com os elementos que compõem a “Aura de Sintra”, para refletir um pouco sobre a sociedade do cansaço e o patrimônio mundial de Sintra.

Dito isto, passamos à análise, tomados desses entendimentos, uma vez que, a característica da patrimonialização conjuntural que foi atribuída à Sintra, pela UNESCO, na qual, não se tombou, isoladamente, componentes de suas estruturas de pedra e cal, tampouco, exclusivamente, algum elemento da natureza, mas sim, o conjunto paisagístico desses aspectos, que estão amalgamados entre si, no decurso de uma longa biografia, pede que analisemos o cenário histórico contextual de Sintra, de um modo que nos lancemos cuidadosa e detidamente à compreensão da relação dos aspectos deste lugar, neste cenário de extensão cronologia, especificamente sobre os atributos da nomeação, sobre os quais já nos referimos, na descrição deste capítulo.

Dessa forma, a apreensão da evolução da ocupação humana desta região, desde as mais remotas, é fundamental, para percebemos o teor da associação da relação homem e natureza que fora incorporado num conteúdo patrimonial para uma promoção de interesse universal. Atentos a isto, e já nos debruçando nesta análise, verificamos que a ocupação daquela região é entendida como bastante remota, nos remetendo ao período pré-histórico da humanidade. No entanto, é importante ressaltar, que a definição cronológica da ocupação espacial da espécie humana através dos continentes, parece ainda ser um ponto crítico e controverso nas pesquisas de arqueólogos, paleontólogos, geólogos, e entre outros profissionais que, de algum modo, estendem suas pesquisas por áreas correlatas. Estas investigações são vastas e contínuas, e podemos pensar as dificuldades de exames dessa natureza.

Numa concisa pesquisa em alguns repositórios científicos sobre a temática, observamos que aquilo que mais se aproxima de um consenso, sobre a origem e ocupação territorial da humanidade, é o entendimento de que a raça humana tem como berço de seu surgimento o continente africano. Porém, a concordância parece parar por aí. Os caminhos que o homem seguiu, após sua provável saída da África, bem como a cronologia de sua migração, desdobram-se em diversas teorias. Podemos encontrar desde as que sustentem que o homem migrou primeiramente para o oriente médio, mas também encontramos as que entendem que a migração foi, num primeiro momento, em direção à Europa, ou ainda as que admitem que espécies distintas de homens foram surgindo nos diferentes continentes, entre outros diversos juízos.

Uma pesquisa conduzida pelo antropólogo e arqueólogo Eudald Carbonell¹¹⁹, que estende-se por mais de 25 anos, produziu, em 2007, um artigo intitulado: *The first hominin of Europe*¹²⁰, o qual apontou, através de vestígios de fosséis humanos, que já teriam grupos de homens e mulheres primitivos, habitando algumas das porções mais altas da península ibérica, há mais de um milhão de anos, especificamente na Serra de Atapuerca¹²¹, no norte da

¹¹⁹ É professor catedrático, desde de 1999, da disciplina Pré-história, da “Universitat Rovira i Virgili de Tarragona”, autor de diversos livros e artigos. Pesquisador-líder do grupo de autoecologia humana do quaternário, nesta universidade. Diretor do Instituto Catalão de Paleoecologia Humana e Evolução Social (IPHES). Desenvolve um programa de investigações transdisciplinares na serra de Atapuerca, onde seu enfoque é no estudo do povoamento pré-histórico na península ibérica.

¹²⁰ Artigo da revista Nature. Acessado em: 23 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v452/n7186/full/nature06815.html>>

¹²¹ A serra de Atapuerca é um conjunto montanhoso situado ao norte da Espanha, na província de Burgos, em Castela e Leão, foi qualificada pela UNESCO como bem de interesse cultural universal - Património da Humanidade – resultado, sobretudo, de achados arqueológicos e paleontológicos que se situam em seu interior, considerados, até então raros, entre os quais se destacam os “vestígios fósseis de quatro espécies distintas de hominídeos: Homo sp. da Sima del Elefante, Homo antecessor, Homo heidelbergensis e Homo sapiens” (Agencia Iberoamericana Para La Difusión De La Ciencia Y La Tecnología,

Espanha, e que estes poderiam ser os primitivos habitantes do continente europeu. Obviamente, diante das características de pesquisas como estas, sabemos que não se pode apontar, categoricamente, que os primeiros habitantes humanos da Europa foram os que se fixaram nesta península, não estamos tratando disso, nem é nossa pretensão, porém, tal incursão bibliográfica, é importante para apreender que a ocupação humana nesta região é indubitavelmente bastante remota, pregressa da história escrita que conhecemos, e de estreita e inevitável relação do homem com a natureza, especialmente em topografias mais elevadas.

De modo semelhante a Atapuerca, também foram observados na Serra de Sintra, na região sudoeste da mesma península ibérica, em Portugal, uma remota associação da cultura humana com a natureza deste local. Sobre isto, há estudos e investigações, que evidenciam ter havido um processo de ocupação de cronologia pré-histórica. De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Georges Zbyszewski e Henri Breuil¹²², sobre as primeiras ocupações humanas no território português, a Serra de Sintra registrou habitação humana por volta do V milênio a.C., no final do período paleolítico e início do neolítico (RAPOSO; CARDOSO, 2000), em uma presença de habitação que se mostrou continua desde então,

Os vestígios dessa ocupação, datam do período sobre o qual o arqueólogo Vere Gordon Childe (1975), denominou de “revolução neolítica”, momento em que teria havido uma profunda alteração climática da terra, que contribuiu para uma reconfiguração técnica, de efeito reorientador das condições econômicas, que possibilitou, de algum modo, a convivência do homem com o aproveitamento da natureza, o que no caso de Sintra, atribui-se que tenha ocorrido de maneira mais harmoniosa. Essa revolução, “transformou seus participantes, de parasitas em sócios ativos da natureza” (CHILDE, 1975, p. 45), assim, de pastores passaram a ser agricultores, e, portanto, de caçadores passaram a colher seus alimentos, isto é, tornaram-se produtores.

Dessa forma, iniciava-se a transição de um modo de viver nômade, do *Homo sapiens*, para uma maneira de vivência que permitia sua fixação. Para Childe (1975), este é o momento em que as sociedades humanas desenvolveram técnicas agrícolas e de armazenagem de alimentos, sobretudo, através do aprimoramento técnico dos utensílios, podendo preservar-

2012) Acessado em 23 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.dicyt.com/noticia/a-serra-de-atapuerca-foi-o-centro-de-uma-regiao-e-a-galeria-do-silex-sua-catedral>>

¹²² “[...] os estudos sobre o paleolítico e o neolítico em Portugal, encontram-se fortemente marcados pelo trabalho pioneiro desenvolvido por Georges Zbyszewski e Henri Breuil, [...] ambos, [constituíram] um verdadeiro marco definidor de dois momentos na história da investigação deste domínio: o antes de o depois de Breuil e Zbyszewski” (RAPOSO; CARDOSO, 2000, p. 57)

se em determinada região. As pesquisas apontam que parece ter sido este o caso ocorrido na Serra de Sintra.

A revisão da literatura, parece nos conferir que para contextualizar historicamente Sintra, pelo viés analítico que queremos, é improvável que possamos fazê-lo sem que tenhamos de tratar, mesmo que brevemente, de “sua pré-história de que subsistem amplos vestígios de anciana ocupação” (SERRÃO, 1989, p. 10). Sobretudo, porque para além de alguma dívida biográfica que nos arrisquemos a contrair, pensamos que alguns aspectos desse período são relevantes para pôr bom termo aos objetivos de nossa investigação. Especialmente em observação aos elementos que dão contorno para uma composição de forte apresentação de um simbolismo e imaginário por um misticismo e uma magia, que por ali é publicada. Ademais, todo o testemunho de diversas culturas, mesmo as pré-históricas, e de alguns aspectos culturais mais persistentes no tecido do tempo, foram os que, de algum modo, sustentaram a chancela de Sintra à Patrimônio Mundial pela UNESCO.

[...] de facto, os estudos desenvolvidos [...] na península de Lisboa têm demonstrado, [...] a riqueza arqueológica das suas regiões, com realce para a sintense, como evidencia o número de *arqueosítios* já identificado e escavado, numa prova inegável das condições cinegéticas que desde sempre possibilitou a uma duradoura permanência humana.¹²³

Pode parecer antecipado dizer que a ocupação da área onde hoje está Sintra, tenha tido como fator determinante o maciço rochoso que ali está estendido, que de um simples pano de fundo, em um cenário com diversos outros elementos importantes à fixação humana, possa ser mencionado como um protagonista para os povos que ali se fixaram. De fato, a revisão da literatura não nos parece absolutamente decidida quanto a isso. Porém, talvez não seja necessário esse tipo de ênfase, pois, é inconteste que, ao menos na literatura consultada, não há exceções em atribuir à Serra algum encargo sobre as dinâmicas socioculturais que por ali ocorreram, desde os tempos pré-históricos até hodiernamente.

A relação que os homens primitivos, e seus posteriores, desenvolveram com a serra de Sintra, tem mais a nos informar do que aparentemente e inicialmente podemos pensar, sobre o produto cultural de que Sintra é, e se vale, hoje. Não parece ser por acaso, que os estudos arqueológicos examinados¹²⁴, sobre os arqueosítios da serra de Sintra e de seu

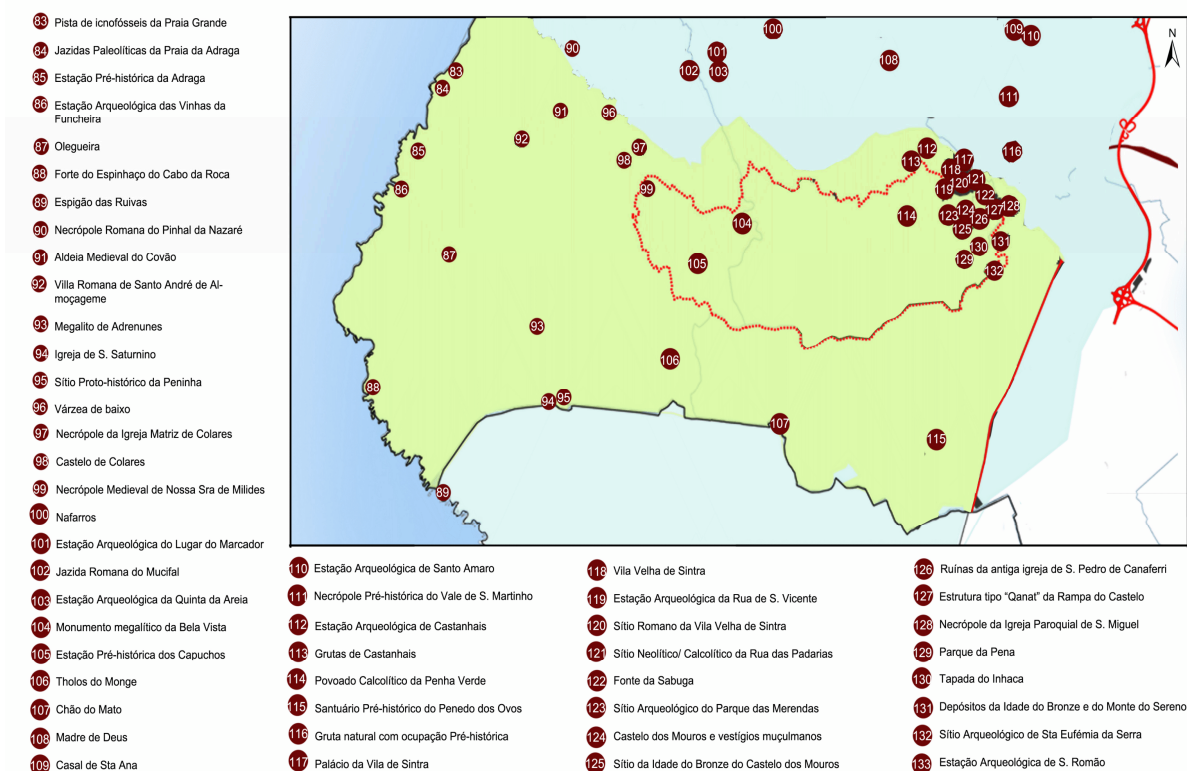
¹²³ <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73530>

¹²⁴ SOUSA, 1998; CARDIM RIBEIRO, 2007; SIMÕES, 1995, 1998; BOAVENTURA, 2009.

entorno, se apresentam como alguns dos sítios mais profícuos para esse tipo de investigação em Portugal.

As escavações e descobertas, desta região, foram intensas, importantes e vêm de longa data, sendo as primeiras pesquisas realizadas no final do século XIX (APOLINÁRIO, M., 1896; RIBEIRO, C. 1878), período em que os autores relatam não ser muito comum esse tipo de análise no território português. Prova desta intensidade e dos bons resultados, é que “nos inícios dos anos 80, [...] Sintra possuía então uma massa de informação arqueológica muito avultada de dificuldade de gestão” (SOUSA, 1998, p. 45), o que demandou a criação do Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia de Sintra.

Os achados datam das mais diversas épocas. São vestígios de ocupação que se prolongam para além do período pré-histórico, adentrando os períodos de ocupação fenício-púnico, sobre a qual, ainda assim, existem consideráveis controvérsias, islâmica e da dominação romana (SOUSA, 1998). A distribuição espacial dos sítios e das investigações arqueológicas, no território do Concelho de Sintra, está disposta majoritariamente por boa parte do perímetro inscrito pela UNESCO (Serra e Vila), estendendo-se desde a costa litorânea e ultrapassando toda extensão da serra, verificando-se, muito concentradamente, no antigo núcleo urbano do concelho, a “vila de Sintra” (ver mapa 3).



Mapa 3: Locais e/ou achados de/em sítios arqueológicos, em Sintra. Percebe-se uma considerável recorrência desses itens, inscritos na área Paisagem Cultural de Sintra, tanto “zona inscrita”, como “zona tampão”. Fonte: CM-Sintra

Os sítios e os vestígios encontrados, estão tanto sobre o maciço, quanto nos sopés de suas encostas, observamos uma maior concentração destes sítios onde hoje está situado o centro histórico da vila de Sintra, e, nestas imediações, como veremos, foram recorrentes as ocupações, das diversas épocas, em Sintra. Por vezes estas escavações encontram datações de vestígios sobrepostas, como explicita a arqueóloga e subdiretora do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, em Sintra, Teresa Simões (2003)

Sucintamente, podemos definir estes sítios pela presença de uma sucessão estratigráfica complexa enquadrada entre o Neolítico antigo e a Baixa Idade Média, salientando-se as ocupações pré e proto-históricas, e do período islâmico. (p. 119)

Essa observação pode nos indicar que as ocupações dos diversos povos, ao longo de muitos séculos e mesmo milênios, neste ambiente, estiveram assentadas em locais de habitats aparentemente próximos entre si, quando não os mesmos, especialmente na serra. Talvez, por uma relação com alguma estruturação natural (geográfica e espacial) que este local teria a fornecer, o que de algum modo poderia facilitar o desenvolvimento das dinâmicas sociais que ali se estabeleciam. Sobretudo se pensarmos no precário desenvolvimento tecnológico para alterar e adequar o meio ambiente, dos povos pré e proto-históricos que ali habitaram.

Talvez seja precipitado assumir que a ocupação da área onde hoje está Sintra, tenha tido, como fator determinante, o maciço rochoso que ali está estendido, que de uma esplendorosa paisagem sem aparente função que não a de um pano de fundo, possa ser mencionado como protagonista para a fixação dos povos que ali estiveram. De fato, a revisão da literatura, com raríssimas exceções, não é decisiva quanto a isso. Porém, talvez não seja necessário esse tipo de ênfase, pois, é incontestável que, ao menos na literatura consultada, não há exceções em atribuir à Serra, ainda que não como fator determinante, importante encargo sobre as dinâmicas socioculturais que por ali ocorreram, desde os tempos pré-históricos até hodiernamente. O que, de certo modo, tratando do envolvimento sociocultural, auxilia na percepção sociocultural da relação da serra nalguma ambiência de Sintra, mesmo que, eventualmente, possa esse elemento não ter sido determinante sobre aquela ocupação, hipótese que nos parece pouco provável.

No entanto, sobre este cenário, a bibliografia referente as investigações arqueológicas, aponta indicativos de que as ocupações foram sendo organizadas, ao longo de vários milênios, em torno da serra, ou nela própria, em sítios semelhantes ou de bastante proximidade uns dos outros. Como demonstra Simões (1995), ao associar, em certa medida,

os achados de escavações neolíticas, com as ocupações do período medieval e da dominação dos mouros.

Os primeiros vestígios materiais conhecidos, apontando para uma ocupação neolítica deste espaço, foram identificados, quando se procedia a escavação da igreja medieval de São Pedro de Canaferrim, localizada num patamar a 402 m de altitude, junto as muralhas do Castelo dos Mouros em Sintra. (p. 329)

Para Simões (1995), o que dá destaque aos vestígios encontrados em Sintra, é precisamente sua localização diferenciada, uma vez que, segundo a pesquisadora, não é comum vestígios de ocupações do neolítico em encostas e/ou cumes de serras.

O vestígio da ocupação de São Pedro de Sintra é testemunho da existência de lugares de *habitat* no Neolítico antigo que não se integram no modelo de povoamento classicamente admitido. A permanência em sítios baixos e arenosos, junto a linhas de água e onde seria possível praticar uma agricultura incipiente, parece encontrar contraponto no sítio de São Pedro de Canaferrim. Trata-se de um sítio de altitude e a sua frequência por grupos neolíticos encontra-se certamente relacionada com o tipo de recursos explorados (p. 333).

A autora afirma se tratar de uma ocupação que tem estreita relação com os tipos de recursos explorados, provenientes daquele ambiente, mas admite que não pode precisar de que tipo de economia se trata, pois, os vestígios encontrados “não forneceram dados [...] que permitam determinar, com precisão, o subsistema econômico da comunidade”. Porém, aventa duas possibilidades que determinaram a ocupação. Na primeira, assinala como hipótese uma ocupação sazonal do alto da serra, “que poderia encontrar-se, relacionada com a procura de pastos para ovinos ou caprinos durante o Verão, actividade documentada na Serra até finais do século XIX [...]” (SIMÕES, 1995, p. 333-334). Na segunda, apresenta como hipótese, “o recurso a actividades predatórias, nomeadamente a caça, recurso ainda abundante durante a Idade Média” (ibid., p. 334).

Atentemos que em ambas proposições, a autora ressalta os “recursos tradicionalmente disponíveis na Serra de Sintra”, apontando ainda, que as possíveis atividades que justificariam a ocupação, de certa forma, se estenderam cronologicamente na região até o século XIX. Desse modo, é possível pensar que é mesmo a serra um importante elemento estruturador de ambiências, por todas as épocas de suas ocupações e de todos os povos que ali habitaram. O que, para nós, está categoricamente sugerido pela autora, quando afirma que,

Indiscutível é, porém, a existência de diferentes padrões de povoamento por todo horizonte cronológico e cultural, estreitamente ligados as estratégias de subsistência e ao leque de recursos explorados pelas comunidades neolíticas do VI e do V milênios (SIMÕES, 1995, p. 334).

Para além de alguns importantes suportes recursivos que a serra de Sintra possa ter disponibilizado, ao longo de milhares de anos, que de algum modo estruturaram estrategicamente as diversas e contínuas ocupações deste local, como sugere Simões (1995), nos parece, que os diferentes povos que ali habitaram, estruturados pela serra, estabeleceram, na medida de suas culturas, uma estrita relação sociocultural com esse maciço, que, de algum modo, entrelaçou-se por entre as épocas. O que, em certa medida, fundamentou uma dinâmica sociocultural própria de uma ambiência ancestral, que, aparentemente, vem sendo utilizada imagética e patrimonialmente, para além de uma natural transição cultural social.

No entanto, sem nos adiantarmos nesta análise, que empreenderemos em momento próprio, continuamos apreendendo o contexto histórico. Sobre isto, as investigações arqueológicas dos povos primitivos do neolítico e do período posterior, o calcolítico, assentados naquela região, ainda parecem continuar nos dizendo algo, especialmente sobre alguns aspectos do simbolismo sacro. Da bibliografia consultada, referente a estas pesquisas, especificamente as que se dedicaram sobre os sítios arqueológicos inscritos nas zonas tombadas pela UNESCO, nos chamou atenção que uma parte significativa dos vestígios e monumentos encontrados são apresentados, em algum tipo de relação, com práticas que conhecemos hoje por misticismo e/ou magia, em boa medida associadas a “rituais astrolátricos”, em referência à Lua, ao Sol e outros astros.

Em nossa consulta bibliográfica, os rituais e cultos à lua, foram os mais recorridos; com “a figuração de motivos lunares mais característica da área de Sintra [...]” (Simões, 1994, p. 228), tendo nas “lúnulas”, objetos de aspecto semilunares, sua maior representação (VALERA, 2010). As descobertas que nos parecem estar mais disponíveis à estas associações, e onde é intensamente descrito os achados de lúnulas, são as estruturas megalíticas, que “literalmente, e em sentido estrito, correspondem a um tipo de construção em que se utilizam componentes pétreos de grande dimensão [...]” (GONÇALVES, 1999, p. 137), de função funerária, ou não-funerária, isolados ou agrupadas, variando sobre as classificações de antas, dólmens ou tholos” (BOAVENTURA, 2009).

Apesar da definição literária, apresentada por Gonçalves (1999), o arqueólogo Rui Jorge Narciso Boaventura (2009), discute em referência ao próprio Gonçalves (1999), que,

A expressão Megalitismo tem vindo a ser utilizada com múltiplos significados, [...] também entendido ‘como um complexo conjunto de prescrições mágico-religiosas relacionadas com a morte, e não apenas, redutoramente, como um tipo de arquitectura funerária’ que ocorre no Ocidente peninsular durante os 4º e 3º milénios [...] (Gonçalves, 1995), mas também verificável na Europa das antigas sociedades camponesas. (p. 12)

Em que pese a definição técnico literária de Gonçalves (1999), é sobre sua observação do emprego sociocultural do termo, que nos interessa analisar as construções megalíticas. Pelo que, aparentemente, estas estruturas estão, de algum modo, ligadas, em uma miscelânea, de orientações de misticismo, magia e sacrosimbolismo, de diferentes povos, que se manifestou por distintas épocas, até por volta do século VIII, assentando alguma unidade sociocultural. A partir de então, nos parece que as dinâmicas socioculturais que estavam relacionadas com estas estruturas, sobretudo as de cunho de prescrições mágico-religiosas, foram sendo transformadas em significações com feições de mistérios e enigmas, ligando-se mais facilmente a lendas e a mitos. Pois, como afirma Lévi-Strauss (2008),

Um mito sempre se refere a eventos passados, “antes da criação do mundo” ou “nos primórdios”, em todo caso, “há muito tempo”. Mas o valor intrínseco atribuído ao mito provém do fato de os eventos que se supõe ocorrer num momento do tempo também formarem uma estrutura permanente, que se refere simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro (p. 224).

Não podemos nos esquecer, que durante o percurso desta linha cronológica, em que Sintra se inscreve, de profundas transformações socioculturais; o ser humano, de forma geral, abandonou o paganismo e suas bússolas, em favor da adoção do monoteísmo, o que sem dúvida contribui significativamente neste processo, porém, que não nos privou de recebê-las sob o signo de uma outra relação – mística e lendária – e, hodiernamente, fortemente associadas a uma valorização imagética da região, que, em boa medida, lhe oportuniza o consumo cultural, que será tratado adiante.

A proposto desta relação, cabe salientar, que este tipo de construção – megalítica – não está disponível apenas em Sintra. Há estruturas megalíticas em várias partes de Portugal, tampouco é exclusivo do território português. Algumas dessas estruturas são mundialmente famosas, caso do Stonehenge na Inglaterra, a fortaleza de Sacsayhuaman, no Peru e até mesmo as pirâmides do Egito podem ser consideradas construções do megalitismo. No entanto, em Sintra, como dito anteriormente, estas estruturas arquitetônicas primitivas são mais facilmente interpretadas, para além dos convencionais e comuns entendimentos tumulares, como arquiteturas dispostas ao sagrado. Para Anes (2010), o tipo de arquitetura

megalítica vista em Sintra, assenta-se “na criação de um espaço sagrado onde se reproduzem mitos e símbolos e onde se podem realizar ritos. Na sua base está a separação do espaço exterior, “profano”, do espaço “sagrado”. [...] [que é] ‘aquilo que está separado’ e que tem de ser de alguma forma protegido, preservado.” (p. 100)

Ademais, sendo os monumentos megalíticos vestígios arqueológicos do período neolítico, do ponto de vista da análise arqueológica, o que dá destaque às estruturas megalíticas encontradas em Sintra, é referido à sua localização diferenciada, em planos mais altos dos que são encontrados em outros sítios (SIMÕES, 1995), bem como, sobre o volume e o adensamento, uma vez que, “na área de Sintra os monumentos megalíticos constituem a larga maioria dos sítios pré-históricos escavados” (SOUSA, 1998, p.50)

Entre as diversas estruturas desse tipo, em Sintra, inscritas na área salvaguardada da UNESCO (zona tampão) – Patrimônio Mundial, podemos citar a “Anta de Adrenunes” (ver imagem 15), considerada como uma das mais bem preservadas estruturas megalíticas da região, entendida como um “monumento híbrido, que conjuga os elementos naturais da Serra granítica com (alguns) elementos arquitectónicos, constituindo conjunto de natureza excepcional” (p.136), “que poderá ter sido utilizada como necrópole colectiva durante o longo período megalítico português¹²⁵”.



Imagem 15: “Anta de Adrenunes”, localizada numa das porções mais altas da Serra de Sintra, inscrita no âmbito da PCS. Fonte: CM-Sintra. Autor: Desconhecido.

No entanto, há alguns autores, caso do literato Vladimir Megre (2010), que sugerem que a Anta de Adrenunes, não era tão somente um sepulcro. Deveria ser ali, como muitas outras desse tipo, um lugar onde os sábios, ao pressentirem a morte próxima, se dirigiam para serem fechados e meditar eternamente, entendendo que assim, seus espíritos não morreriam. Servindo como local sagrado, tanto para quem ali se sepultava, como para os que permaneceram vivos, que teriam nestes sítios, espaços de meditação, uma vez que, os espíritos dos sábios ficariam eternamente ali, de algum modo ligados com as divindades, para além de estarem disponíveis para aqueles que fossem até lá, a procura de sabedoria.

¹²⁵ Sítio eletrónico da Direção-Geral do Património Cultural. Acessado em: 25 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70741/>>

Uma outra construção megalítica, que cabe destacar, é o “Tholos do Monge” (ver imagem 16), ainda mais manifesta no que tange o aspecto da associação com prováveis rituais astrolátricos, que em nosso entendimento sedimenta de maneira importante a discussão de uma dinâmica sociocultural primitiva, específica da Serra da Sintra, de onde se poderia pensar ter originado boa parte do imaginário que recai sobre Sintra hoje.

Identificado e escavado em 1878 [...], encontra-se isoladamente no topo de uma das maiores elevações da Serra de Sintra, erguido [...], entre c. de 2300 e c. de 2000 a. C., numa altura em que se reforçavam os sistemas defensivos de alguns povoados e se fortificavam novos "habitats" de cumeada [...] (JORGE, S. de O., 1990, p. 184), sendo posteriormente reutilizado [por outros povos] (JORGE, V. de O., 1990, p. 243).

Em que pese alguns investigadores da arqueologia, compreenderem essa e outras estruturas desse tipo, como um simples sepulcro funerário individual, onde, num processo de evolução das sociedades primitivas, o homem conheceu a necessidade de sepultar seus mortos, por fatores estritamente funcionalistas, há autores, que questionam esta “explicação exageradamente funcionalista, [...] que não questiona os princípios simbólico-culturais subjacentes ao fenómeno” (DINIZ, 2000 p.106), como é o caso de Pedro Nuno Machado da Silva (2014), que entende que,



Imagem 16: “Tholos do Monge”, construção megalítica, encontrada na Serra de Sintra, inscrita na área considerada “patrimônio mundial” pela UNESCO.

O propósito destes monumentos não é, pois, estritamente funcional; corporiza e testemunha uma intenção simbólica: marcam e significam o espaço, onde o sepulcro se confunde com centro cerimonial, palco de rituais em que se aliam religiosidade e magia. É a arte da ‘domesticação’ da morte e do morto, transformando-o em aliado sobrenatural. Separa-se e re-liga-se Sagrado e profano [...]. As construções, antropomorfizando a paisagem, teriam talvez, elas próprias, um carácter propiciatório. [...] um ‘espaço qualificado com densidade de vivência antropológica (...), de um território povoado por significações, apropriações, conflitos... narrativas’. (p. 51).

No caso específico de Sintra, sobre alguma relação simbólico-cultural, mística, mágica e/ou sagrada, destas ou por estas arquiteturas, observamos, o que assevera Simões (1994),

Aparentemente, existiria uma abundância de necrópoles na Serra de Sintra e nas suas imediações e uma rarefacção na zona mais a Norte. Esta distribuição desigual poderá corresponder de facto a uma implantação preferencial junto de uma montanha que marca a linha de horizonte e que poderia ter um significado mágico-religioso. (p. 228).

Bem como, o que destaca C. Ribeiro (1995).

o culto lunar durante o Neolítico/Calcolítico [...] em torno da Serra de Sintra, [onde se vê] um maior número de evidências [...]. De facto, apenas na área de influência da Serra de Sintra [...], se regista a presença, designadamente em contextos funerários, de objectos votivos de calcário em forma de crescente lunar (“lúnulas”) (p. 600).

Mais precisamente no “Tholos do Monge”, foram encontrados objetos votivos que se associam a um presumível tipo de dinâmica sociocultural, de características mágico-religiosa, destacadamente uma lúnula grafada em alto relevo num desses objetos (SILVA, 2014), sobre o que já nos referimos antecipadamente. Esses achados, fazem Silva (2014), crer, “que nesta época, [em Sintra], cerca de 2500 a.C., os povos adoravam o Sol e a Lua. Tradição que vem, seguramente, desde o início do Neolítico” (p. 46).

Tais dinâmicas socioculturais que podem ter sido desenvolvidas em épocas remotas, na região onde hoje é Sintra, parecem ter nestes objetos, o adorno para adoração de astros, bem como para a confecção de rituais de magia e misticismo, protegidos num espaço construído para o sagrado de uma Anta ou um Tholos. Sobre isto, não podemos deixar de trazer à discussão, autores como Mircea Eliade ([1957] 1992), exímio pesquisador das questões relativas ao sagrado e ao misticismo, bem como, Rudolf Otto ([1979] 2007). filósofo, teólogo e historiador das religiões.

Para Eliade ([1957] 1992), “o ritual pelo qual o homem constrói um espaço sagrado é eficiente à medida que ele reproduz a obra dos deuses.” (p. 21), por uma significação muito complexa, que demanda uma amplitude de conhecimento de suas articulações, mas que, ao final, a intenção última é dar ao território, onde estão tais construções, uma espécie de consagração para uma cosmização, em contraponto a um caos, “transformando-o simbolicamente em um cosmos mediante uma repetição ritual da cosmogonia” (p. 22), por onde se pode entender a importância de adorações astrolátricas, p.e., ao sol e à lua. Para todo esse conjunto de relações, o autor atribui o nome de “Sistemas de Mundo”

Para o autor, essas construções simbolizariam uma espécie de passagens e/ou entradas para o centro do mundo, pois, num conjunto amplo de entendimentos, de concepções

religiosas e imagens cosmológicas, por ali se poderia atingir o céu ou o inferno, por rituais de iniciação ou de passagem, sendo que o primeiro exigiria uma morte inicial, pois esta, seria “o êxtase místico, o conhecimento absoluto, [...], equivale a uma passagem de um modo de ser a outro e opera uma verdadeira mutação ontológica.” (p. 81). Já o de passagem, seria a ruptura total do ser com a terra, assim este atingiria o cosmos de um modo purificado, pois esteve ligado ao sagrado durante o tempo em que esteve no “caos” (ELIADE, [1957] 1992).

Concluindo a reflexão por Eliade ([1957] 1992), ele ainda nos auxilia a pôr um plausível entendimento sobre a concepção mágica que recai sobre a Serra de Sintra, se pensarmos nas dinâmicas socioculturais de sociedades primitivas que ali habitaram, mas também sobre os desdobramentos que receberam até os dias atuais.

Um grande número de mitos, ritos e crenças diversas deriva desse “sistema do Mundo”. [...] Encontramos por toda a parte o simbolismo do Centro do Mundo, e é ele que, na maior parte dos casos, nos permite entender o comportamento religioso em relação ao ‘espaço em que se vive’.
[...] a Montanha Cósmica [...], figura entre as imagens que exprimem a ligação entre o Céu e a Terra; considera-se, portanto, que a montanha se encontra no Centro do Mundo. Com efeito, numerosas culturas falam-nos dessas montanhas – míticas ou reais – situadas no Centro do Mundo. [...]. Visto que a montanha sagrada é um *Axis mundi* que liga a Terra ao Céu, ela toca de algum modo o Céu e marca o ponto mais alto do mundo; daí resulta, pois, que o território que a cerca, é considerado como a região sagrada, mística. (p.25)

Rudolf Otto (2007), apresenta, aquilo que entende como aspectos elementares de arquiteturas dispostas ao sagrado e/ou místico. Basicamente seriam: 1) uma disposição espacial que tenha no lugar mais alto possível sua escolha, possibilitando que tais estruturas pudessem se elevar naturalmente ao céu, com um possível incremento pela variação de tamanho da própria construção. Aqui o autor admite que, “é difícil fugir à impressão de que esse aspecto já começou a se fazer presente na era megalítica. [...] A ‘vaga’ sensibilidade para a grandiosidade solene bem como para o gesto pomposo, excelso, era muito elementar, bem conhecida justamente do ser humano ‘primitivo’” (p. 105)

Como um segundo aspecto, o autor aponta para uma 2) orientação arquitetônica da construção, que poderia ser traduzido pela sua morfologia, posição e orientação espacial, assim, seriam estas construções distintas das edificações vernáculas, na mesma medida que também teriam algum tipo de orientação espacial, para algum dos pontos cardeais, especialmente dispostos num “vazio ou na amplidão vazia. A amplidão vazia é, a bem dizer, o excelso [grandioso, altitude] na horizontal” (p. 108).

Por fim, teriam estas estruturas, 3) uma ornamentação simbólica, quer seja no seu interior que seja no seu exterior. Pois,

[...] certos símbolos, emblemas, ornatos em gregas e meandros podem causar uma impressão "praticamente *mágica*", e com bastante segurança sentimos o estilo e o caráter especial desse elemento *mágico*, sob as mais diferentes condições e nas mais diversas situações. [...] sendo que mesmo a pessoa menos preparada logo sente essa característica com facilidade. [...] a impressão em si independe totalmente do conhecimento de origens históricas. Ela ocorre mesmo que nada se saiba a respeito, inclusive então ela pode ser mais forte e completa, se as circunstâncias permitirem. (OTTO, 2007, p. 105)

As estruturas megalíticas dispostas em Sintra, para além do que alguns arqueólogos observam, como sendo meros sepulcros individuais e/ou coletivos, aparentemente guardam importantes traços que podem reforçar uma dinâmica sociocultural voltada ao misticismo, ao mágico, ao sagrado. Como aliás, era algo muito usual, dito por um outro conjunto de estudiosos desta área. No entanto, o que queremos ressaltar aqui, é que, talvez seja possível dizer que a carga simbólica de que Sintra se reveste hoje tenha relação direta ou indireta com estes ancestrais, de forma diferente da época pré-histórica, é obvio, mas que também repercutiu, com muita força em séculos posteriores, especificamente na ocupação romana, declinando em intensidade, porém, com eficácia, na idade média, e nos chegando hodiernamente, do modo como analisaremos posteriormente.

Como havíamos mencionado, retornamos à quinta da Regaleira, sobre a qual nos referimos como uma das estruturas arquitetônicas de Sintra que, de algum modo, se liga a lendas de misticismo. Pautados no que verificamos sobre as estruturas do megalitismo pré-histórico, vale, brevemente, tecer alguns comentários analíticos sobre esta construção.

O Palácio da Regaleira, em nosso entendimento, aparenta guardar alguma relação de evolução diacrônica do sagrado, místico e/ou mágico, pelo que se verificou sobre as dinâmicas socioculturais místicas-simbólicas das ocupações remotas de Sintra, numa relação de alguma analogia com os rituais astrolátricos do neolítico sintrense, em observação a expedientes de estruturas similares, bem como, significados que apontam para semelhanças.

Se pensarmos no que Eliade ([1957] 1992) formulou, temos na Regaleira, alguns dos aspectos que o autor elencou como elementares na consagração de uma estrutura do sagrado. Especialmente, neste caso, observamos a representação do local que se erigiu a Regaleira, a Serra de Sintra, como um “centro espiritual do mundo” (ANNES, 2010), pelo que Eliade

([1957] 1992), atenta para uma estrutura que de algum modo tenha-se o entendimento de centro do mundo (*axis mundi*).

Um outro aspecto trazido por Eliade, e observado na Regaleira, diz respeito aos rituais de iniciação que ali se diz ter havido, que para o autor, estão ligados a uma ruptura de morte inicial para uma outra vida, que “equivale a uma passagem de um modo de ser a outro e opera uma verdadeira mutação ontológica” (p. 81). O que de forma semelhante é sugerido por Annes (2010), que afirma que a descida no poço iniciático, era “um símbolo de uma importantíssima operação alquímica de ‘solve’ (dissolução ou morte). [...] de facto, este poço [seria] aquilo que poderíamos denominar de percurso organizador ou estruturante [...] que segue um esquema muito geral de morte e ressurreição, de descida para as trevas e de subida para a luz. (p. 109)

Já, se nos referenciarmos, pelo que Rudolf Otto (2007), aponta, vamos observar que são similares os aspectos elementares de arquiteturas do sagrado adotadas na Regaleira. Resumidamente são elas: 1) uma disposição espacial que tenha no lugar mais alto possível sua escolha. A quinta está situada a meio termo entre a serra e a vila de Sintra, i. e., na encosta da serra. 2) orientação arquitetônica da construção: morfologia, posição e orientação espacial, seriam construções distintas das edificações vernáculas, na mesma medida que também teriam algum tipo de orientação espacial. Pois bem, o palácio da Regaleira é uma construção das mais diferenciadas de toda Sintra, e, se pensarmos no “poço iniciático”, ao fundo, verifica-se uma rosa dos ventos; e sobre sua forma, podemos dizer sobre uma das entradas, que é recoberta com pedras que mais se aparentam com um Tholos ou com uma Anta (ver imagem 17). Por fim, para Otto (2007), ainda deveriam ter estas estruturas, 3) uma ornamentação simbólica, quer seja no seu interior quer no seu exterior.



Imagem 17: Um dos acessos ao “poço iniciático”, no “Palácio da Regaleira”, disposto, propositadamente, num formato que evoca a forma de um “tholos” ou mesmo de uma “anta”, da época megalítica. Fonte: Acervo pessoal.

Ora, na Regaleira, protegendo todo o jardim sagrado, temos – num registo pagão - todo um conjunto de estátuas de deuses da Mitologia greco-romana e – num registo cristão - uma Capela cristã com a Santíssima Trindade e a Virgem Maria (ela própria um alto lugar simbólicomítico).

Mas, protegendo mais especificamente essa estrutura organizadora e estruturante do jardim iniciático que é o Poço – e os percursos adjacentes -, temos os “guardiões do limiar”, os crocodilos, centrais à “entrada monumental”, os quais na Mitologia egípcia eram os guardiões dos mundos inferiores, aqueles a que simbolicamente o poço dá acesso (isto é, as galerias subterrâneas) (ANES, 2010, p. 116)

Esta é apenas uma, das muitas construções arquitetônicas de Sintra, onde podemos observar aspectos que guardam alguma relação, mesmo que pareça improvável, com o dinamismo sociocultural da pré-história, que se desenvolveu na região de Sintra, porém há outros elementos da dinâmica social de tempos remotos, que também, de algum modo, ainda são possíveis de identificar resquícios desta relação, sem deixar de observar também, que não é somente pela arquitetura que se percebe tal afinidade, na verdade, é possível de se ver em toda uma “Aura de Sintra”, que permeia diversos elementos do cotidiano da Vila, do Município, enfim, de toda aquela região; não somente na sua cronologia mais recente, que versaremos no próximo capítulo, mas que, como observamos, estabeleceu-se por toda sua história, sobre o que discutiremos ao longo deste capítulo, de forma diluída nos próximos itens.

Aparentemente, houve em Sintra uma espécie de fundação alicerçante de suas dinâmicas sociais, ao longo de séculos, que estiveram disponíveis, especialmente pela forma como os ancestrais, que ali habitaram, se relacionavam com os elementos naturais, sobretudo com a Serra de Sintra, o que, em certa medida, assentou-se, produzindo outras dinâmicas pelo decurso do tempo, tendo sempre a indispensável presença deste elemento natural, em associação ao que já se observava na pré-história, dito de um outro modo, em atenção a uma ambiência ancestral.

Com tudo isso, pelo que entendemos, tem-se permitido, gravar, ainda hoje, sobre Sintra, expressões que denotem um envolvimento de misticismo e de magia, tais como a denominação de *Mons Sacer*, isto é, “monte do saber”, que já diz haver citações dessa forma em tempos romanos, pelos filósofos Varrão e Columela (SERRÃO, 1989, p. 25), e que continuou por longos séculos e ainda hoje, porém, com significações distintas, como podemos ver também pela expressão *mons lunae* “monte da lua”, com provável origem que igualmente remete ao período de ocupação romana em Sintra. A distinção que mencionamos dos usos, para nosso enfoque de pesquisa, e em nosso entendimento, encontra-se, sobretudo no final do século XX, e diz respeito a que uma boa parte de todos estes aspectos têm sido capitalizados, de diversos modos, especialmente em prol de um estatuto de patrimônio mundial, para o consumo cultural. Que nos debruçaremos adiante.

Especificamente sobre as estruturas arquitetônicas, o que de tudo isto nos parece ser possível observar, é que, independentemente de terem sido as estruturas megalíticas, espaços do sagrado, do misticismo e/ou de magia, ou meros sepulcros funerários, ao que se indica, estruturas arquitetônicas contemporâneas, como a Regaleira, entre outras, guardam aspectos de semelhança com as primeiras, sob um signo muito similar de orientações místicas e sagradas, bastante associativas de uma ambiência desenvolvida na serra de Sintra, em tempos remotos.

Pelo que também podemos inferir, que o período de ocupação primitiva da região de Sintra, teve papel fundamental, tanto numa orientação de algumas dinâmicas socioculturais, que se viu posteriormente, na ambiência de Sintra, quanto para o fomento de toda uma imagética construída sobre ela, especialmente sobre aspectos que se relacionem de algum modo com a serra. Sobre isto, há que se frisar o período de ocupação romana, no qual o envolvimento com uma ambiência que trazia elementos de uma ancestralidade, aparentemente e em certa medida, ressignificou, de forma não habitual, aspectos da dinâmica sociocultural desse povo, ao passo que, posteriormente, toda essa relação esteve envolvida em um outro importante momento de Sintra, o romantismo.

Portanto, já podemos ver aí, uma sucessão de momentos (pré-história, ocupação romana e romantismo), que por modos diferentes e relacionados entre si, são fortemente habilitados para a construção imagética de Sintra patrimônio mundial, tanto no processo de patrimonialização, quanto para as estratégias de mercantilização do consumo cultural de Sintra. Abordamos até então a pré-história, seguiremos agora com o período de ocupação romana, passando pelo momento, também importante de ocupação islâmica, passando ainda por algumas outras fases de Sintra, que têm alguma relevância aos propósitos de nosso análise, especialmente procurando demonstrar os pontos de sustentação de um dos aspectos que possibilitou o forjamento do status de patrimônio mundial, notadamente a experiência de culturas e épocas distintas num mesmo espaço geográfico, por onde então, chegaremos no período em que Sintra esteve sob influência de um pensamento do romantismo, outro fator do tombamento da UNESCO.

2.1.3 A meio termo do Patrimônio Mundial: ocupações romanas e muçulmanas – misticismo e magia.

Parece que em todas as epochas [...] a abençoada posição da nossa Cintra attrahiu os povos que successivamente dominaram o torrão portuguez. Já em tempo de romanos gozava ella com a antiga Ulysipo o foro de município romano. -Vieram as ondas dos habitantes do norte alagar as terras da península, e Cintra prendeu ainda as vistas dos novos conquistadores. -Trasbordaram d’Africa as turbas mauritanas, e Cintra fez se moura. Soou nas redemptoras montanhas das Asturias o primeiro grito da liberdade hespanhola, accordou adormecida raça antiga e generosa passo a passo, d’anno em anno de seculo em seculo foi este grito correndo e espalhando-se por todas as terras escravas do mouro. -O brado em 717 alevantado em Oviedo foi ouvido em Lisboa e echoou em Cintra. Agora christaã, logo infiel, foi a cubiçada villa, em renhida disputa, que bem está ella desculpando, umas vezes ganhada, outras perdida, a que a valente espada de D Afonso Henriques abriu de um golpe eterna sepultura ao dominio agareno, nesta mimosa do céu e segurou para sempre a cruz no proprio lugar em que dominára o crescente. [...] a moura fez se christaã e christaã ficou desde então, [...] Romanos e mouros lhe deixaram lembranças [...] talhadas e afeiçoadas na pedra. Uns nas palavras escriptas em suas lapidas; outros nas marmoreas feições dos seus monumentos [...]. (LEAL, 1842, p. 310, In.: O Panorama)

As consultas aos referenciais bibliográficos elencados nesta pesquisa, demonstram que, em Portugal, as ocupações de povos considerados pré e proto-históricos, são registradas em várias parcelas do território português. Como vimos antes, a presença de ocupação humana na chamada era pré-histórica, em Sintra, foi aguda e relevante, fornecendo-nos importantes elementos para observação e análise da formação de Sintra, especialmente sobre a constituição de uma “aura”, com características, sobre as quais já nos referimos.

No entanto, sobre alguma ocupação de povos que são entendidos como proto-históricos; aparentemente são escassos os achados arqueológicos, que possam oferecer suporte a uma conjectura mais precisa sobre a presença desses povos, ocupando, a região que hoje conhecemos por Sintra, e consequentemente nos auxiliar em nossa pesquisa. Pelo arcabouço teórico que tivemos acesso, o contato com a biografia de Sintra, da época referida, foi rarefeito, pelo que entendemos de pouca relevância à nossa investigação, que importe nos arrastarmos sobre ela, em que pese tenhamos encontrado uma considerável recorrência de obras que versam sobre povos deste período, p.e., os fenícios e os celtas; os quais observamos serem os mais citados no contexto da biografia de Portugal, porém de forte presença em outras áreas.

As poucas citações que encontramos, em geral, não são específicas quanto a etnia dos povos; bem como, em sua maioria, remetem a áreas relativamente distantes do campo que nos interessa analisar, como é o caso do sítio arqueológico da pré/proto-história de São Marcos (COELHO, 2005); dentro dos limites do território do concelho de Sintra, mas fora da delimitação tombada. Há, aparentemente, uma única exceção desse tipo de sítio, que se insere dentro dos limites tombado como patrimônio mundial; o sítio arqueológico de Santa Eufêmia, porém, com vagas referências específicas da proto-história. Em uma delas, Caetano (2000) chama atenção, que “o arqueólogo Felix Alves Pereira não hesitou em apelidar o povoado proto-histórico romanizado de Santa Eufêmia da Serra como o ‘berço de Sintra’” (p. 31), afirmação contestada por alguns outros autores.

O que verificamos sobre os movimentos de povos e etnias, por todas as regiões de Portugal, descritos pelos estudiosos; demonstra uma provável variação na ocupação e povoamento; pelo que, “no Sul, [ter-se-ia o] estabelecimento de povos mediterrânicos – maior densidade de ocupação romana, ocupação bizantina e longo domínio islâmico [aqui podemos inscrever Sintra]; e no Norte e Centro, estabelecimento de povos do Norte atlântico e centro europeu – celtas, suevos e visigodos” (COSTA, 2007, p. 10).

Não temos a intenção com isto, de sugerir que na região em que se inscreve Sintra, no lapso temporal em que se matricula a proto-história, não tenha havido ocupação humana, o que, pelo contrário, entendemos que, muito provavelmente, essa região tenha sido consideravelmente habitada nessa época, ao que se indica pelo seu caráter peculiar e com aspectos profícuos ao assentamento humano, já mencionado; talvez até numa confluência de povos, como sugerem alguns autores (RIBEIRO, 1995-2007; SIMÕES, 1993, 2003; COELHO, 2005).

Contudo, pelo que observamos; a discussão sobre as ocupações e povoamentos em épocas da pré e da proto-história, nos limites territoriais em que hoje encontra-se Sintra, parecem ser mesmo bastante abstrusas, com muitas reservas, por parte dos pesquisadores, quanto a diversos pontos, sobretudo deste último período, e no caso desse, com o complicador de, aparentemente, se ter uma escassez de referências, o que acabou por não nos permitir adentrar como gostaríamos nesta temporalidade, que certamente adensaria ainda mais nossa discussão, para além de reconhecermos que, por maior que seja o esforço de ampliar o campo referencial, podemos não ter tido contato com outras obras que pudessem nos dar entendimento desta questão, sobretudo mediante a já abordada amplitude da bibliografia sobre estes temas.

Mesmo assim, como efeito de registro e de completude da temporalidade histórica que estamos nos debruçando, e em uma abreviada observação de como os povos desse período são referidos, quando os são, à Sintra. Isso sem perder de atenção a proposta de nossa investigação, anotamos algumas passagens, em que se diz sobre a região patrimonializada de Sintra, com alguma ocupação datada da proto-história.

Um destes registros, não faz referência a uma etnia ou a qual povo está se tratando, mas é interessante perceber que há uma importante observação sobre um efeito de continuidade de ocupação da serra, especificamente sobre a região onde hoje situa-se a capela de Santa Eufêmia, num dos cumes da serra, em sua porção leste, distante poucos quilômetros da vila de Sintra; pela qual, já havíamos mencionado, percebemos alguma uniformidade quando são feitas citações associadas à proto-história de Sintra:

O sítio de Santa Eufêmia [inscrito na área do Patrimônio Mundial] é um dos mais antigos locais de povoamento humano da serra de Sintra. Na origem, aqui existiu um aglomerado neolítico, datado de c. 4000 a. C., posteriormente utilizado durante a proto-história e o período romano, numa cronologia ocupacional que se prolonga até ao século II d. C. As privilegiadas condições de defesa do local terão determinado uma tão ancestral ocupação humana, que continuou pelos séculos mais recentes. (ALVES, 1989, p.34).

Observação semelhante fez Caetano, M., (2007), tecendo comentários a José Cardim Ribeiro, adicionando menção a um possível culto, que se associa às narrativas que aludem as lendas das águas milagrosas de Sintra, por onde já se pode verificar algo que temos tentado nos referir durante esse texto, qual seja, uma espécie de continuidade de uma dinâmica sociocultural que tem no *tópos* de Sintra, sua essência:

[...] num cume [da serra de Sintra], subsistem vestígios, junto a uma fonte de águas de boa temperança, de um **castro proto-histórico** de influências púnicas, que, mais tarde, os **romanos** perpetuaram tendo eventualmente erigido no local um templo devotado ao culto das águas [...] (Ribeiro 1983) – e que, depois, os **cristãos** renovaram sacralizando o local, ao erguer ali pequena ermida devotada à mártir Eufêmia, junto à própria pegada da santa [...] (p. 60 -61, grifos nossos)

Numa outra referência, o historiador Heitor Baptista Pato (2007)¹²⁶, apoiado num entendimento trazido por Estrabão, filósofo e geógrafo grego; aponta a presença de um povo cuja a etnia, diz ser de uma origem miscigenada, entre os Celtas e os ibéricos, sugerindo que,

¹²⁶ BAPTISTA PATO, Heitor. A serra de Sintra (Portugal): cultos à Lua, ao Sol e a Saturno. 2007 Disponível em << <http://www.celtiberia.net/es/biblioteca/?id=2943>>>. Acessado em 30.06.2016

em Sintra, "os povos celtiberos ofereciam sacrifícios a um 'Deus sem nome', ao qual nas noites de lua cheia dedicavam danças colectivas até ao amanhecer" (Ibid.)

Desse modo, feitas estas rápidas observações, passamos à apreensão de um segundo momento da biografia de Sintra, que pelo esquema classificatório e analítico que nos propusemos, podemos compreendê-lo como o período em que as ocupações e as dinâmicas socioculturais dos impérios romanos e posteriormente mouro, desenvolveram-se e distribuíram-se, com mais recorrência pelas encostas da serra e planícies próximas, sem abandonar definitivamente seus cumes, por uma evolução que mais parece um fluir de curso jusante, proveniente dos cumes sagrados ancestrais, de onde se verte algo como uma seiva, que de algum modo está relacionada com as dinâmicas socioculturais dos povos primitivos que habitaram aquela região, para além dos características naturais da região, que no fundo estão imbricadas numa ambiência.

Este segundo momento, entendemos como uma espécie de mediador de duas ordens; 1) espacial, pois, as ocupações se apresentam dispostas numa maior frequência pelas encostas e pelas planícies próximas da serra, em que pese, ainda não se via um abandono completo dos cumes, sustentando-se, sobretudo no envolvimento de questões místicas e mágicas; 2) temporal, não só pela obvia relação de separação de um primeiro e de um terceiro momentos, como também, por um longo lapso temporal, que permitiu a maturação de alguns aspectos das dinâmicas socioculturais integrados de uma ambiência, por assim dizer, ancestral, sobretudo aquelas de cariz sacro, num processo como uma espécie de institucionalização de alguns destes aspectos, que por aí entendemos que se configurou uma gradação mística e mágica sobre essas dinâmicas pregressas, para que de tudo isso, tivéssemos as bases referenciais, como veremos adiante, para o estabelecimento de uma outra ambiência, que elevou Sintra, no século XIX, ao título de vila romântica de Portugal, culminando no século XX, com o estabelecimento da Sintra Patrimonial.

Neste momento, as ocupações e as dinâmicas socioculturais que por ali se desenvolveram, estiveram relacionadas, basicamente, com a civilização romana, entre os séculos II a.C e VI d.C., até então de orientação politeísta, bem como, posteriormente, por volta do século VIII até o XII, com a dos povos muçulmanos conhecidos como mouros; de orientação religiosa ao islamismo, que tomaram o território de considerável parte da região da península ibérica do julgo dos romanos, em torno do início do século VIII. Por tudo isso, é que nos referimos a esse período como um meio termo, mas também em referência ao ponto que estamos no percurso de jusante ao património mundial.

2.1.3.1 A rendição do império romano ante a ancestralidade sacra: o “misticismo” e a “magia” do *Tópos* sintrense em pleno desenvolvimento

De acordo com o imaginário tradicional, que repousa as suas raízes numa cultura greco-romana, a geografia de Sintra reúne todos os elementos fundamentais para se apresentar como um microcosmo perfeito, como um arquétipo *axis mundi*. [...]

Através de todos [...] elementos místicos e religiosos, encontramos reunida a base clássica da concepção do Mundo em quatro elementos: a água do Oceano, a terra da Serra Sagrada, o ar do sopro *Zephyrus*, o fogo do Sol e da Lua.

O culto dos astros [ancestral], nesta conjuntura tão especial, e ainda neste *finis terrae*, assume uma simbologia de renovação cíclica que não escapou à ideologia imperial: os legados do Imperador nos séculos II e III vinham aqui depositar, num santuário de planta circular, talvez zodiacal, inscrições consagradas ao Sol e à Lua, a fim de assegurar a saúde da casa imperial e, também, a Eternidade do Império. Neste mesmo local, os homens do Renascimento que redescobriram estas inscrições tentaram a “decifração” através de uma versão fabulosa [...], [sobre a qual discorreremos em seguida]. (José Cardim Ribeiro, 1996)¹²⁷

Abordar um período de ocupação do império romano em Sintra, poderia facilmente dispensar a exigência de comentários, uma vez que um dos maiores e mais importantes impérios de que se tem conhecimento no mundo, já foi, e ainda é, exaustivamente estudado, com um extenso e detalhado mapeamento, apreensão e compreensão de suas práticas e dinâmicas socioculturais, que, como é de razoável consenso, influenciou as culturas de diversos povos do “mundo ocidental”, uma vez que, no decurso do processo de conquista dos territórios; de forma geral, as culturas locais eram justapostas, quando não as sobrepunham inteiramente.

No território que hoje conhecemos como Portugal, segundo o historiador Damião Peres ([1928] 1981), o processo não foi diferente, no entanto, para além de outras exceções; que se existem certamente não foram observadas, há pelo menos um ponto desviante do padrão que se observa sobre as características das ocupações romanas, especificamente relatado em Sintra, sobre o qual, de todo modo, estaremos discorrendo por todo este tópico. O registro da ocupação romana em terras portuguesas, data de algo em torno do séc. II a.C., momento em que (sem intuito de esgotamento) após um “sangrento enfretamento” (Ibid.),

¹²⁷ Este trecho foi extraído do livro “Sintra Património da Humanidade” (CM-Sintra, 1996), que compila os volumes do dossiê para a segunda candidatura de Sintra ao património mundial. Ao final deste texto, vem a seguinte nota: “Texto apresentado no Expert Meeting European Cultural Landscapes of Outstanding Universal Value, UNESCO World Heritage Center, Viena, Abril de 1996.” (p. 261)

entre o povo Cartago e os romanos para a dominação da península ibérica, que ficou conhecido como segunda guerra púnica; os romanos, então vencedores, ainda tiveram que enfrentar a resistência de povos considerados autóctones, na região que hoje, segundo o autor, seria, em boa medida, a que nos referenciamos pela denominação de grande Lisboa, que, como visto anteriormente, engloba o concelho de Sintra.

Superado os confrontos púnicos e a resistência dos autóctones à dominação romana, especialmente por parte dos lusitanos¹²⁸; de logo estabeleceu-se a *Pax Romana*, absorvendo-se para o império os territórios de toda região da península ibérica, entre eles Olisipo, nome romano dado ao aglomerado populacional, que hoje conhecemos como Lisboa, estabelecendo-se que toda faixa de terra que distasse até 50 quilômetros ao seu redor, área onde se encontrava Sintra, fosse atribuído o título de *Municipum Cives Romanorum Felicitas Julia*¹²⁹, consequentemente aqueles que nelas habitassem, seriam signatários da tão cultuada “cidadania romana”, através da qual gozariam de uma série de benefícios e regalias do estatuto dos municípios de Roma, atribuído por Júlio César, restando a dúvida se não fora por Octaviano.

Neste período, de acordo com Serrão (1989), Sintra conhece uma importante ascensão de sua população, fruto de duas benesses distintas, porém intrinsicamente ligadas entre si, que de certo modo, alteraram definitivamente o povoamento daquela região. Por uma, a região de Sintra, ficaria reconhecida, para além do estatuto descrito anteriormente, como a zona “Agri do Município Olisiponense”, o que seria uma espécie de “zona agrícola subdivida em múltiplas *Villae* de tipo latifundiário” (Ibid.), do município de Olisipo; por uma outra, os cidadãos ali inscritos, estariam submetidos a um sistema denominativo previsto na Lei romana, que classificava com títulos nobres, vários de seus cidadãos. C. Riberio (2011), traz uma discussão pormenorizada sobre esta questão, apresentando pontos de divergências e convergências entre alguns autores, onde afirma que muitos são os eruditos,

[...] que associam, de algum modo, o estatuto da Cidadania Romana ao da Nobreza da Europa Moderna. [Sendo] frequente tratarem como ‘ilustres’

¹²⁸ Os lusitanos constituíram um conjunto de povos ibéricos pré-romanos de origem indo-europeia que habitaram a porção oeste da península Ibérica desde a Idade do Ferro. [...] na sequência da invasão romana a que resistiram longo tempo, foi criada a província romana da Lusitânia nos seus territórios, correspondentes a grande parte do actual Portugal. Disponível em <<<http://dicionarioportugues.org/pt/lusitano>>>. Acessado em 28.06.2016

¹²⁹ Por se situar dentro dos chamados "Campos Olisiponensis", a região sintrense gozava do direito de município romano. Esta região, que os historiadores denominam de "Zona W" do Município Olisiponense, estendia-se do cabo da Roca (Promontório Sacro), ao lugar de Poco das Ilhas, [...] onde a população se dispersava em inúmeras villae de cariz latifundiário [...], usufruindo de uma economia rural e de explorando do sub-solo. (Roteiro histórico da pré-história à romanidade, p.13). Disponível em <<<http://docslide.com.br/documents/roteiro-historico-da-pre-historia-a-romanidade.html>>>. Acessado em 28.06.2016

aquelas famílias, ou como ‘nobilíssimos’ os indivíduos dessas ‘gerações’. E Marinho de Azevedo (1652, 266) exprime taxativamente a mesma ideia, ao designar os vários indivíduos nomeados na grande tábula dos *Aelii*: ‘E também se deve notar a nobreza, & calificação, dos que nesta pedra de Sintra estão sepultados, por serem Cidados Romanos’. (p. 115)

De todo modo, o que podemos compreender, é que a partir de então, aquela região conhece o que talvez possamos considerar como uma primeira nucleação populacional, próxima dos moldes que conhecemos, em um processo de formação inicial da configuração do que entendemos hoje como Sintra, em meio a uma *urbs* olisiponense, que assim recebeu importantes recursos e “senhores romanos e descendentes de uma antiga aristocracia autóctone, já romanizada, detendo cargos municipais” (p. 24), o que de certa forma, terá um efeito que podemos considerar de longos anos, indo para além do período de ocupação dos impérios romano e mouro.

Pelas pesquisas que realizamos, podemos atribuir ao contexto romano e ao comportamento que tiveram com aquela região, alguns resquícios que se observariam até o século XIX; de outros tantos aspectos que podemos destacar sobre essa questão, para este momento, pois abordaremos pormenorizadamente a seguir, fazemos menção que nessa região, já então denominada por Sintra, ao longo do período em que Portugal funda-se como nação, Sintra torna-se uma espécie de refúgio da nobreza e da realeza portuguesa, momento no qual, precisamente por esta predileção, segundo a historiadora Helena Gimeno Pascual (2002), por volta do “século XVI, [...] Sintra fora um dos lugares onde se decidira a expansão marítima portuguesa e converter-se-ia num dos centros intelectuais humanistas mais importantes do país”, (p. 334) desdobramentos que já trataremos.

São muitos os autores que ao tratarem dessa específica passagem de tempo da biografia de Sintra, procuram demonstrar também outros aspectos que convergem para dar sustentação a um entendimento da importância e do papel que teve aquela região, no âmbito de um contexto civilizacional do império romano, no território que viria a ser Portugal, pautando-se entre outros, “nos achados da Serra de Sintra, [que] parecem indicar que estamos em presença de locais de defesa e pontos sagrados de um território maior (Cm-vfxira, 2007. p. 135), que pelo entendimento relatado nos textos consultados, nos certificamos de se dizer tratar de Olisipo. Tese que se reforça pela observação de Serrão (1989), na qual assevera, que na “região (Sintra), constituía nesta época um território sagrado [para os romanos] [...], sendo palco privilegiado para templos” (SERRÃO, 1989, p. 25), não deixando de fazer algumas referências, posteriores, que deixam-se compreender, que ali se estabelecia, também, um

importante ponto de defesa da região Olisiponense. O maciço de Sintra, é certamente a citação frequente que se faz para afiançar que os romanos entendiam aquele lugar como sagrado e para as estratégias de defesa.

O que é certo, como já nos referimos, é que a despeito da ocupação romana em território português, verificam-se importantes influências, exercidas em diversos aspectos da cultura deste império; como de praxe nas ocupações romanas conhecidas. Um bom exemplo disso, é o processo de aculturação das línguas faladas pelos povos que foram dominados, pelo idioma do latim romano. Todo esse processo é conhecido como “romanização” (Cf. MOMMSEN, 1983), e a cultura dos povos autóctones que habitavam Portugal, indiferentemente daqueles que habitavam Sintra, também conheceu esse processamento, uma das formas mais reconhecidas encontra-se na formação do idioma português. Sobre isso, encontramos uma importante passagem no texto de Caetano, M., (2005), que entendemos tornar o cenário ainda mais apreensível:

Durante a romanidade, a região de Sintra integrou o *territorium* da *civitas* de *Olisipo*, a qual foi concedido - por Cesar ou, como sera mais provavel, por Octaviano -, em cerca de 30 a.c., o estatuto de *Municipium Civium Romanorum*, circunscrição onde a romanização foi profunda e venturosa nos .seus aspectos mais diferenciados, como sejam, os culturais, os sociais, os políticos e os económicos, verificando-se, inclusive, a adopção por parte dos seus habitantes, agora filiados na *Tribu Galeria*, de gentílios romanos, com destaque para o *nomen* imperial *Iulius*. E, na própria vila de Sintra, encontraram-se, pois, testemunhos que atestam a ocupação romana e tardo-romana do sitio, com cronologia balizada entre o século II a.c. e o século VI da Era, com especial incidência para a trecho de uma via [...] que faria a ligação do *habitat* romano aos *agri* [...]. (p. 12)

No entanto, pautado no julgamento de nossos referencias, o que podemos inferir, é que na porção do território português que hoje se conhece por Sintra, algumas dinâmicas socioculturais ali desenvolvidas pelos povos da pré e da proto-história, especialmente as que se relacionam com os cultos e rituais que têm os astros e a serra como elementos sacro-simbólicos, por algum motivo arranjaram-se de modo peculiar com a cultura do império romano, configurando os cultos imperiais com uma dinâmica próxima de como já se desenvolvia ali os cultos astrais, enxertando nos cultos romanos os elementos astrolátricos, em meio a topografia sintrense.

Diferentemente do que habitualmente ocorria através do processo de romanização, desta vez, o que se percebe é que foram os romanos que, de certo modo, estiveram sob influência de algum aspecto das dinâmicas socioculturais de uma outra cultura. Vale ressaltar,

que estamos querendo nos referir a processos de dinâmicas socioculturais de cariz sacro, místico, mágico e simbólico, que ocorreram em temporalidades distintas numa delimitada e ajustada área, compreendida entre o cabo da roca e toda extensão da serra, onde foram observados, pelos estudiosos, importante proximidade ou até de mesma localização, tanto no período da ambiência ancestral de Sintra, quanto no período de ocupação romana, de tais dinâmicas.

Alguns autores, como é o caso do arqueólogo e historiador de arte, arquitetura e cultura da Antiguidade clássica e tardia, Manuel Justino Maciel (2007), parecem querer sugerir uma espécie de elucidação para dar entendimento a esta situação; incomum no modelo de ocupação romana. Para tanto, o autor relata que vários foram os escritores da Roma antiga, que narraram acontecimentos mágicos em torno daquele lugar, o que parece poder indicar a relação que os romanos desenvolveram com aquele lugar. Detidos em uma visão de uma terra mágica, mística ou coisa que o valha, em um envolvimento com os elementos naturais do ambiente, principalmente da serra e do mar; e ainda impulsionados com um conjunto de “orientações místicas e mágicas”, ali já ambientadas, por culturas de povos anteriores, talvez até mesmo os autóctones, observados, dentre outras formas, pelas estruturas que ali ainda estavam erguidas, especialmente as megalíticas. Vejamos o trecho seguinte:

O território de Lisboa, em que, na época romana, se incluía Sintra e o seu monte, foi pelos escritores e geógrafos antigos integrado nesta contextualização mítica cultural romana. Não apenas porque a Serra de Sintra também era conhecida por Promontório Olisiponense, e pelos seus templos ancestrais à lua, mas também porque neste espaço entre o estuário do Tejo e o mar ocidental muitos acontecimentos fantásticos, próprios de uma terra de confins, no limiar entre o natural e o fantástico, ali eram referidos. O mais repetido na Antiguidade era, sem dúvida, a história da fecundação das águas pelo vento favónio, vento oeste ou Zéfiro dos Gregos que, soprando na Primavera, propiciava a renovação da natureza. (p. 33)

O autor, mais adiante, faz algumas referências diretas de escritos romanos que aludem ao aspecto visto no primeiro trecho do citado, procurando consolidar, através destas narrativas, que os romanos teriam uma espécie de, por assim dizer, temor, respeito, ou mesmo crença, para com as dinâmicas de cunho sacro que ali teriam se desenvolvido em remotos tempos. No entanto, em que pese a aparente postura diferenciada do império romano, por onde se cogita uma “adoção” da dinâmica cultural místico-mágica, encontrada com a ambiência de Sintra ancestral, cabe a observação, de que, segundo Maciel (2007), “a Lua era objecto de culto já na Roma antiga, normalmente em uma associação com o Sol, associação aprofundada com a influência da mitologia grega. [...], [que], com a expansão e

desenvolvimento da religião mitraica pelo Império, incrementa-se ainda mais o culto do Sol e da Lua [...]” (p. 39). Segundo o autor,

Estrabão dá um bom testemunho destas crenças e mentalidades, por exemplo quando nos fala do monte Parnaso, na Grécia, dizendo o seguinte: ‘*Uma espécie de carácter sagrado ressalta de todo o monte Parnaso, porque ali se vêem por toda a parte espaços que a veneração dos povos transformou em santuários. De todos eles, o mais célebre e, ao mesmo tempo, o mais belo é uma gruta consagrada às Ninfas*’ (Estrabão, IX, 3, 1) (MACIEL, 2007, 32, grifos do autor).

Contudo, para nós, “é neste contexto que nos surge também, segundo o testemunho dos textos clássicos, a consagração da Serra da Sintra aos deuses Sol e Lua, com o respectivo templo”, sem prejuízo de ser possível perceber relações singulares em cada um destes montes, no caso da serra de Sintra, teria ali, precisamente por uma ambiência ancestral, de prescrições de divindades tópicas, não somente um lugar sagrado, mas também um *tópos*, em observação e sobretudo por uma espécie de cumprimento de uma conotação ancestral, que pela visão romana, talvez num processo de *interpretatio*¹³⁰, adquire, como sugere Maciel (2007), uma característica de *Locus Sacer*, lembrando que *Locus* do latim, tem significado semelhante ao *tópos* do grego.

[...] Na época romana, a conotação dos montes com o sagrado adensa-se com o reconhecimento das religiões indígenas, em que proliferam as divindades tópicas, ou seja, associadas a determinados lugares, como na Galécia as serras do Larouco e do Marão (Rodríguez Colmenero, 2002: 33). Não raro estas divindades se revelam como deuses da montanha ou da colina, como é o caso de Endovélico, para nos cingirmos ao Ocidente Peninsular (Toutain, 1920: 130-131).

Assim, talvez pudéssemos, então, falar de um *tópos* sagrado na serra de Sintra, que seria um terreno, ou um espaço geográfico, que serviria de ponto de partida para o conhecimento interior e a purificação, por onde se poderia separar o profano do sagrado, e então ligar-se com as divindades, especialmente através de rituais e cultos, que exigiria uma arquitetura sagrada, no caso dos povos primitivos poderia ser uma estrutura megalítica, já no caso dos romanos um templo ou um santuário, sem contudo abdicar do *tópos* sagrado, por onde todo e qualquer ritual e/ou culto teriam eficácia.

¹³⁰ “[...] a expressão *interpretatio* romana surge na Germania de Tácito (Tac. Ger. 43.3). Este termo enfatiza a integração, e é certamente preferível a sincretismo, que caracterizou as origens da pesquisa moderna sobre as religiões do Mediterrâneo antigo, como as de Droysen e de Cumont, por seu cunho ‘alquimista’ convencional que postulava uma ‘fusão’ de religiões, divindades etc., como um prelúdio para o universalismo cristão. [...]” (DA ROSA, 2013, p.204)

Aqui, cabe salientar um aspecto, que no nosso entendimento, se não observado precisamente, pode alterar uma importante significação sobre as ambiências de Sintra. De forma geral, as obras sobre a história de Sintra, consagram o culto à lua e ao sol como de origem Romana, por vezes deixando-se entender que toda essa atmosfera de conotação mística, mágica e num momento posterior romântica, de que se diz sobre Sintra, estão diretamente relacionadas com os trabalhos de dominação romana, i.e., atribuindo-se, em grande medida, ao império romano, uma interpretação, ou talvez melhor aplicado, uma categorização, para uma relação sacra com a região de Sintra. Isto, em certa medida não está equivocado, pois, aparentemente, houve mesmo toda uma conotação de orientação romana, que se tornou parte da ambiência de Sintra, naquela que classificamos como do período das ocupações imperiais, que parece ter iniciado o processo de leitura da sacralidade primitiva do *tópos* sintrense, por entre aspectos de misticismo e de magia.

No entanto, como sugerem alguns investigadores (RIBEIRO, 1995 -2007; SIMÕES, 2003) é mesmo através da ocupação primitiva que a topografia sintrense configurou-se como sagrada, e posteriormente todo um simbolismo associado ao sagrado, sobretudo pela relação que se estabeleceu naquele momento/ambiência com o sol e a lua através da serra, por onde se teria algum tipo de ligação, numa leitura greco-romana, como um “ponto de partida”, por onde todos os deuses se reabilitariam e/ou ressurgem, servindo aos romanos como uma espécie de *Tópos*, no sentido já discutido, o que nos parece que, de algum modo, com outras consciências, se estendeu para outros povos que os sucederam na ocupação da região, que não deixaram de considerar, aos seus modos, o *tópos* sintrense, cada vez mais adensando aquela aura sintrense, o que em alguma medida se vê até mesmo nos dias de hoje.

Sobre isto, vale uma outra rápida observação, que é fundamental termos consciência; de que ao menos os povos pré e proto-históricos, ao que se sabe, percebiam o universo por uma visão de microcosmo, donde suas interpretações tinham como única fonte lexical, seus próprios entendimentos, sua própria consciência, sem haver universos outros de comparação, a não ser esse celestial que eles buscavam contato, que de algum modo, procuravam reproduzir em rituais, ligando-se aos astros e pela produção de elementos votivos, posteriormente, o homem passou a relacionar suas visões de mundo com a de outros povos e culturas, ou seja, sem intuito de exaustividade, por uma visão de macrocosmos, o que, em parte, pode acender luzes para dar entendimentos a esta questão.

Alguns autores, procuram explicar a tentativa de comunicação que os primitivos e consequentemente os romanos, já numa visão menos microcós mica, i.e., cada um a seu modo,

imersos nas suas concepções de mundo, procuravam estabelecer, com o sol e a lua, em meio a serra de Sintra. Tal explicação, vem através de uma interpretação em que deixa evidente que aquela topografia singular, poderia ser considerada, pelo seu posicionamento, uma espécie de divindade, *per si*, por onde esta se ligava as outras duas, e então por ali o homem também poderia estar mais próximo do contato com todas estas, ou mesmo já em contato com a divindade tópica que se representava na serra. Vejamos o que diz, sobre isto, a historiadora e arqueóloga Sara Henriques dos Reis (2014)

[...] por ser o mar o local onde o Sol se apaga à noite, renascendo regenerado de manhã na outra ponta extrema do *orbis Romanus*, ele consistia num lugar que simultaneamente favorecia o contacto entre homens e deuses. Os povos paleohispânicos teriam igualmente consciência deste simbolismo, levando a que provavelmente também existisse uma tradição religiosa indígena relacionada com estes astros que, pela sua simplicidade e espontaneidade, apresentava um cariz muito primitivo (VASCONCELOS, 1905: 100-101 e 202 e 210; *idem*, 1913: 85-86 e 101-02; MARQUES, 2005: 45).

Por outro lado, quer pelo seu aspeto magestoso e solitário, como pelas riquezas que encerravam, as montanhas deviam de impressionar e suscitar a imaginação dos antigos, compreendendo-se, por conseguinte, que se lhes prestasse culto. Segundo Leite de Vasconcellos (1905: 103-105) poderia assim, existir na Serra de Sintra uma divindade tipo *genius loci* [...] [espírito do lugar] ou ser a própria serra alvo de divinização. (p. 63)

Desse modo, a serra em tempos de antiguidade clássica, é pensada com características de divindade, um *genius loci* (espírito do lugar), uma divindade tópica, traduzida de uma ancestralidade primitiva, pelos romanos, em que se entendia que determinado lugar registra as características dessa determinada divindade, i.e., um espírito que dava vida ao lugar. Sobre isso, cabe um rápido registro, que nos deteremos adiante, que pode servir como medida, momentânea, para observar a influência, em certa medida, da ambiência desenvolvida em tempos do império romano em Sintra sobre a ambiência artístico-filosófico, qual seja, que “nas primeiras décadas do século XX [...] se assistiu a [uma] profícua intervenção arquitectonica na vila, ao projectar-se, no seu amago, uma serie de construções de cariz revivalista da autoria de Raul Lino [...]” (CAETANO, M., 2005, p. 21), que fazem parte do que se apresenta patrimonialmente hoje como conteúdo cultural material de Sintra, associado a um aspecto de romantismo, que se diz sobre a vila, chancelado pela UNESCO.

Isto, em pleno voo do movimento modernista, com diversos arquitetos dispostos a serem os arautos de novos tempos. Em muitas das construções de Raul Lino, em Sintra¹³¹, facilmente se vê a relação e o envolvimento com a “aura de Sintra”, pois, de certo, foram

¹³¹ O traço do arquiteto na paisagem sintrense. Disponível em: <http://tracodoarquiteto.cm-sintra.pt/raul-lino/projectos-de-raul-lino> acessado em: 15.07.2016

executadas através do conceito de arquitetura paisagística que, como veremos, teve no *genius loci*¹³² romano (cf. COSTA, 2008) a extração de sua essência; corrente com a qual Raul Lino francamente esteve associado. (MATOS; RAMOS, 2007)

Retomando o seguimento, tudo que temos visto até aqui, é parte de como entendemos que um segundo momento (ambiência) da biografia de Sintra, o das ocupações imperiais, se liga, em boa medida, com aquele primeiro dos tempos primitivos, que por sua vez também tem alguma ascensão sobre o próximo momento; neste segundo, do modo como pensamos, teríamos uma ambiência já mais bem alicerçada, numa atmosfera, já não tão somente marcada pelo rituais e simbologias sacras da ancestralidade, mas agora, também, já tomando cariz de misticismo e magia, em continuo acordo com a serra, a lua, o sol etc., sendo o início da consolidação desta ambiência, talvez com os romanos, se não considerarmos alguma ocupação da proto-história, de onde já se podia pensar que uma visão macrocósmica vinha se estabelecendo, e alterando as interpretações, que já não eram mais próprias únicas e exclusivamente de sua consciência. Mesmo considerando as ocupações da proto-história, o processo não parece sofrer importantes alterações, senão vejamos como discorre Baptista Pato (2007):

Ora, esta aparente ligação com as astrolatrias solares e lunares na serra de Sintra, de origem pré-histórica, sugere a hipótese de as populações fenício-púnicas [proto-históricas] as haverem adaptado aqui ao seu próprio universo religioso; mais tarde, os povos romanos tê-las-iam por seu turno submetido a um outro processo de interpretatio, assegurando assim a revivescência actualizada de cultos imemoriais

Afirmações como as do arqueólogo e etnógrafo José Leite de Vasconcelos (1897; 1905), autor de uma das obras mais cultuadas sobras as “Religiões da Lusitânia”, parecem poder dar sustentação ao nosso entendimento:

Da epocha romana temos também na região cintrã [Sintra] inscripções consagradas ao Sol e á Lua; [...] aqui o culto é de immediata procedencia romana. [No entanto,] (...) não ha razão para attribuir aos Romanos a origem da santificação do lugar. Esta deve ser mais antiga; os Romanos apenas (...) continuaram um uso que vigorava antes d’elles chegarem (LEITE DE

¹³² “A noção de *genius loci*, tal como ela é formulada em 1979 pelo arquitecto norueguês Cristian Norberg-Schulz (1981 [1979]), virá, deste modo, a marcar [...] [que uma] construção deve procurar revelar ou explicitar a identidade, o carácter próprio ou, se quisermos, o génio do lugar onde se insere. Para Norberg-Schulz, é a arquitectura que revela o significado - escondido do meio no qual se integra. Sem ela, este permaneceria invisível, inacessível. Com ela, o sentido do sítio torna-se visível e, por isso, constrói o lugar. Lugar carregado de sentido. Lugar humanamente vivido. Lugar simbólico e existencial. Lugar habitado. Revelar o sentido do sítio é revelar o seu carácter próprio ou a sua identidade. É a arquitectura, ‘ponto’ ou ‘implantação’ que marca e torna visível a identidade de cada lugar. Como? ‘Visualizar, completar, simbolizar, reunir são (...) os processos gerais de implantação (...). Heidegger ilustra este problema com a imagem do *ponto*; um edifício que visualiza, simboliza, reúne e transforma o meio num conjunto unificado’ (Norberg-Schulz 1981 [1979]:18).” (XAVIER, 2007, p. 166)

VASCONCELLOS, 1897 – 1905, apud CARDIM RIBEIRO, 1995 -2007, p. 599).

Sobre este período de dominação do império romano, um outro ponto que consideramos importante observar, no processo de justaposição da cultura do império com a das dinâmicas socioculturais da pré-história, tange precisamente sobre o que comentamos anteriormente, pois, pensamos poder ter havido, uma espécie de adensamento em torno da cultura romana, através das práticas culturais dos povos do neolítico/calcolítico, especificamente pelo lugar em que estavam, i.e., em Sintra. Tal adensamento, teria sido mais forte sobre as práticas de cunho sacro, pelo império romano, ao menos naquela região, ao passo que se vê um alargamento da composição do cenário de divindades que eram cultuadas.

Para tanto, precisamos observar que os povos primitivos da região de Sintra, pelo que se verificou, não tinham apenas nos astros, as suas divindades, tampouco seus rituais sacros se configuravam apenas pela presença e adoração da Lua, ou, também, em uma eventual associação não muito bem relatada com o Sol, em que pese alguns autores entendem que “a Serra, em si mesma, [na pré-história], parece estar vinculada apenas à Lua – e nunca ao Sol” (C. RIBEIRO, 1995 -2007, p. 609). Observava-se, nestas atividades, para além dos astros, toda uma referência ao lugar (*tópos*), de onde invariavelmente, por assim dizer, a serra era um dos protagonistas, como parte do cenário sacro, e posteriormente, na romanização, místico e mágico, sendo possível inferir que também era considerada uma divindade, ou seja, uma composição espacial que tornava válido toda a prescrição sacra e/ou místico-mágica, sem a qual a lua e o sol, não poderiam ser acessados, que, portanto, era então, igualmente sagrada.

O espaço disposto numa forma geográfica, é sobre o que estamos aqui tentando entender como lugar (*tópos*), especificamente, o lugar da região de Sintra, em que estava se praticando certos cultos devotivos, que, ao que se verifica, parecem ganhar destaque; semelhante ao que se entende ter na época pré-histórica; para além dos meros formalismos de um local do sagrado, i.e., um templo ou coisa assim, este era mesmo um espaço geográfico, que possivelmente, pela ausência de instrumentos que pudessem revelar diferente, guardava, sobretudo, uma conotação de um espaço único daquele tipo, na visão microcósmica ancestral, mas com entendimento semelhante, já no *interpretatio* da forma romana.

De todo modo, o que parece certo para Maciel (1996), é que a região do monte, que já se podia dizer como tendo fortíssima relação com a lua, desde os tempos da ocupação dos primitivos povos, conheceu uma importante valorização do império de Roma como uma ambiência, ou seja, os romanos parecem ter recebido a seiva de povos remotos com uma forte

carga da ambiência ancestral que ali se diz ter sido vivenciada, “verificando-se [ali] uma grande procura pela iniciação mitraica” (p. 128). Em outra passagem, o autor tece comentários sobre os cultos romanos, específicos de Sintra, ponderando sobre práticas, aparentemente não usuais da cultura romana, com cariz de um dinamismo próprio, aparentemente ligados ao *tópos*, onde afirma que,

[...] o culto do Sol e da Lua na Serra de Sintra poderá ter a ver com esse novo dinamismo, até porque é no início do séc. II d. C. que inscrições romanas documentam neste local rituais e sacrifícios a estas divindades pela saúde do imperador Septímio Severo, actos de culto estes que são presididos oficialmente por altas individualidades associadas ao governo da Província da Lusitânia Romana (Ibid., p. 33).

Alguns pesquisadores, apontam que o império romano passou por uma espécie de rendição a alguns aspectos sacros, apurados na região que hoje se conhece por Sintra, convertendo-os e revestindo-os de características místicas e mágicas, “desde sempre associados ao Monte da Lua, (o *Mons Lunae* romano), [...] que este Império não conseguiu erradicar, a aura de espiritualidade [...], e que ainda mantém e que congrega quem a demanda” (SILVA, 2014, p. 74), chegando a sugerir, Ribeiro (1982), algo, que nos pareceu querer dizer, que foi através da ambiência ancestral da serra, que os romanos inauguraram um outro momento de um determinado aspecto em suas dinâmicas socioculturais; relativo as questões do envolvimento astrolátrico em sua expressão religiosa, que, pelas dinâmicas ali preexistentes teriam se fundido com as tradições dos cultos que já se processavam no império, adensando-os. Com a palavra o Ribeiro (1982):

Na serra de Sintra ter-se-iam erigido, durante a época romana, vários templos e santuários, conforme o parecem provar [...] as epígrafes votivas referentes a um santuário consagrado ao sol e à lua [...]. É [...] curioso notar, em relação à vitalidade e ‘poder de resposta’ inerente ao citado santuário [...], o facto de uma epígrafe [...] parecer constituir, em todo o Império, o primeiro testemunho revelador de uma fusão operada entre o culto imperial e o culto solar, fusão que só se expande regularmente durante o imperialato de Aureliano, apesar de surgir aqui – de forma algo prematura – já sob Séptimo Severo (p. 203).

Sobre este santuário, temos algumas observações. Os vestígios deste provável santuário, localiza-se na Freguesia de Colares, junto a foz do rio das Maças na costa marítima, numa praia de mesmo nome, no lado oposto da serra de onde está a vila de Sintra, dentro dos limites da zona tampão da UNESCO; datado dos séculos II-III d.C, porém, citam alguns

escritos que suas esparsas ruínas, só puderam ser visualizadas até o século XVI, depois disso, as intempéries se encarregaram do trabalho de desaparecimento.

Pensamos que, muito por conta de todo esse tempo decorrido, escassa descrição e informação, bem como pela ligação que se faz deste monumento como um local de cultos romanos; o construto imagético feito em torno deste santuário, por si só, já se constitui num elemento de carácter lendário que recai sobre Sintra, sendo mais um dos muitos que se assentam no espectro da tal lendária atmosfera de Sintra, encorpando ainda mais essa, que denominamos de “Aura de Sintra”.

Este santuário, ao que se verifica, traduz uma realidade sacra e histórico-cultural totalmente distinta, sendo considerado um *locus sacer*, em tempos de ocupação romana, de similar significação já numa pré-romanidade, por onde se conseguiria a eficácia dos cultos que ali se estabeleciam (C. RIBEIRO, 1995-2007). A faixa de território onde ele está situado, e mais alguns elementos de teor semelhante, denomina-se o promontório da lua, ou *promontorium sacrum*, numa região que se diz, por longos períodos, conhecer também por *Finis terrae*, (cabo da roca) pela “condição da região [...] como extremo ocidental do Mundo Antigo [que] se encontra, pelo menos a partir de Augusto, plenamente reconhecida, vindo aliás cada vez mais a enraizar-se no imaginário colectivo” (C. RIBEIRO, 1995-2007, p. 607). Para Maciel (2007), “a relação de *Promontorium Sacrum* com *Mons Sacer* ressalta [...] com clareza, [...] [as] características mítico-religiosas” (p. 38) daquela região. Tudo que se discute aqui, independentemente de especulações, dúvidas ou teses, vê-se, como veremos, somar, de algum modo, numa considerada singularidade patrimonial mundial, servindo também como elemento das estratégias de promoção turística de Sintra.

Tanto o santuário, como propriamente as tais epígrafes votivas, em consagração ao sol e a lua, grafadas supostamente pelos romanos, só são relatadas por alguns escritores. Um dos mais célebres é Francisco de Holanda, autor do único testemunho visual do santuário (ver figura 11), que chegou aos nossos dias, incluído na obra “Da Fábrica que Falece ha Cidade de Lysboa”, em 1571, que descreveu o santuário como “hu çirculo ao redor cheo de çipos memorias dos



Figura 11: Representação gráfica do que seria o Santuário dedicado à Lua, no “cabo da Roca”, Sintra.

Eperadores de Roma" (BAPTISTA PATO, 2007), não se sabendo ao certo, se o desenhou de forma imaginativa ou por alguma inspeção visual. Porém, sabe-se que “James Murphy (1797: 279), viajante inglês que visitou Portugal em 1789 e 1790 ainda pôde constatar no terreno marcas deste santuário, segundo escreveu: ‘A cerca de seis milhas a sudoeste da Vila de Sintra, patenteiam-se vestígios de um edifício que se supõe ter sido um templo consagrado ao Sol e à Lua.’” (MACIEL, 2007, p. 45)

Em meio as discussões sobre uma possível continuidade das dinâmicas socioculturais sacras, observadas no *tópos* de Sintra, que parecem encontrar nos elementos astrais e na serra por uma relação ancestral, uma espécie de espinha dorsal, pela qual fundamentalmente sustentasse e se assenta toda uma “Aura de Sintra” no decorrer de séculos, para Ribeiro (2002), este santuário, só traz um importante reforço de que,

Estamos claramente perante uma intencional forma de sincretismo entre um culto de cariz astral e o culto imperial, operada num santuário carregado de simbolismos pela sua singular localização geográfica e, porventura, também herdeiro de remotas tradições religiosas regionais primitivas, quer ligadas ao ciclo solar, quer à ancestral deusa lunar e salutífera que, de noite, vaguearia pelas penedias e pelos densos bosques do monte Sagrado, da Serra da Lua (p. 236).

Por tudo visto até aqui, o que notamos, é que parece ter havido uma espécie de amalgamento das dinâmicas socioculturais da pré-história, sobretudo daquelas relacionadas com prescrições sacras que tomaram orientações místicas e mágicas, de forma progressiva no decorrer da biografia de Sintra. Por onde podemos pensar, que as conotações desta região consistindo os aspectos já mencionados, adensaram-se e cristalizaram-se em uma ambiência mística/sacra, que tem como pilar mais visível a Serra de Sintra, e que, também por ela, para nós, seria como uma espécie de *tópos*, de onde partiríamos, para uma compreensão real em meio ao imaginário.

Para Maciel (2007), o momento em que mais bem se pôde perceber a importância da relação que se mantinha com a serra, em meio as dinâmicas socioculturais e os aspectos do misticismo, da magia e do sacro, ou seja, o período em que a ambiência mística/mágico/sacra, de Sintra, mais esteve plena, “foi atingido nos finais do séc. II – Princípios do séc. III d. C., com a erecção de um santuário dedicado ao Sol e à Lua nas faldas desta Serra, para o Poente, junto ao Mar Oceano [...]” (p. 39). Já Ribeiro (2002), não faz comentários sobre algum ponto de auge, sugerindo apenas que alguma parte da ambiência do período imperial, notadamente a prática dos rituais e cultos antigos, prolongou-se, em Sintra, pelo menos até o século XVI.

Para nós, independentemente do período e de algum clímax da divindade tópica, o que entendemos é que a “Aura de Sintra”, constitui-se de elementos e aspectos, com maior ou menor efeito, de todas as épocas/ambiências, de maneira fundamentalmente prática em alguns aspectos das dinâmicas sociais, até pelo menos por volta de meados do século XX, observando-se as variações de evolução processual, após esse período, o que parece se verificar, é um processo que busca fruir daquilo que chamamos de “Aura de Sintra”, em uma atividade majoritariamente imagética, de mais forte apropriação pela promoção do consumo cultural, especialmente posterior ao empreendimento de Sintra como patrimônio mundial.

Cabe aqui observar, que o início desse processo, *de per se*, não deve ser entendido como o momento fundante da constituição de uma nova ambiência, pois, como dissemos, uma ambiência estabelece-se por um conjunto de características e aspectos socioculturais, econômicos, políticos, geográficos, climáticos e ambientais, que em aproximação e relacionados entre si, num processo de retro-interação, que tem forte carga nas percepções sensoriais dos indivíduos, em meio ao contexto de um ou de vários grupos sociais, dispostos em um mesmo espaço físico, e numa temporalidade ajustada; produzindo como resultado, um tipo próprio e único de cenário sociocultural, portanto, há que se verificar mais do que simplesmente o uso da “Aura de Sintra” para cancelá-la como patrimônio mundial, como efeito de início de constituição de uma nova ambiência de Sintra, há todo um modo como isso se inter-relaciona nas dinâmicas socioculturais do cotidiano sintrense. Sobre esse processo, o que estamos considerando, é que é um resultado, ou um produto possível de um conjunto de ambiências que configuraram a “Aura de Sintra”.

Porém, não deve haver prejuízo com isso de se poder falar em uma ambiência contemporânea de Sintra, mesmo porque os grupos sociais que ali habitam, continuam mantendo-se numa inter-relação com o ambiente natural por suas próprias dinâmicas socioculturais, mas, sem, contudo, deixarem de estar embebidos em diversos elementos presentes das ambiências anteriores, dos quais não parecem poder escapar; especialmente aqueles materiais, notadamente as arquiteturas e seus vestígios, resultantes que são das ambiências ali constituídas, mas também das lendas e mitos que nelas encontram suas inspirações e constituições, para além de hodiernamente terem mais um aspecto que deve ser observado nessa inter-relação, qual seja o modo como estão se relacionando com o processo de patrimonialização mundial, mais um elemento de uma ambiência contemporânea, o que de forma dissoluta será discutido no capítulo seguinte.

Sabemos que uma ambiência consiste de uma inter-relação de diversos elementos, num contexto de um grupo social em um determinado espaço e em dado tempo; para nós, somente assim se estabelece uma ambiência, portanto, se pensarmos que o império romano envolveu-se pelo que aparenta ser alguns dos aspectos de dinâmicas socioculturais ancestrais, podemos dizer que uma “Aura de Sintra”, vem se constituindo desde os tempos mais remotos, passando pela ambiência dos povos pré-românicos e autóctones, chegando no período/ambiência de ocupação do império romano, especialmente pelos cultos lunares e ao sol, e como buscaremos verificar e demonstrar adiante, também no império mouro, e seguindo seu curso por uma ambiência marcadamente portuguesa de diversos estilos artísticos, com influencias evidentes das ambiências anteriores, o de maior destaque para o processo de tombamento e consequentemente de exploração do consumo cultural, o romantismo.

O processo em questão, de certa forma, é também observado por Ribeiro (1995-2007), quando debruçado sobre uma provável fusão de elementos da ancestralidade de Sintra nos cultos do império romano, ao menos naquela região, com algumas ponderações; cautelas das quais também compartilhamos, mas que não aparentam poder alterar o resultado esperado, algumas delas aliás nos parece que estão mais relacionadas com o enfoque de sua pesquisa. No nosso entendimento, a associação que ele faz, pode se estender para outras inter-relações, como as das ambiências que classificamos. Com a palavra o autor:

Não negamos ter sido possível, mesmo provável, que uma certa ambiência¹³³ e tradição cultural pré-existente [em Sintra] tenha influído na fundação e definição programática do *templum* romano e dos seus ritos.
[...]

De facto, se o decorrer dos séculos, dos milénios, se os contactos entre povos e culturas distantes, se a transformação dos conceitos e das mentalidades, alteram continuamente as concepções do sagrado e suas manifestações, bem como as práticas rituais e, até, os próprios objectivos culturais, no entanto existe toda uma teia de fios condutores que não se quebram, antes se acrescentam e fortificam de forma progressiva e ininterrupta, avolumando e complexificando cada vez mais essa herança cultural e proporcionando a fusão num todo aparentemente homogéneo das mais diversificadas tradições e influências. Cada microcosmos, no devir do respectivo percurso histórico, constrói o seu particular conglomerado, à superfície do qual afloram, consoante a época e os contextos, esta ou aquela específica realidade, mas tudo conservando – mais, ou menos, profundamente – na sua massa interior; ou, dito de outro modo, no “subconsciente colectivo” – fruto de um constante processo inter-geracional em que transmissão e transformação caminham par a par (RIBEIRO, 1995-2007, p. 617-618).

¹³³ Não estamos tomando o termo ambiência, empregado aqui por Ribeiro, com o mesmo sentido que entendemos, ainda que pensemos que seja como coisa que o valha, porém, o autor não o define. No entanto, independentemente do sentido, pensamos estar evidente que o autor se refere a uma transposição de um dado aspecto/elemento de uma dinâmica sociocultural de uma época/tradição/ambiência para uma outra equivalente, o que por ora, nos permite pensar haver adequação ao que compreendamos como ambiência.

O que temos em pensamento, é que o momento da ocupação romana, naturalmente de forte ruptura sociocultural, iniciou um processo de consolidação de uma “Aura de Sintra”, pois, a essência dos elementos de que se compõe esta aura, constituídos desde tempos remotos numa ambiência ancestral, atribuiu àquela região forte carga simbólica de sacralidade, através de divindades astrais (sol e lua) e tópicas (serra), vibrando com importância sobre algumas dinâmicas socioculturais no período de ocupação do império romano, constituindo estes, por sua vez, uma ambiência própria em Sintra, embebidos nessa carga simbólica, que de algum modo transmitiram, em menor ou maior grau, como para os islâmicos, e posteriormente transmitindo com menor intensidade mais ainda assim, com carga suficiente para num momento de forte ruptura no quadro global de uma sociedade, como foi na transição para o pensamento da era moderna, pudesse manter alguns desses aspectos, possíveis de ainda serem vistos, de algum modo, fazendo parte das dinâmicas sócio culturais que se desenvolviam naquela região inscrita numa nova ambiência, nesse caso a artístico-filosófico.

Para alguns autores, isso seria resultado, no momento romano, de um processo que se denomina de *interpretatio* romana, ou, um mero “sincretismo religioso”, daquilo que ocorrer para além desse período, o que Ribeiro (1995-2007) refuta por se tratar, também para ele, de um processo contínuo, afirmando “estar globalmente muito longe de uma simples manifestação de *interpretatio*.”, pois, as orientações tomadas da ancestralidade atravessaram toda a romanidade, já reconfiguradas, chegando em outros povos, através daquilo que classificou como “fios condutores”, que “salientam continuidades [...], mas também se tecem e enriquecem de progressivas diferenças, [de] ininterrupto encadeamento, que em cada território assume personalidade própria em função não apenas do respectivo quadro geomorfológico de base mas também do seu processo histórico privativo e concreto” (p. 617). Este, lembra que autores como o historiador Eric Robertson Dodds (1977,) e Gilbert Murray (1959), “designam como “conglomerado herdado”. [...] privilegiando nesta imagem [apenas] o factor religioso, afirmando com acerto que ‘a metáfora (...) é feliz, pois o desenvolvimento religioso é geológico e o seu princípio (...) é a *aglomeração* mais do que a substituição.’” (RIBEIRO, 1995-2007, p. 617).

Há ainda, autores como Marilena Chauí (2000), que podem tentar explicar esse processo através de um entendimento que atribui sobre as dinâmicas socioculturais ancestrais, que os arqueólogos afirmam ter havido de um modo particular no *tópos* sintrense, um carácter mítico, denominando estes casos como um “mito fundador”, pois, “à maneira de toda

fundatio, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal.” (p. 06), o que particularmente, pensamos não ser o caso do que ocorre em Sintra, uma vez que, analisando as ambiências que sucedem-se à ancestral, não percebemos esse caráter que parece criar um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela, para além de que, fora somente no período do romantismo, século XIX, que se soube de processos que caminharam na direção da criação de mitos, que justificassem um sentimento de nação, aspecto visto em muitas outras países europeus naquela época. (CATROGA, 2005).

No entanto, para além de qualquer explicação de como este processo teria se estabelecido, diante de toda uma imponência com que o império romano se instaurava em todos os territórios que ocupava, e o forte processo de aculturação que este império determinou sobre a região de Olisipo e seus *agri*, parece que, segundo as pesquisas dos investigadores da temática, na região daquela serra, a ocupação romana rendeu-se à alguns elementos de uma dinâmica sociocultural constituída numa ambiência ancestral, valorizando-as, interpretando-as e transmitindo-as, a seu modo, mas preservando alguma essência, especialmente através de seus cultos imperiais, numa espécie de fusão com os cultos ancestrais, e em observação, documentada por autores romanos, aos quais alguns já nos referimos, dos aspectos de misticismo e de magia, do modo como interpretaram a “Aura de Sintra”, que parece ter sido, desse ponto em diante, por vezes revisitada, especialmente pela forma como os romanos a perceberam, sem prejuízo contudo, de terem os grupos sociais que no decurso da biografia de Sintra se seguiram, estabelecerem suas próprias ambiências, porém com alguma carga da ambiência ancestral, já com uma espécie de filtro de uma ambiência constituída no tempo da ocupação romana e posteriormente moura, que está última, já aparenta ter tido na constituição de sua ambiência a observação de tal processo.

Com efeito, de tudo o que dissemos, parece assemelhar-se ao que Caetano, M., (2007) se refere, ao explicitar que “[...]a carga cultural que herdamos do passado resulta não só horizontalmente da vivência paratáctica de quotidianos, mas também verticalmente de hierarquizações temporais de continuidades” (p. 50). Mais uma vez, nos parece que nosso entendimento está em relativo acordo com o modo como pensa Ribeiro (1995-2007), utilizando termos como “paisagem sagrada”, ao invés de “Aura de Sintra”, e conceitos como “conglomerado herdado”, para expressar que certos aspectos de uma ambiência, notadamente a percepção mística e mágica que recai sobre Sintra, podem ser transportados até uma

próxima, e por muitas outras, bem como, obviamente ser recebida de uma anterior, assim, o autor assevera que,

A “paisagem sagrada” de Sintra durante a Antiguidade contém, em si mesma, um determinado e próprio “conglomerado herdado”, formado por continuidades, mas também por mudanças simbólicas e funcionais que, pouco a pouco, o vieram acrescentar e matizar. E assim – mais do que recorrendo apenas ou fundamentalmente à ideia de *interpretatio* ou à de sincretismo, válidas em si mesmo, mas que não explicam tudo – poder-se-ão melhor compreender as afinidades “intemporais” que, de maneira quase subjectiva, marcam as várias conjunturas e as evidentes diferenças históricas. No meio do magma que constitui o “conglomerado herdado” em análise – e com base na aceitação desse conceito –, procurámos pois aqui discernir os principais vectores que considerámos úteis para um melhor e mais nítido entendimento e contextualização dos vários fenómenos e tradições culturais de cariz astral que ocorreram na região de Sintra desde a Pré-História recente à plena Romanidade (p. 617-618)

O termino do período de ocupação do império romano na região da península hispânica, ao que observamos, não é consensual, alguns autores falam do século IV d.C., outros do início do século V. O que parece haver acordo é que nos primeiros anos do século VIII, entre 711 e 714, “o islão, [representado pelos Mouros], penetrou na Península, num surto rapidíssimo de ocupação territorial” (Serrão, 1989, p. 26).

Para nós, o termino da ocupação, romana ainda não marca o fechamento de uma ambiência, aquela que demos a denominação de ambiência dos impérios, temos ainda um período onde a consolidação da “Aura de Sintra”, está em curso, e nisso veremos que os Mouros têm uma boa parcela de encargo, pois, de certa forma, parecem ter ratificado e sustentado uma inter-relação que se iniciou no império romano, bem como, no percurso de jusante que dissemos ter um declive de ocupações que eram majoritariamente nos cumes da serra, que foram se estabelecendo a meio termo, e que já na época de ocupação dos mouros pode se ver uma considerável e importante ocupação das planícies próximas, em que pese a maior arquitetura Moura, esteja localizada num dos cumes da serra; tudo isso em rota de aproximação, mas ainda a meio termo, com a patrimonialização de Sintra como Patrimônio Mundial.

2.1.3.2 Alguma continuidade imperial: alta idade média e a ocupação do império mouro.

A data mais usual e consensuada para marcar a queda do império romano, e consequentemente o início da idade média, é 476 d.C., porém, antes mesmo desse ano, agora já não bem acordado, por volta do século III, as tribos bárbaras foram invadindo os territórios de ocupação romana, embora alguns autores (LE GOFF, 1983; 2007), salientem que somente nos séculos IV e V essa expansão se mostrou mais intensa. Na península até então chamada de hispânica pelos romanos, especificamente no território da Lusitânia, parte do que conhecemos hoje como Portugal, o que os historiadores fazem saber (CAETANO, M., 2007; DIAS, 2001), é que somente por volta do início do século V, o império romano, começa a ruir na altura daquelas terras.

Para efeito de entendimento da continuidade biográfica de Sintra, tão importante na nossa proposta, e como a idade média: a alta e a baixa, cada uma numa determinada medida, foi um período que irá ser revistado propositadamente para balizar algumas das propostas de movimentos estéticos e artísticos que estiveram presentes na Europa, não sendo diferente em Sintra; aqui, notadamente o romantismo, que lhe deu forte robustez à justificativa para o tombamento pela UNESCO, assim, cabe uma breve observação pontual e bem delimitada do cenário avistado na época que antecedente a uma ocupação de Sintra pelo império Mouro, que pensando por nossa análise e na revisão literária, parece não ser possível, nem mesmo profícuo fazer diferente, o que, portanto, já se percebe sem intuito de exaustividade.

Segundo pesquisadores (DIAS, 2001; CAETANO, M., 2007; CAVENDISH, 2010) esse fora um momento da península hispânica/ibérica, como um todo, de caos e violência, especialmente porque diversas foram as tribos bárbaras, a maioria de etnia germânica, que estiveram em confronto naquela região, na tentativa de dominação do império romano; havia também questões religiosas geradoras de conflitos, sobretudo porque os romanos eram de recente cristianização (380 d.C.), e a maioria dos invasores, de religiões não cristãs, ou de cepas cristãs distintas, como o arianismo dos visigodos; houve ainda “o surgimento da peste, em 442; e uma agitação social com o fenómeno dos *Bagaudas*^[134][...]” (CAETANO, M., 2007, p. 105).

¹³⁴ *Bagaudas* eram “Galos e hispano-romanos que oprimidos por los romanos, los francos y los visigodos, huían de las ciudades y formaban partidas independientes en las sierras y lugares frágiles. Su nombre, según unos, procede de las

O rápido dismantelamento do poder de Roma, face ao cenário que temos vindo a evidenciar, permitiu aos Visigodos, [...], estabelecer uma aliança com o general romano Constâncio, e, [...], não mais abandona a Hispânia, ainda que a sua chegada em hordas maciças tenha ocorrido apenas entre 453 e 466. E se, num primeiro momento, a autoridade foi partilhada, pelo menos na capital da Lusitânia, entre Visigodos e Hispano-Romanos (Martin 1999, 32), na verdade, em 585, os Visigodos dominavam toda a Península e Roma perdeu, definitivamente, todo este vasto e rico território (ibidem., p. 105-106).

Portanto, após mais de um século de um momento de conturbação política e sociocultural naquela região, mas também de grande parte da Europa, somente por volta de meados do século V, com a tomada da Lusitânia pelos Visigodos, povo de forte inclinação bélica e agrícola, sendo parte do marco do início da idade média, é que o cenário parece regressar à algum momento de serenidade. Contudo, apenas no final do século VI, com a conversão dos visigodos ao cristianismo, após um longo período em que “ficaram relativamente à margem da luta ideológica e religiosa do cristianismo contra o paganismo” (DIAS, 2001, p. 372), é que o reino visigótico esteve consolidado. Momento em que as dinâmicas socioculturais deste povo, puderam se assentar de uma forma mais marcada.

Porém, “os visigodos caracterizaram-se pela imensa influência que receberam da cultura e da mentalidade política romana, [embora] criaram formas artísticas originais, [...], e realizaram um importante trabalho de compilação jurídica” (CAVENDISH, 2010, p. 605), o que alguns investigadores salientam, é que estes, “não eram portadores de uma cultura alternativa à romanidade” (DIAS, 2001, p. 372), o que de certo modo, possibilitou a admissão das dinâmicas socioculturais, que ali já se desenvolviam, de uma forma relativamente estável, incluído aí as questões socioculturais de caráter sacro, já delineadas na península hispânica, da forma como nos detivemos anteriormente, durante mais de 700 anos de ocupação romana, mesmo com os visigodos já tendo vencido o arianismo, de que comungavam sua religião, convertendo-se em católicos. Postura, que de acordo com a historiadora e arqueóloga Maria Manuela Alves Dias (2001), gerou descontentamento em alguns clérigos da época, ávidos em impor os dogmas da igreja católica, que teceram duras críticas “aos hábitos religiosos não romanos (e os romanos provinciais) dos seus catecúmenos, [...] [revoltando-se] contra as

palabras célticas *bagad* ó *bagud*, asamblea, multitud, y *gaud*, selva; según otros, del verbo céltico también, *baga*, vagar, hacer vida vagabunda. Vejados, oprimidos por los romanos, muchos habitantes de las ciudades de la Galia perdieron los derechos, y hasta el nombre de hombres civilizados.” (Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano, Barcelona, Montaner i Simón Editores, 1887-90, p. 51). Disponível em <<<https://archive.org/stream/diccionarioencic03vizu#page/51/mode/1up>>> Acessado em 13.07.2016

práticas tradicionais de adorar as fontes, [...], os montes e outras formas de animismo” (p. 372).

Por tudo isso, podemos pensar, que na região de Sintra, neste período, as dinâmicas socioculturais, especialmente sobre o aspecto sacro, não sofreram grandes modificações, ressaltando que, o período de ocupação visigótica, não foi marcado por grandes construções arquitetônicas, pois, ao que se verifica, valiam-se das estruturas já erguidas pelos romanos, bem como, os povos romanos que ali habitavam, não foram expulsos, foram admitidos com algumas distinções e restrições, o que para nós, tende a reforçar, que Sintra, neste lapso temporal, esteve relativamente incólume às dinâmicas socioculturais já parcas dos visigodos. Pensamento que vem a ganhar ainda mais robustez, quando Caetano (2000), indica, com base em estudos arqueológicos, que a região de Sintra poderia ter sido desimportante, “[...] no período visigótico, suposição que a aparente ausência de vestígios godos parece corroborar. Por conseguinte, os testemunhos arqueológicos demonstram, juntamente com fontes literárias da época, que o grande arranque da vila de Sintra se deu na época muçulmana [...] (p. 32).

Após um período de pouco mais de um século de alguma estabilidade social; conflitos internos no seio do reinado visigótico, da península hispânica, oportunizaram que os muçulmanos, através dos povos mouros, invadissem e ocupassem a Lusitânia, no ano de 711 (CAETANO, M., 2007; DIAS, 2001). Assim, “a monarquia visigoda foi destruída pela invasão muçulmana procedente do Norte da África, que substituiria o Reino Visigodo pelo *Al-Ándaluz*” (CAVENDISH, 2010, p. 606), nome dado, pelos islâmicos, ao território da então Península Hispânica.

Portanto, em 711, inicia-se o período de ocupação do império mouro, e, pelo que podemos observar, a ambiência constituída sobre a região de Sintra, nos tempos do império romano, tinha sido, aparentemente, poupada de grandes processos de aculturação pelo reino visigótico, que aliás, já na época da ocupação romana, em observação de uma ambiência que chamamos de ancestral, não parece ter sido desestruturante, ao menos no que tange os aspectos de uma dinâmica sociocultural de envolvimento sacro. Muito pelo contrário; do que vimos, o que temos em pensamento, é que aquele teria sido um momento de forte alicerce de uma “Aura de Sintra”, dos seus aspectos místicos e mágicos, que para além de alguma forma de *interpretatio* ou sincretismo, fica evidente, como já buscamos demonstrar, que valorizaram e absorveram, em boa medida, a forma como os homens primitivos e os povos autóctones daquela região se relacionavam com o ambiente da região sintrense, adensando e complexificando a sacralidade daquele *tópos* (MACIEL, 2007).

O período de ocupação mourisca, no território lusitano, ora transmutado para *Gharb Âl-Andaluz*¹³⁵, vai do século VIII ao XIII, isso de uma forma geral, pois, algumas regiões e localidades foram reconquistadas pelos cristãos séculos antes (COSTA, 2006), Sintra teve sua reconquista no século XII, em 1147 (BORGES, 2012). Em meio a esse lapso temporal, diferentemente dos últimos conquistadores daquela região – os visigodos – e com maior semelhança, ainda que com menor força, ao período de dominação romana, o império muçulmano mourisco, ao que se indica, pelas referências bibliográficas (BORGES, 2012; CAETANO, 2000, COSTA, 2006), teve uma razoável inserção de seus elementos culturais nas dinâmicas socioculturais dos povos que habitavam toda aquela região.

A arquitetura, (tanto civil como militar e religiosa), a poesia, a literatura, inovações náuticas e algumas técnicas agrícolas, foram os campos em que mais se observou um processo de aculturação islâmica no *Gharb al-Ândalus*. Naquela altura, depois de todos os períodos e ocupações já relatadas, era presente por toda península, melhor dizendo, *Âl-Andaluz*, uma importante miscigenação de povos, etnias e culturas, o que consequentemente também se observava no *Gharb*, especificamente por uma forte apresentação de povos de cultura hispano-romana (tardo-romana).

Em meio a este cenário, muitos são os autores que deixam evidente uma inclinação de afastamento e isolamento do *Gharb al-Ândalus*, das outras áreas do *al-Ândalus*, em parte porque os centros decisórios de Córdova, Granada e Sevilha, não lhes atribuíram acentuada importância (COSTA, 2006), mas também, porque aquela região procurou preservar as suas liberdades políticas e económicas, o que “deu origem a diversas revoltas da população autóctone, com o objectivo de unificar politicamente aquela região” (COSTA, 2006, p. 156), de onde já se pode perceber um movimento que séculos depois veio a formar o reino português.

Neste contexto, “Sintra, (a *Xíntara* árabe)”, (CM-Sintra, 1996, p.25) destaca-se conjuntamente com Lisboa – na denominação islâmica, *Ahuxbona*, (CAETANO, M., 2007) – como os principais núcleos de povoamento urbano e de importância estratégica do *Gharb*. Sobre isto, são muitos os textos contemporâneos que fazem citações de documentos antigos, onde se atesta tal condição. Aliás, parece ser consenso entre os pesquisadores, que “as mais antigas referências documentais conhecidas sobre a vila de Sintra reportam-se às fontes muçulmanas” (CAETANO, 2000, p. 31)

¹³⁵ “O Garb al-Ândalus correspondia à região ocidental do Al-Ândalus e, à excepção dos primeiros tempos de ocupação islâmica em que a Galiza estava inserida nele, correspondia ao actual território português se bem que alguns autores árabes ainda incluísssem algumas cidades da actual Espanha como, por exemplo, Sevilha e Badajoz.” (BORGES, 2012, p. 110)

Nestes excertos, fica evidente o modo como Sintra, “durante a época islâmica - e a semelhança do sucedido em tempos anteriores – [teve admirável importância. Sendo] um dos principais polos abastecedores da variegada Lisboa, tendo sido igualmente estratégico [no] apoio defensivo da cidade” (CAETANO, M., 2005, p. 13). Em uma dessas passagens, chegou a ser “identificada por Al-Bakri, no século XI, como uma das oito cidades mais importantes do *Garb al-Andaluz*”. Sobre isto, a historiadora e arqueóloga Catarina Coelho (2000), põe em atenção que,

A importância de Sintra durante a ocupação muçulmana deve ser analisada destacando a particularidade das relações estabelecidas com Lisboa. Contextualizando cronológica, política, administrativa e economicamente a área da península de Lisboa não pode ser percebida sem a devida articulação entre as duas comunidades mais ocidentais do *Garb al-Andaluz*. (p. 208)

O que Coelho (2000) observou, especificamente dos aspectos sociopolíticos mencionados, faz-nos poder concluir que, a medida em que Lisboa se consolidava como o maior centro da região do Gharb, trazia para Sintra, como consequência, uma elevação de seus status e posição, o que talvez possa fazer compreender, uma outra citação de documentos antigos, agora não mais islâmica, e já do século XII, que faz referência a “Sintra como principal centro urbano, logo a seguir a Al-Usbuna. [Pois,] a dimensão econômica deste território assumiu proporções tais que, [...], o cruzado Osberno, [...], referiu-se lhe como ‘o mais opulento centro comercial de toda a África e de uma grande parte da Europa’” (CAETANO, M., 2005, p. 13), muito mais bem estabelecida, em posição, do que observou Al-Bakri, no século XI. Ademais, ainda nesta anterior referência de excerto, salientamos, que se atribui a este mesmo Osberno, uma passagem da qual já nos referimos no início deste capítulo, na qual se pode perceber, em tempos finais do império mouro, alguma conotação de cunho mágico, quando o autor menciona, “ali existir ‘uma fonte puríssima, cujas águas, quem as bebe, dizem, abrandam a tosse e a tísica [...]’” (ibidem).

A relação que *Xíntara* (Sintra) mantinha com *Aluxbona* (Lisboa), de uma espécie de auxílio mútuo, ao que se indica, tinha como um forte elemento, entre outros, a condição de segurança estratégica que Sintra podia oferecer, segundo o historiador Marco Oliveira Borges (2012), “face à sua posição privilegiada junto ao mar, na verdadeira Finisterra, extremo ocidental do *Garb al-Ándalus*, Sintra tinha a particularidade de funcionar como um importante posto de observação oceânica que servia de alerta a Lisboa pelos menos desde o século IX.” (p. 110), tal vigilância, foi, a partir de certo momento, até o fim do império, realizada por meio do Castelo dos Mouros (ver imagem 18).



Imagem 18: “Castelo dos Mouros”, Sintra. Fonte: CM-Sintra. Autor: Desconhecido.

Mais uma vez, documentos remotos de autores árabes, são recorridos, agora como recurso, em certa medida, para julgar as prováveis datas de construção das estruturas arquitetônicas do período do império mouro em Sintra. Um desses autores, “[...] no século XI, Ibne Almunime Alhirniari - segundo uma descrição do geógrafo Al-Bacr [séc. X] - refere a existência, na Sintra islâmica, de ‘dois castelos que são de extrema solidez’” (CAETANO, 2000, p. 35), indicando assim que ao menos no séc. X, o castelo dos mouros já estava de pé, havendo pesquisadores que relatam que possa ter sido erguido no século IX, contudo, o geógrafo, ainda menciona um outro castelo, e sobre este, o historiador António Borges Coelho (1996), assevera que “muito do seu espaço persistiu no Palácio Real ou Palácio da Vila” (p. 42), do qual falaremos no tópico seguinte.

Independentemente de uma data precisa de sua construção, Borges (2012), assegura que este castelo teria sido “incorporado no sistema de defesa costeira que funcionava a partir do litoral de Sintra, [...] [pois], tinha a particularidade de servir como posto de vigilância dos acessos por mar e terra (p. 111), empreendimento que, segundo o autor, parece ter funcionado bem, em sucessivas frustradas tentativas de invasão de outros povos, entre o século X e XI, com alguns rápidos episódios de saques, já no século XII, entendimento que se observa em outros pesquisadores (CAETANO, M., 2005; COELHO, 2000).

Pelo que observamos, através de registros dos mesmos autores que viemos utilizando, já se teria levantado a hipótese de que este castelo, nos séculos de ocupação

mourisca, não seria apenas uma fortificação, mas também um local de habitação, entendimento do qual não encontramos referenciais em nossa pesquisa bibliográfica. Todavia, sobre isso, ainda cabe uma rápida explanação, não sem nenhum propósito para nossa pesquisa, afinal, servirá para demonstrar a morfologia que tinha Sintra já por volta do século IX, X e XI, que como sabemos, faz parte da nossa intenção no trabalho de contextualização do cenário de formação e de patrimonialização de Sintra, mas terá utilidade também, para reforçar a ideia de um percurso de jusante, do “monte da lua”, até a vila integrante do patrimônio da humanidade de Sintra, da forma e pelos modos que já explicitamos como entendemos. Dito isto, passamos a registrar como pensa Caetano (2001):

A vila de Sintra, [no império mouro], seria constituída por dois espaços distintos. Por um lado, a área onde actualmente está implantado o paço medieval [Palácio Nacional de Sintra – Vila velha de Sintra]. Aqui estaria localizado o centro administrativo e político deste centro populacional. [...]. Por outro, a área específica da medina e arrabalde [arredores de planície, sopé da serra] estender-se-ia pela vila e pela área da Igreja de Santa Maria - edificada após a Reconquista [...] (p. 390).

Caetano (2001), parece associar-se com entendimento semelhante a Coelho (2000), esta, por sua vez, salienta que achados e descobertas arqueológicas, tendem a não deixar dúvidas do caráter de fortaleza do Castelo dos Mouros, acrescentando ainda o aspecto de controle da vila, pelo que entendemos ao mencionar que,

no que diz respeito aos testemunhos, arqueológicos e não só, detectados no território abrangido pelo castelo, bem como pela proximidade da vila de Sintra, no “sopé” da serra, onde foram igualmente exumados vestígios muçulmanos, quer a nível estrutural quer material, podemos, uma vez mais, confirmar as funções de controle e proteção que este recinto encerrava em si mesmo (p. 2010).

Superada esta explanação, o que percebemos é que quando se está em Sintra, não parece restar dúvida que o castelo dos mouros é a mais grandiosa arquitetura islâmica, ainda erguida naquela localidade, mesmo tendo passado por algumas reformas e sendo restaurado no século XIX, depois do terremoto de 1755 (CM-Sintra, 1996, p. 202), destaca-se ainda, que sua imponência tem boa explicação, para além da posição que ocupa, porque está construindo em cima de imensos blocos de granito, que por vezes são eles mesmo sua fundação ou mesmo parte de suas muralhas, levando a se dizer, em mais uma ilustração do caráter místico e

magico de Sintra, que esta é uma “fantástica construção erguida por gigantes” (RIBEIRO, 2014)¹³⁶

Talvez, por tudo que esta construção representa, especialmente em termos imagéticos e pela relevância da ocupação mourisca em Sintra, é que alguns autores pronunciam que “a arquitetura islâmica foi a primeira relevante na Vila de Sintra” (p.63), sendo mesmo o castelo, ao que se sabe, uma das primeiras construções daquela época, existindo ainda outros elementos matérias remanescentes da cultura mourisca, em Sintra, na zona tombada pela UNESCO, porém, de marcação temporal menos afastada. Contudo, há também alguns outros autores (RIBEIRO, 2002; SIMÕES, 2003), que não fazem tal tipo de observação, ou mesmo têm entendimentos semelhantes, porém sobre outras estruturas arquitetônicas ainda viventes em Sintra, de épocas distinta do império mouro, como exemplo, a primitiva Anta de Adrenunes.

Porém, independentemente da hierarquia de alguma importância dos elementos matérias de Sintra, lembrando que seu tombamento não se refere a nenhum item material específico, mas sim a todo um conjunto de uma “paisagem cultural”, o que é evidente, e importa em nossa investigação, é que em meio a grandiosidade do castelo dos mouros, torna-se improvável negar que ele adorna fortemente a ideia de uma patrimonialidade mundial sintrense; pelo próprio caráter de patrimônio que é manifesto, pela posição onde está localizada, causando um importante impacto ao visitante e emoldurando a paisagem entre a serra e a vila, para além disto, ainda há as lendas que são narradas, com os já discutidos enredos místicos e mágicos, especialmente envolvendo as passagens, túneis e grutas, entreabertas na serra, e que também, de certo modo, fazem parte das estratégias para o consumo cultural de Sintra, pelo que veremos adiante.

Tomados da proposta inicial deste capítulo, demonstraremos duas destas lendas. Numa das mais conhecidas, se fala “do misterioso desaparecimento dos mouros aquando da invasão e tomada de Sintra pelas forças cristãs, afirmando-se que eles fugiram subterraneamente por um túnel até Rio de Mouro. [...]” (MARTINS, 2013). Em uma outra, ainda mais envolvida numa atmosfera enigmática, de teor já conhecido, observado no que abordamos sobre a quinta da Regaleira, o autor narra que,

No cimo da serra, por debaixo do Castelo dos Mouros há uma imensa gruta natural que está vedada por uma porta de ferro, e por motivos que só a lenda

¹³⁶ Disponível em: <<<http://assembleiamunicipal.cm-sintra.pt/20-anos-patrimonio-mundial/338-a-paisagem-cultural-de-sintra-patrimonio-da-humanidade-sua-dimensao-politica-estrategica-e-ordenadora>>> Acessado em: 14.07.2016

explica a *Vox Populi* afirma que constitui uma das portas de entrada no Paraíso Terreal, a mítica *Agharta*, [...]. (Ibidem)

De tudo que foi dito até aqui sobre o império mouro em Sintra, vimos que neste período, a configuração como vila, parece ter se instaurado, ou pelo menos consolidou-se, uma vez que não se pode afirmar com convicção, que em tempos romanos, havia um aglomerado populacional na mesma região onde se verificou a vila árabe de Sintra, que nos chegou até hoje, em que pese os vestígios arqueológicos, como vimos, indicam ocupação romana na área, mas que porém, independentemente disto, o período do império mouro, também parece ter corroborado com uma importância sociopolítica e econômica que teve a região, já vistas em tempos romanos, sobretudo se compararmos a valorização romana de Sintra pelos *Agri Olisiponenses* e os seus “*Citadens Romanos*”, que ali se instalaram, com um acentuado desenvolvimento político e econômico da época mourisca, que fez alguns autores colocarem-na como maior centro da região, atrás de *aluxbona*.

Vimos ainda, que na ocupação moura, Sintra adquiriu força como um importante ponto estratégico na defesa do território, o que também foi visto na época romana, em menor grau. Portanto, sobre os aspectos sociopolíticos e econômicos, discorreremos buscando apontar as continuidades observadas em Sintra, que auxiliam na configuração no que chamamos de ambiência imperial, que parecem terem sido propriamente semelhantes, em muito pelas características geofísicas da região, sem, contudo, deixar de observar que as relações que estes impérios tiveram com Sintra, parecem ter sido harmoniosa por meio de alguma “Aura de Sintra”, num aspecto agora mais de cunho cultural, sobre o qual ainda não nos debruçamos, no que tange o período imperial mouro, o que estaremos fazendo a partir de então.

Segundo a cientista política e especialista em Islão, Sandra Costa (2006), “a islamização do al-Andalus ficou-se a dever a um longo processo de aculturação das populações, especialmente as urbanas, a uma nova realidade cultural e religiosa” (p. 156), porém, o que se extrai da literatura específica, é que algum processo de aculturação, sobretudo no campo religioso, não era a prioridade dos mouros. “Cultos e tolerantes com as gentes tardo-romanas, os islâmicos permitiram-lhes conservar a sua fé em troca de determinado pecúlio” (CAETANO, M., 2007, p. 107), permitindo também, a conservação de seus templos, desde que aceitassem a dominação; a esses passou-se a denominar de moçárabes (COSTA, 2006), contudo, os cristãos que se convertessem ao islão, gozavam de uma melhor situação econômica, pois eram taxados em menores valores, bem como, tinham melhor aquiescência social.

Com condutas como esta, podemos entender, que, em Sintra, ao menos alguma parte da ambiência que houvera iniciado seu desenvolvimento no império romano, e que estabeleceu em alguns aspectos de suas dinâmicas socioculturais uma particularidade com o *tópos* sintrense, ao longo de mais de 7 séculos, aparentemente manteve-se numa relativa estabilidade, ao menos nos cultos e rituais, uma vez que os islâmicos foram “tolerantes com as gentes tardo-romanas, [e] permitiram-lhes conservar a sua fé em troca de determinado pecúlio – com templos moçárabes atestados em Milides [Colares/Sintra] [...] e, no *tópos* serrano sobre o Cabo da Roca, [e assim], mantiveram o brilho que o correr dos tempos lhes fora ditando.” (CAETANO, M., 2007, p. 107-108)

Para além disso, recentes descobertas, em 2014, podem indicar que não somente os tardo romanos, no período de dominação mourisca, mantiveram uma relação de culto à divindades semelhante ao observado na ancestralidade primitiva através do *tópos* de Sintra; os próprios muçulmanos, podem ter orientado sua bússola religiosa, em uma topografia similar a da antiguidade tardia, uma vez que “restos de um convento[/mesquita (CORREIA, 2013)] islâmico foram encontrados no litoral de Sintra, na escavação de vestígios do santuário romano dedicado ao sol, à lua e ao oceano.¹³⁷”, aquele mesmo santuário sobre o qual já discutimos.

Segundo os pesquisadores, esta construção, tem datação de “ocupação entre os séculos VIII e XII”, precisamente no período em que o império mouro esteve ocupando Sintra. Talvez, não por acaso, o Castelo dos Mouros tenha sido erigido, num local muito próximo de onde se encontra um sítio arqueológico de uma abundante coleção de artefatos do neolítico, que indicam uma forte ocupação ancestral primitiva, naquela topografia; onde também, nesse mesmo local, são observadas as ruínas de uma igreja românica dedicada a São Pedro (SIMÕES, 2003; CAETANO, M., 2005), num emprego topográfico bastante ajustado, entre períodos temporais distintos e por uma continuidade.

No entanto, sem ser necessário aguardar as descobertas que as pesquisas sobre o convento/mesquita¹³⁸ mourisco possam revelar, de alguma relação ocasional, proposital e/ou condicional que possa ter levado ao uso dessas topografias, já podemos dizer, através dos

¹³⁷ Disponível em <<<http://observador.pt/2014/11/15/vestigios-arqueologicos-de-convento-islamico-e-santuario-romano-litoral-de-sintra/>>> Acessado em 12.07.2016

¹³⁸ “[...] se deve valorizar o aparecimento do que parece ser uma pequena mesquita, [...], a escavação – em vias de estudo [...] – deixa ver no local o que parece ser uma pequena mesquita com o seu *mihrab*, em posição sobranceira ao mar [...] A carga religiosa da construção [...] pode associar-se, eventualmente, à presença na região de voluntários ou de uma confraria religiosa que entra no campo do que comumente se chama uma *Zawiya* [...]” (CORREIA, 2013, p.77), onde os *Sufi*, integrantes de uma corrente mística e contemplativa do Islão, ficariam, em regime de retiro.

textos antigos de pensadores e estudiosos islâmicos, haver alguma similitude nas referências que se fazia à Sintra, em comparação as narrativas construídas pelo autores do tempo do império romano, especialmente por algum traço entre o real e o mágico daquele lugar, talvez um modo próprio de cada autor, ou mesmo próprio dos árabes de se referirem à Sintra, observando ainda, que no período romano as anotações estavam fortemente associadas numa centralidade da serra de Sintra (*mons lunae*), com outros elementos em seu entorno, já pelas notas dos mouros, o que nos fica de impressão, é que se carregou em outros aspectos, ainda que se perceba o envolvimento da serra, porém, ambas parecem querer descrever e/ou transmitir alguma coisa de uma “Aura de Sintra”.

Uma destas referências é mencionada por Caetano, M., (2005),

[...] na descrição do geógrafo Al-bacr (século X) – e que Almunime Alhimiri perpetuou –, como ‘uma das vilas que dependem de Lisboa no Andaluz, nas proximidades do mar. Está permanentemente mergulhada numa bruma que se não dissipa. O seu clima é são e os habitantes vivem longo tempo. [...] (...) é uma das regiões onde as maçãs são mais abundantes. Esses frutos atingem uma tal espessura que alguns chegam a ter quatro palmos de circunferência. Acontece o mesmo com as pêras. Na serra de Sintra crescem violetas selvagens. Da costa vizinha extrai-se âmbar excelente’. (p. 13)

De tudo que observamos sobre a ocupação de Sintra pelo império Mouro, que em boa parte, ocorreu no seio da alta idade média, período que sabidamente foi de intensa atividade bélica, nos parece que a ambiência de Sintra, aquela constituída pelos romanos, fora mais incrementada do que transformada ou ceifada; com a introdução de importantes elementos materiais da cultura islâmica, sobretudo os arquitetônicos, bem como, com o aumento populacional de todo perímetro da *Xíntara* árabe, e ainda uma consolidação de sua importância sociopolítica e econômica, por um incremento, da sua posição em relação a *aluxbona*. Vimos ainda uma espécie de continuidade nas funções que se atribuiu à Sintra, muito próximas tanto no império romano, como no árabe, a julgar que em ambos, Sintra teria sido um importante espaço de defesa, de modos diferentes, porém guardando a mesma função, além de polo de abastecimento de Lisboa, disso decorre também sua importância política e econômica, e ainda como local de assentamento de alguns homens com algum tipo de distinção social.

De resto, ao que se verificou, Sintra permaneceu numa relativa continuidade de ambiência, sabemos que, pelo que entendemos por ambiência, ao se ter uma mudança como se viu em Sintra, onde um outro povo, de características bastante distintas dos romanos e

mesmo dos visigodos, dominou inteiramente e se fixou naquele espaço, o mais provável seria que se observasse uma nova ambiência de Sintra, afinal, uma ambiência se faz precisamente do modo como um determinado grupo social se inter-relaciona com o ambiente, de um dado espaço, observando vários aspectos, num determinado tempo.

No entanto, nesse caso, parece que não se reuniu todas estas condições, ao menos não com uma eficácia que pudesse gerar uma nova ambiência, mas sim, somente alguns ajustamentos e incrementos, como vimos, o que, para nós, possibilitou uma relativa continuidade, onde ao final, a ambiência desenvolvida no império mouro, parece ter se fixado num modo romano de se relacionar com a “Aura de Sintra”, especialmente porque o ambiente continuou dotado das mesmas características, a serra influenciando de sobremaneira, mas sobretudo, porque as dinâmicas socioculturais dos povos tardo-romanos, ao que se analisou, parecem ter se mantido, sem um processo de aculturação islâmica. Para além de que, os mouros, ao que se indica, não desenvolveram com vigor suas dinâmicas socioculturais no espaço de Sintra, talvez, porque tivessem em Sintra apenas um local de defesa estratégica, ou, porque foram surpreendidos pela “Aura de Sintra”, e, como visto no império romano, mais uma vez um povo, agora o império mouro, se ajustou a tal atmosfera, que pelo que vimos, tem exercido forte influência na constituição das ambiências, dos que ali habitam, em suas dinâmicas socioculturais.

Para nós, este processo parece ter ocorrido com especial envolvimento com os romanos, uma vez que entendemos que sobre estes recai o processo de apreender as dinâmicas socioculturais de uma ambiência ancestral de Sintra, aquela que configurou em tempos idos, sobre a região, um *tópos* sagrado, de divindades tópicas, e configurá-la dentro de seus cultos imperiais, atribuindo-lhes características de misticismo e magia, que, ao que se observou, e no nosso entendimento, reverberou fortemente na dinâmica sociocultural daquele grupo social, e até para um início de ocupação mais adensada daquela região, tudo isso contribuindo significativamente para a constituição do que nomeamos como uma ambiência imperial.

Já finalizando este item, vale lembrar que o período de ocupação dos mouros em Sintra, teve fundamental importância, para o *gharb al-andaluz*, no processo de formação e consolidação da vila e de sua morfologia urbana, quanto em diversos aspectos do contexto social daquele grupo, especialmente pelo efeito de continuidade de uma ambiência romana, que propiciou o que entendemos como uma consolidação de uma “Aura de Sintra”, pois, manteve, em certa medida, uma harmonia no uso dos elementos naturais da região, uma vez que por vezes, valeu-se deles, numa espécie de antropomorfização, vista no castelo dos

mouros, que também fora percebida na pré-história, p. ex., na Anta de Adrenunes, mas sobretudo, por ter preservado as dinâmicas socioculturais da esfera sacra, que por ali já se tinha assentado de maneira singular, notadamente por não serem povos que praticavam um processo de forte aculturação nos povos que dominava.

Segundo Coelho (2000), este comportamento teria sido parte do que levou ao declínio do império mouro, pois a não observação a garantia de uma coesão social através da cultura, por um processo de aculturação islâmica, juntamente com um momento de conturbação e desentendimento político do *Al-Andaluz*,

acentuou a facilidade da reconquista cristã. Assim, em 1093, o soberano de Badajoz, [...], entrega [...] a linha do Tejo - Lisboa, Santarém e Sintra. A reconquista [...] será quase imediata (1094) [...]. Em 1147, e nas palavras atribuídas ao Cruzado Osberno ‘os de Sintra entregaram ao rei, depois de rendida a guarnição do seu Castelo’ (OLIVEIRA, 1989: p. 78). [p. 394].

Com a tomada de Sintra (1147), “a importância da comunidade islâmica de Sintra continuará a ser destacada” (coelho, 2000, p 394), passando a serem denominados de “mouros forros”. A partir da reconquista, a ambiência imperial estava em processo de desfazimento, ao menos no seu todo conjuntural, e a Vila de Sintra estava estabelecida; sua morfologia continuaria ainda em progresso, mas já recolhida a uma determinada espacialidade, no sopé da encosta norte da serra de Sintra, em sua porção oriental, que atualmente é, basicamente, o centro histórico da vila. Com isso, terminamos este tópico, dando início a contextualização histórica em análise da ambiência artístico-filosófico, que tem no romantismo seu ponto mais expressivo, ao menos como justificativa da patrimonialidade mundial de Sintra, bem como para a construção imagética que bem serve aos agentes de marketing e empreendimento do consumo cultural de Sintra, o que em momento oportuno analisaremos.

2.1.4 Fluxo final a caminho do patrimônio mundial: a baixa idade média, movimentos artístico-filosóficos do renascentismo e o período romântico.

Até o período da ocupação do império mouro, aquilo que chamamos de “aura de Sintra”, vinha se constituído em meio as inter-relações do ambiente natural de Sintra e as

dinâmicas socioculturais, desenvolvidas pelas ambiências da pré-história e dos impérios; os produtos destas ambiências, estiveram mais relacionados com características de imaterialidade do que propriamente material, embora tenhamos visto que foram produzidas arquiteturas que de algum modo se ligaram com essa aura, algumas das quais, subsistem até hoje, provenientes dos momentos relativos a cada ambiência que apresentamos, porém, o que mais sobressai destas, na constituição de uma “aura de Sintra”, como conhecemos atualmente, tange especialmente a sacralidade do local, observada pelos habitantes do neolítico/calcolítico e dos povos autóctones, e, posteriormente, na ambiência constituída nos impérios, especialmente do romano; a consolidação desta condição sacral, pela absorção e adensamento dos elementos astrais dos cultos ancestrais nos cultos imperiais, que acabaram criando um início de observação dos aspectos do misticismo e da magia, preservadas, e, em alguma medida, fomentado no período de ocupação islâmica.

A reconquista cristã, com marcação datada em Sintra em 1147, em plena baixa idade média, é um período da história da Europa, onde é possível dizer que se inicia uma maior calma social, ao menos no que tange os confrontos bélicos. A partir de então, toda ordem de referências clássicas, foi aos poucos tomando contato com outros ordenamentos políticos, sociais, econômicos e filosóficos, e novas ideias iam surgindo de tal encontro, recaindo sobre as mais diversas esferas da sociedade e consequentemente (re)configurando novas dinâmicas sociais e culturais.

Neste momento, entendemos que se confere abertura para um processo de constituição de uma nova ambiência de Sintra, sobre a qual denominamos de “ambiência artístico-filosófico”, onde diversos movimentos culturais, de forte apetência poético-artística e filosófica, encontram em Sintra um cenário propício para florescer, não sem, contudo, se poder verificar alguma considerável remanescência de tempos de ambiências anteriores, sobretudo, daqueles aspectos que já nos debruçamos, que entendemos como uma espécie de espinha dorsal da “aura de Sintra”, nomeadamente a sacralidade do *tópos*, e o envolvimento cultural de cunho místico e mágico, constituídos ao longo de séculos, na verdade milênios, os quais, parecem se alternar entre momentos de maior e de menor recursão, nesta terceira ambiência.

Para nós, no esquema classificatório de análise que propomos, essa ambiência inicia-se aí, justamente no século XII, com o domínio cristão do território português e inevitavelmente de Sintra, e mantém-se em formação e se consolidando durante toda baixa idade média, adentrando por toda a modernidade, num percurso de aproximadamente oito

séculos, até o século XX, embora tenhamos consciência das transformações ocorridas na virada da modernidade, mas que guardam, ao menos nas mudanças político-sociais e na ebulição de movimentação das dinâmicas socioculturais e artísticas, situação semelhante de configuração em Sintra, obviamente resguardadas as diferenças das duas épocas.

Da forma como entendemos, a ambiência artístico-filosófico de Sintra, esmaece-se a partir do terceiro quarto do século XX, sendo assim, tem-se início a constituição de uma nova ambiência, sendo necessário ainda algum tempo para pô-la em uma análise adequada, no entanto, já pode ser dito que a chancela de Sintra como patrimônio mundial, será um importante elemento interno a essa ambiência, pois é indubitável que por isso haja reverberação, de diversas formas, nas dinâmicas socioculturais daquele grupo, modificando o modo como se inter-relacionam naquele espaço.

Independentemente desta situação que ainda está em curso, para nós, é na ambiência artístico-filosófico, já acabada, que se constitui o maior volume dos elementos materiais que se associam com a “aura de Sintra”, quais sejam: os palácios, os paços, as quintas, as igrejas, os conventos, os mosteiros, as capelas, os parques, entre outros; enfim, toda uma arquitetura que fora patrimonializada em meio a paisagem cultural, e que segundo Vitor Serrão (1989) poderia bem ser chamada de “uma Arquitetura integrada no Céu”.

Entre os séculos XII e XV, há toda uma sorte de estruturas erigidas, especialmente as que tinham função de estruturação política e social de Sintra, como veremos em seguida, sendo as mais relatadas as diversas igrejas, no entanto, sem dúvida a construção de maior destaque é o Palácio Nacional de Sintra, que a época chamava-se Paço Real, que para além de ser um dos importantes elementos que compõem a aura sintrense, especialmente através de mitos e lendas, foi e é, também, bastante importante tanto no processo de patrimonialização mundial, quanto nos empreendimentos de promoção do consumo cultural de Sintra, que discutiremos no próximo capítulo. Vale salientar que algumas dessas construções ou não mais subsistem ou sofreram campanhas de obras, precisamente no período seguinte desta ambiência.

Os elementos materiais produzidos entre os séculos XVI e XX são muitos, no entanto, o que alcançou maior destaque para o forjamento da Sintra patrimonial, foram aqueles produzidos pelo movimento do romantismo, sendo o mais notório o Palácio da Pena, uma vez que foi um dos elementos mais importantes para a justificativa da chancela mundial, sendo considerado uma expressão artístico-arquitetônica “vanguardista e inovadora no modo como concilia e recupera os valores arquitectonicos nacionais de diferentes épocas.” (CM-

Sintra, 1996, p. 147), embora tenhamos encontrado, folheando alguns artigos, autores que ponham isso em controvérsia. Porém, não estamos dizendo com isso, que os outros elementos materiais, produzidos em períodos distintos do romantismo, não tenham suas importâncias, na verdade, em conjunto, são tão ou até mais importantes do que o palácio da pena, uma vez que constituem a maior parte dos elementos materiais da aura sintrense.

A imensa maioria das estruturas arquitetônicas que são tombadas dentro da inscrição da UNESCO, de entre os séculos XVI e XX, são fruto de expressões artísticas provenientes de uma mudança de mentalidade do homem, de base humanista-renascentista, que entendemos importante para consolidar o caráter de misticismo e de magia que recai sobre Sintra, e que parece ter dado forte contribuição na constituição dos mitos e das lendas que se engendram sobre aquele *tópos*.

Tudo isso, em certo modo, será abordado nos subitens deste tópico, sem, contudo, deixarmos de observar aquilo que nos propomos para este capítulo, a formação e evolução de Sintra e de suas configurações sobre diversos aspectos, continuando o acompanhamento das dinâmicas socioculturais, sobretudo daquelas que se ligam, de algum modo, com aspectos de ambiências anteriores, e deste modo, observando estes pontos é fundamental que observamos o menear da expressão artística das movimentações filosóficas que sem dúvida fazem parte de toda essa formação/evolução. Sem perder de vista, ainda, que tudo isto, é, em grande medida, parcela da justificativa apresentada a UNESCO para a patrimonialidade mundial de Sintra, e que insistentemente estamos dizendo que constituem a “Aura de Sintra”.

Para além de tudo isto, ainda precisamos mencionar, que este é um momento da biografia de Sintra, onde aquele percurso de jusante, de que nos referimos, que acompanha um fluxo de descenso pelo *mons sacer*, que parece afastar-se cada vez mais do *locus sacer*, do *tópos* sintrense, chega em um momento onde a ocupação das planícies próximas e dos sopés da serra estão bem consolidadas, sobretudo pelas ocupações na vila de Sintra e de seus arredores (arrabaldes). Em contraste a esta ocupação da topografia sintrense, já bem demarcada, sobretudo após o século XV, temos alguns exemplares arquitetônicos de iniciativa da aristocracia e da realeza, fazendo uma espécie de percurso de montante, constituindo-se em cumes da serra, ou nas suas encostas, que pode não ser por um mero acaso, do modo como discutiremos em seguida.

2.1.4.1 A reconquista cristã e seus desdobramentos: o paço real por entre os séculos XII a XV

No século XII, quando da reconquista cristã, podemos dizer que já havia, em Sintra, uma estrutura de dinamismo sociocultural relativamente uniforme, não necessariamente sem instabilidades, mas que parece ter seguido até por volta do século XV, quando se tem o marco do fim da idade média. No curso destes séculos, houve uma consolidação de diversos aspectos sociopolíticos em Sintra, que guarda relação direta com os acontecimentos vistos por todo território português, notadamente com a preocupação do reino em consolidar-se como tal (SERRÃO, 1989; CAETANO, 2000; 2005), estabelecendo, ao que se verifica, Sintra como um território de relação e de condição diferenciadas, nas proximidades de Lisboa.

Para tanto, inicialmente, logo quando da reconquista em Sintra, o rei providencia a carta de foral, e a “erecção das primeiras igrejas paroquiais destinadas a enquadrar culturalmente as populações” (SERRÃO, 1989, p. 26); foram feitas “doações régias [...] a conventos, mosteiros e ordens militares [...], uma estratégia de organização estrutural de carácter político, social e económico do território sintrense pós-reconquista” (CM-Sintra, 1996, 9. 27), ao passo que paulatinamente, se constituíam comemorações através de festividades religiosas.

Este também é o momento em que se “estabelece o concelho de Sintra, cujo o termo passa a abranger um vasto território, dividido em quatro grandes freguesias: São Pedro de Canaferrim, com sede paroquial junto ao Castelo; São Martinho, com sede paroquial no centro da Vila; e Santa Maria e São Miguel, ambas com sede paroquial no Arrabalde.” (CM-Sintra, 1996, 9. 26). Pertinente relembrar, que não por acaso estas foram as freguesias que constituíram o concelho, pois, como havíamos mencionado, no início do capítulo, é dentro de seus limites territoriais que “se concentram o grosso dos valores histórico-artísticos, etnográficos, arqueológicos e naturais” (SERRÃO, 1989, p. 13).

Embora a carta de foral, seja pautada por tais ações, de evidentes intenções, vê-se nela, pelo exame de Caetano (2000, 2005) e Serrão (1989), uma peculiaridade, que parece poder ter reverberado com especial importância por sobre os aspectos que envolvem a sacro-religiosidade praticada em Sintra; qual seja, a de anistiar de qualquer processo de expulsão e/ou segregação, todos aqueles que ocupavam a região quando da reconquista, num processo

que ocorre com especial atenção com as famílias que estiveram aquarteladas no castelo dos mouros, uma vez que, para além da anistia, foram-lhes atribuídas posses de terras fora de Sintra. Fato que mesmo indiretamente, é “*de per si*, revelador da manutenção de uma ordem já anteriormente estabelecida, onde predominava o moçárabe, herdeiro de remota cultura, e cuja face visível poderá radicar em anciano substrato.” (CAETANO, M., 2005, p. 13), extraído de ambiências anteriores constituídas em Sintra, dessas que estamos buscando apresentar.

Sobre isso, vejamos como discorre Caetano (2000):

O foral afonsino é, [...], muito explícito quando refere a outorga de terras fora do termo sintrão aos trinta povoadores do castelo. O facto de lhes terem sido doadas propriedades no território de Lisboa indicara, sem dúvida, a manutenção - se não total, pelo menos parcial - de uma ordem já anteriormente estabelecida. As terras continuaram na posse dos seus antigos proprietários, os naturais descendentes ‘da população autóctone, ou seja moçárabe, quica da tardo-romana que aqui permanecia e aqui se manteve ao longo dos séculos, independentemente de qualquer que fosse o povo dominante’ (p. 42).

O entendimento da autora, é semelhante ao que se observa em Serrão (1989), e “parece ser indicador da não fixação dos conquistadores no próprio povoado que continuaria a ser habitado pelas gentes mouras e moçárabe” (CAETANO, 2000, p.43), bem como, daqueles de ancestrais tardo-romanos (CAETANO, 2000; 2005, SERRÃO, 1989), mas também, evidencia que permaneceu em Sintra, algo que já se verificava quase que por todo seu percurso histórico; uma miscigenação de culturas e povos, agora ainda mais adensada. Constituída de,

[...] moçárabes e dos agarenos que, mercê das vicissitudes da história, vieram a constituir importante comunidade de mouros forros radicada em Colares [Sintra] - por gentes das mais diversificadas proveniências, porquanto se conhecem antropônimos de origem goda, decerto reminiscências de cruzados que acompanharam Afonso I e que aqui se terão fixado ou daqueles outros que, oriundos do norte peninsular, aqui chegaram depois da Reconquista, miscigenando-se com as antigas populações autóctones portadoras de nomes de cariz moçarábico ou latina e os sefardins que habitavam bairro próprio, o *mellah*, ou seja, a *judiaria* que, então, se localizava à saída da vila e possuía sinagoga, documentada até 1503. (CAETANO, M., 2005)

Aparentemente, foram tempos de um considerável entendimento sociocultural, entre os povos de diversas origens que habitavam aquela localidade, provavelmente já alicerçado pelas conformações anteriores, constituídas em meio aos processos históricos que viemos

abordando, que, de algum modo, oportunizaram alguns pontos de convergência através das ambiências pregressas; a convivência era de tão bom termo, que segundo Caetano (2000) “a comunidade mourisca coabitava pacificamente com as gentes cristãs”, período este, que alguns autores dizem se poder observar uma espécie de “direito ao privilégio da diferença” (CHORAO, 1990, p. 9, apud CAETANO, 2000, p. 66).

Toda essa harmoniosa convivência, parece não ter encerrado seus efeitos sobre si mesma, pois, uma vez que havia uma coesão preexistente, as dinâmicas socioculturais possivelmente estiveram mantidas com alguma estabilidade. Sendo assim, as estruturas arquitetônicas religiosas cristãs que foram erigidas ou reformadas naquela época, parecem não ter tido o saldo esperado pelo reino português, precisamente por ter se respeitado o “direito ao privilégio da diferença”, embora não se deva pensar que não se verificou evoluções nesse campo, talvez até, a configuração que se viu surgir daí, possa ter sido, se não provocada, ao menos permitida pelos reconquistadores cristãos.

No entanto, pelo que se deduz das referências, tais estruturas, estiveram, de certo modo, ligadas e/ou mantidas com aspectos que definem o característico *tópos* sintrense, sejam eles: o misticismo, a magia, as divindades tópicas e as astrolátricas, sendo frequentadas por povos que de certa forma estiveram durante muitos séculos, mergulhados em dinâmicas socioculturais que tinham nos aspectos mencionados uma considerável simbologia, o que mais uma vez, só parece reforçar a “aura de Sintra”. Entendimento que parece conter estreita relação com o pensamento de Maciel (2007):

Com a cristianização surge uma nova topografia que, em certos comportamentos, define continuidades. A sacralização cristã, na linha do que o judaísmo fez com o Moriah, o Sinai ou o Carmelo, também elegeu os montes como lugares de teofania, onde Deus se manifesta como Cristo o fez no Monte Tabor. A Serra de Sintra e seus arrabaldes, com a cristianização, pontuou-se de igrejas, capelas e mosteiros, [...] muitas destas construções revelando, pelas características do culto nelas prestado e pelos lugares onde surgem, uma implantação pré-islâmica. [...], [e] consideradas na época da Reconquista como *heremitagia*, pequenos mosteiros no sentido estrito do termo, ou seja, ermitérios que, [...] definiam a topografia cristã de Sintra logo após a tomada desta Vila aos Mouros (Costa, 1980: 103-108). Se a capela de Santa Eufémia da Serra [em Sintra] cristianiza um castro [local onde se encontram vestígios arqueológicos de um povoamento ancestral primitivo], a de São Miguel de Odrinhas [em Sintra] dá continuidade a um mausoléu de *Villa* romana tardia em contexto cristão (Maciel, 1999). Quanto aos mosteiros, sabemos que na Lusitânia do séc. IV já se procuravam os montes como lugares de ascese, [...] (Maciel, 1996: 46-49). A sua existência na Antiguidade Tardia e na época moçárabe explica o facto de eles serem referidos na época da Reconquista. (MACIEL, 2007, p. 47)

Por tudo isto, é plausível se pensar que se tenha observado, em Sintra, naquela época, alguma manutenção de aspectos de dinâmicas socioculturais anteriores, para a constituição de uma nova ambiência, cujo o cunho sacro-religioso, muito próprio daquela localidade, de uma topografia sacra cultuada desde idos tempos, sobretudo pela serra e nos elementos astrais, pôde mais uma vez, ter sido absorvido através de reminiscências de outras ambiências, em que pese o culto ao cristianismo, que configurou, a partir do século XII, o que chamou Maciel (2007), de “topografia cristã de Sintra”.

Em meio a evolução destas dinâmicas, e com o soerguimento de outras estruturas, entre elas mais igrejas, conventos, mosteiros e palácios, tendo ainda a vila de Sintra “já em 1261 atingindo plena maturidade municipal, passando a ter administração local” (SERRÃO, 1989, p. 28), o tecido social da vila ia se configurando, bem como, consolidava-se a ampla ocupação do concelho de Sintra, em certa medida incentivada e/ou permitida estrategicamente pela coroa portuguesa. Com isso, cada vez mais, as planícies próximas da serra; vizinhas a vila, ou seja, os “arrabaldes”, iam se povoando, e aparentemente solidificando aquele movimento de jusante de que tratamos, especialmente a partir do momento em que,

o continuado avanço para o sul, [pelos cristãos da reconquista, em busca de mais vitórias,] ditou o empobrecimento estratégico de Sintra e os cristãos depressa abandonaram a protecção do Castelo altaneiro [dos mouros] e ter-se-do fixado no Arrabalde [...], onde edificaram duas novas igrejas, [...] e, nas proximidades do Chão de Oliva, o templo dedicado a São Martinho, datando de 1253 o *Treslado do Lemite, e demarcadio das Igrejas da Villa de Cintra* que delineou as quatro freguesias do concelho (CAETANO, M., 2005, p. 14)

Este movimento, revela que os cristãos estavam seguros de seu estabelecimento naquelas terras, e o uso estratégico de Sintra e de outros locais com função semelhante, ia aos poucos sendo desnecessários, e assim, “depois de consolidada em definitivo a nação e definida uma estratégia ultramarina, a corte, cada vez mais rica e anafada, foi perdendo o cariz bélico que a caracterizara e assumiu uma essência cortesã que refulgiu, com todo o seu esplendor, nesta vila.” (CAETANO, 2012, p. 06)

Em meio a este cenário e como parte do mesmo processo, o Paço Real (Palácio Nacional de Sintra) (ver imagem 19), situado como elemento central da vila de Sintra, foi uma das estruturas arquitetônicas de maior destaque e importância para o cotidiano da vila, e em suas dinâmicas sociais, sendo, portanto, “o grande monumento que cresce na vila medieva e lhe acentua o carácter.” (SERRÃO, 1989, p. 31)



Imagem 19: “Paço Real - Palácio Nacional de Sintra”, elemento arquitetônico central do centro histórico.

Segundo Caetano, M., (2005), “Sintra assentou-se e cresceu, [...], sob amparo do Palácio que, aos poucos, se foi tornando num dos superiores centros de vilegiatura da realeza [...]” (p. 14), com vários nobres da monarquia escolhendo-o como instalação para descanso, lugar onde também teriam nascido reis e nobres, e que foi cenário de algumas das decisões e celebrações da saga ultramarina portuguesa (SERRÃO, 1989; CAETANO, M., 2005). Em certa medida, a constituição do paço real e dos elementos do seu entorno, são importantes para se apreender e compreender, sobre todas as épocas, a evolução e a forma como as dinâmicas socioculturais se desenvolveram em Sintra, especialmente entre os séculos XII e XV, no que tange a morfologia da vila e as questões de cunho político, porém, sua importância e relação na percepção da evolução destes aspectos, ultrapassou esta fronteira temporal, e após o citado período, principalmente para efeito de apreensão de uma hibridez artístico-cultural, uma vez que foi alvo de diversas expressões de movimentos artísticos, ao longo dos séculos. Tal hibridez, aparece bem descrita em Serrão (1982; 1996):

A assimetria em que se dispõe, com corpos arquitectónicos acoplados em planos irregulares e aparentemente servidos por uma estrutura global assimétrica, numa articulação complexa de espaços e de volumes, resulta deste facto histórico de se tratar de uma justaposição de corpos edificados em sucessivas fases e ao sabor de estilos dispares, mas a isso deve a sua estranha beleza e a sua requintada sedução. (SERRÃO, 1996, p. 31)

São sempre múltiplas e aliciantes as impressões estéticas colhidas na leitura deste monumento, que sublinham o vincado hibridismo de estilos e um vago tom de mistério que o envolve. (SERRÃO, 1982/83, p. 694)

Sem, contudo, deixarmos de mencionar aqui, ligeiramente, que por toda sua longa existência, sempre esteve presente como parte da “aura de Sintra”, ou como cenário ativo de contos, ou como adorno nas incontáveis narrativas lendárias sobre Sintra, que o colocam como paisagem de fundo em enredos de misticismo e/ou magia, tais como aquelas que dizem haver nele tuneis subterrâneos, por fendas que ligam-se com a serra, semelhantes ao que se diz sobre o Castelo dos Mouros e a Quinta da Regaleira, aqui já comentado, ou mesmo como alguns contos que recebem a denominação de lenda, que tangem sobe algumas passagens de integrantes da família real por aqueles aposentos.

Em todo processo de sua construção e nas campanhas de reforma, algumas contribuições das distintas culturas, se destacam, especialmente porque foi erguido valendo-se de prévia estrutura palacial mourisca, e teve em muitas das campanhas, ao menos até o século XV, trabalhadores mouros forros, que teriam incluído nele suas “técnicas de construção, quer a nível da estrutura das paredes, quer sobretudo a nível do uso de elementos cerâmicos em portas, janelas e pavimentos.” (CM-Sintra, 1996, p. 135), técnicas que já tiveram influências godas, atribuindo ao palácio, em parte, e neste período, uma “hibridez gótico-mourisca” (SERRÃO, 1996, p. 33), de face mais visível em suas chaminés geminadas, símbolo mais conhecido de Sintra (SERRÃO, 1996), a hibridez arquitetônico-cultural do palácio, como verificamos, não se estancou com o fim do século XV, na verdade, avultou-se ainda mais pelos próximos séculos, com vários “elementos tipicamente europeus, desde as arcadas góticas [...], às exuberantes portas e janelas manuelinas, sem contar com a esporádica presença de elementos renascentistas e italianizantes.” (CM-Sintra, 1996, p. 136).

É dispensável, neste momento, discorrer que esse paço foi essencial no processo de patrimonialização pela UNESCO, sobre o que diremos em seguida, igualmente será feito, com o forte apelo que recai sobre esta estrutura nos empreendimentos e promoções ao turismo de consumo cultural.

Em meio a todo esse processo, que ainda envolveu outros aspectos que não foram mencionados,

a vila atingiu, nos fins do século [XV] e primeiro terço do seguinte, uma das suas fases de maior esplendor, marcada pelas imponentes obras de ampliação do Paço realengo, [...], pelas grandiosas festividades e saraus de que a Vila Velha foi palco privilegiado, e pelo surto arquitectónico que fez erigir, um

pouco por todo o espaço envolvente de Sintra, grandes palacetes solarengos, mosteiros e igrejas. (SERRÃO, 1989, p. 40)

Porém, Sintra, assim como todo o reino de Portugal, passaria, ao final do século XV, por mais um momento de importante modificação social, que ocorreu, muito em função de uma movimentação que estava em curso por toda a Europa, com uma transformação do modo do homem pensar sobre si mesmo, qual seja, o renascentismo, de onde também se principiou o humanismo, movimento intelectual que por sua vez, tinha nas civilizações da antiguidade clássica greco-romana, sua forma de entendimento da condição humana e a postura que deveríamos ter diante desta condição. Esse fora um momento histórico, no qual se tem consonância que o homem europeu inicia um processo a caminho da modernidade.

O espírito renascentista entrelaçado ao cenário sintrense, naquela aura que temos nos referido, parece ter acentuado a aspiração humanista pelas artes, pela arquitetura, pelas letras e pelas ciências, concentrando artistas, escultores, arquitetos, e toda sorte de pensadores e estudiosos em sua órbita, “tornando-se Sintra verdadeiro polo cultural” (CAETANO, M., 2005, p. 17), porém, de certo modo, ainda relacionando os elementos ditos sagrados da serra, numa espécie de continuidade, que parece vir atravessando as ambiências ali constituídas. Discussão que faremos no item seguinte.

No entanto, “ao longo de todo o século XV, um pouco por todo o país, tinha[-se] pressões para que se procedesse a renovação dos velhos forais” (CAETANO, 2000, p. 69), que pela pesquisa realizada, parece não ter tido em Sintra efeito tão agitador da ordem instaurada, como queriam os nobres e os fidalgos; tanto para aquisição de terras, as quais posteriormente estes ocupariam através da constituição de quintas, bem como, para se tentar uma descentralização do poder local, no entanto, o que se observou foi um considerável efeito sobre questões de “pautas alfandegarias”, das quais dispensamos pormenores, (CAETANO, 2000).

Nesta mesma época, por todo território português, vê-se iniciar o pensamento da era moderna, não sendo diferente em Sintra. Já como um de seus efeitos, “em 1496, D. Manuel publicou o édito de expulsão de judeus e mouros, o que para além de razões estritamente religiosas e da conjuntura internacional, consistiu numa evidente acção niveladora do tecido social português, ao rejeitar-se, desse modo, o ‘direito ao privilegio da diferença’” (CAETANO, 2000, p. 66), o que pelo que se depreende da literatura, teve alargado exercício em Sintra, especialmente porque ali já se tinha uma tradição secular de mutuo respeito entre mouros e cristãos. (SERRÃO, 1989; CAETANO, 2000; 2005)

2.1.4.2 Entre os séculos XVI e XVIII: das agitações ao pré-romantismo ou ao *Locus amoenus*

O século XVI, inicia-se já sem a presença dos mouros forros, pelo menos de forma ostensiva, ainda assim, permanece as campanhas de novas obras, e de reconstrução de outras (SERRÃO, 1989), “modernização de velhas igrejas urbanas [...] e rurais [...]” (Ibid., p. 46), sendo muitas destas campanhas “graças ao beneplácito da nobreza transplantada da capital para a vila de Sintra” (Ibid., p. 47). Vê-se com isso, que a esta altura, Sintra não era uma vila qualquer, especialmente porque tinha a constante visita, e o desejo da corte de usufruir de suas paisagens, em busca de “ascese e repouso, fora dos bulícios de uma vida política que cada vez mais se concentrava em Lisboa [...]” (Ibid., p. 56); e já “contava, em 1527, com ‘198 vizinhos no corpo da Vila, dos quaes sam 6 cavalleiros e 22 escudeiros [...] e 25 clérigos, e o mais he povo’; [portanto, uma ‘vila opulenta’ (SERRÃO, 1989)] -, não só pela amiudada presença do rei, mas também pela fixação de toda uma aristocracia que orbitava na corte.” (CAETANO, M., 2005, p. 17).

A vila de Sintra, centro cortesão por excelência, incentivada pela presença de uma aristocracia em ascensão que aqui edificava solares e quintas [...], e pelo dinamismo de uma burguesia produtora de riquezas que vivia no surto mercantil e protegia no labor construtivo, começa a conhecer o seu *facies* o gosto harmonioso e depurado das soluções renascentistas [...] (SERRÃO, 1989, p. 48)

Vale ressaltar, que o interesse da corte portuguesa sobre Sintra, sobretudo como local de descanso, segundo a literatura consultada, foi observado até o momento em que se iniciou o período da república portuguesa, início do século XX, ou seja, somente cessou-se a vilegiatura real, em Sintra, e consequentemente o uso do paço, quando findou-se a monarquia em Portugal, com variações de maior e menor incidência, em alguns períodos. Se o monte da lua fora um elemento estrutural para os primitivos, alguns milênios antes da era cristã, podemos dizer que o paço real foi o elemento arquitetônico, que permitiu a estruturação de Sintra, especialmente a partir da modernidade. Sem, contudo, ter perdido a serra sua importância, aliás, a assertiva para ser exatamente ao contrário, as campanhas de obras deste palácio, para a atividade de vilegiatura dos monarcas, foram mandadas executar, ao que verificamos, especialmente pela presença da serra e de toda a aura que já se conhecia daquele local, enfim da paisagem.

Para além disto, a partir do século XVI, iniciou-se em Sintra algumas sucessões de momentos de agitação com diversas causas, desde culturais até pelo caos de catástrofes naturais, que segundo alguns dos nossos referenciais (SERRÃO, 1989; CAETANO, 2000; 2005), vai até o século XVIII, quando cessão as agitações e Sintra, passa a ser interpretada pelos pré-românticos e um pouco depois, no século XIX, pelos românticos, como um lugar de paz e de descanso. A partir do século XVI, marcou-se um período em que uma aristocracia, formada especialmente de nobres e fidalgos oriundos de diversas partes do território português, constrói em Sintra palacetes, *chalets* e constituem quintas, com explicitada, e talvez não por acaso, predileção pelas encostas e cumes da serra, uma vez que nestes locais o contato com alguns dos aspectos que constituem a aura sintrense poderia ter maior eloquência, especialmente por estarem informados “por uma sólida cultura de ressaibos greco-latinos [...]” (SERRÃO, 1989, p. 48-49)

Indubitavelmente, é a partir do século XVI, estendendo-se até meados do século XX, que são erguidos a maior quantidade dos elementos materiais que compõem e adensam a tal “aura de Sintra”, alternando-se apenas por uma questão de conteúdo e não de forma, o que se percebe apenas a partir do século XIX, bem como, no nosso entendimento, tem-se o arremete final do que se tornaria, provavelmente, o mais grosso calibre da expressão imagética de uma Sintra património mundial – Paisagem cultural. Aliás, sobre isto, cabe observar que todas as estruturas arquitetónicas, que estamos mencionando já a partir do tópico anterior, estão inscritas, de algum modo, nas zonas salvaguardadas pela UNESCO, e que a imensa maioria das construções erigidas no âmbito desta última ambiência, estão assentadas nos limites das demarcações do património mundial sintrense.

Neste contexto, a vila teve à disposição muitos estilos arquitetónicos, provenientes da efervescência do movimento renascentista europeu, possíveis de serem visualizados em várias estruturas arquiteturais, pelas mais diversas formas, quais sejam: o barroco, o maneirismo, o manuelismo, “capítulo autónomo da arte portuguesa que prolongou, estruturalmente, a tradição do Outono da Idade Média” (SERRÃO, 1996, p. 41), o próprio estilo arquitetónico renascentista e ainda diversos revivalismos. Não só de estilos decorrentes do movimento filosófico renascentista se vale a paisagem de Sintra, há também alguns elementos de inspiração filosófica iluminista, especialmente o neoclassicismo, e sobretudo de inspiração filosófica do romantismo, a paisagem e arquitetura românticas. (SERRÃO, 1989; CAETANO, A., 2015). Constituindo assim, ao longo de todo este tempo, uma paisagem arquitetónica “bem visível no seu tecido histórico. Uma panóplia de estilos que foram fonte de revivalismos

[...]” (CAETANO, A., 2015, p. 66), sendo que através de alguns destes, não se vê somente “edifícios considerados como património arquitetónico [mas] também em edifícios de carácter comercial e habitacional” (Ibid., p. 69), podendo ser indicador, de que não somente a aristocracia estava dedicada a edificar através de estilos arquitetónicos.

Compete ressaltarmos, que os movimentos estilísticos descritos anteriormente, estiveram fortemente presentes em Sintra entre o período que vai do final do século XV até meados do XVIII, sem esgotamento para além deste lapso temporal, mas já em declínio ou em substituição, a exceção se faz ao neoclassicismo que esteve presente entre o final do século XVIII e o XIX (SERRÃO, 1989; CAETANO, A., 2015), e o romantismo, estilo arquitetónico mais destacado de Sintra, começando a surgir a partir do final do século XVIII, estendendo-se por todo século XIX. A “arquitetura Romântica foi a que mais se evidenciou em todo o Centro Histórico da Vila de Sintra” (CAETANO, A., 2015, p. 71), sendo o mais recorrido na expressão imagética sintrense, especialmente pós chancela da UNESCO e como sua forte justificativa, sobre o que nos debruçaremos no próximo capítulo. Vale observar que duas das obras mais recorridas para a imagética e consequentemente para uso da dimensão económica patrimonial sintrense, foram erigidas no final do século XVIII, nos moldes da arquitetura neoclássica: O Palácio de Queluz, e o Palácio de Seteais, sobre os quais abordaremos no seguinte capítulo.

Porém, neste intervalo de tempo (XVI-XVIII), Sintra vivenciou alguns momentos sentidos em todo território de Portugal, que fizeram a localidade sintrense oscilar entre agitações e calmarias, desde a ebulição poético-artística, decorrentes do renascentismo e oportunizada ao longo de todo este período pelos movimentos artísticos mencionados, tendo sua face mais expressiva na arquitetura, mas visto também na literatura e na pintura; passando por um período de palidez régia, em que o estado português esteve sob domínio de uma dinastia espanhola, entre 1580 e 1640, embora, ao menos durante o século XVI, segundo Serrão (1989), a vila seguiu como “palco renascentista dos saraus e dos torneios literários, das representações teatrais, das justas, pavanais e bailes mouriscos – que [...] se estendem e influenciam as próprias festividades municipais [...] [Refletindo] seu aprazível quadro social [...]” (p. 16).

Já nos “séculos XVII e XVIII, a vila não viveu momento de particular esplendor, embora recebesse visitas régias” (SERRÃO, 1989, p.59), foram “duríssimos anos de guerras de restauração (1641 -1668)” (Ibid., p.59), que mobilizou altos recursos da corte e toda sua atenção; tempos também de recorrentes e conturbativos surtos de “[...] epidemias no início

daquele século [XVIII] fustigaram o território [...]” (CAETANO, 2000, p. 116), e o grande “tremor de terra do Dia-de-Todos-os-Santos de 1755 [...], igualmente, nefasto, fez-se sentir em toda a região de modo particularmente violento, obrigando a grandioso esforço reconstrutivo.” (Ibid., p. 149), com saldo de grande número de óbitos. (CAETANO, 2000).

Tudo isso, até alcançar o período final do século XVIII, já início do XIX, em um momento que, em comparação aos imediatamente anteriores, pode se dizer de quietude, em que “a magia de Sintra, [...] seria redescoberta [...], quando se readquiriu os pergaminhos de outrora. O clima e o exotismo das suas paisagens garantiram-lhe destacado lugar no *Tour* pré-romântico [...]. Renovaram-se, pois, os apelos da mística serra. [...]” (CAETANO, M., 2005, p. 19), já em tempos de novo vigor filosófico.

Com isso, Sintra passaria por mais uma evolução no seu tecido urbano, ganhando

novo folgo vivencial. [...] época dos estrangeirados pré-românticos que elegeram a vila e seu termo como lugar preferencial para edificarem as suas mansões, [...]. O sucedido teve, como consequência directa, o chamamento de abundante mão-de-obra operaria e, depois, serviçal. Muitos desses trabalhadores fixaram residência na vila. [...] (CAETANO, 2000, p. 149)

Para além das questões que perturbaram Sintra, entre os séculos XVI e XVIII, o humanismo-renascentista parece não ter sido afetado como princípio. A ambiência artístico-filosófico, ia se constituído, paulatinamente através das dinâmicas socioculturais, com uma mudança de pensamento e da percepção sensorial daqueles que ali residem, mas ainda sem perder inteiramente de aspectos constituídos tanto no início desta ambiência, como alguns de anteriores, o que pareceu ser mais incisivo sobre os personagens da aristocracia, que de todo modo, ao menos naquela época, tendiam a ser os que tomavam contato mais rapidamente com as mudanças de ordenamento filosófico; neste caso, a concepção humanista-renascentista, que se manifestava em toda Europa.

Pelo modo como essa corrente filosófica se apresentou em Sintra, fica evidente que tomou de empréstimo todo o contexto em que a vila previamente se inseria, i.e., uma conjuntura própria, com aspectos que remontam à ambiências anteriores, sem necessariamente poder escapar ao *tópos* e de sua conhecida leitura clássica de *Locus sacer*, de qual, aliás, se valiam como referenciais filosóficos, neste referencial clássico romano, que vale lembrar, renovou os cultos imperiais, através dos cultos astrais, e que possivelmente atribuiu à divindade tópica do *mons lunae*, características de *genius loci*, que parece não ter sido usado somente no período humanista-renascentista da ambiência artístico-filosófica, mas

também no período romântico. Tudo isso, assim desse modo, estaria sendo entrelaçado e ao mesmo tempo se entrelaçando, por entre a ambiência artístico-filosófico do período humanista-renascentista, adensando, ainda que de forma inadvertida, para além do seu tempo, aquilo que julgamos como a aura sintrense, enxertando mais elementos, especialmente os materiais, mas também os subjetivos, como lendas e mitos criados nesta época, para construção da imagética de uma Sintra mística e mágica.

Maciel (2007), aborda estas questões, numa discussão que versa sobre o modo como se alterou a significação sobre o *tópos* de Sintra, nesta nova concepção filosófica de mundo, a partir do século XVI indo de modo semelhante até o XVIII, e como alguns personagens da história sintrense, demonstram ter conhecimento da forma como esse *tópos* fora entendido, em ambiências anteriores, por onde se percebe que parecem bem entender as mudanças que estavam praticando. Abordando ainda que toda essa forma de pensamento, humanista-renascentista, de algum modo, encontrou alguma relação com as novas concepções filosóficas, sabidamente o romantismo, a partir do século XIX, que por mais que seja adversa ao humanismo-renascentista, parece preservar alguma substância essencial sobre a forma de se pensar sobre Sintra, bem como, igualmente, se apropria de alguns elementos de ambiências anteriores, parte da justificativa de entendermos todo esse período como inseridos em uma única ambiência, pois, em que pese distintas nas concepções, parecem ter tido algumas aproximações sobre o entendimento por Sintra.

Tudo isso, só tende a reforçar nosso entendimento sobre a relação de continuidade de alguns aspectos das ambiências constituídas em Sintra. Até aqui, buscamos demonstrar que vem se constituindo ambiências em meio a resquícios, remanescências, apropriações, releituras, reinterpretações, enfim; uma gama de situações, que no fundo querem dizer que recebem e/ou colhem elementos de ambiências anteriores, para constituir uma posterior, e que nesse processo se adensa e consolida a “aura de Sintra”. Dito isto, vejamos como pensa Maciel (2007):

Com o Renascimento, quando se redescobrem os textos clássicos e se desenvolve o espírito humanista, o fantástico transforma-se literariamente em maravilhoso. Camões dá-nos a melhor visão, em *Os Lusíadas*, deste *locus amoenus* em que, na realidade, no seu tempo, se transforma a Serra de Sintra:

*E nas serras da Lua conhecidas
Sojuga a fria Sintra o duro braço,
Sintra, onde as Náiades escondidas
Nas fontes vão fugindo ao doce laço
Onde Amor as enreda brandamente*

Nas agoas acendendo fogo ardente.
Lus. III, 56.
 (MACIEL, 2007, p. 48)

O autor, assim, sugere que houve um processo, a partir do século XVI, em que Sintra passa a ser considerada racionalmente como um local de culto a quietude, bem servindo ao descanso (*Locus amoenus*¹³⁹), podendo então ser percebida como uma espécie de refúgio em oposição aos centros urbanos, isso, em função da mudança de pensamento que o homem europeu incorreu, no entendimento sobre si mesmo, quando do movimento humanista-renascentista. Sem, contudo, para isso, mais precisamente por isso, ter sido deixado de observar que aquele *tópos* já fora cultuado em tempos remotos, sobretudo na antiguidade clássica, como um lugar do sagrado (*locus sacer*), o que mesmo com a mudança de percepção do homem por uma atitude cética que envolve a negação de algum tipo de transcendentalidade que possa tentar por explicação ou conformação aos fenômenos, ainda se pode perceber pequenos resquícios desse entendimento no *tópos* sintrense. Tudo isso demonstrado por Maciel (2007):



Imagem 20: Entrada da “quinta da penha verde”, Sintra. Fonte: [http://www.comdestinos.com/fotos/latinas/Penha-verde/Quinta-da-p...](http://www.comdestinos.com/fotos/latinas/Penha-verde/Quinta-da-penha-verde-1.jpg)

As estadas da corte e da nobreza em Sintra dão-nos conta deste novo culto da Serra no séc. XVI. Um dos melhores exemplos é o de D. João de Castro, [...], que escolhe a Penha Verde¹⁴⁰ [ver imagem 20] para as suas horas de

¹³⁹ “O *locus amoenus* é uma expressão latina que designa “paisagem ideal” e está, em geral, presente na poesia lírica amorosa, mas com maior ocorrência na poesia bucólica. No latim, a palavra *amoenus* é derivada de amar, portanto, trata-se de um lugar amável, onde nossa alma é convidada a permanecer ou descansar. E, nos autores latinos, o conceito de *amoenus* e de *amoenitas* é introduzido quando se refere a uma descrição natural. O espaço natural (*locus amoenus*) tem uma origem certa no pensamento clássico. [...] o termo [...] percorre, ainda, o Maneirismo, o Barroco, o Renascimento, o Arcadismo, o Romantismo e continua até os nossos dias.” (REBELLO, 2014, p. 1-2).

Cf. a obra do filólogo alemão Ernst Robert Curtius (1886-1956), “Literatura Europeia e Idade Média Latina” (1996), em que no capítulo X, intitulado “A paisagem ideal”, se pode verificar uma profunda discussão sobre o entendimento do *tópos* do *locus amoenus* na idade média.

¹⁴⁰ A quinta da penha está inscrita dentro da primeira zona da UNESCO (Zona inscrita), e alguns a consideram como um dos mais misteriosos e simbólicos locais de Sintra. Foi “edificada como local onde a natureza se sobrepõe à arquitectura criando um espaço propício de lazer da vida campestre, tornando-se um exemplo de *locus amoenus*, a Quinta da Penha Verde tornou-se em meados do século XVII uma quinta de recreio, devido às transformações feitas na época, que tornaram a estrutura espacial descontínua.” Disponível em: <<<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70450>>> Acessado em 22.07.2016

lazer e pontua a sua paisagem com a já chamada topografia cristã, onde se destaca a ermida de Nossa Senhora do Monte, por ele mandada fazer para nela vir a ser sepultado, [tal qual alguma arquitetura funerária da ancestralidade?] [...] (Memórias Paroquiais, 11, 2257-67). [...] É igualmente de referir a decisão desta personagem, respeitada pelos seus descendentes, de transformar o espaço da Penha Verde em floresta, substituindo as árvores de fruto por outras silvestres, tudo confluindo para que se mantivesse perene a visão mítica da Serra e da sua envolvência, lugar de encontro de humanistas portugueses que aqui se dirigiam no séc. XVI, como que levados por um inconsciente colectivo potenciando contínuas recordações. (p. 48)

Do mesmo modo, o autor segue buscando evidenciar, que para além do século XVI, esse novo, talvez não tão novo, modo de se inter-relacionar em Sintra, segue, pelo menos até o século XVIII, no processo de estabelecimento daquilo que entendemos como ambiência artístico-filosófico, observando alguma continuidade proveniente de ambiências anteriores, que inevitavelmente serve à consolidação daquilo que chamamos de “Aura de Sintra”.

As Memórias Paroquiais de 1758 dizem-nos que no séc. XVIII ainda subsistiam na Penha Verde referenciais clássicos:

Antes de se entrar na ermida [...], se divisa hum Minotauro, o qual tem menos a cabeça. E mais par a diante está uma loba de pedra criando três meninos... (Azevedo, 1982: 161). E mais adiante referem ali um antigo jardim tendo no meyo huma Estatua de Neptuno, feita de jaspe, que lança água por varias partes (Idem: 162). E ainda: Tem três fontes que a enobrecem. A primeira he huma gruta primorosamente lavrada, assim de brutesco, e como de embrexado; nella se vê huma figura de Vénus nua, deitada em hua cama, [...] (Idem : 163). [...]

A mesma atenção aos ecos clássicos da Serra de Sintra manifestaram os Párocos de Santa Maria e de São Pedro de Penaferim, testemunhando que então permanecia bem viva na cultura local a importância deste espaço na Antiguidade:

A esta Serra, chamada vulgarmente Serra de Sintra, os mareantes lhe chamam Cabo da Rocha (sic) e os antigos, Promontório, ou Monte da Lua (Padre Francisco Antunes Monteiro, Idem:176).

He a Serra de Cintra tão particular q. creio ser das mais raras, q. há no mundo. [...] (Padre António de Souza Sexas, Idem: 168-169).

Algo que não pode ser também esquecido é uma estrela indiana que ainda hoje se pode ver na Penha Verde, dedicada ao Sol e à Lua, [...] num lugar que os humanistas bem sabiam estar intimamente ligado àquele antigo culto astral.

Já adentrando ao período mais manifesto da expressão do romantismo em Sintra, o século XIX, o autor pontua outros locais que se valem de ideia semelhante, afirmando que os personagens do pensamento romântico, em Sintra, parecem querer valer-se de toda uma carga cultural daquele *tópos*, para poder se expressar, o que fizeram de modo especial pela arquitetura e pelo paisagismo.

Noutros locais de Sintra podemos referir, até à época romântica, este pontuar dos espaços humanizados com bustos à romana, seres míticos marinhos em escultura ou em pintura, figuras alegóricas ou até arquitectura a imitar o clássico, exemplos que poderemos ainda hoje ver no Palácio de Seteais, na Quinta Mazzioti, no Palácio da Pena, na Quinta da Regaleira, etc. O romantismo busca também em Sintra esta carga cultural de continuidades [...] (p. 49)

Dito isso, cabe-nos discorrer sobre o período que entendemos que dá arremate à ambiência artístico-filosófico, respeitando nossa proposta inicial de análise por uma contextualização histórica, sem deixar de observar os últimos elementos materiais que adensam mais uma vez a “Aura de Sintra” e a formação e evolução sintrense.

2.1.4.3 Sintra entre os séculos XIX e XX: o *Locus amoenus* do excessivo romantismo fundado no *tópos* clássico.

O século XIX é marcado por mais uma importante mudança de pensamento filosófico, de onde decorre mais uma forma de expressão artística que adensa tanto a sua aura, quanto o cenário patrimonial sintrense. A concepção filosófica do romantismo, parece ter encontrado em Sintra um *tópos* no sentido clássico, por onde se reinicia, ressurge, ou como um ponto de partida, que do modo como entendemos é quase que sagrado, se não um *locus sacer*, um *locus ipsum*, para edificar seus protótipos de paisagismos e de arquiteturas românticas.

Sobre isso, vale observar, que “o romantismo define-se mais através de um novo olhar, de um novo entendimento do homem, na sua subjetividade, e da vontade de expressar essa subjetividade. Ser romântico é mais do que uma forma de ser, é muito mais uma maneira de sentir.” (BRÜSEKE, 2004, p. 30). Ora, sendo Sintra uma paisagem, de um imaginário cheio de história e lendas, de mitos e símbolos, misticismo e magia, de forte recorrência já naquela época, é evidente que o “espírito do romantismo”, do modo como vimos, parece ter, em Sintra, um lugar perfeito para “sentir” tudo o que sua “Aura” tem para fazer-lhes “sentir”. Afinal, o movimento romântico é impregnado de ideias “da nostalgia por um passado histórico irremediavelmente comprometido e pelo fascínio da natureza” (SERRÃO, 1989, p. 19), e para Serrão (1989), “vai encontrar em Sintra o sítio ideal para as divagações do espírito

e para os jogos de sensibilização característicos do seu ‘receituário’ estilístico, e também o terreno mágico em que os sonhos caprichosos [...] podiam ganhar corporalização [...]” (p. 19). Embora, saibamos que o romantismo negue qualquer recurso de alguma transcendentalidade (BRÜSEKE, 2004), tão tradicional e recursivo sobre o *Locus sacer* sintrense; constituído desde a ambiência ancestral, persistindo, em certa medida, até o século em questão.

Porém, em meio ao próprio pensamento do romantismo, surge “uma nova onda mística, reinterpretação da mística tradicional sob condições modernas. Assim, a experiência mística, que tem como seu cerne a união do Eu com a totalidade divina, é transferida para outros *campi*, principalmente para o *mundo da vida* desdivinizado.” (BRÜSEKE, 2004, p. 30), é o que aparentemente ocorreu numa conformidade da especialidade de Sintra, a partir do século XIX, com a chegada de personagens que, inspirados nesta forma de pensar, e dotados de uma postura de contemplação sobre os elementos da paisagem, nos fazendo refletir que, mesmo observado que no romantismo a “mística é sem Deus”, de todo modo, o misticismo, componente da “aura de Sintra”, mais uma vez se adensa.

O romantismo em Sintra, é um período que consideramos fazer parte da ambiência artístico-filosófica, em que, segundo Serrão (1989), “o êxtase da contemplação se consubstanciou em intervenções avantajadas, erecção de palácios e quintas, plantação de parques e restauro de monumentos antigos” (p. 19), é um tempo em que a vila já está com sua morfologia consolidada, já sem espaços para maiores expansões, “entalada entre a abrupta encosta do Castelo altaneiro e as profundezas do vale do Arraçario -, o espaço esgotou-se no devir histórico e ditou o eu alargamento para fora do perímetro tradicional”, (CAETANO, M., 2005, p. 20), sendo necessário, já próximo do final do século XIX, a construção de um novo bairro: a “Moderna Estefânia”,

com as ruas largas e a pinturesca estação que recebia, uma após outra, as possantes máquinas a vapor, depressa se transformou num pólo burguês e progressista, contrastando com a silenciosa pacatez do antigo burgo que, aos poucos, foi ganhando foros de *Vila Velha*.

Talvez, também por isso, os personagens mais destacados do romantismo em Sintra, edificaram, com preferência, seus projetos paisagísticos arquitetônicos nos cumes e nas encostas da serra, porém, no caso dessa hipótese ser válida, fruíram de maneira intensa de todos os elementos e simbologias que por aquela topografia se consolidou. Para isso, basta ver as múltiplas “descrições arrebatadas dos poetas e escritores românticos veraneantes em Sintra, entre ingleses, alemães, franceses, italianos, espanhóis e, também, portugueses, com natural

realce para os textos de William Beckford e para as passagens de Lord Byron (1788 - 1824)” (SERRÃO, 1989, p. 19), um dos personagens mais importantes da expressão artístico-filosófica do romantismo em toda Europa, “que ajudou a difundir o Centro Histórico [...], relatando a sua experiência [com Sintra] no seu caderno” (CAETANO, A., 2015, p. 74), com descrições como esta:

Eis que em vários labirintos de montes e vales surge o glorioso Eden de Sintra. Ai de mim! Que pena ou que pincel logrará jamais dizer a metade sequer das belezas destas vistas (...) até ao momento temos seguido a nossa rota, e visto todo o tipo de panorâmicas maravilhosas, palácios, conventos, entre outros, o que estando para ser contado na próxima obra, *Book of Travels*, do meu amigo Hobhouse, eu não anteciparei transmitindo-lhe qualquer relato de uma maneira privada e clandestina. Devo apenas observar que a Vila de Cintra, na Estremadura, é talvez a mais bela do mundo. (Lord Byron, 1850, apud CAETANO, A., 2015, p. 74)

O mais reconhecido dos personagens do romantismo em Sintra, é “D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha (1816 – 1885), um príncipe de origem austro-húngara que se estabelecera em Portugal, [decidindo] adquirir, de um particular, as ruínas de um convento” (SERRÃO, 1989, p. 67), lugar onde iniciou a construção do Palácio da Pena (ver imagem 21), uma das estruturas mais recursivas na construção da imagética sintrense, sobre o qual é recorrente as referências de narrativas lendárias.

Para além desta arquitetura, são testemunhos dessa expressão artístico-filosófica, e ainda dos revivalismos que o romantismo também produzia; o Palácio e o Parque de Monserrate, a Quinta da Regaleira, o Paços do Conselho, além de várias quintas e os chalés que são “muito presentes no Centro Histórico”



Imagem 21: “Palácio da Pena”, um dos elementos arquitetônicos de maior destaque, inscrito no perímetro da Paisagem Cultural de Sintra. Fonte: CM-Sintra Autor: Desconhecido.

(CAETANO, A., 2015, p. 73). Na sua grande maioria, especialmente o Palácio da Pena, constituindo-se como parte do cenário material do patrimônio mundial de Sintra. Algo que importante dizer, é que a vegetação da Serra de Sintra, também foi paulatinamente alterada, no período do romantismo em Sintra. Datando “do século XIX as alterações mais profundas

no coberto vegetal. Ao mesmo tempo que se desenhavam em Sintra parques e jardins associando espécies exóticas, surgia a ideia de uma reflorestação extensiva, por iniciativa de Dom Fernando II.” (SIMÕES, 1999, p. 21)

Ao que temos notado, o discurso sobre Sintra, sobretudo do seu *tópos*, ao menos até aquela época, proveniente de continuidades, transportado por “fios condutores”, perpassando por distintas ambiências, chegou ao período do romantismo com um potencial único, para junto com a estética filosófica romântica, produzir testemunhos arquitetônicos, do modo como se diz, pioneiros, sendo parte da ambiência artístico-filosófica, que como já dissemos adensam a “Aura de Sintra”, tendo como seu maior produto e ao mesmo tempo sendo de tudo isso efeito, o Palácio da Pena, sem deixar de lembrar de outros testemunhos arquitetônicos e toda uma constituição romântica que se teve em Sintra.

Entendimento que parece ter relação no modo como reflete o historiador da arte e especialista em Sintra, Jorge Muchagato (1996), ao afirmar que “a originalidade do discurso estético desta arquitectura romântica – e do seu simbolismo – não sobreviveria em outro lugar” (p. 65). Isso,

Pensando nas interpretações de Husserl sobre a consciência fenomenológica do tempo, e daí entendendo a arquitetura como um objeto temporal que pressupõe uma determinada temporalidade (e, acrescentamos, uma narratividade: a arquitetura, em Sintra, é também um meio de representação e de transmissão de memórias, começando logo pelo Paço da Vila que sucessivamente reintegra, desde cedo, os signos de raiz mourisca, se pensarmos em memórias autóctones; e gótica ou indiana se mencionarmos memórias estrangeiras), compreende-se que a arquitectura represente, neste lugar, um valor integrado, sobretudo na paisagem. (Ibid.)

Desse modo, Sintra percorreu durante todo o século XIX, constituindo-se num claro refúgio de paz e contemplação para muitos, bom frisar que não temos percebido que esse clima era apartado da vida cotidiana do homem comum vivente em Sintra, embora tenhamos consciência de que a aristocracia e a nobreza aparentemente gozavam de melhores meios para usufruir da aura sintrense. Especialmente porque lá, podiam ficar “bem longe das intrigas políticas, e do efeito das guerras civis” (SERRÃO, 1989, p. 20).

Esta paisagem, que de *Locus Sacer*, parece reconfigurar-se em *Locus amoenus*, sempre pautado num, ainda mais manifesto, *tópos* sintrense, sai do século XIX, e entra pelo XX, já sem se notar o vigor do romantismo, mas que de certa forma, sendo mais um elemento que se adensou na “aura de Sintra”, faz parte, agora já amalgamado, de toda uma paisagem, que não é só a visível, mas também a invisível, que, independentemente de poder ser

percebida/sentida pela visão ou somente pelos estímulos sensoriais, parece ter inspirado fortemente os homens daquele século, agora já tomados de um espírito nacionalista, como é o caso de Raúl Francisco Tojal (1900- 1969), Fernando Silva (1914-1983) e de seu "exponente máximo em Sintra, Raul Lino (1879-1974)" (CAETANO, A., 2015, p. 84), entre outros.

O século XX em Sintra, é de novo vigor populacional e urbano, especialmente pelo espessamento da região da Estefânia, onde se edificou palacetes e pelos pequenos prédios para moradia, de arquitetura singela, mas harmoniosa (CAETANO, M., 2005), bem como, já por volta de 1940, "se começou a delinear um outro núcleo urbano, o da Portela, que se espalhou ao longo da via-férrea e, inicialmente, constituiu o dormitório de Sintra, com as suas vivendas e prédios de três ou quatro andares, mas onde, hoje, se localizam alguns dos mais importantes serviços públicos," (Ibid., p.21).

A malha urbana crescia para as margens, e assim, a atual vila velha, ia se fixando cada vez mais estaticamente, com uma morfologia mais próxima daquilo que pode ser visto atualmente, com alguns palacetes sendo erguidos ou reformados nos arredores próximos da vila sintrense, tal como o Palacete da Regaleira, um dos mais emblemáticos; que entendemos constituir a aura sintrense, construído "entre 1904 e 1911, [...], tendo [...] ainda o cenário fantasioso do seu parque, com os seus pavilhões, lagos, grutas e poços iniciáticos, ombreados de generosa e exótica floresta." (CAETANO, M., 2005, p. 20), arquiteturas que já tecemos alguns comentários. Embora, já praticamente no final do século XIX o centro da vila estivesse em repouso, no que tange ao acréscimo de edificações, há ainda, no início do século XX, um último estilo arquitetônico a se mostrar, com especial vigor no que conhecemos hoje como Vila Velha de Sintra, especialmente nas residências mais abastadas da época. (CAETANO, A., 2015).

O que se viu, nessa época, foi uma "profícua intervenção arquitectónica [...], [com] uma série de construções de cariz revivalista da autoria de Raul Lino, [...]" (Ibid., p. 21), que tinha aproximação filosófica com o romantismo, em projetos que integravam a natureza com a construção, tal qual já vimos aqui que ocorreu em diversos momentos da biografia sintrense. Segundo a filósofa, pesquisadora de Raul Lino, Irene Ribeiro (2006), o arquiteto "encontrou [em Sintra] [...], o objeto paisagístico mais idealizado, que mais fortemente o sensibilizou e que mais o terá influenciado no seu imaginário urbanístico e, sobretudo, arquitectónico." (p. 4-5), tomando-a, talvez como um *tópos*, no qual se teria um *genius loci*, apropriado às suas realizações, tanto de maneira funcional, como simbólica. (RIBEIRO, 2006), que pode ser apreendido na forma como a define, com todo um envolvimento de magia e misticismo, num

momento em que a “aura de Sintra” já estava bastante bem firmada, mas que sem dúvida serviu para, pelas palavras e através de suas estruturas arquitetônicas, adensar ainda mais tal aura. Vejamos:

[...] Sintra pertence àquela classe de valores míticos de primeira grandeza do nosso firmamento espiritual, cujo culto é fervorosamente exercido por uma pequeníssima confraria de apaixonados. (...) Sintra é em tudo excepcional – no clima, na paisagem, na História, nos monumentos. Portanto, a ambiência daquelas serras e daqueles vales é muito particular; a luz ali é doce, cor de cidra, cintilante de suaves gorgeios de claridade, desde que o Sol se levanta até ao desmaiar das ave-marias; a finura da sua atmosfera, nascida – como Afrodite – das ondas do mar, cõa-se pelos bosques de ericácias e sai perfumada com aromas do mato que floresce nas encostas, sabe a murteiros e ao medronho capitoso. E os frequentes nevoeiros, tão caluniados e detestados, são como dobras de renda branca a roçar pelo colo dos montes, a enredar-se nas fidalgas cameleiras de jardins decadentes (RAUL LINO, 1952, apud RIBEIRO, 2006, p. 5)

Todo esse entendimento que tem por Sintra, “de uma aura de maravilhoso encantamento e de mistério” (RIBEIRO, 2006, p. 5), pelo que se infere do próprio arquiteto, só pode ser plenamente percebida, em uma relação um pouco mais duradoura e atenta, possivelmente contemplativa, e por um tipo específico de pessoa, talvez melhor dizendo, tomada de um estado de espírito explícito, especialmente a fim de contempla-la:

Pessoas dotadas de sensibilidade para as coisas do espírito e da Arte nunca poderão aproximar-se de Sintra, da verdadeira Sintra, sem experimentarem a profunda melancolia que se desprende desta região peregrina, destas paragens tantas vezes decantadas e enaltecidas (...) Não há perigo que o visitante indiferente desvende os mistérios da serra, ou perceba o que os monumentos têm que nos contar; não se arrisca o viandante desinteressado a que lhe apareça o espectro do filósofo-herói D. João de Castro para lhe fazer as honras da Penha-Verde, ou a sombra de um Beckford gentil convidando-o a cavalgar pela noite fora até à Peninha distante. Sintra, a divorciada, só aos iniciados, aos amigos dilectos, se revela, e quem não souber apreciar o seu romântico encanto, mais vale que desista de a querer compreender! (...) E aqui está por que dizíamos ser qualquer tentativa de nos aproximarmos da verdadeira Sintra motivo de melancólicas considerações; a melancolia significa para o espírito o que para o coração é a saudade. E não admira que dela nos sintamos invadidos neste extraordinário recanto do país, onde em meio da natureza magnificente a todo o momento topamos reminiscências de um passado de rico interesse que acabou por se converter na própria alma da paisagem. (RAUL LINO, 1948, apud RIBEIRO, 2006, p. 5)

Assim, a obra de Raul Lino, em Sintra, assentou-se em diversas campanhas de reformas e construções, de início próximo de um momento onde começava a se ter, segundo Serrão (1989), uma “consciência da unidade patrimonial de Sintra, particularmente maturizada e esclarecida com o novo espírito democrático nascido com o 25 de abril” (p. 21).

Esta época foi também o marco de “despedida do fausto cortesão [...] em plena revolução republicana, quando em vésperas de embarcar para Inglaterra, o rei deposto e sua mãe – [...] -, pernoitaram em sobressalto na empinada Pena. Depois, a Câmara republicana tratou de *democratizar a Vila Velha*“ (CAETANO, M., 2005, p. 21, grifo do autor), passando para a administração do Estado Português toda a arquitetura áulica que a antiga monarquia edificou e usou em Sintra.

Pelo que observamos dos nossos referencias, o início da república, “o aprofundamento da investigação histórica” (SERRÃO, 1989, p. 20) [...] e “a investigação arqueológica [...] visando estações pré-históricas romanas e medievais, com subsequente classificação do historial sintrense desde as suas origens mais remotas” (Ibid., p. 21), foram os fatores mais preponderantes, para que se constituísse, o então Plano de Étienne de Gröer, que na “década de quarenta do século XX foi projetado com o intuito de defender a Vila de Sintra e os seus arredores de previsíveis agressões urbanísticas, contribuindo para que Sintra parecesse inalterável até aos nossos dias.” (CAETANO, A., 2015, p. 77). Assunto que retomaremos no capítulo que se iniciará.

Portanto, de tudo dito, é este o momento em que entendemos que esmaecesse, conjunturalmente, a atividade artístico-filosófica sobre Sintra, especialmente porque a monarquia colapsou, surge um embrionário sistema de proteção do património de Sintra, bem como o esgotamento do espaço físico para algum crescimento da vila de Sintra e seus arredores, que não permitiram mais grandes alterações do seu tecido; tudo isso, contribui, pelo nosso modo de pensar, para que se encerrasse a ambiência que denominamos artístico-filosófica, ao passo que a “Aura de Sintra” já estava, por ora, consolidada, de um modo muito próximo ao que temos hoje. Assim, pós 1972, data da convenção da UNESCO, Sintra, pelo que vimos, reunia os elementos para uma chancela do património mundial, faltando apenas as adequações das condições, que foram conseguidas em 1995. Análise que nos debruçaremos já em seguida.

Chegamos ao final deste capítulo acreditando que cumprimos com o propósito que assumimos inicialmente, de contextualizar o trajeto de surgimento e formação de Sintra, em diversos aspectos, desde sua morfologia que depois veio a ser urbana, passando pelo modo como se relacionaram alguns grupos sociais em dado momento naquele espaço, até seus aspectos mais subjetivos: o misticismo, a magia, o sagrado, as lendas e os mitos, estando tudo isto inter-relacionado em meio daquilo que classificamos de ambiência, precisamente em três delas, que, do modo como analisamos, amalgamaram-se e constituíram o que denominas de

“aura de Sintra”, que tudo convergiu, numa multiplicidade de comportamentos socioculturais, de modo mais bem visível, para o processo de patrimonialização mundial pela UNESCO.

Por tudo que vimos, parece que o discurso de Sintra tecido ao longo de idos tempos, de algum modo, tange as dinâmicas socioculturais daqueles que ali mantêm uma relação um pouco mais duradoura no tempo. O *tópos* sintrense, do modo como vimos, de forma linear, relacionou-se com as consciências das pessoas, em dadas ambiências, de um modo tal que a cada nova ambiência, e ao longo de diversos períodos, possibilitou, cada uma a seu modo, a constituição de uma atmosfera que recai por continuidades sobre Sintra, naquilo que denominamos de “aura de Sintra”, e em cada um desses momentos adensou ainda mais um pouco essa aura, tendo em todos estes momentos, ao menos o *tópos* de Sintra como o ponto fixo, mas que de resto, recebia um pouco de seiva de uma ambiência ou período anterior, para formar a sua própria relação neste *tópos*, que em algum momento esteve configurado como um *locus sacer*, de divindades tópicas, na ambiência ancestral, já no momento dos impérios esteve se reconfigurando, mas ainda guardando uma forte carga de simbolismo ligado ao sagrado, chegando a ambiência artístico-filosófica já como um *locus amoenus*, lugar de descanso e de paz, sem, contudo, deixar de se ter o entendimento de um *genius loci*, como entendia Raul Lino, ou seja, via-se ainda um tal espírito daquele lugar, tal qual os arqueólogos dizem que se podia observar também na ambiência ancestral de Sintra, pelas divindades tópicas, dos primitivos grupos que constituíram essa ambiência. Em todas essas ambiências o que parece que não se alterou, é mesmo o sentido do *tópos* clássico, onde se tem um local de ponto de partida ou de retorno, de onde se pode recommençar para se reconhecer e se entender, uma espécie de *Locus ipsum*, do modo como nos referimos anteriormente.

Tendo Sintra essa aura, constituída desse modo, talvez seja possível pensar que ali reúnem-se as características para auxiliar naquilo que Byung-Chul Han (2010) diz ser necessário para a correção de uma sociedade do cansaço, onde a anulação da diferença, da contemplação e a visão cansada, que disso surge, colocam o homem numa lógica de excesso de positividade, da qual a lógica do consumo cultural faz parte, que do modo como entendemos é ainda mais potencializada pelos dividendos provenientes da “corrida ao status de patrimônio mundial” (Peixoto, 2010), que as cidades hoje se empenham, sendo mais um processo que leva as pessoas a permanecerem na positividade de um cansaço alienante de que alerta Han (2010), ou seja, especificamente sobre Sintra, um local (*tópos*) que potencialmente parece reunir condições para a prática daquilo que Han chama de “Cansaço revigorante”, “um cansaço da potência negativa, ou seja, do não-fazer” (Ibid., p. 55), que nos faz ressurgir, e nos

põe de volta à contemplação serena do mundo, é um local como muito dos patrimônios mundial, que se insere numa lógica, que os fazem ser consumidos de um modo a fazer fluir positivamente a “sociedade do cansaço” (Han, 2010).

Sem ainda observar, que numa das principais premissas que a UNESCO quer atingir com os processos de patrimonialização mundial, de uma promoção da paz, por uma comunidade humana, em que o reconhecimento das diferenças culturais, tende a evitar os conflitos, parece-nos que eliminando a alteridade e homogeneizando todo e qualquer patrimônio cultural como de um único valor, ou seja, um valor universal, a lógica do consumo cultural empreendida nesses patrimônios, parece torná-los, de certo modo, homogêneos, na medida em que todos são consumidos de modo semelhante, sem se ater verdadeiramente as diferenças culturais de que supostamente representariam, sobre o que discutiremos no capítulo seguinte.

Quando nos referimos no título do tópico inicial a “uma biografia de Sintra: a jusante ao patrimônio mundial”, adotamos o termo biografia para proceder a contextualização histórica de Sintra, porque, de algum modo, pensamos que tal qual um corpo biológico que ao longo de sua vida, percorre um trajeto de um sem números de acontecimentos, no qual se inter-relaciona com diversa amplitude e intensidade, através de variadas cargas simbólicas e de continuidades, que são percebidas por meios sensoriais, e que quando se quer contar esse percurso chamamos de biografia; Sintra, na verdade várias cidades, que têm uma “vida” como ela tem, por todo o percurso que constituiu, de sua fundação, formação e evolução, constituindo cargas simbólicas, ambiências, em processos de continuidade, amplitude e intensidade diversas, que para serem percebidas é necessário aos seus interlocutores que se recorra aos meios sensoriais, nos parece que podemos, tratar tal contextualização como uma biografia de Sintra.

Já sobre um movimento de sentido jusante, iniciado no alto do monte (*Mons Lunae*), que chegaria até a vila de Sintra patrimônio mundial. Procurávamos, assim, representar que este percurso, tal qual o das águas ditas renovadoras e curadoras, que dali brotam, numa observação de tudo que vimos até aqui no decorrer de todas as ambiências analisadas, parece ter trazido, paulatinamente, o homem em meio aos grupos que ali se estabeleceram, por uma inter-relação que chamamos de ambiência, para um sentido racional da experiência com Sintra, que culmina no século XIX e XX, onde a relação com Sintra, mesmo racional, como se apresenta de modo bem representativo no romantismo, não deixa de poder ser visto algum aspecto de sagrado, se não sagrado no sentido de ligação com o divino, ao menos no sentido

de algo que é fundamental, para si, que daquilo depende a existência, ou pelo menos sua conformação enquanto ser. É como os românticos, quando edificam suas quintas e palácios nas encostas e cumes da serra, num movimento quiçá involuntário, ou não, na busca de algum retorno, ou num mero revivalismo de espaço, e até mesmo os naturalistas nacionalistas, como Raul Lino, nos permitem entender, o modo como se relacionam e percebem Sintra, já neste último fluir, atribuindo a Sintra características de *Locus amoenus* pela visão romântica, e na percepção de Raul Lino, atribuindo àquele lugar um *Genius loci*.

Não é demais lembrar, como exercício de fixação final, todo esse percurso, que vem dos homens primitivos, cultuando divindades tópicas e astrolátricas, passando pelos impérios, que introduziram em seus cultos imperais elementos dos cultos astrais, chegando a idade média e a era moderna, onde as dinâmicas socioculturais de Sintra são respeitadas, especialmente as que se ligam ao sagrado, místico e/ou mágico, mesmo em um período de forte agitação bélica, pela posse daquele território, e posteriormente sendo ambiente profícuo da vilegiatura real e para toda uma sorte de expressões artístico-filosóficas, desaguando no romantismo, no século XIX, seguido do momento já nostálgico do século XX, sendo estes, os últimos momentos deste fluir, até aqui biográfico da vila de Sintra, antes da chancela que a vincula como patrimônio mundial. Sobre o qual, seu processo de candidatura, modos de empreendimento, apropriação e promoção pelos agentes que se ligam ao consumo cultural, serão discutidos no capítulo que se inicia a partir daqui.

CAPÍTULO III

SOB O SIGNO DA “AURA DE SINTRA”: DE UMA U-TOPIA ROMANTICA À “ATOPIA CONSUMÍVEL DO PATRIMONIO MUNDIAL”

No capítulo anterior, buscamos apreender e compreender a conformação e extensão das inter-relações do imaginário e do simbolismo que, em grande medida, configuraram o “*lugar* Sintra”¹⁴¹, que, de certo modo, também são os componentes que tiveram e têm repercussões em esfera global. Para isso, contextualizamos historicamente seu surgimento e formação, perpassando por uma extensa linha temporal de entendimentos desenvolvidos sobre aquele sítio, em intervalos cronológicos que classificamos de “ambiências”, constituídas em uma espacialidade peculiar que, pelo que temos compreendido, foi sendo entendida, repetidas vezes, como um *tópos*, num certo sentido aristotélico de “lugar essencial”, “ponto-de-partida”, através do qual, de algum modo, se pensava poder alcançar a compreensão e conhecimento da realidade; assumindo múltiplas facetas, de acordo com o modo mental da vida social de cada época, desde místicas e sacro-religiosas, até filosóficas, ou em versões mescladas destas.

¹⁴¹ Quando nos referimos ao “*lugar* Sintra”, queremos tratar enfaticamente e de forma particularizada da delimitação geográfica da vila e da serra de Sintra, que corresponde muito proximamente a toda a área definida como “Paisagem Cultural”, a espacialidade onde se encontra a maior parte dos elementos e aspectos envolvidos na carga de misticismo, magia e romantismo, que permeiam o imaginário e o simbolismo sintense; por certo, a região do concelho de Sintra, onde a quase totalidade das questões discutidas no capítulo anterior se desdobraram. Para além disto, temos no uso do vocábulo *lugar*, de forma destacada, a intenção de referir-nos à uma certa espacialidade, em que as suas fortes singularidades, de um modo relacional e reflexivo com o cotidiano dos indivíduos daquela local, podem resultar num espaço de forte simbolismo, atribuindo-lhe um certo sentido de pertencimento. Leite (2007), aponta claramente na direção desse entendimento sobre a noção de *lugar*, quando assevera que “podemos entender os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente” (p. 35). Portanto, estamos referindo o *lugar* Sintra, como uma certa espacialidade, na verdade a vila e a serra, na qual, ao longo de uma dada duração de tempo, constituíram-se relações e dinâmicas socioculturais próprias e singulares daquele local, que assim, engendraram sentimentos de pertencimento compartilhado por um grupo social numa experiência relativamente duradoura, que intergeracionalmente receberam, no percurso da história, fios condutores de um tecido entremeadado desde os seus primeiros grupos de habitantes (RIBEIRO, 1995-2007); que de modo reflexivo qualifica o *lugar* mas também os indivíduos numa relação mútua. Esse é um processual relacional entre os indivíduos e o *lugar*, num nexa constitutivo que, de todo modo, nos parece conformar “alteridades”, distinguindo, através de simbologias, significados e outras representações singulares próprias, um dado espaço de um “*eu*” como um *lugar*, e um outro dado espaço, de mesmo nexa esquemático, como uma espécie de *lugar* do *outro*, reflexão que discutiremos em momento propício.

Assim, identificamos e analisamos elementos e aspectos deste *lugar*, sobre os quais entendemos que contribuíram para a constituição de um corpo de percepções simbólicas, sobretudo místicas e mágicas, que, numa longa e estável continuidade¹⁴², foram frequentemente apelados, de diversas formas, nas dinâmicas socioculturais dos diversos povos e culturas que ali habitaram, num intrincado processo que, em muitos momentos, dispôs sobre a topografia de Sintra num certo sentido tópico. Isso, nos faz pensar numa “singularidade do *lugar* Sintra”, que sob o signo de uma “aura de Sintra”, difundiu-se, ao longo do tempo, para além de suas fronteiras, sobretudo a partir do século XIX, com considerável e variada literatura romântica que tratava de forma mística e mágica os aspectos e elementos da singular topografia de Sintra. Num todo processual que abordaremos adiante, mas que já podemos pensar demarcar sobre o *lugar* Sintra uma certa singularidade, por uma convergência cultural com a natureza da região de um modo bastante específico.

O esforço de apreensão histórica para compreensão dos elementos e aspectos que, de algum modo, delineiam o simbolismo e o imaginário de misticismo, magia e romantismo em Sintra, não teve fim em si mesmo. Através das abordagens analíticas empreendidas até aqui, pudemos imergir nos diversos cenários contextuais (Ambiências) que, de algum modo, comunicaram-se dando forma e conteúdo ao que nominamos de “Aura de Sintra”; e, assim, tivemos a compreensão da composição do cenário cultural de Sintra, em seus aspectos materiais e imateriais, ao menos até o final do século XX, compreendendo a relação de bens culturais, definidos em meio as dinâmicas socioculturais do *lugar*, com o delineamento do simbolismo e imaginário de misticismo e magia que incidiam sobre a serra e a vila de Sintra, até aquele momento.

Dessa maneira, pensando em nossa problemática de pesquisa, nos propomos a analisar o modo como um conjunto de ações e dinâmicas, de caráter patrimonial, se desenvolveu em Sintra a partir do século XIX; associado, de certo modo, aos elementos e aspectos que se adensaram em meio a trama do tecido social de Sintra, atravessados de longa data naquela

¹⁴² É conhecida esta inter-relação que têm determinados espaços com continuidades de certas práticas e dinâmicas sociais, que tendem a manter e perpetuar ao longo do tempo certas crenças e tradições. Como salienta Leite (2007), “a noção de continuidade no tempo e espaço está normalmente associada a certas práticas pré-modernas, nas quais as relações sociais ocorreriam de modo localizado. A relação entre tradição e localidade dá-se, desse modo, pela permanência temporal e espacial das relações sociais.” (p. 37). Característica que, todo o trabalho que desenvolvemos no capítulo anterior, apontou ser de longuíssima data no caso de Sintra, que para Ribeiro (1995-2007) é fruto de “uma teia de fios condutores que não se quebram, antes se acrescentam e fortificam de forma progressiva e ininterrupta, avolumando e complexificando cada vez mais essa herança cultural e proporcionando a fusão num todo aparentemente homogêneo das mais diversificadas tradições e influências, [que] no decorrer do respectivo percurso histórico, constrói o seu particular conglomerado, à superfície do qual afloram, consoante a época e os contextos, esta ou aquela específica realidade, mas tudo conservando – mais, ou menos, profundamente – na sua massa interior; ou, dito de outro modo, no ‘subconsciente colectivo’ – fruto de um constante processo inter-geracional em que transmissão e transformação caminham par a par” (p. 617-618).

espacialidade, naquilo que denominamos de “Aura de Sintra”, desdobrando importantes repercussões no cenário cultural e nas dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra à época. Que pelas características apresentadas, observando-se pelo viés analítico que estamos propondo, revelou-se como um contexto de importante contributo para ressonâncias mais alargadas; para além daquele tempo e daquela espacialidade.

Dito isto, evidenciaremos o trabalho analítico que desenvolvemos neste último capítulo, quando nos inclinamos sobre um encadeamento de operações de carácter patrimonial, ocorridas e/ou repercutidas diretamente em Sintra, e iniciadas a partir do século XIX, adentrando pelo XX e chegando até nossos dias; operando-se por distintos mecanismos e concepções patrimoniais, que, pelas suas características, é possível de se pensar terem sido, de alguma maneira, atingidas reflexivamente pelo conjunto de elementos e aspectos, resultantes da convergência das dinâmicas socioculturais do homem com os elementos da natureza particulares daquela região, contíguo aos modos mentais de suas épocas. E que assim, direta e/ou indiretamente, isoladas ou como um conjunto de ações e intervenções patrimoniais, também originaram consecutivas repercussões sobre as dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra, as quais podemos tomar contato hodiernamente, tanto na dimensão material pelos elementos físicos de sua cultura, como também na dimensão imaterial, estabelecidas no cotidiano da vida social.

Na observação do conjunto dessas operações, dois períodos se destacam e implicam uma análise aprofundada, ressaltando que algumas operações de menor impacto e à nossa pesquisa serão abordadas no âmbito das análises destacadas. O primeiro, desenvolveu-se gradualmente ao longo do século XIX. O outro, ocorreu no final do século XX, numa breve sequência de esforços, observadas nas últimas duas décadas. Pelas características observadas em ambas, de uma tentativa de atribuição de algum tipo de consciência patrimonial, por meio de algum item ou aspecto cultural, podemos entendê-las como “processos de patrimonialização”. Estes processos foram pensados e operados com fundamentações filosóficas distintas; do que, consequentemente, derivam finalidades também dispares. Portanto, buscamos compreendê-los observando os modos mentais da vida social de cada época. Em dois séculos de intensas transformações e consolidações nas estruturas socioculturais.

Numa visão geral do modo como lançamo-nos à análise neste capítulo, temos que no primeiro tópico, discorreremos analiticamente pelo processo de patrimonialização desenvolvido no contexto do século XIX, num conjunto de operações de carácter patrimonial, na paisagem sintrense, que pelas características que assumiu, devido as aplicações por uma reflexão filosófica

do movimento romântico, engendrado a outros postulados da época, denominamos, analiticamente, de “Romantificação de Sintra”, pelo que se nota, que o cenário sintrense, mais uma vez, a exemplo do que já discutimos no capítulo anterior, fora tomado como uma espécie de *tópos*, no sentido mais filosófico do termo; neste caso, da filosofia romântica.

Numa tal percepção que envolve toda carga de simbolismo e alguns dos elementos que sustentam esta carga, previa e longamente observados no *lugar* Sintra, bem como o cenário de natureza da região. Tudo isso foi determinante para que um grupo de personagens da cena romântica portuguesa, debruçasse-se sobre aquela espacialidade, gravando ali, uma outra característica que viria a ser bastante própria do cenário patrimonial sintrense, mas também do imaginário e simbolismo que incidem e permeiam as dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra, associando-se ao misticismo e a magia, o romantismo, que da forma como analisamos, constitui-se num importante aspecto que caracteriza uma certa singularidade de caráter sociocultural, que num exercício de estranhamento à alteridade¹⁴³, podem demarcar diferenças culturais. Num processo cujos os desdobramentos, de tão diversos, ainda estão passíveis de análises, como o que buscamos fazer aqui.

No segundo tópico, nos detivemos à análise de um processo ocorrido já no contexto das políticas patrimoniais e lógicas de consumo contemporâneas, que no final do século XX, forjaram sobre Sintra o *status* de “Patrimônio Mundial – Paisagem Cultural da UNESCO”, sob uma ótica que também não pode deixar de ser compreendida como reflexo do modo mental da vida social desta época, bastante demudado, se usarmos como comparação o período em que ocorre o romantismo em Portugal. Contudo, para este processo, os efeitos materiais e imateriais resultantes da “Romantificação de Sintra”, associados com os elementos e aspectos de “ambiências” anteriores, foram acionados de forma decisiva à sustentação da chancela da UNESCO.

O trabalho, ainda neste tópico, segue analisando que, por esta chancela, a de mais elevada estatura patrimonial, o *lugar* Sintra, ou, como institui a UNESCO, a “paisagem cultural de Sintra”, face as suas características singulares dos seus aspectos e elementos, bem como de diversidade cultural, requisitos indispensáveis à rubrica de patrimônio mundial, passa a ter a irrevogável tarefa de auxiliar nos propósitos humanitários da ONU/UNESCO, tomados a partir

¹⁴³ Embora o conceito de alteridade comporte diversas nuances e interpretações conceituais, em campos distintos das ciências humanas, como já discutimos no capítulo 1, nossa abordagem analítico-teórica assentasse num entendimento de que a noção de alteridade mais apropriada para nossa investigação, recai sobre o entendimento de Lévinas sobre uma “ética da alteridade”, que entendemos estar, em boa medida, nos princípios e fundamentos da UNESCO, em especial, na constituição de um item cultural de determinado povo, como um patrimônio mundial; que deva conter interesse e valor excepcional cultural para a humanidade.

de fundamentos que versam no sentido do estabelecimento de uma cultura de paz entre os diferentes povos, pela reconhecimento e tolerância à cultura do outro.

No seguimento, abordamos que, paralelo a essa “missão”, mas muito em função dela, diversos componentes representativos da singularidade e da diversidade do *lugar* Sintra, de certo o próprio todo *lugar*, têm sido alvo de intensas atividades mercantis voltadas ao turismo. Estas atividades, estão circunscritas numa lógica de consumo verificada no íntimo da sociedade contemporânea (BAUDRILLARD, 1995; BAUMAN, 2001; FEATHERSTONE, 1995; LIPOVETSKY, 1989). O “consumo cultural” (CANCLINI, 1986), é um dos muitos modos, que esta sociedade pode manifestar-se sob esta lógica.

Em Sintra, a oferta de “produtos culturais”, decorrentes desta lógica, conta com um amplo portfólio, especificamente sob o distintivo de patrimônio mundial da UNESCO, com implicações que, de distintos modos, ressoam sobre as dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra, bem como sobre os componentes que se adensaram na “Aura de Sintra”, que reunidos são os que respondem como os principais conteúdos da cultura sintrense, aqueles pelos quais se expressa a singularidade e a diferenciação dessa cultura; um cenário que para os propósitos da UNESCO ilustra um “excepcional valor cultural universal”, sobre o qual a entidade forjou a chancela de “Paisagem Cultural”. Portanto, podemos dizer que não se verifica uma convergência entre os fundamentos e propósitos da entidade e os objetivos dos agentes que promovem o patrimônio mundial em Sintra. No desenvolvimento do capítulo tensionamos esta discrepância, em que os efeitos que verificamos em Sintra, podem ser pensados para além do cenário patrimonial cultural sintrense.

Vistos dessa forma, pelas características que têm em comum, especialmente o recurso estratégico aos elementos e aspectos que se associam ao simbolismo e imaginário de Sintra, bem como pelas suas diferenças que são complementares e reflexivas, mas, sobretudo, pelos impactos que deles resultam sobre o *lugar* Sintra, estes processos são categóricos na abordagem pelo esquema analítico que estamos propondo nesta investigação. Tanto por um exame de forma conjunta, como tomando-os isoladamente. De uma forma conjunta, buscamos fundamentalmente, apreender o atual cenário patrimonial cultural de Sintra, que inevitavelmente é reflexo direto dos dois processos, como também, apreender se subsistem dinâmicas socioculturais de ambiências passadas na vida cotidiana dos poucos que ainda

habitam a vila de Sintra¹⁴⁴. Examinando-os isoladamente buscamos identificar as ações e intervenções patrimoniais, mais relevantes, ocorridas em cada um deles, tratando de observar analiticamente os meios e os modos com que os personagens e agentes envolvidos em cada uma de suas épocas, se valem(ram) para sustentar e dar sucesso as suas empreitadas; e nisso, examinamos os enfoques e os usos que foram dados aos elementos e aspectos que tangem a “Aura de Sintra”, e ainda compreender as ressonâncias desses processos nas dinâmicas socioculturais de cada época.

Para o trabalho de compreensão exigido neste capítulo, o dividimos em duas partes. A primeira tem um caráter analítico-descritivo, pela qual foram abordadas e revisitadas as discussões e as operações de caráter patrimonial, que orbitaram o período romântico em Sintra, anteriores e/ou posteriores ao século XIX, desde que, de algum modo, estivessem relacionadas diretamente com a “romantificação de Sintra”, ou, ainda, no âmbito do estabelecimento de uma noção moderna de patrimônio em Portugal, com o objetivo de dar compreensão a todo este contexto, que foi decisivo, sob várias perspectivas ao processo de patrimonialização de Sintra, bem como, mostrou-se surpreendente para melhor compreensão de nossa problemática.

Observando estas condições, ainda nos foi necessário abordar brevemente o “Plano de Étienne de Gröer”; um plano urbanístico, de meados do século XX, que regulamentou decisivamente o modo das intervenções urbanísticas em Sintra (SERRÃO, 1989; TEREZA CAETANO, 2005, CAETANO, 2015), oportunizando, em boa medida, que o cenário patrimonial sintrense, constituído até ali, em meio ao contexto da modernidade republicana que se instaurava, alcançasse, em equilibrada convergência, o ano de 1995, quando há a chancela de Sintra a “Patrimônio mundial – Paisagem Cultural da UNESCO”.

Imbuídos de dar sucesso à esta empreitada, para esta parte do trabalho, foram consultadas fontes primárias e secundárias de cunho documental e bibliográfico. Sobre o material de caráter documental, tivemos um grande e importante arcabouço de referências, através de fontes jornalísticas históricas, documentos oficiais de instituições públicas portuguesas, que, de algum modo, tangem suas competências sobre a questão do patrimônio, bem como, conteúdos digitais, disponíveis através dos sítios eletrônicos de entidades com os mesmos fins. Nisto, nos prestaram fundamental auxílio instituições como: a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), a Câmara Municipal de Sintra (cm-Sintra) e sua biblioteca, a

¹⁴⁴ A Vila de Sintra, especialmente a chamada “vila velha”, tem sofrido um processo de desertificação, segundo o pesquisador Rodrigo Sobral Cunha, muito em virtude da massificação turística (<https://sol.sapo.pt/artigo/110995/vila-de-sintra-menos-habitada>), situação que observamos ter validade através da verificação de outras fontes e de dados, os quais recorreremos em momento propício da análise, ainda neste capítulo.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), o Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), o Instituto Camões (IC), a Assembleia Municipal de Sintra, a Parques de Sintra - Monte da Lua (PSML), entre outras.

Sobre o conteúdo bibliográfico, nos referimos a valorosos livros, teses, dissertações e artigos, de pesquisadores e estudiosos, em sua maioria portugueses, que desenvolveram investigações e reflexões, especificamente por sobre este campo de pesquisa, tais como: Ramalhão Ortigão (1896); Jorge Custódio (1993); Lúcia Maria Cardoso Rosas (1995, 2004); José Amado Mendes (2000); Lucília Belchior (2004); Maria Tereza Caetano (2005); Paulo Oliveira Ramos (2005); Vitor Serrão, (1989); Ana Raquel da Costa Caetano (2015), para citar apenas alguns.

No prosseguimento deste capítulo, no segundo e último tópico, buscamos dar compreensão ao Processo de patrimonialização mundial de Sintra, abordando diversos aspectos, essenciais à nossa análise. Tanto sobre os procedimentos e providências das candidaturas, com o objetivo de examinar o modo como foram constituídas as argumentações que ofereceram sustentação a qualificação de Sintra à patrimonial mundial, atentos ao emprego recursivo do conjunto de componentes que se adensam na “aura de Sintra”, como também, sobre as ações e intervenções que se associam, de algum modo, ao *status* de Patrimônio Mundial, buscando apreender as principais estratégias de promoção da “marca” Sintra, para o “consumo patrimonial”, e com isso, verificar as associações com o conjunto dos elementos da aludida “aura”. Desse modo, acabamos alcançando os efeitos nas dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra.

Para tanto, recorreremos a um trabalho de base descritiva e explicativa, com técnicas quantitativas e qualitativas de análise. De uma maneira descritivo-analítica, recorreremos a fontes primárias e secundárias de cunho bibliográfico e/ou documental. As referências bibliográficas utilizadas, vertem no âmbito das que já foram citadas para os propósitos do primeiro tópico, e nos auxiliaram a qualificar o debate sobre alguns dados e estatísticas que usamos, sobre os quais suas pesquisas também recorreram. Já as de caráter documental, nos serviram como valiosas fontes primárias de análise, em que se reúnem documentações, estatísticas do turismo de Sintra e da região e informações prospectadas de instituições e agências portuguesas e internacionais, de caráter oficial, através das quais nos foi permitido oferecer grande suporte ao nosso esquema de análise. Um considerável e relevante volume desse material, foi extraído dos portais eletrônicos dessas instituições; expediente que fora sugerido pelas próprias entidades, em contatos prévios.

A maior parte do material coletado, deu-se através da gestora do património cultural de Sintra: a “Parques de Sintra - Monte da Lua” (PSML), computando também um vasto material captado através da plataforma virtual do “Turismo de Portugal” (I.P.), “entidade pública central responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da actividade turística, [...] e pelas principais orientações estratégicas da política de Turismo”.

Ainda nos forneceram suporte documental, tais como documentos técnicos, relatórios e dossiês, novamente a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e a Câmara Municipal de Sintra (CM-Sintra), pela qual obtivemos o livro-dossiê da segunda candidatura de Sintra à património Mundial. Tivemos ainda, o auxílio dos dados e/ou relatórios fornecidos pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), o Instituto de Conservação e Natureza das Florestas (ICNF), a Comissão Nacional da UNESCO Portugal (CNU), a Associação Portuguesa para Reabilitação Urbana e Proteção do Património (APRUPP), a ALAGAMARES - Associação Cultural de Sintra, a Rede do Património Mundial de Portugal (RPMP), Organização Mundial do Turismo (OMT), Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal (INE), e da Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA), entre outros órgãos e entidades oficiais.

Pela característica da investigação, ainda analisamos cartazes, guias turísticos, *flyers*, panfletos, documentações, informações e dados provenientes de entidades extraoficiais, através dos sítios eletrónicos de empresas e agências que promovem, empreendem e exploram o turismo patrimonial em Portugal. Investigamos ainda, blogues e/ou sítios eletrónicos, administrados por moradores de Sintra, e por associações ou grupos de pessoas que, de algum modo, tratam de questões que compreendam de forma direta a “Paisagem Cultural de Sintra - PCS”. Houve além disso, uma importante contribuição de jornais portugueses, em matérias que, de algum modo, versam sobre conteúdo para o qual se inclina nossa investigação.

Num outro momento da investigação, demos andamento à análise empírica do campo, através de dois momentos de incursões, em que realizamos observações diretas sobre o cotidiano da vila de Sintra, sem nos despistarmos do acompanhamento dos itinerários turísticos, por entre os turistas, com o objetivo de apreender as sociabilidades decorrentes da interação dos turistas com os moradores de Sintra, por vezes buscando estabelecer alguns rápidos diálogos, tudo isso na tentativa de tornar inteligível e perceber as formas desse contato, examinando as estruturas essenciais para o *face-a-face* (LÉVINAS, 2010), necessário à plena relação de alteridade, possibilitando assim, oferecer compreensão a nossa problemática de pesquisa,

através dos pressupostos analíticos que sustentam nossa tese. (HAN, 2009; LÉVINAS, 2010; BAUDRILLARD, 1995; HEIDEGGER, 1981)

Previamente a esse tempo, realizamos prospecções sobre o variado oferecimento de itinerários e dos “produtos culturais” associados ao “Destino turístico Sintra, Patrimônio Mundial da UNESCO”. Através dessa atividade, definimos nossa direção quanto as observações nos itinerários turísticos, dando prioridade aos itinerários de maior fluxo de pessoas, verificados nas agências e em sítios eletrônicos, que são aqueles que partem de Lisboa pela manhã, realizam a visitação na vila de Sintra até por volta das 14h e seguem em direção ao Cabo da Roca, alcançando a região de Cascais, posteriormente retornando à Lisboa, que, pelas verificações que fizemos em sítios eletrônicos, tais como *TripAdvisor*¹⁴⁵, também é a escolha mais usual, variando apenas do ponto de retorno a Lisboa, de boa parte dos turistas que visitam Sintra sem recorrer à agências ou a *trades* turísticos.

Para embasar e sustentar nossa tese, pela maneira de análise do campo, recorremos à conceituadas e inovadoras formulações teóricas, de certo paralelismo filosófico, através de autores como Martin Heidegger (1981, 2012), Jean Baudrillard (1995), Byung-Chul Han (2009, 2010, 2012, 2016), Emmanuel Lévinas (2010) e Rogerio P. Leite (2016), que apresentaram alguns pares de categorias analíticas e provocações epistêmicas, que entendemos terem sido decisivas à nossa reflexão, a partir dos quais delimitamos as categorias pertinentes à nossa compreensão analítica, bem como a observação da aplicação dessas categorias, podendo assim justificar seus usos; entendendo que esta atividade de reflexão teórica é de toda importância no processo de investigação nas ciências sociais, pois proporciona a verificação e adequação de categoriais gerais à realidade estudada.

Ainda para o cumprimento da investida que nos propusemos na segunda parte deste capítulo, fizemos uso de alguns pares de conceitos e reflexões analíticas, formuladas por uma corrente de estudiosos da temática patrimonial, tais como Antonio A. Arantes (1996), Carlos Fortuna (1900, 1997a, 1997b), Rogerio P. Leite (2005, 2008, 2010), Paulo Peixoto (2000, 2002, 2003), citando alguns.

Assim, nos valendo de tais referenciais, foi possível nos lançar à análise do *modus operandi* pelos quais os agentes que, de alguma forma, orbitam o *lugar* Sintra para a prática mercantil contemporâneas do “consumo cultural”, empreendem suas estratégias de promoção

¹⁴⁵ O *Tripadvisor* é um site que [...] oferece dicas de milhões de viajantes [...]. Com uma média de 390 milhões de visitantes únicos mensais, [...] conta com 435 milhões de avaliações e opiniões sobre 6,8 milhões de acomodações, restaurantes e atrações. Disponível em: << <https://tripadvisor.mediaroom.com/BR-about-us>>>, acessado em: 20.02.2017

e qualificação da “marca” Sintra e a diversificação dos “produtos culturais”, bem como, o modo com que capitalizam, tanto o estatuto de Patrimônio Mundial, como também os aspectos e elementos da “Aura de Sintra”. Focando nas ações que se mostram de maior reverberação para o consumo do patrimônio cultural sintrense, uma vez que os recursos da oferta turística de Sintra se constituíram de um modo amplo e diverso. Trabalho que, de todo modo, nos auxiliou a compreender as ressonâncias nas dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra.

Feitas estas colocações e apresentações, partiremos então para as discussões e observações analíticas, que seguem.

3.1. “Romantificação de Sintra”: Uma *u-topia* romântica sob o signo da “Aura de Sintra”.

O desdobramento da pesquisa de campo e documental sobre o processo de patrimonialização mundial de Sintra, e a característica de nosso viés analítico, nos revelou a necessidade de compreensão para além do processo em si. O trabalho executado no capítulo anterior se mostrou ainda mais profícuo, quando, por estes desdobramentos, notamos que os elementos e aspectos que a UNESCO reconheceu como uma “Paisagem Cultural” de “valor universal excepcional”, originavam-se de dinâmicas socioculturais bastante longevas e singulares para não se comprometer em uma análise aprofundada.

Com o entrelaçamento desses trabalhos, o de campo, documental e a compreensão biográfica de Sintra, percebemos que sua patrimonialização mundial decorre indiretamente, mas fundamentalmente, do que entendemos ser um outro “processo de patrimonialização”, ali ocorrido no século XIX, numa época de grande importância na linha histórica de Portugal, na qual se desdobraram movimentações socioculturais que modificaram as estruturas sociais portuguesas de modo definitivo, bem como, revisitou-se uma defasada noção patrimonial, dando-lhe novos entendimentos e estatutando novos patrimônios culturais, numa ação que em muito esteve relacionado com tais agitações. E Sintra, cumpre um papel de destaque em todo esse contexto. Portanto, não nos permite relegar à análise.

De tal modo, teceremos observações sobre o campo institucional patrimonial de Portugal e as reflexões que lhes configuraram, tangendo algumas questões, no amplo leque de pensamentos, instrumentos, instâncias e entidades, que entendemos serem relevantes para a compreensão analítica da configuração e da manutenção de Sintra enquanto um patrimônio cultural de Portugal, extensível a sua atribuída patrimonialidade cultural mundial. Isso, de um modo que, acompanhando o quadro evolutivo dos acontecimentos e discussões patrimoniais em Portugal, já amplamente discutido, por muitos dos autores que nos serão referencias, possamos avançar nas contribuições já dadas, através de explanações, observações e entendimentos sobre Sintra e seus termos patrimoniais.

A tarefa que iniciamos neste tópico, pede que revisitemos, de um modo conciso e em poucos parágrafos, discussões desenvolvidas no primeiro capítulo, que retomam nossas reflexões sobre as questões patrimoniais. Contudo, algumas delas estarão de forma diluída por toda a análise que se inicia. Com isso, temos como finalidade oferecer um mais adequado enquadramento e demarcação contextual e teórica, na busca de bem cumprir com o objetivo dado a este item. De tal modo, já somos conhecedores de que as questões que se assentam sobre a constituição, configuração e atribuição de um entendimento ou consciência sobre um determinado objeto, ou, mais recentemente, sobre aspectos intangíveis da cultura, como itens patrimoniais, históricos e/ou culturais, são de derivações bastante antigas, decorrentes de uma pregressa noção de monumento, que, como indica Françoise Choay ([1992] 2001), já se desenvolvia na Roma antiga, anterior a ideia de nação como conhecemos atualmente.

De forma processual e por diversas alterações de significações e alargamentos conceituais, fruto do movimento próprio das dinâmicas sociais, dos debates e dos interesses dos agentes que orbitam esta temática, uma noção de patrimônio nos chegou hodiernamente, fortemente ancorada numa dilatada concepção, que recebeu a denominação mais usual de “patrimônio cultural”, a qual, do modo como entendemos, abrangeu-se através das dimensões: sociocultural, política e econômica; percebidas da maneira como discorreremos no capítulo inicial deste trabalho.

Em meio a este contexto, sabemos que o advento do estado-nação acarretou uma série de importantes transformações na noção de monumento, que posteriormente e de forma gradativa, possibilitaram incrementos nas definições dos conceitos de monumentalidade, que acabaram por transmutar sua gramática, fundada em uma nomenclatura de patrimonialidade, notadamente instruída em um conjunto de providências adotadas pelas nações, entre elas Portugal, que visavam inicialmente algum tipo de consolidação e/ou manutenção deste modelo

de Estado, tendo o agente estatal como o principal promotor e regulador do patrimônio, usando-os como recursos para distintos propósitos, contando também, secundariamente, com outros agentes ocupados de seus próprios interesses.

O acúmulo dos debates, proposições e ações sobre uma noção de patrimônio, no âmbito do estado moderno, fez do elemento patrimonial, num dado momento e de maneira alongada, uma espécie de metalinguagem, pela qual o próprio objeto tinha como função precípua, representar valorativamente a história e e/ou a cultura de uma determinada nação (CHOAY, [1992] 2001; POULOT, [2006] 2009), sendo evidente a percepção do uso patrimonial por uma dimensão sociocultural, mas que, muito para além de somente tal proposito, também recobriu-se de uma dimensão política, verificada, sobretudo, pelo modo como se desenvolviam os processos e as ações de patrimonialização.

De tal maneira, cada país, a seu tempo e com sua própria forma processual, observando suas especificidades e necessidades, acabou, de algum modo, inserindo-se numa lógica patrimonial e estabelecendo seus mecanismos. Tudo isso posto em prática, através de operações denominadas de “processos de patrimonialização”, sobre as quais, entendemos haver, por parte dos distintos atores ligados ao patrimônio, e em especial pelo estado, um empenho no sentido de constituir, atribuir e/ou configurar institucionalmente algum tipo de entendimento ou consciência patrimonial para salvaguardar e preservar algo, desdobrando-se numa complexa relação que perpassa as já assinaladas e analisadas dimensões do patrimônio.

Dito isto, de um modo revisional e estruturante de como vamos analisar o processo que se segue, trataremos do contexto português, sem, contudo, termos a intenção de estender uma linha de excessivo trabalho sobre o percurso das noções de patrimônio portuguesa, tarefa já amplamente realizada, por importantes nomes da pesquisa científica portuguesa, que, como mencionamos na introdução deste capítulo, estarão nos ajudando nesta empreitada, para pôr bom desenvolvimento aos propósitos que apresentamos para este tópico.

Portanto, iniciando a discussão propriamente dita, situamo-nos sobre o período compreendido entre o final do século XVIII até o final do século XIX na Europa, que esteve envolto em fortes agitações, responsáveis pela gestação e estabelecimento de um nacionalismo de caráter liberal, contrapondo-se ao absolutismo das cortes, que para isso, entre outras ações, buscavam enraizar um nacionalismo através de uma recuperação de certa cultura, especialmente da idade média, consagrada em boa parte por monumentos e outros itens patrimoniais. Como efeito de uma estruturação mais adequada para este capítulo, ainda versaremos brevemente, ao final deste tópico, sobre o Plano urbanístico de Étienne de Gröer, que embora tenha acontecido

em meados do século XX, é diretamente relacionado com os desdobramentos do período assinalado.

No contexto das agitações mencionadas, Portugal não teve um posicionamento indiferente ao panorama que se abria, relativo às discussões sobre uma consciência patrimonial e ações de processos de patrimonialização, como, na verdade, não deixou de ocorrer com a maioria dos países da Europa, com exceção da Inglaterra, que teve um processo “mais precoce e mais profundo” (CUSTÓDIO, 1993, p. 24), porém, em Portugal, a associação desse movimento com a filosofia romântica faz dele um dos casos atípicos. Segundo Fernando Catroga (1990),

São conhecidas as ligações entre o liberalismo e o romantismo em Portugal. Por razões específicas, a receção do movimento romântico europeu apareceu mediatizada por uma militância política que contestava o poder absoluto [...]. Por isso, regra geral, o romantismo português não foi politicamente reacionário – como algumas das suas versões europeias – mas deu voz à gesta revolucionária do liberalismo, como as obras literárias de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano bem demonstram (p. 11)

Assim, já no século XVIII, Portugal inseria-se, oficialmente, por assim dizer, no campo dos debates e ações que visavam a formulação de alguma consciência patrimonial, com a publicação, por D. João V, em 20 de agosto de 1721, de um alvará régio¹⁴⁶, que tratava da proteção a monumentos antigos (BELCHIOR, 2004). Embora, seja conhecido que muito antes, a partir do século XIII e “ao longo da Idade Média, foram comuns as medidas de protecção de edifícios, sobretudo militares, o que naturalmente se entendia por razões estratégicas ligadas a imperativos de defesa territorial.” (CUSTÓDIO, 1993, p. 25), bem como na reparação de castelos e elementos arquitetônicos de caráter religioso, mas que não guardavam relação com o entendimento patrimonial de que estamos tratando, tampouco contavam com algum corpo regular de instrumentos legais especificamente versando sobre salvaguarda patrimonial.

Tratando detidamente sobre o citado alvará e seu contexto, muitos são os autores (ORTIGÃO, 1898; MENDES, 2000; BELCHIOR, 2004; RAMOS, 2005) que o consideram como um primeiro elemento de um aparelho jurídico de um embrionário sistema português de proteção do património¹⁴⁷, que já naquela época, com uma antecedência de aproximadamente

¹⁴⁶ Sobre este alvará, não encontramos, em meios físicos e eletrônicos, documentação disponível, que catalogasse, ou coisa similar, os itens que naquela época tiveram proteção sob seus efeitos.

¹⁴⁷ Embora este termo não tenha sido usualmente empregado, à época, o que temos compreendido do sentido que os autores do século XIX, em especial os do movimento romântico, queriam estabelecer, faz parte do sentido, mais amplo, que hodiernamente relacionamos ao “patrimônio”, i.e., o entendimento sobre “monumento”, nos românticos, está contido no

70 anos, podemos entender analogamente aos instrumentos que só viriam a ser editados a partir de 1789 na França, observadas as nuances, com resolutivo intuito de consolidar uma nova matriz sociopolítica. (CHOAY, [1992] 2001), em que, em ambos países, se acenava em direção a uma noção de património ligado a monumentos históricos, que “abrangia sobretudo o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados e destacava-se pelas [...] características [de] monumentalidade, valor estético [...] e o seu carácter bélico e/ou religioso” (MENDES, 2000, p. 199),

Mais bem percebe-se a relevância deste documento, no âmbito do enquadramento cronológico do século XVIII, ao se verificar o efeito que causa sobre alguns autores e estudiosos do património português, tais como o historiador Paulo Oliveira Ramos (2004) e a arquiteta Maria do Céu Simões Tereno (2009), entre outros, levantarem questões a respeito de um possível pioneirismo português e não francês e/ou italiano, como argumenta, por exemplo, Françoise Choay ([1992] 2001), sobre a confecção dos primeiros documentos, de base legal, com escopo de proteger e salvaguardar itens, prédios e monumentos históricos. Sugestão, que de certo modo, também parece compartilhar o historiador francês Jean-Michel Leniaud (2002), ao fazer menção a tal alvará, como sendo este uma das primeiras contribuições documentais com estatuto de lei para as questões patrimoniais: “Em Portugal, um decreto do Rei D. João V, de 14 de agosto de 1721, proíbe o desmanche e a demolição dos monumentos deixados pelos Fenícios, pelos Gregos, pelos Romanos, pelos Godos e pelos Árabes.” (LENIAUD, 2002, p.74, minha tradução livre).

O alvará régio, então conferia “à Academia Real da Estória Portuguesa, Eccleziástica e Secular a providência para se conservarem os monumentos antigos, que podião servir para ilustrar, e certificar a verdade da mesma estória”¹⁴⁸, atribuindo-lhe a tarefa de inspecionar os

[...] monumentos antigos que havia, e se podião descobrir no Reyno dos tempos em que nelle dominarão os Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos e Arabios, [pois,] se achava que muitos que poderão existir nos Edifícios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, e outros artefactos por incuria, ignorancia do vulgo se tinham consumido,

conceito atual de património, já considerando as suas ampliações. Portanto, durante o texto, a partir da discussão sobre a noção de modernidade no séc. XIX, entendemos não haver prejuízo em fazer referência ao termo “património”, associando-o à “monumento”, para inscrever e situar a temática na nossa contemporaneidade; sempre preservando o uso do termo “monumento”, quando for empregado pelos autores e quando entendermos que, de algum modo, sua ausência pode gerar incompreensão. Aqui, ainda cabe observar, que em 1876, num relatório do Estado português sobre a situação dos “monumentos históricos”, se “utiliza pela primeira vez a palavra património, referindo-se à: ‘conservação, estudo e guarda do património opulento de história do trabalho nacional, que as gerações passadas nos legaram com o opulentíssimo cabedal do seu renome e das suas glórias’” (ROSAS, 1995, p. 119-20), com o manifesto sentido de herança e memória de determinada cultura, também visto na definição de património atual.

¹⁴⁸ Alvará régio de 1721. Acessado em 25.08.16. Disponível em:

<<ancacid.yolasite.com/resources/01.150%20-%20Tema%201%20%20Alvara1721%20de%20D.%20Jo%C3%A3o%20V.pdf>>

perdendo-se por esse modo hum meyo mui proprio, e adquado para verificar muitas notícias da venerável antiguidade, assim sagrada, como política, e que seria mui conveniente à luz da verdade, e conhecimento dos seculos passados, que no que restava de semelhantes memórias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse esse dâno em que pode ser muito interessada a gloria da nação Portugueza [...] (Ibid.)

Para nós, é possível notar neste documento, que há uma aberta intenção de salvaguardar uma variedade de itens móveis, especialmente da antiguidade, através de elementos que se recobriram de um caráter histórico-arqueológico, que, de algum modo, se associam às culturas dos distintos povos que no território português habitaram, numa espécie de tentativa recursiva à uma produção de uma metalinguagem de propriedade histórica, em que se pudesse configurar, usando-os como documentos, uma narrativa da história de concepção, num determinado período, da nação portuguesa; “muito ao sabor da formação intelectual das elites e dependendo de diversas circunstancias históricas e ocasionais.” (CUSTÓDIO, 1993, p. 38), dando aos itens salvaguardados, nesta época, características próximas daquilo que Françoise Choay ([1992] 2001) associou ao entendimento sobre “monumento histórico”. Numa formulação, que entendemos estar fortemente pautada dentro de uma dimensão de uso político dos itens salvaguardados; muito embora o pensamento da autora tenha sido formulado com base no que se desenvolvia em meio aos desdobramentos da revolução francesa, num outro cenário que acontecia no século XVIII em Portugal, mas que, no entanto, também se pode perceber um certo uso da dimensão política do patrimônio, intentando produzir resultados semelhantes, do ponto de vista político, para o Estado.

Relativo aos efeitos deste alvará numa análise de alguma relação com Sintra, vale destacar que, embora não tenhamos encontrado nenhum documento com dados sobre os itens salvaguardados ao seu amparo¹⁴⁹, pelo que verificamos, a Vila de Sintra parece ter tido alguma contribuição neste processo e alguns indicativos nos ajudam a ter tal percepção; um destes, por motivos óbvios, já bem explorado no capítulo anterior, tange ao fato de se tratar de um dos mais antigos aglomerados populacionais, em meio ao território onde, ao longo de dada temporalidade, se fundou Portugal, e que conservou-se com importantes elementos das culturas de diversos dos povos citados no alvará, alguns, por certo, atendendo os requisitos do

¹⁴⁹ A explicação para não serem conhecidos, nem os registros de tombamento, nem os elementos e artefatos catalogados, parece encontrar resposta no que assinala Ortigão (1896), ao afirmar que, “Por indicação da Academia Real da História, e para o fim de inventariar e conservar os monumentos nacionaes, publicou-se o decreto de 20 de agosto de 1721, e fundou-se o primeiro dos nossos museus archeologicos. Infelizmente os livros [que lá estavam] não chegaram a ser dados á estampa, e os originaes foram destruidos pelo terremoto de 1755, juntamente com a Bibliotheca Real. e com o museu estabelecido nas casas dos duques de Bragança, ao Thesouro Velho.” (p. 153 -154), fato que é corroborada por uma passagem de Custódio (1993), ao assegurar que “o alvara de D. Joao V de 1721, permitira erguer o Museu Arqueologico do Tesouro Velho, infelizmente desaparecido com o Terremoto de 1 de Novembro.” (p. 39).

enquadramento dos itens que segundo o documento deveriam ter atenção no processo de salvaguarda.

Ainda como indicativo, podemos apontar na direção de uma breve referência, feita pelo portal virtual do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), vinculado à DGPC, no verbete de informações sobre o “Palácio Nacional de Sintra”, que pode nos fazer apreender que o Rei D. João V, já tinha sobre Sintra o reconhecimento da importância de alguns de seus elementos, como estando vinculados ao estatuto dos monumentos que se referiu quando baixou o alvará régio de 1721, pois, “designa o Paço de Sintra como o ‘formoso Palácio dos reis antigos’ e ordena obras de conservação”¹⁵⁰, não sendo claro se, de algum modo, oficializou tal nomenclatura, nem por qual tipo de documento pudera ter feito isso.

Este nosso entendimento, para além dos indícios mencionados, parece também encontrar eco em outra abreviada referência da historiadora Helena Gimeno Pascual (2002), na publicação “A historiografia das religiões antigas do ocidente peninsular”, na qual, afirma que “D. Joao V fundou a Academia Real da História Portuguesa, em cujos projectos se contaria a elaboração da História eclesiástica e secular de Portugal e de seu Império, para o que se levou a cabo um grande trabalho de recompilação de materiais de lodo o tipo” (p. 336), sugerindo que algumas vilas, entre elas Sintra, deram importantes subsídios a essa catalogação, tendo ela contribuído com diversos materiais de cunho religioso, destacando-se alguns com associação ao santuário romano em oferecimento ao Sol e a Lua.

Ainda sobre os dispositivos de que trata o alvará, vale também a observação, que como numa espécie de rede de competências de um embrionário sistema patrimonial português, tal alvará, já atribuía às entidades públicas locais, a responsabilidade pela salvaguarda patrimonial, determinando que as “Cameras das Cidades, e Villas deste Reyno, tenham muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto”¹⁵¹. Um meio institucional, do qual só seria consolidado desta forma, pelo incremento das legislações patrimoniais que se seguiram, “muito mais tarde, entre nós [portugueses] e lá fora também.” (RAMOS, 2004, p.94); surgindo como mais um aspecto que pode reforçar um entendimento de que este é um documento pioneiro sobre as questões que envolvem um ordenamento jurídico sobre bens e itens para salvaguarda e preservação.

¹⁵⁰ Acessado em 25.08.16. Disponível em: <<http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6135>>

¹⁵¹ Trecho do alvará régio de 1721.

Embora a publicação deste alvará, pelo que examinamos da nossa bibliografia, tivesse causado importante agitação para os debates no campo das questões institucionais patrimoniais portuguesas, seu impulso parece não ter dado tração suficiente para gerar, de um modo satisfatório, um estímulo continuado de um movimento institucional sobre as questões patrimoniais, pois, para além dos danos estruturais e institucionais, causados pelo terremoto de 1755, notamos também ter decorrido alguns outros acontecimentos, relacionados ao próprio entendimento da amplitude e importância de tal processo, de caráter conceitual filosófico, que propiciaram não só a “extinção [definitiva] da Academia Real da História Portuguesa, por volta de 1760. [O que] inviabilizara a continuidade da recolha de antiguidades arqueológicas, epigráficas e numismáticas.” (CUSTÓDIO, 1993, p. 38), mas também, uma certa interrupção nos processos de patrimonialização de base institucional.

De tal modo, apesar do século XVIII ter se mostrado promissor no campo das discussões e operações patrimoniais de encargo estatal, o subsequente, transcorreu até quase seu final com sofrível efetividade por meio dos agentes estatais (CUSTÓDIO, 1993; ORTIGÃO, 1896). As pesquisas documentais realizadas e os estudiosos consultados, são bastante unívocos e coincidentes em nos referir que uma das poucas operações institucionais patrimoniais, de alguma repercussão no século XIX, deu-se em 1802, quando desde então, até 1870, a Inspeção dos Monumentos e Antiguidades esteve sob competência da Biblioteca Nacional (CUSTÓDIO, 1993), sob o regime de

um novo alvará sobre a mesma matéria, assim designado: ‘Alvará com força de lei pelo qual Vossa Alteza Real he servido suscitar o alvará de lei de 20 de agosto de 1721, [que transfere] [...] as funcções do mesmo Alvará, que até agora pertenciam ao secretário da dita Real Academia [Portuguesa], [ao] [...] Bibliothecario Maior da Bibliotheca Publica [...]’ (ORTIGÃO, 1896, p. 155 - 156).

Embora este alvará tenha seu destaque, uma carta do bibliotecário mór, da biblioteca nacional de Lisboa, escrita e enviada em 1844 para uma autoridade competente, claramente revela o tratamento que vinha sendo dado sobre às deliberações do documento régio de 1802, o que parece bem demonstrar, essa indisposição institucional sobre a qual temos nos referido. Segue trecho da carta, que vem da seguinte forma:

Para o bibliothecario mór passaram attribuições que competiam á Academia Real da Historia, mas infelizmente essa lei vigente tem sido até hoje letra morta, a tal ponto que até ignoram as suas disposições os proprios encarregados do seu cumprimento, com grave detrimento, não só d’este magnifico repositório, que ha muitos annos se acha estacionário em aquisições archeologicas, mas também de todo o reino, onde o bibliothecario mór deveria

sempre ter, por obrigação do seu cargo, promovido a conservação e segurança dos monumentos que não podem ou não devem transportar-se. (Ibid., p. 156)

Muito embora, no campo institucional, as discussões e operações com enfoque patrimonial, encontrassem-se em um cenário refreado, o momento da Europa, no século XIX, era de considerável agitação sociocultural, demandada, em boa parte, pelas esferas artísticas, políticas e filosóficas, com atenção especial ao pensamento do romantismo e ao espírito do liberalismo e nacionalismo, que refletiram em múltiplos aspectos da sociedade, bem como nas discussões e operações de caráter patrimonial.

Em meio a este contexto, em Portugal, “a aliança entre o liberalismo revolucionário e o romantismo assumiu [...] aspectos peculiares impossíveis de prever [...] (CUSTÓDIO, 1993, p. 39), e nesse conjunto, “o desabrochar do nacionalismo rasgava horizontes insuspeitáveis [...] (Ibid.)”, o que, entre outras ocorrências, tais como um intenso período de “guerra civil (1828-1834), [culminando com] a demolição do absolutismo” (CUSTÓDIO, 1993, p. 36), acarretou um envolvimento maior de outros atores sobre as questões do patrimônio, para além do Estado. Os acadêmicos e técnicos, bem como alguns membros, mais esclarecidos, da nobreza, passaram a refletir e formular conceitos sobre a temática patrimonial, através de entendimentos que punham a noção de patrimônio com características eminentemente histórico-culturais, possíveis de serem os representantes de alguma herança cultural, pautados, com especial ênfase, em monumentos que, de algum modo, se cruzaram com alguma cronologia referente a idade média, sobre os quais recairia, com maior consistência, a atribuição de uma conformação indentitária da nação portuguesa.

De acordo com Jorge Custódio (1993),

A consciência da presença de um patrimônio cultural e da necessidade da sua salvaguarda constitui-se, em Portugal durante o século XIX [...], [e] tratou-se, antes, de um movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica, gerado no contexto e no ambiente da intervenção pública da intelectualidade ilustrada, ela própria responsável pela criação e fundamentação das estruturas culturais da sociedade oitocentista. Implicou o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais, sobretudo monumentais, históricos e nacionais, que importava transmitir as gerações vindouras como herança do passado. (p. 35)

Desta forma, a noção de Patrimônio, no contexto português, esteve disposta a profundas transformações, notadamente por um intenso alargamento de seus conceitos, tanto de ordem filosófica, que mais fortemente se refletiram nos entendimentos para o ordenamento jurídico patrimonial, pautando-se nestas novas ideias que se difundiam na Europa da época,

quanto de cunho técnico, com a sustentação de reformuladas teorias de conservação e de restauro, fortemente discutidas na Inglaterra pelos pensamentos de John Ruskin e o antagonismo de Eugène Viollet-Le-Duc. Tudo isso em conjunto, contribuiu com a dilatação da capacidade e do alcance dos itens e aspectos culturais passíveis de sofrerem processos de patrimonialização, sendo possível então, recorrer a um maior espectro de elementos socioculturais, sobre os quais entendemos ser possível perceber um uso deliberado de uma dimensão política, com o efeito de subsidiar uma tal unidade cultural que sustentasse a ideia de formação de uma nação.

Para tanto, este contexto conheceu algumas ações, por parte de personagens de uma notória importância, com especial atenção aos nomes da 1ª geração do romantismo em Portugal, com maior repercussão para os nomes de Almeida Garret¹⁵² (1799 – 1854) e Alexandre Herculano¹⁵³ (1810 -1875), sem prejuízo de outros contributos de personagens desta geração, bem como das duas gerações seguintes, que, pelo que pudemos observar, atuaram como um conjunto, auxiliando a emoldurar essa nova noção de patrimônio no Portugal do século XIX, ainda que com uma debilitada ingerência estatal, mas tomados pela forte associação com o empenho na atribuição e conscientização de uma tal “identidade nacional”, o que naturalmente reconfigurou e renovou o entendimento das funções sobre os itens e aspectos patrimoniais de caráter cultural.

Nosso modo de ajuizar essa reconfiguração e renovação do patrimônio em Portugal é pautado em um importante contexto com contornos políticos, que de algum modo está associado com o pensamento de Lucia Rosas (1995), quando afirma que, “a centúria de oitocentos é francamente histórica e nacionalista e por isso é igualmente a época dos heróis nacionais, míticos, reais ou mitificados. As construções das outras épocas correspondem a momentos menos heroicos da nossa história.” (p.34). Nesse modo de pensamento, a autora nos apresenta um contexto em que o desenvolvimento de uma ideia nacionalista, acionou a história e o monumento para a conformação de heróis nacionais, o que nos faz remeter a Sintra como um importante cenário de concepções em prol de tal propósito, tomando alguns dos seus itens arquitetônicos imbricados, com especial particularidade, aos elementos e aspectos reunidos na “aura de Sintra”, como auxílio na constituição da ideia de nação, pois, ainda segundo a autora,

¹⁵² Cf. Maria Helena Santana, em um artigo de conhecimento sobre Almeida Garret, publicado no portal eletrônico do Centro Virtual Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/almeida-garrett.html#V_mNFeArLIU>>. Acessado em: 20.09.2016

¹⁵³ Cf. Ana Maria dos Santos Marques, em um artigo de conhecimento sobre Alexandre Herculano, publicado no portal eletrônico do Centro Virtual Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/alexandre-herculano.html#V_mNGOArLIU>>. Acessado em: 20.09.2016

“a imagem que [Herculano] tem da arquitectura corresponde a uma visão literária e mística” (p. 21).

De todo modo, a partir das ações desses personagens, toda uma gama ampliada de itens histórico-culturais e monumentos arquitetônicos, estiveram eminentemente dispostos à uma tentativa de fundar, através de todo um passado, alguma unidade étnico-cultural do povo português; projeto nacionalista que é conhecido, analogamente, em outros países, resguardadas suas nuances e ponderações cronológicas e cuja a narrativa, ao que podemos observar do caso português, parece ter estado assentada na convicção de uma certa continuidade cultural, conformada pelos povos da porção ocidental da península ibérica, que teria dado concepção à Lusitânia, num primeiro momento, desde as mais distantes épocas, encontrando no medievo a maior ilustração para a afirmação cultural de uma nação portuguesa, do modo como discorreremos. Sobre isso, não podemos deixar de lembrar, em meio ao contexto enunciado, os vários aspectos culturais, concernentes a formação de Sintra, que, do modo como vimos, tendem, em alguma medida, a reforçar essa ideia.

Para atingir os objetivos a que nos propomos neste capítulo, faz-se decisivo termos uma apurada percepção da atuação destes dois personagens do romantismo português, que através de seus esforços políticos de fomentar um nacionalismo, estiveram fortemente ligados ao processamento de uma nova concepção do patrimônio em Portugal, com fortes desdobramentos sobre Sintra e a sua configuração romântica.

Sobre Almeida Garret, cabe salientar, que é largamente considerado o introdutor do romantismo em Portugal e, em 1825, publicou o poema lírico-narrativo “Camões”, estimado como a primeira obra romântica da história da literatura portuguesa¹⁵⁴, na qual, já se podia notar, um forte entusiasmo em impulsionar um certo sentido de nacionalismo, especialmente através de uma espécie de metáfora textual, que, de algum modo, caracterizava alguns elementos e monumentos portugueses, no âmbito do processo de sua formação.

Dessa maneira, já nesta consagrada obra literária, podemos observar que Garret ([1825] 2012), buscava instituir, enquanto uma espécie de escrita por pedras, uma leitura que desvendava o passado, do qual estes elementos e monumentos estavam dispostos como a melhor expressão e que assim, constituía uma concepção patrimonial de caráter cultural histórico, por onde se depreende um uso da dimensão política do patrimônio; que no caso de

¹⁵⁴ Sítio eletrônico do projeto Sintra romântica da Câmara Municipal de Sintra. Acessado em 25.08.16. Disponível em: <<<http://www.sintraromantica.net/pt/2015-01-15-17-01-53/figuras-romanticas>>>

Sintra, no poema “Camões”, já se podia perceber a intenção do autor de pô-la como um cenário de considerável peça de confirmação e reforço de tais propósitos, notadamente através de conotações que, de algum modo, tangiam elementos e aspectos que entendemos terem associação com uma irrogada “Aura de Sintra”, verificados, sobretudo por evocações de algum misticismo e de magia, que a partir daquele período também iam se tecendo ao romantismo. Tudo isso atrelado também a uma carga de continuidade cultural, possível de se ver contada remanescer na vila serrana, tão necessária na concepção dessa nova noção de patrimônio.

Pelas pesquisas que fizemos, talvez possa ter sido este um dos primeiros momentos no qual uma determinada monumentalidade de Sintra tenha sido usada, para além de uma dimensão sociocultural, numa associação que, em certa medida, aproximava a materialidade de determinados itens e alguns aspectos sintrensens, sob o signo de uma “Aura de Sintra”, para surtir um efeito político que já enunciamos. Sobre isso, destacamos alguns trechos do poema “Camões”, que pensamos poder dar entendimento e ênfase às observações que tecemos:

[...] Da umbrosa Sintra. **Sobre um calvo serro** / Na pedregosa encosta da montanha / **Que os mouriscos torreões inda coroam** [...]

[...] Nascia o sol: **a névoa que rebuça / De húmido manto os cumes das montanhas** / No alvorecer do dia, **em véu ligeiro** / Rara se adelgava [...] / Pelas faldas da serra. **As perfumadas / Árvores d’áureos** [...]

[...] **Oh Sintra! oh saudosíssimo retiro** / Onde se esquecem mágoas, onde folga / De se olvidar no seio à natureza / [...] / **Das despenhadas linfas misturado!** / Quem, descansado à fresca sombra tua, / Sonhou senão venturas? [...] / [...] / [...] / **Não sentiu arrobar-se-lhe a existência, / Poisar-lhe o coração suavemente** / Sobre esquecidas penas, amarguras, / Ânrias, labor da vida? — Oh grutas frias, / **Oh gemedoras fontes**, oh suspiros / **De namoradas selvas**, brandas veigas, / Verdes outeiros, gigantescas serras! [...]

[...] **Sintra, amena estância**, [...] / [...] Teu nome soa / Eterno já nos hinos enramados / **De imorredouras flores**. [...]

[...]A vós já volvo, ó solidões de Sintra, [...] / **Túmulos de gigantes — ou ruínas** / **D’algum primeiro tempo cujos mitos** / **Esquecidos aí jazem** [...]

Oh! nobres paços da risonha Sintra / Não sobre a roca erguidos, mas poisados / **Na planície tranquila, — que memórias** [...] / Símbolo da brandura e singeleza / **De bom pastor de povos? — Santas eras!** / **Se pudésseis voltar, dias ditosos**. (GARRET, [1825] 2012, grifos nossos)

Fizemos os grifos na citação, pois entendemos que estes trechos, do modo como discutimos o pensamento da época e a inclinação de Almeida Garret, parecem querer relacionar, metafórica e conotativamente, alguma essência de misticismo e de magia, que no *tópos* sintrense há muito já se dizia e repercutia, por uma espécie de saudosismo auto declarante de

uma certa unidade cultural, extraindo do cenário de Sintra, do seu conteúdo patrimonial e de sua natureza, um contorno idealista alegórico, típico dos textos construídos sobre o modo de pensar romântico.

Observando o poema na sua integralidade, o qual repercute referências sobre Sintra para além das citadas e tomando o pensamento romântico e a motivação nacionalista como base de análise, tal construção textual, demonstra o esforço literário imbuído numa tentativa de ser possível oferecer uma ideia de nação, através de aspectos que remetem a uma certa formação étnico cultural de Portugal, bem como, apontando também os feitos, por vezes, relatados como heroicos, especialmente os da época da reconquista. Isso, quando se refere a Sintra, ganha um tom ainda mais acentuado de misticismo e de magia envolto nos seus elementos patrimoniais, justapondo tudo num uso político, que estamos entendendo servir à concepção de um ideal romântico nacionalista.

Já nos debruçando sobre a atuação de Alexandre Herculano, no contexto das questões patrimoniais portuguesas do século XIX, examinamos que este personagem é frequentemente destacado como um dos importantes nomes “no desenvolvimento da ideia moderna de património em Portugal”¹⁵⁵, por vezes, sendo a ele atribuído “o papel pioneiro da [...] intervenção pública na valorização do património cultural português” (CUSTÓDIO, 1993, p. 33). Embora, seja importante mencionar que durante a revisão bibliográfica, encontramos autores que põem em discussão, tanto o status pioneirístico, comumente atribuído à Herculano, como também um dado protagonismo, de modo integral e exclusivo, do movimento romântico em Portugal, como o período em que se pode demarcar o início de uma conscientização nacionalista de caráter monumental¹⁵⁶.

De um modo geral, os poucos autores que tivemos acesso com questionamentos desse tipo, os repercutem pautados em entendimentos semelhantes ao modo como resumidamente argumenta Lúcia Rosas (2004):

A valorização do património artístico no Portugal oitocentista cabe também, sem dúvida, no fenómeno do romantismo. No entanto os protagonistas desta valorização são diversos. Se o enlace entre a exaltação da Idade Média e a exaltação dos monumentos então construídos é muito claro em Herculano,

¹⁵⁵ Sítio eletrónico do Centro virtual Camões, do Instituto que leva o mesmo nome.

Acessado em 26.09.2016. Disponível em: <<<http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco3/bloco3.html#nota01>>>

¹⁵⁶ Cf. Sobre este pensamento, recomendamos a leitura da entrevista concedida por Lúcia Rosas, professora e investigadora na FLUP, no Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP), à Filomena Vasconcelos, intitulada “Monumentos Pátrios”: entrevista com Lúcia Rosas”. Acessado em 26.08.16. Disponível em: <<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/722.pdf>>>

tendo o seu pensamento uma imensa ponderação na consagração e salvaguarda da arquitectura medieval, não encontramos o mesmo postulado em todos os intervenientes. (p. 212)

Porém, se por um lado temos questionamentos que lançam incompreensões desse tipo, por outro, não parece haver controvérsias que algumas das ações mais contundentes em prol de uma nova configuração moderna sobre a noção de património em Portugal, concomitante a um estímulo de um nacionalismo liberal português, tenham sido levadas a frente por figuras do movimento romântico, no século XIX, que, pelo que compreendemos, recaíram com especial aplicação sobre os ombros de A. Herculano, uma vez que ao pesquisarmos sobre algumas destas ações vemos uma recorrência de associação ao nome de A. Herculano.

A “Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais”¹⁵⁷, fundada no ano de 1840 é um desses empreendimentos dos mais importantes no âmbito do início do movimento nacionalista em Portugal. A importância desta entidade, não está tão somente e propriamente nela, uma vez que o “destino depois deste ano se ignora” (CUSTÓDIO, 1993, p.41), talvez pela falta de recursos, pois, “as dotações orçamentais eram restritas, escassas, senão nulas. [...] [e] o Estado só assumia responsabilidades públicas no respeitante a obras de inegável valor histórico e nacional” (Ibid., p. 45), então, a sua relevância reside no caminho que inspirou para o surgimento de outras entidades de semelhante propósito.

Portanto, o conjunto destas entidades, buscou trabalhar na lacuna deixada pelo Estado, diante da tentativa falida de assumir a competência da catalogação e salvaguarda do património, notadamente quando se observa os desdobramentos do alvará régio de 1802 e da inócua incumbência deliberada, por este, à Biblioteca Nacional. Não lhes restando outras alternativas, a não ser a de tomar a responsabilidade por proceder estudos sobre diversos itens de caráter patrimonial, para conservá-los ou mesmo consigná-los como monumentos históricos de Portugal. No entanto, aparentemente, várias foram as que esbarraram nas mesmas dificuldades orçamentárias, executando seus projetos somente quando se conseguia o recurso suficiente, devendo-se em boa parte a iniciativa do mecenato, de homens públicos, e de instituições locais (CUSTÓDIO, 1993).

Quanto a isso, o próprio Herculano empenhou-se na arrecadação de meios para execução de alguns projetos. Especialmente quando “eleito deputado do Parlamento, durante a

¹⁵⁷ “Em Portugal, em 1840, é criada a Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, por acção de Alexandre Herculano que, entre 1840 e 1842, como deputado do Parlamento, consegue [...] que sejam votadas verbas para a conservação de monumentos históricos” (DAMASCENO, 2010, p. 18)

legislatura de 1840-1842, [quando] consegue que sejam votadas verbas para os monumentos históricos, [...] [e] procede ainda a estudos de diversos monumentos [...].“ (CUSTÓDIO, 1993, p.41). Em meio a um contexto político que estava “côncio de que as realidades eram outras” (CUSTÓDIO, 1993, 9. 43), em que um regime monárquico de características absolutistas era derrocado e uma monarquia constitucional se instaurava, i.e., ciente das dificuldades econômicas, mas consciente do momento político propício, A. Herculano sugeriu,

ao Governo, alterações legislativas de modo a que: 1.º a guarda dos monumentos ficasse a cargo de quem pudesse, quisesse e soubesse, 2.º que fossem sobretudo salvas as antiguidades portuguesas, ao contrário do que estipulavam os alvarás de 1721 e 1802, que atendiam sobretudo as fenícias, gregas, romanas, godas e arábicas. (Ibid.).

Embora A. Herculano entenda a necessidade e almeje a participação ativa do Estado no processo de consagração monumental, é precisamente por essa ausência e ciente dos problemas de ordem econômica que vivia o Estado português, que o autor apela para uma espécie de transposição das suas responsabilidades a quem tivesse condições de assumi-las (ROSAS, 1995). No entanto, continuou empenhado em superar a indisposição institucional, especialmente porque entendia que as ações de salvaguarda, ou seja, os processos de patrimonialização propriamente ditos, precisavam, para terem respaldo, de um crivo institucional, por assim dizer, e que aqueles projetos que precisavam de uma maior monta, continuariam esbarrando na ausência de fomento institucional, do modo como mencionamos. (ORTIGÃO, 1896; ROSAS, 1995).

Desse modo, diante da lacuna institucional e verificando as dificuldades que as entidades que se inclinavam às questões patrimoniais iam tendo, ele e outros personagens envolvidos nesse “projeto”, trabalharam para fomentar e difundir as ideias de uma lógica de consciência patrimonial, em razão do propósito nacionalista. Aqui, é importante frisar que, o que se infere da leitura dos nossos referenciais é que, tal qual se soube acontecer em grande parte da Europa durante o século XIX, em Portugal não se tratava da tentativa de instituir e/ou fomentar uma noção de nacionalismo constituída nos moldes do Estado do “antigo regime”, pelo qual se traduzia nacionalismo tão somente por uma língua compartilhada, delimitação de fronteiras, poder político e outras instituições estruturantes; mas, precisamente, sobre um novo nacionalismo, de base moderna, que não se apoiava somente nessas definições e que surge junto com a ideia de libertar-se de uma sociedade aristocrática, num processo que levou à transformação do Estado em Estado-Nação, do modo como foi amplamente discutido, em célebres obras, por autores como Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997), entre outros.

Portanto, tomados desse propósito, constituiu-se, ao longo de todo século XIX, um corpo de literatura periódico, que agrupou um conjunto de escritores que estavam formados e integralizados com pensamentos em torno do fomento de uma unidade cultural monumental portuguesa, que, através dessa ação, tinham tanto um sentido de mediação (ROSAS, 1995), com o esclarecimento da população, que por se tratar de um movimento no qual, “de início não correspondeu a um fenómeno de massas, [...] exigia a formação de uma opinião pública, cuja sensibilização era indispensável, e sem a qual era impensável criar sinergias.” (CUSTÓDIO, 1993, p. 36), quanto um sentido de abertura aos debates e de proposições de formulações teóricas, o que produziu um efeito contínuo e alargado que, em boa medida, resvalou por sobre o Estado, forçando-o, mesmo que lentamente, ao longo daquele século, a se mobilizar no sentido de institucionalizar, apoiar e/ou fomentar algumas ações de sentido patrimonial e mesmo alguns processos de patrimonialização, porém, ainda com pouca ou nenhuma efetividade para atingir um caráter mais abrangente, que refletisse numa política institucional sobre o patrimônio português¹⁵⁸. (ROSAS, 1995)

Não obstante, quando observamos ações individualizadas e específicas, temos que, “desde 1840 começou a cuidar-se sistematicamente da conservação e restauro do mosteiro da Batalha. [Momento em que] as Cortes o classificaram como *Monumento Nacional*, atribuindo uma verba anual de dois contos de reis” (CUSTÓDIO, 1993, p. 46), sendo este, possivelmente o primeiro elemento arquitetónico, em Portugal, a receber tal nomenclatura de forma institucional (ROSAS, 1995), designação que não se pode deixar de pensar que tenha relação com a publicação de um dos importantes periódicos constituintes do corpo da literatura romântica;

"O Archivo Popular. Semanário Pintoresco", que, em 1837, abre o seu nº 26 com uma gravura da Batalha [...] e refere-se ao conjunto arquitectónico como o mais belo monumento da arquitectura gótica nacional e um dos mais respeitáveis padrões da glória portuguesa. [...] [Sendo] designado por monumento nacional, categoria atribuída pela primeira vez a uma construção. (ROSAS, 1995, p. 19)

¹⁵⁸ foi apenas mediano o número de medidas de cunho patrimonial, tomadas pelo Estado português ao longo do século XIX, que se recolhiam em salvaguardar, de um modo mais sistemático e por um caráter ampliado os seus monumentos. Segundo consta na literatura consultada, os resultados dessas iniciativas não estiveram nem perto de serem satisfatórios. Alguns dos mais repercutidos, versam que, em 1858, Joaquim Possidónio Narciso da Silva, conseguiu uma licença de D. Pedro V para “desenhar, medir e proceder ao cadastro dos edifícios da arquitectura portuguesa que poderiam ser classificados como Monumentos Nacionais” (CUSTÓDIO, 1993, p. 45). Além disso, várias foram as comissões ministeriais, denominadas para discutir, definir e cadastrar os monumentos nacionais (1870, 1875, 1880, 1882 e 1890), as quais “apenas mexeram no problema sem encontrar soluções adequadas.” (Ibid., p. 49).

Na sequência, disperso ao longo do século XIX, alguns outros poucos monumentos tiveram mesma classificação e/ou semelhantes “privilégios” institucionais, através de determinações de leis exclusivas, sem, contudo, se ver algum tipo de política patrimonial sistemática e efetiva. Dentre eles, usufruindo de mesmo estatuto e sendo assistido pelo Estado português, está o “Palácio Nacional da Pena, [em Sintra], cujo plano se deveu ao barão de Eschewege” (CUSTÓDIO, 1993, p. 47), por ordem e financiamento de D. Fernando II, que fora Rei consorte de Portugal, entre 1837 e 1853. Empreendimento que não encerrou sua relevância neste século, tratado como um dos mais importantes elementos para o forjamento de Sintra como patrimônio mundial. Como observaremos no tópico seguinte.

Embora o contexto pudesse apontar numa direção satisfatória aos propósitos de uma consagração dos monumentos nacionais, do movimento romântico, na realidade, o que se verificou ao longo do século XIX, é que os avanços a serem comemorados não foram tão tantos. A amplitude que tomou a distribuição dos conteúdos difundidos pela literatura nacionalista romântica, nos parece ser um dos pontos que bem poderia ter sido celebrado, conseqüentemente, sua repercussão e aceitação entre a população, uma vez que, “a sua divulgação deve incluir-se no fenómeno mais vasto do jornalismo da época e nas intenções dos seus mentores, que esperavam alargar a instrução ao maior número possível de leitores, exercendo uma função pedagógica e civilizadora indispensável para o progresso do país, tão carenciado nessa matéria.” (ROSAS, 1995, p. 16). Desse modo, tem-se conhecimento de que a população ia tomando entendimento e acolhendo as ideias de consagração de um patrimônio nacional. “O tema dos monumentos andava necessariamente no ar [...]. A sua divulgação através de periódicos tão prestigiados e lidos confere ao assunto uma relevância que deve ser sublinhada.” (Ibid., p. 18). Gerando ainda mais tensão sobre o Estado, alargando também os ideais nacionalistas.

Numa observação mais aproximada dessa literatura periódica, inclinamo-nos sobre uma das mais importantes revistas desse cenário: “O Panorama”, lançada em 1837, por meio de um grupo de apoiadores e entusiastas do movimento romântico, em Portugal, que convidaram A. Herculano para dirigi-la. “Uma revista de figurino enciclopédico[...], [em que o autor-diretor,] estabeleceu uma rede de correspondências a nível nacional, adequada a amplitude de divulgação do periódico.” (CUSTÓDIO, 1993, p. 37), bem como, uma linha editorial, em que “os assumptos políticos não obteriam entrada, [...] [pois,] as discussões políticas exaltam os espíritos mais moderados, e assumem, mais dia menos dia, um caracter

particular e pessoal que não quadra aos periódicos literários[...].”¹⁵⁹, que, pelo que observamos, se manteve inalterada pelo tempo que se publicou, até 1868. “O Panorama’ tinha uma tiragem de 5000 exemplares e contava com assinantes em todo o país. O público a que se destinava este periódico e os seus similares era muito heterogéneo, mas a intenção declarada dos redactores era instruir as classes laboriosas em ‘missão civilizadora’”. (ROSAS, 1995, p. 12).

Por um admirável trabalho de digitalização, executado pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), pudemos ter acesso aos textos de alguns dos volumes de “O Panorama”¹⁶⁰ (ver figura 12), por meio dos quais verificamos que, em questão de forma, A. Herculano procurou condensar pequenos textos de vários autores, que pudessem dar uma noção ampla e detalhada do estado em que se encontravam diversos itens com características patrimoniais, por todo Portugal e a relação que estes assumiam junto a ideia de uma nação portuguesa, o que de modo semelhante se vê sobre os monumentos de outros países e o modo como já se podia vê-los associados a uma unidade cultural de cada uma das nações. Somado a isso, vê-se uma forte “utilização da gravura [que] permitiu a difusão da iconografia dos monumentos portugueses e estrangeiros, factor essencial na definição de categorias como *monumento histórico, monumento nacional, gótico, manuelino e restauro*, e da sua alargada difusão junto da opinião pública.” (ROSAS, 1995, p. 15).

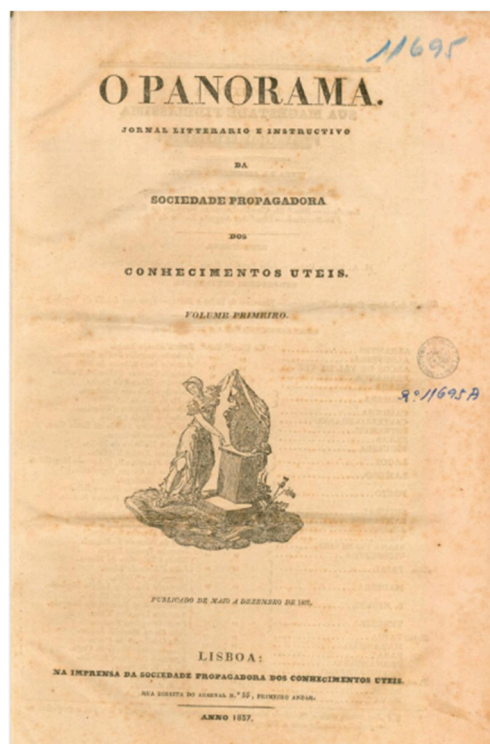


Figura 12: Capa do periódico português, “O Panorama. V. 01, n. 01 de 06 de maio de 1837.

No que tange ao conteúdo do periódico, vimos que o trabalho esteve especialmente ajustado em promover e debater uma reformulada noção de patrimônio, adjacente aos propósitos nacionalistas. Numa ação de amplitude conceitual e teórica, em que, segundo Custódio (1993), A. Herculano “projecta a sua filosofia salvacionista nos intelectuais das gerações [românticas] de 1850 e de 1870 até ao início da I Republica.” (p. 41), pautado pelo espírito da filosofia romântica, repercutindo uma ideia de sublimação da natureza, originada, por uma “proposta de ruptura com a formula aristotélica de imitação da natureza, essência do

¹⁵⁹ VARIEDADES. Litteratura, in.: Diário do Governo, (21 de fevereiro de 1837), p. 204.

¹⁶⁰ “O panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis / dir. Alexandre Herculano. - V. 1, n. 1 (6 Maio 1837)-s. 5, a. 3, n. 52 (1868). - Lisboa : na Imprensa da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1837-1868.”. Acessado em 04.09.16. Disponível em <<http://purl.pt/23739>>

classicismo, e a adopção dos princípios da filosofia estética kantiana, [...] [levando-o] a afirmar que ‘é, pois, em nos, no mundo das ideias, que devemos buscar o belo’” (CUSTÓDIO, 1993, p. 40). Entendimento que discorreremos com um pouco mais de profundidade, em seguida.

Uma considerável parte da estrutura conceitual e teórica e seus fundamentos, sobre uma nova noção de patrimônio, desenvolvida por A. Herculano, pode ser vista ao longo das edições daquele periódico, com especial ênfase numa série de quatro artigos escritos pelo autor, entre os anos de 1838 e 1839, intitulado “Os monumentos”; posteriormente republicados, de modo reformulado, entre 1872 e 1873, integrando à edição de os “Opúsculos”, a que recebeu o título de “Monumentos Pátreos.” (ROSAS, 1995), “que constituem o primeiro manifesto sobre a problemática da salvaguarda do patrimônio arquitectónico e artístico português” (CUSTÓDIO, 1993, p. 37).

É recorrente o papel revolucionário que os estudiosos desse contexto atribuem ao periódico “O Panorama”. Lucia Rosas (1995), assevera que os artigos que compõem “Os monumentos”, “constituem uma contribuição maior no pensamento português sobre a questão, de alargadas e profundas consequências.” (p. 12). Para a autora, em pensamento ao qual Custódio (1993) se associa, um destes efeitos, foi a fundação, em 1863, por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, da “Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, que, pelo prestígio que adquiriu, especialmente com publicações de artigos nos periódicos que lançou, de alguns personagens da cena romântica, entre eles, A. Herculano; “no ano seguinte, [...], um alvará régio, concedia à sociedade ‘a faculdade de usar do título de **Real** Associação dos Architectes Civis e Archeologos Portuguezes’ [...]” (ROSAS, 1995, p. 111-11, grifo nosso)

Embora não seja o foco maior de nossa investigação, motivo pelo qual não os discutiremos a exaustão, a observação desses artigos, numa análise detida da definição, dos conceitos e dos valores que A. Herculano entendia e lançava sobre patrimônio, em conjunto com as reflexões discutidas à época e as contribuições de nossos referenciais bibliográficos, é fundamental para que possamos compreender como isso, em paralelo com um considerável número de edificações promovidas por personagens do romantismo português em Sintra, refletiu incisivamente nos seus termos patrimoniais, que, do modo como entendemos, todo esse processo configurou a maior, mas não a única, temática da sua candidatura ao patrimônio mundial: a característica de ser aquele um primeiro cenário conjuntural paisagístico cultural, considerado, ilustrativo da expressão do romantismo no mundo.

Quando nos inclinamos à análise dos referidos textos de A. Herculano, uma das primeiras impressões que tivemos, é que o esforço de reflexão e produção de suas formulações

esteve assentado num necessário alargamento da noção de património. Arranjando que o conceito se deslocasse de uma ideia exclusiva de monumentos móveis, como itens de características e funções marcadamente históricas que, do modo como observamos, à época, adquiriram contornos arqueológicos, comprobatórios de alguma narrativa; chegando a um entendimento que se associava a uma monumentalidade assinaladamente arquitetônica, de denso valor histórico-cultural. Trazendo à noção de património uma nova característica, uma forte dosagem de observação das culturas sobre as quais o monumento se constituiu e se alastrou pelo tempo.

Isso, possibilitou que mais itens e com maior aprofundamento de suas determinações pudessem oferecer suporte na formação e atribuição de uma consciência nacional de carácter monumental, marcada pela forte presença de um património cultural de antigas edificações símbolos de uma cultura nacional, aos quais se buscava justificar que, concomitantemente aos outros itens, houvesse a necessidade de uma salvaguarda, por dispositivos e instituições do Estado português. Pois, do modo como compreendemos o pensamento de A. Herculano, estes itens estariam indelevelmente dispostos como um ponto de apoio de exortação de um sentimento de nação. Assim, a concepção de monumento,

[...] progride para a definição de *monumento histórico* ao qual atribui a categoria nuclear de memória e acrescenta a qualidade de ilustração da história. Capaz de lembrar o passado o monumento histórico é um documento, uma prova, um detalhe da cultura das gerações precedentes. A sua capacidade de memorização é imensa ultrapassando o indivíduo ou o facto isolado. Por isso ele é tão valorizado por Herculano, situando-se o seu pensamento no contexto da sobrevalorização romântica da História. Tinha de ser muito poderoso o sortilégio dos monumentos medievais (e manuelinos) na mente da geração romântica portuguesa apaixonada pela História e pelo passado glorioso de Portugal, depositário das mais nobres virtudes guerreiras e da grande ousadia que levou a nação às descobertas. (ROSAS, 1995, p. 29)

Dessa maneira, notamos haver a manutenção de uma noção patrimonial que perpassa por um carácter histórico, porém, atrelado a uma perspectiva de forte valorização da cultura, estimando não apenas uma delimitação, por assim dizer, espaço-temporal da história, mas qualificando o contexto cultural e os meios em que se constituíram os monumentos, sobretudo quando estes remetiam a honra e a glória da nação portuguesa. Num movimento que aloca “a noção de monumento como memória, herança e património da nação, conferindo à junção dos dois conceitos a capacidade de significar a situação mental do tempo [...] (ROSAS, 1995, p. 12).

Assim, ao se observar um determinado item patrimonial, o julgamento sobre este não deveria ser realizado sobre o item em si ou pelo seu estado físico. Do modo como temos compreendido A. Herculano, a concepção de “monumento histórico”, intuía que se recorresse ao reconhecimento das culturas que constituíram e que eventualmente modificaram o monumento, ou mesmo as que por ele transpassaram durante o tempo, numa concepção que, de certo modo, se aproxima do que entendemos hoje por “Patrimônio Cultural”, uma vez que, para A. Herculano, de acordo com Custódio (1993), “as épocas históricas possuem sempre um carácter solidário consigo próprias.” (p. 40). Assim, serviriam desde o passado ao futuro, especialmente para configurar uma unidade cultural. Num raciocínio que parece estar claramente explanado, pelo próprio A. Herculano (1843), do seguinte modo:

Uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao pretérito cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será. Esta doutrina nunca deves esquecer ás nações [...] Se considerado na sua essência o monumento pode indifferentemente ser uma columna ou uma eschola, um tumulo ou um hospital, uma pyramide ou um sarcóphago: se o seu destine lhe não determina os accidentes como por urna deplorável confusão d'ideas se tem pretendido, cumpre examinar quaes condições lhe possa impôr a circunstância de ser não só um monumento, mas um monumento nacional; de ser uma edificação pública levantada á memória de um homem illustre. Aqui uma nova ordem de considerações se apresenta: são umas de conveniencia, outras de decencia, outras emflm de moralidade, e até de poesia, porque só ha-de attender a sentimentos, tradicoes e affectos: porque uma nação que se esquece de tudo isto não é só corrompida, é uma nação gangrenada. (p. 213-14)

Assim, os fundamentos e interesses assumidos por A. Herculano, que pudessem sustentar o intento em implantar ações de salvaguarda, i.e., de “processos de patrimonialização”, sobre os “monumentos históricos” que, desse modo, lhes alçassem à “Monumentos Nacionais”, para além do que já discurremos anteriormente, foram por ele, concisamente apresentados, de um modo simples e direto, necessário ao conhecimento, através da edição de 1838 de “O Panorama”, no 1º artigo da série “Os Monumentos”, em resposta a provocação feita por “um respeitável viajante hespanhol”, sobre de que importa a preservação dos monumentos, diante do avanço dos tempos. E assim o autor rebateu:

[...] Importa à arte, às recordações, à memoria de nossos paes, a conservação de coisas cuja perda é irremediável, a gloria nacional, o passado e o futuro, as obras mais espantosas do intendmento humano, a historia e a religião. [...] Importa, [ainda,] o conhecimento das batalhas, do estado da industria e da arte das gerações passadas, importa o conhecimento dos usos e costumes dos homens d'outras edades, importa a noticia das relações commerciaes entre os povos que nos procederam, importa a noção de desinvolvimento intellectual, moral e religioso da gente que passou, importa a informação de tudo que existiu ante de nós, do que preparou o estado presente das coisas, importa a

causa da civilização actual, importa a origem da sociedade d'hoje. (O PANORAMA, 01 de setembro de 1838, p.276)

Do modo como analisamos, para A. Herculano todo esse esforço era intentado e validado pela ciência que tinha de um conjunto arquitetônico que guardava uma considerável qualidade cultural, de um determinado período da história portuguesa; notadamente os itens arquitetônicos provenientes de uma cultura da idade média, especificamente o estilo gótico. Já para outros poucos personagens da cena romântica, a predileção era pelo estilo manuelino. De um modo geral, por uma característica epistêmica da filosofia romântica, nesse período, buscou-se atenuar a amplitude que a preferência pelas obras dos estilos do período da antiguidade clássica conhecia na sociedade. Embora a preferência estivesse centrada nos elementos arquitetônicos mencionados, aparentemente a ideia não estava assentada em descartar ou relegar algum item de características diversas as referidas. O esforço conceitual-teórico, nesse sentido, estava mais relacionado a “acabar com ‘o pre-conceito de que em artes só o grego e o romano’ eram belos, renovando [assim], as concepções da arte portuguesa.” (CUSTÓDIO, 1993, p. 40).

Sendo assim, em nosso entendimento, as características imbricadas numa reformulada noção patrimonial, discutidas no século XIX, em Portugal, constituíram-se com uma forte carga sobre os monumentos arquitetônicos, depositários de uma espécie de repertório cumulativo cultural, que poderia permitir a compreensão das sociedades, ocupantes do território português, que os produziram. Para Custódio (1993), “esta postura histórica em relação ao monumento permitia assim valorizá-lo, sob o ponto de vista cultural, independentemente do seu valor de uso ou da sua função institucional.” (Ibid., id.)

Como vimos, de acordo com o pensamento de A. Herculano, sobre uma noção moderna de patrimônio, a estima por um determinado monumento residia no caráter memorialístico que este evocava sobre uma certa cultura e não no elemento em si e nas suas características, ou no seu estado físico; desde que, o item se revestisse de certa relevância histórico-cultural, i.e., de que se tratasse de um monumento de caráter nacional, pelo qual se pudesse argumentar os “fundamentos naturais” que constituíram a nação, e ainda que se alinhasse com uma concepção estilística clássica ou outro estilo arquitetônico, se fossem assim, estariam dispostos a agregar mais recursos patrimoniais que pudessem sustentar alguma consagração nacional, servindo todos como “um testemunho do passado, importante pelo seu interesse cultural [...]” (CUSTÓDIO, 1993, p. 40), resultado de toda uma solidariedade da gama de culturas que deram formação à Portugal. Em que, através deles, buscou-se uma associação

para oferecer a ideia de uma honrada e gloriosa nação portuguesa, pelos quais A. Herculano se dispunha a preservar e salvaguardar “contra o espírito destruidor ‘da sua geração’ (1838) ou do ‘homem de hoje’ (1872)” (CUSTÓDIO, 1993, p. 39).

Dito isto, não nos parece ser exagerado afirmar que o trabalho de reformulação da noção de patrimônio, calcado pelos ideais do romantismo, esteve fortemente enlaçado numa ação de envergadura política, acionando a dimensão política do patrimônio, e dando-lhes a tarefa de atribuição e/ou fixação de um determinado valor histórico-cultural, sobre um certo período, alçando um dado percurso como gerador de uma nação portuguesa, neste caso o medievo. Assim, inevitavelmente, dadas as circunstâncias históricas, esta ação recaiu com maior peso sobre estruturas arquitetônicas de caráter áulico, religioso e militar, associando-os com uma parcela restrita de determinados grupos de atores da sociedade.

De todo modo, para que se levasse à frente os ideais nacionalistas sobre os monumentos, no período romântico de Portugal, pela fixação de algum valor sobre estruturas arquitetônicas e outros itens de caráter “monumental histórico”; era fundamental que houvesse um processo de classificação e categorização de itens considerados “monumentos nacionais”, i.e., no sentido que conhecemos hoje, que se procedesse curso a algum “processo de patrimonialização”, que legalmente protegesse determinados bens, colocando a estrutura do Estado à sua disposição. Segundo Rosas (1995), “Herculano estava convicto que só uma legislação firme e centralizadora poderia travar o processo de atropelo ao passado” (p. 119), enlaçando, de um modo mais consistente, os propósitos que as formulações conceituais e teóricas, que ajudara a construir, em meio ao romantismo nacionalista português almejavam.

Desse modo, em meio ao cenário que buscamos evidenciar e já decorridos longos anos do início do movimento nacionalista romântico, na década de 1830; “em 1875 é nomeada, [pelo Estado português], uma comissão para propôr, [...], ‘as providencias que julgar mais adequadas à conservação, guarda e reparação dos monumentos históricos e dos objetos archeologicos, de importância nacional, existentes no reino.’” (ORTIGÃO, 1896, p. 157) A comissão, “reconhece no seu relatorio [...] que os monumentos estão inteiramente ‘descorados entre nós, [...]’”, (CUSTÓDIO, 1993, p. 45).

Dessa investida, resultou um Projeto de Lei que, entre outras coisas, propunha uma definição sobre “monumentos históricos nacionais”, assentada fortemente, segundo Rosas (1995), nos ideais de A. Herculano. Ficando assim definido:

São considerados monumentos históricos nacionaes todos os edificios, construções, ruinas, objectos artisticos de caracter distinctamente typico do trabalho, usos, costumes, progressos, estado industrial, influências sociaes e modo de ser intelectual, moral e material da sociedade portugueza nas diversas evoluções do seu desenvolvimento histórico, bem como os que representem ou memorem os feitos mais distinctos da historia nacional. São igualmente considerados monumentos históricos nacionaes todos os vestígios dos povos e civilizações anteriores á fundação da monarchia portugueza, existentes ou encontrados no solo e sub-solo do reino e seus domínios (ROSAS, 1995, p. 122)

Percebemos com nitidez, quão vasta era a concepção de itens que poderiam ser considerados “monumentos históricos nacionais”, ratificando o esforço de A. Herculano para alargar o conceito, mesmo através de artigos de civilizações remotas, pois o que se considerava era o referencial que se tinha sobre eles na sua contemporaneidade, pautando-se especialmente por um caráter de uma espécie de memória cultural como suporte para uma certa honra e gloria nacional, que, em uma certa medida, por tudo que abordamos da biografia sintrense, conduz Sintra a ter, assim, uma forte presença nos novos termos patrimoniais portugueses que iam se moldando.

Mesmo já podendo se perceber esse passo como um avanço, “as reformas propostas pela comissão não foram sequer discutidas a nível parlamentar” (ROSAS, 1995, p. 124) e as exposições da literatura consultada, atestam que os frutos dessa ação só foram sentidos, com alguma relativa importância, em 1880, quando,

por portaria do Ministério das Obras Públicas [...], foi solicitado à Associação a indicação de edificios que pudessem ser classificados pelo Governo como monumentos nacionais. [Resultando] na primeira lista conhecida, intitulada *Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal*. (CUSTÓDIO, 1993, p. 49)

Desse modo, em 1881, foi apresentada, em decorrência do pedido citado, a primeira lista institucional de monumentos nacionais. “Esta lista constituiu um marco notável na história do patrimônio cultural em Portugal [...], [e] manteve-se como elemento de consulta e referencia até aos princípios do século XX” (CUSTÓDIO, 1993, p. 49). Na lista, os “Monumentos Nacionais”, foram elencados, minimamente em mais de 200 itens, não sendo possível, para nós, precisarmos, pois, algumas classificações trazem o texto de forma generalizada, assinalando que todos os itens que se configurassem de determinada forma deveriam ser incluídos como monumentos. A listagem divide-se em seis classes, sem se verificar ou conhecer uma hierarquização de prioridade e de valor entre os itens e as classes, ou alguma distinção com

semelhante sentido, apenas, pelo que verificamos, para efeito de estruturação, uma vez que, de acordo com Rosas (1995) “todos eles eram dignos de desvelo e de conservação” (p. 130). São as classes:

1ª classe - Monumentos históricos e artísticos e também os edifícios que somente se recomendam pela grandeza da sua construção, ou pela sua magnificência, ou por encerrarem primores de arte; [...]

2ª classe - Edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal, ou somente históricos, mas não grandiosos, ou simplesmente recomendáveis por qualquer excelência de arte; [...]

3ª classe - Monumentos de arte militar antiga. Castelos e torres. ‘Mas todos esses gigantes de remotas eras, testemunhas e inumeráveis acções d' heroismo dos nossos antepassados, devem ser conservados [...]’.

4ª classe - Monumentos levantados em lugares públicos pela gratidão nacional em honra de homens, que bem mereceram da pátria. [...]

5ª classe - Padrões de muitos diferentes géneros importantes para a historia e para as artes. Padrões de feitos gloriosos, arcos comemorativos ou funerários, lugares memoráveis como casas de pessoas célebres e notáveis, pelourinhos, cruzeiros, cipós, colunas miliarias e outras memorias epigráficas. [...]

6ª classe - Monumentos pré-históricos. Dolmens ou antas, menhires, mamoaas, etc. [...] (ROSAS, 1995, p. 128-29)

Embora seja um inegável marco no contexto da evolução da noção de património em Portugal e para os propósitos nacionalistas românticos, seus efeitos, no que tange a factual salvaguarda dos monumentos a serem classificados, foram irrelevantes, uma vez que a lista ficou pendente de aprovação oficial e assim não se destinara, sobretudo, recursos para pôr em prática os “processos de patrimonialização” dos “monumentos nacionais”.

Há que se salientar, que, no processo dos termos patrimoniais de Sintra, do modo como temos nos inclinado a explicar, observamos que o município só não teve itens elencados para a classificação de “monumentos nacionais”, na 4ª classe, em todas as outras esteve representada com ao menos um item, restando-nos a contabilização de pelo menos 10 deles, com dificultada verificação pelos mesmos motivos já expostos. Destes, destacamos o Palácio Nacional de Sintra (1ª classe), “rico d’arte e de memórias históricas”¹⁶¹, o Palácio da Pena (2ª classe), na 3ª classe, muito possivelmente o Castelo dos Mouros¹⁶² e na 6ª classe, no âmbito de sua característica de

¹⁶¹ “Relatório e Mappa acerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes. Apresentado ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade da portaria do Ministério das Obras Públicas de 24/10/1880”. Anexo ao “Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes”, nº 4, 3ª série, tomo III, Lisboa, 1881, p. 3-14.

¹⁶² Nesta classe, devido as generalizações, posteriores as nomeações de cada elemento individualmente e por ser este um castelo militar de construção mourisca, como vimos; imediatamente, não refere a uma cultura portuguesa, no âmbito das ideias nacionalistas, porém, inscreve-se no conceito alargado de monumento histórico como memória. Assim, o texto pelo qual nos faz entender que o Castelo dos Mouros tenha sido elencado nesta classe é o seguinte: “E além d'estes muitos outros, em melhor ou peor estado, mas devendo todos ser conservados como padrões da história e da arte militar dos tempos antigos.” (Ibid.)

local de povoamento pré-histórico, foram elencadas quatro “antas”, entre elas, a de “Adrenunes”, mencionada no capítulo anterior. Sendo assim, nesta classe, Sintra figuraria como a terceira localidade em número de contribuições para os monumentos nacionais.

Embora a lista tenha sido elaborada sob influência do pensamento do romantismo, que como vimos, inclinava-se com maior atenção e desejo de, por assim dizer, “patrimonializar” elementos da idade média, sem, contudo, excluir outros elementos; de acordo com o entendimento de Rosas (1995) “não existiu nesta listagem um medievalismo exacerbado na selecção dos monumentos.”. O que, em certa medida, pode auxiliar na explicação dos motivos pelos quais Sintra (serra, vila e freguesias) tenha observado um número significativo de elementos da pré-história elencados, especialmente se considerarmos que Joaquim Possidónio da Silva, fundador e presidente da “Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses”, foi o chefe da comissão que procedeu os estudos para a lista, autor que já tinha manifestado profundo interesse arqueológico na região de Évora, Elvas e Sintra, em escavações de estruturas megalíticas, com especial atenção para a anta de Adrenunes, em Sintra, na década de 1850 (MARTINS, 2003), para além da, já referida, marcante característica de ser uma topografia de contundente testemunho de povoamentos na pré-história, que naturalmente teria importante representação nesta classe.

Entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX, até a implantação da república, em 1910, algumas ações do Estado monárquico constitucional se desenvolveram, ainda lentamente, sobre as questões do patrimônio português, como: aprovações de algumas legislações e deliberação de trabalhos às comissões de inventariação e reconhecimento à salvaguarda institucional, entre estes, “em 1909 o Ministério das Obras Públicas, [...] publicou a lista oficial” (CUSTÓDIO, 1993 p.53) de bens para salvaguarda como monumento nacional de Portugal. Muito embora, algumas destas ações, de acordo com nossos referenciais, tenham sido instruídas ao sabor de conveniências políticas, que não parece ser propriamente o caso da lista, já que esteve, em boa medida, assentada sobre o esforço de catalogação da “Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses”, onde estavam alguns importantes nomes do romantismo de Portugal (ROSAS, 1995).

No âmbito deste cenário, de acordo com Custódio (1993), “a relativa inoperância das instituições levou a novas pressões da sociedade civil”, em movimentações liberais e nacionalistas, com a monarquia já prestes a ruir, que trouxeram novas ideias e “adeptos, [especialmente] das classes medias, resultando, já sob ares republicanos, “a 26 de Maio de 1911 é publicado o Decreto nº 1 de reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos”, (Ibid., p.

54), correspondendo a uma primeira revisão de conceitos e de práticas usualmente seguidas durante o século XIX.” (Ibid.), num processo que produz mais um alargamento da noção de patrimônio, em que a observação de valores estéticos e artísticos estava presente, para além da correspondência histórico-cultural já observada, nos moldes da concepção e atuação do período romântico, culminando, no século XX,

Ainda sobre o regime monárquico, como um de seus últimos atos, ocorre “a publicação do Decreto de 16 de julho de 1910, que consagrara em lei a lista dos monumentos à classificar, que fora apresentada um ano antes, e, desde então, “uma série de monumentos foi sendo classificada até 1928, data da publicação do inventário que juntava ao arrolamento de 1909, os monumentos entretanto decretados como nacionais” (ROSAS, 1995, p. 156). E que assim veio decorrendo até nossos dias, tomando tal lista como base e quando necessário emendando-a.

Neste momento, Sintra consolida sua relevância para contribuição do cenário patrimonial português, tendo consagrado 13 bens inscritos, sendo o sexto concelho que mais abasteceu de bens os monumentos nacionais de Portugal, e o segundo no âmbito do distrito de Lisboa, ficando atrás apenas da capital. Muitos desses, entendemos serem o resultado material de um adensamento de dinâmicas socioculturais, que, em certa medida e verificando-se a situação de um a um, em cada época, são “representantes” das três “ambiências” que elencamos no capítulo anterior, verificando-se uma inclinação com maior frequência sobre os itens que foram concebidos ou tiveram grandes intervenções no contexto do período medieval, sabidamente o de preferência dos românticos. Destacamos: o Palácio Nacional de Sintra, o Palácio Nacional da Pena (Convento da Pena), a Igreja da Penha-Longa, a Igreja de Santa Maria, o Palácio Nacional de Queluz compreendendo também os seus jardins, o Castelo dos Mouros, e, fora do período medieval: as Antas de Adrenunes, de Agualva e Anta de Belas.

Uma vez concluída a discussão analítica do período inicialmente proposto, em que anotamos o modo como Sintra esteve direta e indiretamente envolvida nas discussões e operações patrimoniais daquela época, e antes de tratarmos, brevemente, do “Plano de Étienne de Gröer” que, por assim dizer, “congelou” o cenário patrimonial de Sintra, torna-se fundamental discorrermos por uma análise que permita compreender como o movimento romântico, na tentativa de dar cumprimento aos seus ideais e reflexões filosóficas, percebeu e (re)configurou o *lugar* Sintra como uma espécie de local arquetípico, para uma *u-topia*¹⁶³

¹⁶³ Retomando o pensamento de Aristóteles sobre o *tópos*, em que se pode entender tratar-se de “[...]’um-ponto-de-partida, ou um elemento do qual nós tomamos os-pontos-de-partida referidos a toda e qualquer matéria, concentrando nele o nosso pensamento. [O *tópos*] é delimitado na sua abrangência [...], mas ilimitado quanto ao número de casos individuais que possam

romântica portuguesa. Valendo salientar, que não encontramos nenhum tipo de indicio que nos leve a crer tratar-se de uma escolha aleatória de tal topografia, i.e., alheia aos propósitos e fundamentos do pensamento romântico.

O que temos acesso, é que aquela topografia reunia aspectos e elementos que, em boa medida, associavam-se à sistemática do pensamento filosófico romântico, notadamente por um cenário paisagístico apropriado à contemplação, com forte carga simbólica e imaginária de misticismo e de magia, mas também pelos elementos físicos que ali existiam provenientes da idade média. Nesse contexto, nos interessa, tanto as operações de caráter patrimonial que os personagens do romantismo executaram sobre Sintra, que de algum modo, (re)configuraram o *lugar* Sintra, como também o modo como isto se relaciona com o *status* de patrimônio mundial, forjado à Sintra no final do século XX.

Especialmente, por tratarmos algumas das operações executadas por estes personagens, com teor semelhante ao de um “processo de patrimonialização”, em que um conjunto de ações, com caráter patrimonial, urbanístico e paisagístico, foram executadas, sob a égide do pensamento romântico nacionalista, empenhado em consolidar uma unidade cultural portuguesa, mas, sobretudo, para atender os fundamentos e reflexões da filosofia romântica.

Num seguimento de operações em que se observa alguns aspectos típicos dos processos patrimoniais dos dias atuais, guardadas as devidas diferenças temporais e o observando o modo mental da vida social de cada época. Tais como “requalificações de espaços públicos”, visto em algumas operações paisagísticas, especialmente na vegetação da Serra de Sintra, que no “século XIX [sofre] alterações mais profundas no coberto vegetal. Ao mesmo tempo que se desenhavam em Sintra parques e jardins associando espécies exóticas, surgia a

nele caber’ (ARISTÓTELES; CAMPOS; MESQUITA; CONDINHO, 2007, p. 110); vemos que o sentido de um *tópos* tem como base, tratar-se de princípio, um local em que se inicia, e de onde se parte para alcançar algo, podendo mesmo ser a verdade, como buscam os filósofos. Numa ideia que, de algum modo, como temos visto, à medida de cada visão de mundo em dada época, parece ter acompanhado, de certo modo, às atribuições de sentido sobre a espacialidade de Sintra. Pensando nisso, e retomando a origem do termo utopia, temos, que se trata de um vocábulo criado no século XVI, pelo Inglês Thomas More, desdobrado a partir de duas expressões gregas, dando origem ao *U-tópos*, em que “u” trata-se de um prefixo de negação e “tópos” da maneira que já conhecemos. Portanto, a ideia de More, foi de usar essa expressão para dizer sobre um “lugar que não existiu” e, sabe-se, não existira (utópico), um lugar fruto da capacidade de reflexão de More, concretizada por ele, de forma literal, num livro de mesmo nome, em que trata de uma ilha de seus pensamentos, uma sociedade perfeita, em “um lugar fantástico, onde o povo é bom e a felicidade existe” (MACHADO, [1947] 2003, p. 5). Que mesmo ciente de que o lugar não existia, portanto era uma utopia, tanto que este era o nome do lugar “ilha de utopia”, mesmo assim, não se furtou à reflexão de “produzir” o lugar, ao menos literariamente. Assim, pensando no processo que se deu em Sintra no século XIX, entendemos que o pensamento de reflexão do romantismo, fez algo semelhante, naquela espacialidade, só que dessa vez, o esforço foi para além da literatura, alcançou a materialidade de edifícios e jardins, tendo encontrado para isso, um cenário, que ao ver do romantismo, já continha muitos dos elementos necessários para essa aventura utópica. De tal modo, Sintra, mais uma vez, estaria sendo acionada com um certo sentido de *tópos*, desta vez, para as “realizações” utópicas do romantismo. Daí o porquê do *U-topia*.

ideia de uma reflorestação extensiva, por iniciativa de Dom Fernando II.” (SIMÕES, 1999, p. 21).

Ainda sobre este cenário, numa tentativa de um breve entendimento do processo, à luz de teorias da sociologia urbana, é possível adequar o entendimento num certo sentido de um “enobrecimento urbano”, uma vez que foram inúmeras as intervenções urbanas e patrimoniais, a mais famosa dela o Palácio da Pena, para, de certo modo, atenderem um restrito grupo social da sociedade portuguesa. Que, como salienta H. Peixoto (2003),

Apesar de, no início, o movimento romântico ter significado, em especial, uma reação de descontentamento diante dos resultados funestos da revolução industrial para a maioria da população [...], no âmbito das artes, historicamente, prevaleceu a posição individualista e elitista do *gênio criador*, bem ao gosto e em acordo com os interesses mercantis da classe burguesa” (p. 12)

É possível notar ainda, algumas “ressignificações de lugares”, como no caso do Palácio da Pena, que fora erigido aproveitando partes do antigo “Convento da Pena”, numa topografia que vimos estar por séculos associada à sacro-religiosidade, mas que D. Fernando II, buscou ressignificar. De um modo, que Santos (2013) dá entendimento:

O novo complexo residencial régio da Pena, uma vez terminado, possuía características que motivaram a denominação de paço acastelado: a existência de uma barbacã com o respectivo pórtico fortificado de entrada e ponte levadiça, [...]; as numerosas guaritas rodeando o edifício; as diversas torres, [...]. Finalmente, o conjunto edificado possuía uma situação congruente com a generalidade dos castelos medievais, num lugar alto e facilmente defensível. No entanto o edifício não possuía função militar, já que a maioria dos seus elementos arquitectónicos com características militares eram meros ornamentos decorativos. O conjunto palaciano da Pena incluía-se dentro de um vasto movimento romântico [...] A arquitectura reflectia os ideais, procurando estilos arquitectónicos do Passado e reinterpretando-os e adaptando-os às necessidades contemporâneas. [...] a opção de D. Fernando II por uma linguagem arquitectónica inspirada na arquitectura militar medieval era lógica, especialmente frente à mística romântica de Sintra [...]. (p. 807-808)

Em que assim, com outros exemplos que pontuaremos no seguimento, pensamos não ser exagerado denominar analiticamente este processo como “Romantificação de Sintra”, em que se observa um conjunto de intervenções na paisagem urbana de Sintra, algumas dela de carácter patrimonial. Neste contexto, diferentemente dos processos de patrimonialização contemporâneos, as razões não parecem estar, de algum modo, assentadas em fatores de ordem económica e/ou comercial, mas sim, num propósito político-ideológico nacionalista, de

fundamento filosófico no romantismo. Portanto, um projeto estético, no sentido de composição de um cenário, bem como político-ideológico, para atender os interesses dos ideais nacionalistas e filosóficos do pensamento romântico, consagrando uma certa unidade cultural portuguesa.

Para melhor compreensão de todo esse cenário, da forma como se associou o movimento romântico à Sintra, retomaremos à meados do século XIX, agora já apreendido e compreendido o cenário patrimonial e as outras movimentações que ali se instauravam, fazendo uma observação aprofundada e direcionada à Sintra nos escritos mais contundentes do movimento romântico em Portugal, buscando dar compreensão a este pensamento e como se relacionou com Sintra. De certo, temos que nos debruçar sobre o periódico “O Panorama”, que, como vimos, é aquele que mais ecoou e cujos textos foram os mais importantes na apresentação, divulgação e consolidação dos propósitos do movimento, tanto na sua busca pela consagração dos monumentos, inseparavelmente nacionalista, bem como, para o entendimento do embasamento e construção do pensamento, em boa medida, kantiano de A. Herculano, pelo que bem se representa, quando o autor afirma que “é, pois, em nós, no mundo das ideias, que devemos buscar o belo”, i.e., o julgamento e o conhecimento sobre algo é possível por um tipo de reflexão específica e não pela coisa em si. Este modo de reflexão, em grande medida, provocou toda uma movimentação que forjou o cenário sintrense, do modo como discutiremos a partir daqui.

A análise dos artigos de “O Panorama”, nos revelou que Sintra, como algumas outras poucas localidades, em muitos momentos é referida através de um tipo de escrita que se aproxima das características que já destacamos em Almeida Garret, valendo-se de recursos linguísticos, que tocam os elementos adensados na designada “aura de Sintra”, notadamente os arquitetônicos, em artifícios literários que aparentemente buscaram desvelar e consagrar um passado, que conceberia um “espírito de nação”, por uma certa unidade cultural, ao modo do pensamento romântico, que assim, num entendimento nosso já observado, recorre a dimensão política do seu patrimônio cultural histórico.

Porém, ainda em observação ao periódico, e verificando-se também a revisão bibliográfica, Sintra, em meados do século XIX, eleva-se a um outro patamar, como expediente recursivo de sustentação de uma filosofia romântica, que, à época, se expressou no âmbito de uma ideologia nacionalista liberal, pois, em nossa análise, a herança das dinâmicas socioculturais, refletidas nas edificações, transpassada pelos “fios condutores”, que se inflexionam sobre o misticismo e a magia no *tópos* sintrense, para além dos recursos tangíveis, de algum modo, estiveram postas como recursos dos entendimentos e aspirações românticas,

num processo em que se pode notar um uso político destes elementos culturais, alargando-se, talvez, a um uso político-ideológico e filosófico, dos recursos, por assim dizer, patrimoniais.

Como parte destas discussões, temos que, efetivamente, ingressar na análise das referências feitas à Sintra, em “O Panorama”. Para além das várias citações de maneira esparsa que há nele, um artigo é particularmente importante neste exame. Um que se debruça de maneira integral e de modo amplo por sobre a localidade, intitulado “Uma Visita a Cintra”, com data de 17 de setembro de 1842, de autoria do escritor e diplomata, José da Silva Mendes Leal¹⁶⁴ (1818–1886), figura de considerável notoriedade no movimento romântico português, ocupando, durante muitos anos, o cargo de bibliotecário-mor (ROSAS, 1995), que, embora já tenhamos tomado conhecimento da inabilidade do cargo, no que tange as questões patrimoniais à época, acabou por recobri-lo de imprescindível importância no cenário do romantismo português (Ibid.).

Neste artigo, o autor descreve uma caminhada, em companhia de um amigo, pela Vila de Sintra e seus arredores. Nele, o autor tece comentários e destaca pontos que guardam semelhança com o modo como já fizera Almeida Garret ([1825] 2012), quando da publicação do poema Camões, permeando propósitos nacionalistas sobre os monumentos e entremeando Sintra nestes. Por não se tratar de um poeta, e por não ser a poesia o propósito da publicação, não se vê a inflexão artística do alto menestrel que fora Garret, característica que, vale observar, também não se nota em Alexandre Herculano, cujas obras mais relevantes, de caráter artístico, são os romances ficcionistas, (lendas e narrativas).

Tal qual fizemos na análise do poema Camões, seguem alguns trechos do citado artigo que entendemos relevantes à investigação.

[...] a villa assentada entre o valle e a serra alvejava no meio das sombras [...], tão viçoso e tão basto de arvores frondosas, **enviava-nos a fragancia dos seus primores** [...]. erguiam-se da base até ao cimo, deleitando-nos pela variedade, arrojo e estranhesa, os asperos penedos de que a serra está arripiada,[...] Coroando uma das eminencias, **as ruinas do castello arabe completava este todo tão formoso como variado. Já alli se elevaram muros valentes!** [...] Como ahi **na villa se erguem os altivos coruchéus dos paços reaes**, outrora rudes e escuros, hoje alvos e enfeitados de elegancias modernas, **já alli se ergueram seguras muralhas d'alcaçar poderoso, já alli dentro se aninharam [...], guerreiros e donzellas, [...].** [...] E de feito quem póde do **alto da Pena**, no cimo da serra de Cintra, **da picturesca Cintra, estender os olhos por tantas cousas passadas e presentes, que foram e que são, que falam á memoria e aos sentidos**, sem se achar tomado de profunda sensibilidade? quem não sentirá filtrar-se-lhe na mente e coar-lhe para o

¹⁶⁴ Foi sócio fundador da “Associação dos Architectos Civis Portuguezes”, e “em 1868 José da Silva Mendes Leal (1818-1886) publica, ilustrada com fotografias de Henrique Nunes, a obra *Monumentos Nacionais*.” (ROSAS, 1995, p. 98).

coração apurado **sentimento de poetica philosophia.**— **Triste o que não vê com os olhos do espirito quando olha com os do corpo.** [...] **Quanto pôde interessar alma e tradição,** [...], deveis de avaliar esse vasto **theatro** em que tantas cousas se passaram.... (José da Silva Mendes Leal, In: O PANORAMA, 26 de fevereiro de 1842, p. 67, grifos nossos)

[...] vimos o que na villa há notável, discorramos agora por estes arredores formosos. [...] **de variado e ameníssimo arvoredos.** [...]

Mais longe uma cascata fervendo n'uma aberta da serra, formando-lhe vários troncos velhíssimos um toldo sombrio, gebemundo e espesso, todo povoado de suspiros e rumores que insensivelmente vos conduzem a phantasia ao mundo ideal de fadas, visões e amores, por pouco que sejais imaginativo e poeta.

[...] Veremos a **Regaleira** [...]. São alli **as aguas finas e puras**, por muito frias, como nevadas; fresquíssimos os arredores [...]. **É á maneira d'um paraíso posto alli** [...].

[...], o venerando retiro do virtuoso viso-rei, [...] **Penha-verde! cujos viçosos loureiros alli estão continuamente contando as façanhas do singelíssimo heroe, e produzindo copioso fructo de honrada glória, toda sua, todo do seu grande nome para Portugal.** (Ibid., p. 311, grifos nossos)

‘Não deixemos ficar em esquecimento as **ruínas de Monserrate** [...] **Se não é logar tão fértil de memorias é ao menos bem cheio de encantos.**’ [...]

‘Quantos dias volveriam despercebidos, passados nestes variados e **picturescos sitios**, e quantos livros se poderiam compôr das **sensações e pensamentos recebidas e acordados aqui!** [...], por esse caminho todo **semeado de symbolo mystico,** [...]’ (Ibid., p. 312, grifos nossos)

Por este trecho, observando especialmente os grifos, podemos inferir que o autor configura um certo cenário para Sintra, no qual os elementos arquitetônicos, em conjunto com os aspectos da natureza estão envoltos num ambiente de misticismo e de magia, dispostos de um tal modo que aparentam constituir uma descrição de uma pintura nostálgica, melancólica, sobre um passado que bem serve ao nacionalismo monumental romântico, no sentido da busca em compor uma unidade cultural portuguesa. Vale salientar, que o uso político-ideológico desses elementos de Sintra, está aqui sendo analisado em sua associação com a forma literária, no caso, através do periódico “O Panorama”, muito em função do maior destaque e alcance que este tipo de expressão tomou, porém, são conhecidas outras formas de expressões artísticas com semelhante propositura, como as esculturas e a pintura, que, de todo modo, dotavam Sintra num cenário de configuração similar, usando para isso seus elementos arquitetônicos e aqueles subjetivos, adensados na sua “aura”.

Não por acaso, em 1843, numa exposição de belas artes em Lisboa, foram expostas, entre outras, várias telas sobre Sintra (ver figura 13), de dois artistas estrangeiros do movimento romântico, radicados em Portugal, A. Roquemont (1804 – 1852) e B. Dufourcq (1807 - ?) (RIBEIRO, 2014); “obras que se pode considerar o ponto de partida para o surgimento do

romantismo artístico, [em Portugal,] que apresenta aspectos naturalistas, líricos, bucólicos e sentimentais.” (Ibid., p. 95-6)

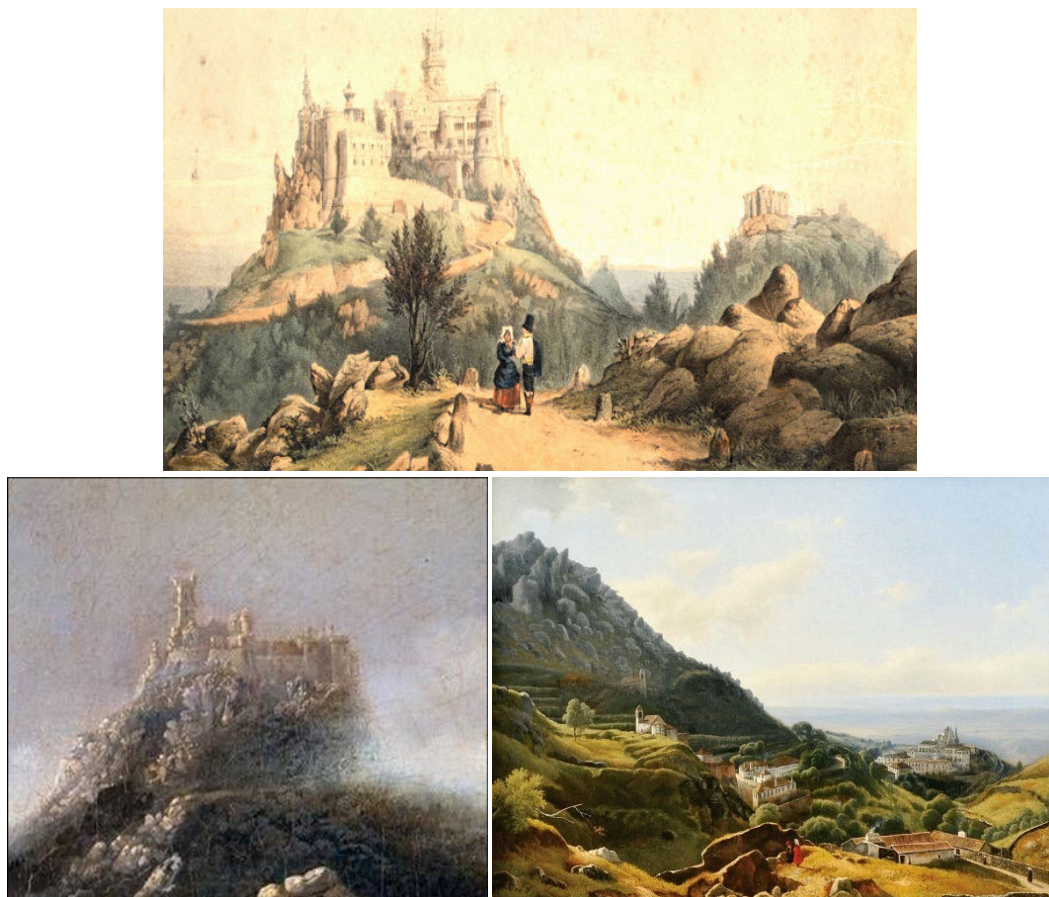


Figura 13: Obras pioneiras do romantismo artístico em Portugal, que retratam Sintra, de modo bucólico por motivos sentimentais. A obra acima e a da esquerda, destacam o “Palácio da Pena”. A obra da direita, destaca um plano mais aberto da paisagem sintrense, voltada para o centro histórico do concelho, mostrando o “castelo dos mouros” à esquerda e, bem ao fundo, à direita o “Palácio Nacional de Sintra”. Fonte: portugalvirtual.pt Autores: Auguste Roquemont e B. Dufourcq.

Esse tipo de abordagem do movimento romântico, observado em Portugal com maior inclinação para expressão literária, não pode deixar de ser visto como parte de uma estratégia pedagógica de alcance político e cultural, assentada numa ideologia nacionalista, pautada no pensamento filosófico romântico, que, segundo Françoise Choay ([1992] 2001), em observação a todo contexto europeu do século XIX, “[...] inscreve o monumento numa ambientação sintética que o dota de valor pictórico suplementar, sem relação com a qualidade estética que lhe é própria” (p. 132), pensamento muito próximo do modo como A. Herculano se posicionava, sobre as desnecessárias qualidades estéticas de um monumento, e que também evidencia o caráter suplementar da estrutura arquitetônica, em meio a fundamental composição de um cenário de base filosófica romântica. Para a autora,

Esse tipo de trabalho ilustrado multiplicou-se durante as primeiras décadas do século XIX. [(Em Portugal, estende-se um pouco mais)] Monumentos e edifícios antigos, que se tornaram contrapontos necessários das paisagens naturais e rurais dos panoramas urbanos, acolhiam novas determinações: implantação, pátina, formas fantasmagóricas, signos de um novo valor pitoresco. (Ibid., p. 133).

Assim, a forma de reflexionar o pensamento na filosofia romântica, encontra nos monumentos, especialmente os góticos, em meio a uma paisagem específica, repleta de simbolismos e envolvimento de misticismo e magia, sua mais bem apropriada forma de representar uma certa unidade cultural, ou, nos termos de Choay ([1992] 2001), uma “sensibilidade nacional”, para além de dar os contornos e as formas materiais necessárias à angustiada sensibilidade dos personagens da cena romântica, num processo tão bem mais eficiente, por assim dizer, quanto mais contundentes fossem os aspectos do místico e da magia associados a determinado *tópos*, configurando algo que Choay ([1992] 2001) atenta ocorrer no movimento dos artistas e autores românticos, que denominou de “topografias pitorescas”.

Da forma como decorreu nossa análise, vimos que algumas das operações patrimoniais, reverberaram, de algum modo, sobre Sintra, tanto por ser um local testemunho de diversos extratos da cultura lusitana/portuguesa, mas, sobretudo, para os românticos, pela constante consideração pelo modo como, longevamente, deu-se e continuou-se a dar o entendimento sobre sua espacialidade e seus elementos e aspectos, sintetizados no que chamamos de “Aura de Sintra”; o que, de certa forma, nos parece poder estar relacionado com alguma percepção de alteridade cultural.

Assim, estamos entendendo que o pensamento romântico buscou retomar da “ambiência” da idade média a percepção deste sítio como um *locus amoenus*, imbrincado, de algum modo, com um entendimento de *locus sacer*, captado da “ambiência” da antiguidade romana em Sintra, portanto, uma combinação de percepções que resultou no que poderíamos considerar como um “*tópos* místico romântico”, uma espécie de meca para as formulações do pensamento do romantismo português, que, por este modo de pensar, assentou-a dentro de um amplo processo de consagração patrimonial nacional, resultando na preservação, restauro e edificação de elementos materiais de singular relevância e icônicos deste movimento, que hoje, compõem o cenário patrimonial cultural sintrense.

Estes elementos, num primeiro momento, à época do século XIX, estiveram associados ao entendimento romântico de expressões artísticas, que os entendiam como uma espécie de produto do modo de pensamento da reflexão romântica, pelos quais se podia apreender o

“absoluto”¹⁶⁵, i.e., como formas de expressão da máxima aproximação do conhecimento real, bem como, em parte, e numa certa medida, servindo de fundamento para as ideias nacionalistas destes personagens. Muito em função disto, a partir dos últimos anos do XIX, visto mais fortemente nos primeiros anos do século XX, alguns destes elementos foram tomados como “patrimônios nacionais”, curiosamente através de processos racionalizantes de consagração e preservação patrimonial, sugeridos pelos próprios românticos, num conjunto de noções patrimoniais que, se não inaugura as questões patrimoniais em Portugal, ao menos as reformulam e reestruturam de um modo decisivo, atribuindo uma consciência patrimonial, e, consequentemente, mas não tão somente por isso, um entendimento de unidade cultural à nação portuguesa; momento em que, para nós, se inicia a delimitação e conformação final deste cenário patrimonial cultural Sintrense, em iniciativas de tombamento institucionais do Estado português, bem como, pelo poder local de Sintra, sobre os quais nos debruçaremos.

Alcançamos um ponto da análise, em que pela envergadura do pensamento da filosofia romântica, associada ao desenvolvimento de um processo patrimonial que denominamos de “romantificação de Sintra”, é necessário deter-nos sobre as concepções conceituais-teóricas do pensamento romântico. Sem, contudo, intencionarmo-nos em decompor ou esgotar uma análise sobre o romantismo alemão. A prestação de contas com o sistema de pensamento romântico é tão somente para dar compreensão ao modo particular e inovador com o qual os românticos pensavam e reflexionavam. Tanto na tentativa de se alcançar o conhecimento, i.e., uma gnosiologia própria, recorrendo mais aos sentidos do que à razão, como também, para percebemos a epistemologia de sustentação de uma “unidade cultural” portuguesa, especialmente na parcela que coube à Sintra. Uma sistemática que, pelo nosso entendimento, possibilitou todo o trabalho do processo de “romantificação” executado em Sintra, assentado, porém, numa evidente associação com o entendimento milenar de um *tópos* bastante particular daquela localidade, i.e., sob o signo da “Aura de Sintra”.

Para tanto, consultamos Walter Benjamin ([1919],1993), eminente conhecedor do romantismo alemão, em sua célebre obra fruto de sua tese doutoral, “O conceito de crítica de

¹⁶⁵ O entendimento e definição de uma noção de absoluto para estabelecimento de uma relação com a realidade sensível mais fundamental, i.e., um fundamento último das coisas, é tarefa básica em todas as filosofias ao longo do tempo; não sendo diferente sobre os esforços da corrente de pensamento filosófico romântico, que atribuiu um entendimento próprio sobre o “absoluto”, adaptado, em boa medida, do idealismo alemão. A necessidade de adentrarmos nestas questões, cabe no bojo do entendimento dos eventos de embasamento romântico ocorridos no século XIX em Portugal, que tocam num pensamento sobre o absoluto associando-se intrinsecamente a uma noção de monumentos, como uma espécie de obra de arte no pensamento do romantismo, que, especificamente, em Sintra, entendida como uma espécie de *tópos*, emoldurou o cenário patrimonial de Sintra, abrindo espaço para que mais tarde, no final do século XX, em associação com outros processos, tivéssemos o entendimento da UNESCO que parte deste sítio é um patrimônio da humanidade.

arte no romantismo alemão”, pela qual tivemos acesso aos seus pensamentos sobre o “primeiro romantismo alemão”¹⁶⁶, fundamental para nossa análise, notando que os personagens do movimento romântico, sem se distinguir do que ocorria em Portugal, especialmente os da primeira (1830) e ainda mais fortemente os da segunda (1850) geração romântica portuguesa, não se fixavam na tentativa de obter o conhecimento através de uma “teoria da reflexão realizada”, como no iluminismo, em que, desse modo, a reflexão estaria associada com o mínimo de recurso aos sentidos para atingir a realidade, i.e., o conhecimento através da razão, com um conteúdo de ciência (BENJAMIN, 1993, p.39), mas sim, a tentativa fora desenvolver uma espécie de gnosiologia heurística, pela qual os sentimentos, de algum modo, fossem despertados à buscar o conhecimento, no caminho de algum contato com uma propriedade absoluta.

Isso, como um contraponto ao pensamento iluminista, pois, o império da razão, em pleno século XIX, não só em Portugal, mas em toda Europa, impunha de um tal modo sua lógica, que dificultava e perturbava “o recurso de uma transcendência teologicamente entendida. Essa época assumiu o programa cognitivo das ciências modernas e foi, além do mais, convicta da supremacia da razão e do progresso inevitável do racionalismo ocidental.” (BRUSEKE, 2004, p. 30), portanto, conhecimento e entendimento das coisas através de uma percepção sagrada, mística e mágica, como se tinha anteriormente, num mundo interpretado pela visão medieval, estava em franco recesso; ao menos o mundo ocidental deslocava dos sentimentos para o cérebro o modo de conhecer e entender as coisas. O exercício racional, praticamente implodia de dentro dos homens a presença de Deus nos seus destinos. Portanto, o mundo tornava-se um exercício de lógica, pela razão, e esta retirava das relações humanas os sentimentos e vários aspectos que se relacionavam com o sagrado, pelo que, p.e., entendemos que Sintra esteve associada, constituindo aquilo que denominamos de aura, possibilitando, como vimos, todos desdobramentos no seu percurso histórico.

¹⁶⁶ Cabe observar, que Walter Benjamin (1993) desenvolve seu entendimento sobre o romantismo alemão, enfatizando que sua análise recai sobre o pensamento daquilo que ele chama de “primeiro romantismo”, compreendido entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do XIX, do qual August Wilhelm Schlegel, seu irmão, Friedrich Schlegel e Georg Philipp Friedrich von Hardenberg, mais conhecido pelo pseudônimo de Novalis, são, segundo o próprio autor, seus principais nomes. Desse modo, por uma questão temporal, poderíamos pensar que o romantismo português não tem suas bases filosóficas próximas ao “primeiro romantismo”, uma vez que vê-se esta corrente de pensamento em Portugal, com maior força, por volta da segunda década do XIX, o que poderia inviabilizar a observação dos entendimentos de Benjamin, de um modo análogo em Portugal, ao menos no que tange a força e a ressonância que teve A. Herculano e suas ideias românticas, neste período de Portugal, porém, de acordo com a pesquisadora em estudos alemães, Fernanda Gil Costa (2010) “Todos os biógrafos de Herculano, [...] insistem na sua ligação às letras alemãs [...]” (p. 20). “A lição de Herculano é muito próxima da alemã professada pelos Irmãos Schlegel, doseada com sensatez de partes de nacionalismo, europeísmo e respeito pela antiguidade clássica [...]” (p. 21), aspecto cuja autora se estende longamente em demonstrar, e, que, para nossa pesquisa, tem grande relevância, por tudo isso, também, a opção em trazer Walter Benjamin como nosso referencial de entendimento sobre o romantismo.

Assim, é precisamente no contexto do iluminismo que surgem os “primeiros românticos”, uma nova onda mística, que encontra uma primeira grande repercussão com os escritos dos irmãos Schlegel e de Novalis na Alemanha, que, Segundo Benjamin ([1919] 1993), dão a palavra final neste pensamento, discutindo proximamente e por vezes até tomando de empréstimo entendimentos do idealismo alemão, especialmente sobre o conceito de “reflexão”; do pensar sobre seu próprio pensamento; que, segundo Johann Gottlieb Fichte (1762 – 1814), um dos principais nomes do idealismo alemão e um dos pensadores de maior ancoragem para o romantismo alemão, constituía-se “da ação da liberdade, pela qual a forma torna-se forma da forma [pelo pensar do pensar], como seu conteúdo, e retorna para si mesma, [a isso] chama-se reflexão” (BENJAMIN, 1993, p. 29, *apud*. FICHTE. 1980); uma compreensão reflexiva, pautada num misticismo, que naquele momento estaria sendo reinterpretado pela modernidade racional, algo como numa “mística sem Deus” (BRUSEKE, 2004), pela qual, “a experiência mística, que tem como seu cerne a união do Eu com a totalidade divina, é transferida para outros campi, principalmente para o mundo da vida desdivinizado. [...] [Em que diversos âmbitos] da sociedade [...] sofrem um carregamento místico.” (BRUSEKE, 2004, p. 30), sem, contudo, se desligar da percepção da razão.

Haveria então, no romantismo, um processo intermediador entre a mística, o mágico e a razão, dotados de “um sentimento de que a realidade, o mundo ou relevantes partes dele não são completamente acessíveis às ciências modernas ou à linguagem” (Ibid., p. 30-1), sendo, portanto, necessário haver uma diferenciação do pensável e do impensável, Que,

Para Wittgenstein, caberia à filosofia delimitar o pensável e, com isso, o impensável. Essa delimitação do pensável pode acontecer somente no campo do dizível; é, então, uma limitação do impensável a partir *de dentro*, através do pensável. A função da filosofia é [...] *significar o indizível ao apresentar claramente o dizível*. (Ibid., p. 31, grifos do autor)

Desse modo, o pensamento romântico consistia em uma sistemática de conhecimento por um “pensar imediato na reflexão” (BENJAMIN, 1993, p.39), através de um modo próprio de reflexão, de possibilidades infinitas, dotado, segundo Benjamin (1993), de um “formalismo místico radical”, em que o “Eu”, carregado de seus sentidos e sentimentos, num processo de intuições e pensamento, faria uma reflexão produzindo o “pensar imediato”, i.e., o dizível, o pensável; e, assim, tudo aquilo que não o fosse seria o indizível, o “absoluto”, sem se desprender do entendimento de que o “Eu”, seria, de todo modo, também o “absoluto”, uma vez que, “os românticos partem do simples pensar-se-a-si-mesmo como fenômeno; o que é apropriado para tudo, pois tudo é si-mesmo” (Ibid., p.80).

De acordo com Benjamin (1993), o entendimento de Fichte sobre a “reflexão”, seria a ação de tornar a forma da inteligência e da intuição, o conteúdo de uma nova forma, a forma do saber ou da consciência (Ibid., p. 29), daí se teria um conhecimento, por um “reflexão originária”, em primeiro grau, um conhecimento de caráter imediato, resultante de uma autoconhecimento do “Eu”, mas que, num segundo momento de reflexão, “reflexão absoluta”, unificando-se com o mundo, se teria um conhecimento sobre outras coisas, ou seja, sobre o “Não-eu”, desde que com a presença “pensar imediato” do “Eu”, partindo, então, para uma reflexão absoluta, i.e., por este pensamento, tudo seria de conhecimento através do “Eu”, pois dele, de algum modo, toda derivação do “absoluto” perpassa. A este modo de conhecimento, com alguma reconfiguração, “os primeiros românticos ligaram-se firmemente e o desenvolveram para além das sugestões de Fichte” (Ibid., p. 30).

De certo, o que os românticos não aceitavam no pensamento de Fichte, e, então, reconfiguraram-no, era a limitação dessa reflexão, i.e., uma reflexão apenas do “pensar do pensar”, ponto em que, para Fichte, deveria se encerrar as conexões para o conhecimento; no sistema de reflexão pelo entendimento dos românticos, esse exercício deveria ser elevado a possibilidades infinitas, num desenvolvimento de consciência através de um conjunto processual da “reflexão originária” e da “reflexão absoluta”, numa construção heurística em que por dois tipos de reflexão se objetivava atingir um conhecimento, sobre o máximo possível da realidade. Pois, de acordo com Benjamin (1993), “[...] a reflexão absoluta [segundo grau] abarca o máximo da realidade nos sentidos, a reflexão originária, [primeiro grau] o mínimo; que na verdade em ambas o conteúdo inteiro de toda realidade está contido, todavia desdobrado em sua mais elevada clareza no primeiro, estagnado e obscuro no outro.” (p. 39), dessa processualidade se partiria para uma “infinitude de reflexão”, ou seja, o “pensar do pensar do pensar”, que garantiria, segundo Benjamin (1993) não um percurso infundável e vazio no caminho para uma determinada consciência e para o conhecimento, mas uma “infinitude de conexões”, tão necessária, neste pensamento, para atingir o máximo de clareza possível de todo “absoluto”, uma vez que é através do pensável e conseqüentemente do dizível, que, como já discutimos, se apreende e se define o impensável, ainda que não se possa acessá-lo.

Assim, “o romantismo fundou sua teoria do conhecimento sobre o conceito de reflexão, porque ele garantia não apenas a imediatez do conhecimento, mas também, e na mesma medida, uma particular infinitude do seu processo.” (BENJAMIN, 1993, p. 30), pois, quanto maior fosse a cadeia de “pensar do pensar do pensar”, maior seria sua aproximação de alguma percepção do “absoluto”, ou seja, do conhecimento máximo possível da realidade. Este

pensamento, configurando-se como numa “mística sem Deus”, age como num processo em que o conhecimento sobre a natureza (“absoluto”), atinge o espírito por toda a sua história, promovendo uma continuidade para o desenvolvimento da consciência, uma vez que, “as formas da consciência, em seus traspassamentos mútuos, constituem o único objetivo do conhecimento imediato, e este traspassamento constitui o único método que permite fundar e compreender aquela imediatez” (BENJAMIN, 1993, p. 30).

Portanto, esta consciência, seria assim, parte do “absoluto”, a própria razão é também uma parte sua, o “Eu” também é o “absoluto”, portanto, chamado de “Eu “absoluto”” porém, que não temos como acessá-lo (“absoluto”) por completo, mas, segundo o pensamento romântico, um meio, por assim dizer, eficiente de tocarmos o “absoluto”, seria através das criações artísticas e da cultura de um modo geral, pelos quais, podemos conhecê-lo em fragmentos, especialmente sobre aquela parte do “absoluto” que nos seria de pouca compreensão, em que, desse modo, o “Eu” assume um caráter que Benjamin ([1919],1993) chama de “médium do conhecimento¹⁶⁷”, mais um traço do místico do romântico, que, no que tange a alguma estética dessas criações ou, dito de outro modo, das representações, no âmbito desse modo de refletir, associando-se aos pensamentos de Kant, o belo não seria objeto de julgamento pela coisa em si, pois de algum modo era como um fragmento do “absoluto”, e a este, no pensamento romântico, não caberia julgamentos, nem regramentos à criação.

De tal modo, e num esforço de entendimento para finalizarmos esta breve explanação sobre o romantismo e continuarmos nossa análise, recorreremos a um excerto de Benjamin ([1919], 1993), em que o autor assevera que,

Com este pensar imediato da reflexão [reflexão originária] os românticos penetram no “absoluto”. Lá eles procuram e acham algo totalmente diferente do que fichte. Na verdade, [...], para eles a reflexão é uma reflexão realizada, mas ainda assim [...], não um método realizado com um conteúdo comum, com o conteúdo da ciência. O que deve ser derivado da *doutrina-da-ciência* é e continua sendo a imagem do mundo das ciências positivas. Os primeiros românticos, graças ao seu método, dissolvem esta imagem do mundo inteiramente no “absoluto”, e neste eles procuram um outro conteúdo que não o da ciência. (p. 40-1, grifo do autor).

Nesse sentido, a visão romântica estava assentada num entendimento que percebia o conhecimento como uma espécie de espelho do “absoluto”, acessado através desse sistema de

¹⁶⁷ “A doutrina do medium do conhecimento e da percepção está ligada à da observação, que é de significado imediato para a compreensão do conceito de crítica. A “observação” e a designação, muitas vezes sinônima de experimento, são também, por sua vez, vocábulos da terminologia mística, neles culmina o que o primeiro romantismo tinha a esclarecer e a ocultar acerca do princípio do conhecimento da natureza.” (BENJAMIN, 1993, p. 63-4).

reflexão, encontrando na natureza um mecanismo análogo de algo como revelações, pois, para os românticos, que assentavam, em certa medida, raízes na filosofia da natureza aristotélica (SELLIGMAN-SILVA, 2007; MUTSCHLER, 2008), sem apego aos postulados aristotélicos de uma imitação da natureza, mas, por um sentido mais profundo desse pensamento; uma vez que, do mesmo modo que a natureza é uma unidade orgânica, no pensamento de Aristóteles, i.e., é toda de uma mesma essência – substância – e tem a capacidade de se desenvolver infinitamente, revelando a cada momento uma nova característica, o pensamento, poderia assumir-se, na ideia romântica, como uma unidade orgânica, que se desenvolveria pela sistemática da reflexão imediata e infinita, na mesma medida; também revelando novas características, num nível maior, através das criações artísticas e culturais, que, de todo modo, pelo entendimento dos autores românticos, tanto na natureza quanto pelo pensamento, na sistemática de sua reflexão, se desdobrariam, de algum modo, no conhecimento do “absoluto”.

Isso foi de um tal modo, que, segundo Custódio (1993),

Herculano via a arte [especialmente a arquitetura], como o modo de ‘vazar em moldes sensíveis inspirações’ superiores que conferiam unidade de pensamento à obra de arte – ‘unidade que vem por condição absoluta da mente do artista, a unidade que resulta da síntese do ideal, antes deste ser revelado pela expressão material’ (p. 40-1)

Essa forma de pensamento, que Custódio (1993) ajuíza como sendo de A. Herculano, parece ter a mais fiel relação, e não por acaso, com o entendimento que Benjamin ([1913], 1993) fez sobre o pensamento de Schlegel, em que afirmou que “o ponto central da reflexão [para contatar o “absoluto”, no romantismo] é a arte e não o Eu” (p. 46). Isso, independentemente de não estar explicitamente em Benjamin, é percebido claramente que pode ser executado por quaisquer que fossem as formas das expressões artísticas, inclusive pelas edificações, que, como um quadro, podem ser entendidas, como expressões estilísticas de um artista-arquiteto, sobretudo e em particular referindo-nos ao momento vivido por Portugal no século XIX.

Assim, em Portugal, para uma parte considerável das figuras do romantismo, entre eles A. Herculano, coube ao gótico a mais bem completa representação artístico-arquitetônica, como testemunha de uma certa unidade de pensamento cultural, que, de algum modo, refletira o espírito e a natureza do povo português, em que aí se incluem as do estilo manuelino, que para Herculano, continham qualidade similar. Pois, no pensamento dos filósofos românticos, as expressões culturais e artísticas são determinações do “médium-de-reflexão”, em que, para suas produções, haveria uma conjunção de forças conscientes e inconscientes, experienciadas em

determinadas circunstâncias (BENJAMIN, [1919], 1993), pelo que poderíamos delimitá-la como uma circunstância espacial, portanto, no âmbito de um *tópos*; não por acaso, “a imagem que Herculano tem da arquitectura gótica corresponde a uma visão mística” (ROSAS, 1995, p. 21), afinal, por esses elementos poderia ser extravasado, de algum modo, o “absoluto”, uma vez que, de acordo com Benjamin (1993) “a reflexão livre-do-Eu é uma reflexão no “absoluto” da arte” (p. 48), na medida em que, aparentemente, para os românticos, no processo da criação artística, o homem, por assim dizer, espiritualizaria o mundo sensível.

Deste modo, embora o pensamento romântico, de forma geral, refutasse os postulados do classicismo grego, sobretudo e com particular atenção no ponto como estes cultuavam e entendiam a estética e o belo, especialmente no julgamento dos monumentos e estruturas arquitetônicas, em que A. Herculano, asseverava como um preconceito, o entendimento “de que em artes só o grego e o romano é bello” (HERCULANO, 1837, p. 2), a forma de contato e apreensão do “absoluto”, neste sistema, i.e., uma gnosiologia na filosofia romântica no modelo português, comportando aí suas especificidades, anteriormente mencionadas.

Pelo nosso modo de entender, parece estar relacionada, em alguma medida, com a noção aristotélica de *tópos*, uma vez que esta categoria, para Aristóteles, funcionava como um ponto-de-partida, essencial ao conhecimento da substância, como numa *gênesis*¹⁶⁸, e, no modelo de conhecimento romântico, haveria a necessidade de se estabelecer, ao menos como entendimento, um ponto de que se buscasse uma essência, (substância/”absoluto”) que dali se derivaria tudo, neste caso, o “absoluto”, através de um modo de reflexão, por assim dizer, místico, que, como vimos, Brüske (2004) denominou de “mística sem Deus”, numa espécie de reconhecimento da incapacidade humana da completa compreensão do “absoluto” e para tanto uma reaproximação dos sentidos, diferentemente da promessa e tentativa que faziam os iluministas, uma vez que, para F. Schlegel, “o olho não vê nada senão olho [...] Assim como o olho vê apenas olhos – assim também o entendimento apenas entendimento, a alma almas, a razão razão, o espírito espíritos etc.; a imaginação apenas imaginação, os sentidos sentidos; Deus pode ser conhecido apenas por um Deus”¹⁶⁹,

¹⁶⁸ “A doutrina da *gênesis* (*gígnesthai*) é mesmo o núcleo, ou ainda, o ponto de partida para a compreensão do embasamento que se visa a dar pela explicação da ‘natureza das coisas’ a partir dos conceitos de *movimento* do *não-ser* ao *ser*. [...] tendo como *tópos* o fato de que o sujeito preexiste ao que se lhe predica, precede-se à devida enunciação de que o *ser* sempre será uma derivação de um estado primígeno consistente num *não-ser*, [...] necessariamente, num substrato. [...] O que é ‘por natureza’ (*physis*) é menos por uma causação externa a si e mais por uma causação interna a si.” (BITTAR, 2003, p. 381)

¹⁶⁹ In: Schriften, p. 285; 335. Citado por BENJAMIN, W. em O conceito de crítica de arte no romantismo alemão (1993) p. 61.

Vale observar, que muito em função dessa sistemática de reflexão filosófica e sua direta incidência sobre a estética e o belo, diferentemente do classicismo grego, o romantismo acaba decretando que as criações artísticas, bem como as arquitetônicas independiam de regras estéticas, para não tolher, por assim dizer, o “gênio criador”¹⁷⁰ (KANT, 1790), uma espécie de ser iluminado, que traspassava o “absoluto” com maior facilidade, de quem se entendia ter uma forte intuição artística, afastado dos preconceitos e amarras conceituais.

Trazendo a discussão para nosso objeto de estudo. Em Sintra, pelo modo que temos verificado, acreditamos que tenha sido conduzida, na temporalidade do romantismo, um processo que já denominamos de “romantificação”, nos termos que enunciamos, em que Sintra, numa certa medida, esteve disposta como uma espécie de *tópos*, no sentido de Aristóteles, logicamente sem nos esquecermos, para isso, das raízes aristotélicas da filosofia da natureza do romantismo e da concepção de natureza que esse entendimento trazia anexo, adotado em parte pelo primeiro romantismo alemão, em que a natureza funcionaria como um organismo em permanente desenvolvimento das suas possibilidades e características, o que fez com que os românticos se fixassem no que consideravam um caráter de magia e misticismo, desse permanente desenvolvimento (derivações).

Nosso pensamento, como parte da compreensão da concepção de uma Sintra romântica, no século XIX, pelo processo que denominamos de “romantificação de Sintra”, está diretamente relacionado a um projeto deliberado, de característica nacionalista do romantismo em Portugal, em que o movimento buscava consagrar, numa ação política, uma história de Portugal, especialmente através daquilo que dizia respeito a uma “cultura popular portuguesa”, notadamente representada pelos seus monumentos e arquiteturas, datados, preferencialmente, do período medieval, que, para Herculano, seriam suas expressões mais legítimas (ROSAS, 1995), uma vez que, assim como a natureza, numa outra parte da concepção da Sintra romântica, num processo de infinita transformação, segundo o entendimento da filosofia romântica, de um modo mágico e místico, estes monumentos, pela qualidade mental de que derivavam, tomados, segundo este pensamento, de sentimentos que vazavam para estas construções, espreitavam e espelhavam, em certa medida, o “absoluto”, como por um “médium do conhecimento” (BENJAMIN, [1919],1993), imprimindo, assim, através da unidade cultural de um povo, neste caso o português, características únicas, i.e., um certo espírito de nação.

¹⁷⁰ Nas palavras de Kant ([1790] 2009), através do “Gênio criador”, tem-se “a originalidade exemplar do dom natural de um sujeito no uso livre de suas faculdades de conhecimento [...], favorito da natureza [...], como aparição rara [...]. [Os seus exemplos produzem ensinamentos], extraídos dos produtos de seu espírito e peculiaridade” (p. 167), o resultado de suas expressões são da ordem da intuição, de uma espécie de revelação que estaria, de algum modo, associada com o “absoluto”.

Dessa maneira, e por tudo que foi dito sobre as características de continuidade cultural e do adensamento das dinâmicas socioculturais relacionadas ao misticismo e a magia, através das “ambiências”, do modo como intuímos, resultando no que denominamos de “aura sintrense”, Sintra, estaria disposta para realização das idealizações das reflexões românticas portuguesas, como uma espécie de arquétipo; cientes de que outros sítios portugueses, também receberam atividades dos personagens românticos. No entanto, pelas pesquisadas realizadas, sobre este processo, Sintra foi o local que se mostrou mais virtuoso, o que teve a maior abrangência em termos espaciais e de elementos e com maior iconicidade. Considerado não só em Portugal, mas em boa parte da Europa, à época, haja vista a quantidade de personagens do romantismo internacional que ali se instalaram e teceram comentários nesse sentido.

Multiplicaram-se as descrições arrebatadas dos poetas e escritores românticos veraneantes em Sintra, entre ingleses, alemães, franceses, italianos, espanhóis e, também, portugueses. [...] Sintra é ainda terreno privilegiado para os artistas, com destaque para os gravadores [...] e também para os pintores e escultores (SERRÃO, 1989, p. 19).

Isso, sem já não se poder pensar, que tem relação direta com um outro movimento de visitas estrangeiras em Sintra, um pouco antes da consumação do cenário romântico. Em que “o clima e o exotismo das suas paisagens garantiram-lhe destacado lugar no *Tour* pré-romântico (visitada, entre outros, por Murphy, Link, Ruders, Bradford, Byron e Southey que deixaram expresso, em notáveis relatos, o seu encantamento pelo lugar)” (CAETANO, 2005, p. 19).

Para efeito de uma melhor sistematização do nosso pensamento, sobre os aspectos de Sintra que entendemos terem sido fundamentais para que os românticos portugueses a tomassem como um arquétipo ideal para suas atividades e realizações, a despeito de outros sítios, comentamos brevemente dois aspectos que parecem ter sido de relevante importância para a convergência dos românticos sobre Sintra.

Um primeiro aspecto, recorre a um entendimento razoavelmente comum, apontado das mais diversas formas por alguns autores, em que se evidencia Sintra, funcionado, no decurso de grande parte de sua biografia, como uma espécie de *tópos*¹⁷¹; carregado de misticismo e

¹⁷¹ Não nos parece ser demasiado observar, que a qualidade de *tópos*, que aqui aventamos sobre Sintra, durante as operações do movimento romântico português naquele sítio, para nós, está associada a uma carga de continuidade cultural, de que não podemos esquecer que o movimento romântico é parte em meio a “ambiência” artístico-filosófica, em que já se tem adensada em si, através dos “fios-condutores” (RIBEIRO, 1995-2007) da teia sociocultural, toda uma carga de misticismo e magia, produzidas e igualmente adensadas através das “ambiências” anteriores, e que, assim, trazem consigo uma noção ancestral sobre aquela localidade, que fora socioculturalmente partilhada com os atributos mentais, no sentido de um *tópos* aristotélico,

magia; uma topografia paradigmática, um dos lugares que mais fascinou os românticos portugueses e estrangeiros, num cenário de natureza singular “[...] que a todos os romantismos alimentou” (FRANÇA, 1994, p. 38), e, que, assim, acabou também sendo alimentada e potencializada nessa característica por tais personagens, por um modo muito próprio dessa filosofia; que se não foram os responsáveis diretos por reconfigura-la de um *Lócus Sacer* da Antiguidade para um “*Locus amoenus*” (MACIEL, 2007) ao final da idade média até o início do romantismo em Portugal, apropriaram-se e apreenderam-na de tal modo, através de um conjunto de intervenções urbanísticas, percepções e entendimentos, assentados em pensamentos filosóficos e político-ideológicos, tratando Sintra por um sentido de um lugar espiritual, de contemplação e para reflexões, que, pelo que entendemos dos nossos referenciais, mais prosperamente teria fornecido condições para que o movimento romântico empenhasse-se numa aproximação, maior possível, da realidade (“absoluto”), abrigando ainda, os personagens da segunda geração do romantismo em Portugal, o chamado ultrarromantismo, que ao exacerbarem algumas características do romantismo, como a melancolia, dor e pessimismo, novamente tomaram Sintra pelo entendimento de um *Lócus*, que naquele momento se reconfiguraria num “*Lócus Horrendus*”¹⁷², (lugar de horror, soturno e noturno, em que afloram a solidão e a morte)” (GUERREIRO, 2015).

Tudo isso, reforçando a ideia de que em muitos momentos de sua biografia, Sintra esteve relacionada com algum tipo de simbologia e significado do lugar, todos, de algum modo, associando-se a um *tópos*, no sentido aristotélico, ou, para continuar nas expressões do latim, com suas semânticas mais agudas, como um *Lócus Ipsum*, do modo que dissemos no capítulo anterior, remetendo a um sentido, por assim dizer, mais genérico, como um lugar essencial, em si mesmo.

O segundo aspecto que destacamos, diz respeito à sua qualidade de testemunhar muitas fases da história portuguesa, diriam alguns historiadores que todas elas; que, de algum modo, adensaram-se na “Aura de Sintra”. Sobre isso, Maciel (2007) atenta que também era um propósito dos românticos, ao se aproximaram daquele *tópos*, a busca da continuidade de uma unidade cultural, com uma especial atenção sobre o medievo, em que seus monumentos e

na mais próxima e melhor relação filosófica que encontramos para dar entendimento às características que nos referíamos sobre aquele sítio.

¹⁷² Vale salientar, que diferentemente das outras classificações do “lugar Sintra”, como um *Lócus Sacer* e um *Lócus Amoenus* (MACIEL, 2007), em que se observa uma tentativa de categorizar, sociologicamente, uma certa condição socioculturalmente compartilhada, em meio as “ambiências” a que foram relacionadas anteriormente e no decurso de um longo intervalo de tempo, o *Lócus Horrendus* que Guerreiro (2015) e outros autores assumem, está relacionado com uma assimilação mental breve, no âmbito do *establishment* dos personagens românticos da segunda geração, em Portugal.

estruturas arquitetônicas, eram, pelo entendimento romântico, criações artísticas e culturais derivadas, de algum modo, do “absoluto”, como sendo um “médium-de-reflexão”, espelhando um “espírito de nação”, funcionando portanto, como representantes ideias de uma unidade cultural portuguesa, que, assim, serviria aos seus propósitos nacionalistas, e que, portanto, deveriam ser preservados patrimonialmente.

Portanto, pensando nas observações extraídas de Benjamim ([1919], 1993) sobre o romantismo, e na forma de pensar de A. Herculano e de outros personagens do romantismo português (ROSAS, 1995; CUSTÓDIO, 1993), Sintra, embebida em uma “aura”, tal como enunciamos, teria sido assumida como um local paradigmático, (*tópos*), em que, minimamente, os dois aspectos anteriormente ilustrados, certamente estiveram na base das atenções românticas sobre Sintra, do modo como temos observado nas leituras dos periódicos do ocasião romântica portuguesa. Que nos parece bem explicitada num excerto do texto, já mencionado, de José da Silva Mendes Leal (1818 -1886), sobre o qual, como ilustração de tais aspectos, vale nova consulta.

E de feito quem póde do alto da Pena, no cimo da serra de Cintra, da picturesca Cintra, estender os olhos por tantas cousas passadas e presentes, que foram e que são, que falam á memoria e aos sentidos, sem se achar tomado de profunda sensibilidade? quem não sentirá filtrar-se-lhe na mente e coar-lhe para o coração apurado sentimento de poetica philosophia.— Triste o que não vê com os olhos do espirito quando olha com os do corpo. [...] Quanto póde interessar alma e tradição (José da Silva Mendes Leal In: O PANORAMA, 26 de fevereiro de 1842, p. 67)

Podendo ser notado aqui, em alguma medida, um processo de aproximação com os entendimentos e imaginários socioculturalmente compartilhados sobre Sintra de ambiências anteriores, por alguns daqueles elementos que se adensaram numa, assim por nós chamada, “Aura sintrense”, tão importantes para a sistemática místico-filosófica da gnosiologia romântica, e que assim, por ter estado Sintra disposta às aspirações e atividades de reflexões do romantismo, o produto deste momento da “ambiência” artístico-filosófica, também adensou-se na caracterizada “Aura sintrense”, especialmente por elementos materiais, mas também através de dinâmicas socioculturais.

Aqui, ainda cabe observar que embora os românticos entendessem que todo universo/mundo fosse um imenso manancial¹⁷³, em que a execução de suas atividades de

¹⁷³ Nossa percepção, está associada com as colocações pontuadas por W. Benjamin ([1913, 1993]), quando retoma passagens de autores do romantismo alemão, em uma dessas, lembra que Schlegel crítica Fichte pela percepção que este tem do modo

reflexão, em qualquer que fosse o local, estaria propensa à apreensão do “absoluto”, especialmente através do médium-de-reflexão, acreditamos que muito em função dos aspectos que discutimos anteriormente, os românticos, em Portugal, tomaram Sintra como uma espécie de *tópos*, mas também num sentido aparente de um microcosmos, em que haveria, por assim dizer, uma eficiência no percurso da *gnosis* romântica, por ser um lugar que reunia muitos elementos presentes em todas as partes do universo, envolto por florestas sombrias e enevoadas, entranhadas numa serra majestosa, banhado por um mar em que se encontrava um santuário lunar ancestral, de onde se via o ultimo raiar do sol, com ruínas antigas e castelos medievais abandonados, para além de tudo isto estar imerso de significações místicas e mágicas, que, pelo que entendemos do pensamento romântico, permitiria uma maior potenciação de vazão aos sentimentos pelos gênios artísticos, em que se intensificava o traspassamento no “absoluto”, pois, a disposição de derivações infinitas da natureza, em ambiente tão profícuo, estaria, de algum modo, relacionada a uma maior capacidade de derivações do pensamento, através do “Eu “absoluto””, no sentido de uma infinitude de interconexões.

Importante também salientar, que a interpretação dos personagens do romantismo de que Sintra funcionaria como uma espécie de *tópos*, parece ser algo que, para eles, é observado precedentemente a descoberta daquela topografia pelo romantismo, ou seja, anterior ao século XIX. A rigor, se forçamos um entendimento por sobre a sistemática do romantismo, associado às especificidades do modelo português, parece-nos que Sintra era entendida desse modo desde sempre, porém, encontrando uma maior aquiescência, das derivações do “Eu “absoluto””, nas obras do período medieval, i.e., algumas das atividades das obras artísticas e culturais que ali já se encontravam erigidas, antes mesmo do surgimento do romantismo português, já estariam contempladas dentro de uma sistemática do pensamento romântico, uma vez que, por este pensamento, uma expressão cultural e/ou artística emergida de dentro do período medieval, e algumas até de outras cronologias mais anteriores, teriam sido, de algum modo, fruto de atividades resultantes da maneira como os filósofos do romantismo pensavam sobre estas expressões, que se não pela forma sistematizada do pensamento romântico, através das

como deve-se realizar a reflexão através do “Eu”, afirmando que: “onde o pensamento do Eu não está unificado com o conceito de mundo, pode-se dizer que este pensar puro do pensamento do Eu só conduz a um eterno espelhar-se-a-si-mesmo, a uma série infinita de imagens-reflexo que contêm sempre o mesmo e nunca algo novo” (p. 42), i.e., as coisas do mundo precisam ser acionadas como um suplemento indissociável para as atividades das reflexões do “Eu” do romantismo. Essa passagem, tem como companhia, para o nosso entendimento, uma outra, em que o autor afirma que o pensamento de Novalis, está vivamente ligado ao pensamento de F. Schleiermacher, ao dizer que a “auto-intuição e intuição do universo são conceitos intercambiáveis; daí porque cada reflexão é infinita” (Ibid.), i.e., a consciência de si, através do pensar imediato e o conhecimento em que, de algum modo, espelhamos o “absoluto”, através das reflexões infinitas do “Eu”, são na verdade, tomadas uma pela outra no pensamento romântico, pois, são dois momentos de uma mesma reflexão, como vimos anteriormente, a “reflexão originária” e a “reflexão do “absoluto””.

características do modo mental da época, fruto da sensibilidade e intuições humanas, que, segundo eles, foram tão bem exortadas naquele período; forma mental tão almejada à reconexão, pelos românticos.

No bojo desse entendimento, tentando por máxima clareza sobre como estamos pensando esse período da história de Sintra e seus desdobramentos patrimoniais, cabe-nos ressaltar, associativamente a alguns pensamentos de A. Herculano, que conhecemos que os românticos preferiam se colocar ao lado da infinitude de pensamentos, intuições e sentimentos, extravasados especialmente na arte, para se chegar a algum conhecimento, considerado, assim, o mais real possível, isso, a ter que acionar, para tanto, algum processo inteiramente na racionalidade. Pois, como assegura Benjamin ([1919], 1993), para os pensadores do romantismo, especialmente os de sua primeira variante, e aí, como já atentamos, não temos motivos para não incluir A. Herculano, “a arte é uma determinação do médium-de-reflexão, provavelmente a mais fecunda que este recebeu” (p. 69), e, portanto, também dentro do contexto do romantismo português e considerando todo seu caráter liberal e nacionalista, nos parece muito claro que, em função de tudo que comentamos nas linhas anteriores, A. Herculano tratou os monumentos, sobretudo os góticos e os manuelinos, para além da qualidade de arte, ou, como um mero recurso à memória; na verdade, estes foram entendidos extensivamente muito para além, como “recordações, memória, glória nacional, história, passado e futuro.” (ROSAS, 1995, p. 24), atribuindo-lhes, assim, um peso incomensurável dentro do “projeto” romântico em Portugal.

Não obstante, como parte das anotações sobre um tal “processo de romantificação” de Sintra, uma questão crucial se colocava no caminho das aspirações românticas, não só em Sintra, mas por toda Portugal. De acordo com Rosas (1995), que em certa medida é corroborada por outros referenciais (SERRÃO, 1989; CUSTÓDIO, 1993; CAETANO, 2005),

Os [...] edificios góticos [de Portugal] não eram tão numerosos nem tão imponentes como [...] [em outros] países, a cultura artística portuguesa é muito incipiente, sobretudo até ao último quartel de oitocentos, mal distinguindo os estilos e utilizando imprecisamente a sua nomenclatura [...] (p. 35)

Esta condição, de acordo com Ana Caetano (2015), podia, à época, ser bem visualizada em Sintra, com diversos estilos arquitetônicos “empilhados” num mesmo edifício, por todo sítio, que em parte é resultado de toda aquela dinâmica sociocultural que percorremos longamente no capítulo anterior, presente especialmente por entre os séculos XII a XVIII, resultando no que a autora classificou como uma “panóplia de estilos”, notadamente observado

no núcleo da vila, portanto, sem se observar uma forte influência majoritária do estilo gótico. O Palácio Nacional de Sintra é um dos importantes exemplares dessa situação, com estilos que variam desde o islâmico, passando pelo orientalismo até o manuelino.

Em contrapartida, em Sintra, os românticos se depararam com uma outra panóplia, essa, de arquiteturas e estruturas degradadas ou mesmo arruinadas, especialmente aquelas de caráter religioso, conventos e mosteiros abandonados do período medieval (CAETANO, 2005; NETO, 2007; SANTOS, 2013; ANA CAETANO, 2015), que embora neste estado, foram de extremo interesse romântico, bem como, os espaços ancestrais de alguma consagração de entidades divinas e cultos religiosos, persistindo a conservação destes entendimentos à época¹⁷⁴, remetendo, assim, inevitavelmente, tantos aos aspectos de medievallidade, quanto à magia e misticismo de Sintra, todos tão apreciados por este movimento. Para além disso, o paisagismo do local, precisou ser reconsiderado. Vegetação, fauna e flora, eram mais próximas de uma paisagem bucólica, sem grande diversidade de elementos (SIMÕES, 1999), porém, com uma geomorfologia que, de certo modo, recobria de mistério todo esse cenário e um microclima aprazível de infinitas possibilidades reflexivas, de acordo com o pensamento do romantismo, haja vista as transformações dos cenários que já dedicavam a fazer, através das gravuras da época¹⁷⁵.

Dessa forma, o cenário do imaginário romântico estaria para ser concluído plenamente, por um processo de patrimonialização e intervenções urbanas intenso, dando-lhe características definitivas, como um “paraíso terreal” da maneira que a classificou Gil Vicente. As edificações vigorosas ergueram-se, muitas recorrendo à imponentia do estilo gótico medieval, já imersas numa paisagem ajardinada e de diversidade faunística e florística, cenário típico das gravuras de “topografias pitorescas”. Sintra tinha reunido ao longo de séculos os aspectos e os elementos que foram decisivamente necessários à concepção de um pleno cenário romântico. E, então, o que num primeiro momento, poderia aparentar uma dificuldade para a conformação de Sintra como um *Locus* da referência romântica, tornou-se um imenso espaço, a céu aberto, para as realizações das reflexões do “Eu absoluto” numa cena romântica portuguesa.

Desse modo, Sintra, pelo que temos apreendido, especialmente por A. Herculano, foi entendida como um espaço basilar para os anseios e propósitos dos personagens do romantismo,

¹⁷⁴ O acesso a periódicos de época (séc. XIX), com escritos pedagógicos, técnicos e epistemológico de personagens do romantismo português, nos permiti afirmar que, sobre Sintra, o pensamento dos românticos permaneceu, em certa medida, considerando os “monumentos” ancestrais, por uma carga de misticismo e magia, numa relação que parece assumir, em alguma medida, estes elementos como parte de um sítio arquetípico romântico.

¹⁷⁵ Cf. BATISTA, António Jorge Rodrigues. A Construção da imagem de Sintra e o itinerário romântico a Função da Gravura na sua formação e difusão (1793-1875). Tese de doutoramento em Belas-Artes, Universidade Lisboa, Lisboa, 2016.

ou seja, como uma espécie de ponto-de-partida (*tópos*), no sentido do que buscavam os românticos, por onde poderiam dar um profundo mergulho no “absoluto”, buscando um reencontro com o tom mais sensível da humanidade, animando e dando maior intensidade aos sentidos e sentimentos, fatores que auxiliariam nas elaborações das reflexões do “Eu” do romantismo, em atividades que de algum modo, segundo este pensamento, espelhariam algo do “absoluto”, aproximando-os de um conhecimento ou realidade. Estas atividades, no caso de Sintra, parecem terem sido fortemente adimplidas através dos trabalhos de intervenções paisagísticas, edificação e reedificação de estruturas arquitetônicas pré-existentes, especialmente as que foram concebidas e/ou, de algum modo, tocadas pela cultural e o modo mental do medievo, que assim, contemplava o caráter das proposituras da filosofia romântica, como também, do nacionalismo português; para nós, configurando-se numa evidente execução de um processo de requalificação de espaços degradados, nos remetendo mais uma vez à analogia com os processos de *gentrification*, que nomeamos de “romantificação”, aqui tomados de propósitos de cunho político-ideológico e porque não dizer filosófico?

Nesse contexto, pensando num processo de “romantificação” de Sintra, é imprescindível trazer à discussão a inequívoca importância do Rei consorte de Portugal, D. Fernando II, profundo admirador das artes e “amigo verdadeiro e sincero admirador de A. Herculano”¹⁷⁶ (COSTA, 1937, p.60), com quem, assim, compartilhou muitas das ideias do pensamento romântico. Durante seu reinado, e para além dele, antes e depois, D. Fernando II, em grande medida, auxiliou no desenvolvimento de ações práticas do pensamento romântico em Portugal, não só atuando de forma conciliadora junto ao parlamento¹⁷⁷, buscando aparatos no âmbito dos procedimentos da monarquia constitucional que pudessem garantir obras de restauro e conservação de alguns momentos portugueses, mas também funcionando como um mecenas, financiando algumas atividades e realizações fruto do pensamento romântico.

Com particular atenção, investiu muitos recursos próprios sobre Sintra, através de um intenso conjunto de ações, que o faz ser considerado, pela CM-Sintra, como “O criador de uma nova Sintra”, afirmando que com “as suas obras, Sintra não mais voltaria a ser a mesma. [Pois,] durante o século XIX, são muitos os palacetes, *chalets*, casas de veraneio, que vão nascer em todo o perímetro de Sintra, transformando esta vila numa espécie de santuário romântico”¹⁷⁸,

¹⁷⁶ Cf. Sobre a estreita relação de A. Herculano e D. Fernando II, COSTA, Júlio de Sousa e. O segredo de D. Pedro V 1837-1861 / Júlio de Sousa e Costa.- Lisboa : Romano Torres, [19--].- 231 p. : PORTUGAL, HISTÓRIA.

¹⁷⁷ Cf. a historiadora Maria Antónia Lopes (UC), em sua biografia sobre D. Fernando II. Entrevista concedida ao sítio eletrónico “Diário Digital”. Acessado em: 10.10.16, disponível em: <<http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=648313>>

¹⁷⁸ CM-Sintra | Câmara Municipal de Sintra. Disponível em: <<<http://assembleiamunicipal.cm-sintra.pt/assembleia/efemerides/184-d-fernando-ii-o-criador-de-uma-nova-sintra>>> Acessado em: 24.09.2016

num empreendimento que, para tanto, foi acompanhada de iniciativas de outros personagens da cena romântica portuguesa, como detalhadamente demonstra Caetano (2005).

o movimento romântico que então se esboçava foi preponderante [para renovar-se os apelos da mística serra] [...] logo em 1834, [...] o marechal-duque de Saldanha realizou trabalhos de folgo na sua propriedade sintrã, transmudando [...] em edifício neomedieval, ao qual acrescentou um pórtico manuelino proveniente do desactivado cenóbio da Penha Longa, reconhecendo, implicitamente, a existência de uma *arte nacional*. Em 1838, D. Fernando II adquiriu, [...] o abandonado e semi-derruído Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, incluindo a cerca, as terras de sementeira e a mata. No ano seguinte, o rei-consorte entregou o projecto do edifício a construir no alto da serra ao Barão Eschewege, tendo decorrido as obras do Palácio da Pena entre 1840 e 1849 e do respectivo parque botânico, desde 1846, tendo-se para o efeito plantado árvores provenientes das quatro partidas do mundo. O novel edifício assumiu-se como a verdadeira joia da arquitectura do romantismo - «O castelo do Santo Graal» visionado por Strauss -, constituindo, no âmbito da História da Arte, uma experiência irrepetível, e que, também de algum modo, exorou a *arte nacional* ao incorporar [...] elementos artísticos dos inícios de quinhentos e outros de tradição neomanuelina. Em 1869, [...] erigiu-se, em pleno Parque da Pena, um chalé. [...] o singular edifício inaugurou a *moda* dos chales, de que o tardo-oitocentista Chalé Biester (c. 1886-1890), [...], constitui um bom exemplo.

A circunstância histórica e arquitectónica ditou para a Sintra e para a sua serra uma individualidade única que não se esgotou no régio Palácio da Pena. Mas que, antes pelo contrário, terá oscilado entre a teoria e a assunção da paisagem romântica

Assim se justificara a unicidade do pavilhão da Quinta do Relógio – edificado por volta de 1850, [...] - ao assumir-se como primeiro edifício inteiramente neo-arabe, [...]. E o seu parque botânico foi, depois da Pena, um dos primeiros lugares de diálogo entre a arquitectura e o entendimento romântico da paisagem, [...]. Foi igualmente em oitocentos que [...] erigiu-se, a Quinta da Amizade, cenográfica mansão que evoca o estilo florentino quatrocentista [...]. [...]. O pavilhão oitocentista afirma-se na demanda do paradigma romântico e assume uma estética orientalizante, constituindo, com os seus frondosos jardins [...] o «mais rico exemplo das possibilidades cenográficas da casa de campo de Sintra». Em 1892, António Augusto de Carvalho Monteiro, o celebre "Monteiro dos *Milhões*", comprou a quinta dos barões da Regaleira, onde, entre 1904 e 1911, procedeu à construção do neomanuelino palacete da Regaleira, [...] [com um] cenário fantasioso do parque, com os seus pavilhões, lagos, grutas e poços iniciáticos, ombreados de generosa e exótica floresta. [...]

O engajamento do Rei D. Fernando II, em Sintra, abastecido por ideias do romantismo, que, no dizer da CM-Sintra converteu-a num “santuário romântico”, é entendido pelo escritor e historiador português Vítor Manuel Adrião, como um projeto ambicioso, de direta relação com a carga de misticismo e magia que se entendia comportar aquela topografia. O autor considera, que em “1840, altura em que arrendou [o Convento da Pena] e a quase toda a serra [...], [o Rei, o teria feito] pensando e projectando, [...], fazer de Sintra ‘Paraíso Terreal’,

Capital Espiritual da Europa, [...] ¹⁷⁹. Num pensamento que, embora o autor não apresente fundamentos para tal afirmação, tem certa relação, em seus propósitos, com o da construção da Quinta da Regaleira, que para Anes (2010), de acordo com as pesquisas que realizou em mapas e plantas da época da construção, tentou servir, ao menos simbolicamente, como um *axis mundi*, uma estrutura que de algum modo seria o centro do mundo.

Portanto, assumida nestes termos pelos personagens do romantismo português, para nós, Sintra percorreu um alongado processo de patrimonialização, durante o século XIX. Uma “romantificação” de parte significativa daquela espacialidade, de certo a mais significativa, que compreende a serra e a vila, num movimento que, do que vimos, ressaltou e aprofundou uma paisagem pitoresca, com elementos materiais que adornavam ainda mais este cenário. No que podemos pensar, servir para potencializar uma “reflexão originária” do “Eu”, capturada no “absoluto” e transformada, no processo de reflexão do romantismo, em arte e/ou arquitetura, notadamente através de uma contemplação romântica, i.e., de uma “observação” ¹⁸⁰ experienciada, que assim, poderia revelar uma ligação entre o invisível e o visível, entre o todo e o particular, entre o indizível e o dizível, atendendo aquele preceito visto em Wittgenstein, da necessidade de uma delimitação filosófica do pensável, que determinaria o impensável.

Para concluir este tópico, tratamos sem o intuito de esgotar o assunto, do “Plano de Étienne de Gröer” ¹⁸¹, datado de 1949, desenvolvido com o intuito de preservar a Vila de Sintra, nessa altura já centro histórico, porém habitado, e os seus arredores de previsíveis intervenções urbanísticas, contribuindo fortemente para que Sintra alcançasse os dias atuais com um cenário muito próximo ao que fora estabelecido até o período do romantismo. De acordo com o próprio Étienne de Gröer “Um plano deste género não é um plano de execução, mas sim um plano de princípios.” (CMS, 2005, p. 1)

¹⁷⁹ Disponível em: <<https://lusophia.wordpress.com/2015/06/15/a-serra-de-sintra-na-era-de-promissao-por-vitor-manuel-adriao/>> Acessado em: 20. 11.16

¹⁸⁰ Sobre este modo de “observação”, nas palavras de Novalis extraídas de Benjamin ([1913], 1993), o autor romântico afirma que “o processo de observação é ao mesmo tempo um processo subjetivo e objetivo [reflexões originária e absoluta], uma experimentação ao mesmo tempo ideal e real. Se ele está concluído, proposição e produto devem ser acabados ao mesmo tempo. Se o objeto observado já é uma proposição e o processo está totalmente no pensamento, então o resultado será (...) a mesma proposição, apenas em grau mais elevado’. Com esta última observação, Novalis passa da teoria da observação da natureza para a teoria da observação de formações espirituais. A “proposição”, em seu sentido, pode ser uma obra de arte.” (p. 66).

¹⁸¹ Étienne de Gröer, nascido em Varsóvia, foi um arquiteto-urbanista de origem polonesa, professor no Instituto de Urbanismo de Paris (ao tempo *Institut d'urbanisme de l'Université de Paris*), que a convite do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a partir de 1938 se fixou em Lisboa, onde trabalhou em parceria com João Guilherme Faria da Costa na elaboração de diversos planos de urbanização, entre os quais o Ante-Plano da Região de Sacavém a Vila Franca de Xira, Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, e os planos de urbanização de Sintra, da Costa do Sol e de Almada. Disponível em: <[http://www.wikiwand.com/pt/Étienne de Gröer](http://www.wikiwand.com/pt/Étienne_de_Gröer)>. Acessado em: 14.01.17

Os objetivos formais eram basicamente manter as características originais do centro histórico da vila e não permitir modificações decorrentes do ritmo de crescimento do país, o que garantiu à Sintra ainda mais singularidade, pois permaneceu inerte às novas visões de mundo e aos avanços tecnológicos. Chama-nos atenção, que logo no início do documento, é feito uma referência em que afirma que, “[...] importa que o nosso trabalho tenha por directrizes principais a conservação do seu carácter pitoresco [...] (Ibid.), demonstrando claramente a preocupação não exatamente ou prioritariamente com as obras isoladas, mas com uma característica abstrata de que decorre mais uma vez todo o conjunto já descrito que podemos observar adensados na “Aura de Sintra”. Segue o trecho completo:

Como resulta da Análise do Estado Actual de Sintra, o conjunto das pequenas aglomerações abrangidas pelos limites do Plano de Urbanização representa antes de mais nada, um centro de turismo e de estadia de férias e de verão, excepcional pela sua beleza, pelo seu interesse histórico e pelas qualidades do seu clima. Como este centro é muito procurado e deve vir a sê-lo cada vez mais, por causa da sua proximidade da Capital, **importa que o nosso trabalho tenha por directrizes principais a conservação do seu carácter pitoresco, pela protecção da sua rica vegetação, das suas vistas panorâmicas e das suas paisagens, e pela salvaguarda das suas recordações históricas. Efectivamente, isto é o principal do nosso programa.** (Ibid., grifos nossos)

O Plano de Urbanização de Sintra, contava com quatro objetivos gerais, que diziam respeito a todo concelho: Proteção da vegetação, Proteção e preservação das suas paisagens, Conservação do carácter histórico que Sintra representa e Proteção das recordações históricas. E outros que tratavam especificamente do núcleo histórico da Vila; para isso, dividiu-a em oito zonas: Zonas das quintas, Zonas densas das partes já existentes de Sintra, Zonas densas da extensão Sintra-Leste, Zonas de construção espaçada, Pequenas zonas comerciais dos bairros de extensão, Zonas industriais, Zonas de reservas de terreno para edifícios públicos e Zonas de espaços livres público. (Ibid., p. 3)

O Patrimônio ou bens circunscritos em algumas destas áreas, passaram a ser fiscalizados de um modo a coibir as alterações nas construções e nos elementos decorativos, bem como o acréscimo de novos elementos construtivos, especialmente aqueles que, de algum modo poderiam obstruir a paisagem e algum bem cultural. Sendo relevante, neste cenário, a proibição de grandes edifícios. (Ibid., p. 4) Para além da proteção aos monumentos, a proteção perante os espaços naturais foi considerada. Passando a existir uma zona de proteção que inscrevia a vegetação.

Uma fundamental alteração promovida pelo Plano, que se é dita como significativa para potencializar o turismo na região de Sintra, se deu no campo da circulação de transportes no centro histórico, com a retirada das linhas do elétrico, permitindo-se alargar o uso das ruas, contribuindo para uma mais fluida circulação de automóveis, de pedestres e possibilitando a circulação de ônibus, que até então, não eram comportados, em decorrência da pequena dimensão utilizável das ruas. O que, de acordo com a CM-Sintra, num efeito aparentemente contrário aos propósitos gerais do plano, incrementou o fluxo do turismo, através de novos itinerários e roteiros. (Ibid., p. 11-12)

Portanto, é por tudo isso, que estamos entendendo ter havido, em Sintra, um processo amplo e duradouro, pelo menos ao longo de aproximadamente meio século, de intervenções urbanísticas, requalificações urbanas e paisagísticas, e ressignificações de dados lugares. Em que, como vimos, o cenário, material, simbólico e imagético de Sintra, como conhecemos hoje, configurou-se, em boa medida, através de ações de personagens do romantismo nacionalista português, não sem, de algum modo, inclinarem-se sobre os elementos e aspectos da chamada “Aura de Sintra”.

Isso, investidos de um modo de pensamento filosófico-ideológico e até certo ponto *utópico*, no âmbito dos eventos ocorridos em Portugal no século XIX, em que numa tentativa de confrontar os processos racionalizantes, da razão iluminista, houve uma espécie de tentativa de se refazer um caminho de um modo mental do medievo, de pronunciada característica de apelo aos sentimentos, à dimensão sensível da humanidade. Porém, ironicamente, toda essa investida filosófica, em direção à sensibilidade, parece ter contribuído, de algum modo, indiretamente que seja, para um processo contemporâneo de uma lógica racional de consumo cultural, que, em certa medida, tem extraído do *Eu*, o sentimento não só de estranhamento, mas, por isso mesmo, também de desejo e de amor pelo *outro*, no que Han (2014) tem dito se tratar da “agonia de Eros”.

Em que se trouxermos esse entendimento para abordar uma especialidade tópica, incluindo aí as dinâmicas socioculturais ali instruídas, como demonstramos ser Sintra, portadora de uma condição atópica, certamente relevante para um exercício de alteridade, tem sido aplainada para o consumo e tornada, de certo modo, mais um igual, em dois sentidos, o primeiro é no sentido da observação de processos similares, para os mesmos fins em outros locais tópicos, e o segundo é em tornar “lugares” em “lugares do igual” para o consumo cultural de mesmas características, em que o *outro*, em certa medida, equivale-se em sentido enfático, mas sobretudo em sentido ontológico ao *eu*, então eliminando a reação imunológica esperada

entre tais polos, em favor de mero consumo da própria atopia. O que temos entendido ocorrer em Sintra, como analisaremos a seguir.

3.2 Sob o signo da “aura de Sintra”: marca estratégica para o “consumo cultural” em uma “atopia consumível do patrimônio mundial”

Sintra não vale ou pelos seus palácios, ou pelos seus parques, ou pela miríade das suas quintas e palacetes, ou pela profundidade secular – mesmo milenar – dos seus monumentos e vestígios de outrora, ou pela exuberância da sua vegetação e da frescura das suas inúmeras fontes, ou ainda pelo aveludado dos seus musgos, pela imponência das suas penedias, pela proximidade das abruptas fragas costeiras e do Oceano infinito. Sintra não vale por nenhuma dessas realidades tomadas isoladamente, mas sim pelo seu todo. A “Paisagem Cultural de Sintra” assemelha-se a um enorme cenário pluridimensional, construído ao longo da História através de um contínuo diálogo entre o Homem e a Natureza, na qual podemos mergulhar sentindo-nos fora do tempo, sentindo-nos noutro espaço. Esse enorme cenário – porém pleno de autenticidade, como bem viu a própria UNESCO – vive de um infinito conjunto de pormenores, como que uma imensa partitura em que cada som tem o seu papel, em que cada timbre suscita um diferente estado de alma. Mas, apesar da armadura pétreia que subjaz à própria Serra, a “Paisagem Cultural de Sintra” carece em si mesmo de uma estrutura forte, rígida, geométrica. Os cimentos que ligam todos aqueles diferentes e inúmeros pormenores são, paradoxalmente, de ordem quase imaterial, ou pelo menos impalpáveis: as brumas, os ventos carregados de aromas húmidos, as variegadas tonalidades que se escoam por entre as folhagens...; mas também as próprias reminiscências históricas, literárias e artísticas – que, em maior ou menor grau, carregam o imaginário de todo e qualquer visitante e, ainda, de muitos dos seus próprios habitantes. Não se vem a Sintra – não se está em Sintra – de espírito virgem. Espera-se para encontrar – espera-se vivenciar – uma determinada Sintra.¹⁸² (José Cardim Ribeiro)

Em 2015, na ocasião das celebrações comemorativas dos 20 anos da classificação de Sintra como Património no âmbito dos processos de patrimonialização da UNESCO, na categoria Paisagem Cultural, denominada oficialmente de “*Cultural Landscape of Sintra*”, foram realizados alguns eventos, lançados vários textos e apresentadas diversas comunicações. Um destes eventos foi promovido pela ALAGAMARES – Associação Cultural Sintrense¹⁸³,

¹⁸² Disponível em: <<<http://assembleiamunicipal.cm-sintra.pt/20-anos-patrimonio-mundial/338-a-paisagem-cultural-de-sintra-patrimonio-da-humanidade-sua-dimensao-politica-estrategica-e-ordenadora>>> Acessado em: 14 de agosto de 2017.

¹⁸³ “A Alagamares, é uma Organização sem fins lucrativos, que tem por fim a promoção do debate e acção cultural com incidência na História, Cultura, Património, Artes e Ambiente do Concelho de Sintra.”

em 4 março, que teve como um de seus comunicadores o arqueólogo José Cardim Ribeiro, atualmente Diretor do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, em Sintra e Comissário Científico da Paisagem Cultural de Sintra na UNESCO, mas que também foi o responsável por coordenar os trabalhos de candidatura de Sintra à Patrimônio Mundial.

A passagem que iniciamos este tópico, é um excerto da comunicação apresentada por Cardim Ribeiro, cujo título é “A ‘Paisagem Cultural de Sintra’ Património da Humanidade sua dimensão política, estratégica e ordenadora”, em que o autor faz um apanhado de plano geral, num alongado e importante texto, sobre as tensões e condições presentes no cenário patrimonial de Sintra, precisamente relativas aos aspectos político, ordenador e estratégico, que avançam os anos juntos à paisagem cultural classificada. Tensões que envolvem também a própria figura do Cardim Ribeiro, que mantém altos e baixos com os diversos agentes que orbitam a “Paisagem cultural de Sintra”. O coordenador da candidatura de Sintra, numa outra passagem, do texto mencionado, considera que o trato sobre Sintra, i.e., a gestão da “Paisagem Cultural de Sintra”, é “um assunto a vários títulos difícil e complexo”, em que,

Está designadamente em causa (a) a inter-coordenação e liderança do mosaico de entidades actantes no terreno; (b) a necessária adequação legislativa nacional à realidade classificada pela UNESCO; (c) a consensualização da filosofia interventiva; (d) a definição dos objectivos primordiais; (e) a obtenção de recursos; (f) a calendarização das acções.

Por certo, estas são importantes questões que devem estar na pauta das discussões sobre a gestão patrimonial de Sintra e seus efeitos, nossa problemática de pesquisa, de certo modo, recai sobre todos estes pontos, carregando em menor ou maior empenho de observação e análise, mas, de certo, temos ciência de que a “paisagem cultural de Sintra”, da forma como está, é um assunto que os efeitos do processo de patrimonialização, sobretudo quando relacionados aos seus propósitos, tem amplitudes que pensamos ir para além daquela espacialidade, servindo-nos, talvez, ilustrativamente, para abordar outras situações semelhantes a este processo de patrimonialização mundial.

A passagem que iniciamos este tópico, nos serve como forma de evidenciar que Sintra, tal qual se fez surgir, formar e evoluir enquanto *lugar*, sob o signo de uma magia e misticismo, naquilo que denominamos de “aura de Sintra”, também encontrou no conjunto de todos os elementos e ambiências constituintes desta significação as condições para atender a UNESCO, como um meio recursivo de promoção de uma diversidade cultural, que, de tão singular, podemos pensa-la como um *tópos*, que, reiteramos servir, pelos propósitos da entidade, ao fomento de uma cultura de paz, por um intercâmbio cultural, i.e., num contato com esse *outro*

no *lugar* Sintra, funcionando também, de modo análogo e por uma aproximação de fundamentos a um feito como busca intuir Han (2014), na “dialética da negatividade”, e, ainda, na relação das diferenças entre culturas, por uma “ética da alteridade” (LÉVINAS, 2010).

De posse de uma importante obra de consulta sobre o processo de patrimonialização mundial de Sintra, do que logrou êxito¹⁸⁴, intitulada “Sintra – Patrimônio da humanidade” (ver imagem 22), que, embora não se trate do dossiê completo que fora enviado à UNESCO, quando da candidatura de Sintra, consiste num “conjunto de textos que constituíram o dossier de candidatura, sob coordenação de Cardim Ribeiro, publicados em conjunto pela Câmara Municipal de Sintra após a classificação como Património Mundial.” (Sítio eletrônico da CM-Sintra), bem como, realizadas leituras em dois dos três volumes do próprio dossiê, em sua versão original, oficial e completa (ver imagem 23), datado de 30 de outubro de 1994, na ocasião em que visitamos a sede da CM-Sintra, e, por fim, ainda investindo-nos de análise por sobre os relatórios da UNESCO e do ICOMOS sobre o curso do processo de patrimonialização, podemos afirmar, que a candidatura de Sintra, esteve assentada em, majoritariamente, todos os elementos e aspectos recônditos naquela espacialidade, dos quais muitos discutimos aqui, retomando e salientando pontos presentes nas três ambiências que ora classificamos,

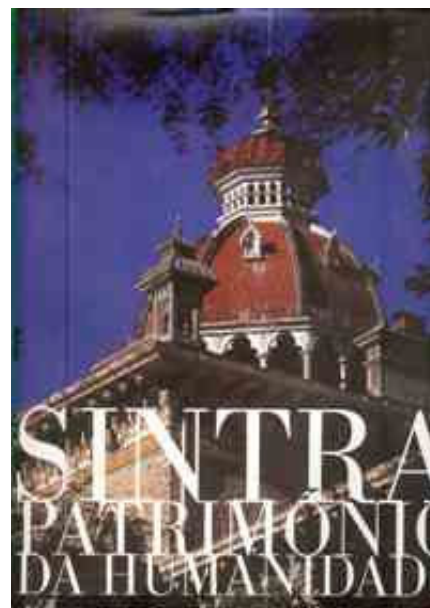


Imagem 22: Foto da capa do livro “Sintra Patrimônio da Humanidade”, publicado pela CM-Sintra, em 1996. Fonte: Acervo pessoal.

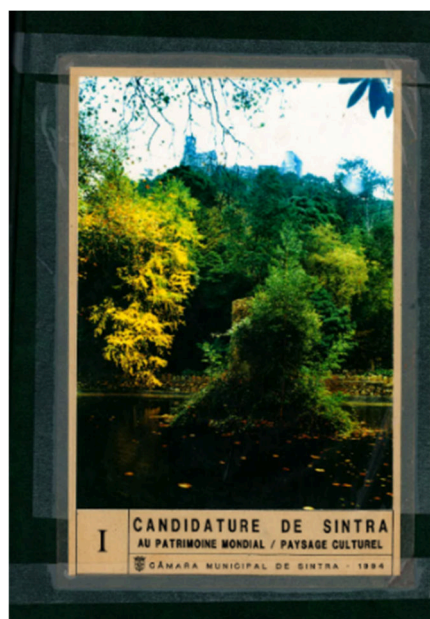


Imagem 23: Foto da capa do volume 1 do dossiê de candidatura de Sintra a Patrimônio Mundial, enviado à UNESCO em 1994. Fonte: Acervo pessoal.

¹⁸⁴ Vale salientar, que a candidatura através da qual Sintra foi classificada Patrimônio mundial pela UNESCO, em 1995, não foi a primeira tentativa dos agentes daquela localidade de obter tal *status*, a primeira é de junho de 1988, coordenada pelo já citado historiador Vítor Serrão, que, à época, assumia a função pública de técnico superior da divisão de cultura daquela autarquia, “e, desde logo, aprovada em reunião da câmara municipal, primeiro, e da assembleia municipal, depois, foi formulada com base no entendimento das ‘especificadas culturais e ambientais’ e assente num amplo levantamento de campo” (CM-Sintra, 1996, p. 39), que, porém, segundo o próprio historiador, “estiolou então, por falhas processuais e, sobretudo, por erro de análise na filosofia mais adequada para conduzir a candidatura a bom termo” (ibid.). Em que pese não tenhamos conseguido ter acesso aos documentos referentes a esta candidatura, podemos dizer, pelos poucos textos que nos levaram a conhecer trechos dessa tentativa, que a filosofia desadequada, por assim dizer, da qual Serrão se refere, estava pronunciando e anunciando uma necessidade de uma nova categoria de classificação para o patrimônio mundial, o que só surgiria em 1992, com a categorização do patrimônio da humanidade em “paisagem cultural”, que, em boa medida, permitiu, de um modo mais confortável, assentar todas as características e elementos sintrensens numa classificação UNESCO.

como também provocando a percepção do sítio como um local mágico, místico, e, sobretudo, romântico, i.e., buscando associar Sintra a um *lugar* de características únicas e agregações singulares, com um caráter que em muito pode-se pensar dizer mesmo transcendental, não possível de ser visto e sentido em qualquer outro local, e, especialmente, não compreendido se não quando vivenciado.

Isto, ainda hoje, 22 anos após a designação da UNESCO, parece ser reforçado a todo instante, de diversas formas, por vezes com traços característicos de interesses políticos e econômicos, outras aparentemente inclinadas por sobre um entendimento cognoscente filosófico e afetivo. Cardim Ribeiro, nascido em Sintra, pela passagem da comunicação que destacamos, realça este aspecto, ao afirmar que “Não se vem a Sintra – não se está em Sintra – de espírito virgem. Espera-se para encontrar – espera-se vivenciar – uma determinada Sintra.”. Especificamente nos documentos referidos, podemos destacar, ilustrativamente, várias passagens em que se percebe o forte apelo a muitos das características e elementos constitutivos do que denominamos de “aura de Sintra”, para fazer entender e aceitar aquela espacialidade como de “valor excepcional e universal” cultural.

Uma dessas passagens, está presente no relatório de recomendação à classificação, emitido pelo ICOMOS, em setembro de 1995, em que se faz referência a um trecho das justificativas de Portugal, extraído do dossiê oficial, para sustentar a recomendação da classificação, fato que por si só nos indica a relevância do que se observava ali escrito, ao menos para a entidade, pois, de certa forma, assume os argumentos apresentados pelo comitê organizador da candidatura. Vejamos o trecho do mencionado relatório, transcrito sem tradução, para evitar perdas literais, em que se pode ver ressaltada a “romantificação de Sintra”, associada ao caráter de simbolismo mágico do *lugar*.

This extraordinary development of the Sintra landscape reached its height during the reign of King Ferdinand II of the saxe-Coburg-Gotha dynasty <1836-85>. This artist monarch was very attached to Sintra and its landscape, for which he had a deep affection, and to which he brought romanticism in a splendid form that was unique in the Mediterranean region. He bought the Pena monastery, situated on a steep mountainside and converted it into a fabulous, magical palace, giving it the greatest dimension that a Romantic with wide artistic vision and great aesthetic sensitivity could dream of. In this he anticipated the famous castle of Neuschwanstein built by Ludwig II of Bavaria. Moreover, Ferdinand surrounded the palace with a vast Romantic park planted with rare and exotic trees, decorated with fountains, watercourses and series of ponds, cottages, chapels, and mock ruins and traversed by magical paths without parallel elsewhere (p. 53).

Ainda neste documento, observamos a convocação de outros recorrentes elementos que analisamos, condessados no cenário de simbolismo e imaginário de Sintra, como as referências denominativas históricas da sua serra em “the 'sacred Mountains' of varro and Columella and Ptolemy's 'Mountain of the Moon' enclose various significant man made parks and gardens” (p. 53), bem como, destacando que “everywhere there are the remains of earlier human settlements of all periods from the Neolithic to recent times, the living proof of an intermingling of cultures.” (ibid.) O que nos faz relembrar do “caminho de jusante” que fizemos menção quando da análise realizada no capítulo anterior, em que mesmo sendo o centro histórico de Sintra, o elemento de povoamento fulcral de sustentação para o pleito de patrimônio da humanidade, a subida, em referência, ao “monte da lua” ou para as “montanhas sagradas” se fez extremamente necessário, mesmo porque lá, para além de todo simbolismo e imaginário em que estão associadas, está o outro grande ícone da patrimonialização mundial de Sintra, o Palácio da pena, que, como já vimos, é também fruto desse imaginário e simbolismo que comporta a serra.

A obra referida, “Sintra – Patrimônio da humanidade”, é repleta de alusões ao caráter místico e mágico intuído sobre aquela espacialidade, arregimentando também para a tarefa de pleitear a classificação, outras tantas características e aspectos da “aura de Sintra”, sempre carregando a tinta por sobre o aspecto do constructo romântico daquele lugar. Incomum observar, que, de tão associada a aspectos e características que dizem respeito mais às dinâmicas socioculturais do local, do que propriamente a itens de pedra e cal, embora o palácio da pena constituiu-se no grande ícone da patrimonialização de Sintra, tanto pela posição geográfica destacada, mas também pelo aspecto de conter várias cores e diversos estilos arquitetônicos, distintivamente de outros palácios, por vezes temos a sensação de que estamos a verificar justificativas para o tombamento de um item cultural intangível. Basta observar o índice desta obra, que traz um capítulo, o de número II, dedicado aos “Ensaio literários e históricos em que se disserta precisamente sobre a relação histórica do simbolismo e imaginário de Sintra no surgimento, formação e desenvolvimento do local e, portanto, das dinâmicas socioculturais ali observadas.

São textos como os de Virgílio Ferreira, “louvar amor”, que abre este capítulo, em que retrata Sintra como um local mágico no qual ninfas que ali teriam habitado deixaram memórias físicas de prazer que toca os visitantes ao lá estarem, perpassando pelas características sagradas observadas nas diversas culturas ali assentadas, bem como o caráter de “*locus amoenus*” entendido naquela espacialidade, o que, segundo o autor, teria proporcionado que muitas

peessoas a buscassem para repousar e divagar nos seus mágicos encantos e misticismo. Outros são, o texto de Antonio Borges Coelho, “Sintra medieval, moura e cristã” e o de João Almeida Flor, “A paisagem de Sintra – Natura, cultura e literatura”, para citar alguns.

Há ainda, fora do capítulo citado, ocupando lugar de destaque na obra, num capítulo à parte, de número VI, um escrito de autoria de José Cardim Ribeiro, que recorre para uma característica bastante peculiar de Sintra, que observamos, em análise do nosso capítulo anterior, apurado pelos estudos históricos e arqueológicos do local, que é, o abrigo e, em certa medida, o respeito às diversas culturas e povos que ali habitaram, muitas dessas, de algum modo, nos chegando presentemente, num texto intitulado “Sintra, um *lugar* de tolerância cultural”, que o autor divide em 4 tópicos, a saber: 1. A harmonia entre o natural e o artificial; 2. O sincretismo cultural; 3. O simbolismo do lugar; e, 4. Sintra, lugar de tolerância cultural.¹⁸⁵

Embora tenhamos visto que Sintra, a julgar pelos estudos dos historiadores e arqueólogos que dedicaram suas pesquisas àquela localidade, comportou em boa conformidade diversas culturas, não podemos deixar de pensar que o capítulo mencionado, busca acenar para a UNESCO, de forma destacada, sobre esta importante característica de Sintra no atendimento das suas premissas fundantes e basilares do patrimônio mundial, daquelas que tratam este tipo de patrimônio como um recurso humanitário, que em Sintra estariam bem representadas, ao menos de um modo alusivo e reflexivo. Aceno que, aliás, entendemos estar textualmente disposto ao apagar das luzes do capítulo em questão, quando Cardim Ribeiro assevera que:

A classificação pela UNESCO da paisagem Cultural de Sintra, para lá do reconhecimento de toda harmonia material – arquitetônica e natural – que existe neste lugar, representa, pois, e sobretudo uma valorização do instrumento essencial para a paz entre os povos e para o verdadeiro diálogo entre diferentes civilizações e sensibilidades: a Tolerância Cultural. (CM-Sintra, 1996, p. 261)

Este gesto, é mais um que, no processo de candidatura de Sintra ao patrimônio mundial, esteve pautado, em boa medida, no simbolismo, imaginário, aspectos e características que tratamos de condessar na “aura de Sintra”, pois, para este aceno, o autor se valeu de associar este aspecto histórico, de algum modo, posicionalmente à aura que intuímos. Isto, está claramente visualizado quando Cardim Ribeiro afirma que “a tolerância cultural que desde sempre se viveu em Sintra poderá ligar-se, até certo ponto, ao caráter sagrado e mítico da Serra.” (Ibid.).

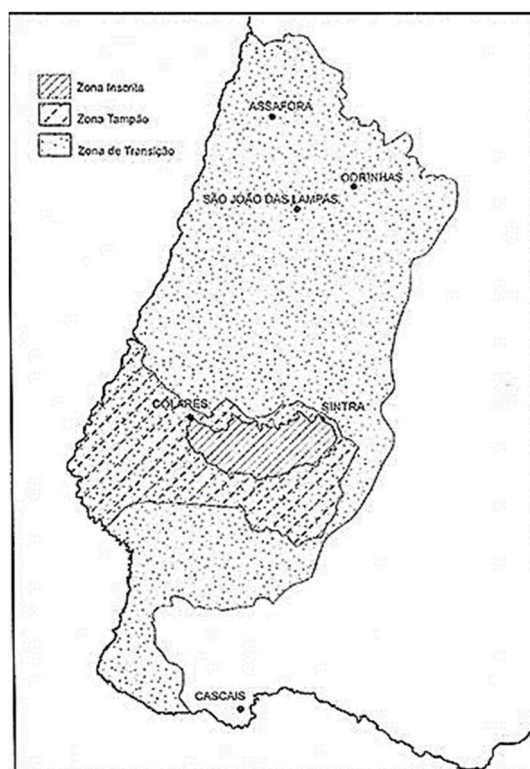
¹⁸⁵ Cfr. CARDIM RIBEIRO, José. “Sintra, um *lugar* de tolerância cultural”, in. **Sintra Patrimônio da Humanidade**, CM-Sintra, 1996, p. 257-261.

Todo o empenho para demonstrar e associar Sintra como uma espacialidade em que se observa uma excepcional singularidade de relação entre o natural e o cultural, com produtos que são considerados únicos e de valor cultural universal, caso, p.ex., da expressão romântica que ali se fez, de um certo modo, reificar no século XIX, foi o necessário para que enfim, 7 anos após a primeira tentativa, o ICOMOS emitisse, através deste relatório que citamos anteriormente, seguindo os procedimentos normativos definidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial, os quais observamos no capítulo 1 deste trabalho, a seguinte recomendação:

O ICOMOS recomenda que esta propriedade seja inscrita na Lista [do patrimônio mundial da UNESCO] com base nos critérios II, IV e V:
A paisagem cultural da serra e da vila de Sintra representante de uma abordagem pioneira do paisagismo romântico, que teve uma influência notável nos desenvolvimentos em outros lugares da Europa. Isto é um exemplo único da ocupação cultural de um local específico que manteve sua integridade essencial como representação de diversas culturas sucessivas. Suas estruturas harmonizam a flora indígena com uma paisagem refinada e cultivada criada pelo homem, como resultado de influências literárias e artísticas [...]. (ICOMOS, 1995, p. 59)

Em prosseguimento aos tramites do Comitê do Patrimônio Mundial, a recomendação do ICOMOS foi enviada para leitura e deliberação na 19ª Sessão deste Comitê, realizada em Berlim, em 6 de dezembro de 1995, na qual deliberou-se que parte do território de Sintra passaria a integrar a lista do Patrimônio Mundial na categoria de Paisagem Cultural, tendo sido conferidas pela UNESCO/ICOMOS a recomendação de um plano de gestão, e duas “condições *sine qua non*: [a] criação de uma ‘Zona Tampão’, de contornos bem definidos, em torno da ‘Zona Inscrita’; [e, a] criação de uma ‘Zona de Transição’ bastante alargada, com limites igualmente bem definidos e que, tanto quanto possível, deverá salvaguardar a qualidade ambiental envolvente.”¹⁸⁶ Conformando,

então, a “Paisagem Cultural de Sintra” sobre as delimitações que se vê no mapa 4.



Mapa 4: “Paisagem Cultural de Sintra” e suas três zonas de proteção. Fonte: Dossiê de candidatura de Sintra.

¹⁸⁶ Disponível em: <<<http://assembleiamunicipal.cm-sintra.pt/20-anos-patrimonio-mundial/338-a-paisagem-cultural-de-sintra-patrimonio-da-humanidade-sua-dimensao-politica-estrategica-e-ordenadora>>> Acessado em: 14 de agosto de 2017.

Dessa forma, Sintra passou a ter a primeira paisagem cultural UNESCO da Europa. De certo modo, não seria demasiado controverso pronunciar que a “Paisagem Cultural de Sintra” é o primeiro patrimônio mundial a ser classificado sob tal categorização, por uma forma direta e inédita, uma vez que, outras duas paisagens assim classificadas, de cronologia anterior, o “Parque Nacional Tongariro”, na Nova Zelândia, inscrito em 1993 e o “Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta”, na Austrália, classificado em 1994, são bens patrimoniais inscritos anteriormente em outras categorias, respectivamente em 1990 e em 1987 como patrimônios naturais, e, posteriormente, migrados para a classificação de paisagem cultural, em função de, segundo a UNESCO¹⁸⁷, mais bem se adequarem a esta categoria.

Para melhor compreensão de nossa análise, importa, brevemente, explicitarmos, através do que fora enunciado por Cardim Ribeiro, as especificidades das zonas que compõem a “Paisagem Cultural de Sintra”.

[...] a “Zona Inscrita”, a mais importante, inclui a área territorial que vai de Sintra [(Vila)] a Colares, abrangendo a imponente e frondosa Serra de Sintra. É nesta área que se situa os patrimônios edificados mais relevantes, designadamente o Palácio Nacional de Sintra, parque, jardim e Palácio Nacional da Pena, Castelo dos Mouros, Palácio dos Seteais, jardins e Palácio de Monserrate, jardins e Palácio da Regaleira. Completam este vasto e importante património as numerosas e históricas quintas senhoriais com os seus vestutos “chalets”, graciosas fontes, os Conventos dos Capuchos e do Carmo, [...], para além de [...] um significativo número de sítios de grande interesse arqueológico. Naturalmente que o grandioso património vegetal tem na “Zona Inscrita” uma importância que não podemos olvidar.

A “Zona Tampão” envolve a “Zona Inscrita” e estende-se por toda a Serra de Sintra, abrangendo ainda um vasto troço litoral, desde as Azenhas do Mar até a Sul do Cabo da Roca.

Finalmente a “Zona de Transição” abrange uma área territorial que, a Sul, engloba a zona costeira do concelho de Cascais e a Norte estende-se por toda a área territorial da antiga freguesia de S. João das Lampas, actualmente incorporada na União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem. Trata-se de um espaço de natureza predominantemente rural, [...] que importa preservar, mantendo, “a harmonia paisagística interna”. [...]

A “Zona Inscrita” e a “Zona Tampão” articulam-se assim de forma estreita e solidária, na plena e assumida continuidade uma da outra.

Já a relação física entre a Serra e a designada “Zona de Transição” é de contraste, mas daquele tipo de contraste que caracteriza as duas faces de uma mesma moeda: opostas, sim, embora necessariamente complementares e interdependentes uma da outra.

¹⁸⁷ UNESCO. WHP. 26. 2009. Cultural Landscapes. Appendix 3. Disponível em: <<<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape>>>
Acessado em: 08 de setembro de 2017

Desse modo, a área patrimonial de Sintra que, de acordo com o entendimento da UNESCO, é de “valor excepcional universal”, abrange, para além das zonas explicitadas, um outro importante item de interesse nacional português, o Parque Natural de Sintra-Cascais¹⁸⁸. Todo esse cenário, constitui uma região que comporta uma grande quantidade de itens e valores ecológicos e culturais, que também são os mesmos que atraem os interesses de diversos agentes públicos e privados, que se empenham em abordar esse cenário com propósitos políticos e econômicos.

Sobre a classificação UNESCO de Sintra, é pertinente salientar que não há salvaguarda de itens isoladamente, todos os imóveis que estão inseridos na “Zona Inscrita”, estão compondo a “Paisagem cultural de Sintra”, portanto estão sob proteção da chancela da entidade, e, então, são itens que, de todo modo, pretende-se, de alguma maneira, acionar como recurso humanitário, do modo que intuímos.

Uma outra questão que ainda cabe salientar, é que mesmo a candidatura de Sintra e, por consequência, sua classificação tendo sido suportadas, em boa medida, para além dos itens materiais, por aspectos e elementos que são de caráter imaterial, como p.ex., a recorrente e aqui demonstrada em algumas passagens, convocação do simbolismo e imaginário de misticismo e de magia que são associados à Serra de Sintra, ou mesmo algumas dinâmicas socioculturais estabelecidas desde muito naquela localidade, como o próprio sincretismo cultural e, até certo ponto da história, o sincretismo religioso, estes não são referidos como sendo parte de algum mecanismo de proteção patrimonial.

Por certo, estamos querendo nos referir à própria “Aura de Sintra”, não necessariamente dessa forma, por tal denominação, mas às características que mencionamos e outras que poderíamos elencar aqui (memórias, narrativas, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, sentimentos, sensações, imaginários etc.), as quais representamos condessadas na referida aura.

Quando fizemos uma breve análise sobre algumas das 102 propriedades que receberam classificação semelhante da UNESCO, percebemos que as paisagens culturais, embora empenhem-se em assumir como de “valor excepcional universal” a relação harmoniosa do trabalho da ação humana sobre e pelo meio-ambiente, tratando de observar “técnicas específicas

¹⁸⁸ “Criado em 1994 [um ano antes da classificação de Sintra como Patrimônio Mundial] enquanto Parque Natural, pelo Decreto-lei n.º 8/94 de 11 de março, o Parque Natural Sintra-Cascais tem 14,583 hectares e abriga mais de 200 espécies de vertebrados, 33 de mamíferos, mais de 160 de aves, 12 de anfíbios, 20 de répteis e 9 de peixes de água doce.” Disponível em: << <http://www.cm-cascais.pt/equipamento/parque-natural-de-sintra-cascais> >>, acessado em: 22 de setembro de 2017.

de uso da terra que garantem e sustentam a diversidade biológica. [Ou situações que estão] associadas nas mentes das comunidades com poderosas crenças e costumes artísticos e tradicionais, que incorporam um relacionamento espiritual excepcional de pessoas com a natureza”¹⁸⁹, esta classificação não parece, a julgar pelas pesquisas que realizamos, tratar adequadamente esses itens que, em boa medida, estão no campo do patrimônio imaterial.

Talvez, estejamos diante de uma questão que devesse ser discutida, tanto no campo científico, e, sobretudo, na esfera institucional das entidades pertinentes. Apenas para efeito de ilustrar e fomentar o cenário que suscitamos, já há um documento, emitido pelo ICOMOS, intitulado “Declaração de Québec”, assumida no Canadá, em 4 de outubro de 2008, que trata “sobre a preservação do ‘*Spiritu loci*’¹⁹⁰”, “através da proteção do patrimônio tangível e intangível, considerado uma forma inovadora e eficiente de assegurar o desenvolvimento social sustentável no mundo inteiro”¹⁹¹, o que pode ser uma pista sobre a maneira como tratar dessa questão, que, para nós, é relevante, sobretudo quando pensamos na nossa problemática de pesquisa, que, em certa medida, se nossa hipótese encontrar respaldo e robustez científicas, teremos, de algum modo, como produto de alguns processos de patrimonialização mundial, a configuração de um “*lugar* do igual”, sendo um amplo contrapeso para a manutenção do “espírito do lugar”, que em Sintra, vimos que, até certo ponto, teve, e, em certa medida, ainda tem, grande relevância nas dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra.

Vela observar, que a crítica, aqui, não recai tanto sobre o Estado-parte, nesse caso Portugal, que tem que elaborar a candidatura em consonância com os critérios pré-estabelecidos pela UNESCO. O certo é que, no caso em tela, tais aspectos e características não foram ilustradas, como se fez com os itens materiais da “paisagem cultural de Sintra”, que receberam a denominação de “Valores fundamentais constantes na área classificada como patrimônio

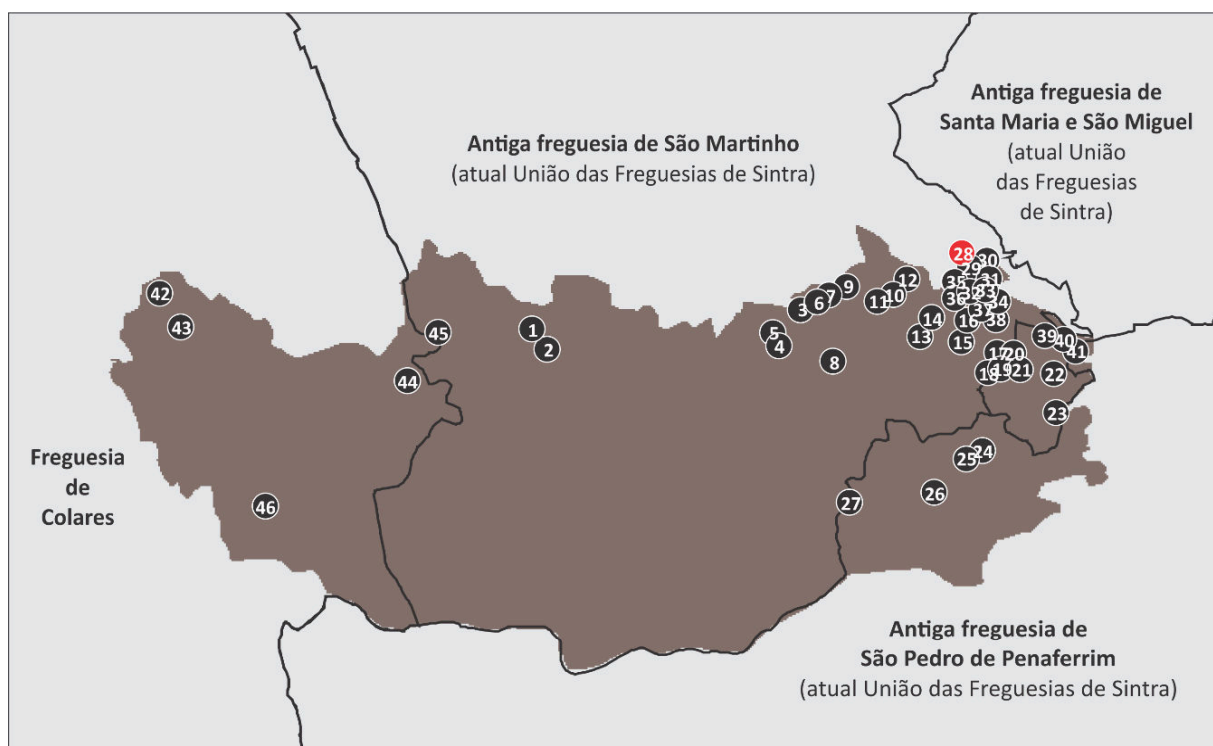
¹⁸⁹ Disponível em: << <http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/> >>, acessado em: 24 de setembro de 2017

¹⁹⁰ De acordo com o ICOMOS, “O espírito do lugar é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar. Em vez de separar o espírito do lugar, o intangível do tangível e considerá-los como antagônicos entre si, investigamos as muitas maneiras dos dois interagirem e se construírem mutuamente. O espírito do lugar é construído por vários atores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido. Visto como um conceito relacional, o espírito do lugar assume ao longo do tempo um caráter plural e dinâmico capaz de possuir múltiplos sentidos e peculiaridades de mudança, e de pertencer a grupos diversos. [...] O espírito do lugar oferece uma compreensão mais abrangente do caráter vivo e, ao mesmo tempo, permanente de monumentos, sítios e paisagens culturais. [...] O espírito do lugar existe, de uma forma ou de outra em praticamente todas as culturas do mundo e é construído por seres humanos em resposta às suas necessidades sociais. As comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade.” Disponível em: << https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf >>, acessado em: 24 de setembro de 2017.

¹⁹¹ Disponível em: << https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf >>, acessado em: 24 de setembro de 2017.

mundial paisagem cultural” (ver mapa 5), que se reúnem numa lista de 46 itens, divididos em 6 categorias: - “Parques e Manchas Florestais”, que contam com 3 elementos; - “Centro Histórico”, que aqui se considera a Vila Velha de Sintra, a Estefânia (bairro) e pequena parcela da freguesia de São Pedro de Penaferrim; - “Arquitetura Áulica”, que apresenta um total de 13 itens; - “Arquitetura Militar”, o Castelo dos Mouros; - “Arquitetura Religiosa”, contando com 17 propriedades; e, por fim, os “Monumentos e Vestígios Arqueológicos”, que somam 10 itens.

Mapa 5: Lista dos “Valores fundamentais constantes na área classificada como patrimônio mundial paisagem cultural”



- | | | |
|--|---|--|
| 1 – Palácio de Monserrate | 19 – Sítio Neolítico de São Pedro de Canaferrim | 34 – Via e provável necrópole romanas de Rua da Ferreira |
| 2 – Parque de Monserrate | 20 – Antiga Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferrim | 35 – Igreja Paroquial de São Martinho |
| 3 – Quinta da Penha Verde | 21 – Necrópole medieval da Antiga Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferrim | 36 – Paço dos Ribafrias |
| 4 – Capela de São Brás, Penha Verde | 22 – Convento da Trindade | 37 – Quinta do Saldanha |
| 5 – Capela Nossa Senhora do Monte, Penha Verde | 23 – Depósito da Idade de Bronze do Monte do Sereno | 38 – Capela da Quinta do Saldanha |
| 6 – Capela São João Baptista, Penha Verde | 24 – Convento Hieronimita de Nossa Senhora da Pena | 39 – Antiga Igreja Paroquial de São Miguel |
| 7 – Capela de Santa Catarina, Penha Verde | 25 – Palácio da Pena | 40 – Igreja Paroquial de Santa Maria |
| 8 – Sítio Calcolítico da Penha Verde | 26 – Parque da Pena | 41 – Necrópole medieval da Igreja Paroquial de Santa Maria |
| 9 – Palácio de Seteais | 27 – “Chalet” da Condessa D’Edla | 42 – Necrópole medieval de Nossa Senhora de Milides |
| 10 – Quinta da Regaleira | 28 – “Vila Velha” de Sintra | 43 – Convento de Santa Ana do Carmo |
| 11 – Capela de Santíssima Trindade, Regaleira | 29 – Paço Real de Sintra | 44 – “Tholos” da Bela Vista |
| 12 – Quinta do Relógio | 30 – Capela do Espírito Santo, Paço Real | 45 – Capela de Nossa Senhora da Piedade |
| 13 – “Chalet” Biester | 31 – Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia | 46 – Convento de Santa Cruz dos Capuchos |
| 14 – Quinta dos Pisões | 32 – Sítio Neolítico/Calcolítico da Rua das Padarias. “Vila Velha” | |
| 15 – Sítio da Idade de Bronze/Ferro do Parque das Merendas | 33 – Sítio Romano de “Vila Velha” de Sintra | |

A partir de então, esses são os elementos que constituem o cenário institucional patrimonial de Sintra, em que se assentam vários interesses. Os que estão em causa, para nossa

análise, são tanto os da ONU/UNESCO, que discursa trata-los como uma espécie de recurso humanitário, meio de difundir a diversidade cultural e o elo entre os diferentes povos, visando a promoção de uma cultura de paz mundial, quanto aqueles dos agentes públicos e privados, que, como nos lembra Peixoto (2000, 2009), tem maior inclinação e predileção para enfatizar suas ações por sobre a dimensão econômica do *status* de Patrimônio da humanidade, o qual, já vimos, que, de um modo ou de outro, repercute favoravelmente quando associado aos interesses de ordem econômica, sobretudo os da indústria do turismo cultural, do modo como discutimos no capítulo 1.

Por outro lado, a ressonância nas dinâmicas socioculturais do *lugar* Sintra, bem como no enfoque da UNESCO, tende a ser desfavorável, como nos demonstram os diversos estudos dos autores que mencionamos, numa relação que nos aparenta ser de sentido diametralmente oposto, quanto mais a dimensão econômica é acionada de forma bem sucedida, mais as esferas da vida cotidiana, a ontologia do *lugar* e mesmo as proposituras essenciais e fundamentais da UNESCO para com esse tipo de patrimônio, sofrem algum tipo de processo de distúrbio ou reconfiguração. O que, de certa forma, também estamos buscando demonstrar é de que modo e em que medida, isso ocorre no caso de Sintra.

Tudo isso, pensamos causar um efeito de ainda maior gravidade, que não estaria limitado, segundo nosso entendimento, à espacialidade de Sintra, que então pode ser de razoável observação em outros locais com semelhante cenário. Do modo como estamos intuindo, pode estar em curso em Sintra, uma espécie de reconversão do *lugar* Sintra em mais um “*lugar* do igual”, dentro de um processo de excesso de positividade, que absorve, em boa medida, a condição tópica que vimos ter sido, e ainda parece ser, de forte presença naquela especialidade, para então tratá-la num certo sentido atópico, numa ideia de promover uma tal negatividade do outro, que, numa primeira observação desatenta, poderíamos associar como próximo do ideal da UNESCO, porém, está em função de uma configuração para dispor todo esse cenário tópico para uma lógica de consumo cultural, no que entendemos ser uma “atopia consumível do patrimônio mundial”.

Para tanto, precisamos primeiro abordar a forma como se operacionaliza esse processo, do ponto de vista do modo como Sintra é comercializada aos seus potenciais visitantes, buscando demonstrar o que é oferecido na marca turística Sintra e o modo como isso é feito, o que adiantamos está irrevogavelmente ligada ao conjunto de elementos que adensamos no que denominamos de “aura de Sintra”. No entanto, aqui é importante fazer uma rápida observação, de que não se trata apenas da associação destes elementos e aspectos para a promoção do

turismo. Trata-se muito mais de uma postura, tanto de quem a vende simbolicamente, como de quem a consome, que de todo modo não podemos deixar de associar ao modo mental da vida contemporânea, especificamente a postura presente e relacional da “sociedade de consumo”, reforçada pela condição de “marcadores sociais” que podem estar sendo associados os elementos patrimoniais que têm o *status* de patrimônio mundial.

É premente fazer tal observação, especialmente porque, nas nossas pesquisas, encontramos alguns elementos e situações que nos demonstraram que Sintra há mais tempo do que se observa a data da chancela de patrimônio mundial (1995), quando ainda não recebia nenhum tipo de proteção patrimonial, mesmo assim, Sintra já ocupava posição de destaque no turismo de Portugal, de acordo com alguns historiadores, em especial visto nos trabalhos de divulgação da história portuguesa, em programas televisivos¹⁹², de José Hermano Saraiva, Historiador e professor de filologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Isso, sem se observar, numa pesquisa sem muita profundidade, em jornais e obras de referência da época, as questões que tocam diversos *campi* da vida social de Sintra hodiernamente, relacionadas com o seu caráter turístico patrimonial cultural.

Não podemos deixar de pensar que essa disposição turística, de certo modo, fora oportunizada pelos românticos que estiveram em Sintra, que embora a quisessem como uma espécie de local sagrado, de repouso e de meditação para as criações do “Eu absoluto”, e, portanto, numa necessária condição de quietude e pouca movimentação, não observada em locais muito visitados, acabaram que despertando o desejo de visitá-la, primeiramente no *tour* pré-romântico (CAETANO, 2005), posteriormente ao público de modo geral (SARAIVA, 1993). Tal disposição, pode ser ilustrada por dois antigos cartazes turísticos portugueses (ver figuras 14 e 15).



Figura 14: Considerado o primeiro cartaz turístico de Portugal, datado de 1907, destacado em vermelho, uma ilustração paisagística de Sintra. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁹² Estamos nos referindo ao programa de televisão intitulado “Brumas da Memória”, “uma série apresentada pelo professor José Hermano Saraiva, o qual dá a conhecer alguns dos locais de maior importância histórica em Portugal.” Disponível em: << <http://www.rtp.pt/programa/tv/p9684> >>, acessado em: 20 de setembro de 2017.

O primeiro deles (ver figura 14), de acordo com Saraiva (1993), “é o mais antigo cartaz turístico impresso em Portugal”, datado de 1907, que, ainda segundo o autor, buscava demonstrar os itens mais aptos à visitação turística, trazendo, representado na parte inferior do cartaz, o porto, da cidade de Lisboa, “e, encima, as três coisas melhores que tinham [...] para mostrar a quem os visitasse: A [Igreja da] batalha, o [Mosteiro dos] jerônimos, e, bem ao centro, [destacado em vermelho] Sintra com o Castelo da Pena”. O outro cartaz (ver figura 15), datado de 1920, segundo o historiador, “é o mais antigo cartaz turístico de Sintra, [...] com frases que [pessoas ilustres] disseram sobre Sintra. [...] Todas do mesmo gênero, com a ideia de que Sintra não é deste mundo, [...] é algo que nos transporta para uma região paradisíaca [...]”, tendo ao fundo, a representação do Palácio nacional de Sintra.

Isto dito, podemos tratar da forma contemporânea de comercialização turística de Sintra. Atualmente, a vila e a serra constituem-se numa marca turística internacional consolidada, é o que apontam relatórios de entidades turísticas oficiais, bem como balanços da gestão patrimonial local e outros do setor do comércio, o que verificamos, através de alguns dados estatísticos que pesquisamos, confirmam este



Figura 15: Considerado o primeiro cartaz turístico de Sintra, datado de 1920. O apelo já estava focado num certo caráter de misticismo e magia, porém sem claro enfoque no romantismo. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. <http://purl.pt/22104>

cenário. A oferta de “produtos” para o turismo naquela localidade é muito vasta, tanto, que, de tão ampla, se quiséssemos realmente abordar todo, ou mesmo boa parte, do *trade* turístico de Sintra e de suas ofertas, possivelmente teríamos que fazê-lo minimante em um capítulo à parte.

São inúmeras as opções, que vão desde o chamado “Touring Cultural e Paisagístico”, que consiste no turismo cultural mais tradicional, aquele de visitação aos patrimônios pedra e cal e aos museus (responsável pelo maior contingente de visitantes em Sintra, com diversos

percursos, roteiros e itinerários institucionais oficiais)¹⁹³, passando pelo “turismo de experiência e de natureza”, promovido mais fortemente por agentes privados, de menor contingenciamento, aplicando sobre as lacunas das entidades oficiais e das grandes empresas turísticas, oferecendo caminhos alternativos para caminhadas de nichos de entusiastas, tratando de abordar, o meio ambiente e mais detidamente, as características e aspectos do misticismo e da magia do local, em passeios que, frequentemente, são noturnos, associados com narrativas de lendas que envolvem fantasmas e assombrações (ver figura 16).

Ainda como ilustração da variedade pronunciada, encontramos o “turismo desportivo e de aventura”: trilhas e corridas, destacando a já tradicional, “Corrida fim da Europa”, promovida pela CM-Sintra, inclusa no calendário internacional de corridas europeias, aproveitando-se da característica geografia de Sintra, de ser o ponto mais extremo europeu, o que, como vimos, de certo modo, está a fazer parte da construção do simbolismo e do imaginário que recai sobre Sintra; há ainda a prática de caminhadas, com fins recreativos e de saúde, campeonatos e prática amadora de *surf*, torneios de golfe, escola de equitação, entre outras atividades neste tipo de turismo, mas também entre outros tipos de oferta turística.

Para além do fato de que todas estas qualidades turísticas, por mais diversas que sejam, estarem sendo promovidas e levadas à prática, reunidas por sobre uma mesma localidade, o que há de comum na oferta destes conteúdos, é a maneira como são apresentados à comercialização e ao consumo. Observando, quase que como regra, uma invocação de toda carga de misticismo e magia, e de outros elementos e aspectos do simbolismo e imaginário, que, de algum modo, recaem sobre a serra e a vila de Sintra, associando-os ao *status* de patrimônio da humanidade da UNESCO. O que ilustraremos aqui (ver figura 17), com um mosaico de *screenshots* de alguns *websites* que, de um modo ou de outro, se associam à “Paisagem Cultural de Sintra”, através

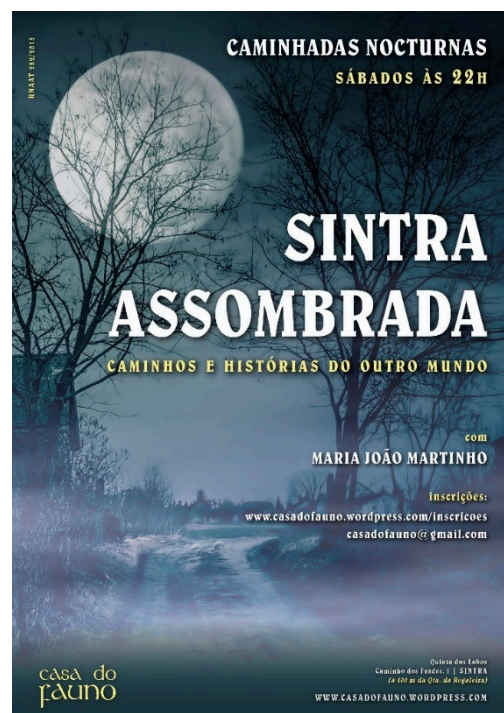


Figura 16: Cartaz promovendo a caminhada “Sintra Assombrada” Fonte: casadofauno.wordpress.com

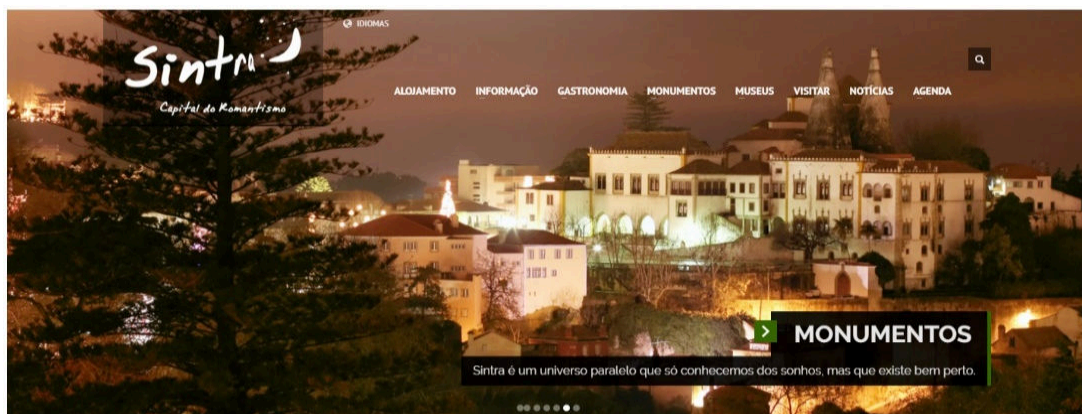
¹⁹³ O "Touring Cultural e Paisagístico" é o produto turístico mais importante no concelho de Sintra. Os números globais anuais de entradas de visitantes são da ordem de 1 600 000 a 1 700 000, entre Museus e Galerias Municipais (ca. 120 000), quintas, parques e jardins (ca. 470 000) e monumentos da Serra de Sintra (ca. 1 100 000). Os cenários socioeconómicos indicam para o futuro uma procura estável da ordem dos 2 milhões de entradas de visitantes, correspondendo a ca. 1 milhão de visitas individuais." Fonte: Project CIAM Disponível em: << [<< http://cciam.fc.ul.pt/prj/siam/SIAM_Book/](http://cciam.fc.ul.pt/prj/siam/SIAM_Book/)>>, acessado em: 10/06/2016.

das diversas ofertas turísticas; destacando que qualquer que seja a mídia utilizada e a oferta apresentada, será feita traves de, no mínimo, dois outros idiomas, para além do português.

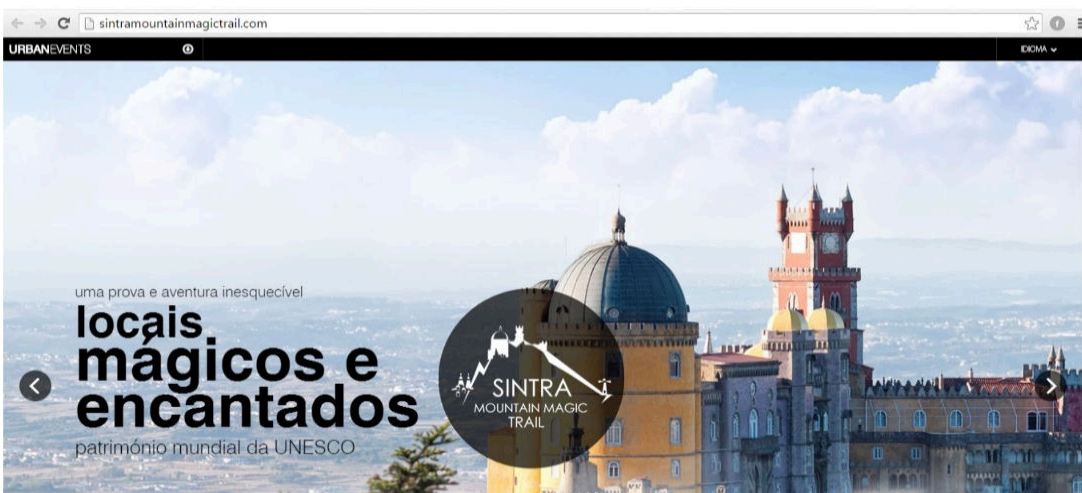
Figura 17: mosaico de *screenshots* de alguns *websites* que comercializam a “Paisagem Cultural de Sintra”



Screenshot 1: website da empresa “Parques de Sintra - Monte da Lua”. Disponível em: <<parquesdesintra.pt >>



Screenshot 2: website da marca turística “Sintra – Capital do Romantismo”. Disponível em: sintraromantica.net



Screenshot 3: website do “Sintra Mountain Magic Trail”. Disponível em: sintramountainmagictail.com

Sobre estes *websites* e a forma de promoção mercadológica do *lugar* Sintra, que por eles podem ser visualizadas, poderíamos tratar sobre diversos aspectos e enfoques analíticos, porém, para não nos alongarmos e focalizando, nesse momento, detidamente sobre nossa problemática de pesquisa, destacamos, para uma breve análise, o *screenshot* 3, que se refere ao *website* promocional da corrida do tipo *trail* e caminhada, está última sem caráter competitivo, “Sintra Mountain Magic”, promovida pela entidade privada “Urban Events LDA, em co-organização/parceria com a Câmara Municipal de Sintra e parceria com a “Parques de Sintra Monte da Lua, S.A”¹⁹⁴, com valores de inscrição que vão desde os 13 aos 40 euros, e que, em 2016, reuniu 4 mil inscritos, segundo dados da organizadora privada do evento.

Este evento, está inscrito no âmbito de um programa que lançou uma marca turística intitulada “Active Sintra”¹⁹⁵, numa parceria do Departamento de Cultura, Juventude e Desporto da CM-Sintra, juntamente “com dois promotores turísticos” (sobre os quais só encontramos a referência a um deles, já mencionado), visando “permitir ao visitante descobrir Sintra através do turismo ativo, com a criação de medidas inovadoras para uma visita sustentada. Estratégia promocional de um produto turístico em rede”¹⁹⁶. Vale ainda complementar a caracterização deste evento, apontando que o website mencionado descreve a corrida da seguinte forma:

O Sintra Mountain Magic Trail é uma prova de Trail que irá comprovar a magia de Sintra e dos seus encantos, que além de serem património da UNESCO, será onde vais ter a oportunidade única de percorrer locais mágicos e místicos.

Locais como o Palácio da Vila, Quinta da Regaleira, Vila Sasseti, jardins do Palácio da Pena, Cruz Alta, Barragem da Mula, Lagoa Azul, Pedra amarela, Peninha, Anta Adrenunes, Cabo da Roca, Falésias das praias mais a ocidente da Europa, Praia da Ursa, Convento Capuchos, Monserrate, entre outros, serão onde irás passar e descobrir trilhos deslumbrantes, bosques mágicos, jardins luxuriantes, castelos encantados.

¹⁹⁴ <https://www.runportugal.com/corridas/sintra-mountain-magic-trail>

¹⁹⁵ Descrição da marca “Active Sintra”: “A Câmara Municipal de Sintra, em parceria com dois promotores turísticos, decide lançar em 2015 a marca ActiveSintra, à qual está associada o portal www.activesintra.com.

Trata-se de um programa de promoção turística que promove o turismo ativo para atrair visitantes na época baixa e por períodos mais prolongados. O portal ActiveSintra é uma ferramenta [...] que ajuda o visitante a planear e a decidir, com mais comodidade, a sua viagem, programa, fim de semana, passeio ou momento de lazer em Sintra.

Sintra tem um Parque Natural com cerca de 15 mil hectares e uma zona costeira com praias de qualidade comprovada. Tornava-se óbvio abrir uma ‘porta’ que permitisse ao visitante descobrir Sintra através do turismo ativo, com a criação de medidas inovadoras para uma visita sustentada. Estratégia promocional de um produto turístico em rede. Os objectivos estratégicos passam por envolver atores locais ligados ao turismo ativo; potenciar a marca ActiveSintra; promover um conjunto de iniciativas como caminhadas, escalada, BTT, bodyboard, entre outros, em Sintra; transformar o concelho num destino de excelência, ao nível do turismo ativo; aumentar a taxa de ocupação hoteleira.” Disponível em: <<<http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Active-Sintra.aspx> >>, Acessado em: 22 de setembro de 2017.

¹⁹⁶ <http://www.rcc.gov.pt/Directorio/Temas/ServicosCidadao/Paginas/Active-Sintra.aspx>

Isto não vai ser apenas mais um Trail...mas sim uma possibilidade UNICA de uma aventura em Trilhos e lugares mágicos em trilhos inesquecíveis!¹⁹⁷ (Grifos nossos)

No entanto, embora a caracterização do conceito da corrida possa nos remeter a uma certa liberdade de passear pelo *lugar* Sintra, observamos que, no regulamento desta atividade, está expresso, sob o título de “NOTAS IMPORTANTES”, a inscrição de que “é estritamente proibido a entrada dos atletas/participantes dentro dos monumentos. Os percursos devem ser rigorosamente seguidos conforme as marcações feitas pela organização, sendo totalmente proibido o desvio ou entrada em locais não marcados.”, sendo observado posicionamento semelhante em outras atividades como está naquela localidade.

Ora, se uma das finalidades da referida atividade e do programa ao qual está associada, é dar ao turista/visitante a oportunidade de “descobrir Sintra”, nos parece que não é oportuno proibir, taxativamente, o acesso aos itens “valores fundamentais” inscritos na “Paisagem cultural de Sintra”, que se encontrem num perímetro próximo ao do percurso, bem como, também não aparenta ser simpático, especialmente do ponto de vista do que intenciona a UNESCO com os patrimônios da humanidade, censurar alguma alternativa de caminho que, por algum motivo, causou interesse num indivíduo, em nome de, rigorosamente, condicioná-lo a um caminho único e estanque, previamente estabelecido, por obvio que estamos pensando aqui, sobre os participantes que se inscrevem na atividade para praticar apenas uma caminhada, sem interesses competitivos, e que, muito possivelmente, o fizeram, naquela localidade, atraídos pelas qualidades de Sintra, bem como, pelo que fora, em boa medida, comercializado, nos anúncios midiáticos, tal como pudemos ver no *screenshot* referido. Cientes também, das condições de segurança requeridas para tanto.

Isso, de certo modo, nos põe a pensar no processo que estamos buscando argumentar estar em curso em Sintra. Pois, desse modo, não sendo possível ter para com o *lugar* uma atitude, de certa forma, contemplativa, em que enxerguemos o cenário de um modo favorável, reificado pela postura de deixar-se ser impulsionado pelos seus meios e sentidos, com olhares e caminhadas que pudessem estabelecer relações próprias com o lugar Sintra, ainda que fosse no âmbito de um roteiro e não percurso, previamente estabelecido, nos parece que tende a fazer prevalecer o fluxo de continuidade, de uma *vita activa*, do modo que discutimos, apoiados nos entendimentos de Han (2012), que se liga, certamente, aos desígnios de uma lógica de consumo, a qual entendemos ser de base relacional entre quem consome e que promove o seu

¹⁹⁷ <http://sintramountainmagictail.com/82/conceito>

consumo, o que também é contraproducente, por assim dizer, à prática de uma “ética da alteridade”, da forma como é pensada por Lévinas (2010), visto que, sobretudo, não dá margem para um contato duradouro entre indivíduos culturalmente distintos. Perspectiva sobre a qual visualizamos alguns indicativos, nas incursões em campo que realizamos, e, então, nos possibilitaram assumir o pensamento de que um fenômeno dessa medida, está ocorrendo, de alguma forma, na “Paisagem cultural de Sintra”.

Retomando a explanação das formas recorrentemente semelhantes de promoção turística do patrimônio mundial de Sintra, porém com diversa qualidade de ofertas, verificamos ainda, o oferecimento de eventos que vão desde espetáculos musicais e teatrais, até a recriações históricas, ao ar livre, encenadas em importantes propriedades patrimoniais, como é o caso da “Arte da Guerra Medieval – recriação histórica no castelo dos mouros” (ver imagem 24).



Imagem 24: “Arte da Guerra Medieval – recriação histórica no castelo dos mouros” Fonte: PSML, 2015.

A impressão que tivemos, quando conhecemos e investigamos a fundo o conjunto patrimonial de Sintra, é que estamos abordando uma espécie de parque de entretenimento ao ar livre, e estamos nos referindo, nesse ponto, a “zona inscrita”, especialmente a “vila vela de Sintra”, onde está a maior parcela dos itens de “valores fundamentais”, em que ainda se vê um certo cotidiano e dinâmicas socioculturais de indivíduos que ali habitam, paralelo a um fluxo continuo de atividades turísticas para atender os milhares de visitantes deste cenário.

Portanto, podemos intuir que a gestão patrimonial de Sintra é fundamental e condição *sine qua non* para o ordenamento, sobre diversos aspectos, daquela espacialidade. No entanto, todo esse conjunto, entre 1996 e 1999, os 4 primeiros anos logo após a classificação como patrimônio mundial, não contou com um plano de gestão, tampouco um gestor que cumprisse

as expectativas da UNESCO, a bom termo, no que se refere, especialmente ao seu ordenamento e administração, como foi recomendado pela entidade, quando da classificação. E então, os relatórios de gestão anuais sobre o “estado de conservação”, parte das obrigações dos Estados-parte para com a entidade, não foram confeccionados.

A falha na apresentação desses relatórios, junto a numerosos pedidos de cidadãos, para que a UNESCO avaliasse^{198,199} o estado de conservação da paisagem cultural de Sintra, fizeram com que “o ICOMOS expressasse reservas quanto ao estado de conservação do sítio e indicou que seria necessária uma missão conjunta ICOMOS-UCN [...] para examinar o estado de conservação da Paisagem cultural de Sintra e apresentar um relatório ao Comitê da UNESCO.”²⁰⁰ (tradução nossa). Antes mesmo da visita ser concretizada, a CM-Sintra, ajustou, em 1 de setembro de 2000, a concepção de um órgão que ficasse responsável pela gestão, ordenação e integração de todo conjunto Paisagem cultural.

O órgão em questão, trata-se da “Parques de Sintra – Monte da Lua - PSML”, denominação que não passou despercebida para os técnicos do ICOMOS-UCN, os quais destacaram, em seu relatório, que “vale ressaltar que o nome escolhido para esta organização é muito simbólico, e mais uma vez enfatiza o aspecto sagrado da montanha [serra].”²⁰¹ Para além disso, os técnicos fizeram algumas recomendações, mas não suscitaram a reclassificação da paisagem cultural de Sintra para o rol do “Patrimônio mundial em perigo”, bem como, não observamos, qualquer menção de consideração à exclusão da lista, nem nesse, nem em outros relatórios da entidade sobre Sintra.

Para efeito de uma mais apropriada compreensão dessa importante empresa de gestão patrimonial, nos inclinaremos para uma explanação sobre alguns pontos, sem pormenorizações, dessa, que vem tendo ações fundamentais para movimentações essenciais naquela espacialidade, talvez, sendo atualmente a mais bem-sucedida empresa desse gênero, em Portugal, ao menos do ponto de vista da captação de recursos financeiros e no incremento do

¹⁹⁸ De acordo com o Jornal português “Público”, “O parecer da representação portuguesa do ICOMOS refere um conjunto de ameaças e também a inexistência de uma estrutura de acompanhamento da zona classificada que possa intervir na preservação da paisagem cultural. [...] O diretor do Comitê do Patrimônio Mundial [...], escreveu no início do ano [2000] ao embaixador de Portugal junto da UNESCO, [...] informando que, nos últimos anos, haviam sido recebidas numerosas cartas sobre Sintra. ‘Uma grande urbanização provoca um desenvolvimento que não se mostra compatível com a protecção e a preservação da Paisagem Cultural de Sintra’, considerou o diretor, [...] Além da pressão imobiliária nas zonas “tampão” e de “transição” - coincidentes com o perímetro do Parque Natural de Sintra-Cascais -, na área classificada são vários os exemplos de degradação, como os parques históricos de Monserrate e da Pena.” Disponível em: << <https://www.publico.pt/2000/07/07/jornal/sintra-debaixo-de-olho-da-unesco-146153> >>, acessado em: 2 de agosto de 2017.

¹⁹⁹ Disponível em: << <https://www.publico.pt/1999/11/20/jornal/patrimonio-a-deriva-em-sintra-126731> >>, acessado em: 20 de setembro de 2017.

²⁰⁰ Disponível em: << <http://whc.unesco.org/archive/2000/whc-00-conf202-17e.pdf> >>, acessado em: 20 de setembro de 2017.

²⁰¹ Disponível em: <http://whc.unesco.org/document/140358> >>, acessado em: 20 de setembro de 2017.

volume de visitas dos itens patrimoniais que administra, sem se observar nesse sucesso referido importantes consequências favoráveis sobre a esfera sociocultural do *lugar* Sintra, com resultados que nos permitem pensar estarem muito aquém de algum entendimento exitoso. Sobre os quais trataremos daqui em diante.

Por agora, trataremos de pôr compreensão sobre suas características e abrangências. De acordo com o documento “Gestão Estratégica de Recursos Patrimoniais”, resultado de um seminário internacional, de mesmo nome, ocorrido em Lisboa, em maio de 2015,

a Parques de Sintra – Monte da Lua [...] é **uma empresa de capitais exclusivamente públicos**, criada em 2000, no seguimento da classificação pela UNESCO, [...] da Paisagem Cultural de Sintra [...]. O Estado entregou-lhe para gestão as principais propriedades na zona da Paisagem Cultural, da qual hoje gere, em área, cerca de 45%. São hoje acionistas da PSML a Direção Geral do Tesouro e Finanças, que representa o Estado, com (35%) do capital, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (35%), o Turismo de Portugal (15%) e a Câmara Municipal de Sintra (15%). As propriedades visitáveis sob gestão da PSML são o Parque e Palácio Nacional da Pena, o Chalet da Condessa d’Edla, o Castelo dos Mouros, o Palácio e Jardins de Monserrate, o Convento dos Capuchos e também, desde 2012, os Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, bem como a Escola Portuguesa de Arte Equestre que tem sede nos Jardins de Queluz [...]. **A missão estatutária da PSML é compreender (estudar), proteger, restaurar, manter, divulgar e abrir o Património Natural e Cultural que gere à fruição pública e contribuir para a salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra.** Para melhor exercício das suas obrigações e competências, a PSML conta com o apoio de um Conselho Científico de personalidades de referência nas diversas áreas da sua atuação e recorre à colaboração de universidades e centros de investigação (p. 51, grifos nossos).

O destaque que demos nesta citação, inclina-se por sobre a forma como a empresa PSML está constituída, uma empresa de capital público, mas que assume ter um modelo de gestão de negócios peculiar, “focado em garantir a estabilidade financeira e a sustentabilidade económica para cumprir o seu principal papel de gestor da conservação de um sítio do Património Mundial” (Turismo de Portugal/UNESCO, 2003, p. 51), o que é muito discutido por diversos especialistas portugueses de gestão patrimonial, bem como pelos mais diversos agentes que orbitam este cenário²⁰². De um modo geral, a questão que se coloca, é que para a PSML, ainda que argumente em contrário, o lucro é fator fundamental para dar prosseguimento ao seu trabalho, na restauração e preservação patrimonial, e, então, desenvolver novos produtos turísticos, para atrair mais visitantes, no que a entidade denomina de “círculo virtuoso do

²⁰² Cfr. RAMALHO, Maria. “Discutir os modelos de gestão dos bens culturais propriedade do Estado” Disponível em: <<<https://www.publico.pt/2014/10/30/opiniao/noticia/discutir-os-modelos-de-gestao-dos-bens-culturais-propriedade-do-estado-1674538>>>, **acessado em:** 20 de setembro de 2017.

património” (ver figura 18). Desse modo, é atribuído se negar de que não haja uma “visão dos monumentos apenas como um ativo que é preciso rentabilizar ao máximo para os turistas maioritariamente estrangeiros tem inconvenientes, desde logo, para portugueses de menores recursos”²⁰³



Método de gestão

Estratégia para a sustentabilidade do Património e da Empresa:



Figura 18: Método de gestão da PSML.
Fonte: Extraído do dossiê de imprensa, PSML, 2016.

Isto é pensado por Ramalho (2014), em seu texto, muito em função dos resultados práticos. No entanto, é possível ver esta condição demarcada, de certo modo, textualmente, dita pela própria entidade, em que pese trate isso de um modo que considera, aparentemente positivo, em que pese o fato de que podemos perceber algumas boas práticas, como a de não repartir os lucros entre os acionistas, revertendo, ao que se diz, toda sua captação financeira, em benefícios dos seus ativos. Do modo como podemos visualizar nesta passagem, relativa ao mesmo documento que mencionamos anteriormente.

²⁰³ Cfr. RAMALHO, Maria. *op. Cit.*

A PSML **não recorre ao orçamento do estado**, pelo que a recuperação e manutenção do património que gere são asseguradas pelas receitas de bilheteiras, lojas, cafetarias e aluguer de espaços para eventos.

O financiamento da PSML requer uma atenção permanente à capacidade para atrair e acolher visitantes, ou seja, a sustentabilidade da empresa é indissociável do estado de conservação do património que abre à fruição pública, isto é, do cumprimento da própria missão. Para isso, a metodologia desenvolvida, que se designou por “**círculo virtuoso do património**”, consistiu em restaurar com a maior qualidade possível, [...]; criar assim novos polos de interesse; divulgá-los adequadamente; atrair mais visitantes; gerar mais receitas e reinvestir os resultados em novas intervenções. [...] é um modelo de gestão de património único em Portugal porque: o seu capital social é exclusivamente público; [...] e, apesar de juridicamente ser uma sociedade anónima não distribui dividendos aos acionistas investindo todos os resultados na recuperação e manutenção desse património. (p.52, grifos do autor).

Portanto, a questão que se coloca é referente a uma forma de ordenar e gerir o património em que se deve, sendo uma empresa pública para tal finalidade, ter em mente o valor público como resultado da atuação em toda aquela espacialidade e não essencialmente o lucro, pois, uma empresa que tem no património cultural seus ativos, pensamos que, a rigor, deveria estar preocupada em administrar (valorizar, incrementar etc.) seus ativos em basicamente duas frentes, por certo a econômica, tratando das receitas, despesas, impostos entre outros, mas, sobretudo, para o social, cuidando de uma fruição sociocultural dos bens, das oportunidades de emprego e renda, e, especialmente, da fixação de uma relação de pertencimento para com a cultura sintrense, implicando num reforço da identidade local etc.

Sobre esta problemática, destacamos, como um exemplo, que serve para aclarar uma situação dúbia entre a abordagem de Ramalho (2014) e o que fora dito pela entidade, mas que também serve para auxiliar em muito as discussões de nossa problemática de pesquisa, é o apontamento para a questão da fruição pública local, dos itens sob sua gestão, que a autora argumenta que, de certo modo, não está sendo feita a devida consideração com os munícipes, nesse modelo de gestão, no entanto, a entidade menciona que este aspecto é parte do cumprimento de sua missão.

Pois bem, importa dizer sobre isto, que os munícipes de Sintra, só podem visitar os seus itens culturais patrimoniais, que estão sob gestão da PSML, aos domingos, e, ainda assim, até 5 de junho de 2016, essa concessão era exclusivamente até às 13h, a partir desta data, a permissão foi ampliada para o dia todo.²⁰⁴ Sobre isto, ainda vale salientar que embora os moradores tenham apenas estas possibilidades de ingresso aos itens culturais, a tabela de descontos que podem ser aplicáveis aos visitantes, nos espaços administrados pela PSML, exhibe

²⁰⁴ <https://www.parquesdesintra.pt/noticias/monumentos-de-sintra-gratuitos-aos-domingos-para-os-municipes/>

que para os seus acionistas, a entrada tem 100% de desconto, sem restrição de data nem de horário²⁰⁵. Talvez, a “fruição pública”, sobre a qual estão se referindo, pois não tornam isto claro nos documentos consultados, seja aquela em que se cobram taxas para o ingresso nos itens patrimoniais. Que, de acordo com o último tarifário emitido pela PSML, de 2017, observam-se valores de bilhetes que variam de 7 a 12,5 euros²⁰⁶, em função da idade do visitante e da propriedade a visitar.

Desse modo, não nos parece haver razoável fruição para os cidadãos, que residem em Sintra, sobre estes itens, pelos quais vimos há uma intrínseca relação memorial, histórica, e, portanto, inditória associada à dinâmica sociocultural do *lugar* Sintra. Aliás, lembremos, que é por esta relação que, também, Sintra foi conduzida à classificação UNESCO. Isso, nos faz pensar em toda uma contradição de fundamentos que mais uma vez põe em confronto a essência do que intenciona a UNESCO, ao classificar Sintra, de certa forma, como um recurso humanitário, e a lógica do consumo cultural, dos agentes da indústria do turismo, que operam na demanda e oferta para uma “sociedade de consumo”, que assim, não nos parece poder haver, de forma recorrente, habitual e cotidiana, o encontro “face-a-face” (LÉVINAS, 2010) com o *outro* do *lugar* Sintra, que então seria, talvez, uma forma de, por algum modo, proporcionar uma mínima condição do exercício de percepção da alteridade, desejável pela UNESCO e tão necessário, segundo Han (2014), para uma reorientação da postura dos indivíduos em direção a “dialética da negatividade”, que lhe pode fazer escapar do “excesso de positividade” da sociedade contemporânea.

Nesse contexto, importa termos conhecimento de quais são as áreas e propriedades sob gestão da PSML, o mapa 6, dá a localização destas propriedades e na sequência discorreremos sobre a relevância destas como recursos turísticos e um pouco do modo como a PSML tem trabalhado sobre esses expedientes.

²⁰⁵ http://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2017/06/DescontosPSML_2017.pdf

²⁰⁶ Valores de entradas individuais, alta temporada 2017. Disponível em: <<
http://www.parquesdesintra.pt/download_files/Prices.pdf>> Acessado em 14/10/2017

Importa ainda referir, que as áreas abertas públicas, i.e., todo espaço público e o mobiliário urbano, inscrito dentro do perímetro de classificação da “Zona Inscrita”, é de responsabilidade da PSML, portanto, o centro histórico de Sintra e boa parte da Serra de Sintra, enquadram-se nesse contexto. A entidade ainda é responsável pela gestão de uma parcela considerável na porção sul da “Zona tampão” e é gestora de duas propriedades fora da paisagem inscrita, o Palácio Nacional de Queluz, e Escola Portuguesa de Arte Equestre.

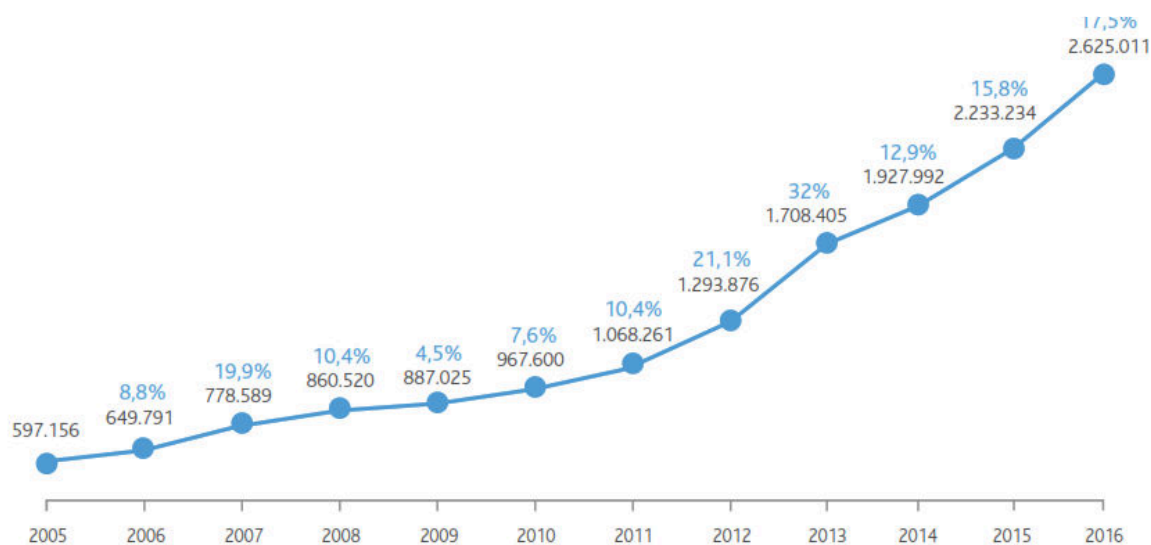
É com todo esse conjunto de itens patrimoniais que a Parques de Sintra – Monte da Lua, vem tendo um êxito que não pode ser desconsiderado. Êxito, se considerarmos, como já nos referimos, apenas a restauração, preservação, incremento no volume de visitas e, por consequência, no quantitativo de arrecadações em valores monetários. Nas pesquisas e observações que realizamos, não ficou evidenciado que a empresa age com diligência para, de algum modo, equalizar os efeitos adversos desse “sucesso”, em relação às muitas queixas, críticas e constatações estatísticas e de dados, especialmente no que tange determinados indicadores sociais, alguns dos quais abordaremos no decorrer desta análise. Embora, busque evidenciar estar empenhada sobre a esfera social, em seus relatórios anuais e material de divulgação. O que vimos, de forma contundente, nos seus relatórios e em publicações relativas a eventos que participa, muitas vezes para relatar suas experiências como referência de modelo de gestão bem-sucedida, é a demonstração, através de estatísticas, dados e premiações, o êxito da restauração, preservação, incremento no volume de visitas e de arrecadações em valores monetários. Como podemos observar, apenas como ilustração, num trecho de um destes relatórios:

O sucesso de nossa estratégia é ilustrado pelo crescimento do número de visitantes, medido pelo número de visitas pagas, pelas receitas arrecadadas e pelos investimentos [em restauração e preservação] realizados desde 2006, que totalizaram 30,2 milhões de euros. (PSML, 2016, p. 36)

Os números realmente impressionam, se forem observados apenas pela perspectiva econômica, como podemos constatar nos gráficos 4 e 5, que, respectivamente, assinalam o número de visitas e o montante de arrecadação.

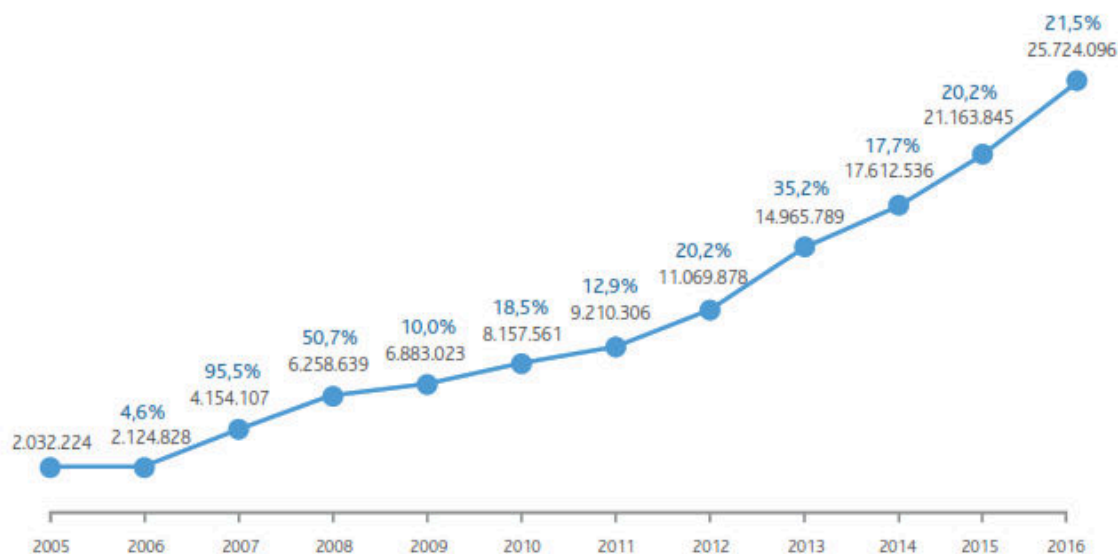
Gráfico 4⁽²⁰⁷⁾

Gráfico 4: Evolução do número de visitas aos itens patrimoniais sob gestão da PSML (2005 – 2016)



Fonte: Extraído do Relatório e contas 2016, PSML

Gráfico 5: Evolução do montante de receitas, em milhões de euros (2005 – 2016)



Fonte: Extraído do Relatório e contas 2016, PSML.

²⁰⁷ Os gráficos iniciam o período de observação da evolução em 2005, sem ser mencionado o motivo, bem como, não encontramos dados relativos ao período anterior. Mas vale mencionar, que o plano de gestão da Paisagem cultural de Sintra, exigido pela UNESCO desde quando ocorreu sua classificação, foi entregue em 5 de fevereiro de 2005. Nele constavam diversos planos de ações e diagnósticos que a PSML se comprometia em realizar, não tivemos acesso a este plano, mas constatamos que em outros relatórios e planos é mencionada a necessidade de contabilizar o fluxo turístico, daí poder vir a explicação para o início da verificação da evolução por esse ano. Fonte da informação sobre a entrega do plano de gestão: http://www.rtp.pt/noticias/pais/sintra-entrega-a-5-de-fevereiro-plano-exigido-para-manter-classificacao-da-unesco_n4630

No período observado, de 11 anos (2005 a 2016), a evolução das entradas de visitantes²⁰⁸, somente nos itens patrimoniais geridos pela PSML, foi da ordem de mais de 2 milhões, o que representa um aumento de aproximadamente 450%. Todo esse montante, em espaços que foram projetados, por assim dizer, para comportar um fluxo de alguns poucos membros da corte portuguesa, quando estavam por lá descansando, ou, um outro tipo de público, como no caso do Castelo dos Mouros, porém, nem próximo de receber essa quantidade de visitas. Um quantitativo que ultrapassa em 6 vezes o número de habitantes do Concelho de Sintra, e em quase 90 vezes²⁰⁹ o número dos que habitam a “união das freguesias de Sintra”, freguesia em que, mais uma vez salientamos, se concentra a grande maioria das propriedades “valores fundamentais” da Paisagem Cultural de Sintra. Porém, mesmo observando-se estes volumes, num dos relatórios da PSML, enviado à UNESCO em 2010, quando provocada, entre outros assuntos, a responder sobre os volumes de visitas e as suas condições de recepção, a empresa referiu que “a capacidade de carga está longe de ser excedida em qualquer dos locais preservados.”²¹⁰ (tradução nossa)

São de grandezas ainda mais impressionantes, quando observamos o mesmo período (2005 a 2016), porém referente aos valores da arrecadação das entradas nas propriedades geridas pela PSML. Antes, porém, cabe destacar que a entidade teve um incremento no aporte das visitas e atividades desenvolvidas, desde 2012, por receber, para gerir e administrar os Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, bem como a Escola Portuguesa de Arte Equestre, os quais, até essa data, não faziam parte dos itens sob sua gestão.

Ainda assim, são números que bem podem instigar a atenção de qualquer agente público e/ou privado, alcançando em 2016 a cifra de quase 27 milhões de euros de arrecadação, sobretudo em uma época em que observamos sucessivas crises e rupturas econômicas de ordem global, como a que Portugal vivenciou entre 2010 e 2014. São valores monetários que se elevam, de um ano para o outro, numa média de quase 28%, números que não são verificados facilmente em vários investimentos de bolsas de valores. Destaque-se, que mesmo observando tal progressão, os tarifários de entradas, no período referido, foram atualizados, para mais, por

²⁰⁸ Vale salientar, que os dados são referentes a quantidade de entradas nas propriedades sob gestão da PSML, o que implica em dizer que se um turista entrar uma vez em qualquer dessas propriedades e no período de um ano cívico entrar em uma outra, ou mesmo na que já tinha visitado, serão computadas duas entradas, ainda que feita por apenas um visitante, o que para nossa problemática não nos aparenta representar uma condição que deva ser levada em consideração a todo instante em nossa análise, pois, o que nos tem a maior importância é, quando da visita deste turista aos itens patrimoniais, como é a relação com o cotidiano do *lugar* Sintra, ainda que tenhamos a massificação turística por sobre Sintra, como um importante elemento auxiliar para ser observado na nossa investigação.

²⁰⁹ Comparação realizada com base em dados extraídos do resultado dos censos 2011 (Portugal), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística - INE

²¹⁰ <http://whc.unesco.org/archive/2009/whc09-33com-7Be.pdf>

3 vezes. Isto, sem dúvida, tende a aguçar e a atrair a observação e ação de agentes de todas as ordens, sobre a dimensão econômica do patrimônio cultural sintrense, do que propriamente sobre sua dimensão sociocultural.

E os números não têm arrefecido. A empresa divulgou, que,

no primeiro semestre de 2017, os parques e monumentos públicos sob a gestão da PSML receberam mais de 1,3 milhões de visitas, assinalando um aumento de 27% em relação ao ano passado. O Parque e Palácio Nacional da Pena, registou o maior número de entradas: 709 mil visitas (aumento de 34%), o Castelo dos Mouros teve uma subida de 47% nas visitas (235 mil entradas) e o Palácio Nacional de Queluz (aumento de 28%).²¹¹

A “tabela 6”, demonstra o incremento de visitas comparando o 1º semestre de 2016 com o de 2017, em que, de um modo geral, não se observam regressões, apenas uma estagnação pontual, no Palácio Nacional de Sintra, necessitando ainda aguardar o balanço final de 2017, para observar se o cenário permanece, e, então, se assim se preservar, analisar possíveis sinais de fadiga nesse processo, ao menos neste item patrimonial, porem de suma importância, pois é a porta de entrada, por assim dizer, das visitas do patrimônio mundial cultural de Sintra, elemento crucial no avanço da indústria cultural, constituindo-se, como um ponto de partida dos roteiros e itinerários turísticos, especialmente os do tipo *day trip*²¹², o de maior recorrência e procura dos turistas, nos agentes de viagem, sobre o que discorreremos em seguida.

Tabela 6: Comparativo de visitas entre o 1º semestre de 2016 e o de 2017, das propriedades patrimoniais da PCS, sob gestão da PSML

Local	Visitas 1º semestre 2016	Visitas 1º semestre 2017
Parque e Palácio Nacional da Pena	529.000	709.000
Palácio Nacional de Sintra	257.000	257.000
Castelo dos Mouros	160.000	235.000
Palácio Nacional de Queluz	68.000	87.000
Parque e Palácio de Monserrate	49.000	62.000
Convento dos Capuchos	15.000	16.000
Chalet da Condessa d'Edla	7.000	10.000
Total	1.085.000	1.376.000

Fonte: Website PSML, 2017.

²¹¹ <http://www.parquesdesintra.pt/noticias/visitas-aos-parques-e-monumentos-de-sintra-aumentam-27-no-primeiro-semester-de-2017/>

²¹² *Day trip* é uma expressão que vem sendo usada entre os operadores do turismo e, de um modo geral, conhecida pelos turistas, para definir um tipo de viagem para um destino turístico que comporta um roteiro ou itinerário de, no máximo, um dia, podendo ser empregada também sobre destinos turísticos pendulares, também conhecidos, em língua portuguesa, como “bate-volta”.

A PSML, ainda busca ressaltar seu valor e o entendido sucesso como gestora do patrimônio mundial de Sintra, mencionando uma série de reconhecimentos, premiações entre outros do gênero. Afiançando, assim, que “a qualidade das intervenções e atividades da PSML são também ilustradas pelos inúmeros prêmios e distinções que tem recebido [...]”.²¹³ “A PSML, recebeu, em 2013, 2014, 2015 [, 2016 e 2017⁽²¹⁴⁾], o *World Travel Award*²¹⁵ para melhor empresa em Conservação do mundo.” (Ibid.), cinco anos seguidos, o que, de certo modo, referenda suas atuações, ainda que com os problemas que já levantamos e os que ainda faremos abordagem, sobretudo o de temática central da investigação, a de que o uso do Patrimônio Mundial de Sintra, dissocia-se de forma abrupta das premissas da ONU/UNESCO com tal chancela.

Adicionalmente, visando marcar como tem sido forte a dinâmica de uso da dimensão econômica do patrimônio cultural sintrense, para criação e promoção de ofertas turísticas, e, consequente, massificação do turismo cultural, abordamos que a “*European best destinations*”, “organização europeia criada para promover a cultura e o turismo na Europa. Em parceria com os escritórios de turismo de todo continente, que se conectam com mais de 4 milhões de turistas”²¹⁶ (tradução nossa), das mais referidas, do gênero, na *web*, em fóruns de turismo. Incluiu Sintra, com destaque, em duas de suas 60 ofertas de “produtos turísticos” tematizados (*Best destinations by theme*), marcando o Palácio da Pena como o “melhor castelo da Europa”²¹⁷, bem como, lhe atribuindo a indicação de quinto “mais incrível monumento da Europa”²¹⁸.

Como já esperado, o panorama, que se tem instaurado em Sintra, da promoção do “turismo cultural” e uma forte busca turística de modo massivo, incrementando o fluxo turístico

²¹³ Seminário Gestão Estratégica de Recursos Patrimoniais, 2015, p. 54, *op. Cit.*

²¹⁴ Atualizamos os anos da premiação, a PSML, venceu também, na mesma categoria, nos anos de 2016 e 2017. [2016], Disponível em: <<<http://www.parquesdesintra.pt/noticias/parques-de-sintra-vence-pela-quarta-vez-consecutiva-o-world-travel-award-para-melhor-empresa-do-mundo-em-conservacao/?gclid=CLC5ovjB2dACFYWakQodFZsPWQ>>>, acessado em: 14 de setembro de 2017. [2017], Disponível em: <<<https://www.worldtravelawards.com/award-worlds-leading-conservation-company-2017>>>, acessado em: 12 de dezembro de 2017.

²¹⁵ A representatividade dessa premiação, entre os operadores do turismo mundial, é importante de se mensurar, pois, de um modo geral, as referências que são feitas, a põe em comparação com uma espécie de “Oscar” do turismo. Para uma maior compreensão desta premiação, buscamos, no website da entidade, sua descrição. E, de acordo com a inscrição na aba “About Us”, “The World Travel Awards was established in 1993 to acknowledge, reward and celebrate excellence across all key sectors of the travel, tourism and hospitality industries. Today, the World Travel Awards™ brand is recognised globally as the ultimate hallmark of industry excellence.

World Travel Awards™ gala ceremonies are regarded as milestone events in the industry calendar, attended by the industry's key decision makers and figure heads, as well as key trade and consumer media. The programme, its winners and its sponsors are represented globally on social media, with fresh daily content featured on six platforms and in 10 languages, including Mandarin, Russian, Spanish and Arabic. Disponível em: <<<https://www.worldtravelawards.com/about>>>, acessado em: 25 de setembro de 2017.

²¹⁶ <https://www.europeanbestdestinations.com/about-1/>

²¹⁷ <https://www.europeanbestdestinations.com/top/best-castles-in-europe/>

²¹⁸ <https://www.europeanbestdestinations.com/top/best-amazing-monuments-in-europe/>

e a captação de recursos financeiros, como tem sido visto no caso da gestão da PSML, tem ainda outros distintos agentes, valendo-se de outros recursos e mesmo de outras propriedades classificadas no âmbito da Paisagem Cultural de Sintra, que não estão sob gestão da empresa citada. Exemplo disso é a “Quinta da Regaleira”, local repleto de simbolismo místico, como vimos no capítulo anterior, que está sob gestão privada da “Fundação Cultursintra”²¹⁹, que tem conhecido incrementos na sua visitação turística e, consequentemente, econômica, de semelhante monta das que vimos através das propriedades sob gestão da PSML. Como refere a própria fundação:

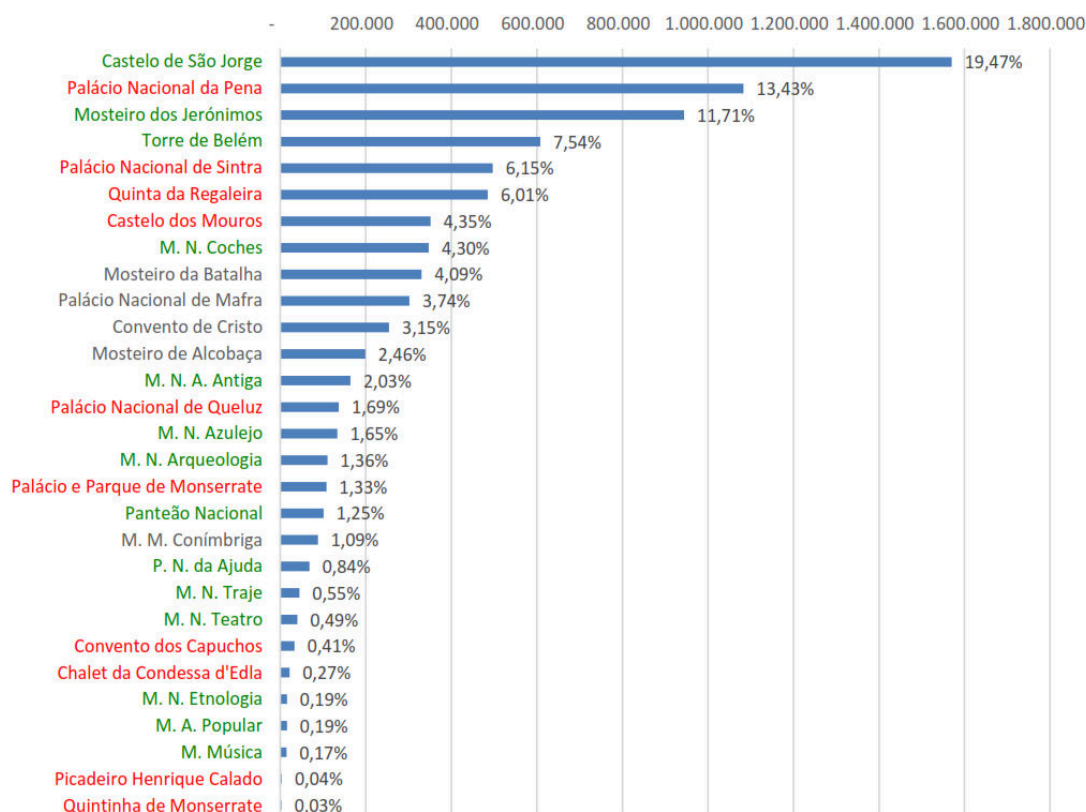
o número de visitantes da Quinta da Regaleira aumentou 42,71%, no primeiro semestre de 2017, em comparação com o período homólogo do ano passado. O maior aumento entre todos os valores fundamentais da PCS. A receita obtida no primeiro semestre, ascendeu a 1.860.497, 20 euros, representando um aumento de 49,90%, comparando com os 1.241.173,50 euros do período homólogo do ano anterior [2016].²²⁰

De acordo com dados de 2015, Lisboa e Sintra são os concelhos que abrigam as edificações e estruturas arquitetônicas, de caráter cultural, mais visitadas na “área metropolitana de Lisboa – AML”, configurados com a qualidade de monumentos e/ou museus nacionais. Das 30 estruturas que mais recebem visitas, 24 estão localizadas nestes dois concelhos (ver gráfico 6), sendo que Lisboa responde por 14 destes, correspondendo a uma percentagem de 51,74% do universo dos 30 referidos, já Sintra, compreende 10 dessas edificações de cunho cultural, sendo 9 geridas pela PSML, num conjunto que equivale a 33,71% desse mesmo universo. O que reforça, de forma veemente, a situação de altíssimo contingente turístico que Sintra tem recebido nos últimos anos. Ressaltando ainda, que, de acordo com dados de 2016, das 5 estruturas arquitetônicas que mais foram visitadas em 2016, em todo Portugal, 2 estão localizadas em Sintra, São elas: o Palácio Nacional da Pena (2º) e a Quinta da Regaleira (5º).

²¹⁹ “A Fundação Cultursintra nasceu de iniciativa municipal e é fruto da consciência das necessidades crescentes de conservação, de expansão e de fruição do património cultural do concelho, a nível histórico, arquitectónico, artístico e natural, revestindo-se por isso de inegável interesse social. Ciente de que a classificação de Património Mundial atribuído pela UNESCO à Paisagem Cultural de Sintra, sendo um motivo de orgulho para o país, representa também o reconhecimento de responsabilidades acrescidas, decidiu o Município promover a criação de uma Fundação de direito privado na qual pudessem participar os vários agentes culturais e económicos da sociedade civil - individualidades, instituições, empresas - no esforço do desenvolvimento dos valores e das actividades culturais no respectivo Concelho.” Disponível em: <http://www.regaleira.pt/Regaleira.aspx?aid=100000> acessado em: 25 de setembro de 2017.

²²⁰ Disponível em: <http://www.regaleira.pt/> acessado em: 25 de setembro de 2017.

Gráfico 6: total de visitantes (turistas) em 2015 (Área metropolitana de Lisboa)
Monumentos e Museus nacionais (em verde as edificações do concelho de Lisboa e de vermelho as localizadas em Sintra.)



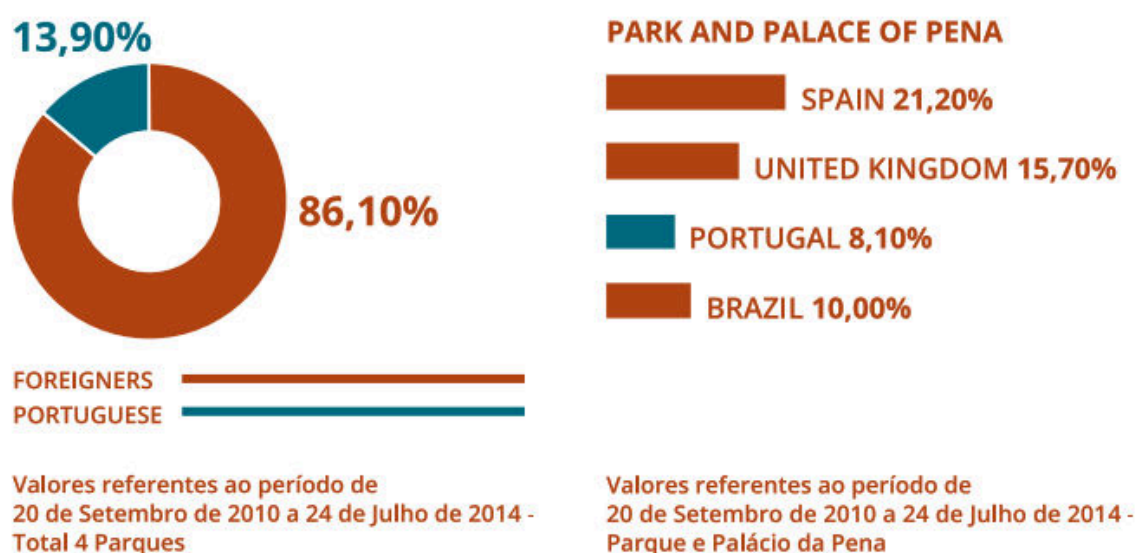
Fonte dos Dados: PSML, DGPC, CM-Sintra e EGEAC

Contudo, todo um cenário que vem se firmando desse modo, com aparente benefício para Sintra, sobretudo através de um suposto desenvolvimento socioeconômico sustentável, não nos parece estar tão bem configurado desse modo; as abordagens que traremos a seguir, associadas com as incursões a campo que fizemos, nos mostraram uma realidade que, por uma certa forma de observação, especialmente pautada no entendimento das premissas que tem a ONU/UNESCO com a chancela de “Patrimônio Mundial Cultural”, bem como afiliando-nos aos índices socioeconômicos dos seus moradores e às dinâmicas socioculturais da localidade, demonstra-se desconexa do sucesso dos números anteriormente referidos.

Temos ainda, para já, uma outra questão para tratar, nos valendo do mesmo conjunto de dados que a PSML apresenta como exitosos nos seus relatórios. O “gráfico 7”, apresenta duas representações gráficas. Na representação da esquerda, são apresentadas as percentagens de turistas de origem estrangeira comparativamente aos de descendência portuguesa, que visitaram, ao longo de quatro anos (2010 -2014), todos os itens de “valores fundamentais” de Sintra sob gestão da PSML. Num primeiro momento, isso pode ser considerado como salutar, do ponto de vista das premissas e fundamentos da UNESCO para com a PCS, especialmente

sobre o entendimento de que deve haver, através dos patrimônios da humanidade, uma percepção de que nos constituímos enquanto povos de culturas distintas, essencialmente pelas nossas diferenças e pelo contributo cultural que, de algum modo, oferecemos uns aos outros.

Gráfico 7: Estatística de visitantes nos itens patrimônios geridos pela PSML, quanto as suas nacionalidades.



Fonte: Com adaptações. Turismo de Portugal/UNESCO, 2013; PSML, 2014

No entanto, observando o gráfico da direita, com números de visitantes exclusivamente sobre o Palácio da Pena, podemos notar que das três nacionalidades, estrangeiras à Portugal, de mais recorrente visita àquele item patrimonial, duas são oriundas de culturas europeias, de localização ocidental, para além da França, que não é indicada no gráfico, mas que aparece como terceiro país da Europa no número de visitantes ao palácio. Isto nos faz lembrar do que já havíamos salientado no capítulo 1, quando discutíamos alguns aspectos de condições favoráveis ou não para satisfazer um desejável e adequado exercício de alteridade entre o *eu* (visitante/turista) e o *outro* (indivíduos da cultura visitada), que está presente na proposta da UNESCO de implementar o património mundial como um recurso de características humanitárias, para observação e compreensão das diferenças e aproximações culturais, em auxílio ao desenvolvimento de uma “cultura de paz” entre os povos.

O entendimento sobre tal questão, advém especialmente do conhecimento de que os povos europeus, sobretudo os da porção ocidental, possuem características socioculturais associativamente semelhantes, embora comportem diversos pontos e características de especificidades locais, mas que pelas propriedades geográficas e históricas da região e pelo próprio desenvolvimento sociocultural inter-relacional que tiveram, em que já superaram

diversos conflitos, por expedientes que não deixam de ser derivados de questões de percepção e exercício da alteridade, aparentam estar suficientemente bem conformados, no que tange a compreensão de suas aproximações e disparidades culturais. E, portanto, podemos pensar que os efeitos sobre a questão da alteridade cultural, pretendidos pela UNESCO, seria, quando muito, diminuto, embora, ainda assim, desejável.

Essa conclusão, decorre precisamente da observação das três nacionalidades dos que mais visitam o ícone de um importante extrato cultural português: o palácio do romantismo de Portugal (A Pena), as quais, juntas, e apenas em três, totalizam 44% do volume de visitantes, no intervalo de tempo entre 2010 e 2014. Em dados atualizados, apenas do ano de 2016, os “estrangeiros que mais visitaram são do Reino Unido (19,49%), de França (16,48%) e Espanha (14,92%)”²²¹, isso sem se considerar os outros países de localização europeia, que, pelos dados, apresentados nos mesmos documentos pesquisados, ainda são responsáveis por mais 15% de visitas, na soma dos outros países desse continente (Alemães, italianos e russos), i.e., a Europa sozinha, confere, à visita do Patrimônio Mundial Cultural de Sintra, em torno de 65% do total de seus visitantes (utilizando os dados atualizados de 2016).

Isso, observado num contexto que, pelo discutimos no primeiro capítulo, nos parece ter mais disponibilidade de servir à uma lógica de consumo cultural, da indústria do turismo, do que, propriamente, à uma nobre proposição de caráter humanitário, que tenta fazer com que os patrimônios mundial, operem mais como um recurso meio, para a difusão de conhecimento e reconhecimento cultural entre os povos e consequentemente à promoção da cultura de paz, do que como itens culturais fim, para apenas uma conservação e propagação de herança cultural inter geracional local.

Sendo possível ainda mencionar, o fato de que a terceira nacionalidade estrangeira com mais visitas a este item patrimonial é a brasileira (ao menos entre os anos de 2010 e 2014, pois os dados de 2016, apontam o Brasil como a quarta nacionalidade que mais traz visitantes ao Palácio da Pena), que, como sabemos, é descendente direta dos portugueses e, portanto, têm, na questão da alteridade cultural, uma conformidade bastante bem observada, em que pese a formação multiétnica do Brasil.

O cenário que buscamos demonstrar, através dos dados estatísticos dos gráficos supra, nos parece, ainda, poder ser uma boa ilustração, que reforça o que também debatemos

²²¹ Nota publicada no sítio eletrônico da PSML. Disponível em: <<https://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2017/01/pr_Parques_de_Sintra_visitas_2016.pdf>>, acessado em: 24 de setembro de 2017.

analiticamente no primeiro capítulo; especificamente sobre a necessária observação das condições socioeconômicas de indivíduos de culturas verdadeiramente dissonantes poderem se deslocar para ter contato com os itens cancelados pela UNESCO mundo afora, no âmbito da proposta de dar conhecimento, com os fins pretendidos, aos assumidos itens de “valor excepcional cultural”. Pensando, p.ex., na viabilidade e efetividade dos naturais do continente africano, região com menor número de patrimônios mundial e sabidamente a de menores índices socioeconômicos, por país, poderem experienciar o contato com elementos de “valor excepcional” da cultura do *outro* europeu, americano ou asiático. Sempre nos referenciando, para estas observações analíticas, nos fundamentos e premissas de características humanitárias com que a UNESCO revestiu estes itens patrimoniais.

Prosseguindo com nossas análises, detidamente sobre a gestão da PCS, para além da “vocação” para incrementar o fluxo de visitas, de captação, em progressão geométrica, de recursos financeiros e, por óbvio, como requisito que suporta os dois primeiros, da capacidade de restauração e preservação dos bens sob sua gestão, a PSML, também auxiliou no desenvolvimento da primeira versão do “Plano de gestão da paisagem cultural de Sintra - PGPCS”, já demandado pela UNESCO desde 1995, e encaminhado à entidade somente em 2005²²², com o intuito de orientar os atos e intervenções no período de 2004 a 2009, no qual se vêm descritas várias ações para serem desenvolvidas, reunidas em 13 tópicos, que, em grande medida, se inclinam ao desenvolvimento turístico da localidade e a preservação da PCS, acompanhado de um calendário para execução das atividades e das intervenções. Não vamos nos debruçar em um pormenor sobre este plano, pois, entendemos que para nossa problemática, observar analiticamente algumas poucas, porém estratégicas, ações lá contidas, nos trará importantes ganhos à análise.

Uma dessas ações, já pensada no plano referido, mas só levada à execução em 2009, foi o desenvolvimento de uma “Marca” para Sintra. Numa estratégia muito comum, vista no *modus operandi* dos agentes que se ligam à contextos patrimoniais, uma vez que assim a localidade em que se inscreve o patrimônio, “define um certo valor concorrencial e comunicacional.” (PEIXOTO, 2003, p. 215), estabelecendo uma identidade turística, através da qual seja possível associar, de forma integralizada, a comercialização de diversos produtos turísticos, em combos, pacotes etc., e, no caso específico de Sintra, pelo tipo categórico de sua

²²² <https://www.publico.pt/2005/06/18/jornal/plano-de-gestao-da-paisagem-cultural--de-sintra-recebe-parecer-positivo-26125>

patrimonialização (Paisagem cultural), a própria localidade, num sentido geoespacial, tende a enquadrar-se como um cenário de um todo turístico cultural.

Para além do que, desse modo, então, se faz marcar, através de um referencial visual e de uma nomenclatura estratégica, o posicionamento turístico cultural que se quer demonstrar passível de ser consumido sobre determinada localidade. No caso de Sintra, convencionou-se que o mais importante produto a ser oferecido para o consumo, recairia sobre a temática do romantismo, embora seja facilmente visto, como buscamos demonstrar nos *screenshots* mostrados anteriormente, que há grande e recorrente vinculação, para promoção turística de Sintra, apoiando-se no caráter de misticismo e de magia historicamente associados àquela espacialidade, a própria marca, embora seja voltada ao romantismo traz elementos que remetem à estas características.

Assim sendo, em 2009, a CM-Sintra, com o suporte técnico da PSML e o apoio da “Associação Turismo de Lisboa” e do “Turismo de Portugal”, lançam o “Programa de promoção turística e cultural – Sintra - Capital do Romantismo” (ver figura 19), e, ainda, buscando consolidar esta identidade, para efeitos de marketing na promoção do turismo cultural, foi lançado também o website <<www.sintraromantica.net>>, “uma ferramenta agregadora de todos os materiais de promoção do novo conceito turístico e meio de divulgação desta identidade”²²³.



Figura 19: Logomarca do “Programa de promoção turística e cultural Sintra - Capital do Romantismo”

Para a linha de análise que estamos adotando, pensamos importar ressaltar, que, de um certo modo, esta marca faz alusão ao antigo desejo do Rei D. Fernando II, de ver Sintra “Capital Espiritual da Europa” sob a égide do pensamento romântico, o que nos faz acionar o momento histórico de sua “ambiência artístico-filosófico”, do modo como sistematizamos no capítulo anterior; bem como, ao fazer referência à lua, invoca, de todo modo, as duas outras “ambiências” que classificamos, a “ambiência ancestral”, em que o elemento lunar estava diretamente relacionado de forma sacro-simbólica, nas dinâmicas socioculturais daquele período, e ainda a “ambiência mística e mágica”, em que, na altura daquela passagem histórica, os estudos arqueológicos estão razoavelmente em ponto de pacificação, no sentido de buscar

²²³

http://www.milestones.com.pt/xms/files/NOVIDADES/SINTRA_CAPITAL_DO_ROMANTISMO/sintra_investe_romantismo.pdf

demonstrar que os romanos e outros povos, do mesmo período (ambiência), deram significância mística e/ou mágica à Sintra, muito em função do elemento lunar. Já tendo como referência, através dos chamados “fios condutores”, as dinâmicas socioculturais da pré-história sintrense. O que nos faz chamar atenção para como, sob o signo dos referentes que condensamos na denominação “Aura de Sintra”, aquela espacialidade teve e ainda vem tendo seus desdobramentos socioculturais.

Ainda concernente ao caráter do programa “Sintra – Capital do romantismo”, observamos, como ponto de percepção analítica, que esta marca irrevogavelmente faz Sintra associar-se, para além do imaginário romântico, com os compromissos e qualidades de centralidade e de indispensabilidade que são intrínsecos a uma cidade capital. Isso, de uma forma simbólica, pois, é pertinente fazer a anotação, de que, embora tenha assumido simbolicamente as propriedades de uma capital, principalmente se pensarmos que se trata também de um modo de se destacar relacionalmente a outras localidades, as quais, do mesmo modo, investem na temática romântica como marca turística, em todo o mundo; a Vila de Sintra sempre recusou, desde muito, a elevação à categoria de Cidade, mesmo satisfazendo, amplamente, os critérios exigidos. Isso, sem que tenhamos conhecimento, preciso, das motivações para tanto.

Nas investigações que realizamos, para compreensão desse cenário, encontramos alguns elementos sugestivos de tal motivação. Nestes indicativos, mais uma vez a abordagem e apelo turístico tem grande ênfase, servindo a denominação de “Vila”, no caso do centro histórico de Sintra, como mais um diferencial de virtualidade, pois, se pensarmos bem a respeito, o caráter de “Vila”, tende a reforçar as propriedades simbólicas e imaginárias que ali são associadas, de várias maneiras, especialmente porque há uma noção de vila bastante conhecida e própria da Europa, e difundida em todo mundo, muito enraizada num contexto de ideário histórico medieval. E, como temos visto, a comercialização turística cultural de Sintra, apela também para esta noção, pois, muitas foram as dinâmicas socioculturais desenvolvidas naquela espacialidade, no período histórico do medievo, ligadas ao que denominamos de “Aura de Sintra”, que se conformaram e se destacaram de forma demarcatória, enquanto aquela localidade experimentava a terminologia de divisão administrativa de “Vila de Sintra”.

Parte desse nosso pensamento, foi depreendido das palavras dos então presidentes das câmaras municipais de Sintra e de Cascais, respectivamente Fernando Seara²²⁴ e Antonio

²²⁴ Fernando Seara, foi presidente da câmara de Sintra entre os anos de 2002 e 2013 <<<http://www.cm-sintra.pt/>>>

Capucho²²⁵, ambas com denominação de divisão político-administrativa de “vila”, discursos que se complementam, pela aproximação geográfica das localidades e algumas características compartilhadas, mas, sobretudo, pelos interesses na curvatura que há, nestas localidades, do turismo cultural, do qual são coparticipes, valendo salientar que Cascais tem se agregado fortemente à Sintra, como parte de um *trade* turístico que recebeu a denominação, pelos agentes ligados ao turismo, adotado também pelo Estado Português, de “Patrimônio Mundial-Paisagem cultural de Sintra e Parque Natural de Sintra-Cascais”.

Os ditos que entendemos mais relevantes, nesse sentido, dos autarcas mencionados, fazem parte de uma reportagem do “Jornal Público”, intitulada “Cidade, não?”, em que se intencionava debater precisamente sobre o assunto, pois é uma situação que se repete apenas em quatro localidades de Portugal, uma vez que todas as outras antigas Vilas portuguesas, 156 no total, segundo dados da matéria jornalística, confirmados, já abandonaram esta nomenclatura administrativa e adotaram a divisão político administrativa de “Cidade”. Quando questionados, a respeito da manutenção de suas designações de “Vila”, os presidentes fizeram as seguintes afirmações:

Sintra é vila desde o início da nossa nacionalidade [...] e mantém o seu estatuto de vila. Mantém a sua identidade, o seu imaginário. Mantém nas suas tertúlias e no sentimento colectivo. [...]. [dizia Fernando Seara];

[...]

Em oposição a vila, a (des)promoção a cidade dá a imagem de aglomerado densamente urbanizado, satélite e dormitório da capital, com características bem distintas da vila de Cascais, da que queremos continuar a manter²²⁶, foi o que disse Antonio Capucho].

Nestes discursos, é possível de se notar, ainda, um sentido de conformar, por sobre as vilas, a ideia de que nelas, o tempo é condescendente, por assim dizer, em relação a velocidade observada nas cidades modernas, e, então, lhes garantiriam uma espécie de imunidade à agitação e à pressa dos cotidianos das metrópoles, como fica ainda mais evidente, numa entrevista concedida por Fernando Seara à Revista “Turismo de Lisboa”, em dezembro de 2008. Em que, questionado sobre: “Em termos de infra-estruturas turísticas, como classifica Sintra e quais os segmentos em que importa investir?”, faz um longo comentário sobre as características do turismo cultural de Sintra e os investimentos que devem ser feitos para explorá-los cada vez mais, sem descuidar de salientar que “não se deve permitir a massificação do turismo em Sintra.

²²⁵ Antonio Capucho, esteve presidindo a câmara de Cascais entre os anos de 2002 e 2011 << <https://www.cascais.pt/>>>

²²⁶ <https://www.publico.pt/2010/01/10/jornal/cidade-nao-obrigado-18530849>

Hoje em dia, o silêncio vale muito dinheiro e nós queremos que Sintra seja um espaço de silêncio²²⁷ (grifo nosso), complementando com: “Já viu o que é dormir em plena serra de Sintra, com o verde, com o oceano ao fundo e a Pena iluminada atrás, **um espaço de vale em silêncio?** Já viu o que é acordar às seis da manhã e fazer caminhadas pela Serra, ouvir os pássaros, sentir os perfumes da serra misturados com a maresia do Atlântico?”²²⁸ (grifo nosso).

Um discurso que aparenta buscar afastar as referidas vilas daquilo que Byung-Chul Han (2012) entende como “excesso de positividade”, no âmbito de contextos sociais que também por sua denominação chama de “Sociedade do cansaço”, verificado nas dinâmicas e relações sociais da maioria das cidades de paisagens urbanas, em um fluxo contínuo de informações, atenção, trabalho, baixo grau de imunologia sobre o *outro*, tentativas de obtenção de lucro, sensação de que tudo é possível, enfim, um “fluxo de positividade”, que, para o autor, é causa de parte da patologia social moderna, bem como de um chamado “inferno do igual”, do modo que já discutimos.

No entanto, da forma como estamos pensando, no caso específico de Sintra, a vila, i.e., o centro histórico de Sintra, mesmo enquanto vila, e ainda que esteja verificando um processo de desertificação, do qual abordaremos adiante, não deixa de contribuir, de certa forma, para a manutenção de um fluxo razoavelmente simétrico de sentidos de positividade, apenas por, simbolicamente, buscar associar-se com uma situação antagônica desse processo, apoiada, em boa medida, nas propriedades e conformações de dinâmicas socioculturais de outros momentos históricos (ambiências), em que se verificava um outro “modo de vida mental”, que se estabeleceu processualmente na antiga “Vila de Sintra”, porém, do qual, no atual modo, os simbolismos sobre a vila, nos parecem ser o maior legado.

E do modo como estamos entendendo, e ainda que possa parecer paradoxal, é exatamente isso, no conjunto de todo esse seu simbolismo, do qual reiteremos nossa denominação de “Aura de Sintra”, que a faz estar sendo parte no processo de “positividade” da atual sociedade, pois, a postura dos seus visitantes/turistas, de desejo, por assim dizer, de consumi-la, tal qual uma outra localidade qualquer, ao modelo do “consumo cultural” da indústria do turismo cultural, em boa medida, apoiados por estas virtualidades, associada ao modo que os agentes turísticos lhes apresentam ao consumo, tem dado um importante reforço nesse “excesso de positividade”, com efeitos que, de muitos modos, entendemos que recaem

²²⁷ TURISMO DE LISBOA. Lisboa: Observatório do Turismo de Lisboa, nº 60, dezembro de 2008, p. 41. Disponível em: <<
[²²⁸ *Ibid.*](http://www.visitlisboa.com/getdoc/bd981890-11f2-4465-86ee-bbcb21cca2f9/RTL60-Dez08.aspx>>”, Acessado em: 15/04/2016.</p>
</div>
<div data-bbox=)

sobre essas propriedades/qualidades, que, em dado momento, aparentam terem sido autenticamente observáveis em Sintra, mas que, hodiernamente, têm estado associados e sido empregados em um grande e contínuo processo de mercantilização da cultura, como parte dos itens consumíveis para a “sociedade do consumo”, avolumando o “excesso” da “sociedade do cansaço”, de modo semelhante a como visto e relatado na literatura própria, em diversos outros “lugares”.

Ainda tratando do contexto do turismo cultural de Sintra, percebemos que uma das preocupações, de diversos agentes que ali orbitam, está continuamente relacionada ao seu estabelecimento como um local em que o visitante/turista possa permanecer para além de algumas poucas horas, fazendo de Sintra um destino *day trip*. Há uma manifesta intenção de habilitá-los com mais tempo para que possam ter acesso a experimentações de vários outros produtos turísticos da localidade²²⁹. De acordo com a CM-Sintra, “Os dados existentes apontavam para que apenas 10% dos visitantes de Sintra pernoitassem. [Então,] tendo por objectivo aumentar este valor, transformando visitas em dormidas, foi também criada [no bojo do programa proximamente referido] a marca **Sintra INN**, destacada no *site* <<www.sintrainn.net>>”²³⁰. Para tanto, de acordo com o jornal correio de Sintra, “a Câmara de Sintra vai investir nos próximos dois anos [a partir de 2010] 1,2 milhões de euros na divulgação da marca “Sintra Capital do Romantismo”, com o objetivo de “atingir as 400 mil dormidas”.²³¹.

Isso, em tese, seria um importante ponto de apoio para que, em alguma medida, houvesse uma disposição do “lugar Sintra”, um pouco mais próxima ao que Lévinas (2010) pensa ser necessário para o exercício da “Ética da alteridade”, o que estamos entendendo aqui ter certa analogia ao que discorre pretender a UNESCO com estes patrimônios, como recursos inclinados à difusão e entendimento de uma certa característica de comunidade das culturas dos povos para, em certa medida, elevar a promoção de uma chamada “cultura de paz”, pedra angular das ações da ONU/UNESCO. Pois, assim, poderiam se alargar as oportunidades do contato “face-a-face”, no desenrolar da vida cotidiana, da forma como Lévinas (2010) intui ser necessário, para uma conformação de alteridade adequada.

²²⁹ Cfr. <https://www.briefing.pt/marketing/7061-camara-de-sintra-investe-1-2-milhoes-no-marketing-da-capital-do-romantismo.html>

²³⁰ Ibid.

²³¹ http://www.correiodesintra.net/edicoes/CorreiodeSintra_N03.pdf

A investida, a julgar pelos dados da “PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo”²³², parece ter tido um considerável sucesso, pois, de 2009 até 2015, Sintra (Município), saltou de, aproximadamente, 195 mil dormidas, ao ano, para pouco mais de 395 mil visitantes²³³, que pernoitaram em seus “estabelecimentos hoteleiros”²³⁴, configurando um incremento da ordem de mais de 100% de dormidas de visitantes/turistas, destaque-se, que nesta conta estão somados os visitantes que residem no território português (média, no período referido, de 35% do total), bem como, os de residência no estrangeiro; para além do que, os dados são referentes a todo município de Sintra e não apenas às freguesias em que se inscrevem a PCS, ou mesmo ao núcleo histórico de Sintra, i.e., a “Vila de Sintra”.²³⁵

Porém, isto não parece poder prejudicar nossa análise, pois, junto ao que já referimos na nota de rodapé anterior, os dados são referentes ao número de visitantes em situação de turistas e é de conhecimento público, que o grande mote turístico de Sintra, indubitavelmente é a PCS, que se inscreve nas freguesias mencionadas anteriormente, portanto, é natural que não somente este, mas qualquer outro dado que se refira ao turismo em Sintra, possa ser lido, com forte inclinação de localidade, na região que é nosso enfoque de pesquisa, notadamente o perímetro em que se inscreve o patrimônio mundial de Sintra; para além de que, há um outro dado, “Estada média nos estabelecimentos hoteleiros do município de Sintra”²³⁶, que tratando do mesmo universo, nos faz entender que a empreitada da CM-Sintra, que, de todo modo, é sobre a PCS (UNESCO), mais uma vez tem reflexos, por assim dizer, positivos mais calcados

²³² A PORDATA, Base de Dados de Portugal Contemporâneo, é organizada e desenvolvida pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, [...] [e] dá corpo a uma das prioridades da Fundação: recolha, organização, sistematização e divulgação da informação sobre múltiplas áreas da sociedade, para Portugal, municípios e países europeus. As estatísticas divulgadas são provenientes de fontes oficiais e certificadas, com competências de produção de informação nas áreas respectivas. O esforço da Fundação consiste em recolher e organizar a informação disponível, tornando-a o mais possível clara e acessível. Acresce um trabalho importante na informação contextualizadora, a chamada “metainformação”, como parte indissociável dos dados, permitindo a sua adequada interpretação. [...]

²³³ Ver dados: “Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro” <<<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>>>

²³⁴ Definição de “estabelecimentos hoteleiros” para o INE, utilizada pela PORDATA: “Estabelecimento cuja actividade principal consiste na prestação de serviços de alojamento e de outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e hotéis-apartamentos (apart-hotéis); para fins estatísticos incluem-se, ainda, os aldeamentos e apartamentos turísticos. (metainformação – INE)” Disponível em: <<<https://www.pordata.pt/Glossario>>> Acessado em: 20/10/2017.

²³⁵ Sobre os dados apresentados, cabe uma breve explicação, de que a menor determinação de divisão político-administrativa que encontramos essa especificidade de dados, foi relativa aos municípios portugueses, portanto, conhecemos que os dados não refletem, com extrema fidedignidade, a situação das dormidas no núcleo histórico de Sintra, nosso foco de pesquisa, ou mesmo das freguesias que à PCS se associam, pois, há outros estabelecimentos hoteleiros, no município de Sintra, que não estão localizados na nossa área de enfoque. Muito embora, sejamos cientes também, de que Sintra (município) é uma localidade que não apresenta histórico de recepção, em volume considerável, de visitantes/turistas para outras freguesias fora das que englobam o perímetro do patrimônio chancelado pela UNESCO, pois, não se constitui num centro de negócios, ou mesmo, numa área em que se verifiquem muitos centros de convenções ou algo que justifique que os números apresentados possam expressar-se, de tal modo, com um forte desvio de apreensão estatística da área (freguesias) de nosso interesse de investigação.

²³⁶ Ver dados: “Estada média nos estabelecimentos hoteleiros do município de Sintra” <<<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>>>

nos interesses econômicos, do que associativamente aos pressupostos que a UNESCO entalhou por sobre os itens patrimônios da humanidade, especificamente aqui, sobre Sintra. Senão, vejamos.

Os dados da estada média nos estabelecimentos hoteleiros de Sintra, também encontrados através da PORDATA, mostram que no mesmo período (2009 a 2015), o tempo de estada médio, dos visitantes de Sintra, foi reduzido de 2,1 dias, em 2009, para 1,7 dias em 2015, embora, como vimos, a quantidade de dormidas tenha conhecido um importante incremento, salientando que estes são os dados do somatório de visitantes residentes em Portugal, com os que não residem no país.

A título de comparação, os dados do município de Cascais, sobre o qual já referimos a ligação que tem com Sintra, dentro de um roteiro de destino turístico muitas vezes conjugado, como destinos *day trip*, tem média de estadas, no mesmo período, superiores aos de Sintra, contabilizados em 2,9 dias em 2009, e registrando um discreto aumento, alcançando 2015 consolidando-se como um destino de visitaço, em que os visitantes tem estada média de 3 dias, revelando-se acima da média nacional, no mesmo período, que permaneceu em 2,8 dias entre os anos de 2009 a 2015, enquanto que em números percentuais, no mesmo período, o incremento do quantitativo de dormidas em Cascais, p.ex., foi da ordem de 35%, 2/3 a menos e muito abaixo do incremento de dormidas que experimentou Sintra, no mesmo período, através da campanha da marca **Sintra INN**, realizada pela CM-Sintra.

Portanto, como já referimos, os dividendos dessa campanha, tendem a bem poder serem associados, em favor dos agentes econômicos privados que atuam em Sintra, especialmente os do ramo da hotelaria. Os dados de “Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros de Sintra”²³⁷, apontam esta situação, no período tomado (2009 a 2015), o incremento de dormidas que referimos, parece ter trazido um considerável aumento dos rendimentos desses agentes²³⁸, da ordem de aproximadamente 85%, saltando de pouco mais de 21 milhões, em 2009, para 38 milhões de euros em 2015, enquanto que a permanência dos visitantes/turistas, como vimos, caiu, corroborando e intensificando, a cada ano, Sintra como um destino *day trip*,

²³⁷ Ver dados: “Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros de Sintra” <<<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>>>

²³⁸ Importa considerar, reforçando a ideia de que a campanha Sintra Inn, teve importante interesse e boa repercussão, por parte de agentes econômicos privados, que no mesmo período, o número de estabelecimentos hoteleiros se elevou de modo ainda mais relevante do que o quantitativo de dormidas, no mesmo período, saltando de 15 unidades, para 42 estabelecimentos, considerados de hotelaria pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE), um incremento da ordem de 180%, com uma quebra de série, ensejada pela forma de definir “estabelecimentos hoteleiros”, a partir de 2014; até aquela momento, o crescimento foi de 20%, já no período subsequente, da nova série, o incremento percentual, foi de, aproximadamente, 49%. Disponível em: <<<https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>>>, acessado em:

com implicações, que entendemos que vão para além das reverberações nas dinâmicas socioculturais do “lugar Sintra”, (já sendo estas de ampla importância para se tomar conhecimento, o que faremos pouco mais a frente), no entanto, atingindo, muito fortemente, os propósitos, insistentemente aqui referidos, da ONU/UNESCO com os Patrimônios da Humanidade, da forma como temos debatido.

Isto posto, o que pensamos é que o todo os trabalhos e resultados, realizados e alcançados por parte da CM-Sintra, em associação com os promotores do turismo de Sintra e a PSML, tem se constituído, num dos principais meios de inserir Sintra e toda sua condição de “lugar” com características culturais excepcionais, como afirma a UNESCO, numa lógica de consumo, em um importante fluxo de positividade, continuo e crescente (como podemos depreender pelos números analisados). Pois, estes agentes, valeram-se, em boa medida, de uma tentativa de envolver a marca “Capital do Romantismo”, associativamente à uma certa percepção de medievo que recai sobre a terminologia de “Vila”, aproveitando de um forte simbolismo de misticismo e magia entendido naquele local, que, de certa forma, invoca uma percepção situacional de dinâmica social menos intensa, e de espaço de placidez, que fora possível de ser apreendida historicamente em “ambiências” anteriores de Sintra, dissociando-se de um agitação e intensidade do modo de vida urbano atual.

No entanto, e de forma irônica, o que estaria sendo posto, comercialmente, pelos agentes promotores, como uma espécie de refúgio místico e mágico, como foi durante muitos anos para a monarquia portuguesa, bem como, do modo que discursa a ONU/UNESCO sobre o patrimônio da humanidade, como algo que poderia funcionar como um recurso em que se pudesse apreender e compreender que a história da humanidade é a da trajetória de todos os povos, e, então, dar uma maior percepção para os visitantes de que todas as culturas têm aspectos e elementos de suma importância na constituição de uma “comunidade humana”, e assim, auxiliar num processo de promoção da “cultura de paz” entre os povos, tornou-se, entretanto, da forma como estamos pensando, especialmente pelo amalgamento destas duas formas de abordagem (a da UNESCO e a dos agentes políticos e econômicos), em mais um mero objeto de desejo de consumo cultural.

Sob essa ótica, isso estaria potencializando Sintra à configurar-se como apenas mais um elemento, entre tantos, num fluxo para um “excesso de positividade”, e então torna a relação visitante e visitado, que pode ser expressa também como “Eu” e o “Outro”, numa mera relação comercial, em que o “turista já não é mais um sujeito imunológico, mas sim um mero consumidor” (Han, 2012), em que o “outro”, com toda sua exterioridade e excepcionalidade

cultural, já não causa uma reação de estranhamento típica do contato com um “outro” imunológico, há mais uma relação de desejo de consumo, que pode ser pelo “belo”, único, exclusivo, autentico, exótico e etc., ou ainda sobre um *status* da presença em locais que denotam certa condição socioeconômica privilegiada, como discutimos no capítulo 1.

A relação com o “estranho”, que nos faz pensar naquele tipo de relação que Lévinas intui, para, por assim dizer, gerar uma “ética da alteridade”, não nos parecer ter sido de fácil observação ao longo dos anos em que Sintra tornou-se Patrimônio mundial da UNESCO, da forma como temos apreendido, o que nos tem demonstrado os dados, bem como nossas incursões à campo, é um processo de esvaziamento da área classificada, especialmente da “zona inscrita”, sobretudo da “Vila de Sintra”, para nós, o local onde mais facilmente as proposituras da UNESCO, de forma essencialista, poderiam se tornar factíveis, i.e., onde o contato “face-a-face”, com um *outro* (estranho) atenderia, de forma desejável, a superposição de culturas de um modo imunológico, onde o *Eu* (visitante) pudesse para além de uma estranhamento, uma compreensão de si próprio no outro, numa situação, por assim dizer, ideal de alteridade, porém isso demanda, como diz, Lévinas, um contato “face-a-face” num considerável espaço de tempo. E em Sintra, nenhuma dessas situações foi por nós verificada, por tudo que vimos, o processo é diametralmente inverso.

Para além disso, estamos entendendo, também, que a relação entre o *Eu* e o *Outro*, que tem sido configurada naquela espacialidade, em virtude e sobretudo pelas visitas turísticas, num contingente que Sintra jamais vivenciou, tem no “exotismo” das características e peculiaridades dos chamados “valores fundamentais” da PCS, entre outros aspectos, percebidos com similar qualidade, o principal ponto de aporte para o estabelecimento desta relação, i.e., uma relação entre visitantes e visitados pautada no exotismo, especialmente por parte dos primeiros, mas que, no caso de Sintra, não encontra resistência por parte dos segundos, e, se pensarmos num vácuo que aparenta estar ocorrendo do contato face-a-face, verificado, em grande medida, nos locais mais visitados em Sintra, bem como por dados e estatísticas, aparentemente, esse “confronto” nem poderia existir.

Portanto, assim, na qualidade de exótico e não de estranho, temos um cenário que aparenta bem assentar-se na forma com que Baudrillard apresenta e discute a sociedade de consumo, pois, uma das características desta sociedade, seria uma redefinição da identidade cultural do outro para um proveito de consumo, “solucionando” determinados desconfortos que poderiam advir desta relação, caso se estabelecesse através do estranhamento, o que se desdobra numa certa condição de alteridade que não aparenta ser a da ética proposta por Lévinas.

Num trecho da obra “Entre nós”, que importa transcrevê-lo aqui na íntegra, Lévinas (2010) busca demonstrar a importância de não se reduzir ou se converter o *Eu* em *outro*, ou o *outro* em *Eu*, tampouco de tornar o *outro* inteligível, intuindo uma certa ética necessária de ser estabelecida sobre esta relação, capaz de fazer do outro compreensível, porém, aparentemente (uma vez que não se trata de dito claro de Lévinas) mantendo-se uma certa imunologia, tratada mais especificamente por Han (2010), o que, para nós, não está sendo observado em Sintra, numa propositura que, como já dissemos, de forma análoga, assemelha-se às premissas da ONU/UNESCO com as chancelas de patrimônios da humanidade, que comportam características e valores culturais excepcionais e universais, e que, oportunamente, estariam dispostos à tentativa de estabelecimento, universal, de uma certa “ética da alteridade” (LÉVINAS, 2010), que nos conduziria, como uma “comunidade humana internacional” para uma “cultura de paz”.

Pois bem, vejamos o que fomenta, discursivamente, o autor sobre a forma de estabelecimento de relação entre o *Eu* e o *outro*:

Deve-se perguntar se a inteligibilidade, entendida como solução do antagonismo do Eu e do Outro, não pode ter outra significação que a da redução ou da conversão do Outro ao Mesmo, a partir do outro que se presta ao Mesmo. Deve-se perguntar se, precisamente, na multiplicidade humana, a alteridade do Outro homem significa somente a alteridade lógica das partes - umas frente às outras - num Todo fracionado, cujas relações, rigorosamente recíprocas, são comandadas exclusivamente pela unidade deste todo, deste Uno degradado em suas partes; em outras palavras, deve-se perguntar se, na multiplicidade humana, a alteridade do Outro homem significa originalmente a partir de um saber - saber político, mas essencialmente saber – em que o eu se reconhece como fração de um Todo que comanda a solidariedade humana, à imagem de um organismo cuja unidade assegura a solidariedade dos membros. Ou - e este seria o segundo termo de uma alternativa - deve-se perguntar: a alteridade do outro homem, a alteridade de outrem, não terá para o eu, logo, um caráter de absoluto, no sentido etimológico deste termo, como se outrem não fosse somente, no sentido lógico e formal, outro (isto é, outro de uma autoridade logicamente ou mesmo transcendentemente superável, prestando-se à síntese da unidade do "eu penso" Kantiano), mas fosse outro de maneira irredutível, de uma alteridade e de uma separação refratárias a toda síntese, anteriores a toda unidade e onde a relação possível do eu com outrem, alteridade de estranho indesejável – em que a sociabilidade é independente de todo reconhecimento prévio e de toda formação de totalidades? Relação ética! **Projeto de uma cultura que precede a política e que, na proximidade que vai do eu ao próximo, que ela significa, não se reduz a uma deficiência qualquer, ou "privação" em relação à unidade do Uno. Relação com outrem, enquanto tal, e não relação com o outro já reduzido ao mesmo, ao "aparentado" ao meu.** (p. 211-212, grifos nossos).

Podemos depreender, das palavras do autor, que o *outro*, no âmbito de um processo de conformação de alteridade, é constituído, por assim dizer, de todas as suas essenciais e particularidades, i.e., de todo o espectro de identidade que lhe é pertinente, e, como tal, estaria apto a ser compreendido por aquele que lhe é estranho e vice-versa, num processo que, resumidamente constitui o que chama de “ética da alteridade”. Dessa forma de se relacionar – *Eu e Outro* – não haveria, para o autor, redução ou conversão de qualquer dos entes em o “mesmo” ou o “igual”, num processo que seria o desejável num ambiente que comporta um “Patrimônio Mundial”, a julgar pelos postulados da ONU/UNESCO. No entanto, contrariamente a estes processo, o que pensamos estar ocorrendo em Sintra, é precisamente a situação que Lévinas quer evitar, mas que, sobretudo, Han (2012), entende que nos tem feito adentrar numa “agonia de Eros”, que desemboca numa patologia de ordem moderna, onde a ausência da imunologia do *outro*, enquanto outro, dá abertura para a constituição de um “inferno do igual”, muito favorável a uma “sociedade de consumo”, que tem no exótico um outro próprio, por assim dizer, passíveis de serem consumidos.

Lugares como Sintra, que se mostram, em tese, mas também em verificações de conformações sócio-históricas, com forte potencial de atopicidade, ao ponto de terem a atribuição de “valor universal excepcional” cultural, estão sendo, da forma como pensamos, postos ao consumo e consumidos, pelos agentes econômicos e políticos no primeiro caso e pelos visitantes/turistas no segundo, de uma forma em que suas altas particularidades e essenciais, por vezes, únicas, não revestem-se da capacidade de suscitar estranhamentos, mas sim, já estão inteligivelmente conformadas, são apresentadas como localidades exóticas, em que o contato, para o estabelecimento de relações de alteridade cultural, se dá pela redução ou conversão do *outro* num igual, especialmente para sua habilitação ao consumo cultural, configurando o que estamos denominando de “Atopia consumível do patrimônio mundial”. Daí também, a ideia de dizermos que podemos estar diante da constituição de “lugares do igual”, situação que recairia com maior ênfase para alguns tipos de localidades em que se inscrevem tipos específicos de patrimônios da humanidade, especialmente as paisagens culturais.

Dito isto, e antes de passarmos a relatar nossa incursão a campo, traremos algumas observações analíticas, de elementos e aspectos, sobre o contexto social recente de Sintra, em situações de ressonâncias nas dinâmicas socioculturais e espaciais do lugar, que nos parecem já se revelarem como importantes sinais de fadiga sociocultural de todo esse processo. Pois, como dizíamos nas páginas iniciais deste tópico, de um modo geral, quanto mais a dimensão econômica, em processos de patrimonialização, é acionada de forma exitosa, mais as esferas da

vida cotidiana, a ontologia do *lugar*, as dinâmicas socioculturais e mesmo, neste nosso caso, as proposituras essenciais e fundamentais da UNESCO para com esse tipo de patrimônio, sofrem algum tipo de processo de distúrbio ou forte reconfiguração. Situação já bem documentado, em farta literatura especializada.

Para tratarmos dessa observação, tivemos apoio de dados e estatísticas socioeconômicas de entidades oficiais ou empresas privadas a serviço do governo português ou mesmo de trabalho independente, bem como, tivemos um importante auxílio das percepções e colocações sobre a realidade local de associações e entidades locais, contando também, com a verificação cuidadosa de alguns sítios eletrônicos e blogs de residentes de Sintra, que e muito nos ajudaram a investigar de forma mais apropriada o cenário. Enfim, em boa medida, todo este apanhado conjuntural, acaba se constituindo como um quadro de referências sobre as manifestações e entendimentos dos diversos agentes que orbitam, no atual cenário socioeconômico e cultural, o “Lugar Sintra”, referindo-nos aqui, especialmente, ao perímetro da PCS, apoiando-nos, como forma de verificação, nos dados e estatísticas já mencionados.

São muitos os agentes e entidades envolvidas no contexto da Paisagem Cultural de Sintra, os quais emitem manifestações, reivindicações, sugestões e até mesmo produzem documentos técnicos, como o é o caso da “Alagamares - Associação Cultural de Sintra”, que elaborou importante parecer²³⁹ sobre o “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra”²⁴⁰ (ARU-CHS), aprovado em setembro de 2015, pela CM-Sintra, com ações previstas para se estenderem por um período de 12 anos. No entanto, um dos personagens que mais nos chamou atenção, pelas críticas dirigidas relativamente às questões que envolvem a PCS, é o arqueólogo Prof. Dr. José Cardim Ribeiro, membro do ICOMOS e coordenador da campanha de candidatura de Sintra, que a elevou ao tal *status* de Patrimônio mundial, no ano de 1995.

Em matéria jornalística veiculada no Jornal “Público”, de 22 de abril de 2007, o arqueólogo elenca “Sete breves considerações sobre a Paisagem Cultural de Sintra”, das quais uma é particularmente interessante, para o enfoque de minha investigação, o distanciamento entre população e PCS, embora entendamos que todas tenham considerável relevância sobre o

²³⁹ Cfr. <<<https://www.alagamares.com/parecer-da-alagamares-sobre-o-projecto-para-a-ar-ue-de-sintra/>>>

²⁴⁰ De acordo com o citado no “Resumo não técnico”, emitido pelo “gabinete de reabilitação urbana” de Sintra, “O Programa Estratégico para a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra (ARUCHS) foi elaborado nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, com base numa Visão holística sobre o território, definindo estratégias e projetos estruturantes, para o horizonte de 12 anos. A estratégia apoia-se na identificação de possíveis fontes de financiamento e incentivos concretizados em benefícios fiscais atribuídos sobre os imóveis na área delimitada e que empreendam obras em harmonia com o programa estratégico.” Disponível em: <<http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/ARU/SINTRA/resumontechnico_pe_aru-chs.pdf>>, Acessado em 20/09/2017;

ponto de vista de uma série de questões tangentes à realidade social de Sintra e do patrimônio classificado.

7. Um dos princípios-base das classificações da UNESCO tem a ver com o desejável interesse e salutar aproximação entre a população e os bens classificados no seu território, respectivo usufruto e gestão. O profundo esquecimento deste princípio constitui um dos maiores desvios aos princípios da UNESCO na gestão da PCS. Salientemos dois aspectos, diferentes, mas complementares: — (a) a necessidade de vivificar e activar o Conselho de Opinião Pública expressamente recomendado pela UNESCO, também ele em tempos constituído por iniciativa da presidência da CMS; — (b) repensar, de acordo com os princípios da UNESCO, as relações entre a população sintrense e o usufruto dos bens classificados.

Actualmente, Paisagem Cultural de Sintra e sintrenses estão de costas viradas uns para os outros, podendo mesmo dizer-se que existe por parte da população uma certa antipatia por aquilo que é hoje, na realidade, a PCS (é óbvio que a gratuidade das manhãs de domingo, nos monumentos e parques geridos pela PSML, iniciativa meramente simbólica, em nada altera a lamentável situação subsistente). Permanecem, no âmbito da PCS, espaços que os sintrenses sempre consideraram públicos e como seus: o mais importante, neste aspecto, é o Castelo dos Mouros, que efetivamente deveria ser de novo – como sempre, ao longo dos séculos – franqueado à população sintrense [...] (p. 29, grifos nossos)

Minimamente a partir de 2007, quando Cardim Ribeiro salientou a ruptura, já em curso nesta data, entre a população residente no Concelho de Sintra e a PCS, não identificamos, nas pesquisas que realizamos, ações amplas e/ou mecanismos de relevância efetiva, por parte das autoridades e entidades competentes pela gestão do patrimônio sintrense, no sentido de solucionar ou minimizar tal cenário. Somente a partir de 2016, é possível verificar a ampliação do horário de visitação gratuita dos m nicipes, aos domingos, contemplando não somente o turno da manhã, como era até aquele momento, como também o da tarde. Iniciativa que, diante do cenário estabelecido, não nos aparenta poder ser um apaziguador, tampouco uma solução, pensamento que compartilhamos com Cardim Ribeiro.

Ademais, a questão da não fruição, por assim dizer, do patrim nio cultural sintrense, por parte dos seus m nicipes, observada especialmente pelos incipientes períodos de visitações gratuitas, nos itens classificados como “valores fundamentais” da PCS, não nos parece ser a de maior envergadura a ser observada, ainda que entendamos ter bastante relevância na composição do cenário de ruptura da PCS com a população e da fraca presença ou mesmo ausência de dinâmicas sociais cotidianas naquele espaço.

No contexto das reverberações nas dinâmicas socioculturais e econ micas dos sintrenses, fundamentalmente ligadas à classificação de Sintra como patrim nio da

humanidade, portanto tendo especial inclinação ao âmbito das freguesias em que a PCS está inscrita, é possível se observar questões de maior relevância, pensando de uma forma sociológica, e que nos aparentam estar mais intimamente associadas com nossa problemática de pesquisa, como é o caso do esvaziamento populacional da área da “vila velha” (desertificação). E, de um modo geral, de todo “centro histórico”, que importa lembrar que é composto também pela Estefânia (Bairro) e pequena parcela da freguesia de São Pedro de Penaferrim, mas que, também, aparenta estar se estendendo para outras áreas em que se inscreve o património de Sintra, chancelado pela UNESCO.

De acordo com Rodrigo Sobral Cunha, filósofo e docente do IADE – Instituto Universitário de Arte, Design e Empresa (Lisboa), residente e pesquisador ritmanalista de Sintra, “Existe uma crescente degradação do parque residencial, [pois,] apenas são recuperados alguns edifícios e praticamente todos dirigidos para o turismo. **A vivência humana da vila está a perder-se**, em contraste com uma saturação de turistas”²⁴¹ (grifo nosso). Sobre isto, quando observamos os dados do INE, através dos Censos Portugal, podemos constatar tal processo, referidamente nos gráficos 8 e 9, seguintes.

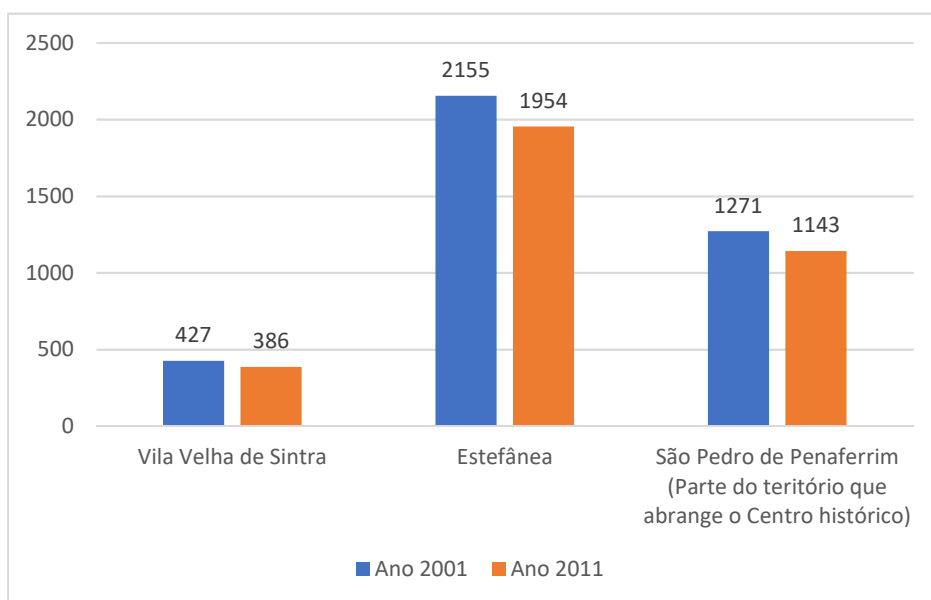


Gráfico 8: Evolução do número de residentes no Centro Histórico de Sintra (2001 – 2011, por localidade).

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011. Elaboração: próprio autor.

²⁴¹ << <https://sol.sapo.pt/artigo/110995/vila-de-sintra-menos-habitada>>>

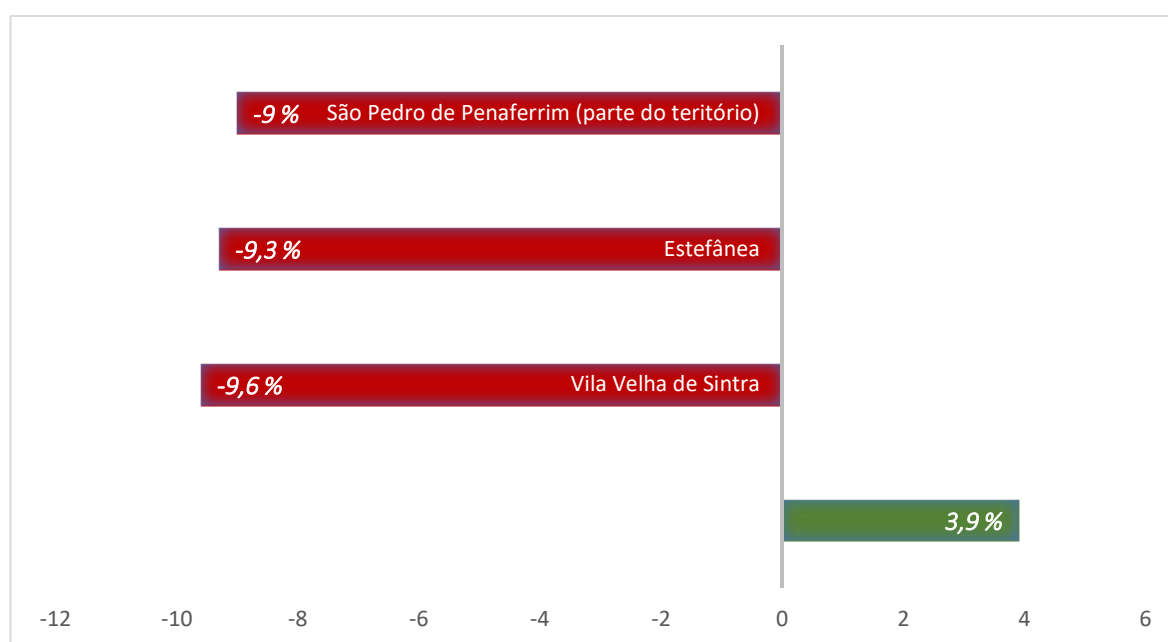


Gráfico 9: Taxa de variação do número de residentes no Centro Histórico de Sintra (2001 – 2011, por localidade). Em verde o total de todo o concelho.

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011. Elaboração: próprio autor.

Observa-se que num período de 10 anos, todas as localidades que, de algum modo, são parte do Centro histórico de Sintra, perderam residentes, a taxa de variação é da ordem de aproximadamente 9% de decréscimo na média das três localidades, enquanto que o concelho de Sintra, no mesmo período, teve um incremento da ordem de aproximadamente 4%, números que podem nos fazer pensar que o centro histórico de Sintra, não acompanha, de forma acentuada, a tendência de crescimento das outras parcelas do território sintrense.

Um fenômeno que não se encontra explicações plausíveis para além da massificação turística daquele espaço, sobretudo em virtude das dificuldades de fixação neste determinado espaço, em função das exigências de preservação sobre o património edificado, a especulação imobiliária, a carência de oportunidade de empregos, uma vez que os novos negócios são de difícil implantação pelas rígidas regras, e ainda, em certa medida, pela postura do visitante de Sintra, que sob o encaminhamento dos roteiros e itinerários da indústria do turismo de massa, de viés cultural, apenas consomem mais um, entre 1073 patrimônios classificados pela UNESCO, de um modo muito peculiar e recorrente, como já debatemos no 1º capítulo, figurando por um certo *status* socioeconômico, servindo como uma espécie de comunicador social, em que as *selfies*, de rápidas passagens por algumas das edificações, “Valores fundamentais” sintrenses, comprovam que por lá estiveram.

Turistas estes, que, no caso de Sintra, de acordo com Adriana Jones, Presidente da “Associação de Defesa do Patrimônio de Sintra – ADPS”, “não é um turista com sensibilidade especial, vem sem entender o valor do patrimônio. O [turista] cultural não teve o mesmo crescimento que o de massa [, em Sintra].”²⁴² Esse entendimento, parece encontrar eco em outros agentes e entendidas do contexto sintrense. Nas pesquisas que realizamos, conhecemos alguns blogs, sites e textos de jornais locais, que tratam dessa mesma temática, com tom de criticidade muito próximos, entre si.

Nos chamou à atenção, um artigo de opinião, do Sr. Vitor Marques²⁴³, publicado no Jornal de Sintra, de 23 de fevereiro de 2007, intitulado, “Mr. Peter Ratazana, turista de qualidade...” (ver anexo 4), que aborda a postura turística ante Sintra, de um modo geral, aludindo entender se tratar de uma conduta ardil e oportunista, tal qual um rato, ironizando, ainda, que seriam estes os de “turistas de qualidade”, supostamente mencionados pelo então presidente da CM-Sintra, à época, quando teria se referido que o “futuro de Sintra é o turismo de qualidade”. Não nos foi possível confirmar a autenticidade da frase, no entanto, é comum, em muitas administrações autárquicas de Sintra, inclusive a do período em questão, fazer alusões sobre um “turismo de qualidade”, como algo em processo.

O cenário de desertificação, que abordamos no centro histórico, parece ter um processo correlato nas freguesias que consignam parcelas do perímetro territorial da PCS (Colares, São Martinho, Santa Maria e São Miguel e São Pedro de Penaferrim), observando-se um lento crescimento populacional, numa longa série histórica entre 1801 e 2011, se comparado ao ritmo de incremento de população do concelho como um todo, no mesmo período. Em que ainda não se observa um decréscimo populacional, configurador de processo de desertificação, porém, segue uma espécie de desmobilização de contingente de pessoas.

Analisando os gráficos 10 e 11 seguintes, de forma comparativa, observa-se que a taxa percentual de crescimento populacional das freguesias referidas é bastante inferior à do concelho de Sintra, que, num período de mais de 200 anos, registrou aproximadamente 3000% de crescimento, enquanto que as freguesias mencionadas, não chegaram a atingir taxas de 1500%, no mesmo período, com Santa Maria e São Miguel tendo a maior delas, 1289%, e, especialmente São Martinho, que contém a vila velha de Sintra, foi da ordem de 351% apenas,

²⁴² Trecho de entrevista extraído de tese de doutorado de Luciana Rachel Coutinho Parente, realizada em 19/11/14, p. 269. PARENTE, Luciana Rachel Coutinho. (2015) intitulada *Marcas de Tempos Passados em um Mundo Globalizado: um Olhar sobre o Patrimônio Cultural da Humanidade de Olinda (Brasil) e os Recortes Espaciais de Sintra, Évora e Guimarães (Portugal)*, Tese de Doutorado: Universidade de Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Lisboa.

²⁴³ Vitor Marques é natural de Sintra, defensor e ativista da causa do patrimônio sintrense, proprietário do restaurante “Cantinho Lord Byron”, localizado no centro histórico da vila e um dos administradores do blog “os amigos da vila velha”.

além de São Pedro de Penaferrim, que registrou incremento populacional, no período citado de 824%. Ainda assim, a CM-Sintra salienta que “o acréscimo de população na freguesia de São Pedro de Penaferrim, deveu-se especialmente à construção do empreendimento da Quinta da Beloura.”, uma espécie de bairro de alto padrão, que conta com aproximadamente 4 mil habitantes²⁴⁴, lançado no início da década de 1990. Crescimento que pode bem ser observado através do gráfico 11.

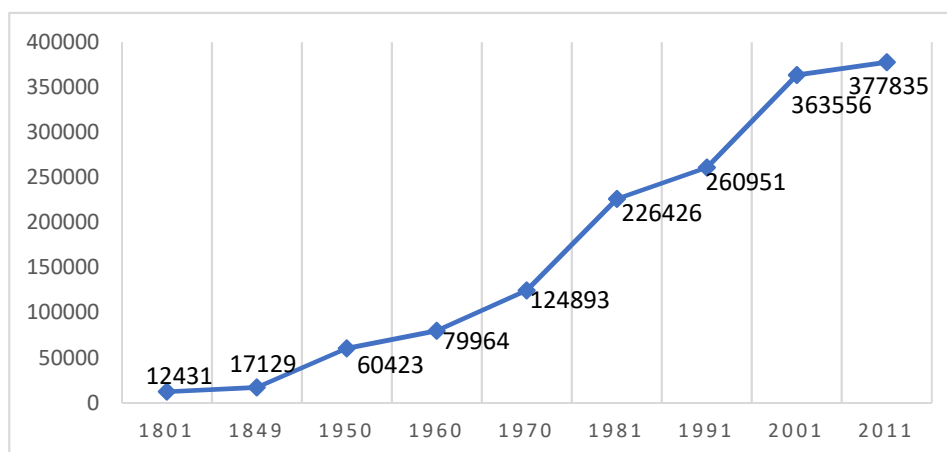


Gráfico 10 - Evolução populacional do Concelho de Sintra (Série Histórica [INE] 1801 – 2011)

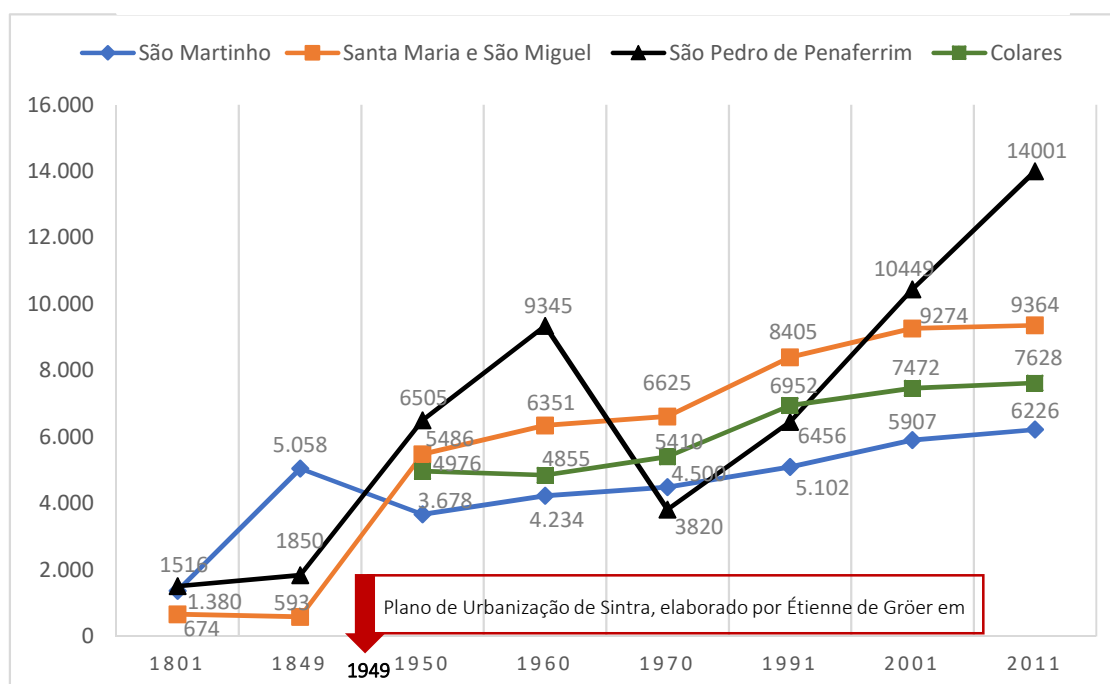


Gráfico 11: Evolução populacional nas freguesias que consignam parcelas do perímetro “zona inscrita” da PCS. (Série Histórica [INE] 1801 – 2011)

Um outro ponto importante a se destacar, dos dados apresentados no gráfico, diz respeito ao intervalo da série histórica compreendido entre os anos de 1849 e 1950, especialmente sobre a Freguesia de São Martinho, em que se verifica uma queda abrupta na

²⁴⁴ <<<https://www.guiadacidade.pt/pt/poi-linho-23780>>>

população que ali residia, posteriormente a uma curva de crescimento populacional bastante acentuada, entre 1801 a 1849, a maior de todas as freguesias referidas. Sendo necessário recordar que neste intervalo de tempo (1801-1849), a Vila de Sintra estava imersa na “ambiência” que classificamos de “artístico-filosófica”, em pleno auge do movimento romântico em Portugal, com grande inflexão dos pensadores do romantismo português por sobre ela, portanto, a vila, e, conseqüentemente, São Martinho conheceram um movimento demográfico importante²⁴⁵.

De tal modo, para buscar elucidar a acentuada queda, entre 1849 e 1950, fizemos algumas investigações, as quais não nos retornaram êxito para nada que pusesse justificativa neste cenário, fazendo com que nossas suspeitas elucidativas recaíssem por sobre o “Plano de Urbanização de Sintra”, o chamado “Plano de Étienne de Gröer”, de 1949, já discutido no tópico anterior. Sabemos que, em grande medida, este plano cristalizou, por assim dizer, a dinâmica arquitetônica da Vila de Sintra, o que, como consequência, influenciou diretamente na dinâmica de ocupação do território, pois exigiu requisitos de maior cabedal para construção, reforma e manutenção de imóveis naquele espaço, o que pode ter resultado tanto numa fuga de habitantes para outras localidades, sem tantos custos envolvidos, como também pode ter contido a busca de novos moradores para habitar a vila.

Ressalte-se, que, mesmo o referido plano sendo consolidado em 1949, i.e., apenas 1 ano antes do censo de 1950, o que pode colocar em questão se haveria tempo suficiente para tamanha perda de contingente populacional, como observado no gráfico 11, já aquela época, e mesmo um pouco antes, a Vila de Sintra se configurava como um centro histórico, e como o movimento romântico, de caráter nacionalista, buscava consagrar o patrimônio edificado como parte mais importante de um referencial de nação, Sintra, como vimos anteriormente, já

²⁴⁵ Sobre o “gráfico 11”, algumas observações precisam ser feitas:

1º A freguesia de Colares, foi sede de um outro concelho, que não Sintra, entre 1255 e 1855, o “Concelho, acabaria por ser extinto e integrado no de Sintra como freguesia”, neste mesmo ano. (Disponível em: <<<https://www.jf-colares.pt/>>>, Acessado em: 16/09/2017). Portanto, em nosso gráfico, Colares só é observada a partir de 1950, já como freguesia de Sintra;

2º A freguesia de Santa Maria e São Miguel, atualmente compondo a União das Freguesias de Sintra, teve uma pequena parte de seu território recebido da Freguesia de São Pedro de Penaferrim, redefinindo para “a mais” sua extensão territorial, em 1985. E, conseqüentemente, redefinindo para “a menos” a extensão territorial de Penaferrim, de acordo com a lei portuguesa de nº 77 de 3 de outubro de 1885;

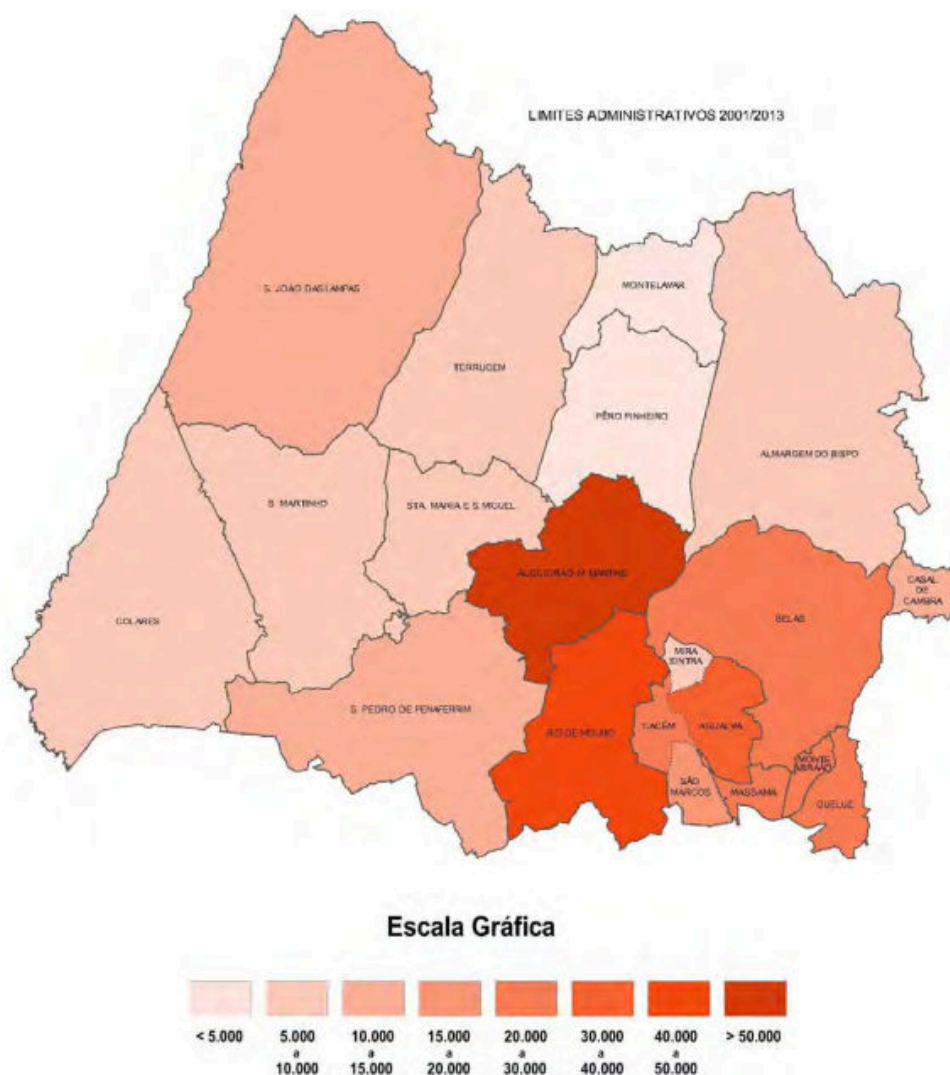
3º A Freguesia de São Pedro de Penaferrim, que atualmente compõe a União das Freguesias de Sintra, em 1962, juntamente com as freguesias de Rio de Mouro e de Santa Maria e São Miguel cederam parte de seus territórios para dar origem à freguesia de Algueirão-mem Martins, de acordo com Decreto lei nº 44147 de 05 de janeiro de 1962. E esta cessão, por parte de Penaferrim, foi de parcela considerável de seu território. O que pode explicar o grande decréscimo populacional, nesta freguesia, que é observado entre os anos de 1960 e 1970.

Vale ainda observar, que não encontramos nenhum tipo de acontecimento, de ordem legal administrativa, sobre os limites territoriais da freguesia de São Martinho, que, pelas nossas pesquisas, desde sua criação, se manteve com o mesmo perímetro territorial que tinha até a sua fusão, recente, que deu origem à União das Freguesias de Sintra.

inspirava cuidados dos românticos, mesmo antes dos trabalhos de Étienne de Gröer, sobre a vila, se consolidarem.

Ainda nos inclinando sobre as análises populacionais, cabe ainda salientar, que, de acordo com dados do “Censos 2011 Portugal”, Sintra se constitui, hodiernamente, como o segundo concelho mais populoso do país, sendo superado apenas por Lisboa. Porém, quando observamos a distribuição da população residente pelo concelho, podemos observar como há uma concentração de contingente populacional na região sudeste e como as freguesias em que se inscreve a PCS, para além de algumas outras ao norte concelhio são bem menos habitadas (ver mapa 7).

Mapa 7: Distribuição populacional do Concelho de Sintra (Freguesias antes da Reorganização Administrativa do Território de 2013)



Fonte: CM-Sintra, 2013.

Elaboração: Adaptado do documento “Diagnóstico Social do Concelho de Sintra, 2014”.

Esta situação pode ter diversas variáveis a serem tratadas, como p.ex., a geográfica, que impõe observar que a porção sudeste do concelho é, geoespacialmente, a que está mais próxima de Lisboa. Sendo conhecido que Sintra é o concelho onde o saldo dos que entram face aos que saem é o de maior volume negativo, de acordo com dados do INE, da ordem de 78 mil por dia. Portanto, em tese, parte desse contingente poderia estar aglomerando-se nesta porção para maior facilidade de transporte, pela proximidade dos locais de estudo e de trabalho, num facilitador do movimento pendular. Em que pese, tenhamos nos certificado de que, ao menos no quesito transporte de massa, a região de nosso interesse de pesquisa é atendida de modo bastante semelhante à região sudeste do concelho. Mesmo porque, o contingente de fluxo turístico é, como temos visto, bastante considerável, sendo necessário dar vazão através de meios de transportes constantes e eficientes.

No entanto, as análises sobre as variáveis não serão realizadas aqui, bastando-nos notar que, embora haja distintas situações que devem ser observadas e discutidas, para um entendimento mais aprofundado da concentração de contingente populacional do modo como vimos, a região que comporta a PCS, de grande fluxo de turistas, considerando-se não somente os dados vistos no mapa recente, mas todos as outras estatísticas apresentadas e discutidas, é realmente de pouca habitação e não acompanhou, nem de longe, o crescimento populacional de Sintra como um todo, sobretudo a freguesia de São Martinho e mais especificamente ainda a Vila velha de Sintra. Situação que fica ainda mais caracterizada quando se considera que Sintra é o concelho mais habitado depois de Lisboa.

O que nos faz acreditar que a região de Sintra em que se inscreve o patrimônio mundial, chancelado pela UNESCO, que não podemos deixar de lembrar que é mais um dos itens inclinados aos fins de caráter humanitário pacifista da entidade, tem forte tendência de poder ser caracterizada com uma espécie de “anemia” em suas dinâmicas socioculturais, o que dificulta, sobremaneira, um trânsito sociocultural, por assim dizer, ativo, em que se possa produzir certa relação de alteridade, entre seus visitantes e seus residentes, especialmente através de um contato face-a-face, ao modo como intuiu Lévinas (2010), que também pudesse ser sobre o cotidiano social, de forma recorrente, duradouro e com o estranhamento imunológico necessário. Este contato, é ainda mais embaraçado quando se conhece, para além dos dados apresentados, que o plano de gestão da Paisagem Cultural de Sintra, de responsabilidade da PSML, impede, de forma bastante sutil e diluída através dos seus artigos e parágrafos, atividades culturais espontâneas na região do centro histórico. Atuação assumida,

em tom de revelação, pelo então presidente administrativo da Parques de Sintra Montes da Lua, Sr. António Lamas, em entrevista de 2013²⁴⁶.

Tenho que fazer uma declaração, que existe um conflito de interesses, pois seria muito interessante acolher muitas atividades culturais, mas nós temos um objetivo que é tornar sustentável essa empresa, é preciso ter recursos para recuperação e manutenção e, portanto, **gostaríamos de permitir que as pessoas entrassem livremente para fazer música ou bailado ou teatro mas temos que restringir**. A nossa política é [ter em conta] que se essas entidades [trouxessem] benefícios para os Parques de Sintra, na divulgação, [seriam] mais atraentes.

Corroborando, em tom de crítica, a declaração do Sr. Antonio Lamas, a presidente da ADPS, Sr.^a Adriana Jones, afirmou, em entrevista já referida, que “não há nada de produção local, não há artesanato local. [...] Turismo para ganhar dinheiro no que é imediato é forte. As atividades criativas são fracas, tudo subsidiado pela Câmara, não há movimento espontâneo. [...]”. Observando a situação do contexto patrimonial de Sintra, por este enquadramento, compreendemos que há uma forte inclinação mercadológica e reorientadora de dinâmicas socioculturais do “lugar Sintra”, que se estabelecem em bases que já são conhecidas nos estudos da sociologia urbana mundo afora.

O grande contingente de massas turísticas, ávidos não de uma cultura “estranha”, que posicionaria o “eu” alheio ao “outro”, caracterizando uma reação imunológica, configuradora de alteridade cultural, mas sim visitantes do exótico, daquilo que, em boa medida, está disposto ao consumo cultural, especialmente pelo *status* de comunicador social que muitas vezes algumas dessas paisagens representam, diferentemente do estranhamento, que, por consequência, teria a capacidade de produzir entendimento do “Eu” no “outro” e do “outro no eu”, tem subtraído os espaços das cidades dos seus próprios residentes, como estamos entendendo ser o caso de Sintra.

Este cenário, para nós, tem transferindo um quotidiano local, de dinâmicas socioculturais que muitas vezes sustentam ou assim poderiam estar estabelecidas no âmbito do chamado “espírito do lugar”, que em Sintra tem forte caracterização, sobretudo se pensarmos naquilo que denominados de “Aura de Sintra”, constituída de muitos elementos de caráter imaterial, para aprisionar, por assim dizer, e configurar tais espaços apenas nos momentos de duração das chegadas dos grandes contingentes destes visitantes, normalmente por 4 ou 5 horas de duração, que, quando muito, presenciam “acontecimentos culturais” exteriores, que, de todo

²⁴⁶ *Opus cit.* p. 122, entrevista concedida em 09 de maio de 2013.

modo, retiram a expressividade de ritos e costumes culturais locais, em favor da produção de um espetáculo comercial. Esta, nos parece ser uma dinâmica que não atende e não proporciona êxito, em grande medida, às premissas mais gerais da UNESCO, quando chancela qualquer patrimônio cultural com o selo de patrimônio da humanidade.

Ainda atentando sobre a “anemia” que nos referimos anteriormente, talvez seja possível de ser dito algo similar também sobre o *campi* econômico da vida cotidiana, ao menos dos residentes daquela porção do concelho de Sintra, uma vez que, de acordo com os dados obtidos através do “Censos 2011”, as taxas de empregabilidade das freguesias daquela região não estão entre as mais bem posicionadas, sobretudo quando se observa as freguesias e concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e mesmo as de outras regiões de Sintra (Dados INE, Censos 2011), e ainda, quando observamos as taxas percentuais de indivíduos residentes, nas localidades do centro histórico, que não possuem atividade econômica, vemos números bastante elevados. A saber: “Vila Velha” de Sintra, com 50,8%; Estefânia, com 43,8% e a parcela do território de Penaferrim que se inscreve no centro histórico de Sintra, com 44,2% da população que não obtêm rendimentos através de uma atividade econômica por seus próprios meios²⁴⁷.

Porém, dizemos isto com maior ênfase, ao observamos “um estudo que pretendeu identificar territórios de privação socioeconómica^[248], [numa escala crescente de quintil 1(q1) ao quintil 5(q5)] definidos como espaços de vida de populações empobrecidas, na Área Metropolitana de Lisboa (AML), conhecendo a evolução do fenómeno entre 2001 e 2011.” (CARRILHO, 2015, p. 3), publicado na “Revista de Estudos Demográficos”, do Instituto Nacional de Estatística de Portugal. Nesta pesquisa, as autoras Helena Nogueira e A. Lourenço (2015), apontaram o que consideraram “uma situação preocupante de aumento do número de freguesias com máxima privação, de uma em 2001, para quatro em 2011” (p. 36), no concelho de Sintra, constituindo-se como o concelho que apresentou o maior avanço nesse sentido, “concretizando-se este alargamento geográfico num aumento de 2,7% para 36,9% da população do município sob condições de grande vulnerabilidade.”, sendo o concelho da Área

²⁴⁷ Dados extraídos do documento “OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA CENTRO HISTÓRICO DE SINTRA - PROGRAMA ESTRATÉGICO - Agosto/2015”, elaborado pela CM-Sintra. Disponível em: << http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/ARU/SINTRA/ProgramaEstrategico_ARUCHS-2016.pdf>>, acessado em: 18/11/2017

²⁴⁸ De acordo com Nogueira e Lourenço (2015), “para além da pobreza, entendida sobretudo como um atributo individual, a privação socioeconómica, concetualizada como atributo contextual, tem sido exaustivamente associada à saúde. Áreas de privação socioeconómica podem definir-se como espaços de vida de populações empobrecidas. Mas são, mais do que isso, territórios onde escasseiam as oportunidades que permitem melhorar a qualidade de vida, criando e perpetuando iniquidades sociais.” (p. 31)

Metropolitana de Lisboa, que, percentualmente, mais contribui com esta situação, correspondendo a 4,9% do total de residentes de toda AML.

Em números absolutos, o salto foi de 9.865 para 139.563 pessoas residentes em Sintra, vivendo sob as condições socioeconômicas mencionadas, percentualmente o incremento foi de mais de 1300%. Quando comparamos os números de Sintra, aos da AML, como um todo, depreendemos, de forma bem manifesta, o quanto o incremento relatado foi relevante. Pois, a população absoluta, da AML, em situação de “privação socioeconômica”, no ano de 2001, de acordo com as autoras, foi de 451.921 pessoas, já em 2011, o quantitativo era de 631.520, um adicional da ordem de apenas 40%, quando comparado aos 1300% de Sintra. Para além disto, o saldo de habitantes nesta situação, entre os anos de 2001 e 2011, no âmbito da soma de todos os concelhos da AML com nível máximo de privação, foi neutro, uma vez que se manteve em 42 municípios.

Saliente-se, que uma das três freguesias ingressantes no grau de “máxima privação socioeconômica” (q5), no concelho de Sintra, é Colares, que contém parte da “Zona Inscrita” da PCS e que circunscreve o Cabo da Roca, talvez a segunda localidade, em Sintra, mais visitada por turistas. Para além de que, a freguesia de São Martinho, onde está localizada a “Vila velha” de Sintra, esteve com nível de privação socioeconômica, em 2011, atribuído no “quartil 3”, i.e., o grau mediano da escala, sem variação observada ante 2001. As outras duas freguesias em que a PCS está inscrita (São Pedro de Penaferrim e Santa Maria e São Miguel), tiveram redução do índice de privação socioeconômica em 2011, ambas atingiriam os níveis mais baixos (q1), referencialmente ao ano de 2001, sem que as autoras tecessem comentários analíticos acerca dessa situação. Sendo necessário maiores investigações, para o estabelecimento elucidativo do cenário.

Para além do que mencionamos até aqui, sobre o processo de distanciamento da população sintrense ante a PCS, especialmente com a desertificação do centro histórico e a desmobilização populacional das freguesias em que se inscrevem e, consequentemente, pela exaustão e reorientação das dinâmicas socioculturais do “lugar Sintra”, há ainda, como reflexo disto, mas que também influi sobre isto, a degradação dos imóveis que não estão sob gestão da PSML, mesmo estando inscritos no perímetro de responsabilidade da empresa e de chanfro da UNESCO como paisagem cultural.

Isto, para nós, denota um abandono dos seus proprietários e uma ausência de procura por eles, especialmente para fins residenciais, com maior visualização na freguesia de São Martinho, dentre aquelas em se inscreve o Centro histórico e a PCS. Situação possível de ser

visualizada através da evolução de alojamentos familiares vagos²⁴⁹ por freguesia (2001-2011) e sua taxa de variação percentual, representada na “tabela 7”, seguinte. Bem como, observando, especificamente o perímetro do centro histórico, na relação de alojamentos familiares vagos com o total de alojamentos familiares (ver tabela 8), em que se observa que a situação mais crítica está na “Vila Velha” de Sintra, com 38% dos alojamentos familiares vagos, quando o mesmo índice referente a Portugal (continente) é de 13% e na AML é de 12% (INE, Censos 2011).

Para nós, sem pormenores, esta situação relaciona-se, também, para além do já mencionado, com serem estas áreas de grande especulação imobiliária, especialmente o centro histórico, bem como, pelo porte grandioso das construções abandonadas e os altos custos de recuperação associados, além da escassez de novas áreas para construção nessa região, e ainda os elevados custos para manutenção e preservação aos moldes das normativas patrimoniais.

Tabela 7: Evolução de alojamentos familiares vagos por freguesia (2001-2011) e suas taxas de variação percentuais (Em destaque as freguesias inscritas na PCS, e, nomeadamente, as que contém parte do centro histórico de Sintra)

Freguesias (antes da Reorganização Administrativa de 2013)	2001	2011	Taxa de variação percentual
Almargem do Bispo	311	590	89,71%
Sintra centro histórico (São Pedro de Penaferrim)	531	946	78,15%
Queluz	1155	1935	67,53%
Massamá	650	1087	67,23%
Sintra centro histórico (São Martinho)	327	532	62,69%
São João das Lampas	534	843	57,87%
Rio de Mouro	1877	2771	47,63%
Casal de Cambra	642	905	40,97%
Terrugem	233	324	39,06%
Pêro Pinheiro	445	606	36,18%
Sintra centro histórico (Santa Maria e São Miguel)	588	736	25,17%
Montelavar	206	235	14,08%
Colares	798	804	0,75%
Algueirão-Mem Martins	4369	3985	-8,79%
Belas	1535	1247	-18,76%
Monte Abraão	1291	921	-28,66%
Agualva	-	2210	-
Cacém	-	1162	-
Mira-Sintra	-	184	-
São Marcos	-	1109	-

Fonte: dados do INE, Censos 2011 – Resultados Definitivos Elaboração: próprio autor

²⁴⁹ Definição: “Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.” (metainformação – INE)

Tabela 8: Quantitativo de Alojamentos familiares e familiares vagos, por localidade, do Centro histórico de Sintra. (2015)

Localidade	“Vila Velha” de Sintra	Parte da Freguesia de São Pedro de Penaferrim (PCS)	Estefânea	Total
Alojamentos Familiares ²⁵⁰	403	683	1230	2 316
Alojamentos Familiares vagos	153	140	254	547
Percentual de alojamentos vagos.	38%	20%	21%	24%

Fonte: Programa estratégico - Operação de reabilitação urbana Centro histórico de Sintra, agosto de 2015

Tal situação, não nos parece poder deixar de ser vista como mais um implicador, que causa importantes impactos na perspectiva de constituição de uma certa relação de alteridade cultural, entre o “eu” visitante e o “outro” visitado, nos termos de um contato pelo estranhamento, que, neste caso, estaria sendo facilitado, por assim dizer, pelo conjunto de edificações peculiares de Sintra, que fundem natureza com obra arquitetônica, o que não deixa de ser um construto de um modo de vida mental pelo *genius loci*, e das dinâmicas socioculturais de dada época do “lugar Sintra”.

Algumas destas edificações, estão eternizadas em importantes pinturas pitorescas da época, que retratam a Vila de Sintra do século XIX, em pleno auge do romantismo em Portugal, momento em que, vale lembrar, Sintra foi tomada como uma espécie de *tópos*, para as realizações u-tópicas das reflexões da filosofia romântica, como por exemplo, “As seis vistas de Sintra e Colares” (ver figuras 20, 21 e 22), de Domingos Schiopetta²⁵¹ um “conjunto de seis grandes desenhos litografados da temática sintrense. [Que] pela data (1829/30) e interesse iconográfico há muito que anda ele referido” (ARAÚJO, 2007, p. 26)

²⁵⁰ Descrição: “O alojamento familiar é a casa onde moram as pessoas, como é o caso dos apartamentos ou das moradias.” Definição: Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).” (Metainformação – INE)

²⁵¹ Sobre este artista, ver ARAÚJO, Agostinho. Artes várias, duros tempos. Notas para o estudo de uma família ítalo-portuguesa (1788-1838). Revista da Faculdade de Letras Ciências e técnicas do Património, 1 série. vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2002. pp 153-169



Figura 20: Reprodução de obra de arte, em cores. Vista de Cintra, de um ângulo que observa o início da calçada de S. Pedro. Arista: Domingos Schiopetta Fonte: Biblioteca Nacional Digital de Portugal



Figura 23: Reprodução de obra de arte, em cores. Vista de Cintra: Da estrada denominada as Murtas. Artista: Domingos Schiopetta Fonte: Biblioteca Nacional Digital de Portugal



Figura 22: Reprodução de obra de arte, em cores. Vista de Cintra: Da frente do tanque que fica no jardim superior da quinta. Artista: Domingos Schiopetta Fonte: Biblioteca Nacional Digital de Portugal

Sobre a degradação das edificações no centro histórico de Sintra e já nos adiantando um pouco sobre as incursões à campo que realizamos, vale a observação de que nos deparamos com algumas edificações deterioradas, em que se tinham afixados uma espécie de cartaz (ver imagens 25, 26 e 27), com dizeres que faziam referências, de certa forma, irônicas, sobre o estado de conservação de determinado imóvel, numa comparação, e em convite à reflexão, sobre o que representa Sintra para o mundo, na qualidade de Patrimônio da Humanidade, e a preservação de alguns edifícios, como p.ex., “Esta casa devia estar a apoiar o sucesso de um lugar diferente (Hotel Neto)” (ver imagem 25) bem como, questionando a gestão e a administração, tanto do patrimônio cultural sintrense, como de Sintra, enquanto concelho, porém, sempre afixados em edifícios ou estruturas arquitetônicas em estado de má conservação e/ou degradação.



Imagem 25: Fotografia de “cartaz”, assinado pelos “amigos da vila velha”, afixado em edifício abandonado no Centro histórico de Sintra, precisamente na “Vila Velha”. Foto: Acervo pessoal do autor.

Destaque-se ainda, que os “cartazes” estavam assinados, por assim dizer, com a indicação de um endereço de sítio eletrônico – osamigosdavilavelha.blogspot.com²⁵² – bem como, que a ilustração de fundo destes anúncios, trazia, precisamente, uma das celebres pinturas

²⁵² De acordo com o que se encontra na *fanpage* do facebook “Amigos da Vila Velha”, trata-se de um “grupo em defesa do Patrimônio da Vila de Sintra “Vila Velha” e da Serra de Sintra.”

das “seis vistas de Sintra e Colares”, sobre a qual nos referimos anteriormente, destacada na figura de número 20.

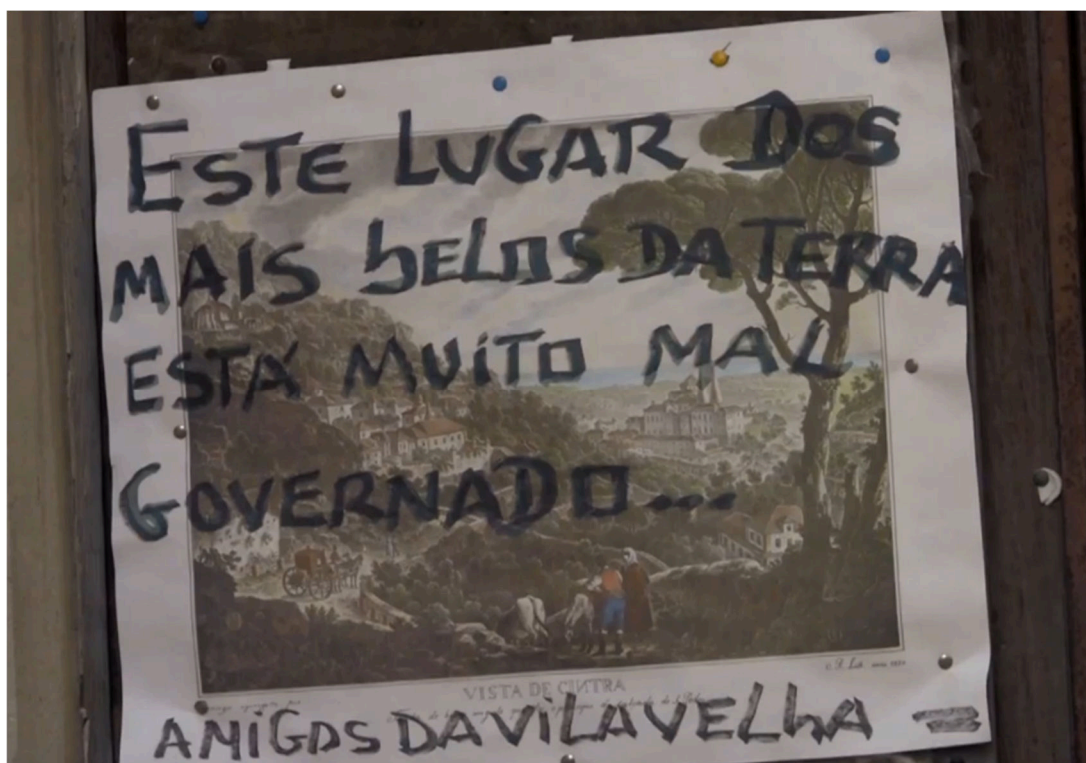


Imagem 26: Fotografia de “cartaz”, assinado pelos “amigos da vila velha”, afixado em edifício abandonado no Centro histórico de Sintra, precisamente na “Vila Velha”. Foto: Acervo pessoal do autor.



Imagem 27: Foto de edificação abandonada, no centro histórico de Sintra, com “cartaz” afixado à porta, assinado pelos “amigos da vila velha”, com o dizer: “Esta casa valiosa também quer ‘entrar’ num dos mais bellos lugares da terra”. Foto: Autor desconhecido. Fonte: www.facebook.com/214137011960642/photos/rpp.214137011960642/1059494034091598/?type=3&theater

Isso, nos parece ser uma premente crítica sobre o presente através do passado, expressando o descontentamento de como se está tratando o patrimônio de Sintra, mesmo que com a chancela da UNESCO, em observação comparativa ao quanto foi “perdido”, do espírito do “lugar Sintra”, por assim dizer, no que tange o componente material de pedra e cal, em virtude das massas de turistas, movidas e orientadas pela indústria do turismo cultural, que, para a UNESCO, poderiam estar contribuindo para uma espécie de “ética da alteridade”, de modo análogo ao pensamento de Lévinas (2010). Uma outra iniciativa, de atributo similar, é o “Projecto Cívico Sintra em Ruínas”²⁵³, contudo, voltado mais especificamente para



Figura 23: Screenshot do sítio eletrônico “Ghosty Sintra”
Disponível em: <<<http://sintraemruinas.wixsite.com/ghosty-sintra>>>, acessado em: 11/09/2017

edifícios em ruínas do período considerado o mais icônico de Sintra, o romantismo. Através da ação intitulada “*Ghosty Sintra*”, destaca à mídia e convida os turistas para “apreciar o romantismo fantasma de Sintra” (ver figura 23), catalogado no âmbito da PCS. A “*Ghosty Sintra*” é, então, assim definida:

*Ghosty Sintra is produced and promoted by Sintra em Ruínas Civic Project. The aim of the project is to highlight through the Internet for international media and tourists incredible cases of abandoned buildings seeking to record, organize, map and informally propose some measures to recover those buildings.*²⁵⁴

Mais uma vez, estas iniciativas, associadas a todo cenário de conjuntura que temos vindo elencando, só nos fazem acreditar, ainda mais, que grande parte da movimentação de visitação que tem ocorrido em Sintra, especialmente depois da classificação à Paisagem

²⁵³ De acordo com a descrição que se encontra no sítio eletrônico do projeto, o “Sintra em Ruínas”, que os organizadores classificam como um projeto cívico, “procura retratar um pouco da realidade diversa do problema da reabilitação do edificado urbano, histórico e rural evitando como muitos fazem falar ou escrever sem conhecer o terreno e a verdadeira realidade. Durante 7 meses, entre Janeiro e Julho de 2012, percorremos, fotografámos e publicámos as mais variadas casas e edifícios na Vila de Sintra e arredores. Acreditamos que o trabalho realizado é o suficiente para reflectirmos sobre o tema partindo do conhecimento da realidade e podendo de forma mais lúcida propor à sociedade soluções para corrigir o problema, seja ao cidadão, ao proprietário ou ao poder local.” Disponível em: << <http://sintraemruinas.blogspot.com.br/2012/08/mensagem-para-os-sintrenses-projecto.html>>> Acessado em: 20/11/2017

²⁵⁴ <http://sintraemruinas.wixsite.com/ghosty-sintra/about>

cultural, pouco tem auxiliado, mesmo em última instância, no que temos tratado quanto as premissas da UNESCO, por certo, pensamos que tem contribuído, de forma mais forte, para o “consumo cultural”, e, então, para o esvaziamento, tanto populacional, mas, sobretudo, das dinâmicas socioculturais do “lugar Sintra”, configurando o exótico, mas não “preservando” o estranho, ou, dito de outro modo, conformando o consumo do atópico, e não fornecendo a capacidade e os elementos para um contato imunológico com o outro, nos termos de Han (2010), que estaria garantido, principalmente, no contato, em estranhamento, com as dinâmicas socioculturais do lugar do outro, e que na verdade poderiam bem se chamar “lugares do igual”, no sentido enfático do ser ontológico do lugar (o “outro”), que nada ou pouco causa ao “eu” (visitante), que não uma mera prática de um consumo cultural, voltado à uma espécie de observação de um suposto exotismo do romantismo.

De todo exposto, a partir do instante em que nos lançamos à análise de uma certa ruptura da “segurança ontológica” do “lugar Sintra”, por assim dizer, e de parte dos elementos que constituem esse lugar, e não estamos tratando de um componente qualquer, para nós, o mais crucial deles, os residentes de Sintra, o que, por consequência, reverbera nas dinâmicas socioculturais do cotidiano, vimos como há um processo, ainda em curso, que tem configurado uma fissura no tecido urbano de Sintra, bem como, reverberado na ontologia dos que ali residem. Isso, em certa medida referendando-nos pelo que foi expresso pelo importante personagem no âmbito do processo de patrimonialização mundial de Sintra, José Cardim Riberio, quando afirmou que a “Paisagem Cultural de Sintra e sintrenses estão de costas viradas uns para os outros”, e nos dando, então, a condição, por assim dizer, de observar e compreender a conformação e configuração deste cenário. Que, de todo modo, entendemos que está diretamente relacionado com o que temos como hipótese de nossa problemática.

No entanto, como já dizíamos alguns parágrafos para trás, desde, pelo menos 2007, de acordo com o que disse Cardim Ribeiro, mas temos a convicção de que é possível de se dizer desde quando Sintra recebeu a certificação da UNESCO, pouco se fez para que tal cenário se alterasse, ou mesmo não evoluísse. Ressaltando, em recordação, que, como vimos, do ponto de vista da gestão patrimonial e da captação de recursos financeiros, através do incremento de fluxo turístico, a PSML e CM-Sintra tem executado um trabalho que se pode considerar de excelência. No entanto, este não pode ser visto como o enfoque, especialmente para o que temos como proposta de investigação. E, como já dissemos, a julgar pelo trabalho de investigação que realizamos, muito provavelmente, a ação de caráter mais efetivo que se inclina sobre o

específico cenário que estivemos tratando até aqui, é o “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra”²⁵⁵ (ARU-CHS), aprovado em setembro de 2015.

Esse programa, de forma aberta, assume alguns efeitos na dinâmica sociocultural cotidiana e que também favorece um processo de desertificação, ao menos no Centro histórico de Sintra, resultados de uma carga de intensa atividade turística. Como podemos ver:

O Centro Histórico de Sintra é um território com características específicas e que se diferencia dos territórios envolventes pelo seu património cultural e paisagístico e pela forte identidade cultural. Esta diferenciação contribuiu para a sua integração na classificação como “Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial”, pela UNESCO, em 6 de dezembro de 1995. Contudo, apesar das suas características singulares, evolução histórica das tendências que pontuam cada época com necessidades específicas determinadas pelos modos de vida, **o Centro Histórico de Sintra tem perdido população e consequentemente comércio e serviços, emergindo estabelecimentos comerciais com produtos turísticos e de restauração que asseguram resposta aos turistas mas não aos habitantes locais.** O tecido urbano e a sua identidade cultural é valorizado com a vivência e o dinamismo económico **apoiado na oferta turística a médio e longo prazo**, sendo composto pelas redes de infraestruturas viárias, ambiente, espaço público, edificado e equipamentos que dão resposta às necessidades dos residentes e turistas; pela população, emprego, identidade, cidadania, cultura; agentes económicos, instituições e por tudo o que o faz existir. (p. 04, grifos nossos)

No entanto, ainda assim, neste excerto de texto, é possível notar que o programa de reabilitação urbana do Centro Histórico de Sintra, lança mão do turismo para sanar problemas que, assumidamente, têm o turismo como importante vetor de implicações. Ainda que não estejamos discutindo aqui, a condição de gerar dividendos, do turismo cultural em Sintra, já bem evidenciada, bem como, que não é nossa intenção discutir analiticamente tal iniciativa, não nos parece ser crível de se pensar, que os mesmos agentes públicos e privados, que se entremeiam em arranjos políticos e econômicos sobre a dimensão econômica do patrimônio sintrense, com efeitos como os que já foram apresentados, podem ser os mesmos que apresentem soluções efetivas para estas questões. Sobretudo, se estiverem imbuídos e inclinados a atuar com um *modus operandi* semelhante do habitual, numa conjuntura que foi e ainda é amplamente estudada pela sociologia urbana, com conhecidos e recorrentes efeitos, por

²⁵⁵ De acordo com o citado no “Resumo não técnico”, emitido pelo “gabinete de reabilitação urbana” de Sintra, “O Programa Estratégico para a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra (ARUCHS) foi elaborado nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, com base numa Visão holística sobre o território, definindo estratégias e projetos estruturantes, para o horizonte de 12 anos. A estratégia apoia-se na identificação de possíveis fontes de financiamento e incentivos concretizados em benefícios fiscais atribuídos sobre os imóveis na área delimitada e que empreendam obras em harmonia com o programa estratégico.” Disponível em: <<http://www.cm-sintra.pt/phocodownload/PDF/ARU/SINTRA/resumontechnico_pe_aru-chs.pdf>>, Acessado em 20/09/2017;

meio de processo de reabilitação, requalificação e revitalização do tecido urbano, nestes contextos patrimoniais.

Dizemos isso, não somente, mas, especialmente, porque, quando aprofundamos na observação do programa, vemos que a estratégia perpassa por gerar ainda mais atividade econômica, através do turismo, pautando-se em atrair mais turistas ao centro histórico e, com isso, de um certo modo, revitalizar uma tal dinamicidade sociocultural do local. Uma estratégia que, para além de estar valendo-se de sistemática similar ao que se tem hoje em Sintra, referente ao *approach* turístico, num modelo de gestão que é suposto apresentar sustentabilidade para o desenvolvimento socioeconômico da região e para a fruição do patrimônio cultural à todos, em boa medida, já foi usada, em Sintra, sob o ponto de vista da tentativa de dinamizar o cotidiano, quando da promoção e incremento da rede hoteleira, pela campanha Sintra Inn, para aumentar a quantidade de dormidas na região. O que, como vimos, foi em parte bem-sucedida, resultando num aumento do número de turistas, porém, com pouco efeito sobre a fixação deles em Sintra, uma vez que o número de estadas até diminuíram.

Vejamos a passagem do documento em questão, que trata da estratégia a ser adotada.

A estratégia suporta-se na visão de aumentar a atratividade do Centro Histórico de Sintra para os turistas e moradores promovendo: • Fixação e atração de residentes no centro histórico • **Qualificação da oferta e da procura turística** • Valorização do espaço público, tornando-o inclusivo e dinâmico • **Atividades económicas geradoras de sinergias numa cadeia de valor, associadas à cultura local, ao turismo e à inovação** • Um território sustentável ambiental, económica e socialmente. (p. 04)

Robustecendo o caráter do cenário que aventamos anteriormente, especialmente no que tange ao reforço do turismo como forma de “revitalizar” o centro histórico de Sintra, face aos efeitos observados, em boa medida, pelo turismo de massa, podemos ainda recorrer a um dos 5 documentos do “Plano Diretor Municipal de Sintra”, de outubro de 2014 – “TEMA 1 – Enquadramento - Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra”²⁵⁶ – que ao fazer observações sobre um novo plano de urbanização para Sintra, discutido, aquela época, no âmbito deste plano diretor, que atualizaria o Plano de Étienne de Gröer, enfatiza que:

[...] o Centro Histórico de Sintra é indiscutivelmente uma referência histórica e patrimonial de âmbito nacional e internacional, o **Município de Sintra decidiu potenciar as suas vantagens concorrenciais [uma delas, hoje, talvez a maior, o turismo], otimizar as suas valências, promovendo o seu**

rejuvenescimento e tornando-o atrativo, tanto para os seus residentes como para os turistas. É neste enquadramento que o Município de Sintra, no desenvolvimento da alteração em curso do Plano de Urbanização de Sintra, optou por criar a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra, de modo a munir-se de instrumentos e mecanismos para proceder à sua revitalização, bem como melhorar significativamente o nível de infraestruturação e a qualidade do ambiente urbano, [...] (p. 130).

Some-se a isso, ainda, o fato de que no mesmo ano do lançamento do referido programa estratégico (2015), foi lançado também, o “Plano Estratégico para o Turismo da Região de Lisboa - 2015-2019”²⁵⁷ (PETRL), elaborado pela “Roland Berger *Strategy Consultants*”, em 2014, a pedido da “Entidade regional de turismo da região de Lisboa”, juntamente com a entidade “Turismo de Lisboa”, que, de acordo com o documento, tem como objetivo “posicionar a região de Lisboa num novo patamar de excelência turística” (p. 04), e, isso, inclui fortemente Sintra, como uma das cinco centralidades estratégicas definidas. E, nesse sentido, ainda pelo documento, Sintra contribuiria estrategicamente, como uma

marca internacional, (com notoriedade, enfocada no seu ambiente único enquanto ícone do romantismo) com uma forte ligação e complementaridade com Lisboa e Cascais, [com] **oferta cultural muito desenvolvida, devendo ser potenciados produtos complementares que permitam captar mais valor do turismo para o concelho [...]** (p. 21, grifos nosso).

O que mais nos chamou atenção, nesse plano, representado nos grifos da citação anterior, que entendemos estar relacionado com o que já vínhamos tratando sobre o Programa ARU-CHS, é que mesmo sendo reconhecido como um “destino turístico por excelência”, com uma vasta oferta de turismo cultural, e diante das problemáticas que abordamos, muito em função dessa ampla oferta, o que, em boa medida, foi assumido pela CM-Sintra como importante causa da desertificação da Vila de Sintra e, então, da “anemia”, por assim dizer, das dinâmicas socioculturais do “lugar Sintra”, ainda assim, o PETRL, propôs que “Sintra deverá enfocar o seu desenvolvimento em produtos complementares à oferta atual” (p. 54). Os quais, segundo o plano, estariam divididos em três,

- Lançar e promover internacionalmente Sintra como destino de **turismo de aventura**, aproveitando as condições naturais únicas proporcionadas pela Serra;
- Promover o desenvolvimento de uma **oferta gastronómica** mais forte, melhorando a proposta de valor da centralidade ao turista; e,

²⁵⁷ Disponível em: << https://www.visitlisboa.com/sites/default/files/2016-10/2015_19_Plano%20Estrat%C3%A9gico_0.pdf>>, acessado em: 18/062017

- Desenvolver o **turismo residencial** em Sintra, alavancando na sua oferta única de *chalets* e casas «apalaçadas» e a imagem romântica da centralidade (p. 54, grifos nossos).

Destaque-se, que o turismo de aventura, inclinando-se fortemente sobre a serra de Sintra, como é intuído pelo plano, conta características muito particulares, pois, é um tipo de *touring* turístico que tem uma situação de acessibilidade bem própria, suportado por um tipo de visitante também bastante particular, o que entendemos tender a favorecer que se consiga fixar, por mais tempo, o turista no concelho de Sintra, numa situação, que, para os operadores do turismo sintrense, não pode ser entendida como indesejável. Embora, isso, *per si*, pensando na nossa problemática de pesquisa, não seja uma condição que garanta um contato do visitante (“eu”), com as residentes de Sintra (“outro”), sobretudo nas relações cotidianas das dinâmicas socioculturais do “lugar”, uma vez que, como salientamos, estas estariam em situação anêmica de acontecimentos culturais próprios e regulares. Com isso, faz-se necessário, a médio e longo prazo, uma avaliação de todo esse cenário, verificando se um dado incremento de fluxo turístico, sobre o viés de roteiros e itinerários de aventura, não se mostrará prejudicial à Serra de Sintra, tal qual vem sendo o turismo cultural para a Vila.

Abordando rapidamente o turismo residencial, Tomás Mazón e Antonio Aledo (2005), sociólogos investigadores do turismo de residência, na Universidad de Alicante, Espanha, país considerado um dos maiores consumidores desse tipo de turismo, afirmam que este é um desdobramento da atividade turística, que opera na urbanização, construção e venda de residências de uso intermitente, para venda ou locação à investidores que são residentes em outros locais, sobretudo em outros países, e que fazem a aquisição de tais imóveis com a finalidade de residir temporariamente ou veranejar, representando novas fórmulas de mobilidade e moradia da sociedade contemporânea.

Trata-se, pois, de um produto turístico que, de um modo geral, não tem a propriedade de recompor ou revitalizar a dinâmica sociocultural de determinado lugar, pois, não tende à fixação de residentes, de forma regular, tampouco diz respeito ao incremento populacional de indivíduos, especialmente os de hábitos culturais locais. Embora, sob o ponto de vista da requalificação urbana, restauro e preservação do patrimônio, alguns estudiosos da temática (MAZÓN e ALEDO, 2005; MARTÍNEZ, 2003; CONTRERAS, 2010), discutem ser uma opção vantajosa para os governos locais.

De tal modo, estas ações institucionais, mais recentes, sobre Sintra, que, de todo modo, estão buscando ajustar e equacionar problemáticas e questões, que por não terem sido

observadas há décadas, estão reverberando hodiernamente, do modo que apresentamos, precisam de mais tempo para serem objeto de pesquisa e, então, de verificação das suas ressonâncias, tanto no meio patrimonial de Sintra, e, mais especialmente, no contexto das dinâmicas socioculturais do “Lugar Sintra”, que, de todo modo, para nós, permeia e é permeado por todo um construto de imaginário de longuíssimo tempo e simbolismos, que, como buscamos sistematizar, encontram-se adensados naquilo que denominamos “Aura de Sintra”, e que, portanto, nos aparenta ser uma espécie de essência tópica do lugar, pensando no *tópos* aristotélico, que comentamos anteriormente, podendo mesmo ser pensado como o “espírito do lugar” que configura Sintra como tal e que oportunizou, em grande medida, a chancela da UNESCO.

No entanto, ainda que se faça necessário aguardar as execuções destas ações, que se mostram preocupadas, em certa medida, com o todo conjuntural dos aspectos e elementos do que nos referíamos nos parágrafos anteriores, já podemos observar, que o discurso dos agentes públicos, que aparentam reconhecer as fortes reverberações no cenário que se constitui até aqui sobre Sintra, e o que tem sido assentado a pôr em prática para buscar sanar tais situações, nos documentos brevemente analisados, de saída, já não nos aparentam estar em sintonia fina.

Um outro importante aspecto a ser ressaltado deste PETRL, no que tange a problemática que estamos investigando, também presente de forma diluída no “Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Sintra”, diz respeito a uma certa “acomodação”, por assim dizer, mas não somente, também o empenho em reforçar a disposição, de Sintra numa forma configurada e enfocada como um destino turístico *day trip*, o que já discutimos ser desarmônico para com as premissas da UNESCO sobre a patrimonialização de sítios de “valor excepcional universal”, uma vez que tende fortemente para um uso mercadológico de consumo do patrimônio e não para uma possibilidade do contato, num certo estranhamento, com a cultura do “outro”.

É possível apreender tal disposição, mais claramente, no texto do PETRL, quando numa passagem em que se busca demonstrar o que pode ser considerado peça chave na chamada “centralidade Sintra”, em contribuição ao posicionamento da região de Lisboa em um novo patamar do turismo mundial, afirma-se que “Sintra é um destino por excelência de *day trip*, em que mais de 45% visitam-na desse modo, [por operadoras e agências de turismo] [...], pelo que a relevância desta centralidade na região está muito acima do seu peso em número de dormidas.” (p. 53), i.e., nos deixa o entendimento, de que o autor do texto admite que a importância de Sintra, pensando na dimensão econômica do patrimônio, como grande

mobilizador de fluxo de visitantes através da modalidade *day trip*, é superior do que a baixa ocorrência de dormidas na vila, que mesmo com o seu incremento, como analisamos anteriormente, parece ser desconsiderável, não sendo necessário preocupar-se com tal situação, para o efeito e resultados desejados. Portanto, justificar-se-ia que assim continua-se e até mesmo se intensificasse, para auxiliar a região de Lisboa nos objetivos traçados para o ano de 2015 a 2019.

Isto é um ponto crucial de nossa investigação, pois, entendemos que as operações turísticas que vêm sendo executadas sobre Sintra, de maneira especial como um destino *day trip*, em que um contato mais duradouro e aprofundado com elementos e aspectos característicos da localidade, especialmente através das suas dinâmicas socioculturais cotidianas, de forma espontânea, bem como o “face-a-face” com os seus residentes, tudo isso escasso, em virtude dos processos que mencionamos, pode estar configurando Sintra como um “*lugar do igual*”, pelo excesso de positividade, que extrai do *lugar* Sintra, boa parte da sua essência, de certo suas dinâmicas socioculturais cotidianas pelos seus residentes, em função de um consumo cultural mais fluido, rápido e de grande fluxo, como sinaliza querer incrementar tal cenário, ainda mais o PETRL, bem como, em certa medida, o programa de reabilitação urbana do centro histórico.

De tal modo, entendemos que tem se favorecido, através de uma espacialidade de características tópicas, o que, então, reservaria, numa circunstância de reação imunológica, um certo sentido atópico, em que se fosse possível promover uma tal negatividade do “outro” para com o “eu”, algo bem dissonante dos princípios gerais da ONU/UNESCO; de certo, poderíamos pensar que o que tem ocorrido é mais uma comercialização desse cenário, como mais um mero produto patrimonial “exótico”, que não fala por si, mas é construído como tal (CANCLINI, 2004), e não como um algo “estranho”, pois, o estranhamento tenderia, no entendimento que compartilhamos com Han (2010, 2012, 2014), a não caracterizar e não oportunizar uma dada relação comercial, mas sim poderia ter mais sucesso numa dada “ética da alteridade”, da forma como postula Lévinas (2010).

Todo o cenário de caráter tópico de Sintra, da forma como tem sido (re)configurado, estaria disponível, então, mais para uma lógica de consumo cultural, no que entendemos ser uma “atopia consumível do patrimônio mundial”, pelas suas características únicas, que são condição *sine qua non* desse tipo de patrimônio, diferenciado em relação a outros tipos de processos de patrimonialização, e, portanto, bem daí viria a sua qualidade tópica, que em Sintra entendemos ter boa visualização, pelo que tratamos no capítulo 2 e mesmo no primeiro item

deste, do que propriamente uma boa oportunidade de conformar, entre o “eu” e o “outro”, uma certa alteridade cultural, que poderia bem promover um entendimento da relevância das culturas do “outro” nas próprias culturais do “eu”, portanto, aproximando-se do que intui a ONU/UNESCO sobre a “promoção de uma cultura de paz entre os povos”.

Portanto, entendendo que as questões e processos que discutimos até aqui, especialmente ao longo do segundo item deste capítulo, têm influência direta e significativa na configuração de um cenário que, em boa medida, apontamos como hipótese de nossa problemática, e dos processos que analítica e sistematicamente desenvolvemos para compreender o que permeia tal hipótese, fez-se necessário, para se chegar em uma análise qualitativa, buscar apreender e compreender a conjuntura que tem se desenvolvido em Sintra, na orbita e no centro do seu processo de patrimonialização mundial, *in loco*, do modo mais próximo possível da realidade, i.e., lançamo-nos em algumas incursões à campo, em significativa e focal parte da área delimitada como “Paisagem Cultural de Sintra – PCS”.

Uma vez que, para isso, temos o interesse de verificar o modo como o visitante de Sintra, que, de um modo geral e em tese, pode ser entendido como o “outro”, num sentido de alteridade cultural, associa-se e interage com o todo conjuntural do “*lugar Sintra*”. Enfocando especialmente o contato com as dinâmicas socioculturais do lugar, bem como, alguma aproximação com o “outro”, residente de Sintra.

Conhecendo que 45% das visitas à Sintra são realizadas no sistema de *day trip* (dados de 2014, Roland Berger *Strategy Consultants*), temos que quase a metade dos que visitam o concelho, com finalidade turística, o fazem de modo a seguir roteiros e itinerários preestabelecidos por operadoras e agências de turismo, com valores que vão desde os 50 até os 90 euros, em período de tempo que não supera as 8 horas de duração, a maioria desses roteiros contabilizam o tempo empreendido para visita à vila de Cascais, que, na maioria das vezes, é comercializada de forma combinada com Sintra, nos pacotes turísticos (ver figuras 24, 25 e 26). Portanto, o período de visita, de um modo geral, divide-se em, aproximadamente, 5 horas para Sintra, notadamente seu centro histórico e os considerados “valores fundamentais”, além do Cabo da Roca (Colares/Sintra) e as outras 3 horas entre deslocamentos e visita à Vila de Cascais, bem como o Estoril (Freguesia de Cascais).

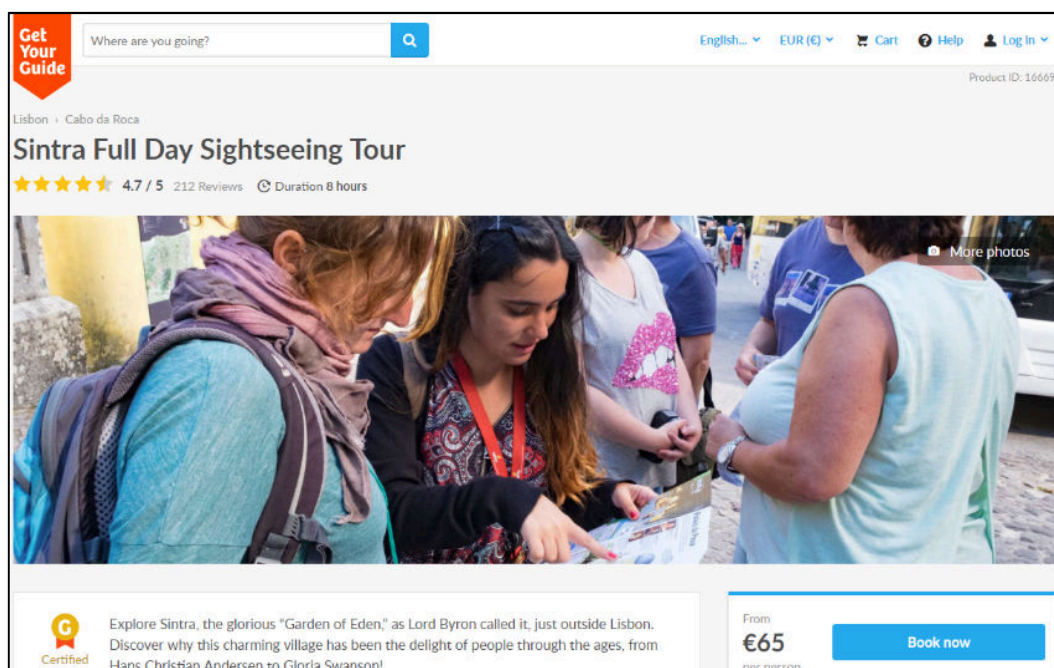


Figura 24: Screenshot do sítio eletrônico de operadora de turismo, em inglês, comercializando Sintra num pacote *day trip*, para 8 horas de duração.

Fonte: <https://www.getyourguide.co.uk/lisbon-l42/sintra-full-day-sightseeing-tour-t16669/>



Figura 25: Screenshot do sítio eletrônico de agência de turismo, em francês, comercializando Sintra num pacote *day trip*, para 8 horas de duração.

Fonte: <https://experitour.com/fr/listings/8-hour-tour-visit-sintra-cascais-cabo-da-roca/>



Figura 26: Screenshot do sítio eletrônico de agência de turismo, em português, comercializando Sintra num pacote *day trip*, para 8 horas de duração.

Fonte: http://www.toursp Portugal.com.br/tours/lisboa/city_tour_sintra__cascais__estoril_e_cabo_da_roca1

Para além disso, mesmo sem termos encontrado dados oficiais, referentes, especificamente, à visita turística de Sintra realizada de forma direta, sem intermediadores turísticos, i.e., por meio de locomoção próprio ou através de transportes de massa; em nossas incursões à campo, pudemos apreender que há um contingente significativo de visitantes do centro histórico de Sintra, que o ingressam, especialmente, através da “Empresa Comboios de Portugal – CP”, uma entidade pública empresarial portuguesa de transporte ferroviário, que opera com uma linha exclusiva, 24h, saindo da estação Lisboa-Rossio, para a estação de Sintra, no centro histórico, em saídas com intervalos de 10 ou 20 minutos, a depender do período do dia, entre segunda e sexta-feira, contabilizando um total de 75 viagens de ida à Sintra, por dia; e nos sábados e domingos, o que se altera, do que foi dito, é a regularidade, que passa a ser a cada 30 minutos, fazendo com que o total de viagens de ida seja reduzido à 39²⁵⁸.

Ressalte-se ainda, que há opções de transporte através das linhas de ônibus (autocarros) públicos, porém, a rota entre Lisboa-Sintra tem uma duração bem mais longa, aproximadamente 1 hora e 45 minutos, e com algumas baldeações²⁵⁹, enquanto que de trem (comboio), não ultrapassa os 35 minutos, com algumas rápidas paradas, para além do custo ser muito superior, fatores que nos fazem acreditar que esse não seja o meio de transporte mais

²⁵⁸ Dados extraídos do sítio eletrônico “Empresa Comboios de Portugal – CP”, Disponível em: <<<https://www.cp.pt/sites/passageiros/pt/consultar-horarios/horarios-resultado>>>, acessado em: 10/12/2017.

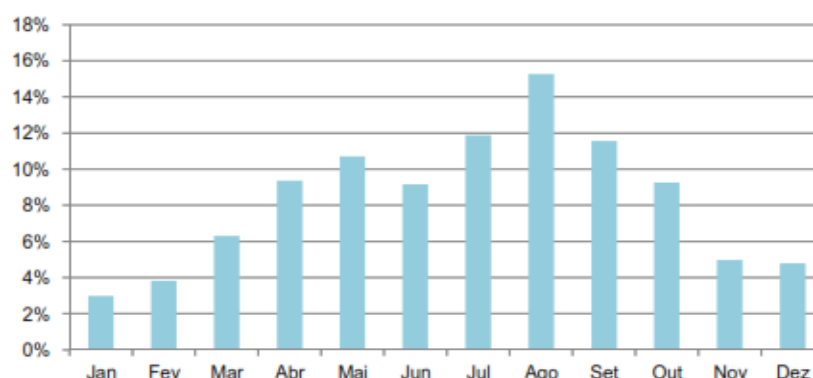
²⁵⁹ Informações obtidas através do sítio eletrônico da empresa “Scotturb”, que atua no ramo de transporte público por ônibus (autocarros), em Portugal. Disponível em: <<<http://scotturb.com/pt/>>>, acessado em: 10/12/2017.

preferido dos que vão à Sintra como visitantes turísticos, como pudemos verificar, quando das incursões à campo, pelo baixo número de desembarque de turistas, na região do centro histórico e entorno, através desse meio.

Conhecendo a forma como os visitantes aportam à Sintra; para que pudéssemos realizar incursões à campo, por um modo de observação participante satisfatório, entremeando-nos aos turistas, de modo a apreender e compreender as relações já apontadas em parágrafo anterior próximo, tivemos, ainda, que observar o mais oportuno momento para esta empreitada, no que tange ao período do ano, que mais bem pudesse nos oportunizar tal apreensão e compreensão.

De tal modo, verificamos que, de acordo com dados da CM-Sintra, do “Programa estratégico ARU-CHS” (ver gráfico 12), os meses entre julho e setembro, não por acaso, correspondem aos de maior visitação turística aos “valores fundamentais” da PCS, e outros itens patrimoniais do concelho²⁶⁰, com o mês de agosto atingindo o pico máximo, meses que, na Europa, são, tradicionalmente, os considerados de “alta temporada” turística, em virtude, sobretudo, de se tratar da estação do verão naquele continente, momento também de férias escolares e laborais. E, muito possivelmente, pelos mesmos motivos apresentados, porém de maneira inversa, i.e., “baixa temporada”, inverno europeu e período de atividade escolar e laboral, conhecemos que os meses entre novembro e fevereiro são os de menor procura para visitação em Sintra, com os meses de janeiro e fevereiro atingindo o mais baixo patamar, acompanhando a tendência de praticamente toda a Europa.

Gráfico 12: Percentual de visitas, por mês, aos itens da PCS (valores fundamentais) e demais itens patrimoniais de Sintra (2015)



Fonte: Programa estratégico ARU-CHS, agosto de 2015, p. 53

²⁶⁰ Vale salientar, que, de acordo com a CM-Sintra, este gráfico indica o número de visitação total ao património edificado sintrense, neles se incluem não somente os que estão sob chancela da UNESCO, na PCS, mas também alguns outros, mesmo que com baixa visitação e, consequentemente, representação para o gráfico, se comparado aos que compreendem a PCS, como é o caso do Palácio Nacional e Jardins de Queluz.

Munidos destes dados e informações, e em virtude das características do nosso objeto e da nossa problemática, entendemos que a forma e sistemática mais adequada de nos lançarmos à campo, para atingir uma verificação analítica mais apurada sobre o cenário, seria abordando dois momentos distintos, porém, complementares, para nós. Que tangem o modo como se estruturam as visitas e o período do ano em que se faz com maior ou menor intensidade a abordagem sobre a conjuntura turística hodierna de Sintra. Quais sejam:

Por um primeiro viés, temos como formato de estruturação das visitas à Sintra, duas principais formas; em que o visitante turístico, de todo modo, é conduzido. A primeira, são os pacotes turísticos de *day trip*, que orientam os roteiros preestabelecidos, que, de todo modo, fazem com que o visitante tenha uma visão restrita e focalizada do cenário, voltado especialmente, para o consumo dos pontos de interesse dos operadores turísticos; e, como segundo modo, temos a ida à Sintra de forma autônoma, sem intermediadores diretos, porém, assegurados do auxílio de algum tipo de publicação de guia ou roteiro de viagem, impresso ou *online*, que, pelo que observamos, muitas vezes, em virtude de uma certa “falta” de organização do tempo, se isso puder ser dito assim, ou mesmo um planejamento que tenha sido realizado em virtude de uma programação de viagem mais ampla envolvendo outras localidades, resulta em dormidas em alguma hospedagem da localidade, especialmente aquelas localizadas no centro histórico e/ou no litoral sintrense.

Porém, já abordando nossas impressões analíticas e observações do campo, isso não parece se refletir num comprometimento, de um modo geral, com uma aproximação mais aprofundada em contato com o cotidiano de Sintra e, conseqüentemente, com seus residentes, sendo aparentemente, como observamos, apenas para seguir uma viagem para uma outra localidade, ou, para que se tenha um pouco mais de tranquilidade na visita de um dia à Sintra, uma vez que o retorno à Lisboa é rápido e fácil, portanto, fazer uma visitação à Sintra, desse modo, não nos parece poder deixar de ser visto como um *day trip*, contudo, se dá de forma “autônoma”, ao menos na operacionalização do roteiro e/ou itinerário a ser seguido. Talvez, mais em função dessa forma de visitação, advenha parte da explicação sobre os números que apresentamos, anteriormente, quando do aumento de dormidas no parque hoteleiro de Sintra, ora impulsionado pela CM-Sintra, pelo programa Sintra *Inn*, que não se refletiu numa elevação de estadas na localidade, i.e., na fixação dos visitantes por mais de um dia.

De um outro viés, vimos que a intensidade da visitação à Sintra, obedece uma lógica de periodicidade, que é similar ao que ocorre em toda a Europa, em virtude de fatores climáticos locais e mercadológicos. Com maior intensidade nos meses de julho a setembro e menor nos

meses de novembro a fevereiro. Sendo assim, tendo esse formato de estruturação de visitas à Sintra, com maior ênfase sobre estas duas formas, e que há uma variação muito considerável de fluxo de visitação à Sintra, isso nos fez pensar que o mais adequado meio de observar e analisar o cenário, para o propósito que temos de investigação, seria tanto realizar um percurso de roteiro e itinerário estabelecido por uma agência de turismo, num pacote turístico do tipo *day trip*, como também, o de partir em direção à Sintra sem intermediadores diretos, através do uso do trem (comboio) para lá chegar. Fazendo uso de guias e roteiros turísticos, tanto os de publicação oficial como os de agentes privados, que são os meios que, normalmente, são os que dão suporte e orientação aos visitantes turísticos de Sintra, que optam por tal modo de visitação.

Para tanto, realizamos algumas incursões à campo entre os meses de janeiro e fevereiro de 2015, para aprender e compreender as relações pretendidas, no período de “baixa temporada”, bem como, outras foram realizadas no mês de agosto do mesmo, quando a visitação à Sintra, de acordo com os dados da CM-Sintra captados em 2014, atingiu seu ápice, com mais de 15% do total de visitas daquele ano estando concentrando neste mês. Assim, entendemos que pudemos aprender e com isso compreender um espectro bastante amplo e representativo do modo como se dão algumas relações específicas dos visitantes turísticos de Sintra, especialmente em meio às dinâmicas socioculturais do lugar, mas, sobretudo, com os seus residentes. O que estaremos descrevendo, ao longo dos próximos parágrafos, de forma mesclada, entre os vieses destacados, alternando os enfoques, na medida em que os interesses da investigação e de nossa análise forem os exigindo; como última tarefa analítica desta tese.

Antes, ainda cabe uma rápida observação referente aos guias e itinerários de viagem, tanto os de caráter oficial e, portanto, de iniciativa e responsabilidade dos governos e autarquias, com especial recorrência para os que são idealizados e confeccionados pelo governo português, sobretudo pela “Turismo de Portugal” (I.P.) e alguns que tem o apoio no seu desenvolvimento da CM-Sintra, por vezes em parceria com a PSML, bem como, os de organização e confecção de agentes privados, em geral operadores do turismo que operam com maior incidência no destino turístico Sintra.

Estes materiais, que muitas vezes acabam sendo os que, em primeira instância, dão suporte aos visitantes, especialmente àqueles que visitam Sintra de um modo mais autônomo, por assim dizer, sem recorrer, diretamente, aos desígnios dos itinerários dos operadores e agências de viagem, nos fazem pensar que, de um modo quase que didático, instruem o visitante por roteiros em que o contato com o “outro” e a condição de vivenciar o cotidiano das dinâmicas socioculturais do “*lugar Sintra*”, são os que norteiam os turistas a percorrerem os pontos que

fazem parte de um roteiro de consumo cultural, sobre uma “atopia consumível do patrimônio mundial”, com pouco ou nenhum cuidado em admitir ou oportunizar as relações do tipo que estamos apontando, que, para nós, pensando nas premissas da UNESCO, parecem ser bem desejáveis para contribuir com o desenvolvimento, ainda que de forma módica, de interações de alteridade cultural.

De certo, observando os guias e itinerários de viagem atuais, especialmente os de caráter oficial, o que podemos ver, é que há uma disposição em estabelecer um itinerário de grande fluidez, praticidade e rapidez de visita, adequando e comportando toda a visita de Sintra num período de no máximo 5 horas, tornando possível fazer a visita à Cascais, no restante do tempo, tudo num período de um dia. A “figura 27”, que trazemos em seguida, foi extraída do Guia turístico “Itinerários Portugal”, documento elaborado e confeccionado pela “Turismo de Portugal” (I.P.), em 2015, disponível para *download*, gratuitamente, em duas das páginas mais importantes para divulgação e apoio ao turista, referentes ao turismo nacional português, o “visitportugal.com” e “turismodeportugal.pt”, portanto, entendemos que seja de grande circulação, sobretudo entre os turistas. Ressaltando que todo este tipo de material está disponível em, pelo menos, três idiomas.

Nele, podemos notar esse tipo de abordagem de visita sobre Sintra. Dividido em três turnos, “manhã”, “tarde” e “noite”, o itinerário denominado de “de Sintra até ao mar”, busca instruir o turista sobre o que e como deve ser visto e visitado, sempre orientando-os ao consumo, de algo ou de alguma localidade, com uso de palavras como “provar”, “experimentar”, no caso de comidas típicas e de “não perder”, “visitar” e outras, especialmente quanto às edificações, sem nunca recorrer a expressões como apreciar, contemplar, refletir, descansar, observar ou coisa que o valha, que demande mais tempo e, de certo modo, um agravo à uma “negatividade” do “outro” do “*lugar Sintra*”, sendo a “positividade”, num certo entendimento de Han (2010, 2012, 2014), a tônica para o fluxo turístico, empurrando Sintra num sentido contrário ao do que discursa, ao menos num sentido filosófico, a ONU/UNESCO sobre o estabelecimento de uma “cultura de paz entre os povos” pelo conhecimento e contato com a cultura do outro.

Ressalta-se, que Sintra foi, ao longo das três ambiências que classificamos, sempre recorrida como uma espécie de refúgio de descanso contemplativo ou mesmo como uma espécie de retiro sacro religioso e espiritual, para diversos povos, em distintos momentos, o que, em alguma medida, oportunizou-a, dentro de um contexto já amplamente discutido, de receber a chancela de patrimônio da humanidade; para além do fato de que Sintra é inscrita como tal pelo todo paisagístico, como uma paisagem cultural – a serra e a vila – e não por

monumentos isolados. Isso, não nos parece ser possível de deixar de ser visto como tendo um propósito de favorecer um fluxo intenso e contínuo de consumo cultural, em que as negatividades da vida cotidiana, das dinâmicas socioculturais e até mesmo do difícil acesso à serra, não interfiram no itinerário preestabelecido, especialmente porque não estão configurados, por assim dizer, de forma comercializável, ao menos não na sua disposição vernacular, a que ainda resta no centro histórico e em parte da PCS.

Figura 27: Infográfico de divulgação do itinerário turístico “de Sintra até ao mar” na publicação “Itinerários de Portugal” (2015)



Fonte: Disponível em:
 <<turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/Documents/Portugal%20itinerarios.pdf>>, Acessado em: 09/11/2017

Muitos outros são os livros e publicações do tipo guia turístico que fazem abordagens e proposituras de itinerários muito semelhantes, quando não são iguais; de certo, dos exemplares hodiernas, não encontramos nenhum indicando claramente um roteiro ou itinerário de mais de um dia e com inflexão sobre o “*lugar* Sintra” que diste desta que mencionamos anteriormente. O que vimos foram publicações, algumas organizadas pela CM-Sintra, que tratavam de por alguma conformação histórica sobre edificações consideradas “valores fundamentais” e elementos imateriais do “*lugar* Sintra”, indicando roteiros de curtíssima duração, alguns com menos de 2 horas, no entanto, regulamente se verificando algum tipo de associação com alguma nova disposição de caráter mercadológico, para uma certa capitalização e incremento de oferta e de qualificação turística, que mais uma vez tende a melhor atender os fluxos turísticos, tratando de afastar algumas negatividades próprias do contato com o outro, que seriam perturbadoras de uma positividade orientada ao consumo, sem deixar que o elemento de caráter tópico seja totalmente convertido em igual.

Mais uma vez, das características que elencamos aqui sobre tais publicações, pensamos que não deixa de ser um reforço sobre o caráter de empenhar Sintra, em um modo comercial, num processo que entendemos ser uma “Atopia consumível do patrimônio mundial”, pois, publicações que apontam para as características únicas de Sintra, num formato de guia turístico ou de sugestões de roteiros, foram encontradas comumente em nossas investigações, uma delas, foi muito repercutida, em âmbito local. Trata-se do livro “Sintra: Caminhos da Cultura – O Outro Lado do Património”, lançado em 2009, ainda no âmbito do programa “Sintra: Capital do Romantismo”. A coordenadora do projeto, a técnica superior do Núcleo do Património Histórico e Antropológico da autarquia de Sintra, Maria Teresa Caetano, definiu

que a ideia surgiu porque se constatou que o turismo em Sintra é massificado. De facto, os turistas acabam por visitar os mesmos lugares, os mesmos monumentos e conhecem pouco ou desconhecem completamente a história, as estórias e as lendas desses lugares.

A obra, apresentada num dossiê com quatro capítulos (ou “quatro caminhos”), refere um pouco de tudo isso e apresenta as coordenadas, inclusive em GPS, num formato que “pode ser usado individualmente por cada pessoa de uma forma prática e eficaz”, explicou Luís Patrício. Esta obra será, assim, uma forma de redistribuir os fluxos turísticos de Sintra por novos itinerários, abrangendo a oferta de espaços ao aproveitar aqueles que foram ficando no anonimato enquanto o centro da Vila foi recebendo a maioria dos visitantes do estrangeiro.²⁶¹

²⁶¹ Disponível em: << <http://muladefisica.blogspot.com.br/2009/10/caminhos-da-cultura-o-outro-lado-do.html>>>, acessado em: 18/11/2017

Para nós, a proposta realmente constitui-se como um bom escape na contramão do que estamos tratando, especialmente no sentido do contato maior do visitante com uma parcela da PCS que não é visitada, embora entendamos que a positividade para os fluxos turísticos mais intensos e rentáveis tende a monopolizar a grande massa de turista, ou ainda, num médio ou longo prazo seja cooptada, por assim dizer, pelos grandes operadores do turismo, e, de algum modo, também seja inserida no fluxo de positividade.

No entanto, a publicação, logo na sua primeira página, deixa claro que, “os principais objetivos deste projecto são, para além de dar a conhecer ‘o outro lado do património de Sintra’, obter o certificado de qualidade internacional HERITY (entidade reconhecida pela UNESCO) dos caminhos da cultura”, que ainda que se trate de um certificado com propósitos de conservação e preservação do património, visa, em última instância o incremento do número de visitas para um consumo cultural, através da verificação de cumprimento de alguns pré-requisitos que dão mais conforto ao visitante, sem qualquer menção de atenção às dinâmicas sociocultural do lugar ou para a relação de seus residentes com os itens patrimonializados.²⁶² O que nos parece que, de algum modo, auxilia numa lógica do consumo cultural, enfocando numa maior “positividade”, por assim dizer, da visita.

Ainda sobre as publicações de guias e roteiros turísticos, um outro ponto que entendemos merecer nosso destaque, é relativo a evolução da estruturação da visita sobre Sintra ao longo dos anos, especialmente no que tange a duração das visitas, que reduziu sobremaneira, para além do que se indicava a ser visto e do que se sugestionava em como ser visto. Uma situação que é de conhecimento dos autarcas da vila, mas que não parece se constituir numa preocupação premente, como podemos notar numa passagem de uma entrevista, já mencionada anteriormente, que o ex-autarca de Sintra, Sr. Fernando Seara concedeu, à Revista Turismo de Lisboa (nº 60, dezembro de 2008), quando da pergunta “ [...] de que forma tem evoluído ao longo dos anos [o turismo de Sintra]?”

[...]A evolução do turismo, em Sintra, é igual à registada no resto do país, à excepção do Algarve. **O que verificamos é que se passou das estadias prolongadas para períodos mais curtos**, com aproveitamento das chamadas “pontes” e fins-de-semana”. (p. 42, grifos nossos).

Tivemos acesso a dois livros guias turísticos. Um, de 1968, em cinco idiomas, intitulado “Sintra- coleção turismo”, de autoria de Antonio José Pereira Forjaz (- 1985),

²⁶² Sobre o Certificado HERITY, ver documento “A certificação internacional HERITY”, encontrado no sítio eletrônico da própria entidade. Disponível em: <<<http://www.herity.it/downloads/Scheda%20tecnica%20HERITY%20-%20Portoghese.pdf>>>, Acessado em: 15/11/2017.

presidente da Câmara Municipal de Sintra entre os anos de 1969 e 1974, e um outro, publicado para além do português, em inglês, de 1993, dois anos antes da chancela da UNESCO, denominado “Guia turístico – Sintra e arredores”, de autoria de Nuno Paisana.

Estas duas publicações, trazem um entendimento de visitação sobre Sintra que é muito distinto do atual. São abordagens em que o caráter simbólico de magia e misticismo de Sintra são tratados como algo que serviria para uma espécie de sublimação da alma, em que o visitante é convidado a integrar uma certa aura mágica, contemplando, apreciando e relaxando no todo do cenário, interagindo com as dinâmicas socioculturais do lugar. Entendemos que o convite ao turista, para visitar Sintra dotado de tal postura, era oportunizado, em boa medida, pelos roteiros sugeridos, que, no caso da publica o de 1968, eram de, no mínimo, 5 dias, alcançando até aos 7 dias (ver anexo 5).

Estes roteiros mostram-se sempre preocupado em envolver o visitante com o dia-a-dia da vila, com atividades pelas manhãs, tardes e noites, indicando para que se fizesse a livre circula o pela vila de Sintra, especialmente a noite, convidando a contemplar a vista da serra de Sintra do alto dos seus cumes,   participar de atividades religiosas das igrejas locais, chamando   feiras livres que, pela forma com que o autor tece os comentários, não estavam organizadas com finalidade primeiramente turística, mas sim, de fato, aproximar o visitante aos elementos mais próprios de Sintra, do modo como podemos observar no excerto que segue:

5  Dia - Manhã

Largo da Feira: a chamada que aqui se faz tem em vista naturalmente as feiras que se realizam nos 2  e 4  domingos de cada mês e todos os anos no dia de S. Pedro (feriado oficial do concelho). A feira. constitui, realmente, motivo de muito interesse, já que apresenta reais «casos» de puro casticismo e ainda curiosos elementos de atra o da vila, pois que as transa es que possibilita vão desde o ‘bolo saloio’ - saboros ssimo – até   cria o e aos animais de traço, passando por vestuário e calçado do mais variado estilo e feitio.  s «antiguidades». Destas encontram-se peças muito ricas e valiosas, oferecendo os respectivos mostruários ‘gulosos’ motivos de admira o. (FORJAZ, 1968, p. 30).

E como o próprio autor salienta, “a feira   naturalmente alegre e vistosa e não deixa de ser de considerar no aspecto etnográfico.”, pelo que somos de entendimento associado ao que argumenta na segunda ora o da frase, que, em boa medida, refere-se a um contato em que aparenta ser mais fácil ocorrer a intera o de alteridade cultural, entre o “eu” visitante e o “outro” visitado, vibrando sobre muito do que temos exaustivamente percorrido até aqui sobre a propositura essencialista da chancela de um patrim nio como de interesse e valor excepcional

para a humanidade. O livro guia turístico de 1993, não defini quantidade de dias em roteiros, apenas aborda pontos que “merecem”, no uso recorrente do autor, uma visitação, dando ênfase ao que chama de a “vida em pormenor” em Sintra, que seriam as relações cotidianas mais intrínsecas dos sintrenses, salientando que, “com as características extraordinárias que possui, Sintra é um prazer se e somente se, demoradamente, for percorrida a pé” (PAISANA, 1993, p. 120).

3.2.1 Visitando a “Paisagem Cultural de Sintra” - UNESCO: um recurso de difusão da cultura do outro, sem o *outro*, e o consumo cultural.

Dito isto, podemos seguir com o trabalho de campo, que começamos a relatar informando o caminho que nós percorremos, previamente estabelecido por um roteiro fornecido pela agência de turismo que fizemos a contratação do pacote de viagem no modelo *day trip*. Vale salientar, que, de um modo geral, ao solicitar uma proposta de visitação à Sintra, junto às operadoras e agências de turismo, é comum que se ofereça, quase que de modo irrecorrível, este tipo de pacote.

Fizemos contato com um considerável número destas empresas em Portugal e a ocorrência da sugestão deste tipo de pacote foi unânime, por muitas vezes sem opções para mais de um dia de visitação, e foram pequenas as variações para o tipo de pacote *day trip*, variações que, na maioria das vezes, estavam associadas ao tipo de transporte, especialmente com referência ao conforto, exclusividade e privacidade (nº máximo de pessoas) e/ou tamanho do veículo, ou, ainda, ao que está incluso, como p.ex., refeições, entradas já reservadas nas edificações à visitar e definição prévia do palácio a visitar (em geral apenas um).

Auxiliando-nos através de sítios eletrônicos tais como o *tripadvisor*, em que, entre outras situações, os turistas podem lançar suas críticas e sugestões sobre os mais diversos elementos e aspectos de uma viagem turística, inclusive sobre os pacotes turísticos, associado ainda com informações obtidas junto às operadoras e agências de viagem, sobre qual especificidade de *day trip* é o de maior comercialização para a visitação de Sintra, chegamos ao entendimento de que há uma espécie de padrão no que tange os locais que devem estar contidos nos roteiros e itinerários, o que podemos traduzir graficamente através da “figura 28”,

seguinte. Ocorre que há um grande volume de comercialização destes pacotes para grandes grupos de pessoas, em que o meio de transporte mais utilizado são os ônibus executivos, e em que o pacote *day trip* para Sintra já está previamente incluído num pacote de viagem bem mais amplo, com os turistas já se deslocando de seu país de origem, em grandes grupos, com vários destinos acessórios à capital Lisboa, sendo Sintra um deles, sobretudo como *day trip*.

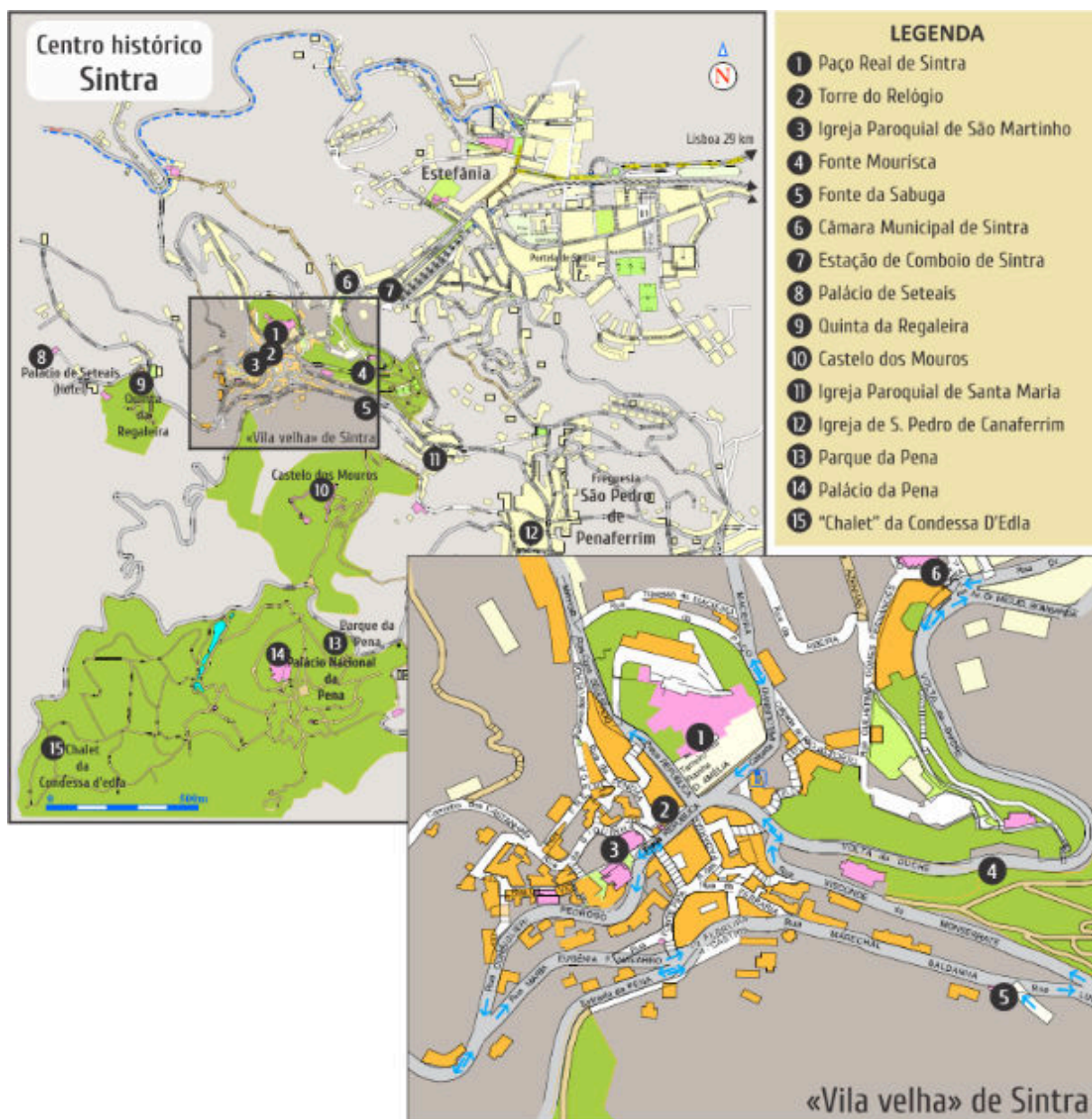
Figura 28 Infográfico demonstrando o padrão de atividades da visitação, quando do pacote *day trip* para Sintra (8 horas)



Fonte: Operadoras e agências de turismo. Elaboração: próprio autor.

Aproveitamos a exposição deste infográfico, para advertir que, para efeito da análise que nos inclinamos, a observação participante transcorreu de forma restrita aos itinerários e locais de visitação que se inscrevem no centro histórico de Sintra, especialmente a chamada “vila velha” de Sintra (ver mapa 8), conseqüentemente trata-se de uma delimitação especial que se inscreve na PCS, isto quer dizer que não nos debruçaremos à análise do cabo da roca, que, não faz parte da chamada “zona inscrita”, ainda que componha a denominada “zona tampão”. No entanto, este não é o principal motivo dessa opção, é, sobretudo, por esta localidade não ter sido marcada por grandes ocupações humanas ao longo do tempo, mesmo na “ambiência ancestral”, de onde vem boa parte dos relatos de ocupação mais intenso daquela região. Portanto, pelas características de nossa problemática e o que temos como hipótese, a análise deste local, da forma como nos propusemos, tende a ser inócua. Bem como, no seguimento do roteiro *day trip*, as localidades que já se encontram no perímetro territorial da vila de cascais.

Mapa 8: Representação gráfica do perímetro do centro histórico de Sintra e seus itens patrimoniais mais relevantes, em destaque a representação da “Vila velha” de Sintra e seus itens patrimoniais mais ressaltantes.



Fonte: CM-Sintra, adaptado pelo autor.

Por motivos óbvios, não pudemos recorrer ao tipo de pacote *day trip* em que nos inseríssemos nos grupos mencionados. Portanto, optamos pela alternativa com maior similitude encontrada, i.e., o tipo de pacote com itinerário mais fidedigno àquele que é percorrido pelos turistas que seguem em grandes grupos de pessoas, reunidos pelas grandes operadoras e agências de turismo. Porém, estivemos percorrendo o roteiro em pequenos grupos, que, assim, são considerados “passeios privativos” ou “exclusivos”, mas, ainda *day trip*, com, no máximo, 12 pessoas, em automóveis menores, do tipo utilitário de transporte de pessoas. O agente com

o qual contratamos o pacote, enviou uma proposta de itinerário bastante resumida, que, de todo modo, segue o padrão que buscamos demonstrar na imagem anterior.

Tour dia inteiro Sintra/Cascais/Estoril e Cabo da Roca das 9h00 às 17h00

Pegamos as 9h no hotel e seguimos para visitar a Vila de Sintra, lá encontrarão o Castelo dos Mouros, belíssimos palácios e palacetes bem como o Palácio da Pena (um dos mais visitados da Europa). Lá, daremos tempo livre para visitarem o castelo ou palácio que escolherem (como nosso passeio é privativo tem total liberdade de escolher qual palácio querem visitar :) depois seguiremos para o Cabo da Roca, o ponto mais ocidental da Europa continental) onde vão se encantar com a paisagem!!! e depois vamos para Cascais e também passaremos pelo Estoril. No final deixamos de volta no hotel.

Abordado o modo de estruturação da visitação no pacote do tipo *day trip* das agências e operadoras de turismo, cabe-nos discorrer sobre como está estruturado e operacionalizado a visita à Sintra num formato *day trip* em que o visitante chega de forma autônoma à Sintra, mas, ainda assim, conduzido, tanto pelas informações e sugestões das publicações de roteiros e guias turísticos, sobretudo pelo modo como se estão estruturados os caminhos e as operações necessárias à visitação. A opção de transporte que fizemos para ir à Sintra, sem o auxílio direto de intermediadores turísticos, foi a do trem (comboio), que, como vimos, parece ser a de maior recorrência, em virtude do que comentamos.

Chegando em Sintra, desembarcados na “estação de comboio de Sintra”, que já fica no “Centro Histórico”, como pode ser verificado no mapa 8, indicada pelo número 7, tivemos, basicamente, duas opções de nos dirigir aos itens considerados “valores fundamentais” da PCS, bem como à “Vila velha” propriamente dita, que, de fato, contém alguns dos valores referidos. Uma delas é fazer o percurso a pé, saindo da estação de comboio e se dirigindo ao centro da “vila velha”, o local mais usual de se iniciar a visitação; embora, esta forma encontre grandes limitações, uma vez que os itens patrimoniais de maior visitação, especialmente o Palácio da Pena e o Castelo dos Mouros, ficam localizados num dos pontos mais altos da Serra de Sintra, sendo incomum que se chegue até eles por caminhada, em que pese, haja o caminho para tanto e algumas pessoas, sobretudo os entusiastas das paisagens naturais, ainda assim o façam.

Uma outra forma, e, muito provavelmente, a mais utilizada, são os ônibus de transporte público de linha turística da empresa *Scott urb*, com ponto de partida ao lado da estação de trem, em dois circuitos: as linhas 434 (Circuito da Pena) e 435 (Villa Express) (ver imagem 28), fazendo um trajeto circular de maneira contínua, de uma forma que o visitante é levado a um determinado local por um destes ônibus e, com o mesmo valor de tarifa, já paga no início da

viagem, um outro ônibus, da mesma linha, recebe o visitante de volta e o leva para outro ponto turístico, previamente estabelecido, (ver gráficos 13 e 14) que entendemos não poder deixar de ser visto dentro de uma lógica de facilitação ao consumo cultural, bem como à uma disposição estrutural que favorece um fluxo de “positividade” contínuo, uma vez que tende não haver interrupções nem situações, ao menos não de forma ordinária, que possam proporcionar o contato com qualquer “negatividade” do cotidiano já anêmico do centro histórico de Sintra.

Imagem 28: Placa informativa sobre os “autocarros” das linhas turísticas 434 (circuito da pena) e 435 (villa express), localizada ao lado da “Estação de comboio de Sintra”.



Fonte: acervo pessoal.

Gráfico 14: Itinerário da linha turística de Sintra nº 435 (Villa Express)



Fonte: Sítio eletrônico da empresa scotturb

Gráfico 13: Itinerário da linha turística de Sintra nº 434 (Circuito da Pena)



Fonte: Sítio eletrônico da empresa scotturb

Há ainda outras empresas de transportes que operam por itinerários turísticos muito semelhantes, mas que também abrangem nichos de mercado menores, fazendo o transporte aos itens patrimoniais destacados como “valores fundamentais” da PCS, de menor visitação, com menos alcance e inflexão sobre o simbolismo de Sintra. No entanto, não observamos nenhuma dessas atuar no modelo de “circular fluxo contínuo”, como o que apresentamos; estas outras, operam tanto através de ônibus, em operação normal, bem como, por meio dos já famosos tuk-tuks. Porém, pensamos que devido aos valores das tarifas praticados serem muito díspares, variando de 2,55 euros, nos das linhas 434 e 435, chegando até 39 euros em alguns tuk-tuks, isso pode ser um dos motivos para que seja visivelmente bem maior o fluxo de turistas circulando através dos ônibus da empresa *scotturb*. Ressaltamos que não encontramos dados que pudessem sustentar nosso pensamento, tampouco explicar, de maneira mais própria, o cenário estabelecido.

Sobre esta forma mais autônoma, por assim dizer, de visitar Sintra, no formato *day trip*, ainda é pertinente observar que, recentemente, a partir de setembro de 2016²⁶³, novas estruturas foram implantadas pela CM-Sintra e a PSML, em parceria com a *Scotturb* e a Comboios de Portugal - CP, para pôr ainda mais celeridade às visitas deste perfil de turista, através de um arranjo de agentes políticos e econômicos, públicos e privados, que integrou tarifas das empresas mencionadas num bilhete de tarifação combinada, denominado “Sintra Green card” (ver figura 29), que, segundo a PSML, “proporciona uma visita mais sustentável e económica a Sintra, com maior rapidez de acesso e facilidade de circulação. Conjugando a viagem de comboio Lisboa – Sintra, o transporte no autocarro 434 em Sintra, entradas nos Palácios Nacionais de Queluz, Sintra e Pena e entrada num de cinco museus municipais.”²⁶⁴



Figura 29: capa do flyer informativo do “Sintra Green Card”, com chamada destacando o caráter *day trip* e as “facilidades” do uso bilhete: “Um dia, um destino, múltiplas vantagens.”

²⁶³ Disponível em: <<<https://www.parquesdesintra.pt/noticias/sintra-green-card-ja-esta-disponivel/>>>, acessado em: 19/11/2017

²⁶⁴ Disponível em: <<http://www.parquesdesintra.pt/wp-content/uploads/2016/09/Desdobavel_SintraCard_AF_site.pdf>> acessado em: 19/11/2017

Embora no período de trabalho de campo não tenhamos utilizado este bilhete, por ter sido implantado 1 ano após nossas visitas, nem tenhamos conhecimento sobre algum tipo de eventual reverberação em virtude desta nova estruturação de visitação turística de Sintra. A forma como estas empresas agruparam suas tarifas em um único bilhete, nos parece ser um bom exemplo de como os agentes políticos e econômicos se arranjam em torno da dimensão econômica do patrimônio. Para além de que, deste modo, aparentemente propulsionasse um padrão de conduta sobre a visitação, que em que pese este tipo de visitante, a princípio, não estivesse limitado aos itinerários e roteiros estabelecidos nos pacotes *day trip* das empresas operadoras do turismo, acabam sendo apresentados e levados à realizar uma espécie de modelo padrão de visitação sobre Sintra, muito semelhante ao das agências, especialmente quando se observa o itinerário e roteiro no âmbito do perímetro do centro histórico.

E então, pelas características da integração proposta pelo bilhete, nesse tipo de arranjo, não nos parece poder deixar de ser pensado também como uma situação em que se provoque ainda mais distanciamento do visitante (“eu”) sobre o cotidiano de Sintra, e, conseqüentemente, para com o “outro” sintrense, pois, se pensarmos que, desse modo, com a integralidade entre os serviços, tem-se, entre outros resultados, um tempo menor de espera, em filas, assentos de praças, nas ruas, etc.; e, muito em função disso, provável haver uma redução, ainda maior, de eventuais interações com o “outro”, lembramos do que salienta Han (2014), quando diz que,

A ação e a comunicação atingem a velocidade máxima onde o igual responde ao igual, quando tem lugar uma *reação em cadeia do igual*. A negatividade do *outro e do estranho*, ou a resistência do *outro*, perturba e atrasa a comunicação lisa do igual. A transparência estabiliza e acelera o sistema através da eliminação do outro ou do estranho. (p. 12)

As eliminações ou abrandamento das interações com o “outro”, como possíveis resultados dessa iniciativa, que em boa medida já ocorre, especialmente no modo de estruturação de visitação organizado pelas empresas de turismo, podem ser pensadas, por exemplo, quando os vendedores de comidas típicas que podem estar no caminho entre o desembarque do trem e a procura pelo ônibus turístico já não encontram espaço temporal para terem seus produtos típicos oferecidos à degustação, sobretudo aqueles que estão fora do roteiro de degustação da visitação turística, caso do “bolo saloio”, ou mesmo um pedido de informação para um residente, sobre uma edificação que esteja indo visitar, intuindo saber se o caminho está ou não correto, ou se aquela é mesmo a estrutura arquitetônica pensada; ou seja, algo que oportunize algum tipo de estabelecimento de contato, de um face-a-face, que produza qualquer reação imunológica com o “outro”. Por vezes, apenas um contato visual com determinadas

práticas das dinâmicas socioculturais do “*lugar* Sintra”, já se traduz num modo de provocar e oportunizar, de uma maneira mais autêntica e eficaz, pensando em Lévinas (2010), uma certa alteridade cultural.

Dito isto, deixando bem demarcado os modos como nos lançamos à visita e como chegamos à Sintra, pelas duas formas de estruturação de visita *day trip*, passamos agora para a observação de como ocorrem tais visitas, verificando as eventuais interações, tanto sobre os aspectos das dinâmicas socioculturais do lugar, quanto sobre o contato face-a-face do “eu” visitante, com o “outro” visitado, cientes de que ambas podem ocorrer simultaneamente. Ressaltando e relembrando que a descrição será feita como um todo de visitas, em que somente serão feitas referências distintivas, em que se permitam identificar os momentos da visita, quando assim entendermos que a situação exige. Tanto no que se refere ao período, se na época de baixa ou de alta temporada turística, como também sobre a forma de estruturação da visita, se através do pacote adquirido junto a uma agência turística, ou se pela forma mais autônoma, por assim dizer, auxiliado apenas pelas publicações e guias turísticos.

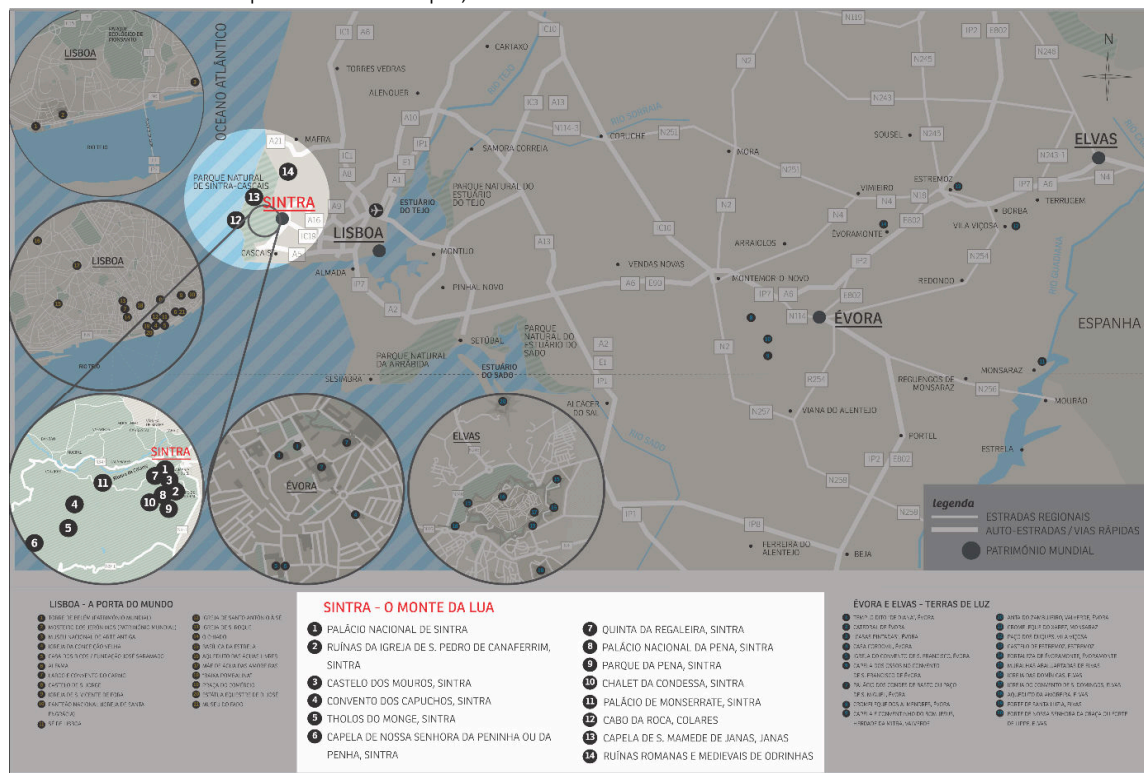
Como já salientamos, os itinerários e roteiros são basicamente os mesmos entre os dois tipos de estruturação de visita, no entanto, pensamos ser pertinente, para melhor entendimento e visualização, representar o percurso que fizemos sobre os dois modos de estruturação da visita num mapa (ver mapa 9), havendo pequenos acréscimos de sugestões de visitas e atividades, quando realizamos a visita auxiliados pelas publicações turísticas. Sobre isso, vale dizer que usamos, basicamente, o “Roteiro Turístico do Patrimônio Mundial | Lisboa – Sintra – Évora e Elvas” editado e confeccionado numa parceria da entidade turística do governo português, “Visit Portugal” com a Porto Editora, distribuído tanto em versão impressa, como em aplicativos para *smartphones*, que orienta para um itinerário turístico um pouco mais alargado, denominado “Sintra - O monte da Lua” (ver mapa 10), com um total de 14 elementos visitáveis, dispostos tanto na Vila, quanto na Serra. Verificamos algumas outras publicações do gênero e são todas muito parecidas entre si. Quase sempre indicando roteiros e itinerários de 1 dia, para visita de turismo cultural à Sintra.

Mapa 9: Percursos realizados no trabalho de campo,
em função das duas formas de estruturação das visitas e de seus roteiros e itinerários.
Com marcações dos locais visitados.



Fonte: Elaboração do próprio autor, com imagem de satélite obtida junto ao google maps.

Mapa 10: Em destaque, itinerário turístico “Sintra - O monte da Lua”



Fonte: Adaptado, para melhor visualização, do “Roteiro Turístico do Patrimônio Mundial | Lisboa – Sintra – Évora e Elvas” (Porto Editora, 2014)

Na visitação que realizamos com estruturação da forma mais autônoma que mencionamos, entendemos que fosse pertinente a dormida no local, para apreender e compreender analiticamente o cenário sintrense noturno, notadamente o do período da “baixa temporada”. E então, assim que desembarcamos do trem, caminhamos em direção ao hotel no qual fizemos a reserva, o “Sintra *Bliss House*”, estabelecimento hoteleiro edificado no âmbito do programa “Sintra *Inn*”, localizado no centro histórico de Sintra, na rua Dr. Alfredo da Costa, nº 15-17, bem próximo a estação de comboio e a Câmara Municipal de Sintra.

Como esta foi a ocasião em que estávamos visitando Sintra da forma mais autônoma possível, e no período de “baixa temporada” turística, neste pequeno percurso, entre a estação e o hotel, aliás, um dos dois momentos distintos entre as duas estruturações de visitação, tivemos a impressão, como um primeiro impacto, de que, ao menos neste trecho, Sintra estava “desocupada” (ver imagens 29 e 30), por assim dizer, como frequentemente ocorre num dia de domingo em muitas cidades do mundo, em que o cotidiano urbano desocupa-se, num sentido de que as responsabilidades do dia-a-dia estão numa espécie de descanso da rotina diária; poucas eram as pessoas a circular nas ruas, bem como poucos foram os indivíduos com estereótipo de turista (mochilas e malas, guias turísticos à mão etc.) que também desembarcaram. Foi difícil conseguir contato com algum residente que pudesse auxiliar sobre a direção correta do hotel. Ressalte-se que o desembarque foi feito numa quarta-feira, por volta das 9h da manhã, sem motivo aparente, mesmo um feriado ou data comemorativa de que tivéssemos conhecimento nas buscas que realizamos, que pudesse justificar tal cenário.

Imagem 29: Av. Dr. Miguel Bombarda, estação de Comboio de Sintra, centro histórico de Sintra.



Foto: Acervo pessoal do autor.

Imagem 30: Rua Dr. Alfredo da Costa, centro histórico de Sintra, imediações do Hotel “Sintra Bliss House”.



Foto: Acervo pessoal do autor.

Nos chamou também à atenção, um estabelecimento *fast food* de uma grande rede multinacional (ver imagem 31), instalado dentro das dependências do prédio histórico da estação de comboio, que, como a chancela de Sintra é do tipo Paisagem Cultural, não deixa de ser uma edificação salvaguardada ao amparo da lei e da convenção para o patrimônio mundial, para além de um grande restaurante de comidas típicas chinesas, ressaltando que não avistamos, nas proximidades, um estabelecimento, de forma visível quanto os citados, que comercializasse algum tipo de comida típica de Sintra. O que nos faz pensar que se um visitante ali desembarca, por este meio de transporte, precisando alimentar-se, as opções, mais à vista, são as culinárias de origem chinesa e/ou norte americana, aquém das típicas do local, que não deixam de constituírem-se como meio importante de referenciar e interagir com uma certa dinâmica sociocultural do lugar.

Imagem 31: *fast food* de uma grande rede multinacional, instalado dentro das dependências da estação de Comboio, centro histórico de Sintra.



Foto: Acervo pessoal do autor.

Realizado este pequeno percurso, seguimos com a observação participante de campo. A partir daqui, até o final dos percursos, lançamo-nos à visita de Sintra, através das duas estruturas de visita referidas, com percursos bastante semelhantes, com exceção de um rápido momento de diferenciação, já mais para o final dos percursos, pois, na forma mais autónoma, há um certo alargamento do itinerário; assim, mesclaremos as experiências tratando de ambas juntas ou separadamente, sempre que assim entendermos necessário.

Pelo que pudemos observar, as chegadas dos turistas para as visitas através de uma estrutura realizada pelas operadoras e agências de turismo, geralmente ocorre com início na “Praça República” (ver mapa 9), ponto mais central da “Vila velha” de Sintra, onde também se localizam o “Palácio Nacional de Sintra” e quase que a totalidade das lojas turísticas de “artesanato” e de alimentos. Sendo assim, o visitante tem reduzida a possibilidade de interagir com algumas dinâmicas que ocorrem no principal meio de chegada à praça mencionada, estamos nos referindo à “Volta Duche” (ver mapa 9).

E embora os visitantes que chegam à Sintra, associados às agências de turismo, tenham à visita deste caminho dificultada pelo local de parada inicial, ainda assim, num curto intervalo de tempo, em geral de 20 a 30 minutos, que nos roteiros é programado para circulação e visita da praça e arredores da “vila velha” e/ou do palácio de Sintra, vimos muitos destes turistas se deslocando para este ponto, sobretudo para fotografar a “Fonte Mourisca” (ver mapa 9), importante elemento histórico da PCS, já mencionada no capítulo 2, bem como, para adquirir alguns itens de artesanatos que nos pareceram ser de cultura *hippie*, para além do que, como é em boa parte dos locais de grande visita turística pelo mundo, as “lojas turísticas de artesanato” comercializavam itens, em boa medida, produzidos em países asiáticos, e uma boa parte sem qualquer relação direta com temáticas da cultura sintrense, com artigos recorrentes em muitas localidades turísticas de Portugal (ver imagem 32).

Podendo ainda ser mencionado, sobre este aspecto, a verificação de um conteúdo comercial que entendemos ainda mais alheio ao cenário, uma loja da “Ale-Hop”²⁶⁵ (ver imagem 33), rede multinacional, de origem espanhola, que comercializa diversos artigos “diferenciados e originais” para presentear, bem como alguns *souvenirs*, de várias partes do mundo, além de também ser uma espécie de lanchonete, que, como observamos, disputa a atenção dos turistas, em relação as outras lojas, de forma muito veemente.

²⁶⁵ <http://valenciaplaza.com/ale-hop-de-quien-es-la-famosa-vaca>

Imagem 32: Lojas turísticas de “artesanato”, centro histórico de Sintra.



Foto: Acervo pessoal do autor.

Imagem 33: Loja “Ale-Hop”, centro histórico de Sintra.



Foto: Acervo pessoal do autor.

O grupo que estivemos reunidos, para a visita estruturada pela agência de turismo, foi composto de 12 pessoas, de diversas nacionalidades, e talvez por se tratar de um pacote *day trip* mais “privativo”, pela quantidade de pessoas, como já explicamos, e, portanto, de maior facilidade em conter e manejar os visitantes, por parte dos operadores turísticos, pudemos começar o percurso de visita à Sintra pelo início da “volta Duche”. Isso não nos impediu de termos contato e de nos misturarmos a outros grupos de turistas, uma vez que, desde o início da “volta duche” até o “Palácio Nacional de Sintra”, a quantidade de visitantes era muito grande, no instante em que fizemos o itinerário no contexto da “alta temporada” turística, situação

bastante diversa de quando visitamos Sintra, de forma mais autônoma, na “baixa temporada” turística, num contraste que buscamos deixar bem observável através da visualização das imagens de número 34 e 35, com fotografias feitas do mesmo local em cada um dos momentos. Ressaltando que as fotografias, quando foram tomadas para efeito de comparação, mereceram o cuidado de se observar a maior aproximação possível das variáveis que podiam muito influenciar no sucesso ou não deste efeito, especialmente, sobre os dias da semana, o horário e até mesmo o clima.

Imagem 34: “Volta duche”, no período de “baixa temporada” turística, centro histórico de Sintra.



Foto: Acervo pessoal.

Imagem 35: “Volta duche”, no período de “alta temporada” turística, centro histórico de Sintra.



Foto: Acervo pessoal.

Percorrendo a “volta duche”, chegamos à “Praça República” (ver mapas 9 e 11), o coração, por assim dizer, da “Vila Velha” de Sintra, como também se constitui num dos focos mais importantes das operações comerciais que se apoiam no turismo de consumo cultural de massa. Para além de, particularmente, entendermos, após o trabalho de campo concluído, que, pelas suas características espaciais, de um aglomerado de edificações que, em tese, são residenciais, este poderia ser o mais adequado local para uma interação entre o “eu” visitante e o “outro” visitado, numa forma que poderia ter um potencial de oportunizar uma relação de alteridade análoga ao que intui Lévinas (2010), num contato face-a-face em que tanto o “eu” como o “outro” tivessem uma duração de tempo suficiente e adequada interação sociocultural, para conformar e configurar uma certa “ética da alteridade”, em que um, conseguisse se perceber culturalmente no outro, de um modo reflexivo, bem como, o processo inverso.

Mapa 11: Imagem de satélite da “vila velha” de Sintra (núcleo do centro histórico).
Com marcações indicando a “Praça República”, o “Palácio Nacional de Sintra” e o principal aglomerado de lojas turísticas.



Fonte: Elaboração do próprio autor, com imagem de satélite obtida junto ao google maps.

Isso, precisamos relembrar, é uma propositura, em grande medida, da ONU, no âmbito dos propósitos mais essenciais da entidade, que delegou à UNESCO a função de, através da

cultura como também da educação, promover uma “cultura de paz entre os povos”, difundindo as distintas culturas e como elas são complementares entre si, por mais dissonantes que pareçam ser ou que realmente sejam. Que se não podemos discutir no campo do devir, pensando nos propósitos da entidade, também por eles, não podemos deixar de notar analiticamente, sendo este, em grande medida, o trabalho da sociologia, que o cenário que tem se constituído em Sintra, especialmente em virtude do “processo de patrimonialização mundial”, tem qualquer aproximação com o que já salientava Boaventura de Sousa Santos (1997), ao mencionar que o patrimônio comum da humanidade foi a doutrina mais inovadora, no sentido do estabelecimento de um tipo de entendimento próprio entre as diversas culturas, sendo também a mais vilipendiada delas. Entendendo, sobre o que, em muito, compartilhamos, que os interesses dos arranjos políticos e econômicos são parte significativa neste processo.

Desse modo, pensando no que dissemos, é precisamente neste ponto, que, de um modo geral, o turista que vem à Sintra através da estruturação de visitação de agentes de turismo, tem, no máximo, 30 minutos para ter um contato com o cenário, inevitável de se dizer que se trata mais de um contato com o que pode ser consumido. Foi o tempo que também tivemos, quando não estivemos lá pela visita de forma autônoma, já quando dessa forma lá estivemos, ficamos em torno de 1 hora e 30 minutos, o que também não eleva exponencialmente a condição de se estabelecer com o contexto cultural do “*lugar Sintra*” uma importante relação de alteridade. Neste caso, verificando também que a anemia, por assim dizer, de dinâmicas socioculturais do lugar, bem como a escassez de residentes, contribuem para a conformação do cenário.

De certo, sobre a visitação, em qualquer dos casos, para esse ponto do percurso, a orientação tanto das publicações turísticas (guias e roteiros), como as dos itinerários das agências de turismo é de que sejam visitadas algumas ruelas e vielas da vila, em que se encontram algumas lojas turísticas e de culinária típica (ver imagens 36 e 37), a mais tradicional delas a “Piriquita” (ver mapa 9), uma antiga fábrica de queijadas, como também o “Palácio Nacional de Sintra”, mais uma vez, orientando-se, em grande medida, ao consumo cultural.

Imagem 36: Placas e letreiros de lojas turísticas de artesanatos e de culinária típica na “rua das padarias”, centro histórico de Sintra. A esquerda, destaca-se, em amarelo, a placa da fábrica de queijadas da “Piriquita”, em atividade desde 1862.



Foto: Acervo pessoal.

Imagem 37: Turistas aguardando entrada na casa de queijadas “Piriquita”, centro histórico de Sintra.



Foto: Acervo pessoal do autor.

Neste ponto do percurso, observamos algumas situações bem demarcadas, pelo que entendemos reforçar, em parte, o que discutíamos nos parágrafos anteriores. O forte *gap* de visitantes entre a “baixa temporada” e “alta temporada” turística, possibilitou-nos visualizar de forma evidente como a “vila velha” é pouco habitada, de certo, a impressão que nos causou é de que não há uma vida cotidiana, ainda que moderada, naquele espaço, não há dinâmicas socioculturais, que, de algum modo, possam animar o ambiente para além dos momentos das

chegadas dos visitantes em grandes grupos, o que há é uma espécie de cenário montado, em que, de tempos em tempos, notadamente e com maior intensidade entre os meses de julho a setembro, alguns indivíduos assumem seus lugares para, sobretudo, tratar de relações comerciais de consumo, tanto nas lojas como nas consideradas “atrações turísticas”. Dizemos isso tanto em direção ao visitante, mas sobretudo, para aqueles que ali fazem o papel de comerciantes; e mencionamos assim, sem usar o termo “residentes” pois, em alguns breves questionamentos que fizemos quando adentrávamos em algumas destas lojas, verificamos que alguns destes não residiam na vila, por vezes nem mesmo no concelho de Sintra.

Neste ponto, ainda cabe aprofundarmos que quando estávamos dentro das lojas, observando a relação que se dava entre os turistas e os atendentes, víamos, de um modo geral, uma interação social como uma outra qualquer, bastante formal, em que, p.ex., quando muito ocorre, se solicita uma informação sobre um determinado produto, há breves explicações, sem maiores envolvimento de base cultural na explanação, mesmo porque algumas vezes o produto não tem qualquer relação com algum tipo de hábito ou dinâmica sociocultural de Sintra, e, posteriormente, efetua-se o pagamento e, então, tanto a relação da operação comercial está encerrada como também a interação social. Nas casas de venda de comidas típicas, vimos um esboço de uma interação um pouco menos formal, na casa de queijadas “Piriquita”, p.ex., as perguntas sobre a origem do nome da casa e a história dos doces ali vendidos, rendem breves minutos de uma interação em que se pode observar uma troca de conteúdo para além do meramente comercial.

No entanto, a fila que se forma para adentrar à casa e comprar os doces, exige dos vendedores que tenham uma postura, digamos, com um pouco mais de “positividade”, no sentido de Han (2014), e isso, já tende a inviabilizar ou perturbar uma mínima condição de, num conhecimento da cultura do “outro”, através dele próprio, a negatividade deste se relacione, de algum modo imunológico, com o “eu” visitante.

Neste sentido, a visitação estruturada de forma autônoma, nos proporcionou uma condição mais alargada de estabelecer um contato deste tipo, sem que um forte coeficiente de consumo pelo tempo, nos fosse impresso, especialmente porque, importa reiterar, na visitação que fizemos desse modo, a estação turística era de baixa temporada. Em que pese, se observamos os postulados de Lévinas (2010), sobre a “ética da alteridade” e os de Han (2014, 2012, 2009) sobre a ausência da imunologia do outro atópico, na sociedade contemporânea, veremos que, muito provavelmente, qualquer “passeio”, de um dia, por mais tópico que possa ser o lugar, no sentido aristotélico da expressão, não tende a provocar os efeitos que a UNESCO

intui, em boa medida, quando chancela um item cultural de determinado povo, como de valor excepcional e interesse comum da humanidade.

Na observação da visita ao “Palácio Nacional de Sintra”, edificação áulica que tem de área útil aproximadamente 2500 metros quadrados²⁶⁶, com uma inflexão sócio-histórica sobre Sintra de caráter milenar, que, em boa medida, estruturou a constituição da vila, bem como, guardando uma importância para Portugal, em seus reinados, proporcional às suas dimensões, como já vimos no capítulo anterior, o que observamos foi que a sua visita, para além de muito célere, pensamos que muito em virtude de processos vistos anteriormente, nas lojas turística, numa duração que não excedeu, nas nossas experiências os 30 minutos, o que se confirma num mecanismo de estatísticas de “horários de maior movimento e duração da visita” da *google*²⁶⁷, que refere que “as pessoas costumam permanecer naquele local por volta de 25 a 40 minutos”, sem um suporte didático suficiente, com placas descritivas bastantes sucintas e sem conteúdo sócio-histórico (ver imagem 38), para além da ausência de totens interativos informativos, que permitam dar uma compreensão mais alargada aos visitantes do quão significativo e crucial, para as dinâmicas socioculturais do “*lugar Sintra*”, é esta edificação, tudo isso tem sua exceção nas visitas guiadas, sem agendamento, porém que tem seus horários pela tarde, em turno contrário ao de maior fluxo de visitantes, aqueles do tipo *day trip*, que fazem a visita ao Palácio de Sintra no turno da manhã.

No entanto, em que pese a celeridade da visita ao palácio, mesmo em qualquer época turística (alta ou baixa), talvez não seja tão surpreende, pelas posturas que, já buscamos demonstrar, assumem o “eu” visitante e o “outro” visitado, notar que a loja de vendas de artigos locais, em todas as nossas visitas, invariavelmente, esteve com visitantes a render demorados minutos, do seu escasso tempo de visita, ao consumo de vários itens (ver imagens 39 e 40).

²⁶⁶ <https://www.parquesdesintra.pt/area-profissional/aluguer-de-espacos/palacio-nacional-de-sintra/>

²⁶⁷ **Horários de maior movimento e duração da visita [...] sobre os dados da visita**

Para determinar os horários de maior movimento e a duração da visita, o Google usa dados agregados e anônimos de usuários que ativaram o Histórico de localização do Google. Os horários de maior movimento e a duração da visita serão exibidos para a sua empresa se ela receber visitas suficientes desses usuários. Não é possível adicionar essas informações manualmente ao seu local. Além disso, é possível que você não as veja se o Google não tiver dados de visita suficientes para a sua empresa.

Os dados de visita podem incluir:[...] **Duração da visita:** mostra quanto tempo os clientes normalmente passam no seu local. A duração se baseia nas visitas dos clientes ao seu local nas últimas semanas. << <https://support.google.com/business/answer/6263531?hl=pt-BR> >>

Imagem 40: Fila para adentrar à Loja de artigos locais e souvenirs do “Palácio Nacional de Sintra”.



Fonte: Sítio eletrônico PSML. Foto: Autor desconhecido.

De um modo geral, as situações de relação e interação observadas, se deram de um modo muito rápido, de parte a parte, e por vezes em uma operação que se assemelha, na repetição dos procedimentos, ao modo fordista de produção, por assim dizer, muito em função da quantidade de turistas para o atendimento, bem como, ao exíguo tempo que é determinado aos visitantes dentro do itinerário preestabelecido, cientes de que há outros fatores que se inclinam sobre este cenário. Pensamos que este contexto, tal como é, tem resultado em uma interação sociocultural menos duradoura e bastante formal, na medida de uma qualquer relação comercial, e, portanto, não se vê facilmente muitas oportunidades para que um sintrense, possa dizer algo, p.ex., sobre todo um simbolismo de magia, misticismo e romantismo que há no local através de diversos elementos da vila e/ou da serra, ou ainda, contar uma das várias lendas que são transmitidas a séculos, em meio ao cotidiano dos moradores.

Neste sentido, se faz bastante pertinente relatarmos, que numa de nossas visitas, encontramos em processo de conclusão e de inauguração o “Centro Interativo e Interpretativo Sintra Mitos e Lendas” (ver imagem 41), uma instalação localizada numa edificação histórica da vila, distante aproximadamente 100 metros do “Palácio Nacional de Sintra” considerado,

pela CM-Sintra, à época, “a mais recente atração turística do Centro Histórico”²⁶⁸, uma espécie de museu virtual interativo que visa contar, basicamente de forma holográfica, as lendas, histórias, aspectos e características que envolvem todo um imaginário e simbolismo de Sintra. De certo modo, sobre muito daquilo que se adensou durante as “ambiências” que destacamos no capítulo anterior, no que denominamos analiticamente de “Aura de Sintra”.

Um local que foi definido pela entidade, como um espaço que “convida a uma viagem pelo misticismo, segredos e romantismo da vila, através da história, música e literatura, com recurso a cenografia, técnicas multimédia e experiências sensoriais, num percurso que, em 17 espaços, cruza a realidade e a ficção a várias dimensões [...]”²⁶⁹, ao custo de 4,50 euros a entrada, por visitante adulto, e que, segundo o então presidente da “Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa ERT-RL”, Vítor Costa, em entrevista à “Agência Lusa”, “constitui-se numa forma lúdica de despertar o interesse dos que já visitam Sintra para os equipamentos reais da vila. **Faz parte de um plano estratégico de atração turística** que temos para a região e acreditamos que será um sucesso”²⁷⁰ (Grifo nosso).

imagem 41: Fachada do edifício que abriga o “Centro Interativo e Interpretativo Sintra Mitos e Lendas”, centro histórico de Sintra. Fonte: CM-Sintra.



Foto: Autor desconhecido.

²⁶⁸ <http://www.cm-sintra.pt/mitos-e-lendas-de-sintra-em-espaco-interativo>

²⁶⁹ <http://www.sintraromantica.net/pt/museus/sintra-mitos-e-lendas>

²⁷⁰ <https://www.publico.pt/2015/07/31/local/noticia/museu-interativo-abre-portas-em-sintra-para-mostrar-mitos-e-lendas-da-vila-1703730>

Pensando nos cenários ilustrados, de acordo com Han (2012), há que se ter a “sedução do outro atópico”, para que uma relação entre o “eu” e o “outro”, i.e., uma conformação de alteridade, não se atrofie para um mero consumo de um outro exótico, que, assim, ainda pensando no autor, acaba se tornando num igual, em um certo sentido imunológico, que então não tem a capacidade de perceber e compreender as suas negatividades e, por conseguinte, estão suscetíveis aos trabalhos de atribuição de uma positividade em uma “lógica de consumo” (BAUDELAIRE, 1989), neste caso, para um fluxo ainda maior e ordenado do “consumo cultural” (CANCLINI, 2000).

Uma construção filosófica que nos aparenta ter uma certa verificação empírica, muito própria, em algumas das situações que elencamos até aqui, no contexto turístico de Sintra, especialmente nos momentos de interação ocorridos na “Praça República” e no “Palácio Nacional de Sintra”, com um grau de intensidade que pode ser ainda maior, ao observarmos o “Centro Interativo e Interpretativo Sintra Mitos e Lendas”, necessitando de nova visita para análise, pelas características de certa dispensabilidade da figura do “outro”, como pudemos notar, o que inviabilizaria, pelos pensamentos de Lévinas (2010) e Han (2012, 2014, 2010), boa parte das tentativas de estabelecer uma conformação de alteridade, encontrando nos interesses comerciais e nos de consumo, de parte a parte, os de primeira ordem, com motivação bastante parca pelo conhecimento aprofundado da cultura do “outro”, do “*lugar* Sintra”, através do próprio sintrense, em que se não se verifica uma apreensão do que é estranho ao “eu”, não se compreende o que lhe é próprio, nem o que lhes pode ser comum, de um modo que poderia configurar, então, uma certa “ética da alteridade”.

Saindo da ‘vila velha’, fomos guiados, nos dois modos de estruturação de visita, a conhecer locais que se constituem como edificações únicas e, por vezes, isoladas, alguns destes tendo parques e jardins anexos, caso no caso do mais emblemático deles o Parque e o Palácio da Pena, com uma área paisagística bastante significativa, tanto em tamanho, como em importância ambiental, com rica flora, de exemplares raros em Portugal. Recordamos que em muitos dos pacotes *day trip* das operadoras e agências de turismo que pesquisamos, este destino era o último a ser visitado no âmbito do perímetro do centro histórico de Sintra, o que ocorreu também no nosso caso. Sobre isso, destaque-se que tivemos acesso a outros itens da PCS somente através da visita estruturada de modo mais autônomo, valendo-nos, para tanto, dos transportes das linhas turísticas já mencionadas.

Além da edificação “Parque-Palácio” da Pena, ainda visitamos, com estas características, o Monserrate, já não sendo parte do itinerário mais comum do pacote *day trip* das agências de viagem. Sobre estes dois itens e as particularidades de possuírem parques e jardins, adiantamos que não visualizamos uma massiva visitação sobre estes espaços, sendo o volume de pessoas que observamos neles expressivamente menor do que os que fazem a visitação e o consumo cultural dos elementos arquitetônicos que neles se inscrevem, sem que precisemos adentrar em possíveis justificativas, para além das que entendemos e já discutimos em nosso primeiro capítulo, que trata do interesse em um certo *status*, que podem ter esse tipo de patrimônio, como marcadores sociais. O palácio da Pena

Os outros elementos da PCS visitados – “Castelo dos Mouros”, “Quinta da Regaleira”, “Palácio de Seteais”, são edificações únicas, fechadas e/ou de difícil acesso por caminhada, tais quais o “Palácio da Pena” e o “Palácio de Monserrate”, em que não há condições de se estabelecer dinâmicas socioculturais próprias de um cotidiano urbano, e onde o fluxo de indivíduos que são residentes em Sintra, é, basicamente, dos funcionários que os operam e os controlam, i.e., sem um meio de relações sociais, sem vida própria, portanto, de pouco provável condição de constituir uma relação plausível entre o “eu” visitante e o “outro” visitado, e de possibilidade realmente nula se pensarmos na conformação de uma “ética da alteridade”, no sentido de Lévinas, onde a presença do “outro” no contato face-a-face com o “eu”, é condição *sine qua non*.

Constituindo-se, então, nesse ponto de vista, como objetos arquitetônicos patrimoniais, que nos parecem ter uma disposição mais ampliada para o consumo cultural, do que propriamente como um recurso meio para uma tentativa de produzir entendimentos entre os distintos povos, de parte a parte, de que há elementos da cultura sintrense que, de algum modo, reverberaram sobre diversas culturas, bem como, que há elementos de Sintra que já são fruto da ressonância de outras culturas, e ainda que persiste uma distinção cultural singular que marca Sintra como um cenário único, o que faz a UNESCO entender que, assim, constitui-se como um item patrimonial de “valor excepcional universal”. Num princípio de mútua percepção de suas alteridades como também de suas aproximações.

Aceitando que os restantes dos elementos constantes nos percursos configuram-se dessa forma, não entendemos ser necessário descrever a análise da observação participante de cada um deles, mesmo porque, após ser feita a apreensão empírica destes, entendemos que o que teríamos a descrever, analiticamente, seria uma espécie de mais do mesmo, pensando na compreensão que precisamos para nossa análise.

Portanto, em virtude do que foi explanado, pensamos que o mais adequado elemento para ser observado e descrito em nossa análise, dentre todos os elementos e aspectos que são operados pelos agentes e operadores do turismo cultural em Sintra, no âmbito do que foi chancelado pela UNESCO, através da PCS, seria o “Palácio da Pena” (Ver mapa 9), especialmente por ser este o elemento arquitetônico de Sintra, que recebe a maior quantidade de turistas durante o ano, e que, de acordo com pesquisa realizada por Ana Rita Fernandes Cebola (2014), em trabalho de dissertação de mestrado, é aquele que, para os turistas que a visitam, mais bem comporta uma imagem referida sobre a Vila de Sintra, ainda que, a rigor, não esteja nos limites dela; mais até do que aspectos de caráter imaterial, como a “natureza em volta”, a “calma” e ou a “beleza”, constituindo-se, também, ainda segundo a autora, no mais comum símbolo de associação ao patrimônio sintrense, pelos turistas.

Desse modo, fizemos algumas visitas à Pena, na posição de observador participante, com os mesmos propósitos de análise quando nos lançamos aos outros pontos sugeridos nas publicações dos roteiros e guias turísticas e nos itinerários das agências de viagem, especialmente a da que contratamos, atentos ao fato de que este é o ponto de maior atenção turística em grande parte dos modos de estruturação de visitação à Sintra, neste caso, não apenas os dos pacotes *day trip*.

Como o local tem acesso exaustivo para uma caminhada, uma vez que fica num dos cumes mais altos da Serra de Sintra, a forma mais prática e mais usual de se chegar lá é por meios automotivos, nas visitas que fizemos, não visualizamos nenhum visitante enfrentando o percurso à pé, os grandes ônibus, que em geral trazem os turistas que se vinculam a algum pacote do tipo *day trip*, para grandes grupos de estrangeiros, são responsáveis por desembarcar o maior contingente de visitantes.

O fluxo de turistas no local, mesmo no período da baixa temporada, é bastante significativo (ver imagens 42 e 43), sobretudo se pensarmos no que vimos nos outros locais de visitação, e observando a permanência de alguns ônibus no local, chegamos a um rápido entendimento de que os visitantes se fixam naquele local por ao menos 60 minutos, no caso dos grandes grupos. Para confortar isso, novamente recorremos aos mecanismos de estatísticas da Google, “horários de maior movimento e duração da visita”, que no caso do Palácio da Pena, indica-nos que “as pessoas costumam ficar [por] 45 min a 2 h”. Nesse sentido, é importante salientar, que este é o único item patrimonial de Sintra que possui restaurante e cafeteria integrados às suas dependências, que, em nossas visitas, sempre estiveram com um volume considerável de pessoas (ver imagem 44), para além da loja de artigos locais.

Imagem 42: Visitação ao “Palácio da Pena”, na “baixa temporada” turística.



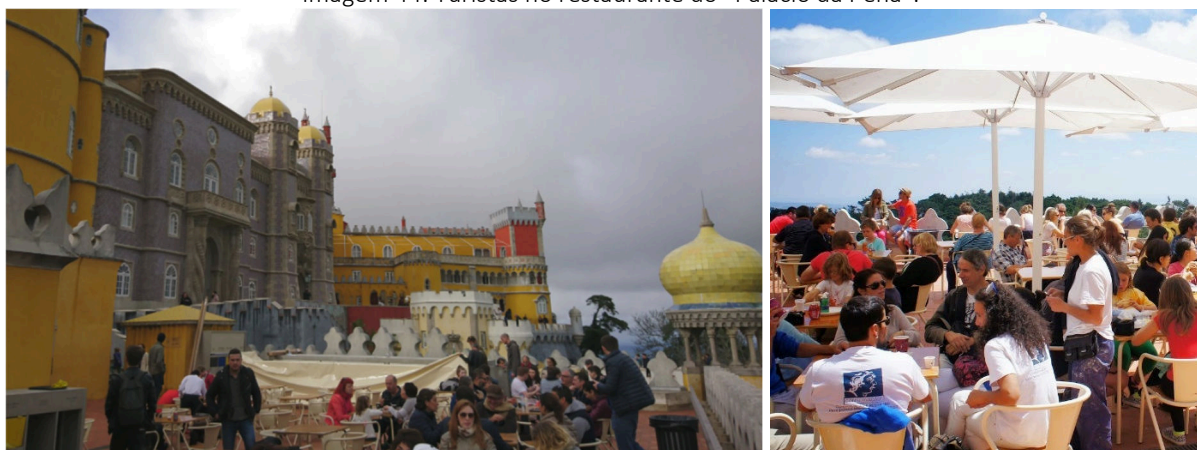
Foto: Acervo pessoal

Imagem 43: Visitação ao “Palácio da Pena”, na “alta temporada” turística.



Foto: Acervo pessoal

Imagem 44: Turistas no restaurante do “Palácio da Pena”.



Fotos: Acervo pessoal

Embora essa seja uma característica que bem poderia ser marcada como parte dos motivos que fazem com que o visitante se fixe um pouco mais no local, em relação aos outros itens da PCS, para além de algumas outras que podemos elencar aqui, como o seu terraço, que proporciona uma vista panorâmica sobre toda vila, bastante concorrido, e/ou ainda o próprio caráter de extraordinária relevância sócio-histórica, que guarda aquela edificação, com um momento da biografia sintense de significativa importância na constituição de um todo sociocultural do “*lugar* Sintra” e, de certo, de sua dinâmicas cotidianas, ao menos no contexto da “*ambiência* histórico-filosófica”, que reverberou ao longo dos anos, sendo o que, em grande medida, levou à UNESCO a considerá-la um elemento de fundamental importância cultural para todos os povos, é mister salientar, que todo esse conteúdo, da forma como está disposto, que bem serve para uma experimentação turística, por assim dizer, numa certa apropriação da indústria do turismo cultural de massa, cabe numa equação que é orientada e gerida, por um conjunto de agentes políticos e econômicos.

No que, pelas características das atividades desenvolvidas, pelos operadores, que discutimos aqui, no âmbito da PCS, não podemos deixar de pensar que estão fortemente inclinados à uma otimização da equação de recursos *versus* tempo, em que o resultado pode ser verificado no sucesso constante do aumento do número de visitas e de arrecadação, para isso, sobretudo observa-se a forma com que conduzem o turista, tanto na estruturação de um tipo de turista mais autônomo, com sua autonomia testada em muitos instantes, quando, p.ex., vê uma limitação para sua visita, em virtude do tempo de possibilidade de permanecer “fora, dos ônibus” do tipo *Hop on Hop off*, que não pode exceder duas horas, mas, sobretudo quando se observa a estruturação pelas operadoras e agências de turismo, que têm determinados roteiros com determinações de horas de um modo padrão, em que se é oportunizado ao visitante um

período de tempo necessário em função de um certo consumo, que neste caso pode ser o do restaurante, da cafeteria, da loja e outras coisas mais que possam ser consumidas.

Pelo lado dos agentes mencionados anteriormente, podemos pensar nestas questões, que entendemos causar os maiores impactos, no âmbito da hipótese que aventamos para nossa problemática. No entanto, não nos parece profícuo, para o entendimento do nosso problema de pesquisa, deixar de observar analiticamente a postura com que o visitante se aloca sobre os itens patrimônios culturais de Sintra, e, de certa forma, sobre um cenário sociocultural do lugar. Especialmente o “Palácio da Pena”, ícone de uma “paisagem cultural” chancelada, como tal, pela UNESCO, num princípio de uma “comunidade humana comum”.

Assim, em nossas observações, verificamos que a postura dos visitantes da Pena, tem certa proximidade com aquelas que discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, que não deixam de ser as que já havíamos elencado nos parágrafos anteriores, com melhor visualização nos trechos, dos percursos realizados, em que estão as lojas turísticas, os bares e as cafeterias, a “Praça República”, e o “Palácio Nacional de Sintra”.

Não são poucos os turistas que incessantemente buscam um melhor ângulo para sua foto, tanto do monumento de forma isolada, mas, sobretudo, pelos chamados *selfies*, (ver imagem 45), Monumentos grandiosos e chancelados pela UNESCO, são, muitas vezes, de bastante interessante como “marcadores sociais”. Como reforço ao cenário, tal postura também foi observada no “Castelo dos Mouros” (ver imagem 46). O tempo dedicado à permanência na loja, bem como, o período empreendido no restaurante, também não nos parece que podem ser deixados de serem vistos como mais um aspecto por meio do qual pode se compreender a postura do visitante para com o patrimônio e a cultura sintrense.

Imagem 45: Turistas em momento de fotografar, no “Palácio Nacional da Pena”.



Fotos: Acervo pessoal.

Imagem 46: Turistas em momento de fotografar, “Castelo dos Mouros”.



Foto: Acervo pessoal.

Concluída a observação deste ponto do percurso, seguimos, nos dois modos de estruturação das visitas, para os itinerários preestabelecidos ou para as sugestões indicadas pelas publicações de guias e roteiros turísticos mencionados. Reforçando que já nos lançamos para essa tarefa cientes, como dissemos, que nosso enfoque analítico teria uma satisfação investigativa até a observação participante do “Palácio da pena”, ainda assim, é pertinente mencionar, que os outros locais que estivemos, ainda dentro dos percursos mencionados, já para além da Pena, podem bem ter suas observações analíticas ilustradas pelo que já nos debruçamos em análise. Ainda cabe dizer, rapidamente, sobre a vida noturna em Sintra, que nos propusemos à análise, em virtude da decisão de dormir na Vila, em razão do modo como fizemos a estruturação da visita, quando não estivemos associados ao itinerário das operadoras e agência de turismo.

Portanto, como já sabemos, essa estruturação foi realizada em função da baixa temporada turística, talvez por isso, o que encontramos na noite de Sintra, não foi nada além do que alguns poucos bares abertos, com ruas com pouquíssima movimentação (ver imagens 47 e 48), especialmente a partir das 19h, talvez pelo fato de que os itens culturais visitáveis da PCS, encerram suas atividades, de um modo geral, às 18h. Esta situação, só nos reforçou que a vida cotidiana na vila de Sintra e, conseqüentemente, suas dinâmicas socioculturais próprias, padece de uma espécie de “anemia” social, a Vila, realmente tem se demonstrado desabitada, para além de que, o turista que vem a Sintra e dorme na vila, ao menos na época da “baixa temporada” turística, não nos parece poder ter muitas oportunidades de interagir, de forma satisfatória, com

o “outro” sintrense, pensando numa relação de alteridade pelos postulados de Lévinas (2010) ou mesmo de Han (2014, 2012).

Imagem 47: Sintra à noite, na “baixa temporada”, Volta Duche, há 50 metros da “Praça República” e do “Palácio Nacional de Sintra”.



Foto: Acervo pessoal.

Imagem 48: Sintra à noite, na “baixa temporada”, “Praça República”.



Foto: Acervo pessoal.

De todo modo, concluindo esta etapa empírica da nossa investigação, e pensando num todo analítico, o que não verificamos na observação do destino turístico “Palácio da Pena”, como de regra nos outros espaços visitados, tendo significativa relevância, foi uma oportuna relação e/ou interação, que pudesse se estabelecer entre o “eu” visitante e o “outro” visitado de Sintra, num sentido de uma conformação de alteridade, em que se fosse possível, de uma forma mínima, no entanto, satisfatória apreender, na experiência da visita de Sintra, por uma

demarcada e essencializada situação de dinâmica sociocultural cotidiana qualquer que fosse, juntamente com a espacialidade peculiar do local, algo do que é ou do que foi o “*lugar* Sintra”, não apenas de seus elementos de pedra e cal, mas de tudo aquilo que adensou-se no que denominamos de “Aura de Sintra”, e que, em boa medida, é o que fez a UNESCO associá-la como um meio de buscar apurar os seus fundamentos e princípios basilares.

Isso, para que talvez fosse possível contornar uma espécie de “frieza” sociocultural observada, que é tal qual, no nosso modo entender, muito em virtude da deficiência no contato com o elemento mais vivo de um todo cultural, i.e., as pessoas, em atividades cotidianas, que somadas em suas “negatividades” do dia-a-dia, constituem as dinâmicas socioculturais de cada “lugar”, estas, que, por sua vez, sofrem de uma certa anemia de animação sociocultural, por assim dizer, que entendemos ser, muito em função de situações resultantes do “processo de patrimonialização de Sintra”.

De certo, um processo que, se estamos entendendo de modo adequado o que tem ocorrido em Sintra, pode ser encontrado, por ecos de similaridade, em muitos outros locais de caráter semelhante, chancelados pela UNESCO fundamentalmente por conterem um caráter de *tópos*, sempre num sentido aristotélico, bem como num certo sentido sociológico (“lugar”) (LEITE, 1997), recaindo com especial atenção sobre as paisagens culturais, tipologia do patrimônio mundial que tem como requisito grande disposição às características que mencionamos; de certo, estamos nos referindo ao que estamos aqui denominando de “Atopia consumível do patrimônio mundial”, ao modo do que viemos discutindo até aqui.

Entendemos existir um elemento fundamental neste processo, para o “bem” ou para o “mal”, sem com isso afastar a importância dos outros elementos que o compõem; mais uma vez, deixamos marcado que o elemento vivo de um patrimônio cultural, i.e. as pessoas, em suas dinâmicas socioculturais cotidianas, especialmente nos itens patrimoniais paisagem cultural, são muito possivelmente determinantes para o “bem”, ou dito de outro modo, para o “sucesso” da empreitada das indústrias do turismo e dos arranjos políticos e econômicos que operam na dimensão econômica patrimonial. Especialmente, quando este elemento, de todo modo, não interfere de forma veemente, tanto no percurso de aporte de um *modus operandi* destes arranjos, mas, sobretudo, no percurso físico propriamente dito, nestes que percorremos na nossa observação empírica, dispensando ou não desejando, nesses caminhos, alguma “negatividade” do “outro”, que bem poderia oferecer ao turista algum tipo de situação que “prejudicasse” a positividade necessária ao consumo cultural.

Isto, em tese, é para o bem (êxito) dos agentes que se ligam de algum modo às indústrias do turismo cultural de massa. Salientando que, no caso de Sintra, como vimos, dois de seus grandes agentes, de certo os maiores, são entidades públicas ou empresas de capital público, respectivamente a CM-Sintra e a PSML, que, de algum modo, são cientes das questões que reverberam sobre o *campus* sociocultural da vida cotidiana da vila, verificado, p.ex., numa frase dita pelo atual presidente da CM-Sintra, Basílio Horta, na ocasião da comemoração dos 20 anos da chancela de Sintra pela UNESCO, ao afirmar ter convicção de que “não há paisagem cultural sem pessoas [...]”²⁷¹. Porém, logo em seguida, complementa as suas colocações alegando que: “essencial se torna não esquecer que sem visitantes não há receitas e sem receitas não há recuperação do património.”²⁷² Pelo que observamos e pelas análises que fizemos, talvez, a recuperação do “patrimônio humano” da Vila de Sintra, tivesse que se constituir como a de maior enfoque, hodiernamente, até mesmo para que os fundamentos da ONU/UNESCO possam ter alguma oportunidade de serem operados.

E, nesse sentido, já para o “mal”, ou dito de outro modo, para o “fracasso” do que intui a ONU/UNESCO com o patrimônio mundial da humanidade, a questão está posta precisamente no processo inverso do que discutimos no parágrafo anterior, num “insucesso” que é também, para nós, de ordem sociocultural, devido as reverberações locais que vimos que têm sido fortes. O “fracasso” é do tipo que já salientava Boaventura de Sousa Santos (1997), ao referir que a propositura de uma “comunidade humana comum”, apoiada em “Patrimônios comuns da humanidade”, nos termos que intui a ONU/UNESCO, se mostrava como uma salutar iniciativa, no campo da doutrina jurídico-filosófica, para um certo entendimento entre as nações, que, no entanto, segundo o autor, havia sido duramente vilipendiada, tratando, enfaticamente, do *campus* político-jurídico da proposta, que, no entanto, bem cabe para os *campi* das questões socioculturais.

Posto isto, cabe lembrarmos, sobre o que discutimos no primeiro capítulo, que o trabalho de configurar uma certa “positividade” num contexto de um lugar, realizado em boa medida pelos agentes políticos e econômicos, não retira, total, própria e essencialmente, deste suas características tópicas, ou, dito de outro modo, suas particularidades de um “lugar”; apenas, e já é muito para as reverberações que pensamos sobre a problemática apresentada em Sintra, o faz poder ser consumido com restritos, porém essenciais níveis de uma certa “negatividade” do “outro”. Para Han (2012), esta teria um ponto no exótico, que, se assim não

²⁷¹ <http://www.cm-sintra.pt/entrevista-basilio-horta>

²⁷² *Op. Cit.*

o fosse, qualquer caráter de “negatividade” do “outro”, agora com um ponto no estranho, certamente perturbaria, de algum modo, o consumo cultural. Para tanto, separasse e extraísse, o que do “outro” pode ser consumido, e descarta, sumariamente, aquilo que não se enquadra nessa equação, e que inevitavelmente não é imunológico, i.e., não é estranho, portanto, não causa imunologia, mas, sim, o exotismo; um exotismo que, como essência, é de ordem geral e igual, podendo ser um passo para configurar o que pensamos poder se chamar de um “lugar do igual”.

Com entendimento de que fizemos o que nos propusemos para esta empreitada científica, por todo o trabalho de incursão ao campo, desenvolvido, especialmente, neste capítulo, bem como, as discussões analíticas que distendemos ao longo de toda tese, nos cabe ainda, uma breve análise para considerações finais, que envolve a problemática de pesquisa levantada a hipótese central intuída e os resultados que obtivemos. Tarefa sobre a qual discorreremos a partir deste ponto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de fazer algumas considerações finais, findado todo um trabalho de investigação científica, que perpassou por uma dimensão analítica teórico-descritiva, em que pudemos pôr conformação conceitual, filosófica e sociológica, sobre aspectos inerentes e pertinentes ao nosso objeto de pesquisa, através de algumas formulações teóricas e categoriais de análises, que nos contribuíram de modo definitivo para, sobre um certo viés de abordagem, avançarmos nos nossos entendimentos e/ou, quando foi necessário, recuarmos neles. Bem como, ainda nesta dimensão de análise, apreendemos todo um desenvolvimento sócio-histórico e cultural, que nos deu condição, bastante confortável, de compreender o cenário estabelecido no nosso campo de pesquisa, tanto o histórico, como, também, o patrimonial.

Tal trabalho, teve amplo aproveitamento, para a investigação, na medida em que nos debruçamos sobre uma dimensão analítica teórico-explicativa, em que nos lançamos ao campo de pesquisa, com um significativo e oportuno cabedal de entendimentos e posturas reflexivas, para além de um montante considerável de informações, dados e estáticas, que nos deram o suporte necessário para a tentativa de desvelar, tratando sociologicamente, o que do cenário estabelecido havíamos definido compreender, em resposta elucidativa ao nosso problema de pesquisa.

Problemática, que de modo sintético, para efeito de ênfase final, buscou apurar, de que forma as premissas e os fundamentos da ONU/UNESCO, que, de um modo ou de outro, estão presentes na ação patrimonial de cancelar um item cultural como revestido de suposto “valor excepcional universal”, no nosso caso, cultural, recursivo à tais fundamentos, estão tendo pertinência prática ou vilipendiadas, quando em face de um conjunto de outras ações, de base econômica e mercadológica, animadas por arranjos políticos e econômicos, que se valem de um certo *status* patrimonial, para promover um forte “consumo cultural”. O que entendemos constituírem-se em vetores de sentidos bastante opostos.

Este plano analítico, em conjunto com as deambulações compreensivo-reflexivas, próprias do trabalho sociológico de base explicativa, que aciona reflexões construídas na relação sujeito do conhecimento e práticas da vida cotidiana, nos possibilitou validar, em boa medida, a hipótese central que formulamos para entendimento do cenário estabelecido. De que, o caráter de “recurso humanitário”, do modo que demos entendimento em referência às

bases institucionais, conceituais e filosóficas da UNESCO, com o qual entendemos que os patrimônios da humanidade têm sido discursivamente revestidos, notadamente a “Paisagem Cultural de Sintra”, não tendem a ter êxito num trabalho de conformação de alteridades, e, conseqüente, entendimento entre os povos. Muito em virtude do empenho de agentes arrolados numa “lógica de consumo”, estabelecida nas bases do “consumo cultural” do “turismo de massa”, que assim subvertem o caráter de conformação de alteridades culturais, convocado pela UNESCO, através do “estranhamento” dos elementos e aspectos adensados na “aura de Sintra”, i.e., do que de atópico há em Sintra, para apresentar um certo caráter de exotismo, que permite melhor condição ao consumo, através dos mesmos itens que entendemos compor a “aura de Sintra”.

Portanto, realizar algumas concisas considerações sobre nossa compreensão, daquilo que pudemos observar analiticamente, neste esforço de investigação, é tarefa crucial para que possamos por bons termos finais, ao menos para este trabalho, do que se exige em uma investigação científica sociológica. Pensando que, pelo uso de determinadas lentes de *approach* teórico, para descerrar as cortinas de fumaça que muitas vezes inebriam determinadas realidades, possamos ter contribuído, de algum modo, a ajustar, ainda mais, a nitidez do cenário estabelecido em Sintra, em complementação aos trabalhos já realizados por outros autores, bem como, por nossa vez, que possamos ter a grata condição de oferecer algum tipo de suporte para outras pesquisas que virão.

Desse modo, traremos, primeiramente, algumas ultimas considerações sobre o capítulo 1, em que buscamos discutir aspectos, características e as dimensões do patrimônio de um modo geral, e, de modo mais específico, sobre os “processos de patrimonialização mundial”, firmando que o patrimônio esteve, desde sua gênese, disposto a comportar interesses de determinados grupos, tendo, recorrentemente, e quase que invariavelmente, o Estado como seu partícipe capital, e, em boa medida, assim permanece hodiernamente, variando tão somente no conteúdo dos interesses relativos, mesmo no patrimônio imaterial a constante nos parece permanecer. Em que pusemos em consideração três dimensões do patrimônio, a “política”, a “sociocultural” e a “econômica”, que podem ser vistas como as que oportunizam a inflexão de interesses dos agentes que orbitam o patrimônio, em todos e/ou em cada época.

Ainda buscamos deixar bem demarcado que o patrimônio é uma questão que permeia toda e qualquer nação, por que dele e por ele são forjados, assumidos e/ou consentidos o valor e a característica que quer ser dita sobre cada cultura, ainda que esse valor e característica

tenha sido elencado por grupos com seus próprios interesses, excluindo, de uma certa comunhão de entendimento de partilha boa parte da população, que mesmo assim será associada àquele determinado item cultural. Sendo que, assim, de modo muito recorrente, o sabor desses interesses é aquele de grupos que de algum modo exercem diferentes tipos de forte influência em determinada cultura.

Daí, decorre também, a necessidade de se firmar, que o valor de um patrimônio não está sendo capturado através do próprio objeto e nem poderia, i.e., a valoração de um item patrimonial é sempre atribuída, de algum modo, pela cognição humana em sua *ratio*, própria, considerando as suscetibilidades e as variabilidades da condição, bem como, a atribuição está também no campo das dinâmicas socioculturais, que alteram, substituem ou abandonam valores, de uma geração à outra, ao longo de uma dada duração de tempo com as mudanças de um determinado espaço ou mesmo por acontecimentos que hoje são dados ao conhecimento de modo *online*, e, então, em questão de minutos as dinâmica socioculturais se agitam. Assim, a rigor, temos o entendimento de que um item, qualquer que seja, jamais poderia ser pensando como de um valor único e estanque, por isso mesmo, não poderia ser compartilhado de forma universal.

Portanto, buscamos conformar que um qualquer patrimônio não tende ao universalismo, ou a um valor excepcional por si próprio, em que qualquer outro grupo não possa questionar seus méritos ou qualidades, o que já pode ser observável, como em algumas ilustrações que apresentamos, tampouco, seria possível conseguir o feito de verificar empiricamente, por assim dizer, sua partilha universal e valor excepcional, uma vez que as dinâmicas socioculturais são bastante voláteis; a exceção, talvez, esteja em alguns elementos da natureza inescapáveis à vida humana, como a água e o ar.

E então, buscamos marcar que o “patrimônio mundial”, é resultado tão somente, de mais um “processo de patrimonialização”, em que todos os aspectos mencionados podem ser nele observado, com especial atenção à sua abordagem mercadológica, das mais recorridas hodiernamente, justamente por ser estes itens, de algum modo, valorados, ainda que simbolicamente, por uma entidade intergovernamental de caráter e interesses multilaterais que conta com um grande prestígio internacional, especialmente no campo da cultura e de sua promoção; de certo, a única com tais características, contando com o número de países-membros que tem, o que acaba sendo usado, de modo facilmente verificável, para o processo de comercialização cultural destes itens, com um certo grau de argumento de autoridade.

Por esta argumentação, estivemos empenhados em dar uma certa compreensão, de que a chancela de “patrimônio da humanidade”, muito provavelmente, sobretudo no campo que observamos, está sendo configurada, em boa medida, como “um recurso de fundamentação humanitária disposto ao consumo cultural”. E nisso, os efeitos sociais locais encontram-se junto, na esteira desse processo. Sem perder de vista o ponto central de nossa tese, que esteve assentado em verificar as contradições e as imperfeições de sentidos, entre os propósitos da UNESCO e as práticas mercantis que estão sendo operacionalizadas em contextos de patrimônios mundial.

Que, pela qualidade do “*lugar* Sintra”, enquanto um referencial da proposta da UNESCO, de um “lugar” tópico (*tópos*), bastante singular, com características que tendem a causar um importante efeito de estranhamento, no que Byung-Chul Han trata por “imunologia do *outro* atópico”, abordada pelo que poderia ser uma nova dimensão patrimonial que bem poderia ser tratada pela denominação de “dimensão humanitária”; que, no entanto, tem tido uma configuração, precisamente pelas mesmas qualidades mencionadas, de uma espécie de “lugar do igual”, em que os trabalhos da lógica de consumo, para o consumo do turismo cultural, esmaecem as diferenças próprias de um “lugar” com tamanha singularidade, ou, dito de um outro modo, incluem num fluxo de “positividade” as “negatividades do outro atópico”, em nome de uma condição de consumo, num processo que denominamos de “Atopia consumível do patrimônio mundial”.

A UNESCO, em 1995, após um extenso dossiê ordenado pela CM-Sintra, chancelou a “Paisagem Cultural de Sintra”, como o primeiro item inscrito à patrimônio mundial de forma direta nesta categoria. E o fez, pontuando que as características únicas, de forte relação harmoniosa do homem com o meio, em uma longa duração de tempo, que veio testemunhando diversas culturas em situação semelhante, desde a pré-história até o século XX, numa espacialidade de recursos de flora e fauna únicos, para além da serra e da proximidade com o mar, que, desse encontro, decorre um clima de maneira também bastante particular; localidade em que se instalaram diversos povos, de culturas distintas, chegando alguns a coabitar de forma pacífica, que, de todo esse amalgama, no século XIX, oportunizou, em boa medida, uma espécie de produto cultural de todas estas características, aspectos e elementos, quando do surgimento do romantismo português, representado, em muito, pelo “Palácio da Pena”, de estilo arquitetônico singular e original, à época, que, segundo a entidade, corroborando com o que fora referido pela CM-Sintra, influenciou a arquitetura paisagística de boa parte da Europa.

Neste breve resumo, das razões da classificação de Sintra como paisagem cultural da UNESCO, podemos notar como esteve em causa uma certa espacialidade que influiu nas dinâmicas socioculturais dos povos que ali estiveram, revertendo em novos hábitos culturais, demandas populacionais e até num tipo de arquitetura próprio, que sócio e filosoficamente pode ser dado à denominação de *tópos*, no sentido aristotélico, e/ou “lugar”, num certo sentido de Leite (1997). Portanto, em qualquer das situações, temos que Sintra foi considerada como uma especialidade, uma localidade, em que houve, de um modo ou de outro, um emaranhando de fatores socioculturais, que comportaram sobre ela sentidos de misticismo, magia e romantismo, entre outros aspectos e elementos, que marcam um tipo muito particular de desenvolvimento sociocultural.

É importante frisar, que todo o trabalho que a UNESCO dedicou para dar compreensão a este cenário, desta forma, e, então, chancelá-la como PCS, não deve ser visto de uma forma despropositada, ou apenas como mais um mecanismo legal de preservação deste conteúdo cultural, ressaltando que muito do que hoje faz parte da “zona inscrita” de Sintra, já tinha algum tipo de proteção patrimonial do Estado português, o que, em tese, garantiria a sua salvaguarda; então, não podemos nos esquecer, que, da forma como analisamos o discurso da UNESCO e desenvolvemos o raciocínio durante toda a tese, esta titulação não deixa de ser parte das ações da organização, que, de todo modo, vimos que pretende incumbir ao patrimônio mundial uma tarefa de ser uma espécie de “testemunho vivo [...] de que nenhuma cultura cresceu de forma isolada, e que a diversidade é uma força, [...] para buscar na nossa diversidade os laços que unem a humanidade.”¹, oferecendo auxílio na “missão” da entidade, de “promover a cultura de paz entre os povos”. Numa qualidade patrimonial extraída de uma certa “dimensão humanitária”, por assim dizer, que oportunizaria o contato, por um certo “estranhamento” do “eu” visitante com o “outro” visitado.

Pois bem, entendendo que a UNESCO, em boa medida, chancelou um certo entendimento sobre Sintra, de um caráter de misticismo, magia e, sobretudo, romantismo, para além dos outros aspectos e características socioculturais, nos lançamos ao capítulo 2, imbuídos de apreender e dar compreensão ao cenário sócio-histórico cultural que, de algum modo, oportunizou o forjamento deste sítio como patrimônio de interesse universal da humanidade, examinando os elementos e aspectos, em meio ao contexto histórico, que foram empregados para justificar a inscrição. O que nos fez compreender, que houve, e entendemos que ainda há, em Sintra, ainda que enfrentando fortes desafios, uma forte carga simbólica e

¹ *Op. Cit.* p. 18.

imagética por base sociocultural, que vem de muito, especialmente através do que Ribeiro (1995-2007) denominou de “fios condutores de heranças culturais.

Nisso, acabamos também, sistematizando analiticamente, algumas situações de um todo biográfico de Sintra, que compartimentamos em três “ambiências” de caráter conjuntural, todas com marcantes características socioculturais em suas épocas, que nos permitiram pensar em uma denominação que abrigou um adensamento das três, conformando, assim, a “Aura de Sintra”, não num sentido místico transcendental, porém, numa metáfora analítica; tratando ainda de associar o percurso que constituiu a formação sociocultural dessa “aura”, até a época do “processo de patrimonialização mundial”.

Pelo que verificamos, no decorrer desta abordagem, ocorreu em Sintra uma situação curiosa, ou talvez não tanto, sobre as ambiências e suas sucessões. Uma vez que a humanidade, desde a pré-história, esteve num caminho evolutivo, com implicações sócio-históricas até alcançarmos o que muitos autores consideram como a *ratio* emancipatória, i.e., o iluminismo e, posteriormente, a modernidade, o percurso sócio-histórico e cultural das ambiências que constituem a “Aura de Sintra”, veio acompanhando uma descida pela serra, lembrando aqui, que, segundo a arqueologia, os primeiros homens a habitar Sintra o fizeram pelo topo da serra, dando seguimento, em um movimento, que pelas características das épocas associadas às respectivas ambiências, entendemos poder representar, em boa medida, um caminho de conhecimento da razão e da técnica, que ocasionou a libertação, por assim dizer, do homem que habitava Sintra, frente à natureza da localidade; semelhante, simbolicamente, ao da emancipação pela *ratio* humana.

O que dá contornos ainda mais interessantes a isso, é o fato de que, quando na última ambiência discutida no capítulo 2, o romantismo se apresentou em Sintra, como um movimento assumidamente contrário ao racionalismo. Os românticos, de um modo geral, especialmente aqueles personagens mais importantes do romantismo de Sintra, buscaram erguer ou restaurar, suas residências, dos mais variados tamanhos, nas encostas da serra, ou mesmo nos cumes dela, caso mais emblemático é o “Palácio da Pena”, mas também temos como exemplo o “Chalé da Condessa”, entre outros elementos arquitetônicas, desse período. Isso, nos faz pensar, que, por estas edificações, os românticos pareciam querer escapar à razão, que imprimia suas marcas nas cidades e vilas urbanizadas, a “vila de Sintra” é um exemplo, refugiando-se numa topografia, já não comum para habitação, mas que abrigou, segundo alguns pesquisadores, na idade média, período histórico de maior referência para os

românticos, um contingente populacional relevante, nos domínios do “Castelo dos Mouros”, que seria uma cidadela fortificada.

Já fazendo breves ultimas considerações sobre o terceiro e final capítulo desta tese, pontuamos que o pensamento dos românticos, sobre o qual sabemos ter implicado importantes repercussões nas dinâmicas socioculturais de Sintra, minimamente alterando a paisagem arquitetônica e, posteriormente, patrimonial, da vila e da Serra, entre outros desdobramentos. Numa via que é de mão dupla, pois, neste processo, o romantismo também esteve em construção e em desenvolvimento, sob um certo signo da “Aura de Sintra”, para além da ideia de liberalismo, de nacionalismo e ainda a própria noção de patrimônio em Portugal, que, como vimos, teve em Sintra importantes episódios institucionais e sobre alguns de seus elementos arquitetônicos, recaiu uma reificação nacionalista portuguesa, na chamada primeira lista dos “monumentos nacionais”.

Desse modo, Sintra nos pareceu ter sido compreendida, por muitos dos personagens desta corrente filosófica, como um *tópos*, em certo sentido aristotélico, com adaptações próprias do modo de pensar reflexivo romântico, numa tentativa de aproximação da verdade, própria da filosofia, e, referencialmente ao pensamento romântico, através do “absoluto”, que, pelo que vimos, bem serviu às abstrações de um cenário u-tópico, que, de algum modo, proporcionou suporte para algumas realizações reificantes deste modo de pensar, alcançando nossos dias seu conteúdo filosófico, mas com uma forte carga simbólica, que entendemos reforçar a condição, agora sociológica e não filosófica, de Sintra como um “lugar” (Leite, 1997).

Momento este, em que marcamos ter ocorrido naquela espacialidade, o que denominamos de “Romantificação de Sintra”, um processo de requalificação de alguns espaços e revitalização de algumas estruturas arquitetônicas, bem como de edificação de outras, que, *mutatis mutandis*, associamos com os processos de enobrecimento urbano, especialmente para um efeito de maior compreensão do cenário. Porém, se pensarmos em percorrer mais a fundo o processo de “romantificação de Sintra”, talvez possamos encontrar certos processos de exclusão em meio alguma espacialidade objeto desta tentativa de reificação romântica, para além de que, as reverberações socioculturais, de todo modo, não estiveram autolimitadas naquela temporalidade, pois, viver na vila de Sintra já não era acessível economicamente tratando, no momento do romantismo, pelos processos de ‘romantificação’ de elevados custos e realizados por pessoas de grande poderio econômico, hodiernamente, numa situação que entendemos ter relação com esse processo, também tem

sido difícil viver em Sintra, as propriedades tem um alto custo de manutenção e seus valores são muito elevados.

Compreendidas estas transformações, mais recentes de Sintra, que influem diretamente nos itens patrimoniais e na dinâmica sociocultural de Sintra, numa espacialidade com um contexto sociocultural que, de certo, vimos que pode ser entendido como um “lugar” num sentido de importantes referências de pertencimento e de propriedades daquela da dinâmicas, ou, um tópos, se pensarmos no que queria dizer Aristóteles com isso, de um lugar essencial, com fundamentos únicos, um ponto-de-partida, nos lançamos ao campo para aprender como que neste cenário de singularidade muito própria, os propósitos da UNESCO estariam sendo observados. Nesses que pretendem revestir Sintra ou qualquer outro item patrimônio mundial com um caráter de recurso para uma “promoção de cultura de paz”, difundindo as diferentes culturas, numa ideia muito inclinada para um sentido em que todos os povos têm algo que é compartilhado entre todos e suas particularidades que, então os reafirmam, mas que devem ser percebidas e entendidas como fruto de um processo de alteridade, muito proximamente a uma “ética da alteridade” que intuiu Emmanuel Lévinas (2010).

Pois bem, se esse é um fundamento, impregnado à “missão” da ONU/UNESCO, Lévinas, de um certo modo, aponta que para se estabelecer algo nestes patamares, há a necessidade de uma relação duradoura, num dado espaço, e com um certo tipo de postura entre o “eu” e o “outro”, e, sobretudo, da necessita de um contato “face-a-face”, i.e., uma relação próxima, num contexto muito próprio do outro, em que o “eu” possa, diante do “outro”, possa apreendê-lo e, dotado, de uma postura de busca a relacionar e perceber seu “eu” com este “outro”, de certo não movida por fatores como o consumo, ou mesmo como a curiosidade com um certo exotismo, poderia, segundo o autor, bem estabelecer essa interação.

Para além de que, se estas forem as bases de um contato entre culturas, num incentivo a conformar alteridades, se houver um entendimento que fomenta uma determinada postura, quando da visita a um item patrimonial mundial, que permita o contato com um “outro” num sentido atópico, e, sobre isto, não podemos nos esquecer, que, segundo a UNESCO, permeadamente aos seus propósitos, os itens que nomeia patrimônio da humanidade, retêm um caráter que, de tão diferentes, são considerados de “valor excepcional universal”, seja cultural, natural e/ou mistos, e nisto as paisagens culturais são ainda mais relevantes, pelo caráter de volume patrimonial e dimensões que tem, talvez, o filósofo Byung-Chul Han, já pudesse pensar nos patrimônios forjados pela UNESCO um importante elemento

para auxiliar a romper, por assim dizer, com um forte fluxo de “positividade” sobre a vida cotidiana, que assim, não dá espaço às “negatividades do outro atópico”, que funcionaria como se houvesse uma brecha para o aparentemente inescapável caminho de uma sociedade do cansaço, da transparência, e que põe Eros em agonia, como argumenta o autor.

No entanto, pela ilustração que tivemos por Sintra, um *tópos* que guarda características que provocam mesmo certo “estranhamento”, e, para tanto, o contato mais duradoura é fundamental, pois, caso contrário, e vertido pelo enfoque das indústrias do turismo cultural, pode se converter em exótico, que, independentemente de suas lendas, misticismo e magia referidas estarem num campo de observação não palpável, ao menos à sociologia, seus efeitos nas dinâmicas socioculturais, do “lugar”, são bastante contundentes, pensamos e, em boa medida, verificamos estar ocorrendo em Sintra, não descartando que em outros contextos como esse, em que características muito singulares de determinadas culturas, especialmente quando são espacialidades (*tópos*), também esteja ocorrendo, uma apropriação, precisamente, de todos estes elementos, adensados num determinado ponto, que, nós aqui, classificamos como “Aura de Sintra”, para o “consumo cultural”, por uma lógica de consumo, que torna possível características tópicas de certa espacialidade, e que então, para a UNESCO, assim, poderiam ser aproveitadas num certo sentido atópico, numa imunologia que é libertadora, segundo Han (2009, 2012, 2014), e desejável como uma ética para Lévinas (2010), conformando alteridades e entendimentos entre povos e culturas, num processo que classificamos como “Atopia consumível do patrimônio mundial”, com reverberações sobre os “lugares”, que podem se pensadas como pautando-os como “lugares do igual”.

Tudo isso, provocando, na forma como pensamos, um efeito em sentido bem dispare do que propõe a UNESCO, tanto na preservação de um conjunto patrimonial cultural e natural notável, pelo excessivo fluxo de turistas, que mais do que prejudicar fisicamente todo o recurso patrimonial, desordena toda uma dinâmica sociocultural do “lugar”, infletindo na “segurança ontológica”, como também, e associado a isso, sem um importante efeito de conformação de alteridades culturais, da forma como verificamos. De tal modo, para finalizar este trabalho, entendemos que, talvez seja prudente, por parte da UNESCO, quando dos seus relatórios de visitas técnicas aos itens por ela cancelados, verificar, não apenas o conteúdo que confirma ou não a salvaguarda do patrimônio, mas também, inquerir, de algum modo, se o único sentido de sua “missão” institucional, o fomento de uma “cultura de paz entre os povos”, está tendo resultados satisfatórios, pelo impacto suposto de ser conseguido através dos itens patrimoniais aos quais atribui tal status e, de certo modo, tal “missão”.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Martins fontes, São Paulo, 1998.
- ABRANTES, António. Plano do Turismo Espanhol Horizonte 2020. **Journal of Tourism Studies**, V. 2, n. 2, p. 67- 77, 2009.
- ABREU, Regina; PEIXOTO, Paulo. **Construindo políticas patrimoniais. Reflexões em torno dos 10 anos da convenção do património cultural imaterial**. e-cadernos CES, 21, 2014.
- ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.
- ALÇADA Margarida; LISITZIN, Katri,; MANZ, Kerstin. **Publicação do Projeto Tour-Whpo**. Turismo de Portugal/UNESCO, 2003.
- ALVES, José da Felicidade. **Conquista de Lisboa aos mouros em 1147**: Carta de um cruzado que participou nos acontecimentos. Lisboa, 1989.
- ANES, José Manuel. O espaço sagrado e os jardins iniciáticos da Quinta da Regaleira. **Revista Lusófona de Arquitectura e Educação**, n.3, 2010.
- APOLINÁRIO, M. Necrópole neolítica do Valle de S. Martinho. in **O Archeologo Português**. Lisboa. 2, p. 210-222, 1896.
- ARANTES, Antonio A. Guerra dos Lugares: fronteiras simbólicas e liminaridade no espaço urbano de São Paulo. In: FORTUNA, Carlos (org.) **Cidade, Cultura e Globalização**. Ensaios de sociologia. Oeiras, Celta Editora, 1997.
- ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. In: **Caderno de Estudos do PEP**. COPEDOC/IPHAN-RJ, p.9-14, 2005.
- _____. Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, p. 11-24, 2009.
- ARAÚJO, Agostinho Marques. **Algumas ideias de arte do pintor Domingos Schiopetta**, 2007. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13711/2/6108000071972.pdf>
- ARISTÓTELES, 384-322 a.C.; CAMPOS, J. A. SEGURADO e, 1935- ; MESQUITA, António Pedro, 1961- ; CONDINHO, Levi, **1941- Tópicos**. Lisboa, Imp. Nac. Casa da Moeda, Centro de Filosofia da Univ., 2007.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- BAILLIE, Marianne. **Lisboa nos anos de 1821, 1822 e 1823**. Biblioteca Nacional, Lisboa, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Edições 70:Lisboa, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. **Análise Social**, XLII (182): 28-39, 2007.

BENJAMIN, Walter. **O conceito de crítica de arte no romantismo alemão**. Tradução, apresentação e notas de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Edusp; Iluminuras, 1993.

_____. **Obras escolhidas III** – Charles Baudelaire um Lírico no Auge do Capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Sobre alguns temas de Baudelaire**. Trad. Heindrun da Silva, Arlete de Brito e Tânia Jatobá. 2º edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In: **Obras Escolhidas III**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de Filosofia Aristotélica**: leitura e interpretação do pensamento aristotélico. Barueri: Manole, 2003.

BICO; ALVES; DE LIMA. **Sintra - Á Sombra da Serra**. Lisboa, Difel, 1988.

BOIM, Miguel. **Sintra Lendária Histórias e Lendas do Monte da Lua**. 2014.

BÖLTING, Rudolf. **Dicionário grego-português**. Rio de Janeiro, 1953.

BORGES, Marco Oliveira. A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus I - Em torno do porto de Colares. In: História. **Revista da FLUP Porto**, IV Série, vol. 2. Pp. 109-128. 2012.

BOAVENTURA, Rui Jorge Narciso. **As antas e o Megalitismo da região de Lisboa**. Tese de Doutoramento em Pré-História, Universidade de Lisboa, 2009.

BRÜSEKE, Franz Josef. Romantismo, mística e escatologia política. In.: **Lua nova**, 2004.

CAETANO, A., Ana Raquel da Costa. **A Identidade da Paisagem Urbana do Centro Histórico da Vila de Sintra**, Dissertação de mestrado. 2015.

CAETANO, M., Maria Teresa. **O Último Porto de Ulisses**: história, urbanismo e arte de Felicitas Iulia Olisipo. 2007.

_____. **Sintra, entre a vila e a serra**: história, património e paisagem. Disponível em: <http://paisagemcultural.cm-sintra.pt/paisagem-cultural/historia/172-historia>, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade . Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos, 1997.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 23. Brasília: IPHAN, 2004.

_____. O Consumo Serve Para Pensar In: **Consumidores e Cidadãos** - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 3ª. ed, pp. 51-70. 1997b.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**. Religião civil e comemoracionismo. Fortaleza: Ed. do Nudoc/UFC, Museu do Ceará, 2005.

_____. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra: Minerva, 1990.

CAVENDISH, Marshall. **Portugal and Spain**, Europe 5 (World and Its Peoples), 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHILDE, V, Gordon. **A Evolução Cultural do Homem**. Zahar Editores. Rio de Janeiro.1975.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

CMS. Memória Explicativa: Urbanização de Sintra - **Anteplano - 1949**. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2005.

CM-Sintra, Câmara Municipal de Sintra. **Sintra Patrimônio da humanidade**. 1996.

CM-vfxira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios, in **Cira Arqueologia**, 2013.

COELHO, Catarina. O sítio arqueológico de São Marcos (Sintra): criação de uma reserva arqueológica. **Revista Portuguesa de Arqueologia**. volume 8. número 2. 2005.

_____. A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada. **Revista Portuguesa de Arqueologia**. volume 3. número 1. 2000.

CORREIA, Fernando Branco. Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X hipóteses em torno da chegada dos Majus (entre Tejo e Mondego), In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (Coord.), **Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb** - Séculos VI a XVI, Lisboa, Edições Colibri - Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-84. 2013.

CORREIO DA MANHÃ. **Reportagem de Victor Mendanha**. 13.10.1985.

COSTA, Everaldo Batista. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial**: o caso de diamantina (MG). São Paulo: USP, 2009.

_____. **O Lugar da América Latina na geografia do Patrimônio Mundial**. Sine loco [s.n.], 2007.

COSTA, Fernanda Gil. **Herculano tradutor e intérprete do romantismo europeu**. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras; Centro de Estudos Comparatistas. 2010.

COSTA, Riceles Araújo. **Fengshui**: Em busca do Genius Loci. 2008. Acessado em: 14 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/170>

CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, Salvaguarda do Património, Antecedentes Históricos, in **Dar Futuro ao Passado**, Lisboa, SEC / IPPAR, pp. 21-71, 1993.

_____. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964), in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, op. cit. pp. 33-53. ORTIGÃO, Ramalho, **O Culto da Arte em Portugal**, Lisboa, António Maria Pereira, 1896. p. 16 a 85 e 151 a 176 (Edição de 2006: pp. 19 a 56 e 95 a 108).

DAMASCENO, Joana. **Museus para o povo português**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

DE OLIVEIRA, Mário Rui f. L. **Dicionário de história religiosa em Portugal**, 2000.

DIAS, Maria Manuela Alves. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. 2001.

DICCIONARIO ENCICLOPÉDICO HISPANO-AMERICANO, **La Montaner y Simón** (Editores), Barcelona, 1887-90.

DINIZ, M. Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. In GONÇALVES, V. (ed.) - Muitas antas, pouca gente? **Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo**. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 105-116 (Trabalhos de Arqueologia, 16), 2000.

DURHAM, Eunice. Cultura, património e preservação. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do património cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

_____. **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, 1995b.

FIGUEIREDO; SOUSA, M. Alexandre de Sousa - Ao leitor (Prefácio da revista), In: **Revista Archeologica e histórica**, I, Lisboa, Typographia de Adolpho Modesto & Ca, 1887.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e Imagem da Cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, C. (org.). **Cidade, Cultura e Globalização**: ensaios de sociologia. Oeiras, Celta, 1997.

_____. A Modernidade. In: **Obras Completas III**, Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Anpocs, ano 12, n. 33, 1997b.

_____. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63: 123-148, 2002.

FRANÇA, José-Augusto, **Do Romantismo** – 1824, antes e depois, Braga, Livros Horizonte, 1994.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. In: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério P. (orgs). Série Cidades e Arquitetura. **Plural de Cidades**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PINSKY, Jaime (orgs). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**: Traços Fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução: Flávio Paulo Meurer. Vozes: Petrópolis, RJ, 1999.

GARRETT, Almeida. Camões. **Colecção Clássicos da literatura Portuguesa**. Biblioteca. Digital. Porto Editora, 2012.

GARRETT, Almeida. Prefácio, in Camões. In: **Obras de Almeida Garrett**. Vol. II Porto: Lello & Irmãos, 1963.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIMENO PASCUAL, H. A Historiografia das religiões antigas do ocidente Peninsular. In RAPOSO, L. (coord.) Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa. **Catálogo da exposição do Museu Nacional de Arqueologia**. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 333-340, 2002.

GUERREIRO, Emanuel. O Nascimento do Romantismo em Portugal, **Revista Diadorim**, 2015.

H. PEIXOTO, Maria Inês. **Arte e grande público**: a distância a ser extinta. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, n.o 84, Campinas, São Paulo, SP: Autores Associados, 2003.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Lisboa : Relógio D'Água, 2009.

_____. **A agonia de Eros**, Lisboa: Relógio D'Água, 2010.

_____. **A sociedade do cansaço**. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.

_____. **O aroma do tempo**: um ensaio filosófico sobre a arte da demora. Lisboa: Relógio d'Água, 2016.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. (Edição bilíngue Português/Alemão, Traduzida e organizada por Fausto Castilho). Rio de Janeiro: UNICAMP, Vozes, 2012.

_____. **Todos nós ... ninguém**. Tradução brasileira de Dulce Maria Critelli. São Paulo, Editora Moraes. 1981.

HERCULANO, A. Conhecimentos Uteis. A Escola Polytechnica e o Monumento. In: **Opusculos**, Tomo VIII, Lisboa, 1843.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HERCULANO, Alexandre, s./a., A Architectura Gothica. Igreja do Carmo em Lisboa, **Panorama**, Lisboa, nº 1,6, Maio, p. 2-4, 1837.

HU, Zhi Yi. **A Study of Red Tourism in China**: Exploring the Interface Between National Identity Construction and Tourism Experience. Hong Kong: University of Hong Kong, 2009.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – **A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**, de 1972: para saber o essencial. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

JORGE, Susana Oliveira. Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia, in **Nova História de Portugal**. Lisboa. 1990.

JORGE, Vítor de Oliveira. Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, in **Nova História de Portugal**. Lisboa. 1990.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade de julgar**. Tradução Daniela Botelho B. Guedes. São Paulo: Ícone Editora, 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do juízo**, trad. Valério Rohden e António Marques – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna**. Novas Teorias sobre o Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

KRYSINSKI, Wladimir. Discurso de viagem e senso de alteridade. In: _____. **Dialética da transgressão**. São Paulo: Perspectiva, p. 181-202, 2007.

LE GOFF, Jacques. **A Idade Média Explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____. A Instalação dos bárbaros (séculos V-VII). In: **A Civilização do Ocidente Medieval**. Vol. I. Lisboa, Editora Estampa, 1983.

LEAL, Silva. Uma visita a Cintra. **O Panorama**. p. 310-312. Cintra, 24 de setembro de 1842.

LEITE, Rogério. **Contra-usos da Cidade**. Campinas/São Cristóvão, Ed. UNICAMP/Ed.UFS, 2ª Ed. 2007.

_____. Atopic City: Consumption and Death in Urban Life. **Current Urban Studies**, 4, 280-296. doi: 10.4236/cus.2016.43019. 2016

_____. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Sociedade e Cultura**, Vol. 8, n 2. 2005.

_____. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. **Revista Sociedade e Cultura**, V. 8, N. 2, JUL./DEZ, P. 79-89, 2005.

_____. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.25 nº. 72, São Paulo, 2010.

_____. Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas. In: **Sociedade e Cultura**, v. 8, nº 2, Jul./Dez.p. 79-89, 2005.

LEITE, Rogerio Proença & PEIXOTO, Paulo. O Patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o Bairro do Recife e a Zona Histórica da Cidade do Porto. Porto Seguro, **26ª Reunião da ABA**, 2008.

LENIAUD, Jean-Michel. **Les archipels du passé: le patrimoine et son histoire**. Paris, Fayard, 2002.

LÉVINAS, E. **Entre Nós**: Ensaio sobre a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, Cosac & Naify, 2008 [1958].

LIMA, Elaine Ferreira. **Da Nação ao Mercado**: Patrimônios Mundiais e Intervenções Urbanas em perspectiva comparada. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LIPOVETSKY, G. **O Império do Efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACHADO, Nilson José. Utopia / Thomas More. São Paulo: **Escrituras Editora**: tradução e adaptação Nilson José Machado, 2003.

MACIEL, Manuel Justino. **Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal**, Lisboa, 1996.

_____. Do Topos Clássico à Paisagem Cultural: Sintra e a sua envolvimento na Antiguidade. **Revista de História da Arte** Nº 4 – Cidades Portuguesas Património da Humanidade, 2007.

MARCUSE, H. Eros e civilização. **Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARTINS, A. C. **Possidónio da Silva 1806-1896 e o elogio da Memória**: Um percurso na Arqueologia de Oitocentos. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. (Arqueologia & História Monografias), 2003.

MARTINS, Hugo. **Os mistérios do Santuário de Nossa Senhora de Mua**. 2013. <https://lusophia.wordpress.com/2013/06/03/os-misterios-do-santuario-de-nossa-senhora-de-mua-por-hugo-martins/>

MATSUURA, Koichiro. **La Unesco y La Idea De Humanidad**: UNESCO, 2004.

MAZÓN, Tomás, ALEDO, Antonio. (Ed.). El Dilema del Turismo Residencial: turismo o desarrollo Inmobiliario? In: _____. **Turismo residencial y cambio social**: Nuevas perspectivas teóricas y empíricas. Alicante: CAM, Obras Sociales / FRAX / Universidade de Alicante, 2005.

MAY, Tim. **Pesquisa social**. Questões, métodos e processos. Porto Alegre, Artemed. 2001.

MELO, António de Oliveira; GUAPO, António Rodrigues; MARTINS, José Eduardo. **O Concelho de Alenquer**, subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia 1 Autores: -: - Câmara Municipal de Alenquer - Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer Ano:- 1989 (2.^a edição) das Ciências de Lisboa. (reedição). Estudos Arqueológicos de Oeiras, 1. Notas e comentários de João Luís Cardoso. Oeiras: Câmara Municipal

MENDES, José Amado. Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. In.: **Revista gestão e desenvolvimento**, Número 9, p. 197 -212, 2000.

MOMMSEN, Theodor. **História de Roma**. 1983.

MUTSCHLER, Hans-Dieter. **Introdução à filosofia da natureza**. São Paulo: Edições Loyola. 2008.

NETO, Maria João Batista. Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal. In: **Artistas e Artífices e a Sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa : actas : VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte** / org. Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. - Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 385-392, 2007.

NUNES, Benedito. A questão do outro em Heidegger. **Nat. hum.** [online], vol.3, n.1, pp. 51-59. ISSN 1517-2430, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**: Uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. ONU/Brasília/DF, 2002 [1945].

ORTIGÃO, Ramalho, **O Culto da Arte em Portugal**, Lisboa, Esfera do Caos, 2006.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, EST; Petrópolis: Vozes, 2007 [1979].

PATO, Heitor Baptista. **A serra de Sintra (Portugal)**: cultos à Lua, ao Sol e a Saturno. 2007. <http://www.celtiberia.net/es/biblioteca/?id=2943>

PEDRO, Ana Paula. Ética, Moral, Axiologia e Valores: Confusões e Ambiguidades em Torno de um Conceito Comum. **kriterion**, Belo Horizonte, nº 130, Dez., p. 483-498, 2014.

PEIXOTO, Paulo. O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas, **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, nº 155, 2000.

_____. Cidades e Patrimónios: uma perspectiva sociológica, In: **Património Cultural em análise**, Coimbra, GAAC, 13 – 20, 1998.

_____. A corrida ao status de património mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas Revista Científica de Turismo**, 1, 23-45, 2002.

_____. As cidades e os processos de patrimonialização: a corrida ao estatuto de património mundial e a identidade simbólica das cidades" In: PINHEIRO, Magda, BAPTISTA, Luís V. e VAZ, Maria João. **Cidade e metrópole**: centralidades e marginalidades. Oeiras, Celta, 171-179, 2001.

_____. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades, In: **Colóquio A cidade entre projectos e políticas**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

_____. Le patrimoine mondial et l'intensification des processus de patrimonialisation, **Oficina do Centro de Estudos Sociais**, 185, 2003.

_____. Requalificação urbana, In: FORTUNA, Carlos. e LEITE, Rogério Proença. (org.), **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra: Almedina, 41-52. 2009.

PELEGRINI, Sandra. C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

PÉREZ, Javier Gil. Conflicto fronterizo Tailandia – Camboya: el Templo de Preah Vihear como fuente de confrontación. **Revista Española de Relaciones Internacionales**, Número 3, 2011.

PIVATTO, P. S. Apresentação do livro. In: Lévinas, E. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Trad.: Pergentino S. Pivatto (Coord.). Petrópolis: Vozes, 2010.

POULOT, Dominique. **Uma história do património no Ocidente**, séculos XVIII-XIX. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

PSML, Parques de Sintra Monte da Lua. **Aspectos Geológicos da Serra de Sintra e a Sua Influência no Meio**. 2002.

PSML, Parques de Sintra Monte da Lua. **Geomorfologia da Serra de Sintra**, 2010.

Pureza, José Manuel, Globalização e direito internacional da boa vizinhança ao património comum da humanidade, **Revista Lua Nova**, n. 30, p. 73-89, 1993.

RAMOS, Madalena Cunha Matos Tanio Beisl. Lucio Costa, Raul Lino e Carlos Ramos. **Convergências e divergências de percursos**. 2007.

RAMOS, Paulo Oliveira, O Alvará régio de 20 de Agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, o 1º Marquês de Abrantes, in **Discursos. Língua, Cultura e Sociedade**, III Série, volume 6, Lisboa, Universidade Aberta, 2005.

RAMOS, Pereira A. Geografia Física e Ambiente – Diversidade do Meio Físico e Recursos Naturais. In **Atlas da Área Metropolitana de Lisboa**. A.M.L., Lisboa, p.47-65. 2003.

REBELLO, Ivone da Silva. O Tópos lugar ameno (Locus Amoenus) e suas múltiplas facetas: da antiguidade clássica à época contemporânea. In.: **15º congresso brasileiro de língua portuguesa**, 2014.

REIS, Sara Henriques dos. **Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Outubro, 2014.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo, Perspectiva, 2014 [1903].

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso. **Monumentos Pátrios A arquitectura religiosa medieval - património e restauro (1835-1928)** Porto, 1995.

RIBEIRO, António Manuel - **O museu de imagens na imprensa do romantismo**: património arquitectónico e artístico nas ilustrações e textos do Archivo Pittoresco (1857-1868). 2014.

RIBEIRO, José Cardim. Soli Aeterno Lunae. O Santuário. In.: **Religiões da Lvsitânia-Loquuntur Saxa**, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia. 2002.

_____. **Paisagem Cultural da Vila e Serra de Sintra**. 1995. Disponível em: <http://paisagemcultural.cm-sintra.pt/paisagem-cultural/fundamentos-depoimentos/170-paisagem-cultural-da-vila-e-serra-de-sintra>.

RIBEIRO, Carlos. **Estudos pré-históricos em Portugal**. I-Notícia da estação humana de Licêa. Lisboa: Academia Real. 1878.

RIBEIRO, Irene, Arquitectura, Paisagem e Sintra. Raul Lino Romântico, in **@pha**, Boletim nº3, 2006.

RIBEIRO, O. **Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico**: Esboço de relações geográficas. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora. 7ª edição revista e ampliada. 1998.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e património**. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 151, p. 2007.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo, Perspectiva, 2014 [1903].

ROSA, Claudia Beltrão da. Interpretatio, solo e as interações religiosas no império romano Saberes e poderes no mundo antigo: estudos ibero-latino-americanos. **volume I - dos saberes. presented at the 2013**. Coimbra, 2013.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), **Plural de cidade**: novos léxicos urbanos. Coimbra, Almedina, pp. 25-40. SANTOS, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A queda de Angelus Novus: para além da equação moderna entre raízes e opções. In: **Revista Novos Estudos** N.º47, p. 103-124, 1997.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, O Real Paço Acastelado da Pena em Sintra: Edificação de Castelos Neomedievais Oitocentistas in **Actas do III Congresso Internacional: Casa Nobre - Um Património para o Futuro**, Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, pp.805-822, 2013.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Memória coletiva & teoria social. São Paulo: Annablume. 2003. SCIFONI, Simone. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. In: JACOBI, Pedro (org). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

SCIFONI, Simone. **Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização**. São Paulo: Geousp, 2004.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. **Leituras de Walter Benjamin**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 2007.

SERRÃO, Vitor. **O Retábulo da capela do Paço Real de Sintra**. Sintra. 1982-83.

_____. **Sintra**. Cidades e Vilas de Portugal, 1989.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, C. (org). **Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras, Celta Editora, 1997.

SIMÕES, Teresa. O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra: contribuições para o estudo da neolitização da península de Lisboa: In: **Volume 12 de Trabalhos de arqueologia** Instituto Português de Arqueologia, 1999.

_____. O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra: contribuições para o estudo da neolitização da península de Lisboa. In: **Volume 12 de Trabalhos de arqueologia**, Instituto Português de Arqueologia, 1999.

_____. A ocupação do Neolítico antigo de São Pedro de Canaferrim: novos dados em perspectiva. In Gonçalves, V. S. (Ed.), Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo, **Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo, Trabalhos de Arqueologia**, 16, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 115-134. 2003.

_____. A Pré-história de Sintra, In: **História de Portugal**, vol. I, coord. De GONÇALVES, V. Amadora, pp. 224-230. 1993.

SILVA, Pedro Nuno Machado da. **O sagrado no mundo megalítico para uma meta-narrativa**. Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia. Universidade de Lisboa, 2014.

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city**. London and New York, Routledge, 1996.

SOROMENHO, Miguel e SILVA, Nuno Vassalo e, Da Idade Média ao Século XVIII, in CUSTÓDIO, Jorge; SILVA, Nuno Vassalo e; SOROMENHO, Miguel, Salvaguarda do

Património, Antecedentes Históricos, In: **Dar Futuro ao Passado**, Lisboa, SEC / IPPAR, , pp. 22-32, 1993.

SOUSA, Ana Catarina. Sítios de habitat e espaços do sagrado, In: O Neolítico Final e o Calcolítico na área de Cheleiros, **Trabalhos de Arqueologia**, nº 11, Instituto Português de Arqueologia. 1998.

SOUSA, Figueiredo; SOUSA, M Alexandre de. Ao leitor (Prefácio da revista) in **Revista Archeologica e Histórica**, p. 2

TORRES, Cláudio. O Garb Al-Andalus, In: **História de Portugal**, volume I: Antes de Portugal, dir. de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa. 1997.

UNESCO COURIER. Common heritage: A New Idea Takes Shape. In: SWADLING, Baker (org). **Masterworks of man and nature: Preserving our world heritage** Patonga. [S.L], Harper-MacRae, 1992.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação. **UNESCO – O que é? o que faz?** Brasília, DF: UNESCO/BPI. 2007.

_____. **Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial**. Ago/2011. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/guidelines>>, acessado em 25 de março de 2015.

_____. **Report of the thirteenth session of the World Heritage Committee**. Paris, 1964.

_____. **World Heritage List Statistics - 2015**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/stat#s1>>, acessado em 02 de março de 2011.

_____. Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação. **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural**. Comitê para o Patrimônio Mundial: UNESCO/BPI. 1972.

_____. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **Convention Concerning the Protection oh the World Cultural and Natural Heritage**. 1995. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/1995/whc-95-conf203-16e.pdf>

VAN DER AA, Bart Johannes Maria. **Preserving the heritage of humanity?** Obtaining world heritage status and the impacts of listing. Groningen: University of Groningen, 2005.

VARIEDADES. Litteratura, In: **Diário do Governo.**, p. 204. 21 Fev. 1837.

VASCONCELOS, J. Leite de. **Religiões da Lusitânia**, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1989.

WARNIER, Jean Pierre . **A Mundialização da Cultura**. Edusc, 2003.

WEBER, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In: **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: Editora UNB, 1994.

XAVIER, Sandra. **Usos da ruralidade na arquitectura paisagista etnográfica**, 2007.

ZANDER, Walter. Where Does Israel Belong?. **New Outlook**, p.45-50, September - October, 1976.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder In: ARANTES, Antonio (org) **O Espaço da Diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

_____. Paisagens do século XI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio (org) **O Espaço da Diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ANEXOS

Anexo 1



**FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE (BRAZIL)
POST-GRADUATION PROGRAM IN SOCIAL SCIENCES
DOCTORAL IN SOCIOLOGY**

**Questionnaire addressed to Mrs Els Slots
(Prepared by Allan Veiga)**

1. What are the main reasons why you wish to visit and continue to visit the World Heritage Sites?
The main reasons are that I am curious about the world, about different countries. Especially visiting World Heritage Sites will give you a broad insight into what contributions various countries have made to the world. Every time I learn something new, about mining or about architecture or about a specific mammal or plant etc.

2. In general, how are your visits to a world heritage site? Do you do it through a route / itinerary pre-established by a tourist agency or something, do you prefer to let yourself be "lost" by the paths that come to you during the visit, or is there another way not mentioned here? Whatever your mood, tell him a little about it.
I am a big planner, so I make my own routes mostly geared to incorporating as many WHS in my itinerary. Usually I book hotels and sometimes public transport myself beforehand over the internet. I seldom use a tourist agency.

3. I would like you to explain how the relationship between you and the inhabitants of the locality in which the world heritage is inserted usually occurs. (This means that you have not already commented on this in answer to the previous question)
Honestly I'd have to say that I am a tourist much like any other person. So the dealings with inhabitants are an exchange between someone who wants to see or experience and those who want to show their surroundings.

4. Do you know the purposes and general objectives of UNESCO by naming some heritage as "of universal and exceptional value" for humanity? If your answer is yes, you could comment a little on what you think of these goals, if not, you could tell what you think UNESCO wants in making these nominations.
Sure. UNESCO's goals are quite noble, although what is "of universal and exceptional value for humanity" is difficult to answer objectively. Getting on the World Heritage List is as much a matter of money (nominations are very expensive) and politics (you need other countries in the World Heritage Committee to back for you).

5. According to the website (WHS), you have visited more than 600 world heritage sites, this corresponds to almost 60% of the total number of entries. Could you say whether, thanks to these visits or very much to them, you now have a knowledge of the cultures you have visited to the point of understanding your habits and customs and clearly perceive their importance and "exceptional and universal value" for humanity?

This is a difficult question to answer. On the one hand, the selection of World Heritage Sites by a country clearly shows how it wants to be perceived by the rest of the world and what is important to them from a nationalist view.

On the other hand, 'knowledge of cultures' (habits, customs) most of the time is not a direct effect of visiting WHS. WHS are tangible objects and only in a few cases (continuing or associative culture landscapes) directly linked to the living people in the area. So it does tell you a lot about history, but not so much about current customs.

6. Is there any property under the title of UNESCO that you understand should not hold the title of World Heritage, as well as, is there any cultural heritage that you believe should have such status and still do not have it? (If there is any situation, let me tell you a little about it)

I would not want to take away the title from anybody, but there are many sites that just aren't great to visit. For example vineyards sites in Piedmont (Italy) or the Mediteranean Rock Art (Spain).

For the second question, we at the website have created the "Missing" list:

<http://www.worldheritagesite.org/ranking/missing+sites> . These are recommended by our community members. An obvious one is Bagan (Myanmar), but also the Minoan Palaces of Crete and the Dzongs of Bhutan should be shoo-ins.

7. You believe that UNESCO's title to some cultural heritage as "an exceptional and universal value" for humanity (World Heritage) brings benefits, damages or both to the local Inscribes the said patrimony? (Please, explain a little about your understandings).

This is an often asked question, as especially in the news and in countries like the USA a UNESCO title is seen as having too much impact on a community (too many rules). However especially for the lesser known sites, I think it brings benefits as it will be better preserved than before (someone is watching over the shoulder of the country) and tourism can bring in extra money. For the better known sites, I don't think it matters at all.

8. Finally, i saw on your site that you have already visited the town of Sintra in Portugal twice, once in 1991, before the title of world heritage and another in 2002, on that date already with the status of patrimony of humanity. If you remember the visits, how impressed you are with the understanding that Sintra is a mystical and magical place. In addition, he could report some difference that he may have noticed in the two visits, as regards the way the Vila is exposed. (I speak here about pamphlets, posters, tourist guides, flow of people, new itineraries, anything that could be associated to the increase of the world heritage status to the village)

Unfortunately I do not remember my two visits well enough to make a comparison. I think Sintra is a good choice of Portugal to include in the World Heritage.

Thank you very much for the answers.

Anexo 2 ²⁷³

**FEDERAL UNIVERSITY OF SERGIPE (BRAZIL)
POST-GRADUATION PROGRAM IN SOCIOLOGY
DOCTORAL IN SOCIOLOGY**

**Questionnaire addressed to Mr Ajay Reddy
(Prepared by Allan Veiga)**

1. What are the main reasons why you wish to visit and continue to visit UNESCO World Heritage sites?
Currently I travel to world heritage sites in the context of my work. We organize fun runs at some of these sites in India and I travel for securing permissions, meeting local community partners, etc for upcoming runs.
2. In general, how are your visits to a world heritage site? Do you do it through a route / itinerary pre-established by a tourist agency or something, or do you prefer to let yourself be "lost" by the paths that come to you during the visit, or would you like to explain in some other way Quoted here? Whatever your mood, tell him a little about it.
Recently, I have mostly visited sites I had already visited before. I prefer to discover the place by myself or with my travel partner. If I know someone locally, I request them to show me around if they have time. Museumsinsel in Berlin was a new site I visited recently and here I requested a local student to accompany me on my visit.
3. I would like you to explain how the relationship (where there is) is usually between you and the residents of the locality in which the world heritage is inserted. That is, I would like you to be able to describe what interactions occur with typical residents of the regions you visit, except for contacts with souvenir dealers, multi-national store merchants, and people who are in contact because of some service provided in the course of the Such as hotel attendants?
In the case of Museumsinsel in Berlin which I visited for the first time recently, other than service providers I met with other travelers who were staying in my hostel. The interactions with them were mostly in the form of discussing travel plans, etc. In the case of Hampi, which is a WHS where we have been organizing an annual Go Heritage Run for 4 years now, I met with government officials including from the District administration, Archaeological Survey of India, Hampi WH Management authority, Police – these meetings were w.r.t to permissions. I also met a local NGO partner who use the run to raise funds for their activities and a tour service provider.
4. What does the expression "exceptional and universal value", used by UNESCO to categorize properties titled as world heritage, mean to you?
My understanding is that this expression is used to describe WHS because the site has value not just to the local community but to all of humanity. The site has some qualities that

²⁷³ Cumpre-nos alertar que este questionário, como advertido no texto, não fora respondido no tempo da elaboração do texto da tese. Quando de sua devolução, o texto estava finalizado e com prazo exíguo para o cumprimento das outras etapas da pós-produção textual, para além de muito próximo da data da defesa, de um modo que inviabilizou seu uso analítico. No entanto, acrescentamos que nas respostas dadas pelo entrevistado, não verificamos algo que pudesse alterar ou fazer pôr em dúvida nosso pensamento.

demonstrate some of the qualities because of which the site should be preserved for future generations as well.

5. Do you have full knowledge of the purposes and general objectives of the UN / UNESCO by naming some heritage as an "exceptional and universal value" for humanity? If your answer is yes, you could comment a little on what you think of these goals, if not, you could write about what you think UNESCO wants in making these nominations.

My understanding is that the goal is to get an inscribed site enough attention that it is considered valuable to be preserved for future generations. Although the initial goals are laudable, I think the subjectiveness of this goal makes comparison of sites difficult and the communication of these goals leaves a lot to be desired.

6. I did not know how many sites on the world heritage site have visited, but I imagine many (I ask you to have this number, kindly inform). Still and thinking that you already have several views, I could say if, thanks to these visits or very much because of them, you today have a knowledge about the cultures that you visited to the point of understanding their habits and customs and clearly perceive its importance and "value Exceptional and universal "for humanity?

I agree that visiting 20+ WHS has enhanced my knowledge of local cultures. However, I cannot say that this has improved my perception or understanding of the OUV of these sites. As I mentioned in a question earlier, the communication of OUVs at most sites is not done well.

7. Is there any property under the UNESCO title that you understand should not hold the title of World Heritage, as well as, is there any cultural heritage that you understand should have such status and still do not have it? (If there is any situation, let me tell you a little about it)

I have not personally visited any site which made me think that it did not deserve the title of a World Heritage Site. The WHS list could have a lot more sites from India considering the sheer number of heritage sites, but I do not have a specific example at this time.

8. Do you understand that the title UNESCO attaches to certain cultural heritage sites as an "exceptional and universal value" for humanity (World Heritage) brings benefits, damages or both to the local community in which it is registered patrimony. (Please, explain a little about your understandings).

The WHS title definitely brings a lot of publicity, attention and certainly national pride to a site. I do understand that the title also brings a lot of restrictions. The organization which manages WHS in India has strict rules w.r.t to development near the sites, for example permanent structures cannot be erected in a certain radius, any new development or modification to existing structures like homes cannot be done without permission. This has caused friction with local communities several times. Instead of engaging the local community, the WHS title has also been the cause of alienation. In the case of Hampi WHS for example, whole communities were evicted from the vicinity of the core area and the UNESCO designation was the reason stated by the local government authorities, even though there are no such rules from UNESCO. Instead of community engagement and management, the authorities took the easy way out of eviction.

9. Lastly, I verified that there is an official partnership between GOUNESCO.COM and UNESCO New Delhi. Could you explain a little at what level and how? Is there technical support, financial incentives or anything, and the goheritagerun.com and goheritagestore.com websites and the products marketed there also form part of this partnership?

UNESCO New Delhi gave a one time grant and support letter to GoUNESCO in 2014. Since then they have provided technical support in the form of introductions, etc and have acted as unofficial partners. We have officially partnered and organized a Go Heritage Run in Udaipur on the recommendation of UNESCO too. Although the store and several of our initiatives are not part of this partnership, we keep them informed of our work.

Thank you again for your attention.

Anexo 3

**New Delhi Office**

Cluster Office for Bangladesh,
Bhutan, India, Maldives,
Nepal and Sri Lanka

Mr Ajay Reddy
Founder
GoUNESCO

21 March 2014

Ref.: 7198/CLT/2014/VR

Subject: UNESCO's support to the GoUNESCO initiative

Dear Mr Reddy,

At the outset, I would like to express my sincere appreciation for your GoUNESCO initiative. The idea to incite people's dialogue on heritage through a participatory on-line game is truly creative and I would like to congratulate you upon your ingenuity to apply your IT skills for heritage awareness raising, as much as your dedication to support the UNESCO cause.

UNESCO New Delhi, through its Culture Sector, will be happy to extend our technical support to GoUNESCO as a model example of heritage awareness raising tool. In particular, we would like to suggest that you expand the scope of GoUNESCO to include the elements of intangible cultural heritage that are under the Representative List of Intangible Cultural Heritage and Intangible Heritage in Need of Urgent Safeguarding under the UNESCO 2003 Intangible Cultural Heritage Convention.

UNESCO New Delhi will be also happy to be associated with the Grand Finale of GoUNESCO that you are planning on 19 April 2014 in Hyderabad. I shall see if any of my colleagues could attend the event. Please contact my colleague, Ms Moe Chiba, Chief Culture Sector (m.chiba@unesco.org) for further discussion on this matter.

I look forward to our future interactions.

Yours sincerely,

Shigeru Aoyagi
Director and UNESCO Representative to
Bhutan, Maldives, India and Sri Lanka

Anexo 5

